



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

**INFÂNCIA E RECOLHIMENTO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
FORTALEZA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

FORTALEZA

2019

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

INFÂNCIA E RECOLHIMENTO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FORTALEZA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L696i Lima, Ana Cristina Pereira.

Infância e recolhimento : a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX / Ana Cristina Pereira Lima. – 2019.
315 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

1. Infância. 2. Pobreza. 3. Trabalho. 4. Família. 5. Educação Profissional. I. Título.

CDD 900

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

INFÂNCIA E RECOLHIMENTO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FORTALEZA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Freitas de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Alcileide Cabral do Nascimento
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof.^a. Dr.^a Juliana Teixeira Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof.^a Dr.^a Adelaide Gonçalves (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao Emy e à Sofia, pelos dias mais felizes da
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é feita de pesquisa, ideias e afetos. Gostaria de agradecer aos professores do Departamento de História da UFC, que ao longo de minha trajetória acadêmica, desde a graduação, me proporcionaram encontros com ideias e saberes do ofício do historiador, que repercutem em minhas escolhas profissionais. Agradeço, especialmente, aos professores Eurípedes Funes e Cláudia Freitas pelos caminhos apontados para o desenvolvimento desta tese, durante o exame de qualificação.

Sou imensamente grata ao professor Frederico de Castro Neves, orientador deste trabalho, por sua generosidade e carinho, mesmo quando eu parecia estar à deriva. Registro aqui minha admiração por sua trajetória intelectual e profissional realmente inspiradora e agradeço por tornar possível, direta e indiretamente, a conclusão desta tese.

Agradeço aos colegas de minha turma de doutorado, pela troca de informações e bibliografia, especialmente à Gabriela Fernandes, pela solicitude nos assuntos burocráticos. Agradeço aos historiadores Carlos Renato Freire e Azemar Soares Júnior pela documentação que, gentilmente, me cederam.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte mudou a minha vida inteira, não só do ponto de vista profissional. Agradeço aos colegas professores e, principalmente, aos alunos que conheci nestes últimos sete anos por me mostrarem que a vida só tem graça na diversidade. A razão deste doutorado é o desejo de me tornar uma professora melhor. Assim, o meu muito obrigada aos alunos de Pau dos Ferros e de Canguaretama.

O IFRN é tão diverso que me levou do sertão ao litoral. O sertão que conheci jamais foi árido. Em Pau dos Ferros, ganhei amigos admiráveis. Agradeço às minhas queridas amigas Alian Paiva, Érica Milô, Aninha Morais e Glória Albino pela ajuda impagável em terras estrangeiras e muito mais por me mostrarem que a educação pode mudar qualquer paisagem. Agradeço aos amigos Phillipe Villaneuve (Padre), Felipe da Costa (Querido), Mizael Bessa e Gustavo Freire, pelo muito que me ensinaram e pelos momentos lúdicos que suavizaram esses anos de tese. Agradeço ao Nilton Xavier e ao Avelino Aldo Neto pela atenção e acolhimento em Canguaretama, quando eu andava consumida pela saudade e pelas incertezas.

À minha família jamais poderei agradecer o suficiente. Ao meu pai Cícero Romão, agradeço as palavras de incentivo e por acreditar que eu poderia “vencer mais um desafio”. À

minha mãe Teresa, agradeço o amor, a disponibilidade e a cumplicidade. Ela sabe que sem ela esta tese não teria passado de um projeto. À minha irmã Ana Kariny serei sempre grata por nossa amizade, solidariedade, pelos sonhos e conquistas compartilhadas. Nesse finalzinho, ainda contei com a fofura da pequena Alice. Obrigada, Alice.

Às minhas tias Teinha, Rosa, Tana, Bel e Leda e ao amado Juvenal, agradeço a torcida, carinho e por tudo que já passamos. De longe, acreditem, escuto as conversas de certo quintal. Aos meus avós Francisco e Mozarina, a quem amarei para sempre.

Agradeço ao Júlio Maia e à Eva Lilienfeld pela torcida e pela ajuda no início do doutorado, quando as sopas que vinham do outro lado da cidade me animavam a ficar acordada para ler os textos, enquanto embalava a bebê Sofia.

Agradeço à amiga Lara de Castro, presente no Norte, pela empatia que construímos na vida e na História Social. Ao Eduardo Parente, amigo de longa data, pela constância de uma amizade serena, pelas muitas conversas sobre vida e sobre História e pela leitura e sugestões de boa parte da tese. Ao compadre e amigo Raimundo Hélio Lopes, o ausente mais presente da minha vida, pelas conversas sobre todas as coisas, pelos brindes à distância e pelas angústias compartilhadas.

Minha gratidão ao Emy Maia porque nunca será possível expressar em palavras o apoio, o amor e força que me deu. Agradeço, especialmente, por nossos projetos de vida, pelos sonhos que mantemos, pelo amor que alimentamos e pela liberdade que nos une. À Sofia Maia, que nasceu junto com este projeto de pesquisa, por bagunçar a minha vida, pelo maior amor do mundo e por me fazer querer ser uma pessoa melhor. “Tese é uma coisa que demora demais”. Sofia, a espera acabou!

“Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem
São jardineiros
Guardas-noturnos, casais
São passageiros
Bombeiros e babás
Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz
São faxineiros
Balançam nas construções
São bilheteiras
Baleiros e garçons
Já nem se lembram
Que existe um Brejo da Cruz
Que eram crianças
E que comiam luz”.

(Chico Buarque de Holanda, “Brejo da Cruz”,
1984).

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo a implantação de instituições de ensino profissional na cidade de Fortaleza (CE), entre os anos 1856 e 1885, aproximadamente. Foram analisadas três instituições de recolhimento e profissionalização de crianças pobres e órfãs: O Colégio de Educandos Artífices, a Companhia de Aprendizes Marinheiros e o Colégio da Imaculada Conceição. A partir de documentos oficiais (Relatórios, Censos populacionais, Livros de tutela de órfãos, despachos da Presidência da Província), bem como ampla pesquisa nos periódicos do período e com base em memórias e romances da época, pretendeu-se analisar o cotidiano dessas instituições, a dinâmica do recolhimento, as tensões políticas que perpassavam o trato do Estado com relação à infância pobre e as formas de pensar e fazer o trabalho infantil no Ceará oitocentista. O objetivo geral do presente estudo foi compreender o projeto político de disciplinarização e qualificação do trabalho infantil na segunda metade do século XIX, destacando a atuação dos meninos e meninas recolhidos em diálogo com a dinâmica da cidade, tomando-os como sujeitos históricos na configuração do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Infância. Pobreza. Trabalho. Família. Educação Profissional.

ABSTRACT

This thesis has as its study object the implantation of professional education institutions in the city of Fortaleza (CE), between the years 1856 and 1885, approximately. Three recollection and professionalization institutions of poor and orphaned children were analyzed: The Colégio de Educandos Artífices, the Companhia de Aprendizizes Marinheiros and the Colégio da Imaculada Conceição. Through the analysis of official documents (Reports, Population Censuses, orphans guardianship's books, offices from the Provincial Presidency), as well as extensive research in periodicals from that period and also based on memories and novels from that time, it was intended to analyze the daily life of those institutions, the dynamics of the recollection, the political tensions that permeated the State's treatment of poor children and the many ways of thinking and doing child labor in eighteenth-century Ceará. The general objective of this study was to understand the political project of disciplinarization and qualification of child labor in the second half of the nineteenth century, highlighting the action of the boys and girls who were reaped in dialogue with the city dynamics, taking them as historical subjects in the configuration of the world of labor.

Keywords: Childhood. Poverty. Labor. Family. Professional Education.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet l'étude de l'implantation d'institutions de formation professionnelle dans la ville de Fortaleza (CE), entre 1856 et 1885, environ. Trois institutions de collecte et de professionnalisation des enfants pauvres et orphelins ont été analysées: Colégio de Educandos Artífices, Companhia de Aprendizizes Marinheiros e Colégio da Imaculada Conceição. À l'aide de documents officiels (rapports, recensements de la population, ouvrages sur la tutelle des orphelins, dépêches de la présidence de la province), des recherches approfondies dans des périodiques de la période et à partir de mémoires et de romans de l'époque, il a été procédé à une analyse des tensions politiques entre l'État et l'enfance pauvre et les façons de penser et de faire travailler les enfants au Ceará au XIXe siècle. L'objectif général de la présente étude est de comprendre le projet politique de discipline et de qualification du travail des enfants dans la seconde moitié du XIXe siècle, en soulignant le rôle des garçons et des filles dans les institutions, en les prenant comme sujets historiques dans la configuration du monde du travail.

Mots-clés: Enfance. La pauvreté. Travail. Famille. Formation professionnelle.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da Província do Ceará em 1860	29
Tabela 2 – Estado Civil da População da Paróquia de São José da Fortaleza	30
Tabela 3 – Resumo do Arrolamento da População de Fortaleza em 1887.....	35
Tabela 4 – Movimento de Aprendizes Marinheiros no Ceará (1866 – 1876).....	70
Tabela 5 – Direitos dos Aprendizes Marinheiros.....	162
Tabela 6 – Movimento da Companhia de Aprendizes Marinheiros (CE) em 1884.....	170
Tabela 7 – Instrução Primária na Província do Ceará - número de matrículas.....	186
Tabela 8 – Movimento das oficinas no Colégio de Educandos Artífices.....	205
Tabela 9 – Mapa dos Aprendizes da Oficina de Sapateiro do Colégio de Artífices.....	207

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	INFÂNCIA, POBREZA E RECOLHIMENTO INFANTIL EM FORTALEZA.	23
2.1	Famílias: Maneiras de ser.....	25
2.2	Recolher para assistir.....	47
2.3	Os pequenos entre o Estado, a caridade e a filantropia.....	59
3	O MUNDO DO TRABALHO INFANTIL FORA DO RECOLHIMENTO.....	79
3.1	“Precisa-se de um menino”	80
3.2	As crianças e a mendicidade.....	87
3.3	Entre a vadiagem e o desamparo?.....	94
3.4	Juizado de Órfãos: O trabalho infantil formalizado.....	100
3.5	Caixeiros, costureiras e tantos outros: a proletarização da infância.....	118
4	UMA EDUCAÇÃO PARA “DESVALIDOS”: AS FORMAS DE INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE RECOLHIMENTO.....	139
4.1	Os aprendizes da Província: Conflito e negociação no recolhimento de meninos artífices.....	143
4.2	Os aprendizes da Pátria: Recolhimento, recrutamento e captura de crianças no Ceará.....	157
4.3	As meninas da Caridade: Educação feminina, Irmãs Vicentinas e órfãs recolhidas.....	178
5	OFICINAS E OUTROS MISTERES.....	196
5.1	Mestres, aprendizes e a invenção do ensino profissional no Ceará.....	199
5.2	Meninos soldados.....	213
5.3	Casa, comida e roupa lavada.....	229
6	O CORPO RECOLHIDO.....	245
6.1	Castigos e dores.....	246
6.2	Doenças e temores.....	263
6.3	Experiências Compartilhadas: Deserções, Fugas e outras resistências.....	278
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	297
	FONTES.....	303
	REFERÊNCIAS.....	306

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, o que impulsionou o ensino profissional no Ceará foi o discurso de valorização do trabalho empreendido pelos grupos econômicos dominantes na província, acompanhando um debate que se ensaiava entre intelectuais e políticos brasileiros sobre a formação de um novo mercado de trabalho livre e as supostas benesses da qualificação dos trabalhadores no contexto de ampliação e incremento capitalista no país. O discurso de ordenação do mundo do trabalho livre, a partir do qual a preparação de crianças para serviços especializados tinha como objetivo “caiar no ânimo do povo a convicção de que o amor do trabalho é, não só o agente mais poderoso da felicidade doméstica, como elemento primordial da independência e liberdade”, agradava as rodas progressistas e, às vezes, dividia a opinião dos proprietários mais conservadores.¹ Esse argumento justificava a necessidade de reservar dinheiro público para a criação de instituições profissionalizantes e foi repetido muitas vezes para explicar o projeto político de assistência à criança pobre na segunda metade dos oitocentos.

Nesse período, o debate sobre o trabalho infantil estava ligado à construção social da infância pobre, que, por sua vez, emergia de uma série de novas percepções acerca de infância e educação nos oitocentos. As formas de definir as crianças “desvalidas” fizeram parte do processo de formulação cultural e histórica do trabalho infantil. As maneiras pelas quais as crianças pobres foram tratadas ao longo do século XIX evidenciam muitos preconceitos raciais e de classe. Os termos órfãos, bastardos, expostos e ilegítimos eram verdadeiros decretos de exclusão, conforme apontou Miriam Leite.² Além disso, a designação *menor* – para tratar as crianças infratoras e mendicantes – desqualificava quase todas as crianças pobres. Essa operação política e ideológica de definição das crianças pobres, fazendo notar seu *desvalor* (expressão que, às vezes, assumia o sentido de inutilidade, sem valimento social) e sua condição de indigência passou a justificar o trabalho infantil, apresentado como profilaxia da criminalidade.³

O objeto de estudo aqui analisado é, primordialmente, a implantação de instituições de ensino profissional na segunda metade do século XIX. O recolhimento de crianças pobres

¹ Utilidade da Casa de Educandos Artífices. **Pedro II**, ed. 1264, p 3, 24 ago. 1853.

² LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

³ Sobre representações e sentidos da infância desvalida no século XIX, bem como sobre as imagens de perigo e delinquência que foram ligadas às crianças pobres no século seguinte, ver: SOUZA, Josinete Lopes de. **Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinquente”**: Fortaleza (1865 – 1928). 1999. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

no Colégio de Educandos Artífices – aberto em 1856 –, na Companhia de Aprendizes Marinheiros (CAM) – oficialmente criada no Ceará em 1864 – e no Colégio da Imaculada Conceição (CIC) – aberto em 1866 – fez parte da dinâmica de formação de trabalhadores, norteadas pelas aspirações de modernização da cidade de Fortaleza nos oitocentos. Dito de forma mais direta, essas instituições de recolhimento criadas no Ceará objetivavam a disciplinarização do trabalho para atender e incentivar o crescimento comercial da província, a ampliação das forças armadas e as demandas pelo trabalho doméstico qualificado, inaugurando políticas públicas voltadas à infância, cujo fundamento maior era a obrigatoriedade do trabalho aos pobres. Essa premissa transmitida no recolhimento recriava a natureza do trabalho infantil de então. Difuso e ordinário entre as camadas populares, o trabalho realizado por crianças passou a ser percebido pelos dominantes como poderoso mecanismo de controle, além de potencialmente lucrativo. Assim, intentava-se, através do ensino profissional para órfãos e “desvalidos”, uma maior qualificação desse trabalho, que foi racionalizado e (re)visitado por agentes políticos, jurídicos, administrativos, religiosos. O que se pretende discutir nesta tese é que o trabalho infantil é um fenômeno histórico atrelado aos processos de pauperização e exclusão das famílias pobres, repleto de contradições nas formas legais e informais de efetivação – com maior ou menor aceitação entre as camadas populares – e que interagiu com os sentidos atribuídos à infância ao longo dos anos.

Busca-se demonstrar que as instituições de recolhimento e ensino profissional não podem ser vistas apenas como asilos infantis ou que foram criadas com o intuito direto de conter a proliferação de crianças nas ruas da cidade que se remodelava. A discussão que se pretende erigir neste texto é que o recolhimento e o ensino profissional do século XIX devem ser pensados dentro das estratégias de ordenamento e controle dos trabalhadores urbanos num momento, ainda tímido, de produção industrial (ou vontade de produção industrial) e de desestruturação gradual do regime escravista. O recolhimento de crianças pobres e aptas ao trabalho operou como política de gestão do mercado de trabalho capitalista que, lentamente, se ampliava no país. Ainda atuou, de alguma maneira, na formação da classe operária brasileira, cujas experiências foram também marcadas pela escravidão, pelo trabalho compulsório e pelas políticas públicas de repressão das famílias pobres.

As terríveis implicações da seca de 1877-79, alterando a paisagem, a demografia e as políticas de socorro público em Fortaleza, também marcaram a assistência à infância pobre e inflexionaram as noções de recolhimento. O caos que se instalou na capital com a presença famélica dos retirantes feriu os ideais civilizatórios das elites locais, conforme analisou

Frederico de Castro Neves. O que se revelou nesse meio conturbado de conter os pobres e suas ações nem sempre pacíficas foi o recrudescimento da coerção ao trabalho, entendida como estratégia de ocupar e educar os miseráveis diante da impossibilidade de atendê-los pela caridade. Outro aspecto abordado por Neves diz respeito às transformações nas formas de sentir e tratar os pobres que se avolumavam na paisagem urbana, tornando feios os espaços construídos para usufru dos ricos. A completa incompatibilidade entre os indivíduos flagelados e a urbe em processo de embelezamento gestava na população citadina uma “nova estrutura de sentimentos”, que deslocava a piedade e fazia nascer o pavor.⁴

Nesse sentido, quando centenas de crianças órfãs e desvalidas passaram a vagar pela cidade, aquilo que já era uma experiência notável em Fortaleza – o encaminhamento das crianças aos locais de trabalho ou às escolas de recolhimento – se potencializou. Todavia, era inviável direcionar todas elas ao Juizado de Órfãos e o desejo de tutelá-las, utilizando-as como mão de obra barata como vinha acontecendo há muitos anos, foi paradoxalmente acompanhado por grande repulsa. A oferta era maior que a procura.

Sobre as crianças que viveram essa drástica experiência da seca como retirantes em Fortaleza, José Weyne de Freitas Souza observou que muitas foram acolhidas por mulheres pobres da cidade, algumas foram retiradas dos abarracamentos para serem entregues como criadas a famílias de melhores posses, outras foram sequestradas – talvez vendidas –, várias foram dadas à soldada. Alguns meninos passaram pelo Juizado de Órfãos e outros tantos encontraram a polícia e foram encarcerados ou enviados à Companhia de Aprendizes Marinheiros. Na cidade, os meninos pobres, sem pertencimento, furtavam e cometiam diversos delitos, inflando a intolerância de comerciantes e das forças policiais. Formou-se a *Companhia da Russega* – um grupo de meninos assaltantes que dormia nas calçadas, furtava lojas e foi considerado uma ameaça ao patrimônio público e privado. Para o autor, a grande concentração de “meninos vagabundos”, denominação que ganhou ênfase na imprensa do período, e a Companhia da Russega motivaram a criação da Colônia Orfanológica Cristina em 1880.⁵

A Colônia Cristina foi instalada na Fazenda Canafístula (45 km de Fortaleza), doada pelo Comendador Luiz Ribeiro da Cunha. De início, foram recolhidos 51 meninos órfãos, segundo o relatório do Presidente de Província André Augusto de Pádua Fleury. Em 1881,

⁴ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult, 2000.

⁵ SOUZA, José Weyne de Freitas. **Artífices, criadas e chicos: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915).** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ainda com instalações improvisadas, foram enviadas cerca de 200 meninas retiradas dos abarracamentos do Jacarecanga. A fazenda era cortada pela Estrada de ferro de Baturité e ali foram montados dois núcleos. De um lado, as meninas, coordenadas por uma professora, que era ajudada por sete órfãos maiores, “fazendo as vezes de mães de família”. Do outro lado, na casa da antiga fazenda, o núcleo dos colonos, onde moravam os órfãos do sexo masculino, submetidos ao diretor da Colônia, auxiliado por um mordomo e um cozinheiro. As construções que se seguiram foram financiadas pela subscrição de beneméritos e grande parte da manutenção dos órfãos advinha de doações e do fornecimento de lenha para a Estrada de Ferro – em oito meses as crianças dessa instituição já haviam extraído mais de 900 toneladas de lenha. As meninas produziam rendas, costuravam e fabricavam meias encomendadas, além de frequentarem as aulas. As maiores de 14 anos tinham aulas noturnas e trabalhavam o dia inteiro na fiação de algodão. Os meninos da Colônia, além de fabricar tijolos e cortar lenha, trabalhavam nas oficinas de ferreiro, carpinteiro, torneiro e sapateiro; os maiores dormiam no edifício destinado às mesmas oficinas.⁶

A ideia de instalação de uma colônia agrícola tinha como inspiração exemplos de instituições orfanológicas desse tipo na França, Suíça e Inglaterra, onde arrendavam-se terras a famílias de colonos, que deveriam receber alguns órfãos. Essa era a proposta do Conselheiro Pádua Fleury, quando assumiu a Presidência do Ceará. Ele próprio sistematizou uma organização espacial para a Colônia Cristina, solicitando do engenheiro Henrique Foglare o orçamento de casas com dormitórios, banheiros e oficina que comportassem cerca de 30 pessoas. Em seu projeto, várias casas seriam espalhadas pela fazenda, cada uma com uma oficina diferente, nas quais colonos casados ficariam responsáveis pelos órfãos recolhidos e lhes ensinariam um ofício, além de poderem usar partes do terreno para plantio e criação de animais. No centro dessa vila estaria a capela, onde os colonos teriam missas aos domingos e possibilidades recreativas. Esse plano de Fleury – bastante liberal e filantrópico para aquele momento político – tinha como base o Congresso Penitenciário de Estocolmo, no qual se discutiu no final da década de 1870 sobre as colônias penais mais “promissoras”, assentadas na combinação entre trabalho, religião e instrução.

Esse projeto de longo prazo jamais se concretizou. A realidade da Colônia Cristina era bem distante dessa comunidade rural pensada por Fleury. Já em 1882, diante dos gastos com a seca, a Colônia foi vista como desperdício e, segundo opiniões da época, não cumpriu com a tarefa de retirar os órfãos que a seca deixou como saldo para a cidade. O jornal *A*

⁶ Relatório do Presidente da Província do Ceará André Augusto de Pádua Fleury. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1881.

Constituição publicou, menos de dois anos depois de instalada a Colônia, um aberto desejo de extingui-la, afirmando que “ a província não pode com a carga, o público muito menos o pode, exaurido de recursos e sem esperanças de reaver tão cedo as forças perdidas”.⁷ Nesse mesmo artigo, recomendava-se que os meninos fossem entregues à soldada, já que eram menos de 50 e podiam ser perfeitamente absorvidos pelos estabelecimentos da capital. Quanto às meninas, achariam uma “casa de família” para abrigá-las, ou a província juntaria os poucos recursos que tinha para subvencioná-las na casa de educandas (Colégio da Imaculada Conceição), como já fazia com várias outras. Mas reiterava: “A soldada é mais honrosa que subvenção, pois que representa o trabalho, base de toda virtude”.⁸

Foi mais ou menos isso o que aconteceu. Ainda segundo Weyne Souza, a maioria das meninas foi distribuída pelo Juizado de Órfãos em casas particulares e os meninos foram assoldados ou matriculados na Companhia de Aprendizes Marinheiros.⁹

A importância da Colônia Cristina não se deve aos anos de funcionamento ou à quantidade de órfãos que conseguiu atender precariamente. Se o objetivo era retirar as crianças da rua para prevenir a criminalidade, foi bem pouco eficiente. A CAM pareceu o destino mais imediato dos meninos “vadios” ou da “Companhia da Russega”, tendo em vista o aumento extraordinário no número de matrículas na Companhia no início da década de 1880 (de 110 para 300) e as notícias sobre o recrutamento realizado pelo Corpo de Polícia. O que se destacou no recolhimento de órfãos ensaiado pela Colônia agrícola foi, de fato, uma mudança de sentimentos com relação à miséria das crianças, resultado cultural da seca. Ou seja, o recolhimento para longe do perímetro urbano era um meio de amenizar a presença indesejável dos pobres na cidade, acompanhado do alistamento de retirantes para as obras públicas da província. Em resposta à calamidade, o recolhimento de crianças para o trabalho – que já era uma política conhecida e articulada – foi depressa acionado como estratégia de controle. Contudo, a forma como foi praticado, evidenciando uma ação emergencial mais interessada na “limpeza” da cidade do que no trabalho estruturado, fazia da Colônia Cristina uma instituição bastante diferente dos projetos de assistência infantil fundados anteriormente.

Este estudo está centrado no recolhimento de crianças que, antes da mendicância endêmica – perceptível durante nos anos da grande seca – ou do crescimento acentuado dos

⁷ Colônia Cristina. *A Constituição*, ed. 54, p. 1,9 jul. 1882.

⁸ *Idem*.

⁹ A Colônia Orfanológica Cristina foi desativada em 1891. Pouco depois (1894), foi destinada ao aprisionamento de menores infratores e virou Colônia Correccional Agrícola. Pelas mesmas deficiências orçamentárias, esse projeto também durou pouco. Em 1915, com mais um quadro de seca grave, o projeto de colônia agrícola foi recuperado com a criação da Escola Prática de Agropecuária Luiz Ribeiro Cunha. Ver: SOUZA, 2004.

índices de criminalidade em Fortaleza, foram empurradas ao trabalho sistemático e orientado pelas mudanças econômicas em curso na tentativa de condicionar as experiências dos trabalhadores livres na cidade. Como se verá, mesmo os contratos de soldada ou o trabalho doméstico – que era o destino de quase todas as crianças pobres do século XIX – se chocavam, em alguns momentos, com as instituições de profissionalização da província. A qualificação de trabalhadores deveria promover novos hábitos nas camadas populares, com notável utilidade ao melhoramento da cidade. Porém, num momento em que o trabalho infantil em todo tipo de atividade era algo extremamente comum, nem todos concordavam com o recolhimento, já que as crianças deveriam estar sempre disponíveis para atender as vontades dos proprietários e comerciantes locais. Por tais razões, a profissionalização de crianças revestida de assistência pública foi o fundamento de organização do Colégio de Educandos, da CAM (sob administração provincial) e do CIC (com órfãs subvencionadas pelo governo cearense). Por isso, a Colônia Orfanológica Cristina não foi detidamente analisada nos capítulos a seguir, ainda que faça parte da história de recolhimento de órfãos no século XIX.

Esta tese dialoga com diversas referências do campo da História Social, bem como da História das Infâncias no intuito de compreender a diversidade de encontros e dissensos, permanências e transformações culturais no processo de construção da educação profissional enquanto espaço de disciplinarização dos trabalhadores nos oitocentos. As ferramentas da História Social, especialmente o trabalho de articular evidências históricas sobre sujeitos específicos em seu contexto de atuação, possibilitou o acesso às crianças sem perder de vista as dinâmicas institucionais em que estavam inseridas. O trabalho de leitura das fontes priorizou a reconstrução e interpretação das formas de agência de diversos atores políticos – incluindo as famílias pobres direta ou indiretamente afetadas pelas práticas de recolhimento de crianças no período – envolvidos nos conflitos, normatizações e resistências acerca das infâncias, vistos aqui a partir de marcadores de classe e de gênero.

Para entender os usos, sentidos e experiências do trabalho infantil no período abordado, tomou-se a multiplicidade de sujeitos que interagem com as três instituições de recolhimento e profissionalização aqui investigadas. Tentou-se assim evitar uma análise pautada apenas no protagonismo do Poder Público com relação à educação voltada aos pobres. Até onde as fontes e as competências teóricas e metodológicas permitiram avançar, este exercício de escrita esteve atento às recomendações de uma operação historiográfica que privilegia as crianças como sujeitos históricos, inventando-se na cidade, nas relações de força e no mundo do trabalho. Esta tese é sobre educação e trabalho e não sobre escolas ou correntes pedagógicas. Por isso, não começa com os regulamentos e nem com os conteúdos ministrados

nas casas/salas de aula. Essas questões foram tratadas apenas quando proporcionaram uma análise sobre o cotidiano dos sujeitos recolhidos.

Assim, a preocupação central que perpassa os capítulos deste trabalho é que o recolhimento não significou o isolamento das crianças. Dito isso, a proposta é construir uma narrativa em que as instituições e seus atores estejam em contato direto com os acontecimentos da cidade, em termos políticos, religiosos, com as possibilidades de inferência nos elementos da urbanidade e no mundo do trabalho livre, marcado pela proximidade com a escravidão. Por isso, fez-se o possível para diversificar a pesquisa e inventariar múltiplas fontes, embora, boa parte dos fragmentos encontrados para compor este estudo estejam na documentação oficial da província produzida entre os anos de 1850 e 1880.

A documentação oficial – relatórios dos presidentes de província, ofícios do gabinete provincial, decretos, leis e circulares imperiais, livro de tutela, contratos de soldada, códigos de posturas municipais – deram a ver as intenções quanto ao trabalho infantil, os caminhos de conceituação e utilização da mão de obra de meninos e meninas pobres, que para serem legalmente aproveitados pelo Estado e pela classe proprietária, foram atrelados ao abandono e à delinquência. Mas esse conjunto documental pouco revela sobre o cotidiano das crianças e os pormenores de seus trabalhos qualificados ou não. Assim, uma busca mais detida – cansativa e demorada – nos jornais do período foi fundamental para encontrar os pequenos trabalhadores na cidade. Isso só foi possível graças ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, através do qual se dispõem de milhares de páginas de periódicos cearenses, consultados ao longo dos últimos quatro anos, tempo em que boa parte dos lugares de pesquisa se encontrava total ou parcialmente fechada em Fortaleza. Nos jornais, abundam anúncios de contratação de crianças, artigos sobre os benefícios e os malefícios das tarefas executadas pelos pequenos trabalhadores, denúncias de maus tratos das crianças na soldada, pedidos aflitos de mães que desejavam permanecer com seus filhos. Aparecem também inúmeras notícias sobre as instituições pelas quais esta pesquisa se interessou; pequenas notas que abriram frechas pelas quais se quis ver as crianças ali internadas, suas feições e suas lidas. O conjunto de fragmentos sobre trajetórias coletivas e individuais das crianças coletado desses periódicos partidários e noticiosos foi analisado sob o cuidado de situar as adesões e arranjos políticos dos grupos editores, cujos discursos revelavam a heterogeneidade das noções de infância, além dos usos e significados do trabalho e da mão de obra das crianças pobres do período. Como acontece normalmente com a História dos Excluídos, a história das crianças pobres tem como desafio a escassez de fontes; elas não escreveram sobre si, raramente foram

inqueridas – a não ser pela polícia – e suas ações só foram mencionadas ao serem punidas por sua existência incômoda. Foi preciso catá-las.

Evidências demográficas foram importantíssimas para encontrar as crianças física e culturalmente, como agregadas, aprendizes, enjeitadas, assoldadas e recolhidas. A documentação de caráter censitário aventou hipóteses sobre as famílias pobres, a circulação das crianças no trabalho doméstico, nas oficinas e no comércio. Além disso, muito do que se conseguiu reproduzir de seus ambientes de trabalho se deveu à literatura e a escrita memorialística, fontes nas quais os espaços urbanos e suas alteridades foram representados. Às vezes, o silêncio insistiu em prevalecer. Mesmo diante da empreitada de vasculhar os relatórios e os jornais à procura das crianças trabalhadoras e, mais insistentemente, à procura de qualquer trajeto da vida das crianças recolhidas, muitas perguntas quedaram sem respostas, especialmente sobre as meninas educadas pelas Vicentinas. Para uma aproximação dos aspectos cotidianos que compuseram o recolhimento e o treinamento das crianças institucionalizadas, foram utilizados os registros dos diretores dos Colégios e da Companhia de Marinheiros, que em ofícios diversos, em editais de licitação de gêneros ou contratação de empregados, em relatórios destinados à Presidência da Província, prestação de contas ou pedidos de verbas, deixaram fragmentos sobre o funcionamento das oficinas, das aulas de primeiras letras, da normatização dos espaços e horários, além de possibilitar o acesso às confrontações, aos castigos e às resistências das crianças no mundo do recolhimento.

Como se verá, a circulação das ideias e práticas de recolhimento orientaram a organização da assistência à infância na segunda metade do século XIX, interligando o Colégio de Artífices à Companhia de Marinheiros e à Casa das Órfãs, como era chamado o Colégio da Imaculada. Assim, o recorte inicial desta pesquisa corresponde à criação do Colégio de Educandos Artífices, em 1856, por ter sido a primeira instituição pública destinada ao recolhimento de crianças em Fortaleza. Optou-se por centrar a atenção nas três décadas seguintes, período em que se delinearão, efetivamente, as razões e usos do recolhimento para o ensino profissional na cidade. Assim, o recorte final pretendido foi o ano de 1885, quando a Companhia de Aprendizes Marinheiros foi reestruturada para dar lugar à Escola de Aprendizes Marinheiros, com menor interferência do governo provincial em seu funcionamento. Nesse tempo, o Colégio da Imaculada ampliou o número de órfãs e, ao menos até a década de 1930, foi a principal instituição orfanológica para meninas no Ceará. Na prática, cada uma dessas instituições teve uma cronologia própria, que foram consideradas nesta pesquisa.

Exatamente por considerar pertinente o estudo dessas instituições para além de suas fronteiras físicas, ainda que atento às suas singularidades, este trabalho busca compreender os desdobramentos do ensino profissional oferecido/imposto pelo governo provincial no século XIX entre as famílias de trabalhadores do período. Portanto, o propósito de entender o trabalho das crianças e a cultura do recolhimento como parte importante do conjunto de experiências dos trabalhadores cearenses e que se relacionaram com saberes, resistências e sentidos do trabalho construídos desde a infância, fez surgir questionamentos que extrapolam as instituições, mas, ao mesmo tempo, lhes são intrínsecos: como se construiu, entre os trabalhadores, o apreço ao trabalho qualificado do artífice? Como a educação profissional foi ressignificada pelos trabalhadores? Como o recolhimento se relacionou com aspectos da cultura operária na cidade? De certo, não há aqui nenhuma pretensão em responder à estas indagações. Intenta-se provocar uma discussão sobre o trabalho infantil, evidenciando o processo histórico de fabricação da infância pobre.

A tese foi dividida em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, “Infância, pobreza e recolhimento infantil em Fortaleza”, trata das razões do recolhimento e faz uma breve apresentação das três instituições selecionadas a fim de contextualizar o projeto político de qualificação profissional e moral de pequenos trabalhadores para a província. Considera-se imprescindível entender quais tensões perpassavam as propostas de educação para os pobres, vistas na organização social das famílias que, longe de ser uma entidade natural, também passa(ou) por contingências históricas. Assim, a tese começa com a tentativa de localizar as famílias pobres, o ambiente cultural das crianças trabalhadoras e as maneiras de lidar com o recolhimento, bem como as noções de proteção e cuidado vivenciadas pelas camadas populares do período.

O segundo capítulo, “O mundo do trabalho infantil fora do recolhimento” se propõe a indicar os trajetos construídos pelas crianças nas ruas, no serviço doméstico, no comércio, nas oficinas e fábricas de Fortaleza, bem como suas artes de resistências e formas múltiplas de sobrevivência, incluindo a mendicância. As maneiras pelas quais as crianças pobres tentavam inscrever sua existência na cidade foram, em grande parte, duramente reprimidas e, nesse contexto, o Estado tentava vigiar e dismantelar suas famílias e modos de vida, considerando-os espúrios. Assim, uma análise da atuação do Juizado de Órfãos na província frente às famílias pobres, especialmente quando mulheres chefiavam seus fogos, revelou um expressivo embate ético e econômico entre o poder público e os pobres nos oitocentos, com destaque para o ordenamento do trabalho infantil. Neste capítulo, busca-se demonstrar as diferenças entre o trabalho infantil exercido em âmbito familiar daquele formalizado juridicamente.

No terceiro capítulo, “Uma educação para “desvalidos”: As formas de ingresso nas instituições de recolhimento”, são abordados os modos pelos quais a província impôs o ensino profissional no Ceará. Uma parte significativa das crianças foi internada sem a permissão de suas famílias, principalmente na Companhia de Aprendizes Marinheiros. Contudo, o Juizado de Órfãos e a Polícia não foram os únicos responsáveis pelo internamento das crianças. Confrontos diversos se processaram na organização e reconhecimento do ensino profissional na cidade, tanto internamente quanto em contato direto com as famílias pobres do período, que, à sua maneira, se apropriaram e reinventaram as instituições de recolhimento aqui estudadas. Assim, a intenção é analisar separadamente os meios de admissão nas três instituições, tentando respeitar as particularidades de cada uma, mas percebendo como traço semelhante de suas implantações uma inequívoca interferência na infância e no trabalho realizado pelas crianças.

Na sequência, procura-se pormenorizar as formas de fazer o ensino profissional na perspectiva do recolhimento. Assim, o quarto capítulo, intitulado “Oficinas e outros misteres”, discute o cotidiano de trabalho das crianças institucionalizadas e a sistematização (ou não) dos meios de profissionalização e qualificação empreendidos nas oficinas do Colégio de Educandos e do Colégio da Imaculada e no treinamento militar-náutico da Companhia de Aprendizes Marinheiros. O objetivo principal deste capítulo é demonstrar que mesmo as instituições sendo tão diversas entre si, todas corroboravam a relação entre orfandade e obrigatoriedade do trabalho na infância pobre. A Presidência da Província tinha pressa e muito interesse em obter artífices para as obras públicas, mas, por muitas razões, o Colégio de Educandos não incorporou tal encargo. O trabalho dos meninos e seu aprendizado foram atravessados por muitos saberes, vontades e objetivos confrontantes. Nesses embates, foi possível notar momentos importantes de negociação entre mestres e alunos. Na Companhia, marcada pela militarização do comportamento dos meninos, muitos propósitos foram reconfigurados diante da precariedade material e da resistência obstinada das crianças em se tornarem marinheiros do Império. Na lógica Vicentina de educação de órfãos, o trabalho e a oração eram indissociáveis e, as meninas experienciaram muito cedo a disciplinarização de suas tarefas femininas. Com isso, recusa-se a ideia de isolamento como componente primordial das instituições orfanológicas.

Muitas foram as formas de inferir sobre o corpo das crianças recolhidas: a medicina social, o higienismo, o tempo da produção, a ginástica. Assim, uma gama de práticas corporais e intervenções no comportamento das crianças tentavam, às vezes sem alcançar os resultados esperados, transformar ou calar seus gestos, vontades e sensibilidades construídas anteriormente e na feitura institucional. Além disso, muitas dores, castigos e doenças foram ali vivenciados, já que os sofrimentos impostos às crianças em instituições orfanológicas, durante

um longo período, não despertaram muito interesse. Mas é indiscutível que os gestos, o andar, a limpeza do corpo, a vigilância dos prazeres, a saúde e as utilidades do corpo também formam a história do recolhimento. Estas questões são debatidas no capítulo cinco, “O corpo recolhido”, que também trata das resistências infantis. Meninos e meninas tutelados pelo Estado e pela Igreja Católica romperam regras institucionais e, desobedientes, deixaram vestígios de sua infância institucionalizada.

Esta tese, portanto, é uma reflexão sobre agentes e contextos históricos que produziram a criança trabalhadora, revelando uma profusão de discursos, imagens e sentimentos acerca do trabalho infantil, tão absurdamente atual. Diante de um panorama contemporâneo desalentador – em que se processa a usurpação de vários direitos conquistados – pensar o sujeito infantil, sua historicidade, suas trajetórias coletivas é essencial para (des)construir subjetividades em torno da expropriação das crianças pobres, desnaturalizar o sofrimento e fomentar outras expectativas de educação e liberdade.

2 INFÂNCIA, POBREZA E RECOLHIMENTO INFANTIL EM FORTALEZA

Quando o recolhimento de crianças em instituições de profissionalização se transformou em projeto político na província cearense, muitas famílias pobres estiveram, insistentemente, nos exercícios de definição e enquadramento elaborados pelos grupos dominantes – políticos e intelectuais – que pareciam listar os requisitos necessários para uma família “normal” e feliz. A infância, então, foi (re)pensada e os sujeitos infantis empobrecidos e postos à margem das noções de civilidade em vigor naquela época foram logo apreendidos como sujeitos do trabalho. Nessa conjuntura, se gestava uma nova sensibilidade com relação às crianças e seu desenvolvimento espiritual. Porém, de nenhuma forma, essas alterações no jeito de perceber as idades físicas e emocionais da infância estiveram apartadas das condições de classe. O olhar sobre a família e a criança pobres, muitas vezes, se voltou à afirmação do trabalho formal como solução para o “desgoverno” dos miseráveis, como gostavam de dizer os presidentes de província. Por isso, não se pode estudar as instituições de recolhimento começando por elas mesmas. Supõe-se um erro metodológico imaginar que a organização desses estabelecimentos de ensino possa ser analisada sem considerar as famílias, os indícios das mudanças e permanências do conceito de infância para as camadas populares e as formas de entender a educação para os pobres nos oitocentos.

A criança, como alvo de cuidado e proteção, é uma invenção moderna. A concepção de infância não é atemporal; sua historicidade está ligada às transformações econômicas estruturais, bem como às mudanças comportamentais no âmbito familiar.¹⁰ A infância e as formas de organização familiar não são elementos dados ou prontos no estudo sobre o universo do trabalho infantil. Pesquisas diversas, abordando as crianças nas escolas, no trabalho livre e escravo, nas fábricas, nas rodas de enfeitados, nas ruas das cidades, nos abusos de poder e violência física, simbólica, sexual, contribuem para que se entendam historicamente os lugares da infância e suas construções temporais e espaciais.¹¹

¹⁰ ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Infância**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

¹¹ Algumas iniciativas reuniram artigos bem diversos sobre o tema da infância, que tem ganhado mais atenção de historiadores e antropólogos nas últimas décadas. Ver: PRIORE, Mary del. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991; PRIORE, Mary del. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013; VENÂNCIO, Renato (Org.). **Uma História Social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII – XX. São Paulo: Alameda / PUC - MG, 2010. (org.), 2010; FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. A história das crianças também tem sido abordada em periódicos com dossiês específicos, destaca-se o número 54 da Revista Projeto História, cujo tema foi “História, infância e juventude”. Ver: **Projeto História**, São Paulo, n. 54, set./dez. 2015.

Ao longo do texto tentar-se-á situar historicamente a noção de infância que se construía no Brasil durante o século XIX. Como todo conceito, não se trata de uma categoria estanque; não é possível capturar facilmente. Muitos fatores e atores sociais contribuíram para disseminar discursos e práticas com relação às crianças, inventando formas de definir a infância. Tais definições, inseridas que estavam em questões de classe e propósitos políticos, revelaram contradições sobre o tratamento destinado às crianças pobres e ricas, as maneiras de educá-las e o que esperavam delas no futuro. Ao passo em que essas definições se materializavam nas instituições de ensino, nos códigos de posturas das cidades, na legislação de uma forma geral, na medicina e, ainda, no cotidiano familiar, foram também (re)criando estruturas de sentimentos que inferiam no olhar sobre as crianças, sobre os meios de cuidado, de proteção, de abrigo, sobre seus direitos e obrigações.

Este capítulo pretende problematizar as relações entre as instituições de recolhimento de crianças pobres e órfãos na segunda metade do século XIX em Fortaleza e as maneiras como suas famílias interagiram com as ações estatais e caritativas de assistência à infância “desvalida” (termo muito recorrente nos meios políticos e jurídicos da época). É preciso entender as tensões que perpassavam a norma tutelar no confronto entre o ambiente privado da educação familiar/doméstica e a interferência do poder público na construção de um modelo ideal de família e de trabalhador.

Faz-se necessário contextualizar social e politicamente os sujeitos envolvidos no projeto de instalação das instituições de recolhimento de órfãos e crianças pobres, assumindo que a criação desses espaços colocou em diálogo visões e finalidades conflitantes. Ou seja, não é possível partir da unilateralidade do Estado no controle das camadas pobres. As instituições aqui analisadas foram resultado dos encontros entre os desejos de educar, a impossibilidade de sustentar os filhos pobres e as demandas estatais por mão de obra qualificada, os anseios de “domar” a presença dos trabalhadores na cidade.

O Colégio dos Educandos (1856), o Colégio da Imaculada Conceição (criado em 1865 que atendia pensionistas e algumas meninas órfãs com subsídios da Província) e a Companhia de Aprendizes Marinheiros (que entre 1865 e 1885 estava sob a direção da Capitania do Porto) são fundamentais para a compreensão do universo de formação das crianças trabalhadoras em Fortaleza no século XIX. Analisando a instalação dos locais de recolhimento de órfãos em Fortaleza, nota-se que essas experiências de assistência às crianças, ainda que baseadas em estabelecimentos de outras províncias – o Colégio dos Educandos manteve relações com a mesma instituição no Maranhão e a organização da Companhia de Marinheiros

foi inspirada nas companhias dos arsenais de guerra presentes em outras partes do país – eram inaugurais na capital cearense. Não havia a prática do recolhimento institucionalizado de órfãos ou crianças abandonadas, comuns em outras capitais, nas quais seminários, casas de caridade e conventos mantinham rodas de expostos e abrigavam órfãos. Assim, é importante averiguar o contexto de criação e consolidação desses espaços em Fortaleza, atentando para as especificidades locais, para as dinâmicas de sobrevivência e articulação das famílias quanto à tutela das crianças, para a configuração socioeconômica da cidade, onde estava inscrita essa nova política de transformar “desvalidos” em trabalhadores.

2.1 Famílias: Maneiras de ser

Os trabalhos de demografia histórica, especialmente depois das décadas de 1970-80, contribuíram para demarcar a família como objeto de estudo. Alguns questionamentos levantados pela historiografia, inicialmente inglesa e francesa, tais como a configuração das famílias (aspecto um tanto polêmico considerando a formulação de médias por vezes generalizantes), a dinâmica populacional, a fertilidade em seu caráter social e não meramente biológico, as estruturas sentimentais e psicológicas em torno das uniões conjugais, ou ainda a economia doméstica possibilitaram entender a instituição familiar em seu percurso histórico e, segundo Sheila Faria, essas problematizações, permeadas de embates teóricos e metodológicos, resultaram na necessidade de “pluralização do conceito de família”.¹²

Eni Samara propôs o estudo das informações censitárias para adentrar o percurso de formação das famílias no Brasil, rediscutindo o perfil dos domicílios quanto ao tamanho da família e aos papéis dos gêneros na estrutura familiar brasileira. Analisando as principais transformações nas famílias ao longo da História do Brasil, indicou um caminho metodológico utilizando recenseamentos gerais e locais da população, a partir dos quais defendeu que o modelo de família extensa e patriarcal foi tomado como regra durante muito tempo, mas não corresponde à realidade brasileira. Segundo a autora, os levantamentos estatísticos – ainda que isoladamente sejam insuficientes para abordar a complexidade das famílias – são fontes

¹² A autora faz um breve balanço historiográfico sobre como os estudos demográficos precisaram considerar a família como componente histórico-social. Tanto na Inglaterra como na França, as pesquisas de cunho demográfico, que rompiam com o teor genealógico, desconstruíram certos clichês sobre o casamento e a formação de núcleos familiares; enquanto produziam metodologias específicas e listavam novos acervos documentais, mesmo em meio a controversas interpretativas, os grupos familiares passaram ao “centro explicativo do comportamento populacional”. No Brasil, a ideia de uma família patriarcal (apresentada por Gilberto Freyre e Antônio Candido) foi contestada em razão da multiplicidade de experiências culturais – escravidão, imigração, concubinato, diversidade regional etc. Estudos sobre a família escrava no Brasil muito contribuíram para ampliar as noções sobre família, ultrapassando a ideia de laços consanguíneos ou nucleares. Ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (Orgs). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

privilegiadas para observar as variáveis que englobam a formação dos grupos familiares e as mudanças comportamentais na condução dos fogos.¹³

Seguindo a sugestão de Eni Samara, propõe-se uma aproximação das estruturas familiares recorrentes na segunda metade do século XIX a partir dos levantamentos estatísticos da população, tentando encontrar principalmente aspectos de convivência e modos de famílias das camadas populares de Fortaleza. Nessa perspectiva, busca-se problematizar a relação das famílias pobres com o poder público e as tentativas de normatizar a infância desde o ambiente doméstico, temáticas que preenchem toda esta tese. Dessa forma, três documentos distintos serão aqui abordados: o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1862), o *Recenseamento Geral do Brasil de 1872* e o *Arrolamento da população de Fortaleza* (1887).

Carlos Barcellar também chamou a atenção para o uso de documentos censitários tanto em relação à diversidade de informações contidas – o que possibilita estudos bem interdisciplinares e múltiplas orientações metodológicas –, quanto sobre seu contexto de elaboração. Analisar uma fonte dessa natureza passa pelo cuidado de não a encarar como portadora de certa mecanicidade, como se os dados ali apresentados guardassem em si um tom de veracidade ou como se a tarefa de elencar habitantes pudesse ser algo impessoal. Ele trabalhou com a coleção de listas nominativas da Capitania de São Paulo, uma extensa documentação que abrange os períodos entre 1765 e 1836, pertencente ao acervo do Arquivo Público de São Paulo. Entre outras observações sobre a necessidade de ler criticamente essas listas, o historiador comentou acerca das dificuldades de transporte, instrução e má vontade dos recenseadores, além do desconhecimento dos métodos estatísticos disponíveis à época e o apego às expressões tradicionais, generalizantes e incertas (tantos anos “mais ou menos”, “preto” e “negro”, “lavradores” e “roceiros”). O que se observa, portanto, são impressões pessoais, falsificações, repetições. Isso, obviamente, não desqualifica a documentação. Apenas exige do historiador o uso de ferramentas consistentes antes de qualquer conclusão rígida.¹⁴

É possível acompanhar as tentativas e dificuldades enfrentadas na construção e execução dos recenseamentos no século XIX. Em Fortaleza, ainda no Período Regencial, o então Presidente de Província José Martiniano de Alencar decretou que a cada cinco anos fosse realizado o recenseamento da Província. Nesse sentido, houve uma tentativa inconclusa de

¹³ SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da Colônia a Atualidade). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n.2, p. 27-48, 2002.

¹⁴ BARCELLAR, Carlos. Arrolando os habitantes do passado: As listas nominativas sobre olhar crítico. *Lócus - Revista de História, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.

censo em 1840 e, depois disso, a lei caiu em desuso, alegando-se as dificuldades técnicas para seu cumprimento. De fato, a falta de infraestrutura e pessoal qualificado para realizar o recenseamento, bem como as dificuldades de acesso, comunicação e deslocamento no território brasileiro limitaram a produção das estatísticas populacionais nos oitocentos.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil expôs essas limitações e as dificuldades de obtenção de dados oficiais quando publicou seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* em 1863. O trabalho havia sido contratado em 1855 pelo Presidente de Província Vicente Pires da Motta, que a pedido de Thomaz Pompeu, enviou ofício a todas as repartições públicas recomendando a organização dos dados solicitados pelo pesquisador. Contudo, as autoridades competentes pouco ou nada disponibilizaram, o que, na opinião do autor, contrariava os preceitos constitucionais. A falta de sistematização das informações e relatórios vagos e imprecisos produzidos pelas diversas instâncias do serviço público foi enfaticamente criticada por Thomaz Pompeu, para quem a Colônia conseguiu resultados mais profícuos nas pesquisas populacionais do que o Estado Brasileiro pós-independência.¹⁵

O *Ensaio Estatístico* de Pompeu dialogava com o momento político de organização do Estado Brasileiro no Segundo Reinado. Segundo a análise de Tarcísio Botelho, os censos demográficos foram elementos importantes na formação da Nação, tornando possível o reconhecimento de seus componentes, ainda que vistos e pensados de forma hierarquizada. Botelho considerou que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente a partir da década de 1870, contribuiu para ver a população e o território como fundamentos da construção da nacionalidade brasileira. Para ele, a elite política e intelectual representada no Instituto, demonstrou um esforço de conhecer e construir a Nação, no qual os dados censitários foram considerados essenciais.¹⁶

Na segunda metade do século XIX, conforme observou Tarcísio Botelho, a política imperial foi redirecionando os objetivos das pesquisas populacionais. Era importante naquele momento estabelecer e controlar o sistema eleitoral, delimitando os colégios eleitorais e mapeando os possíveis eleitores. Além disso, as discussões em torno da escravidão com o fim do tráfico impuseram a urgência de contabilizar livres e cativos, até para dimensionar os

¹⁵ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tipografia B. de Matos, 1863.

¹⁶ BOTELHO, Tarcísio. Censos e a construção nacional do Brasil Imperial. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

impactos econômicos. Por isso, esse foi também o momento de produção de algumas listas nominativas e arrolamentos populacionais.

A estatística demográfica tornou-se imprescindível para o Estado Imperial. Assim, diante da necessidade de mapear as fronteiras territoriais efetivas e o tamanho da população, foi lançado o decreto de obrigatoriedade do registro civil de nascimentos e óbitos e autorizado um recenseamento geral em 1852. Entretanto, a falta de infraestrutura e as pressões populares naquele momento tornaram inviáveis o recenseamento que teve de esperar até 1872 para ser realizado. Revoltas irromperam em várias províncias concomitantemente – Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais – porque os decretos foram entendidos como meio para escravizar pessoas livres em razão do fim do tráfico de africanos.¹⁷

Inseridos nessa conjuntura política, os levantamentos censitários produzidos por iniciativas particulares – como o *Ensaio* de Thomaz Pompeu – acabaram por difundir métodos estatísticos ao mesmo tempo em que apontaram o desconhecimento sobre a população brasileira como obstáculo à otimização das esferas política, administrativa e judiciária.¹⁸ Para Pompeu era quase impossível obter estatísticas populacionais sem o auxílio do Poder Público. Dessa forma, os dados que considerou mais confiáveis durante sua investigação foram os mapas elaborados pelos chefes de polícia, ainda assim muito espaçados e inexatos, devido ao “desleixo” com que esses trabalhos eram executados pelos agentes policiais e “quanto ao nosso povo, por falta de ilustração, má vontade e infundados receios de recrutamento e impostos, se não presta a dar com exatidão as informações”.¹⁹ De posse desses dados, Thomaz Pompeu estipulou a população do Ceará em 1860 em 503.759 habitantes, assim divididos:

¹⁷ Renata Saavedra abordou a Revolta dos Marimbondos a partir do sentido político expresso na ação, destacando que o movimento não era antiestatal ou resultado da ignorância do povo, mas fruto de uma leitura possível da arbitrariedade de um Estado escravista. Assim, livres pobres, pretos e pardos se colocam como sujeitos políticos em ambiente de limitada cidadania. Esse mesmo movimento, conhecido também como ronco das abelhas, foi tratado por Maria Luiza de Oliveira, que enfatizou as ações coletivas enquanto parte de um aprendizado político particular das camadas pobres. Ver: SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos. *Clio*, v. 33, n. 1, p. 90-113, jan./jun. e OLIVEIRA, Maria Luiza. O Ronco das abelhas: Resistência popular e conflito na consolidação do Estado Nacional, 1851-52. In: DANTAS, Mônica Duarte. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda Casa editorial, 2011.

¹⁸ O IHGB apresentou ao Governo Imperial uma proposta de estudo demográfico em 1843, tentando instrumentalizar ações de recenseamento nas províncias. Além de Thomaz Pompeu, outros intelectuais tentaram sistematizar dados sobre a população, como Daniel Muller que escreveu *Ensaio do quadro Estatístico da Província de São Paulo* (1836) e Jerônimo Martiniano de Melo com seu *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco* (1852), segundo BOTELHO (2005).

¹⁹ BRASIL, 1863, p. 295.

Tabela 1- População da Província do Ceará em 1860.

Habitantes	Homens	Mulheres	Total
Livres	231.708	236.610	468.318
Escravos	18.434	17.007	35.441
Total	250.142	253.617	503.759

Fonte: BRASIL, 1863, p. 299.

Em outro quadro, Pompeu demonstrou que o excedente feminino entre a população livre da Província era de 4.902, o que daria 51,1% de mulheres e 48,9% de homens. Contudo, essa proporção não se aplicava à Fortaleza, que contava com 32.512 habitantes livres, entre os quais 17.062 homens e 15.450 mulheres. Além de terem nascido mais meninos que meninas entre 1856 e 1860 na capital, a diferença entre a quantidade de homens e mulheres pode estar associada à mobilidade de indivíduos masculinos, considerando possíveis migrações.

Aqui interessam dados mais específicos sobre casamentos e natalidade, sobretudo aqueles que se aproximam das dinâmicas familiares. Buscando entender o movimento demográfico, Thomaz Pompeu utilizou documentos paroquiais de batismo, casamento e óbito, que demonstraram, segundo seus cálculos, que mais de um quinto das crianças nascidas entre 1856 e 1860 era filhos “bastardos”. Das 1.561 crianças batizadas em Fortaleza no ano de 1860, 373 (23,8%) foram registradas como filhos ilegítimos – concebidos fora do casamento. Em nota, ele explicou que esse número é suspeito e não pode ter crédito científico, pois “se fossem exatos era preciso admitir um fato inaudito em qualquer país, já não direi cristão, porém civilizado, porque nada menos provaria uma espantosa libertinagem de costumes (...)”. Sua estimativa indicou que no quinquênio analisado nasceu 1 “bastardo” por 5,17 nascimentos, o que considerou uma “proporção inadmissível numa população morigerada”, especialmente se comparada a Europa, onde, segundo o mesmo autor, nascia 1 bastardo em 14 nascimentos.²⁰

O estudo de Thomaz Pompeu, ainda que repetidamente alertasse sobre a inexatidão dos dados elencados, mostrou-se muito detalhado, contendo registros de estado civil, cor da pele, idade e ocupação da população cearense. Por tudo isso, proporciona alguns indícios sobre as famílias e suas composições. Tomou-se apenas as informações sobre as pessoas livres na Província, entre as quais foram contabilizados 19.834 homens casados e 20.082 mulheres casadas em 1860. À essa diferença de 248 Thomaz Pompeu atribuiu o abandono dos maridos e a margem de erro dos dados coletados nas 12 freguesias que lhe forneceram documentos.

²⁰ *Idem*, p. 315.

Mesmo com essas “falhas estatísticas” que tanto incomodaram o pesquisador, seu *Ensaio* permite entrever elementos culturais significativos na formação dos lares, que escapavam às configurações populacionais pensadas por Thomaz Pompeu com base em modelos europeus.

Há de se considerar um descompasso entre as uniões oficializadas pela Igreja e a efetivação dos laços conjugais entre as pessoas pobres do Império. Ademais, o número maior de mulheres casadas que de homens casados, além da separação considerada por Thomaz Pompeu, evidencia a existência de um universo familiar chefiado por mulheres, mães casadas, separadas e solteiras que explicaria a quantidade de “filhos bastardos ou ilegítimos”, que assustou o autor. Tais anotações permitem tangenciar a multiplicidade de formatos familiares, fazendo notar que não era efetivamente possível separar a população quanto ao estado civil em solteiros, casados ou viúvos e, a partir desse formato, estabelecer critérios sobre nascimentos e legitimidade dos filhos. Questiona-se: era mesmo um erro de proporção como julgou Thomaz Pompeu ao calcular que 20 % das crianças cearenses em meados do século XIX eram filhos ilegítimos? Sua outra explicação seria a promiscuidade sexual da população. Assim, as conclusões do *Ensaio Estatístico* são reveladoras da permanente tensão entre a concepção oficial de família – tributária da força organizacional do cristianismo e do Estado – e o cotidiano dos casamentos, concubinatos, uniões informais, separações, segundas núpcias e outras tantas maneiras de agrupamento familiar.

Mais tarde, os cálculos do Recenseamento Geral do Império de 1872 (divulgados em 1876) também mostraram incongruências sobre o estado civil da população. Em Fortaleza, cuja população era composta por mais de vinte mil habitantes, revelou-se os seguintes dados:

Tabela 2 - Estado Civil da População da Paróquia de São José da Fortaleza

Raça	Solteiros		Casados		Viúvos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Branços	3189	2832	1099	978	126	958
Pardos	2924	3310	1253	940	155	351
Pretos	217	370	98	46	74	21
Caboclos	478	321	121	69	12	89
Total	6888	6856	2574	2033	502	638

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1872 – Província do Ceará.

Obviamente, a ideia de recenseamento é dar a ver com objetividade os perfis populacionais. Mas como tratar aspectos marcadamente heterogêneos, tais como os enlaces conjugais e as variantes familiares? A adoção de modelos considerados lícitos e “normais” era entendida como uma operação técnica, mas como não podia ser diferente, estava repleta de subjetividades. Assim, o estado civil da população foi fundamentado na ideia de família nuclear, com base no casamento monogâmico, o que restringia as possibilidades de respostas dos recenseados. De acordo com Clotilde Paiva, a Diretoria Geral de Estatística (DGE) produziu para o Censo de 1872 fichas de respostas denominadas “boletins de famílias”, que seriam respondidas pelo chefe da casa ou pelo recenseador. Nesses boletins deveriam ser listadas todas as pessoas da casa, incluindo agregados e escravos, informando a “raça”, idade, naturalidade, estado civil, se eram católicos ou não, se sabiam ler e escrever, profissão ou meio de vida e se tinham “defeito” físico ou mental.²¹ No espaço destinado ao estado civil estava escrita a seguinte orientação: “Declara-se o estado pelas palavras *solteiro, casado* ou *viúvo*”. Dessa forma, a discrepância entre homens e mulheres casados que aparece nos dados sobre Fortaleza pode ser indício de que muitas pessoas, ao preencher as fichas, não se reconheciam formalmente casadas (considerando os trâmites religiosos) ou que não foram reconhecidas pelo recenseador como casadas. A heterogeneidade das famílias ficava mais uma vez suprimida, silenciando os bígamos, os amasiados, os separados, o que, mais uma vez, implicaria nas noções de ilegitimidade e bastardia dos filhos.

Isso envolvia uma parcela muito grande da população brasileira. Silvia Arend, em estudo sobre a família popular e suas dinâmicas, notou que entre as camadas populares, havia uma maior liberdade de escolha dos namorados e cônjuges que não raro culminava no amasiamento, contrariando padrões de relacionamentos vivenciados pelas elites latifundiárias e comerciais do país. Por essa razão, nos documentos judiciais do final do século XIX e início do XX analisados pela autora, percebe-se o não-reconhecimento dos amásios como um estado civil bem definido e muito presente nas relações amorosas do período, o que, segundo Arend, “demonstra a existência de um embate entre culturas distintas e a tentativa de imposição da norma dominante, que é o casamento”.²²

²¹ PAIVA, Clotilde. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório)** – Universidade Federal de Minas Gerais: Cedeplar / NPHEd, 2012.

²² AREND, Sílvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 61.

Tratando da simplificação da liberdade a partir do Recenseamento de 1872, no qual as categorias “livre” e “escravo” não permitiam ver a multiplicidade de condições sociais existentes no Brasil (liberdade precária, alforria condicional, ingênuo), Diego Bissigo explicou que a implantação de nomenclaturas previamente determinadas nos *boletins de família*, mais que o apreço a objetividade estatística, gerou “uma representação oficial do Brasil, um “retrato” do país para si mesmo e para o mundo, um quadro sinóptico no qual alguns itens foram simplificados ao máximo em nome da legibilidade”.²³ Dessa forma, a instituição *família* foi igualmente simplificada. A mesma ideia de família que Thomaz Pompeu deixava transparecer no meio da sua objetividade estatística estava presente na fabricação do recenseamento imperial, revelando as tentativas de apreensão das famílias brasileiras a partir de modelos preconcebidos. Então, essa representação oficial dos grupos familiares diz muito sobre as formas como foram idealizados e normatizados. Ao longo do século XIX, essa estratégia de simplificação das pessoas e das famílias – que a todo momento aparece nos estatutos do Império e na Imprensa – incidiu diretamente na vida das crianças. Como será analisado posteriormente, cada vez mais o estado civil das mães serviu de base para justificar as ações de controle sobre a infância pobre, principalmente aquelas que cruzaram com o Juizado de Órfãos.

As formas como as famílias foram registradas nos levantamentos censitários são decorrência de um longo processo de interferência dos poderes públicos na vida privada e na ordenação sexual da população, que estipulava modelos “certos” e “errados” de convivência familiar. Com base nos jornais de maior circulação do período, principalmente nas seções destinadas a literatura, transcrições de outros periódicos e variados artigos de opinião, é possível afirmar que a figura feminina apareceu como a base da família, sendo, assim, evidenciados os papéis de mãe e esposa como responsáveis pela felicidade doméstica e pela reprodução, nos filhos, de valores atrelados à boa educação e civilidade. A Revista *A Quinzena*, publicada em fins da década de 1880, é um bom exemplo de como a imprensa e a literatura tomaram como pauta recorrente o regramento dos comportamentos femininos da época. Nesse periódico, foram frequentes, em prosa e poesia, opiniões, definições e conselhos sobre e para as mulheres, que vão desde particularidades do perfil cearense e da “índole da sertaneja” até a defesa de que as mulheres deveriam receber mais instrução e conquistar mais espaço no ambiente público para melhor educar seus filhos, como expressava Francisca Clotilde, em seu texto “A mulher na

²³ BISSIGO, Diego. O Censo de 1872 e a simplificação da liberdade. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 7, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015.

Família”.²⁴ O que aproximava todas essas publicações era a defesa de que a honra da mulher era o fundamento da família “correta”. Dito de outro modo, o casamento deveria ser o principal marco na identidade da mulher e na composição da família.

Durante todo o ano de 1864, o jornal *A Liberdade*, publicado nos dias de quarta e sábado, transcreveu partes de um longo texto intitulado “A mulher: a família e a civilização” escrito por Joaquim Guennes da Silva e Mello. Em todo o texto, o autor defendeu que o cristianismo, ao contrário de todas as outras religiões e práticas ditas por ele “pagãs”, valorizou a figura feminina, dando à mulher um lugar de destaque no mundo e a Igreja Católica teria encontrado a definitiva missão da mulher: “Tornando o matrimônio uno e indissolúvel, o catolicismo garantiu à mulher a sua importância e estabilidade na família”.²⁵ Para reforçar essa ideia, que sempre era repetida na edição posterior, Joaquim Guennes optou por fazer uma espécie de “evolução” da mulher, que fora beneficiada pelos decretos católicos que proibiam a poligamia e o divórcio, coisa que o protestantismo inglês, segundo ele, desrespeitou absurdamente. Nesses termos, o único e “verdadeiro” espaço de importância social que existia para uma mulher era a família, por isso defendia que toda a pureza de uma mulher estava na virgindade, descrita como “a espiritualização da criatura feminina nas regiões mais morais do sentimento”. Continuava o argumento assegurando que a virgindade era o que a mulher tinha de melhor para oferecer ao seu marido, sendo assim, o marco fundador de uma nova família – o momento em que a mulher deixava de ser filha para se transformar em esposa.²⁶ Dessa forma, o que a elite intelectual e política do país admitia como família era um modelo rígido de matrimônio cristão e geração de descendentes.

Mas isso não era regra nas camadas populares urbanas do século XIX. Rachel Soihet também constatou que o casamento formal não era predominante entre os pobres do período. Além dos obstáculos burocráticos, o fato de não existir propriedade a ser herdada ou administrada fazia os trâmites nupciais de cunho legal parecerem menos atrativos. Outro importante aspecto estava ligado ao modelo de marido provedor do lar, cuja maioria dos homens pobres não podia exercer. Assim, nem o marido era o único responsável pelo sustento

²⁴ Ver: **A Quinzena**, Ano 1, nº 5, 15 Mar. 1887. Acervo digital da Academia Cearense de Letras. Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br> >

²⁵ A Mulher: a família e a civilização. **A Liberdade**, ed. 64, p.4, 9 mar. 1864.

²⁶ A Mulher: a família e a civilização. **A Liberdade**, ed. 73, p. 4, 16 abr. 1864.

da família e nem a mulher reclusa ao ambiente doméstico, inventando, no cotidiano, diferentes maneiras de agrupamento familiar.²⁷

As tabelas do Recenseamento de 1872, bem como o *Ensaio* de Thomaz Pompeu fornecem um panorama sobre o crescimento espacial e demográfico de Fortaleza ao longo dos oitocentos. Entretanto, a listagem nominal da população permite verticalizar a discussão sobre os grupos familiares e seus embates com as representações oficiais, tendo em vista que nenhum recenseamento pode ser entendido como simples contagem e localização dos habitantes de uma cidade. Produzida e organizada pelo poder público, a listagem da população tem seu caráter político inerente. Seja como mecanismo de controle social ou como aspiração de uma gestão que se queria moderna, encontrar, mapear e definir a população demarcava a autoridade do Estado no âmbito domiciliar.

Um trabalho de Arrolamento das duas freguesias de Fortaleza (São José e Nossa Senhora do Patrocínio) foi iniciado em agosto de 1887. A realização do arrolamento ficou a cargo da Chefatura de Polícia, comandada por Olympio Manuel dos Santos Vital, que no ano seguinte passou a ser Presidente de Província do Sergipe. Ao que parece, havia certo receio quando do início das atividades, de forma que o Chefe de Polícia publicou um pedido de colaboração às famílias para que tivessem “prontos os esclarecimentos relativos a todas as pessoas da casa a fim de se evitarem demoras”.²⁸ Como se viu, o interesse da administração pública pelos habitantes foi, em diferentes momentos do século XIX, visto com desconfiança, especialmente pelas camadas pobres do Império. Posteriormente, em carta de despedida e prestação de contas, o Juiz Olympio Vital agradeceu a “boa índole e proverbial docilidade dos cearenses”, explicando que durante o processo de recenseamento “ninguém criou qualquer obstáculo” e a pesquisa pôde ser feita tranquilamente, revelando os resultados a seguir.²⁹

²⁷ SOHIET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

²⁸ Secretaria de Polícia. **Gazeta do Norte**, ed. 140, p. 1, 27 jul. 1887.

²⁹ Arrolamento. **A Constituição**, ed. 26, p.2, 29 fev. 1888.

Tabela 3 - Resumo do Arrolamento da população de Fortaleza em 1887

Paróquias		São José	NS do Patrocínio	Total
Número de habitantes		14709	12234	26943
Nacionalidade	Brasileiros	14539	12085	26624
	Estrangeiros	170	149	319
Sexo	Masculino	6571	5223	11594
	Feminino	8338	7011	15349
Estado Civil	Solteiros	9999	8556	18555
	Casados	3662	2818	6480
	Viúvos	1048	860	1908
Idade	Até 10	3974	3194	7168
	11 a 20	3680	3042	6722
	21 a 30	3101	2682	9383
	31 a 40	1808	1467	3275
	41 a 50	1213	1009	2222
	51 a 60	540	498	1038
	61 a 70	239	232	471
	71 a 80	109	83	192
	81 a 90	32	21	53
	91 a 100	6	6	12
	Mais de 100	1	1	2
Profissão	Com	5158	4087	9245
	Sem	9551	7547	17098
Instrução	Sabem ler	4941	4715	9656
	Não sabem	9768	7519	17317
Habitações	Sobrados	44	28	72
	Casas	2582	1865	4447
	Choupanas	770	508	1278
Prédio públicos		23	13	36

Fonte: Relatório do Presidente de Província do Ceará Eneas de Araújo Torreão. Fortaleza: Tip. Constitucional, 1888, p. 12.

Para efeitos estatísticos, foram contabilizadas 26.943 pessoas, um número maior de mulheres que de homens e uma população em sua maioria analfabeta (em torno de 65% não sabia ler). O resumo acima não deixa muito evidente o tamanho da tarefa de mapeamento da população de Fortaleza.³⁰ A extensa lista dos moradores por domicílio foi acompanhada de algumas observações, como “residência temporária”, “cego”, “mudo”, “ausente no Norte”... Abaixo do endereço constava a definição do imóvel e algum uso específico, como “bodega”, “oficina”, “hospital”, “sem morador”. Uma série de indícios e possibilidades investigativas pode derivar desse documento: uma pirâmide etária que demonstra uma estimativa de vida não muito longa, apontando para formas precárias de trabalho, alimentação e assistência de saúde quase nula; um elevado número de pessoas sem profissão definida, cuja trajetória se relaciona com as formas de trabalho compulsório e nenhum acesso à instrução básica e profissional; os processos de empobrecimento e manutenção da desigualdade social denunciados pelas diferentes formas de habitação, além de uma configuração espacial da cidade que demarcava enfaticamente a exclusão dos indivíduos e sua segregação dos equipamentos urbanos. Igualmente importante é pensar a configuração dos agrupamentos domésticos.

Luiza Ferreira de Sá, Joana Cândida de Oliveira e Rosalina de França tinham muito em comum. Eram vizinhas; moravam à Rua Formosa, uma do lado da outra. Em suas casas, nenhum adulto do sexo masculino. Luiza tinha uma filha de 3 anos de idade e morava com Tereza da Conceição (60 anos), sua agregada, e a filha desta. Joana morava com seus dois filhos, uma menina de 13 e um garoto de 6 anos, assim como Rosalina que também tinha um filho de 15 anos – que trabalhava como pedreiro – e uma menina de 7 anos de idade. As três mulheres afirmaram ser costureiras. Depois de indagar seus nomes, idade, nacionalidade, profissão e grau de instrução, o arrolador escreveu no espaço destinado à observação que as três senhoras, bem como a agregada Tereza, eram meretrizes.³¹ A mesma denominação se repete inúmeras vezes nas observações dos censores. Em quase todos os casos, as mulheres apontavam profissões diversas, como lavadeiras, quitandeiras, serviço doméstico, tecedeiras. Mas a polícia não as via só como trabalhadoras; definindo-as e marcando-as a partir de preceitos morais hegemônicos no século XIX. Ainda que não se possa narrar o cotidiano dessas famílias a partir dos apontamentos censitários, é possível entrever labutas diárias para sustentar a casa, nas quais

³⁰ Parte dos livros do Arrolamento pertencem acervo do Arquivo Público do Ceará e foi transcrita por bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O material aqui utilizado corresponde aos livros recuperados pelo PET.

³¹ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza. Livro 355, p. 35.

mulheres pobres sem marido operacionalizavam outros valores e faziam emergir sentimentos bem opostos aos argumentos sobre a suposta fragilidade feminina.

A incompatibilidade entre os padrões elitistas de mulher ideal e a vida das mulheres pobres urbanas, que desafiavam o “mito da dona ausente” – como bem analisou Maria Odila Dias –, era vista como desvio, pecado, degeneração, e assim, objeto de punição e correção.³² A criação e fortalecimento de um imaginário acerca da família nuclear – seja com base na sagrada família cristã ou ainda no modelo necessário à manutenção das riquezas e preocupação com a partilha dos bens – marginalizavam as mães sem esposo, as uniões informais, os filhos “bastardos” e faziam dos areais da cidade uma concentração de “meretrizes”, sem família e sem qualquer pudor. Repertório habilidosamente utilizado por juristas – confeccionando provas para sustentar a antropologia criminal, os determinismos geográficos e as teorias raciais – e por médicos e higienistas que conferiam a “verdade” natural da diferença de caráter a partir do sexo, dos comportamentos afetivo-sexuais inatos, além de atrelar a pobreza das pessoas à suposta promiscuidade das “famílias deformadas”, chegava às camadas populares com a força do preconceito e estigmatização.

Quantos adjetivos descrevem uma família?

Num exercício de imaginação histórica, é possível pensar na tarefa do recenseador, sua locomoção, a chegada às residências e sua abordagem. A própria divisão dos territórios a serem visitados entre a equipe de arrolamento diz algo sobre como eram encaradas as diferentes áreas de Fortaleza. Ao que parece, a hierarquia dos postos de chefatura de polícia foi emblematicamente transferida às ruas da cidade. Olympio Vital, chefe da polícia, ficou com as Ruas Conde d’Eu e Senador Pompeu – parte calçada e onde não eram permitidas construções de palhoças ou barracos. O delegado ocupou-se da Rua da Praia, Rua do Chafariz e todo o Outeiro. Já o primeiro subdelegado, por exemplo, iniciou seu trabalho onde terminava o calçamento, devendo seguir a direção do Arronches. Tão mais perto das areias, maior a recorrência de observações no documento. Supõe-se que a imprecisão do ordenamento familiar dos pobres incomodava o arrolador. Talvez fosse mais cômodo, mais fácil e mais “normal” para ele se todas as famílias pudessem apenas informar os dados do dono da casa, sua esposa, filhos e agregados. Mas não era bem isso o que acontecia.

³² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Numa choupana à rua Senador Pompeu, longe da pavimentação da cidade, que foi arrolada por um intendente responsável por esse perímetro, habitavam ao menos seis pessoas: a costureira Maria Quitéria de Jesus (48 anos) amasiada com Leonoro Pereira (58), jornalista, Luzia Maria da Conceição (25 anos) apontada como meretriz, Francisco Alves de Vasconcelos (40 anos e também jornalista), a menina Roza (1 ano), cuja observação dizia ser uma “enfeitada”, e Luiz Manoel da Silva (68 anos) que era mendigo.³³ Não há registrada, como era comum no documento, qualquer indicação de laços consanguíneos entre as pessoas dessa casa. Não se sabe se o velho Manoel era pai de Leonoro ou Quitéria ou se Luzia era sua neta. A pequena Roza não foi indicada como “filha de criação”, como em outros casos do mesmo documento. Estaria ali provisoriamente? Como definir a coabitação dessas pessoas? De certo, no universo mental dos “homens da lei”, aquele ajuntamento de gente não se parecia uma família, daí a necessidade de anotações.

É necessário reforçar que a confecção do Arrolamento não foi uma realização exclusivamente técnica. Há ideias, projetos políticos, pertencimentos de classe que se tornaram visíveis na execução do recenseamento e, claro, nas observações sobre as pessoas entrevistadas. Dessa forma, as definições “meretriz” ou “amasiada” não foram escolhidas de forma aleatória – eram parte de uma visão compartilhada entre sujeitos sociais que se autodefiniam de outra maneira. Ou seja, nas observações registradas pelos censores sobre diferentes mulheres e famílias pobres, as expressões utilizadas foram pretensamente apresentadas como termos técnicos. Porém, não se pode tomar essas observações como uma percepção objetiva da população; elas refletem uma determinada visão de mundo que se colocava como legítima. Por outro lado, tais observações traziam à tona padrões de convivência não regulados pela Igreja, mostrando que não era possível definir divisões imóveis para tratar das famílias, cujas composições revelavam zonas de fronteiras bem elásticas entre casados e solteiros. O amasiamento tinha legitimidade popular, era aceitável e corriqueiro. Mas as mulheres amasiadas, quando mães, foram apontadas como “meretrizes”. Isso faz notar que aos olhos das autoridades instituídas havia uma nítida hierarquia entre casados e amásios. Assim, os critérios escolhidos para compor o Arrolamento – ainda que não estivessem, todos eles, pré-estabelecidos como no Recenseamento de 1872 – foram empregados, por toda a equipe da Chefatura de Polícia, com o mesmo peso moral e discricionário, que, naquelas circunstâncias, deram a ver a composição dos lares em Fortaleza.

³³ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza. Livro 355, p. 84.

É preciso chamar a atenção para o lugar que ocupavam essas observações nos livros do referido arrolamento de 1887. Idade, estado civil e profissão são perguntas ordinárias nos censos populacionais contemporâneos. Como já posto, o arrolamento se deu seguindo a sequência das casas em cada rua, mas a descrição dos espaços visitados e o perfil das construções não aparecem como *observações* e sim logo abaixo do número da casa – sobrado, casa, casa de palha ou choupana. Mais do que anotações técnicas sobre a população (não consta indicação de raça ou cor) e sua moradia, o serviço de arrolamento demonstrou diversas preocupações de cunho moral/civilizatório. Além do largo emprego da palavra meretriz atrelada às mães solteiras, as expressões “separada do marido” e “amasia”, paradoxalmente, admitiam e documentavam a heterogeneidade das formações familiares.

Algumas vezes, o abandono ou desaparecimento dos chefes de família, empurrava as mulheres e crianças às ruas ou aglutinava núcleos familiares distintos. Na casa do carroceiro Sabino Lopes da Silva (viúvo de 45 anos), localizada na rua da Glória, vivia como agregada Maria Luiza de Souza (25) que havia sido deixada pelo marido com um filho de dois anos, o menino Manoel Lemos. Sabino era viúvo e com ele trabalhavam seus filhos – Raimundo, João e o caçula Manoel (12 anos).³⁴ Provavelmente, Maria Luiza cuidava do serviço doméstico em troca de abrigo e ainda servia de companhia para Joaquina (16 anos), filha do viúvo. Esses arranjos domiciliares hibridavam condicionantes econômicos, laços de vizinhança e interdependência que contribuía, de maneiras peculiares, para formação de famílias emersas das relações sociais e não somente das ligações de parentesco.

Como sugeriu Claudia Fonseca, mesmo as ligações consanguíneas se constituem em redes, demonstrando certa diluição das unidades nucleares dentro dos grupos. Ou melhor, as noções de família para as camadas pobres da população brasileira, não foram baseadas no simples enlace conjugal, evidenciando fronteiras domésticas mais elásticas, nas quais “as crianças se infiltram, burlando os limites entre uma família e outra”.³⁵ Estudando o lugar da mulher pobre na acepção e experiência da maternidade no início do século XX, a autora propõe como exercício metodológico que a maternidade não seja entendida no “isolamento da família conjugal”. A ideia é perceber as redes sociais que adentram o campo doméstico.

³⁴ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza** Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza. Livro 386, p. 84.

³⁵ FONSECA, Claudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 536.

Não se pretende aqui traçar um perfil da família pobre da cidade de Fortaleza no século XIX e seus condicionantes. O olhar sobre essas fontes de natureza censitária, ainda que interessado nos modos e nas marcas possíveis de ordenamento familiar, não busca formular arquétipos ou estabelecer uma média. Não se pretende calcular o número de pessoas por casa e nem elaborar quadros de distinção, tais como em quantas casas existiam família nuclear ou extensa, ou o número de filhos por mulher casada ou solteira e nem a idade média de sua reprodução. Dentro do percurso teórico-político desta pesquisa, os contextos sociais parecem mais relevantes: Quais estruturas coletivas estavam presentes na composição das famílias? Quais sentidos divergentes eram manejados na definição de família e de lar? De onde saíam as crianças recolhidas pelo Estado e ocasionalmente atendidas pela caridade? Vistos e apontados pela norma, o que fabricavam e consideravam “família” os trabalhadores pobres do período?

Os moradores da casa nº 76 da Rua Formosa, tal qual apareceram no arrolamento, ajudam a entender as relações diversas de convívio familiar e a encontrar as crianças trabalhadoras no espaço urbano desse período. Esta casa pertencia ao negociante Paulino Barroso, casado, com quatro filhos. Ali moravam além deles, seis agregados: Honorácio Vieira e Galdim – que eram caixeiros no estabelecimento de Barroso –, Marcelina – que era cozinheira da família – e Maria Vicência, Manoel e Martins – encarregados dos serviços domésticos. Morando na mesma casa e trabalhando para o mesmo patrão, quais laços existiam entre os “agregados”? Como eram vistos pela família? Que redes podiam construir entre si?

Essas pessoas não partilhavam ancestrais em comum – ou ao menos, não oficialmente declarados –, não os ligava nenhum papel formal de parentesco nuclear que justificasse ou impusesse qualquer afetividade mútua, mas não podem ser vistos como *à parte* da família. Ou seja, ainda que nítida a diferença entre filhos e agregados, e existindo entre estes e os donos da casa uma relação de cunho patronal, os mesmos faziam parte da dinâmica familiar. Como agregados, compartilhavam os espaços da casa – não indistintamente, é claro – precisavam de permissão para ausentar-se, deviam justificativas, estavam a par dos assuntos gerais da família, conheciam as visitas, viviam cotidianamente o movimento ordinário da casa, eram parte do âmbito privado. No caso de Honorácio e Galdim, assumiam a mesma profissão que os filhos mais velhos de Barroso – Hermínio (20 anos) e Esmerido (19), também caixeiros. Não se tenta forjar aqui uma aproximação filial romantizada entre agregados e seus patrões. Contudo, é necessário pensar sobre as noções de proteção e pertencimento compartilhadas na esfera familiar. Manoel, por exemplo, tinha quinze anos e era empregado doméstico. Se fosse preciso se identificar, ele, que nem o sobrenome consta no arrolamento, provavelmente diria

ser “da casa” do senhor Paulino Barroso. Assim, a condição de agregado também contribui para que se entenda a pluralidade das famílias no século XIX.

A literatura tem o bom costume de fornecer indícios das sensibilidades e das maneiras de pensar e escrever os “possíveis” do cotidiano no tempo/espaço em que o autor produz sua ficção. Manuel de Oliveira Paiva, escrevendo no final do século XIX, apresentou a casa da ilustre família Gois, chefiada pelo Desembargador Osório Pereira de Gois, casado com a senhora Fabiana. Além do casal, viviam na casa Maria das Dores, sua filha única, e Antônia, *A afilhada*, muito amiga de Das Dores. Na casa, um grande movimento de criados, ocupados com as mais variadas tarefas domésticas. Antônia alimentava os bichos do quintal, mexia nas plantas e fazia uma coisa e outra a mando da madrinha. Mas não era tratada como os demais empregados. “Ia ao banho quase todos os dias. Passava lá um tempão com sabonetes e água florida”, como quis Paiva. A moça ocupava-se de bordar e ouvir as conversas de dona Fabiana pelas brechas das portas. O velho João, cego e mendigo, havia deixado sua filha ainda bebê aos cuidados de Fabiana Gois. Na casa do desembargador recebera instrução e melhores condições de vida.³⁶

A história de Antônia era semelhante à de muitas crianças que flexibilizavam os quadros familiares nos oitocentos. Contingências econômicas que geravam moradias temporárias, laços artificiais de parentesco – como o apadrinhamento – ou acolhimento de crianças abandonadas faziam multiplicar os lugares e posições familiares não convencionais. Ou melhor, esses fatores redimensionavam a família. Antônia, por exemplo, não era filha, nem criada, era afilhada. Sua relação com o velho João – seu pai biológico – era esporádica. A qual família pertencia Antônia?

O lugar das crianças na composição das famílias pobres urbanas no século XIX é revelador das redes de assistência estruturadas longe do Estado e das formas de garantir a sobrevivência dos pequenos, não necessariamente presos aos pais. Por isso, a circulação das crianças era bem aceita e representava uma prática comum entre os pobres sem que isso se chocasse com a ideia de família que assumiam. O arrolamento de Fortaleza ajuda a visualizar essa relação. Muitas crianças moravam com seus tios, na casa de padrinhos ou eram agregadas de outras famílias.

³⁶ PAIVA, Oliveira. *A Afilhada*. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Gráfica Editorial, 1993.

Além desses casos, a adoção de crianças também se mostrou muito significativa na cidade. Percorrendo os registros dos lares arrolados em 1887, foram encontradas ao menos 90 indicações de filhos adotivos, revelando ser muito comum a presença de crianças expostas na cidade. Ou melhor, as crianças deixadas na porta de alguma família por suas próprias mães. Essa prática vinha de longa data (principalmente em lugares onde não foi instalada, como no caso de Fortaleza, nenhuma roda de “enjeitados” ou Casa de Misericórdia com essa finalidade) e permaneceu fortemente na história da circulação de crianças no Brasil.³⁷

Em 1863, logo no raiar do sol, um menino recém-nascido foi encontrado dentro de um uru (cesto de palha) na cerca da casa de um agricultor, nas proximidades de Fortaleza. Esse mesmo homem – José da Costa Lobo – encaminhou a criança a uma senhora – vizinha sua – para que essa pudesse cuidar do menino, dispondo-se a pagar as despesas e separando uma cabra para lhe servir leite. Passaram-se quase dois meses quando José recebeu a visita do pai da criança. Desejava levar o menino consigo. Alegando afeição pelo bebê, aquele que o tinha acolhido se negou a entregá-lo. Contudo, por medo de um processo ou de qualquer envolvimento com a Justiça, cedeu às ameaças e o menino foi levado da casa da vizinha, que lhe servia de “ama”. Sendo casado, e assumindo o filho ilegítimo, a criança não foi aceita em sua casa e, assim, passou aos cuidados de Eugenia Maria da Conceição, a avó paterna biológica. Mas esse caso noticiado no Jornal *O Sol* não parou por aí. Não satisfeita com a transferência da criança, sua mãe, longe das vistas de Eugenia, entrou na casa, pegou o menininho e o levou novamente à casa de José Lobo, desta vez com uma carta. No papel, a mãe anônima esclareceu que havia escolhido a casa do camponês porque acreditava que “fosse capaz de criar aquele filho do erro, e por isso, o suplicava que o tivesse de novo sob sua guarda”. Abriu-se com isso um inquérito judicial. Depois de lá e cá e lá de novo, o pequeno Luiz, que nesse ínterim havia sido batizado pela avó, permaneceu com José Lobo. Porém, ao final da questão, o agricultor

³⁷ É muito recente no Brasil uma interferência sistematizada do Estado sobre a transferência de crianças. Até a década de 1980, a informalidade caracterizava, quase sempre, os processos adotivos, tanto que se tornou comum no discurso jurídico a expressão “adoção à brasileira”, referindo-se ao registro ou circulação de crianças sem qualquer mediação legal. Em 2009 foi promulgada a Lei Nacional de Adoção, que tenta disciplinar o processo de transferência de crianças e adolescentes, barrando a adoção direta. A lei também prioriza a permanência da criança dentro da família biológica, salvo quando não há possibilidade comprovada judicialmente. Entretanto, verifica-se que existem permanências na forma de doar e adotar crianças e uma insistência de muitas mães que tentam escolher uma nova família para seus filhos. Em estudo sobre grupos de apoio à adoção (GAA), Flávio Ferreira analisa a tarefa desse tipo de instituição não governamental no combate à doação ilegal e nas tensões que envolvem os processos jurídicos de adoção no Brasil contemporâneo. Ver: FERREIRA, Flávio. **Adoção em movimento**: grupos de apoio, famílias adotivas e campo (i)legal. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

teve de pagar os custos do processo e restituir a Eugenia o valor de 150\$000 réis, quantia atestada por recibo e publicada no jornal.³⁸

O caso do menino Luiz é emblemático para se entender os sentidos do abandono e suas implicações no século XIX. Em estudo sobre as instituições de recolhimento de bebês nos séculos XVIII e XIX, Renato Venâncio apontou a dinâmica do abandono nas rodas de expostos no Rio de Janeiro e em Salvador. Depois de contextualizar o aparecimento dessas instituições no Brasil, muito comuns em Portugal desde a Idade Média, o autor discutiu não só o funcionamento desses lugares, mas também as relações sentimentais que perpassavam a doação das crianças. Pouco se sabia sobre as mães. Mas havia indícios que rompiam minimamente esse silêncio. Algumas vezes, como demonstrou Venâncio, bilhetes eram depositados junto às crianças “enjeitadas”. A maior parte indicava o batismo do recém-nascido e o dia de seu nascimento, o que, segundo o autor, revela “uma sutil demonstração de afeto maternal” ou a vontade de depois recuperar a criança.³⁹

Ainda que imperativos morais conduzissem, muitas vezes, a doação de bebês, visto que a ilegitimidade do nascimento condenava essas crianças e a reputação de suas mães, essa não foi a maior motivação do abandono. Segundo Maria Luiza Marcílio, a pobreza foi a principal causa da exposição de crianças no Brasil. É evidente que isso não é um fator isolado. Como explicou a autora, condições estruturais associadas à fragilidade econômica das famílias estão na base da doação. Ela discordou da ideia de que uma taxa de natalidade muita elevada entre jovens mães ou mesmo a prostituição estariam entre os primeiros motivos do abandono. Como resultado de suas pesquisas sobre as rodas de enjeitados, verificou que a morte da mãe e/ou do pai, o desamparo de mulheres deixadas por seus maridos, doenças graves dos recém-nascidos ou, ainda, o nascimento de gêmeos, motivavam a entrega de crianças nascidas em famílias mais empobrecidas.⁴⁰

Desta forma, é necessário relativizar a ideia de abandono ou rejeição materna para com seus rebentos. A mãe de Luiz demonstrou notável protagonismo no futuro do seu filho. Sua determinação em escolher uma família para o menino, fruto de um “erro”, revelou – além da impossibilidade de criá-lo – preocupação com sua felicidade e com seu lugar no mundo. Filho de criação ou filho bastardo?

³⁸ História Contemporânea. **O Sol**, ed. 319, p.1, Fortaleza, 12 mar 1863.

³⁹ VENÂNCIO, Renato. **Famílias Abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

⁴⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

As crianças enjeitadas também apareceram no arrolamento da população de Fortaleza. É o caso de Laurinda (1 ano), que diferente de Rita Ferreira Souza (2 anos), ainda não tinha sido adotada. Laurinda estava na casa de Raimundo Pereira de Oliveira (agente de comércio), casado com Francisca das Chagas. No mesmo endereço – Boulevard Barão do Rio Branco – morava um sobrinho do casal de 14 anos de idade, uma agregada que fazia o serviço doméstico de 50 anos e o neto desta, que trabalhava como carpina.⁴¹ Já Rita, morava na Rua da Glória, com o carpinteiro Bernardo de Souza (39) e sua amásia Maria do Carmo (25), que a adotaram.⁴² Marcar a diferença entre adotada e enjeitada diz muito sobre o lugar dessas crianças nas famílias. Renato Franco mencionou que muitas crianças abandonadas nas portas não tinham a segurança de que ali permaneceriam a vida toda. Muitos enjeitados expostos passaram, ainda bebês, por muitos lares até serem acolhidos.⁴³ Não é possível dizer se Laurinda ficou ali onde a encontrou o arrolador. O que se pode afirmar é que, até aquele momento, a família não tinha reconhecido a menina como filha de criação. Laurinda ainda era enjeitada.

Ao lado do fenômeno de circulação de crianças e exposição de bebês, também é possível contextualizar no século XIX o infanticídio e a negação da maternidade, que contrariavam as posturas civilizadas e cristãs e feriam as sensibilidades da época. A maternidade entendida como dádiva – elogiada em diversos romances e poemas que circulavam em fins do século XIX – não se adequava à vida de todas as mulheres indistintamente. Forjaram-se também definições estanques da condição de criança, vistas como presentes divinos – mimos – e não como seres sociais, parte de conjunturas culturais e afetivas variadas. Em soneto intitulado *As Crianças*, que saiu no primeiro número da Revista *A Quinzena*, José Olympio escrevia que eram “mimosas borboletas”, “alegria do lar” e lançava a pergunta: “Eu quero-as muito! E ao vê-las / Quem deixará de querê-las? / Quem deixará de as buscar?”⁴⁴

A indagação de José Olympio parecia exprimir um sentimento de ternura pelas crianças e tentava repassar alguma sensação de felicidade ao observar as brincadeiras infantis. Seus versos eram parte de uma visão já compartilhada por muitos – promovida pelo cristianismo e repercutida através de folhetins, romances, canções e até por anúncios nos jornais – de que a

⁴¹ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de São José – Fortaleza. Livro 383, p. 62.

⁴² CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza. Livro 386, p. 67.

⁴³ FRANCO, Renato. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica Colonial. In: VENANCIO, R. (Org). **Uma História Social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII – XX. São Paulo: Alameda/PUC - MG, 2010.

⁴⁴ OLYMPIO, J. As Crianças. **A Quinzena**, Ano 1, n. 1, Fortaleza, 15 jan.1887.

família era a base da nação, era, por assim dizer, a origem da boa conduta, de valores considerados benéficos para a vida em sociedade – como obediência e respeito. Por isso, o poema de Olympio deveria soar como algo natural, como se para sua pergunta existisse apenas uma resposta. Mas a vontade de ter filhos não era assim tão uníssona. Não para todas as pessoas. O que se percebe é que houve uma longa e múltipla busca por normatizar a maternidade, na qual o casamento foi transformado em parte obrigatória da constituição de um grupo familiar. A circulação dessas ideias, as tentativas de propagar uma espécie de receita para formar uma família (o matrimônio, o nascimento dos filhos, a presença dos avôs e demais parentes) alimentava preconceitos diversos contra as mulheres que por algum motivo não cumpriam o rito. Não se casar antes de conceber ou não querer a criança era notável transgressão.

Em meados da década de 1870, os delitos da jovem Januária foram expostos no jornal. “Estando grávida e querendo ocultar de seus pais sua desonra”, a garota de 17 anos atirou no mato do Alagadiço Novo seu bebê recém-nascido, que segundo a perícia, morreu asfixiado pelo cordão umbilical. Pelo crime de infanticídio, Januária foi presa.⁴⁵

Outro caso de infanticídio reportado à época chama atenção por seu desfecho. Nos fundos da casa do padre da Sé foi encontrado o corpo de uma menina recém-nascida. A criança foi jogada por sua mãe no riacho Pajeú, cujas águas a levou até a casa do padre. Maria Adélia da Silva tinha na ocasião a mesma idade que Januária de tal, quando foi presa 13 anos antes pelo mesmo ato. Interrogada, Adélia confessou ter tido o bebê no quintal e ter jogado o cadáver no riacho. Segundo o laudo da autópsia, a criança teria ainda vivido 36 horas. O chefe de polícia ordenou a prisão da mãe, que foi logo em seguida revogada pelo juiz da 1ª vara.⁴⁶ Ela era agregada da casa de José Antônio Moreira da Rocha, coronel da Guarda Nacional e deputado da Província, onde chegou ainda na tenra infância – “cria mimosa de uma escravizada”, conforme anotou o jornal *Libertador*. Estando muito febril e anêmica, fora liberada da cadeia após ter confirmado a paternidade da criança, atribuída a um moço chamado Raimundo, que havia embarcado para o Pará. Ainda segundo o jornal, uma lavadeira teria lhe auxiliado na hora do parto, desfazendo-se das roupas ensanguentadas, posteriormente.⁴⁷ Não se sabe o que aconteceu à Adélia depois disso. No entanto, podemos levantar a hipótese de que, por ser agregada de um importante político local, seu futuro foi diferente do de Januária. A influência do patrão lhe teria valido a liberdade?

⁴⁵ Infanticídio. *O Cearense*, ed. 105, p. 3, 24 dez. 1874.

⁴⁶ Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará Nº 349. Fortaleza: Tip. Econômica, 1887.

⁴⁷ Infanticídio. *Libertador*, ed. 125, p. 2, 6 mai. 1887.

Em estudo sobre mulheres infanticidas no século XX, Marla Atayde demonstrou que muitos casos estavam ligados à manutenção do emprego e da residência. Algumas mulheres solteiras já eram mães e ter mais filhos – considerando o sustento de mais um indivíduo e a alteração no ritmo de trabalho da mãe – provocaria uma expulsão da casa onde trabalhavam. Investigando processos-crime, a autora apontou para uma quase nulidade de defesa dessas mulheres. Suas condenações partiam do corpo médico e dos juristas, sobrando pouco espaço para atenuantes. Contudo, como discutiu a autora, elas próprias sabiam operar valores e condutas assimiladas dos discursos normativos e, quando oportuno, usavam a versão de fragilidade e abandono ao seu favor.⁴⁸ O medo de ser considerada desonesta, a falta de apoio diante de uma gravidez antes do casamento, marginalizavam as mulheres e suas famílias, o que poderia estar na base dos abortos e infanticídios. Mas reduzir a prática do infanticídio ao temor de ser considerada uma meretriz é também sedimentar uma visão estereotipada da mulher, como se esta fosse sempre vítima das circunstâncias morais.⁴⁹

Conforme observaram Eni de Mesquita Samara e José Weyne Souza, com base no Arrolamento de 1887, mais de 36% dos domicílios em Fortaleza eram chefiados por mulheres, tornando evidentes diversos modelos de família, contrariando “o conceito monolítico de família patriarcal de Gilberto Freire”.⁵⁰ O elevado número de crianças e suas formas de inventar o cotidiano, colocavam suas famílias na lista de preocupações com a ordem e o embelezamento da cidade, que marcavam a agenda do governo provincial. Por isso, pensar na infância considerada “desvalida” pelo governo e pelas obras de caridade dos ricos pressupõe problematizar a formação de suas famílias, situando conjunturas culturais e materiais de sua existência. É preciso destacar as noções de honra e moral vigentes na construção de um ideal de mulher e mãe porque se relacionavam diretamente com o futuro das crianças originadas de “punível e danado coito” – expressão jurídica que definia os filhos fora do casamento, considerados ilegítimos sem direito de participar da partilha dos bens, quando existiam.⁵¹ Como

⁴⁸ ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres Infanticidas**: O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

⁴⁹ Sobre práticas infanticidas e abandono de crianças a partir das tensões relativas à honra e sexualidade, ver: NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A Sorte dos Enjeitados**: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume / FINEP, 2008.

⁵⁰ SAMARA, Eni de Mesquita e SOUZA, José Weyne. *Morar e Viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX. Trajetos*, Fortaleza, v.4, n. 7, p. 41-67, 2006.

⁵¹ Ainda que reconhecidos em testamento, os filhos de danado coito não poderiam suceder o pai ou a mãe na herança da família, exceto na falta de filhos legítimos e outros parentes diretos. Aqueles que eram reconhecidos oficialmente pelo pai através de um documento denominado escritura de reconhecimento, mas que não constavam no testamento ficavam fora da partilha dos bens, sem possibilidade de reclamar a herança. Conforme: CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier 1879, p. 104.

se verá mais adiante, a ausência da figura paterna representou no século XIX, diante dos mecanismos de controle operacionalizados pelo poder público, uma grande ameaça às famílias pobres, incluindo o risco de perder o convívio familiar.

Muitas mulheres foram inscritas como criminosas, meretrizes ou desalmadas. Outras tantas viveram sem qualquer atenção do Estado, trabalhando sozinhas ou ao lado de seus companheiros e filhos para continuarem existindo. O que se pode notar é que na formação das famílias ou na negação delas, boa parte das mulheres pobres protagonizavam histórias de vida repetidamente silenciadas e/ou depreciadas pelos poderes públicos. Dessa forma, quando o Estado se voltou às crianças pobres e aos órfãos, o que enxergou foi a suposta precariedade dos laços familiares, especialmente considerando os domicílios chefiados por mulheres. As fontes oficiais atestam que os governantes viam na maior parte das famílias pobres a ausência de condição moral para educar as crianças, repetindo preconceitos acerca da “promiscuidade” dos lares e, por conseguinte, a necessidade de quebrar os “costumes depravados” na herança cultural dos pobres. No entanto, o que se lê nos levantamentos censitários, no entendimento do infanticídio e nas letras jornalísticas é a impossibilidade de capturar a família como unidade invariável. Historicamente situadas, as famílias manifestam múltiplas temporalidades. Por isso, não se pode admitir um único modelo de família, nem pressupor que as inferências – estatais, patronais, religiosas, econômicas etc. – puderam se anunciar sem embates culturais. Propõe-se com isso desnaturalizar as relações familiares, afirmando o caráter social das funções parentais, consanguíneas ou não.

2.2 Recolher para assistir

Mãe Zefa, a bem dizer, criara Ângela. Se lhe davam os pruridos maternais, principiava Mãe Zefa a narrar como Ângela nasceu, que todo mundo viu logo ali uma neném como não havia de brancos. Bonitita, gordita, vivinha, com umas manchas roxas nas nádegas, com uns barulhos de gente grande e um choro dengoso de matar. Esmiuçava anedotas da infância da cabrinha, abstendo-se discretamente de falar na mãe dela, que era uma coisa triste, pois fora uma negra ruim, ladra e muito atirada ao mundo, pelo que embarcou para o sul. (...)

Ângela teve de suportar um par de bofetadas que lhe atirou a *senhora*: Dissera-lhe um desaforo por cima do ombro.

- Espera que te abaixo o fogão, cabra! E foi-lhe aos beiços, que o sangue espirrou.

Mãe Zefa entrou com suas funções apadrinhadoras, com seu valimento perante a sua ex-senhorinha, e a coisa aplacou-se.⁵²

Ângela é personagem do romance *A Afilhada* de Oliveira Paiva. Era, na descrição do autor, uma cabrinha “com braços ainda não recheados pela puberdade”. Filha de escrava, Ângela nasceu livre e ficou na casa de Dona Fabiana aos cuidados de Mãe Zefa, ex-escrava,

⁵² PAIVA, Oliveira. *A Afilhada*. p. 262.

que vivia da venda de tabuleiro e do ofício de parteira. Ângela executava muitos serviços domésticos, desde cozinhar, lavar, abastecer de água a cozinha até fazer pequenas compras na feira ou em alguma bodega próxima. A narrativa de suas tarefas, de seus medos, rebeldias e de como teceu afetos, de como ganhou, no trabalho, uma mãe, além de suas resistências diárias leva a pensar nos caminhos pelos quais crianças pobres foram incorporadas ao mundo do trabalho.

Crianças e jovens entraram nas listas de trabalhadores domésticos em grande parte das casas, conforme se observou no arrolamento de 1887. Essas crianças tinham origens variadas: Ingênuos, doados ou apadrinhados. Difícil reconstruir seus percursos. Como a fictícia Angêla, suas vidas foram impregnadas de trabalho. Como se fez notar, a circulação de crianças pobres e órfãs foi circunstanciada pela necessidade de trabalhar, de encontrar meios de vida. Em diversas situações, o acolhimento dessas crianças quase não representava ônus para as famílias, já que muitas delas eram “aproveitadas” no serviço doméstico a partir dos seis ou sete anos de idade. Mesmo sem passar pelo juizado de órfãos, sem contrato de soldada ou qualquer vínculo formal, crianças pobres fugiam da fome, mas não podiam fugir do trabalho. A menina Maria de oito anos de idade, por exemplo, fora recebida em casa da viúva Henriqueta Dutra. Essa mulher octogenária morava com suas filhas adotivas Theodorica Dutra (37 anos) e Matilde Dutra (22 anos), que eram modistas, na casa 204 da Rua Formosa. Maria e a outra agregada Joana (12 anos) eram responsáveis pelo serviço doméstico. Com isso, pode-se imaginar o grande esforço das meninas que, além de cuidar da casa enquanto as modistas trabalhavam, ainda cuidavam da idosa.⁵³

Com tais maneiras as famílias pobres foram buscando alternativas para garantir a sobrevivência dos pequenos, ainda que longe de suas vistas. Quando, na metade do século XIX, surgiram na província outras possibilidades de assegurar moradia, alimentação e instrução aos filhos, os pais também fizeram uso de instituições estatais para proporcionar-lhes uma condição melhor no presente. É muito importante destacar essa relação presente-futuro na prática do recolhimento. Como se verá mais adiante, a assistência às crianças pobres tinha como justificativa o futuro promissor do país. O discurso proferido pelo poder público era centrado na ideia de retirar as crianças da miséria hoje para galgar a modernidade urbana num futuro não tão distante. Mas esses sentimentos de expectativa ou projeção de futuro eram percebidos e compartilhados de forma diferente pelas famílias assistidas. De maneira alguma é possível

⁵³ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza. Livro 355, p. 34

afirmar que os trabalhadores não estavam preocupados com o futuro de sua prole. Porém, numa sociedade que convivia de perto com a escravidão, com as formas de liberdade precária, com o ritmo vulgar do trabalho compulsório ainda que livre, afastar imediatamente a ameaça da fome já era, por si, uma garantia de existência futura.

Nos relatórios produzidos pelos diretores das casas de recolhimento infantil, lê-se uma completa incompreensão da retirada dos meninos antes de terminar o tempo de formação profissional. Via-se como irresponsabilidade dos pais, que tendo conseguido tão “honrada” matrícula para seus filhos, simplesmente arrastavam novamente os meninos para uma vida considerada degradante. Interessante notar que a procura por essas instituições de abrigo e profissionalização não era tão maior que a oferta de vagas. Por que isso acontecia?

A internação de crianças tem marcado a história da educação no Brasil desde o período colonial.⁵⁴ Mesmo as crianças ricas foram por vezes educadas longe dos domicílios, em colégios internos regidos por regras apartadas das especificidades familiares.⁵⁵ Contudo, um longo processo histórico de reformulação da infância e alterações nas formas de perceber e amar as crianças, fez com que o modelo de internato caísse em desuso entre as camadas ricas na segunda metade do século XX. Diferente foi o percurso das instituições asilares voltadas à infância pauperizada. Segundo Irma e Irene Rizzini “a reclusão, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres até a atualidade”.⁵⁶

Não era, portanto, o estranhamento da separação a razão primeira da evasão dessas instituições. Mesmo porque a circulação das crianças em casas de outros parentes ou, como se viu, em condição de agregados em famílias diversas, ou ainda, a doação de filhos para alguém previamente escolhido, eram práticas bem aceitas no universo familiar dos pobres. Isso não quer dizer desapego ou desamor. O que, provavelmente, motivava o rompimento com a reclusão era a entrada repentina em outro campo normativo. As crianças não eram recebidas nesses

⁵⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7^a ed. São Paulo: Contexto, 2013.

⁵⁵ Para uma análise sobre a difusão dos colégios internos no Brasil e as maneiras como foram repensados por médicos, higienistas e educadores no século XIX, ver: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar e Educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1850)**. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

⁵⁶ Irene Rizzini, Irma Rizzini. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 22.

lugares ao nascer. Elas ingressavam com idade mínima de sete anos, partilhavam com suas famílias um cotidiano distante da rotina escolar.

Uma das primeiras medidas adotadas pelas instituições de recolhimento da cidade no século XIX era limitar – ou mesmo impedir – o contato das crianças com seus familiares. Essa condição tinha uma finalidade política-pedagógica bastante evidente: romper as referências familiares significava construir e apresentar à criança outro aparato comportamental e de valores defendidos como ideais para aquele contexto. A violência dessa medida era sentida pelos garotos – que frequentemente retornavam fugidos para suas casas – e pelos familiares – que, a depender das oscilações financeiras, tentavam “resgatar” os meninos.

Para entender os sentidos do recolhimento, é preciso analisar o ambiente político em que nasceu o projeto de assistência à infância na Província do Ceará. João Silveira de Souza, Presidente da Província, mencionava, depois de quase dois anos de instalação do Colégio de Educandos Artífices, que se ia “desvanecendo toda a repugnância que a princípio havia da parte de muitos em entregar seus filhos ou pupilos para receberem educação”. Segundo ele, a instituição fora criada para “arrancar do vício e da miséria órfãos e desvalidos”.⁵⁷

A razão de tal “repugnância” pode ser entendida dentro do ambiente cultural das famílias pobres marginalizadas pelas ações estatais. A resistência ao recolhimento não era a negação à instrução primária. Recusava-se a experiência do isolamento, marca do caráter disciplinar que atravessava a lógica de assistência do poder público com relação aos meninos pobres. Como o próprio presidente da província dizia, a ideia era “arrancar” das famílias, apagar a conduta “viciada”. Desta forma, o Estado adjetivava toda dinâmica de sobrevivência das famílias pobres, suas casas, sua relação com o tempo e espaço da cidade, suas formas de amar, falar e cuidar das crianças. O recolhimento prestava-se à função de apagar a pluralidade de comportamentos e intervenções das camadas populares na feição estética e moral da cidade. A garantia esperada pelas casas de recolhimento não era oferecer qualquer retorno à família ou uma ideia de satisfação de algum direito adquirido. O Estado entendia a educação como profilaxia da criminalidade, como manutenção da propriedade privada, em prol de uma abstrusa noção de modernidade, que englobava num mesmo pacote semântico, a consolidação do capital, a ordenação do trabalho, o aburguesamento da urbe, tentando naturalizar os processos de pauperização. A garantia esperada era promover a impossível, mas desejada homogeneidade do

⁵⁷ Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Sousa Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1858.

segmento “povo” – entendido como agrupamento de pessoas que carecia de trato disciplinar para o trabalho e para a vida em sociedade. O que se presumia com o recolhimento?

Ao adotar a medida de separação dos menores, pretendia-se incidir diretamente na fabricação do trabalhador ideal. Apregoava-se a importância da família como célula primeira de transmissão de valores, reconhecendo a função familiar de apresentação do mundo, leitura do outro, das fórmulas de interação social e de suas decorrentes implicações culturais. Com isso, o recolhimento servia para fragmentar essa transmissão. Percebeu-se ineficaz o plano de mera substituição dos valores e práticas individuais e familiares por ações ensinadas e impostas às crianças nos abrigos. Não sendo possível moldá-las livremente, investia-se na interrupção dos encontros com suas famílias de forma a nomear como desvio uma série de elementos culturais que perpassavam seus lugares-sociais.

A tutela das crianças pelo Estado ou pela Igreja dialogava com o ideário de desenvolvimento urbano e um mundo ideal de trabalho. Na década de 1860, os presidentes do Ceará quiseram demonstrar certo otimismo com relação aos aparelhos urbanos. No mesmo relatório em que afirmava que o Colégio de Educandos daria notáveis resultados quando fossem “corrigidos os defeitos da primeira educação recebida e combatido o repúdio ao trabalho gerado pela ociosidade e indolência”, o presidente Nunes Gonçalves, listava os benefícios do calçamento da cidade (incremento do comércio, facilidade de transportes, salubridade pública), afirmando que tinha mandado engajar mais seis calceteiros vindo de Portugal para agilizar a tarefa de pavimentação das principais ruas da capital.⁵⁸ Alguns anos se passaram e as obras públicas pareciam caminhar em ritmo contrário ao entusiasmo, às vezes, exagerado, dos governantes. Depois de sintetizar as ocorrências no item segurança individual, o presidente Lafayette Rodrigues explicou em 1864 que os crimes contra a propriedade “só dizem que a educação popular está atrasada e que ainda predomina o império das paixões violentas e ferozes”, fazendo uma rígida ligação entre a necessidade de domar a população para ver-se intacto o patrimônio dos ricos.⁵⁹ Nessas linhas, a educação seria o vetor de civilidade, reiterando a noção de que os pobres causam defeito na “modernidade”.

A modernidade, por sua vez, não é algo tangível ou que possua imediato significado. Conforme Amaral Lapa, as ideias de modernidade e moderno se constroem no

⁵⁸ Relatório do Presidente da Província do Ceará Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1860, p. 14.

⁵⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1864, p. 7.

tempo histórico, emergindo da vontade de remodelação da sociedade, que, a cada contexto específico, nomeia o “arcaico” e tenta se afastar dele. Esse processo não acontece sem tensões sociais porque efetivamente envolve sujeitos distintos, cujas definições de moderno são também diferentes. Decorre daí novos comportamentos e demandas – traduzidas na linguagem arquitetônica, na normatização dos espaços tanto públicos como privados, na emergência de saberes e poderes com relação à saúde e à coletividade. Na segunda metade do século XIX, o ideário de progresso das elites agrárias e da burguesia brasileiras postulava mudanças expressivas nos costumes e hábitos, impondo uma nova relação com o natural, com o urbano e com o trato interpessoal.⁶⁰

Em outro texto, o mesmo historiador analisou as formas de execução desse processo de modernização dos espaços e das pessoas na segunda metade do século XIX. José Roberto do Amaral Lapa se concentrou nas especificidades da cidade de Campinas. Contudo, esta tese toma emprestada sua abordagem sobre a “administração da pobreza” nesse contexto. Quanto mais ganhavam força os discursos e medidas de modernização, mais empenho demonstraram o Estado e os intelectuais (incluindo médicos, advogados e jornalistas) em “reciclar o indivíduo e a coletividade” – nas palavras de Lapa. Para ele, os asilos para órfãos, leprosos, mendigos e inválidos foram, desde a metade dos oitocentos e em grande parte do século XX, instrumentos de administração da pobreza, cuja função era a de incluir os excluídos colocando-os em seus devidos lugares, que, fundamentalmente, significava impedi-los de atrapalhar o progresso.⁶¹

O recolhimento da infância “desvalida” foi, expressivamente, um meio de administrar a pobreza no século XIX. O recolhimento era sintomático da vontade de neutralizar os indesejáveis, mas muito maior era a sua mensagem de correção da pobreza. Não cabia ao Estado apenas guardar as crianças, desobstruindo as ruas; desejava-se reconfigurar a infância para que não fosse um “agravo” futuro.

Não é novidade para a historiografia o tratamento e as formas de organizar discursos de exclusão camuflados de embelezamento urbanístico próprios do poder público quando a questão é a presença do pobre, repetidamente rotulado como sujeito do desvio. Sandra Pesavento tratou do espaço urbano como construção de diferentes sujeitos sociais, considerando as apropriações e representações vividas e elaboradas nas disputas internas de cada cidade. Há, nesse sentido, muitos territórios demarcados na feitura do urbano, sendo visíveis material e

⁶⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: Os Cantos e os Antros**. São Paulo: Ed. USP; Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

⁶¹ LAPA, J. **Os Excluídos: contribuição à História da Pobreza no Brasil, 1850-1930**. Campinas: Unicamp, 2008.

simbolicamente. A autora chamou de *lugares de alteridade* os espaços estigmatizados pelas representações que os ricos conferiam à urbanidade e ao cidadão. Os territórios condenados, os becos, os areais fora do núcleo central e ordenado da cidade, bem como seus moradores e frequentadores foram comumente descritos (na legislação e nos jornais) com uma linguagem que criava o perigo e a segregação. Essa operação valorativa sobre o belo urbano passou a evidenciar no *outro* aquilo que era feio e mau. Não à toa os jornais identificavam os lugares de alteridade condenada, construindo imagens de desorganização e contravenção. Para Pesavento, essas representações geraram uma topografia social e moral do espaço urbano, que fabricou a exclusão.⁶²

É no núcleo dessas construções discursivas/imagéticas do pobre como criminoso que se encontram os pressupostos do recolhimento infantil. Os “lugares de alteridade condenada” em Fortaleza no período estudado – os areais do Outeiro, a rua da Palha, a rua do Fogo e, no final do século XIX, o Arraial Moura Brasil, por exemplo – nos quais se concentrava grande parte das choupanas e casas de palha foram atrelados aos delitos e às ofensas à ordem urbana, aparecendo nos jornais como palco de bebedeiras, assassinatos, estupros, infanticídios, jogos de azar e toda sorte de transgressão das posturas urbanas idealizadas pelos dominantes para a cidade. Circulava nos jornais a certeza de que ali estava o reverso da cidade, o povo que precisava de disciplina, as crianças “moralmente abandonadas”, os meninos e meninas para quem as instituições de recolhimento seriam o melhor destino.

Essa oposição entre a “cidade ideal” e os “lugares de alteridade” se fez notar na descrição feita pelo viajante Robert Avé-Lallemant em sua rápida passagem por Fortaleza em 1859. No caminho que percorreu da praia até o Centro se deparou com a região mais pobre da cidade. Sobre isso, escreveu:

Ao lado da cidade europeia, veem-se também grandes filas de cabanas pardacentas, nas quais gente de cor de toda espécie leva vida de preguiçoso. Esse madracear tem um aspecto romântico peculiar, sobretudo quando essas choupanas ficam debaixo dos coqueiros, rodeadas de maciços de anonáceas, que lhes fornece, sem nenhum trabalho, doces e succulentos frutos, bastando para isso levantar a mão (...) No meio desses bosquetes de anonáceas, (...) vive gente forte, de cor passando dias inteiros deitada na rede, sem nada fazer absolutamente. Não admira, assim, se encontre muito perto dali um asilo para órfãos, onde são educados à custa do Governo os rebentos desse povo, que se afunda na preguiça. Esse instituto é inteiramente novo e faz grande honra à Província; aos pais preguiçosos, porém, que sem necessidade mandam os filhos para lá, em lugar de mantê-los com seu trabalho, faz a maior de todas as vergonhas.⁶³

⁶² PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

⁶³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 17-18.

Na sua passagem pelo Outeiro, em meio às areias e aos coqueiros da região, Avé-Lallemant notou o Colégio dos Educandos Artífices. A pobreza dos meninos e os motivos de seu recolhimento, no juízo apressado e desconfiado do estrangeiro, só podiam ser explicados pela preguiça de seus pais. O viajante não estava interessado em compreender as ocupações e o ritmo de trabalho daquela gente à margem dos seus padrões de aproveitamento do tempo e da sua noção de utilidade. Mesmo que desconhecendo os trabalhos de muitos deles (pescadores, jangadeiros, lavadeiras ou ambulantes), ignorando suas jornadas, acabou acertando sobre a procedência de alguns meninos que moravam no Colégio dos Educandos: filhos de pessoas pobres, muitos saíam daquela parte da cidade, além daqueles deixados em Fortaleza por tutores e familiares do interior.

A descrição dos areais e de seus moradores feita pelo naturalista europeu não estava muito distante da forma como essas mesmas pessoas eram frequentemente definidas pelas autoridades envolvidas no recolhimento de crianças nesse período. O Capitão do Porto responsável pela Companhia de Aprendizes Marinheiros reforçava a imagem de desamparo, sujeira e maldade atribuída às crianças pobres. Em relatório enviado ao Presidente da Província em 1870, ele escreveu:

Faz pena e chama atenção do homem educado, ver-se pelos arrabaldes da nossa cidade e mesmo pelas ruas públicas desta capital, crianças na maior nudez, com os pés quase inutilizados pelos insetos, viciosos já em tenra idade, sem correção na primavera dos anos, quando o espírito principia a desenvolver-se e quando a educação tão necessária pode salva-los de serem futuros maus cidadãos.⁶⁴

Tais construções imagéticas sobre as famílias pobres, as crianças em condição de miséria e os subúrbios da cidade inferiam no sentido dado ao recolhimento, fazendo parecer, entre os agentes que acreditavam na educação como profilaxia do crime e da vadiagem, que era uma excelente medida de inclusão das crianças. Não havia para eles nada de contraditório no recolhimento porque, ao olharem para as crianças, viam deformidades, ignorância, imundície. Acreditavam que a interferência do Estado na vida daquelas crianças era o melhor que poderiam ter. Seu olhar, criador dessas representações da pobreza era alimentado pela circulação, cada vez maior na imprensa, dessas mesmas imagens e discursos, especialmente quando as únicas notícias que davam a ver os areais eram sobre violência, doença e fome.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o caráter noticioso dos jornais de maior circulação foi sendo ampliado. Ao lado das “notícias diversas” que tratavam de

⁶⁴ Relatório do Capitão do Porto Achilles Lacombe. In: Fala do Presidente da Província do Ceará João Antônio de Araújo de Freitas Henriques. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1870, p.4. [Anexos].

acontecimentos na cidade, os textos de jornalistas, médicos, políticos e literatos iam compondo a opinião pública, ou melhor, iam consolidando seus valores, escrevendo para seus pares e elaborando uma *cidade sensível* – na expressão de Sandra Pesavento. Ou seja, os jornais contribuíram para disseminar imagens da cidade, qualificando espaços e sujeitos, mostrando como a realidade urbana era sentida e vivida por aqueles que sobre ela escreviam. Pesavento explicou que a *cidade sensível* é imaginária, está associada à atribuição de sentidos e instaura distinções como progresso/atraso, arcaico/moderno, passado/futuro.⁶⁵ Por isso, tão importante quanto as notícias sobre os sujeitos do recolhimento e seus espaços dentro da cidade são os escritos que mostravam a forma de conceber a educação destinada aos pobres. Acessar essas ideias possibilita compreender as razões do recolhimento e as disputas que o perpassavam.

O jornalista, poeta e diplomata português Guerra Junqueiro, em um texto reproduzido no jornal cearense *Echo do Povo*, combatia a caridade e exortava os filantropos a investirem na formação de escolas, afirmando, em tom ácido, que a sociedade era responsável pela criminalidade. “Se tivesse fornecido *abc* ao ignorante e um ofício ao mendigo, a soma da ignorância com a miséria não produzia esse resultado – o crime”, dizia ele ao criticar a tentativa de regenerar os presos e não evitar os delitos. Nesse mesmo conto em que a educação aparece como meio de “salvar as crianças”, Junqueiro narrou a história de um assassino, que desde menino desconhecia as virtudes, passando de gatuno a ladrão. Preso ainda jovem, tornou-se pior: “A cadeia engoliu um malandro e vomitou um assassino”. E tudo isso ocorreu, no contendo da denúncia do autor, porque a criança – produto do erro de sua mãe e não do amor conjugal, como Junqueiro fez questão de enfatizar – não foi acolhida pela escola. A rua, a taverna, as galés foram os espaços de socialização do personagem anônimo de Guerra Junqueiro. Para apresentá-lo, o autor formulou a lógica causa-efeito que capturava o destino dos desvalidos: “É um fruto do chão, pobre. Vem do estrume e vai para forca. (...) A lama ensanguentada da miséria tem dessas gerações espontâneas”.⁶⁶

O texto foi escrito em Lisboa no inverno de 1879 e publicado em Fortaleza alguns meses depois. As ideias que defendeu e fez circular fornecem indícios de um campo sensível do universo letrado na observação e inferência na vida das camadas populares. Os adjetivos trazidos pelo autor, “farrapo da miséria”, “sapo de esgoto”, “cérebro analfabeto” que ferem a sensibilidade do leitor atual – ou ao menos seriam alvo de críticas por parte da opinião pública

⁶⁵ PESAVENTO. S. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n° 53, 2007.

⁶⁶ O inverno. *Echo do Povo*, ed. 08, p.4, Fortaleza, 14 ago de 1879.

– parecem dar mais vida, mais ênfase, às prerrogativas de governos, da imprensa e de senhores proprietários. Ainda que a defesa de Junqueiro fosse a ampliação e acesso à educação, sua argumentação indeferia todas as práticas sociais das pessoas pobres. O crivo dessa tal modernidade não concebia a família pobre como espaço de educação. Esse seria, portanto, o ponto-chave do recolhimento.

A empresa a que se destinava as instituições de assistência infantil no Ceará a partir da década de 1850 – equipar a cidade de trabalhadores ou, de forma ainda mais fundamental, inculcar nos pobres a lógica da utilidade do trabalho em perspectiva capital – era, na opinião de vários presidentes de província, tão laboriosa que não poderia ser exequível sem o recolhimento, sem que, teoricamente, o aluno estivesse o tempo inteiro sob a tutela do Estado. O que apareceu na justificativa do recolhimento foi a necessidade de fundar outro indivíduo, um novo “tipo social”. Defendia-se que as crianças tuteladas e recolhidas pareceriam muito mais com o futuro do que com o passado da Província. Este fundamento era um exercício importante de representar a modernidade urbana.

Para os apoiadores da caridade e do assistencialismo filantrópico, que Amaral Lapa chamou de “caridade indireta”⁶⁷, se a família pobre considerada arcaica e moralmente deficiente não acompanharia a “evolução” da modernidade, justo seria retirar uma parte de seus filhos para serem multiplicadores de uma nova realidade social. Entretanto, as limitações do recolhimento, em termos de escala, eram visíveis para seus observadores contemporâneos. Recolher cinquenta, cem ou duzentas crianças não traria grandes efeitos imediatos. Por isso, a lógica do recolhimento era, além de separar as crianças de seus grupos originais, impactar as famílias. Como fazê-lo?

A profissionalização de uma parcela mínima de braços disponíveis na província produziria uma nova geração de trabalhadores mais ou menos familiarizada com o “progresso”. Esse progresso seria a observância da disciplina do trabalho, a assiduidade e a sistematização dos fazeres profissionais. O recolhimento associado ao ensino profissionalizante das crianças pobres teria como resultado esperado o gosto pelo cumprimento do trabalho, gerando uma espécie de hábito, cujo efeito seria um estranhamento dos padrões considerados voláteis das ocupações informais. Essa projeção era uma tentativa de reconfigurar a cidade, econômica e culturalmente. Falava-se de “progresso”, “avanço industrial” e que a formação de profissionais traria um futuro promissor ao Ceará, mas a realidade da população era bem diferente dos

⁶⁷ LAPA, 2008.

discursos do governo. Afinal, a informalidade das ocupações laborais era o que caracterizava os meios de sobrevivência de grande parte dos moradores da capital.

Depois de realizado o arrolamento, verificou-se que no final da década de 1880, dos quase 27 mil habitantes identificados em Fortaleza (contando as freguesias de São José e Nossa Senhora do Patrocínio), 17 mil não tinham profissão definida, chegando, em número aproximado, a 63% da população sem ofício formal. Estes trabalhadores alimentavam o mercado de atividades pouco valorizadas ligadas ao trabalho doméstico, ao comércio, ao abastecimento e a outras ocupações fortuitas. Nesse tempo, oficialmente rompida com a escravidão, a capital procurava imprimir suas definições de modernidade também na ordenação dos trabalhadores, cujo peso mais malévolos seria a ociosidade.

De certo, o combate à ociosidade não é próprio do século XIX; vem de longa data, especialmente numa sociedade em que o trabalho compulsório se fez regra. Entretanto, no que tange ao recolhimento de órfãos, pode ser relacionado à construção de uma nova moralidade para o trabalho livre. Busca-se acrescentar que um desses caminhos de regulação dos trabalhadores livres esteve diretamente ligado ao recolhimento de crianças em instituições de ensino profissionalizante, como tem demonstrado diversos estudos sobre a temática.

Matilde Crudo pesquisou sobre a Companhia de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, fundada em 1842, que se constituiu, segundo a autora, a única experiência de ensino profissional nessa província durante o século XIX. Ela defendeu que as crianças admitidas nas oficinas do exército não respondiam às necessidades de mão de obra no contexto de incremento industrial da região. Assim, a ideia do arsenal não seria a provisão de trabalho qualificado para o mercado local, situando a criação da companhia no âmbito de afirmação política do exército brasileiro na construção do Estado Nacional. Porém, o argumento que mais repetiu em seu texto foi de que o espaço do arsenal de guerra procurava incutir disciplina, reconhecimento das hierarquias e respeito aos horários de trabalho com objetivo de ordenar a população pobre. Essa militarização abordada na tese se estendia aos trabalhadores livres, escravos da nação, escravos alugados, soldados, aprendizes e presos que conviviam diariamente com os meninos no recolhimento do arsenal. Tratando das crianças, a autora afirmou que a experiência militar obteve êxito, mas não sem resistências.⁶⁸

⁶⁸ CRUDO, Matilde Araki. **Infância, Trabalho Educação: Os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842 – 1899)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

No Pará, fora criada em 1840 a Casa de Educandos Aprendizes, com aulas de instrução básica e iniciação profissional, que na segunda metade do XIX, passou a ser Instituto de Educandos Aprendizes. Essa mudança correspondia a uma tentativa de deixar de ser simples abrigo e consolidar o ensino profissional naquela província. Com base na pesquisa de Andreson Barbosa, percebe-se que o recolhimento se manteve como regra para a matrícula no estabelecimento, sob a repetida alegação de que era inviável competir com a rua e com a irresponsabilidade das famílias no agenciamento disciplinar das crianças. O autor também destacou os discursos modernizantes de superação do ambiente amazônico, que segundo o governo paraense, estaria ligado às culturas de indígenas e de “caboclos”. Nesse sentido, a assistência à infância, além de reafirmar o valor do trabalho como redenção dos pobres, ainda buscava quebrar tradições culturais comuns entre descendentes de povos indígenas e negros – genericamente chamados de mestiços – através do recolhimento e tutela dos meninos.⁶⁹

Segundo Alcileide Nascimento e Gabriel Barros, instituição semelhante foi criada em Pernambuco para acolher órfãos, desvalidos e meninos encaminhados da Casa dos Expostos, um asilo de crianças deixadas na Roda. O Colégio de Órfãos, instalado em Olinda em 1835, priorizava o isolamento e a proibição dos educandos de estarem com qualquer pessoa externa ao colégio. Dirigido por padres, funcionando em um convento, havia bastante apreço ao silêncio e à reclusão. Os autores perceberam na organização dessa instituição princípios filantrópicos que se misturavam às práticas e aos ideais caritativos. De acordo com a documentação analisada, o recolhimento infantil também aparecia como medida indispensável para projeto de formar bons trabalhadores.⁷⁰

O Colégio de Educandos Artífices, a Companhia de Aprendizes Marinheiros e o Colégio da Imaculada Conceição condicionaram o ensino de ofícios na província do Ceará Imperial ao recolhimento das crianças assistidas pelo Estado. Como se pode notar, as muitas feições do ensino profissional no Brasil durante os oitocentos – arsenais de guerra, companhias de aprendizes, colégios, colônias agrícolas – administradas e planejadas por sujeitos coletivos bem diferentes, que vão desde irmãs vicentinas a generais do exército, definiram o recolhimento como estratégia pedagógica hegemônica. A eficácia dessa prática é algo difícil de ser avaliado. Entretanto, não se pode deixar de admitir que algum impacto causou na formação dos

⁶⁹ BARBOSA, Andreson Carlos. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

⁷⁰ NASCIMENTO, Alcileide; BARROS, Gabriel. Crias do abandono, filhos da ordem: assistência, poder e resistência no Colégio dos Órfãos de Pernambuco (1835 a 1875). **Clio**, Recife, v. 28, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2010.

trabalhadores brasileiros. O recolhimento para o ensino profissionalizante – independente da avaliação de habilidades dos aprendizes –, entre outros tantos mecanismos de disciplinarização e tentativas normatizadoras do trabalho manual, foi efetivado em quase todas as províncias do Império e defendido arduamente por governos, filantropos, religiosos e juízes de órfãos.

2.3 Os pequenos entre o Estado, a Caridade e a Filantropia.

As expressões “avanço”, “melhoramento”, “progresso” estamparam as páginas dos periódicos cearenses em toda segunda metade dos oitocentos. No meio de apelos ou receitas de modernização da província que tratavam de infraestrutura (porto, calçamento, bondes etc.) tanto quanto de pessoas (seus modos e/ou desvios), a profissionalização dos pobres virou pauta recorrente. Em muitas falas, a educação profissional foi proposta como saída para os “entraves” da província. Nesse sentido, a ausência de políticas públicas voltadas à qualificação dos trabalhadores passou a ser tratada como obstáculo à industrialização. O jornal *Pedro II* argumentava que as crianças pobres eram malformadas e, conseqüentemente, mal utilizadas em benefício do crescimento econômico e social, como se percebe no trecho abaixo:

Examinemos agora o que acontece com a instrução das classes laboriosas: a criança que lhe pertence, sai da escola de primeiras letras, aonde aprende a ler e a escrever, o que, não cessaremos de repetir, é já um grande bem. Em chegando a este ponto a sociedade o abandona: nada lhe preparou. Carece ele para viver, dedicar-se a uma profissão. Bem! Pois aprenda-a como puder. (...)
Há grande espaço entre as disposições de espírito de qualquer jovem quando tem a ventura de ser mandado ao colégio e o operário a quem a necessidade de se preparar qualquer ofício conduz a uma escola industrial. Não acontece isso porque a capacidade natural seja maior n'uma do que n'outra classe; quem causa as diferenças, e as vezes mui notáveis, é a educação doméstica e as ideias que com esta recebemos. O que mais desejamos é que se organize a educação profissional e que amplamente se derrame.⁷¹

A citação permite discutir e situar historicamente ao menos três elementos: a) as desigualdades sociais, quando não admitidas como naturais – como, por vezes, acontecia – eram produto da “educação doméstica”, ou melhor, da falta de uma “boa” educação doméstica; b) as crianças pobres precisavam ser direcionadas ao trabalho para conseguirem uma “profissão digna”; c) o Estado tinha o dever de prevenir o ócio, organizando a educação profissional. Uma tríade que fundamentaria as ações filantrópicas na província.

Viu-se na seção anterior o aparato de ideias e experiências que explicava a pauperização dos trabalhadores pelo desvio da moral – fabricada e mantida por proprietários de bens e de pessoas, ricos comerciantes, clérigos, legisladores, veiculada e reforçada pelos

⁷¹ Economia Social: Obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da indústria. **Pedro II**, ed. 1263, p. 3-4. Fortaleza, 20 Ago. 1853.

homens letrados. Para eles, a miséria era causada pelas famílias que não sabiam educar os filhos. Nesse mesmo artigo citado acima sobre o aperfeiçoamento da indústria, afirmou-se que as oficinas já instaladas em Fortaleza nada podiam ensinar aos aprendizes, já que o próprio mestre que passava “a vida no emprego material das forças físicas, não sab[ia] acautelar-se das paixões que o saqueiam e subjagam”. Assim, o melhor remédio seria ensinar formalmente um ofício e encaminhar os jovens trabalhadores à profissão que mais utilidade apresentasse aos planos de urbanização e crescimento econômico de Fortaleza. Nesse ponto é que entraria a ação da filantropia, como financiadora do projeto ocupacional para os pobres. O Estado seria o agente de institucionalização do ambiente reparador da indigência, que, atrelado à Igreja Católica, nortearia o caminho moral de combate à ociosidade.

Durante todo o mês de agosto de 1853, os editores do *Pedro II* publicaram diversas opiniões e comentários sobre a “utilidade de uma casa de educandos”, com a instalação de oficinas mantidas pelo Estado e dirigidas por gente competente. Um longo debate se manteve na imprensa a esse respeito. Conservadores e liberais concordavam que “reunir meninos desvalidos para dar-lhes educação moral, intelectual e profissional”, era uma excelente iniciativa, sobre a qual o jornal *O cearense* também se pronunciou várias vezes no decorrer da década de 1850.⁷² Todavia, foi somente em 1856 que a proposta saiu do papel e o governo provincial obteve autorização para fundar a tão falada escola. Teve início assim, o projeto governamental de organização da educação profissionalizante e interferência sistematizada na vida dos trabalhadores livres cearenses.

Foi anunciada por Paes Barreto, então presidente da Província do Ceará, a instalação do Colégio de Educandos Artífices (ou Casa de Órfãos), inaugurado em 10 de março de 1857. Passou a funcionar no Outeiro – lugar onde se concentrava moradias pobres, em sua maioria de taipa – em prédio antes destinado ao hospital para internação de doentes do cólera. Ali, foram recolhidos apenas meninos que receberiam instrução primária (leitura, escrita, noções gerais de gramática nacional, contabilidade até complexos), aulas de música instrumental e vocal, além de inserirem-se em alguma oficina (inicialmente, alfaiataria e sapataria).

A criação do Colégio de Educandos Artífices seguiria o modelo das instituições filantrópicas identificadas com os ideais da medicina social e combate à “degeneração moral”

⁷² Em destaque: Utilidade da Casa de Educandos Artífices. **Pedro II**, ed. 1264, p 3, 24 ago. 1853; Colégio de educandos. **O Cearense** ed. 1072, p. 1, 3 nov. 1857.

das famílias. Segundo Maria Luiza Marcílio, o século XIX inaugurava novas modalidades de amparo às crianças órfãs, diferente daquilo que a autora caracterizou como “fase caritativa”, pensando principalmente nas rodas de expostos em conventos e casas de misericórdia do Brasil Colônia. Para ela, as interferências do saber médico-higienista, a difusão das ideias liberais – especialmente com as leis abolicionistas – e os pressupostos da antropologia criminal que começaram a fazer sucesso entre juristas brasileiros, conferiam um caráter cientificista à caridade, preocupada agora não apenas com o amparo, mas ainda com o equacionamento social e a prevenção da ociosidade.⁷³

Essa discussão se consolidou no ambiente letrado nacional no início do século XX. Conforme indicou Claudia Viscardi, as obras de caridade com relação à assistência aos pobres passaram a ser criticadas por intelectuais liberais, entendidas como desperdício de dinheiro. Era preciso fazer uma diferenciação da pobreza, conferindo responsabilidades aos indigentes, organizando ações filantrópicas (reparadoras) de combate à pobreza resultante de desvio de caráter e/ou das distinções raciais. Ainda no século XIX, sob influências de produções europeias associadas à filantropia científica, verificou-se no Brasil o início de medidas mais metódicas de assistência à pobreza. Essa inspiração viria da Inglaterra, especialmente da Charity Organization Society, com políticas de atendimento aos pobres que extrapolavam a noção religiosa de doação. Nas primeiras décadas da República, conforme demonstrou Viscardi, essa discussão ganhou força entre reformadores, a exemplo do desembargador Ataulpho Paiva, que defendia a laicização da assistência e adoção da filantropia jurídica.⁷⁴

Na década de 1850, contudo, embora as noções de filantropia já pudessem ser vistas nos jornais, ainda não apareciam tão sistematizadas ou tão notadamente separadas da ideia de caridade. É possível identificar, ao longo das décadas de 1860/70, uma mudança na forma de explicar a pobreza, com algum deslocamento sobre a origem do problema. Mas não é possível separar uma fase caritativa de outra mais filantrópica. O certo é que cada vez mais os pobres passaram a ser responsabilizados por sua condição miserável – perdendo-se um pouco a explicação da pobreza como algo natural; porque os seres vivos seriam naturalmente diversos. A pobreza passou a ser gradativamente apresentada como elemento social, mas não sob a defesa da igualdade e sim como resultado da falta de ímpeto civilizatório entre os pobres. No entanto, entre essas continuidades e mudanças, o trato científico de assistência aos indigentes passou a

⁷³ MARCÍLIO, 2006.

⁷⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciências, Saúde – **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p.179-197, dez. 2011.

ganhar nitidez nos periódicos cearenses somente no final do século XIX, provavelmente porque, durante todo o Império, a Igreja esteve muito presente na organização do Estado brasileiro.⁷⁵

O Colégio de Educandos foi apresentado pela própria administração provincial como “estabelecimento de educação e caridade que honra[va] a patriótica assembleia que o decretou”.⁷⁶ Mesmo a denominação “Casa dos órfãos”, que aparece até na documentação oficial, parecia corroborar essa ideia de abrigo, um tanto distante de escola de ofícios. Nesse caso, o presidente se colocava como benfeitor, nomeando de caridade o emprego do dinheiro público na manutenção do Colégio. Segundo o regulamento e demais documentos oficiais sobre o funcionamento e os custos efetivos dos educandos, todas as despesas eram custeadas pela Tesouraria da Província, devendo ser aprovadas pela assembleia legislativa. Os ordenados da direção, dos professores e dos mestres de ofício constavam na folha de pagamento da província; a aquisição de materiais escolares, livros e matéria-prima para as aulas práticas também passavam por licitações, bem como o abastecimento de gêneros alimentícios, contratado através de editais. Diferente de outros internatos – como o Colégio da Imaculada e a Colônia Cristina, criados posteriormente – não foram anunciadas caixas beneficentes ou lista de doadores para o Colégio de Artífices. Era, pois, um projeto governamental, o que não excluía a presença da Igreja na condução do estabelecimento, que, na maior parte do tempo, foi dirigido por padres.

Os nove anos de funcionamento do Colégio de Educandos (1857-1866) foram marcados por muitas tensões políticas, que encontraram vasão na imprensa do período. As nomeações para administração da Casa e as obras no prédio revelaram, além das dificuldades em fazer funcionar o projeto de educação profissional, as disputas partidárias que movimentavam o cenário político da época. Marcas de uma política centralizadora, as disposições que regulavam o Colégio permitiam total interferência do governo nos assuntos educacionais, tanto que, de acordo com o artigo 62, todos os funcionários do colégio eram de “livre nomeação e demissão do presidente da província”. Além disso, a respeito da instrução primária e do ensino profissional, o mesmo regulamento determinava que existiriam no estabelecimento “as oficinas que o presidente da província julga[sse] conveniente criar”.⁷⁷

As (in)conveniências dos presidentes de província afetavam diretamente o cotidiano dos meninos recolhidos, já que entre nomeações, demissões e licitações ao sabor da

⁷⁵ SANTIROCCHI, Ítalo. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 27, 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013.

⁷⁶ Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Brasileira, 1858.

⁷⁷ Regulamento do Colégio dos Educandos. **Pedro II**, ed. 1640, p 1, 12 Dez 1856.

presidência a ordem de prioridade para o funcionamento da casa nem sempre partia da direção da escola, mas dos acordos previamente estabelecidos pelo governo. Em 1857, assumiu como vice-diretor (a quem cabia ministrar as aulas de primeiras letras), o Sr. Manoel Rufino de Oliveira Jamaracú, em substituição ao Padre Medeiros, que, segundo os liberais do *Cearense*, teria sido “injustamente demitido pelo Sr. Mendes” – comendador Joaquim Mendes da Cruz, vice-presidente, que esteve na presidência por alguns meses de forma interina.⁷⁸ Alguns dias depois, Mendes da Cruz explicou em curta publicação no jornal *Pedro II*, que demitiu Medeiros do Colégio em razão da “grave desarmonia entre o diretor desse estabelecimento e o seu vice-diretor, circunstância que não poderia deixar de prejudicar o adiantamento dos educandos”.⁷⁹ Anos se passaram e as sucessivas trocas de professores faziam com que as aulas fossem irregulares, atrapalhando a aprendizagem, como apontou o Pe. Antônio de Braveza em relatório apresentado em 1864. Segundo consta, os meninos passaram quase um ano sem aula, com exceção de alguns momentos em que o próprio diretor Braveza ministrava lições de leitura e aritmética. Depois desse intervalo, o padre Florêncio de Almeida Pinto – que viria a ser o último diretor do colégio – assumiu as aulas por cinco meses e entrou de licença. Um professor substituto foi direcionado ao Colégio e demitido depois de três meses, para dar lugar a Pedro Pereira da Silva Guimarães Júnior, parente do deputado Silva Guimarães. Ao que parece, esta nomeação não agradou muito o diretor, que de forma contundente, reclamava dos prejuízos gerados na vida dos educandos, e recomendava que se evitasse a contratação de “pessoas, que além de não terem a devida vocação para o magistério, acresce que buscam este emprego, por especulação, e tão somente enquanto não arranjam outro melhor!”⁸⁰

No mesmo ano (1864), na gestão de Lafayette Rodrigues Pereira, Padre Braveza foi substituído pelo Padre Florêncio, que relatou em maio de 1865, seu esforço em reorganizar o Colégio de Educandos, fazendo valer, segundo ele, o investimento da província na educação profissional dos desvalidos, argumentando que “outro qualquer raciocínio seria, uma verdadeira aberração”, e se dispondo a melhorar o colégio, esperava que “removida a desordem, e a irregularidade em que tem marchado este estabelecimento, algum resultado útil há de aparecer com mais algum tempo”. Florêncio criticava abertamente Braveza, afirmando que encontrou a casa em “completa insubordinação”, onde educandos e mestres não apresentavam “submissão

⁷⁸ Notícias. *O Cearense*, ed. 1035, p. 4. Fortaleza, 26 jun. 1857.

⁷⁹ Casa de Educandos. *Pedro II*, ed. 1701, p. 2. Fortaleza, 18 jul. 1857.

⁸⁰ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices – Pe. Antônio Nogueira de Braveza. In: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p.1 [Anexos].

e respeito”.⁸¹ No meio dessas minúcias partidárias e intrigas, os garotos enfrentavam diversos problemas, que a despeito da indicação política do diretor, se repetiam ano a ano nos relatórios apresentados. Faltavam livros, as roupas eram insuficientes, o estado sanitário da casa era precário, os mestres eram mal remunerados e pouco atenciosos, as dependências da escola estavam sempre carecendo de reforma.

Para expor o governo, o Colégio dos educandos figurava nas denúncias de irregularidade e desvio do dinheiro público, quando assim era interessante ao grupo que estivesse na oposição. Em maio de 1857 o gabinete provincial expediu ofício ao diretor dos educandos autorizando-o a receber instrumentos de música comprados por 800\$00 réis, que pertenciam a extinta banda da Guarda Nacional.⁸² O valor dos instrumentos foi questionado pelos liberais, que durante vários dias, atacaram “as mal versações do poder, atos ilegais, e imorais, que a opinião pública deve estigmatizar”.⁸³ Segundo o jornal *Cearense*, os instrumentos foram adquiridos em 1854, pela quantia de 400\$00 réis e, sendo para o batalhão da Guarda, foram isentos de impostos na alfândega. O valor duplicado seria para beneficiar o tenente coronel José Pacheco, que lucraria com a venda dos instrumentos velhos.⁸⁴ O governo conservador retrucou nas páginas do *Pedro II*, afirmando que os instrumentos teriam custado, à época de sua aquisição enquanto novos, o valor de 1:200\$000 e que a única intenção de todo o burburinho levantado pelo outro jornal era desmerecer as ações da presidência da província. Durante semanas esse duelo sobre os instrumentos musicais se manteve aceso nos periódicos da cidade. De toda forma, chegaram ao Colégio. Porém, mais tarde, na década de 1860, o diretor sugeria que fossem trocados por instrumentos de orquestra, já que a música marcial exigia um esforço incompatível com a maioria dos meninos da instituição.

Outras muitas contendas envolvendo o Colégio, especialmente as obras iniciadas, paralisadas, retomadas e refeitas no prédio e na capela, indicaram uma série de medidas governamentais mais destinadas a compor e favorecer uma rede de apoiadores políticos do que empregadas em favor das demandas mais urgentes dos educandos.⁸⁵ Assim, os discursos acerca da utilidade da Casa – ora repetindo argumentos caritativos de acolhimento dos órfãos a quem

⁸¹ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará – Pe. Florêncio Almeida Pinto. In: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p. 4 [Anexos].

⁸² Expediente do dia 30 de maio. **Pedro II**, ed. 1687, p.2, 6 jun. 1857.

⁸³ Os esbanjamentos dos dinheiros públicos. **O Cearense**, ed. 1040, p. 1, 14 jul. 1857.

⁸⁴ Os instrumentos da casa de educandos. **O Cearense**, ed. 1039, p. 2, 10 jul. 1857.

⁸⁵ Foi muito criticada a quantia que a Província gastou com o muro do Colégio de Educandos. *cf.*: Só no Ceará. **O Sol**, ed. 162, p. 3, 10 nov. 1859. O jornal Cearense chamou de “Teia de Penélope” as construções no Colégio, afirmando que derrubaram o muro desnecessariamente para depois reconstruir com o dinheiro público, *cf.*: Colégio dos Educandos. **O Cearense**, ed. 1147, p.1, 6 ago. 1858.

o Estado deveria zelar como pai, ora ensaiando conceitos filantrópicos de resolução da miséria pelo esforço dos indivíduos, os quais a sociedade adotava de maneira benemerita – foram mantidos nas mensagens dos presidentes, nos relatórios dos diretores, nas páginas dos jornais até o último momento de existência do Colégio.

Em 1866, o presidente Homem de Melo informava que os professores e mestres dos educandos executavam com dedicação e zelo os seus deveres, havendo notável adiantamento dos alunos. Naquele ano, faltou verba para alimentação e justificou-se que os reparos na casa ainda não tinham sido feitos em razão do copioso inverno.⁸⁶ No ano seguinte, o então presidente João Souza de Melo Alvim, destinou parte de seu relatório para explicar a extinção do Colégio de Educandos Artífices. Resumiu: “Era uma ilusão!” Dentre os cálculos esperados sobre as despesas para manutenção da Casa, no conhecido repertório de contenção de gastos, outros elementos se destacaram em sua fala:

Esses menores, assim habituados na infância a uma existência confortável, teriam mais tarde de sofrer uma prova dura, lutando com a escassez para se manterem com a decência com que foram educados.(...) Entendi, pois, que com fundados motivos devia propôr a extinção d'esse estabelecimento, onde a mocidade pobre perdia a melhor parte da sua vida n'uma ociosidade assaz cara a província.⁸⁷

O argumento de Melo Alvim sugeria que o suposto conforto da Casa de Educandos – aspecto que será debatido mais adiante – era inapropriado para crianças pobres, mais tarde, adultos pobres, inevitavelmente mal alimentados. Todo o discurso de promoção do trabalho qualificado, dos “braços úteis à província” era agora desconstruído pelo presidente. Depois de tantos relatórios apresentando o andamento das aulas e das oficinas, qualificar de ociosidade o internamento era, no mínimo, contraditório. No âmbito das discussões sobre o ordenamento do trabalho livre e da educação profissional que ganhavam, cada vez mais um véis filantrópico, a justificativa apresentada para o fechamento do colégio coadunava um pensamento escravista, atrelando o trabalho manual às pessoas ditas inferiores, sobre as quais pesava a imutabilidade. Isso evidencia as incongruências das políticas educacionais dentro de uma sociedade em que a escravidão era legitimada. O que Melo Alvim representava, nesse contexto, eram os apelos em manter o trabalho compulsório, a vontade de dar continuidade a um projeto político-social de segregação, no qual o trabalho significava sempre a obrigação dos sujeitos subjugados. Tais sujeitos teriam o dever incondicional de trabalhar, de serem úteis, sem qualquer expectativa de promoção individual – fundamento explícito da escravidão. Contudo, a ideia de uma educação

⁸⁶ Relatório do presidente da Província do Ceará Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1866, p. 20.

⁸⁷ Relatório do Presidente da Província do Ceará João de Souza Melo e Alvim. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1867, p. 12.

profissional, como já foi mencionado, surgia de demandas do capital, dos desejos de exprimir modernidade nos espaços físicos e retóricos da cidade. Sendo assim, o Colégio de Educandos foi emblema de transformações no mundo do trabalho com a afirmação de práticas capitalistas no século XIX, inserido numa mentalidade escravocrata, que defendia o “avanço industrial” e qualificação da mão de obra sem perder o sentimento senhorial.

Esse paradoxo foi discutido por Irene Rizzini, que analisou os discursos moralizadores sobre a infância no século XIX e início do XX. Segundo a autora, esses discursos recaíram sobre as crianças consideradas moralmente abandonadas. Essa definição de abandono moral se construía nos discursos letrados para reforçar a ideia de que muitas famílias pobres não educavam seus filhos, tornando-os perigosos. Dessa forma, a ambiguidade com que as crianças pobres foram tratadas política e juridicamente – ora como esperança de uma nação civilizada, ora como uma ameaça – foi transferida à promoção da educação pública no Brasil. Na tarefa de “salvar a criança”, tentando corrigir seus problemas e moldar os indivíduos para a preservação da ordem, a instrução foi reconhecida como meio mais eficaz para inovar o país – como afirmava o senador Lopes Trovão no final do século XIX, citado por Rizzini. Entretanto, a questão era como fazer isso sem afetar os privilégios da elite. As respostas ganharam formas no despontar da República. A opção foi, de acordo com a autora, a exclusão social. As primeiras medidas republicanas, nos âmbitos jurídico e político, evidenciaram que o projeto de educação para o Brasil fora formulado “como antídoto à ociosidade e à criminalidade e não como instrumento que possibilitasse melhores chances de igualdade social”.⁸⁸

O traço de sujeição que marcou as relações de trabalho livre no Brasil escravista – que permanece, em grande medida, no Brasil contemporâneo – tornou-se obstáculo para a promoção da educação destinada aos pobres. Dessa forma, a propagada utilidade de moldar meninos “desvalidos” em “promissores artífices” e a resolução de acabar com o Colégio em razão da ociosidade que onerava os cofres provinciais, ainda que de forma adversa e incoerente, eram artifícios pertencentes ao mesmo campo da mentalidade oligárquica e excludente com que as autoridades governamentais tratavam os trabalhadores do país.

Depois de abolido o Colégio dos Educandos – cujo prédio foi, posteriormente, entregue aos cuidados das Irmãs Vicentinas para dar lugar ao Colégio da Imaculada Conceição – os setenta garotos internados, sob a orientação do Juizado de Órfãos, tiveram destinos

⁸⁸ RIZZINI, Irene. A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”): Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. *In: ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO DE PSICANÁLISE E DIREITO*, 2, 2005, Paris. **Palestras...** Paris, 2005.

variados: alguns voltaram para a tutela de seus parentes, outros foram dados à soldada e a maioria foi transferida para a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará (CAM-CE), que passou a funcionar em 1865, atrelada a Capitania do Porto.

Por ocasião da transferência dos meninos, Melo Alvim dizia que “as aptidões, índole e costumes da classe” seriam melhor tratadas na Companhia, tendo em vista o aparato militar habituado a “conter seus instintos”.⁸⁹ A proposta de formar artífices era, agora, repassada à Armada, que além da educação básica, oferecia instrução militar e náutica. Passados apenas quatro meses entre a criação da CAM e sua instalação em fevereiro de 1865, 51 garotos já tinham sido recolhidos. Como não existia em Fortaleza nenhum edifício (nem particular) que comportasse a Companhia, foram alugadas, inicialmente, três casas na rua da Palha para alojar os aprendizes e os oficiais marinheiros.⁹⁰ Com o recrutamento e a transferência dos educandos, essas mesmas casas passaram a acomodar 127 meninos, razão pela qual o presidente da província solicitava ao ministro da Marinha o envio de mais verbas para alcançar o número de 200 aprendizes que determinava o regulamento das Companhias (decreto imperial nº1517 de 1855).

A regra era que a Companhia fosse aquartelada nas dependências do Arsenal da Marinha ou, como mandava o decreto, em algum navio destinado a esse fim. Contudo, no Ceará, nem havia Arsenal e nem navio. Acompanhando a documentação pesquisada o que se vê é uma série de adaptações no formato e coordenação desse estabelecimento no Ceará. Ficava sob a responsabilidade do Capitão do Porto, que endereçava seus relatórios ao governo provincial, conforme previsto no decreto de 1855 assinado por José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Negócios da Marinha. Por intermédio da Presidência da Província foram alugadas as casas que abrigaram os aprendizes marinheiros. Além disso, os funcionários civis – médico, capelão, cozinheiro, por exemplo – foram indicados pelo presidente da província, havendo algumas mudanças que acompanhavam as disputas eleitorais. Por essa razão, mesmo sendo um órgão de aparato nacional, é possível notar forte interferência da política local na condução da CAM e no recrutamento dos internos.

No artigo 10 do decreto de 1855, lê-se que os meninos recolhidos deveriam ser, preferencialmente, voluntários. Contudo, caso isso não ocorresse, deveriam as autoridades

⁸⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará João de Souza Melo e Alvim. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1867, p. 12.

⁹⁰ Relatório do Presidente da Província do Ceará Marcondes Homem de Mello. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1865.

locais enviar órfãos e desvalidos à Companhia. As tensões envolvendo o ingresso na CAM serão analisadas mais adiante. Por hora, vale destacar que, o mesmo decreto estabeleceu que a “aquisição dos menores” poderia ser feita por um oficial da Armada, nos lugares de cada província, onde o governo julgasse mais conveniente (art. 12).⁹¹ Esse diálogo entre as autoridades responsáveis pelas crianças pobres (os juízes de órfãos, por exemplo), os oficiais da Marinha e o Gabinete Provincial, conferia à Companhia um misto caráter de abrigo / casa de correção / escola / quartel, que cabia no discurso e na intenção de muitos poderes diferentes. O Governo Provincial, a seu tempo, reforçava a impressão de não ter deixado desamparados os órfãos da Província, visto que apoiava e beneficiava a Companhia, apresentada nas falas presidenciais como recolhimento mais propício aos “desvalidos”. Com efeito, a Companhia de Aprendizes respondia ao projeto de profissionalização dos meninos, além de se apresentar como espaço filantrópico que, nas palavras do capitão do porto João Joaquim Rodrigues Pinto, era “um ato de beneficência, digno de um país civilizado e preciosa garantia contra os perigos da miséria e ignorância”.⁹²

Como se vê, não havia muita distinção entre o discurso conservador/liberal de apoio à educação profissional e a intenção da Marinha na assistência às crianças pobres. Mas a resposta das famílias a esses projetos foi sim bem diferente. Isso ocorreu, em grande parte, dada a rejeição popular aos homens de farda e, por outro lado, a possibilidade – como se verá, nada remota – de os garotos saírem para sempre da província, rompendo laços familiares.

Renato Venâncio, em um texto de síntese sobre as Companhia de Aprendizes, argumentou que frente à pobreza e às dificuldades da vida urbana no século XIX, essas instituições foram uma das poucas possibilidades de ascensão para crianças negras ou libertas, sendo “compreensível que pais e tutores recorressem torrencialmente ao arsenal”.⁹³ Essa constatação não se aplica ao Ceará. Em nenhum momento do século XIX houve uma busca *torrencial* por parte dos pais pela Companhia. Mesmo no contexto de migração dos retirantes na seca de 1877, quando a CAM chegou ao número de 300 aprendizes, era a Chefatura de Polícia o meio de ingresso e não os pais. A maioria dos garotos foi capturada nas ruas da cidade por agentes do governo local e da Marinha, poucos aprendizes eram voluntários.

⁹¹ BRASIL. Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855.

⁹² Relatório do Capitão do Porto João Joaquim Rodrigues Pinto. In: Fala do Presidente da Província do Ceará Cunha Freire, Barão de Ibiapaba. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1874, p. 4 [Anexos].

⁹³ VENÂNCIO, Renato. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, 2013, p. 200.

A instalação da Companhia no Ceará foi contemporânea à Guerra do Paraguai (1865-1870), sendo fortemente marcada por esse contexto político imperial. Fábio Morais observou que depois da vitória brasileira na batalha de Riachuelo (julho de 1865) houve uma intensificação do recrutamento, tendo em vista as operações de guerra na bacia do Prata, momento em que a Marinha adquiriu mais embarcações e, conseqüentemente, demandou maior número de marinheiros. Os anos de 1866 e 1867 foram de recrudescimento do alistamento militar de marinheiros, com enorme resistência popular. A pressa em compor as fileiras militares para guerra e a recusa ao voluntariado impactaram a CAM logo nos primeiros anos de sua existência na província cearense. Ainda segundo Morais, os aprendizes marinheiros foram utilizados como saída emergencial para tripular as fragatas na região platina. Nesse contexto, a Marinha e o governo local incentivaram o envio de aprendizes para a guerra, como se pode notar a partir do ofício abaixo:

De conformidade com o que me foi determinado pelo Ministério da Marinha, cumpre que se faça embarcar no primeiro vapor que passar para os portos do sul, com destino à Corte, os menores da Companhia de Aprendizes que tenham atingido a idade legal e aqueles que, independente dessa condição, apresentem o necessário desenvolvimento e robustez para o serviço.⁹⁴

O Presidente da Província repassava a ordem de alistar dentro da CAM braços para a guerra. Havia, pois, uma ação combinada de recrutar maior número de garotos “desvalidos” na Companhia e de enviá-los, mesmo sem ter idade adequada ou treinamento completo, ao Corpo de Marinheiros. Assim, o ingresso na Companhia foi de imediato atrelado às arbitrariedades da Guerra.

Pretende-se não ignorar as tensões que envolviam a população urbana e os militares nesse período. Essa discussão e suas implicações históricas serão contempladas na seção sobre as formas de ingresso nas instituições orfanológicas aqui estudadas. Nesse instante, chama-se a atenção para o possível distanciamento entre aprendizes e seus familiares, como previa a documentação que regulava o destino dos meninos da CAM. Um levantamento partindo dos relatórios da Capitania do Porto no curto período de uma década, mostrou um expressivo número de aprendizes enviados ao Rio de Janeiro, mesmo depois de finda a Guerra do Paraguai. Durante os anos de batalha, se efetivaram as recomendações da Marinha sobre o envio de aprendizes, incluindo aqueles que estavam longe de terminar o período recomendado de

⁹⁴ *apud* Morais, Fábio André da Silva. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: Nação, honra, pátria e mobilização contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870). 2007. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 172.

treinamento na Companhia (mínimo de três anos). Observe-se que em 1867, 34 aprendizes saíram de Fortaleza com menos de dois anos de formação na CAM, que funcionava desde 1865.

Tabela 4 - Movimento de Aprendizes Marinheiros no Ceará (1866 – 1876)

Ano	Número de aprendizes matriculados	Número de aprendizes enviados ao Rio de Janeiro
1866	84	27
1867	127	34
1868	111	2
1869	98	22
1870	95	25
1871	91	25
1872	64	20
1873	71	1
1874	70	44
1875	75	-
1876	67	15
Total	953	222

Fonte: Relatórios da Capitania do Porto (Anexos aos Relatórios de Presidentes de Província) e **Constituição**, ed. 19, p.1, 1872.

Os números da tabela correspondem aos aprendizes enviados depois de considerados prontos e aos que manifestaram interesse em partir para a Corte. No entanto, esse número pode ter sido maior, pois não foram contabilizados os aprendizes punidos como desertores. O regulamento da Companhia também estipulava que os meninos capturados após três meses depois da fuga seriam prontamente enviados para o Rio de Janeiro, permanecendo presos até a data da partida do navio (art. 39). Os que se apresentassem à Companhia em intervalo inferior aos três meses receberiam castigos, mas permaneceriam no lugar de origem.⁹⁵ Aqui e ali, havia reclamações sobre recrutamentos forçados ou deportações sem aviso prévio.

Em 1868, Miguel dos Anjos partiu para o Rio de Janeiro no vapor *Cruzeiro do Sul*. Esta informação estava entre os ofícios da Presidência da Província expedidos no dia 29 de setembro daquele ano. A Agência da Companhia Brasileira de Paquetes recebeu a ordem para embarcar o menino Miguel, que havia desertado da Companhia de Marinheiros, às custas do

⁹⁵ BRASIL. Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855.

Ministério da Marinha.⁹⁶ Ao longo do tempo, as punições por deserção se tornaram frequentes e muitos garotos foram obrigados a sair do Ceará. As fugas faziam parte do cotidiano da instituição e um dos meios utilizados para combatê-las foi a deportação. Os aprendizes Joaquim Vicente da Silva e Manoel Bezerra fugiram da CAM e foram encontrados, tempos depois, em Maranguape. A polícia os devolveu ao Capitão do Porto, que providenciou sua imediata partida para o Rio de Janeiro. No final de 1876, o presidente da província autorizou o embarque dos meninos com destino à Corte. Seguiram presos e foram endereçados ao Quartel Geral da Marinha.⁹⁷ Essas foram apenas algumas entre dezenas de outras partidas coagidas.

Tais práticas de punição e alistamento forçado estiveram nas bases de formação do Corpo de Marinheiros Imperiais, caracterizado por sua heterogeneidade de origem, cores e etnias.⁹⁸ O remanejamento de crianças entre as instituições de ensino da Marinha quer por medidas disciplinares quer por necessidade de mão de obra em unidades específicas foi abordado por Mônica Lins, que discutiu a desterritorialização de aprendizes marinheiros como parte do processo de subordinação ao trabalho, complementado com o uso dos castigos e da solitária. Via de regra a matrícula de meninos em Companhias/Escolas de Aprendizes distantes de seus lugares de origem foi significativa em todo território brasileiro. Em alguns casos, como em Santa Catarina – onde a maior parte dos garotos recolhidos no final do século XIX era proveniente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul – notava-se pouco rendimento dos aprendizes e excessivos gastos com o transporte dos meninos enviados pela Capitania de outros Portos e pelo Juizado de Órfãos. Essa redistribuição dos meninos, com o tempo, passou a ser criticada pelo almirantado que era a favor da modernização do treinamento e ensino naval, cujos argumentos insistiam no “investimento útil” dos recursos da Armada. Conforme Lins, outro aspecto evidenciado pelo remanejamento de crianças na Marinha foi o caráter discriminatório dessa prática, já que meninos pobres eram mais afetados, tendo em vista as diferenças na formação de oficiais e praças. Na preparação do oficialato as transferências para outros locais ou para estudos na Europa não funcionavam como punição, estando quase sempre associadas às possibilidades de ascensão dentro da hierarquia institucional.⁹⁹

⁹⁶ Presidência da Província – Ofícios. **Pedro II**, ed.210, p. 1, 8 out 1868.

⁹⁷ Ofícios. **A Constituição**, ed. 137, p. 1, 1 dez. 1876.

⁹⁸ JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

⁹⁹ LINS, Mônica Regina Ferreira. **Viveiros de “homens do mar”**: Escolas de Aprendizes Marinheiros e as experiências formativas na marinha militar do Rio de Janeiro. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

A tabela apresentada acima foi elaborada com o propósito de chamar a atenção para o fenômeno – previsto na formação dos marinheiros – de ruptura com o seu local de origem. Observando apenas os dados oficiais, sendo impraticável computar o número de aprendizes enviados ao Rio por motivo de deserção, viu-se que mais de 23% dos meninos que passaram pela CAM em sua primeira década de funcionamento no Ceará foram remetidos ao Corpo de Marinheiros. Além disso, longos períodos sem notícias dos grumetes e praças, a invalidez de marinheiros e os altos índices de óbito por doença também contribuíram para que famílias pobres rejeitassem o aquartelamento de seus filhos.

A saúde dos marinheiros, diante dos dados sobre as baixas por doenças num momento em que era tão custoso completar o efetivo de praças, virou uma preocupação constante entre os oficiais da Armada, pauta de muitos escritos sobre a ampliação da Marinha no Brasil Oitocentista. Em 1882, o Chefe de Divisão Graduado Ignacio Joaquim da Fonseca foi incumbido de elaborar um projeto de “melhoramento das praças de pret”, no qual listou como principais problemas da marujada a deserção (que representava, segundo seus cálculos, o dobro do número de marinheiros engajados) e a debilidade física dos aprendizes e das praças do Corpo Geral. Sugeriu uma lista de 23 itens para sanar as falhas que impediam o desenvolvimento da Marinha. Entre reformas estruturais, como a extinção das Capitânicas dos Portos e transferência de suas responsabilidades para o Ministério da Fazenda, propôs a abolição do castigo físico, a diminuição do tempo de serviço, a moderação da saída dos marinheiros dos escaleres de bordo e dos quartos (oportunidades de deserção) e, principalmente, “velar por todas as condições higiênicas a bordo e nos quartos”, incluindo a limpeza dos uniformes e preparo das refeições.¹⁰⁰ O projeto de Fonseca apresentado ao Conselho Naval orientava ações imediatas para amenizar “a decadência e insuficiência, quer pela qualidade que pela quantidade, que vai se estendendo fatalmente sobre a classe de oficiais marinheiros e inferiores”.¹⁰¹ No texto, ele afirmava que faltavam mapas precisos sobre o tempo de serviço dos marinheiros e sobre as causas das baixas. Mas, segundo alguns oficiais consultados, era alarmante o contingente de inválidos que saía da Marinha – fenômeno atrelado ao despreparo para a vida no mar, mesmo entre aqueles que passavam pelas Companhias de Aprendizes.

Preocupados que estavam em averiguar os motivos pelos quais havia insuficiência de marinheiros em um país de território extenso e de maior concentração demográfica no litoral,

¹⁰⁰ FONSECA, Ignácio Joaquim. Melhoramento das praças de pret. **Revista Marítima Brasileira**, Ano 2, vol. 3. p. 84 – 93, Rio de Janeiro: Lombaerts & C, 1882.

¹⁰¹ *Idem*, p. 86.

os oficiais da Armada acabaram por demonstrar o quanto era desfavorável a carreira militar para a população pobre do Império. Portanto, as famílias reuniam muitas razões para não reconhecer na CAM uma oportunidade de profissionalização proveitosa. A partida obrigatória dos aprendizes, além do recrutamento compulsório de meninos pobres e órfãos, o longo tempo de serviço e a rígida hierarquia das Forças Armadas, era um dos motivos pelos quais as famílias demonstraram tanta aversão à Companhia. Além disso, não havendo em Fortaleza instituição voltada à detenção de meninos infratores, a Companhia de Aprendizes foi senão cada vez mais utilizada pela Força Policial como lugar de destino dos “delinquentes” e “incorrigíveis”, conferindo uma imagem depreciativa aos garotos internados. Reitera-se que a proposta de assistência e militarização das crianças empreendida pelo Estado Imperial teve muitos enfrentamentos a vencer, mais que o Colégio dos Educandos, cuja ideia era aumentar o número de artífices locais, que permaneceriam em Fortaleza.

No campo das resistências populares, nas formas de burlar, fugir ou se apropriar da educação profissional oferecida pelo poder público, a migração obrigatória foi um enorme fator de rejeição. O recolhimento das crianças era, por certo, bastante incômodo. Mas havia a possibilidade de retorno. Mesmo afastadas das famílias, as crianças, supostamente, retornariam depois de concluírem o curso, ou poderiam ser recuperadas pelos pais, ou poderiam simplesmente fugir de volta para casa ou para a companhia de seus familiares. Mas, na CAM, isso era pouco negociável.

Com anos de existência no Ceará a Companhia não conseguia completar o número recomendado de 200 aprendizes. Sobre isso, o capitão do Porto Achiles Lacombe, entendia que o problema estava na “esquivança da população órfã e desvalida, inteiramente ignorante dos benefícios dessa instituição”.¹⁰² Os oficiais da Marinha, os padres, as irmãs vicentinas repetiram a mesma argumentação sobre a ignorância dos pobres e, sempre que interpelados, defenderam os “benefícios” do isolamento, do castigo físico, da exportação, do trabalho pesado.

Em momentos de crise mais aguçada, as crianças órfãs vinham à tona e figuravam nos discursos de piedade cristã como alvo das esmolas e objeto da caridade. Vitimadas por doenças ou morte dos pais, em contextos de epidemia ou grande escassez, acabavam por entrar nas estatísticas como andarilhas, abandonadas à própria sorte. Nesse lugar, o incremento da caridade se potencializava, emergia como ação dos abastados, sempre seguida de publicidade.

¹⁰² Relatório do Capitão do Porto Achiles Lacombe. In: Relatório do Presidente da Província do Ceará José Antônio Calasans Rodrigues, Barão de Taquary. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1871. [Anexos]

Passados os momentos mais difíceis da epidemia de *cólera-morbus* no Ceará (1862), que afetou mais severamente as cidades de Icó e Aracati, acompanhou-se uma intensa campanha de arrecadação de recursos destinados à assistência infantil.

No final do referido ano, o presidente da província em viagem ao Rio de Janeiro, conseguiu uma subscrição disponibilizada pelo desembargador Figueira de Melo em favor das vítimas da epidemia. Como o valor era bem expressivo para o contexto (dez contos de réis), especulou-se sobre o destino que deveria ter o dinheiro.¹⁰³ Na ocasião, o bispo do Ceará, D. Luiz Antônio dos Santos, sugeriu a criação de um colégio de órfãs, o que motivou a campanha, divulgada amplamente na imprensa local. Diante do argumento de que distribuir o dinheiro para os lugares mais afetados pela doença surtiria pouco efeito, pensou-se em empregar o recurso em algo mais organizado, como uma casa de caridade. Assim, o presidente da província criou uma caixa beneficente para atender “a pobreza honesta e desvalida” e “amparar as órfãs que a epidemia deixou na miséria”.¹⁰⁴ A caixa seria o produto do valor recebido no Rio acrescido das doações de particulares. No documento de criação desse fundo constava a lista de seus doadores, também divulgada nos jornais. O sr. José Francisco da Silva Albano (Barão de Aratanha) e sua esposa ganharam destaque na lista de benfeitores.

Quando do anúncio da caixa beneficente, a forma de amparo às meninas órfãs já aparece bem definida. Ao que indica o regulamento, o colégio já tinha sido previamente pensado e o dinheiro conseguido impulsionou sua instalação. No artigo 6 do documento, lê-se que as órfãs admitidas “no recolhimento que destinar o prelado diocesano, sob sua direção e guarda” seriam bancadas como *pensionistas da beneficência*.¹⁰⁵ Enquanto se preparava a casa de recolhimento, a direção da beneficência, criada pelo gabinete provincial, ficava responsável por aumentar o patrimônio. Se já se falava de pensionistas, fica clara a intenção de montar um colégio que não fosse exclusivo para meninas pobres.

A ação do Estado se encontrava com as aspirações eclesiásticas – que se colocava mais enfaticamente no ambiente político local, afinal esse também foi o momento de criação do Seminário Episcopal de Fortaleza –, mesclando, mais uma vez, as ideias de caridade e filantropia. A caixa foi criada em maio de 1863 e quase dois anos depois, agora depositados

¹⁰³ Colégio de órfãs. **O Cearense**, ed. 1548, p.1, 28 out 1862.

¹⁰⁴ Regulamento. **Gazeta Oficial**, ed. 113, p. 4, 12 dez 1863.

¹⁰⁵ *Idem*.

dezessete contos de réis, o colégio estava pronto para ser inaugurado, aguardando as Irmãs Vicentinas que D. Luiz chamara da França.¹⁰⁶

O dinheiro da caixa beneficente foi aplicado na reforma, mobiliário e manutenção da casa onde deveria ser o colégio das órfãs. Entretanto, logo o projeto inicial foi remodelado e as Irmãs Vicentinas no Ceará passaram a atender moças ricas, como já acontecia em outras províncias brasileiras. Em razão do crescimento do número de pensionistas (garotas internas cujas famílias custeavam a permanência), demandou-se um prédio maior. O local onde funciona o Seminário da Prainha deveria ter sido sede do Colégio, mas a Diocese conseguiu negociar com o Governo Provincial a concessão do edifício do Colégio de Educandos Artífices, desocupado desde 1866. A partir daí, a “casa das órfãs” passou a ser oficialmente chamada de Colégio da Imaculada Conceição. As antigas dependências do Colégio de Educandos foram reformadas e as meninas divididas em duas alas de alojamento (uma para as pensionistas e outra para as órfãs). Meninas de várias cidades cearenses foram matriculadas como pensionistas ou recebidas como órfãs, com ou sem pecúlio da caixa beneficente. Havia no Colégio um regulamento próprio para as órfãs desvalidas, distinto das regras das pensionistas – em geral, filhas de latifundiários e comerciantes ricos da província, como Maria Albano, filha do Barão de Aratanha, primeira pensionista matriculada.

Muitos elogios foram dirigidos às Irmãs e à iniciativa de instalação do recolhimento de meninas, experiência nova em Fortaleza, mas já registrada em outros pontos da Província, como Sobral, Santana do Acaraú e Missão Velha, onde havia casas de caridade fundadas pelo padre Ibiapina.¹⁰⁷ Porém, os embates partidários, novamente, mostraram na imprensa as tensões que a presença das irmãs nas instituições de caridade fomentava. Depois que Irmã Bazet e mais seis vicentinas assumiram a administração do Colégio da Imaculada, outras da mesma congregação foram chamadas à Santa Casa. O jornal *O Cearense* calculou os gastos que a vinda das irmãs provocaria no erário. Segundo os editores, as condições postas pelas irmãs eram “as mais extravagantes que se possa imaginar”. O artigo apresentou uma lista de requisições que continha a descrição das acomodações, das roupas de cama, da alimentação, da iluminação e

¹⁰⁶ Um livro de memória do Colégio da Imaculada Conceição, publicado pela direção da escola em 1999, menciona as várias tentativas do bispo para trazer as irmãs. Com a mediação do Padre Pedro Chevalier, D. Luiz esperava que as vicentinas chegassem junto com os padres lazaristas que vieram colaborar com o seminário em 1864. Só depois de muitas cartas, as irmãs chegaram, em julho de 1865. Ver: COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse**. Fortaleza: Tipogressos, 1999.

¹⁰⁷ MADEIRA, Maria das Graças Loiola. **Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina - Sertão Cearense (1855-1883)**. 2003, 240f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

detalhes sobre o despacho das bagagens e lavagem das roupas. Sobre a lista o jornal dizia ser um “luxo tolo” e questionava: “Que necessidade temos nós de todo esse aparato? Pois entre nós não haverá cearenses, pessoas dedicadas, humanitárias, caridosas que se queiram a missão de administrar esse estabelecimento e pela 20ª parte do que nos virá custar as filhas de Vicente de Paula?” Obviamente, o intuito dessas afirmações era acusar o mal emprego do dinheiro público. Mas para reforçar o argumento, as irmãs foram criticadas por outros fatores ligados à forma como conduziam o colégio. O artigo afirmava que as francesas já tinham dado vários exemplos conflitantes com a ideia de caridade que o jornal defendia, e arrematava: “A experiência devemos ter ensinado bastante. É convicção minha que a pobreza nada aproveitará a importação de irmãs da caridade”.¹⁰⁸

Nos meses seguintes, as vicentinas estiveram na mira dos liberais e, por conseguinte, alguns relatos sobre as órfãs, a rigidez do recolhimento e a suposta intolerância das freiras preencheram as páginas de seu periódico. Como essa intuição de ensino, pautada na caridade cristã, inflexionou o recolhimento de meninas e tributou para o projeto de formação para o trabalho na cidade?

O projeto de recolhimento das meninas em uma “casa de órfãs” não era um ensaio de ingresso na vida religiosa. Era, acima de tudo, uma preparação para o trabalho doméstico qualificado e reportado à obediência cristã. A partir do recenseamento geral de 1872, Juliana Linhares construiu um quadro demonstrativo para quantificar as profissões com maior número de pessoas no Ceará. O resultado revelou uma grande parcela da população sem ocupação definida (297.139), seguida de lavradores (182.760) e empregados no serviço doméstico (116.890). Seu trabalho tem como problema central as políticas de controle e organização dos trabalhadores domésticos em Fortaleza num momento de mudanças econômicas que envolviam os rumos da escravidão no Brasil. Segundo a autora, as discussões sobre o fim da escravidão e as proposta de desintegração gradual do trabalho escravo fizeram aumentar a preocupação das autoridades governamentais com os deveres e comportamentos de criados e empregados domésticos, culminando num regulamento específico sobre essa categoria na capital cearense. A partir de 1881, todos os criados deveriam ser registrados na secretaria de polícia, recebendo uma caderneta que autorizava sua contratação. Nas décadas de 1870/80 uma série de posturas municipais regulavam as relações entre patrões e empregados domésticos, quase sempre

¹⁰⁸ Irmãs da Caridade. **O Cearense**, ed. 252, p. 2, 11 nov. 1869.

apontando fatores de cunho moral para justificar as demissões por justa causa.¹⁰⁹ Nesse sentido, o recolhimento de meninas pobres no colégio das irmãs passou a dialogar com esse aparato de controle do serviço doméstico, onde se concentrava a maioria das mulheres trabalhadoras do período. Inaugurado na década de 1860, já percebia nas meninas internadas possíveis braços para as casas abastadas de Fortaleza, correspondendo às demandas pelo trabalho doméstico disciplinado, que, paulatinamente, foram sendo transmitidas pela imprensa e pela legislação.

O regulamento das órfãs entregues às Irmãs de São Vicente foi redigido por D. Luiz, que respondia oficialmente pelas meninas mantidas pela beneficência (subvenção da Província). Pelo documento ficava determinado que todo trabalho executado pelas internas pertencia ao CIC, impossibilitando qualquer negociação. Para minar qualquer tipo de autonomia, o regulamento proibia “qualquer órfã ajustar ou individualmente encarregar-se de trabalhos e obras para fora do colégio, devendo tudo ocorrer por conta da diretora”.¹¹⁰ O trabalho dessas garotas era, nesses termos, bem vigiado. Sua produção (enxovais, por exemplo) era sistematizada, fiscalizada e encomenda diretamente com a Irmã Bazet – madre superiora que dirigiu o colégio desde sua fundação até 1882. Não é exagero dizer que as garotas recolhidas trabalhavam em troca de abrigo e alimentação.

Quando o prédio do Colégio de Artífices foi repassado às Irmãs, já existiam 98 meninas matriculadas, dessas 43 eram órfãs “desvalidas” e apenas 12 entre elas eram subsidiadas pela Província.¹¹¹ Esse número de órfãs que tinham seus estudos custeados pelo Governo Provincial não foi alterado durante muitos anos, mesmo quando a quantidade de órfãs já era quase equivalente ao número de pensionistas. Por essa razão, alegando que o Governo não aumentava a contribuição para o internato, as irmãs limitaram, ao longo dos anos de 1880, o ingresso de órfãs atendidas, estipulando que não passaria da metade do número de pensionistas matriculadas. As vicentinas diziam que a mensalidade das pensionistas não era suficiente para abastecer todo o internato e pagar os cursos. Logo, o trabalho das órfãs era fundamental para compensar os gastos mensais.

As casas de recolhimento aqui analisadas não eram albergues ou asilos de mendicidade; não eram espaços de ociosidade, como alegou Mello e Alvim. Eram instituições

¹⁰⁹ LINHARES, Juliana. **Entre a Casa e a Rua: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1899)**. 2011, 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

¹¹⁰ SOARES, Maria Norma Maia. **Colégio da Imaculada Conceição: Roteiro para uma visita ao passado**. Fortaleza: Editorial Cearense, 1990, p. 24. Essa edição contém a compilação dos regulamentos do Colégio, incluindo as regras para as órfãs.

¹¹¹ Relatório do Presidente da Província do Ceará João de Souza Mello e Alvim. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1867, p. 13.

de trabalho, nas quais a instrução primária era instrumentalização para o trabalho qualificado e vigiado por seus gestores. Mesmo se pensada como quartel, a CAM, sob outra ordenação do trabalho/ofício dos aprendizes, tinha fundamento muito próximo ao Colégio de Educandos. A distância entre a autoridade militar e religiosa e as formas de conduzir as crianças eram aparentes no trato, na indumentária, no alojamento, mas não evidentes no princípio norteador das ações de recolhimento.

3 O MUNDO DO TRABALHO INFANTIL FORA DO RECOLHIMENTO

A percepção da pobreza, ou melhor, dos processos de empobrecimento, está inscrita não apenas no plano econômico/material. As formas como os pobres foram definidos e a sua própria funcionalidade social fazem parte de um conjunto ético, cultural e religioso que foram revelando variadas dimensões do pauperismo. Segundo Geremek, a pobreza – que no mundo medieval era vista como valor espiritual e como objeto da compaixão, ainda que a doutrina cristã estivesse mais atenta à figura do doador – passa a ser, na idade moderna, um problema de caráter social. A miséria transformou-se em atentado ao bem público e o miserável um elemento disfuncional.¹¹² Em razão disso, muito do que compunha a assistência à infância no século XIX estava atrelado às preocupações de combate à vadiagem e mendicância, atribuindo ao trabalho uma função pedagógica. Nesse sentido, a criação dos internatos de pobres e órfãos em Fortaleza levanta três questões centrais, que perpassam toda a escrita desta tese. Em primeiro lugar, as crianças pobres participavam da cidade e nela conquistavam sua sobrevivência: onde estavam, o que faziam, como trabalhavam, como suas relações cotidianas marcavam a cidade não são informações restritas aos indivíduos, mas fazem notar a própria configuração da cidade e os sujeitos que a legislavam, governavam, segregavam e recolhiam as crianças.

Outra questão diz respeito à autoridade sobre o trabalho infantil na Província. As instituições de recolhimento confrontavam a posse-tutela das crianças como prerrogativa de particulares. Dito de outro modo, fora do recolhimento, os meninos(as) pobres livres também foram postos em diferentes tarefas nas casas abastadas, se misturando aos cativos e agregados e levantando indagações sobre os usos adequados da mão de obra infantil, além das implicações políticas acerca do estatuto de amparo e correção da infância. Em momento de (re)formulação das noções de infância e institucionalização do trabalho de crianças e jovens, ganhou destaque o Juizado de Órfãos, lugar de poder e conflitos em torno da ordenação do mundo do trabalho infantil.

Em terceiro lugar, emerge da preocupação com a urbanidade e o trabalho livre a discussão de quem teria a competência para formar o artífice. Como se viu, o discurso sobre a implementação de escolas de ofício, além de intentar promover trabalhadores hábeis, relacionava-se também com a formação moral desse trabalhador. No entanto, na segunda

¹¹² GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força: História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1987.

metade do século XIX existiam diversas oficinas que empregavam aprendizes, muitas vezes coexistindo pequenos trabalhadores órfãos livres e cativos. Apesar do predomínio dos serviços domésticos, vários espaços de profissionalização atraíam as crianças trabalhadoras, ainda que a probabilidade de escolha fosse bastante reduzida.

A criança trabalhadora era uma realidade inerente à família pobre. É preciso compreender as diferentes feições desse trabalho e as formas pelas quais foi sendo ressignificado, institucionalizado e empregado como força produtiva na cidade. Neste capítulo se pretende analisar as possibilidades de emprego da mão de obra infantil fora das casas de recolhimento, entendendo que já existiam experiências anteriores de ingresso profissional, distantes, porém, das práticas alvitradas pelas instituições de recolhimento.

3.1 “Precisa-se de um menino”

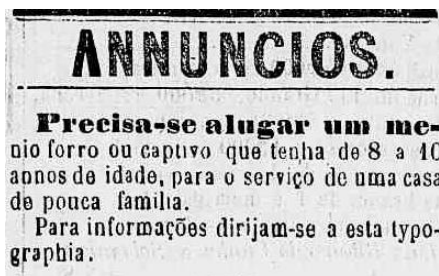
Maria das Dores, filha do desembargador Osório Pereira de Góis, foi visitar o Colégio da Imaculada Conceição, onde completou os estudos recomendados a uma moça abastada do século XIX. Era dia de passeio no Colégio e Das Dores seguiu as Irmãs que conduziam as pensionistas a uma caminhada na praia do Mucuripe. Foi assim que Manoel de Oliveira Paiva apresentou ao leitor uma das personagens de seu romance *A Afilhada*. Na trama, quando as meninas, depois do banho de mar, retornavam ao internato, a cidade ia se mostrando aos olhos de Maria das Dores, que “quase chorou de dó, ao encontrar com os pequenos que vinham da lenha”. Um menino muito sujo levava uma carga de cocos, outros mal podiam suportar o peso dos feixes de lenha, as meninas “com cabelinho embaraçado” também se curvavam ao peso dos garranchos sobre a cabeça e uma “preta” carregava ramos para consertar sua casa de taipa.¹¹³ Crianças e famílias pobres que cumpriam, no dia a dia da cidade, longas jornadas de trabalho, cruzando em suas andanças com moças ricas, com irmãs de caridade, com padres, com soldados de polícia, com outros meninos trabalhadores, vão e vem no romance de Oliveira Paiva. Essas mesmas crianças não estavam apenas na literatura. Apareciam nos jornais, na legislação, na fala eclesiástica, nas ordenações do poder público; estavam por toda a cidade.

Fortaleza, na segunda metade do século XIX, concentrava expressivo número de pequenos trabalhadores pobres livres que forneciam aos remediados da cidade maneiras baratas de atenderem suas necessidades atreladas ao conforto, à limpeza, ao abastecimento da casa.¹¹⁴

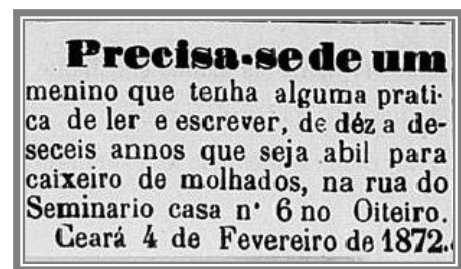
¹¹³ PAIVA, Oliveira. *A Afilhada*, p.169.

¹¹⁴ Segundo o Recenseamento Geral de 1872, na Freguesia de São José da Fortaleza, foram contabilizados em idade escolar (6 a 15 anos) 1.711 meninos e 1.836 meninas livres que não frequentavam a escola. Grande parte das crianças nessa condição advinha das famílias pobres da cidade, que longe da escola, engrossavam o número de crianças que precisavam trabalhar.

Mas, também, fomentavam discussões sobre o ordenamento da cidade e dos lugares e papéis sociais que deveriam adotar sob a lógica da urbanização e dos ideais de civilidade. Assim, a infância pobre, chamada “desvalida”, nesse contexto, aparece nos muitos e quase invisíveis trabalhos na rua e na casa, na oficina e no comércio, bem como nas estatísticas criminais e crônicas de manutenção da ordem pública vigente. Essas crianças construíam dentro da cidade caminhos que asseguravam sua sobrevivência, ditada por condições de segregação e ausência de proteção legal. Por isso, é preciso assumir o compromisso ético e histórico de não interpretar as vivências das crianças pobres como algo atípico para a época, mas como aconselhou Maria Odila Dias, é necessário saber olhar a documentação e entender os sintomas de mudança na ordem social, as circunstâncias em que aparecem esses sujeitos que assumem “papéis informais”, sem reconhecimento da sociedade.¹¹⁵



Fonte: **O Cearense**, 12 maio 1868.



Fonte: **Pedro II**, 10 fev. 1872.

Alugar um menino – com ou sem a permissão do Juizado de Órfãos – era algo corriqueiro em Fortaleza, a julgar pela quantidade de anúncios publicados nos jornais, especialmente nas últimas décadas do século XIX, em razão do preço dos escravos, do tráfico interprovincial e das movimentações em torno da abolição do regime escravista. Os recortes acima expõem o amplo emprego da mão de obra infantil em diferentes ambientes de trabalho. Em alguns casos, exigiam-se certas competências, como esse anúncio que procurava um jovem caixeiro. Outros anunciantes, principalmente aqueles que buscavam por trabalhadores domésticos, não faziam distinção entre o trabalho livre ou escravo e aceitavam “alugar uma escrava, ou moleque ou mesmo uma mulher forra ou menino, pagando muito bem”, como dizia outro anúncio da década de 1870.¹¹⁶ Empregados em inúmeras tarefas cotidianas, as crianças iam compondo a paisagem da cidade, misturando-se aos demais trabalhadores de forma mais

¹¹⁵ DIAS, 1995, p. 51.

¹¹⁶ Anúncios. **Pedro II**, ed. 3, p. 43, jan. 1872.

ou menos indistinta, já que o que os separavam dos adultos era quase que unicamente os limites da sua força física.

Um menino, cujo nome não foi informado, caminhava pela praia numa manhã de agosto de 1853, quando foi abordado por Ignácio Domingos Tavares. Era uma proposta de trabalho. O homem queria alugá-lo. O garoto recusou e tentou correr, mas Ignácio Tavares o deteve e, com raiva, espancou-o. Isso foi o começo de uma história de assassinato que aconteceria poucas horas depois. Na praia, o garoto aguardava a chegada de seu tio, “marinheiro da barcaça do Cesar do Aracati”, conforme informava a seção policial do jornal *Pedro II*. Em direção à casa, Ignácio Preá – tio do garoto – encontrou o agressor do menino, avistado e apontado por seu sobrinho. O local do crime era uma venda, onde o assassino bebia cachaça. O marinheiro, exaltado, dizia que o menino tinha família e que o outro não tinha autoridade para bater na criança. Afrontado, Tavares lhe feriu no peito; a facada alcançou o coração e Preá morreu ali mesmo. O menino também foi ferido na mão. O assassino ainda fugiu, mas foi capturado pela polícia.¹¹⁷ Esse trágico desfecho pode indicar uma série de aspectos sobre o uso da mão de obra infantil e a circulação das crianças na cidade. É preciso pensar sobre como o aluguel, o empréstimo, a contratação de meninos se difundiam na experiência das crianças, num momento em que o trabalho infantil estava longe de ter uma dimensão pública negativa ou eticamente condenada. Outro questionamento que se levanta é sobre o limite e autoridade da família na significação desse trabalho. Como ele apareceu na ordem familiar? Por que o tio Preá tentou prestar contas da agressão ao sobrinho sob o argumento de que ele tinha uma família?

Juarez dos Anjos realizou um levantamento acerca dos estudos sobre a educação da criança pela família, apresentando diferentes abordagens sobre a organização das crianças, das muitas formas de família, trabalho e socialização dos pequenos em diversas produções historiográficas dentro e fora do Brasil. Segundo ele, grande parte dos trabalhos analisados mostraram a infância a partir de instituições de ensino ou envoltas nas relações de trabalho, incluindo a escravidão, ou ainda educadas em domicílio por professores particulares, quando ricas. Sua pesquisa demonstrou ser muita diminuta a quantidade de trabalhos que tomam como tema principal as práticas educativas em âmbito doméstico, fora das instituições escolares. Com isso, ele construiu e justificou seu objeto de estudo que se concentrou na educação doméstica (familiar) das crianças na província do Paraná no século XIX. A ideia seria entender quais necessidades e aspirações as famílias movimentavam – em diferentes contextos sociais – na

¹¹⁷ Assassinato. **Pedro II**, ed. 1265, p. 3, 27 ago. 1853.

tarefa de educar as crianças. A primeira observação a esse respeito, apresentada pelo autor ao explicar suas problematizações, é que existe, geralmente, uma sensação de naturalização desse fenômeno. Ou seja, apenas aparece como “normal” que as crianças sejam educadas por seus parentes. Isso pode gerar um mal entendimento sobre as múltiplas significações conferidas ao preparo das crianças para vida social. Outro apontamento do texto é que os estudos históricos contribuíram enormemente para o entendimento da educação pela família como indicativo de uma cultura, de um grupo social, ou mesmo de um tempo específico, analisando sua relação com conjunturas políticas, econômicas, religiosas. Todavia, as implicações que as experiências educativas em circunstância familiar tiveram na vida das crianças ainda poderiam ser mais aprofundadas pela historiografia. Sendo assim, o autor considera importante entender como uma série de práticas já observadas pelos historiadores (batismo, religiosidade, violência, trabalho, sexualidade etc.) se tornaram educativas em contextos temporais-espaciais definidos. Defende assim a tese de que a educação pela família acontece em âmbito privado, mas se articula com instituições sociais e dialoga com as práticas culturais vigentes. Mas não só. Para ele, a família se apropria de determinados padrões sociais – dentro de suas necessidades e possibilidades – e os transforma em prática educativa com maior ou menor grau de autonomia. Assumindo não ser possível um isolamento dessas instituições sociais, Juarez dos Anjos propõe investigar, a partir das relações de poder em que está inserida a família, quais práticas e porque são adotadas na educação pela família.¹¹⁸

É provável que o menino ferido executasse algum serviço dentro ou fora de sua casa e que, vez ou outra – tendo como indícios a imprensa, os livros de memória e a literatura produzida nesse período – levava também umas bordoadas de seus familiares no exercício educativo dos castigos. Contudo, a esfera doméstica parece ter sido invadida no caso reportado acima. Ignácio Tavares tentou, sem nenhuma comunicação com a família, tratar diretamente do aluguel do menino e se sentira autorizado a surrá-lo quando o garoto se recusou a trabalhar para ele. Não é possível ponderar sobre as práticas educativas desenvolvidas pelas famílias pobres na Fortaleza oitocentista. Mas a indicação de Anjos sobre essa necessidade é válida, especialmente quando se procura as crianças menores de sete anos, antes de exercerem suas funções de pequenos trabalhadores. Nesse sentido, a pergunta sobre como o trabalho aparece enquanto prática educativa nas famílias persiste e duas observações se fazem obrigatórias: 1) arranjavam-se trabalhos, alugavam-se meninos, deixam-lhes como agregados em alguma casa

¹¹⁸ ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A educação da criança pela família no século XIX: da historiografia a um problema de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 15, n. 37, p. 51-81, jan./abr. 2015.

abastada. Porém, o recrutamento ou a captura de crianças – autorizadas ou não por agentes públicos – foram veementemente condenados pelas famílias pobres. Isso sugere que no ordenamento familiar, o trabalho das crianças pobres livres obedecia a princípios éticos opostos a compulsoriedade do seu emprego, embora, muitas vezes, sua autonomia sobre isso fosse bem limitada. Essa discussão será retomada mais adiante. Reitera-se por hora que no processo de significação do trabalho infantil pelas famílias empobrecidas no século XIX, atitudes como a de Ignácio Tavares foram motivos de muita resistência. 2) Longe de entender a violência como algo naturalizado na forma como os trabalhadores solucionavam dilemas e tensões sociais, é necessário problematizar aquilo que motivava as brigas e os assassinatos. No caso do marinheiro conhecido como Ignácio Preá ficou evidente a demarcação de uma autoridade própria do âmbito privado, na tentativa de defender as fronteiras do grupo familiar. O argumento de que um estranho, que não fazia parte da rede doméstica do garoto, estava impedido de castigá-lo reforçava a tentativa de demarcar sua condição jurídica de homem livre. Só quem podia bater no menino era sua própria família, já que, do contrário, ele assumiria uma condição de desamparo, como se estivesse disponível ao trabalho compulsório, que violava a autoridade familiar.

O trabalho das crianças era importantíssimo na economia doméstica, ainda mais quando as mães assumiam as funções provedoras. Michele Perrot observou que no século XIX, principalmente nos meios urbanos franceses, as mulheres foram adquirindo um lugar de “ministra das finanças” – seja nas famílias operárias, em que os maridos entregavam às esposas quase todo salário, seja nas casas dos populares sem qualificação profissional, onde as mulheres, por vezes, conseguiam mais ganhos ocasionais que os homens, já que adentravam o universo privado de outras famílias. De toda forma, essa parcial “autonomia” financeira guardava em si duas dimensões. De um lado, uma maior liberdade – ainda que reduzida em decorrência dos poucos ganhos – e de outro, uma espécie de culpa, pois ela tinha a obrigação de administrar ou fazer render o suficiente para alimentar toda família, muitas vezes se privando de comer o mesmo que o marido.¹¹⁹ Quando se trata de lares sem maridos, esse lugar de “ministra das finanças” torna-se automático, estendendo aos filhos a necessidade de ajudarem. Essa era, ao que indica o Arrolamento de Fortaleza, a condição da viúva Maria Joaquina, que em 1887, habitava uma casa de palha na Lagoinha. Joaquina (39 anos) era rendeira e provavelmente circulava pela cidade a fim de encontrar freguesas. O mesmo fazia seus três

¹¹⁹ PERROT, M. Figuras e Papeis. In: _____. (Org.) **História da Vida Privada**. Vol. 4. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

filhos Manoel (14 anos), Francisco (11 anos) e Luiz (10 anos) que ganhavam alguns trocados vendendo jornais.¹²⁰ Essas atividades desenvolvidas no movimento urbano, também se conectam com as “maneiras de morar” das famílias mais pobres. Ainda segundo Perrot, os pobres urbanos forjaram uma relação dinâmica com o espaço para suplementar a sobrevivência, fazendo aparecer uma “economia do cotidiano”, onde as mulheres exercem papéis fundamentais e conseguem manusear elementos não monetários que garantem o sustento da família (emprego dos restos, partilha de doações, objetos reaproveitados). A rendeira Joaquina e seus filhos pequenos, jamais reclusos à casa de palha, experimentavam a mobilidade como trabalho. Para os pobres, na analogia de Michelle Perrot, “a cidade é como uma floresta onde é preciso caçar a existência”.¹²¹

Os filhos da rendeira Joaquina compunham, anonimamente, a paisagem de Fortaleza. Oliveira Paiva narrou oportunamente esse vai e vem de crianças na cidade, que enchia-se de numerosos trabalhadores, caçando sua existência, entre os quais “vários vendilhões (...), mulatinhas de xale a tira-colo com as vasilhas para as compras, (...) meninos a distribuir jornais, pedreiros, carpinas, homens do ganho com o uru vazio, cegos mendigos, com a mão no ombro dos guias de roupa suja e rota...”¹²² Esse movimento de trabalhadores, aqui e ali, fazia aparecer os meninos na penúria de seus labores. Puxavam água dos poços, enchiam os potes, vendiam frutas e doces, entregavam encomendas, lavavam o chão, alimentavam os animais, cuidavam dos meninos menores, cortavam ou vendiam lenha para os fogões, banhavam os cavalos, eram meninos de recado, caixeiros-mirins, empregados domésticos, aprendizes dos mais variados ofícios. Poucos sabiam ler ou escrever.

No romance que conta a triste história de João Mississippi, ambientado nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, Gustavo Barroso também fez notar a presença de várias crianças que se espalhavam na cidade, cumprindo sua ventura de trabalhadores. As andanças de Mississippi pelo centro e arrabaldes de Fortaleza, ao passo que mostravam a cidade em transformação – o gasômetro, as linhas do bonde, os clubes, o teatro, o crescimento da imprensa etc. – também iam despontando a vida de pessoas muito pobres que buscavam, como o próprio João, meios de afugentar a fome. Ali encontrava-se Graciano, melhor amigo de

¹²⁰ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza, de 1887**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887, Livro 355, p. 105.

¹²¹ PERROT, M. *Maneiras de Morar*. In: _____. (org.) **História da Vida Privada**. Vol. 4. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

¹²² PAIVA, Manuel Oliveira. De pena atrás da orelha. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Gráfica Editorial, 1993. Este conto foi originalmente publicado na revista *A Quinzena*, em 11 de março de 1888, assinado com o pseudônimo Gil Bert.

Mississippi, que entre os serviços de criado na casa de um advogado e de zelador de um teatro, também vivia de vender e comer coisas que achava no lixo, no aterro próximo à praia, depois do Passeio Público. Além dele, Joaquim do Morro, que morava em um galpão abandonado, catava na rampa qualquer coisa que representasse um ganho. Na narrativa de Barroso, criados, vendedores, padeiros, trabalhadores das obras públicas, taberneiros, mendigos, recrutas, oficiais de polícia, atrizes, ingleses da companhia de gás, funcionários públicos, catraieiros revelavam uma cidade diversa e excludente, na qual a maioria dos pobres não tinha um ofício definido, inventando muitas maneiras de sustentar suas casas. Como advertência, Gustavo Barroso escreveu, em 1961, que seus personagens “saíram da vida real, de modo que a semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência”. Ficção ou não, o trabalho infantil foi também mencionado.

Na casa da modista Margarida Campos – que sendo criada por D. Bela, assumiu o ateliê após a morte da mãe adotiva – trabalhavam cinco costureiras, entre elas Castorina, “cabloquinha rechonchuda de seus quinze anos”, conforme descrição de Gustavo Barroso. A menina chegava mais cedo para fazer a limpeza de toda a casa, ajudava com algumas costuras de mão e ainda era responsável por entregar os vestidos nas casas das freguesas, carregando “uma grande caixa envernizada de amarelo”, onde se lia o nome da modista.¹²³ Mesmo sem constar no romance mais detalhes sobre a vida de Castorina, pode-se supor que, como outras “cabloquinhas” da vida real, levava para casa seus ganhos como empregada. Por isso, chorou quando Margarida, por causa de um escândalo amoroso, fechou seu ateliê, despediu todas as costureiras e decidiu partir da cidade. Pouco tempo depois, quando a modista voltou para Fortaleza sem nenhum dinheiro, precisando refazer sua vida, conseguiu uma máquina já usada e contratou outra garotinha como ajudante de costura. Por certo, o serviço de meninas pobres era mais barato do que o salário de uma costureira experiente. O que nos mostra a literatura e as páginas dos jornais do período é que na casa das pessoas remediadas e na das famílias mais ricas era possível encontrar muitos garotos e mocinhas ocupados no trabalho doméstico e/ou executando seus afazeres nas ruas da cidade.

Francisco José de Freitas, em cuja casa moravam algumas crianças contratadas e outros filhos de agregados seus, foi pessoalmente ao Gabinete da Presidência da Província para tentar internar no Colégio de Educandos Artífices o menino Manoel, que antes trabalhava em sua residência. Sob a alegação de protegê-lo, o sr. Freitas desejava matricular Manoel porque

¹²³ BARROSO, Gustavo. **Mississippi**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961, p. 35.

a mãe do garoto, Josefina de Tal, o teria “levado furtivamente” para mendigar pelas ruas da cidade.¹²⁴ A condição humilde da mãe e a decisão deliberada de Francisco Freitas de afastá-la do filho apontam para muitas tensões que perpassavam a utilidade do trabalho infantil, o modelo de organização familiar no século XIX e as desigualdades de acesso aos meios formais de tutela das crianças pobres. Contudo, ressalta-se aqui a resistência de Josefina em abrigar seu filho que, certamente, trabalhava arduamente na casa da família Freitas, e trazê-lo para seu convívio, mesmo que isso implicasse na mendicância. Josefina, talvez, encontrava na prática das esmolas, um jeito de alimentar sua família. Essa situação não era atípica e nem se pode presumir com isso, um ato de maldade da mãe, como argumentava a imprensa e os patrões/senhores do período.

3.2 As Crianças e a mendicância

Pedir esmolas se inscreve como prática comum na longa história de enfrentamento da pobreza. A caridade como componente comportamental da sociedade cristã, foi, de certo, bastante usada pelos pobres como mecanismo de conquistar a própria sobrevivência física. Em estudo sobre os vadios e miseráveis a partir da análise de obras literárias, Geremek lembrou que o mendigo, ainda que assuma o peso da vergonha e o limite da sua atuação dentro da sociedade, se coloca também como prova da miséria, numa espécie de denúncia do fracasso social.¹²⁵ Ao passo que a mendicância era vista como degradação do ser humano se apresentava também como imposição moral aos ricos. Dar esmolas era quase uma obrigação. Assim, as crianças pobres também aparecem na cidade como protagonistas da mendicância, no outro lado da caridade, sempre hierárquica.

“Tirar esmolas” era também um campo de embate dos pobres com a norma da urbanidade. A historiadora Maria Inês Pinto apresentou um breve elenco do que costumava ser considerado como mendigo tolerado – especialmente, doentes, inválidos (cegos e deficientes físicos, cuja limitação era visível) e idosos. Para sensibilizar a piedade e escapar da fome diária, os miseráveis que estavam longe dessas categorias toleradas, podiam burlar a caridade acompanhando os parentes com “anomalias” ou alugando-os para esmolar.¹²⁶ Nesse sentido, um jovem homem, solteiro, sem deficiência física aparente, ainda que indigente ou em condição de extrema pobreza, dificilmente conseguiria atrair o olhar compassivo dos ricos. A lógica do

¹²⁴ Despaches do dia 22 de dezembro de 1857. **Pedro II**, ed. 1761, p. 2, 30 dez. 1857.

¹²⁵ GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 216.

¹²⁶ PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 225.

trabalho formal e as noções de produtividade pesavam sobre os pobres e selecionava os “merecedores” da esmola. Por isso, as crianças foram acionadas nessa dinâmica, principalmente as bem pequenas.

A interpretação da mendicância como *arte* foi proposta no estudo de Geremek, que analisou as leis e aprendizados dos mendigos, na forma como essas questões apareceram na literatura por ele investigada. O autor ponderou que a apropriação dos miseráveis dos motivos e razões que comovem os doadores exige um aparato de técnicas, que vão “profissionalizando” os mendigos. “A astúcia e fraude são o pão de cada dia do mendigo, a maneira pela qual ele tenta fugir da miséria”.¹²⁷ Assim, é preciso saber como pedir, reconhecendo o que Geremek chamou de “princípios singulares da psicologia mercantil”, que valorizavam a humildade, a aparência frágil do pedinte, para quem o riso não era conveniente. Também seria interessante aprender novas lamentações e preces, além de alguns “truques da arte”, tais como fingir doenças e invalidez. Além do arsenal movimentado pelos mendigos habituais ou temporários, que demonstram o conhecimento dos comportamentos desejáveis ou socialmente aceitos, embora jamais possíveis ou negados pelos pobres, o autor ainda suscitou reflexões sobre as marcas territoriais construídas por esses sujeitos no uso do espaço público.

As marcas que os mendigos iam deixando na cidade – seus trajetos, suas formas de pedir, seus próprios corpos tornando fluidas as fronteiras entre as ruas calçadas e os arrabaldes, além da rejeição, medo ou pena que conseguiam provocar amiúde – atraíam a atenção das autoridades, que refutavam a mendicância porque a entendiam, quase sempre, como oportunismo e vadiagem dos pobres. Por isso, se reforçava ao longo do século XIX, a vigilância sobre os pedintes, que não escaparam das investidas policiais. Em 1865, a Chefatura de Polícia expediu instruções para normatizar a mendicância na capital cearense. Foram publicados dez artigos que visavam cadastrar os mendigos. O poder público, explicitamente, categorizava os mendigos, instituindo permissão oficial para pedir esmolas. Chama a atenção os artigos que estipulavam horários, dias e ocasiões em que “mendigos licenciados” poderiam atuar:

Art 2º. Os mendigos licenciados só poderão tirar esmolas nas terças e sábados de cada semana, salvo no quarteirão de sua residência onde é concedido pedir também nas quintas-feiras.

Art.3º Os mendigos licenciados principiarão a tirar esmolas às seis horas da manhã, porém se retirarão para suas residências até três da tarde.

Art 4º Não poderão os mendigos licenciados pedir esmolas em reunião de quatro ou mais, salvo se forem pais e filhos, não se incluindo no número dos quatro os moços que guarem os cegos.¹²⁸

¹²⁷ GEREMEK (1995), p. 217.

¹²⁸ Instruções para os mendigos que pedem esmolas na cidade de Fortaleza. **Cearense**, ed. 1798, p. 4. 9 mar. 1865.

Além das normas acima, ampliava-se o poder dos inspetores de quarteirão, a quem os mendigos deveriam mostrar suas licenças.¹²⁹ Cabia aos inspetores prenderem os pedintes não cadastrados na Secretaria de Polícia, que passariam por avaliação e seriam encaminhados ao trabalho. De acordo com o artigo 8º do mesmo documento, os pedintes sem licença, depois de fichados na delegacia, eram obrigados a comprovar qualquer ocupação “em trabalho útil” no prazo de trinta dias.

Fica clara a extrema preocupação com a funcionalidade urbana, com a vontade de implantar uma ideia de urbano para atender necessidades de uma parcela da população e os interesses de quem realizava os traçados e elaborava a escritura urbana. No entanto, como explicou Eduardo de Oliveira Elias, essa *escritura urbana*, que acontece sobre o espaço físico e inscreve espacialidades e usos urbanos ao mesmo tempo em que demonstra sua dimensão histórica – já que faz interagir passado/presente/futuro –, comporta uma série de invasões de sentidos, que alteram a mensagem urbana legitimada e legislada, evidenciando a função poética que opera no desenho urbano. Para o autor, essa poética do urbano promove rupturas, imprevisibilidades e tem caráter intersemiótico. Assim, o urbano está permeado de linguagens continuamente refeitas e de redes de significados que podem esvaziar a forma, polarizando os sentidos. A linguagem – ou como escreveu Elias – “o lugar da simultaneidade policêntrica” dialoga com a função material e, dessa relação, forja-se a “contextualidade ambiental-urbana”, onde aparecem “a ausência de finalismo e os princípios de autonomia”¹³⁰

Pensando nessa escritura urbana analisada por Eduardo Elias, é possível entender que a fabricação do “mendigo licenciado” indicou a polissemia do urbano em Fortaleza. À medida em que mostrava o incômodo com o usufruto não ideal do aparato urbano, revelava os sujeitos “vis” reconfigurando a cidade. Dias depois de divulgadas as regras para a oficialização dos mendigos em Fortaleza, as “providências” tomadas pelo chefe de polícia Antônio Joaquim de Nazareth foram elogiadas na imprensa, tratando da mendicância como uma afronta “ao progresso moral dessa capital”. No texto, “os mendigos que diariamente atropelam o povo dessa

¹²⁹ Os inspetores de quarteirão eram escolhidos pelos juízes municipais, atuando como uma extensão da força policial nas cidades do Império. O Código Criminal de 1832 (art.12) conferia autoridade aos inspetores de quarteirão para efetuar prisões em caso de desordem ou atentado à moral. A função não era gratificada, estando associada aos ganhos simbólicos e à ideia de distinção (e mando) atrelada ao cargo. Ao longo do século XIX, diversas disposições provinciais foram reiterando o poder dos inspetores. Muitos, contudo, aproveitavam da posição para cometer crimes e abusos de autoridade. Ver: SILVA, Wellington Barbosa da. “Uma autoridade na porta das casas”: Os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX. *Saeculum*. João Pessoa, n. 17, jul/dez, 2007.

¹³⁰ ELIAS, Eduardo de Oliveira. *Escritura Urbana: invasão da fora e evasão do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

cidade com suas lamúrias” aparecem tão inoportunos quantos os bêbados, “as sucias de mandriões das esquinas”, os jogos e maxixes “no beco da casa inglesa” e “os bandos de mulheres vadias, entre elas crioulinhas que se veem derramadas na cidade”.¹³¹ Nessa publicação, notam-se as territorialidades construídas pelos pobres e condenadas pelos ricos (a concentração de gente nas esquinas, as danças e entretenimentos populares, o movimento dos becos), bem como a difusão na imprensa de que tanto a mendicância quanto os atos associados à vagabundagem eram casos de polícia. Da fabricação desses polos de sentidos, que fazem chocar a cidade idealizada com a cidade praticada no cotidiano, emergem mensagens, ações e fronteiras de pertencimento e distinção dos cidadãos. O embate é sobre o espaço representado e vivido. Mas a despeito de toda normatização empreendida, os mendigos licenciados ou não, fixos ou esporádicos, doentes ou que fingiam doenças compunham a “alma” das ruas, como pensou João do Rio.

De forma pitoresca e romanceada, Gustavo Barroso narrou suas aventuras no tempo de menino pelas ruas de Fortaleza, no final do século XIX. Suas reminiscências da cidade vão compondo alguns papéis, construindo alguns “tipos” que personificavam as ruas, os objetos e alguns costumes de Fortaleza. Se apresentando como “menino danisco”, curioso, que buscava conhecer a rua e investigar os transeuntes, ele compõe sua narrativa revelando inúmeros indivíduos, que mesmo “capturados” por ele no desejo de definir a cidade, fornecem indícios do cotidiano e labuta dos pobres na urbe. Assim, é possível saber da existência do “Cego do Catimbó”.

Na entrada do Mercado das Frutas, debaixo de um chichazeiro, onde pendurava o chapéu, o uru e um saco de rapadura com farinha, um senhor mestiço e feio – segundo Barroso – pedia esmolas todos os dias, acompanhado de seu filho, “cabrochinha de nove anos, que brinca em volta dele sem se arredar muito, enquanto está sentado na feira”. Do cego, não se sabe o nome, mas o apelido lhe fora atribuído por causa da fama de “catimbozeiro”.¹³² Gustavo Barroso escreveu que, para ganhar mais dinheiro, o velho enfeitiçava namorado, resolvia casamentos e noivados e costurava boca de sapo para matar gente à distância. Conhecia todas as ruas e becos da cidade, pelos quais andava sempre puxado por seu filho.

Os frutos do chichazeiro (ou xixazeiro) eram usados pelos garotos desse tempo para confeccionar bois e cavalos de brinquedo, cortando-os com canivete e espetando-os com

¹³¹ Providências. **O Cearense**, ed. 1797, p. 4, 7 mar. 1865.

¹³² BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. In: **Memórias de Gustavo Barroso**. 2ª ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 121.

gravetos. O problema era que, quando Barroso ia apanhar os frutos, o menino do cego lhe provocava com caretas e lhe atirava pedras. Certo dia, Gustavo Barroso deu um soco no menino, que distraído, afastara-se do pai. Chorando, foi consolado pelo velho: “Deixa estar que ele me paga (...), eu marro o jucá com vontade no lombo dele”.¹³³ Com ar de esperteza, Gustavo Barroso diz ter escapado da pancada do cego.

A saída do mercado parecia ser um local estratégico para pedir esmolas; talvez, algumas frutas ou porções de cereais, ou ainda alguns trocadinhos, caíam nas mãos do cego todas as manhãs. Seu lugar de pedinte parecia ser cativo, já havia um preguinho onde pendurava sua bagagem diária – o cajado que lhe servia de guia e o saco com a rapadura. Em volta do mercado outras crianças e velhos, com deficiência ou não, passavam os dias à mercê da caridade das senhoras. Sobre isso João Nogueira mencionou as voltas de um velho cego nas proximidades da antiga feira, que pedia esmolas “para o azeite do Santíssimo” nos anos da seca de 1877. Segundo Nogueira, as segundas-feiras eram mais proveitosas para os pedintes porque era dia das almas. Numa “praça cheia de areia com castanheiras, xixazeiros e mungubeiras” – mesmo local descrito por Barroso – durante muitos anos, outro cego de lenço vermelho na cabeça cantava ajoelhado seu pedido de esmola. Ali, no movimento intenso do comércio, outros cegos se juntaram ao primeiro, marcando a paisagem sonora da cidade, “incomodando, o dia inteiro, as famílias que moravam no sobrado dos Fonseca e nas casas vizinhas”.¹³⁴

Gustavo Barroso fez notar que o Cego Catimbó e sua criança não restringiam sua atuação à sobra do chichazeiro. Eles andavam e conheciam, nas palavras de Barroso, “todas as travessas e becos da cidade, de cor e salteado, entre a rua da Soledade e a Jacareganga, entre a Praia e as areias, e mais o Arraial Moura Brasil, com todas as suas vielas e ainda os becos da Apertada Hora, do Sovaco e do Rabo da Besta”.¹³⁵ O deslocamento era também parte do ganha pão de muitas crianças pobres em Fortaleza.

A presença de Josefina, do Manoel, dos cegos e de seus guias nas ruas, na escada da igreja, no mercado ou na porta dos ricos incomodava. Não é possível dizer quais “artes” Josefina e seu filho retirado da casa de Freitas forjaram no exercício de sua mendicância, mas não se descarta que, na vontade de manterem-se vivos, aprenderam como ganhar a própria existência em ocupações informais, em trabalhos esporádicos ou na condição de pedintes. Recolher o pequeno e “desvalido” Manoel, retirando-o da vida de mendigo significava mais do

¹³³ *Idem*, p. 122.

¹³⁴ NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: UFC, 1981, p. 117.

¹³⁵ BARROSO, *Op.Cit*, p. 121.

que “embelezar” a cidade, ou dar livre trânsito às pessoas sem que precisassem ser importunadas pelas ladainhas e mãos estendidas das crianças pobres. Nesse caso, o recolhimento era uma forma de reprimir a autonomia da mãe, que “subtraía” do domínio de Francisco Freitas um trabalhador doméstico, desafiando seu poder de mando. O Cego e seu filho, caminhando pelas ruas e becos da cidade se apropriavam das conversas, boatos, e, possivelmente, se utilizavam disso no exercício de sua mendicância. Ainda é possível arriscar que a fama de feiticeiro conferida ao cego, ao passo que o estigmatizava, também o colocava em negociação diante de uma cidade preconceituosa, que depreciava diversas expressões religiosas dos negros e pobres, mas, às escondidas, a ele recorria e, nesse mesmo movimento, mesclava medo e nojo.

A mendicância, ainda que genericamente aceita em razão da debilidade das crianças, não era ignorada porque existia o risco da indigência contínua. Na lógica liberal, isso representa um peso para a sociedade. Assim, utilizar o trabalho infantil era eticamente mais condizente com a idealização de cidade moderna do que permitir a mendicidade. Por outro lado, ter a criança sob as vistas de um senhor ou internada no colégio de ofícios, contribuía para programar ou restringir ações fortuitas e impedir a aglomeração de meninos. O medo das multidões é historicamente conhecido. Jean Delumeau historicizou o medo do “povo anônimo”, que se concretizou na Europa, especialmente a partir do século XV, no medo dos mendigos itinerantes. O fundamento do combate à mendicância estava no perigo da subversão.¹³⁶ Já em meados do século XIX, seria incoerente com a implantação dos mecanismos formais de emprego nas pequenas fábricas e no comércio, a existência de uma população que conseguisse satisfazer suas necessidades alimentares com a arrecadação de esmolas. Assim, era preciso transformar essa realidade fluida do movimento dos pedintes (ou mesmo o hábito de pedir daqueles que se fixavam em determinado ponto, como se ali assumissem um trabalho regular) em braços disponíveis para o trabalho na Província, limitando as brechas de ganhar dinheiro fora do trabalho formal. Indivíduos escorregadios, que não estavam nos trabalhos reconhecidos como dignos naquele momento ou não serviam para compor um exército de reserva razoavelmente habilitado para o emprego, deveriam ser combatidos, tendo em vista a imprevisibilidade de suas ações. Segundo Delumeau, trabalhadores deslocados ou esporádicos, que buscavam nas cidades alguma colocação, tiveram relevante atuação nas sedições urbanas de Paris no início da Revolução Francesa. Essa gente que compunha, nas palavras do autor,

¹³⁶ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300 – 1800)**: Uma cidade sitiada. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

uma “população flutuante”, esteve ligada à violência coletiva que imprimia temor nos grupos dominantes.¹³⁷

No final do século XIX, intensificaram-se os discursos sobre os supostos males da ociosidade, o que fazia emergir políticas públicas cada vez mais rigorosas no controle da “vadiagem”, medidas complementares à formação do mercado de trabalho livre. Segundo Sidney Chalhoub, a repressão à ociosidade respondia a uma preocupação unânime das elites dirigentes frente ao medo da “desordem” que o fim da escravidão provocaria na estrutura social em todo o país. Conforme o autor, o que se processou politicamente, nesse sentido, foi uma transformação na mentalidade das classes dominantes acerca do trabalho. Com a escravidão, o mundo do trabalho estava um tanto perpassado pelo mundo da ordem, da propriedade. Extinto o domínio escravocrata, a inquietação que passou a dominar os discursos políticos se manifestava nas medidas que coagiam os indivíduos ao trabalho. Daí a composição conflitante de uma nova ética do trabalho, que passava a ser positivado. Obviamente, isso não se constata como uma resposta imediata à abolição. Um longo processo de afetação da mentalidade sobre a redefinição da noção de trabalho e o valor do trabalhador vinha se modelando em toda segunda metade do século XIX.¹³⁸ Esta tese concorda que a ordenação do trabalho infantil faz parte de um conjunto de mudanças no mundo do trabalho livre oitocentista que reconfigurou as relações de trabalho no Brasil, ainda que muito evidentes as continuidades de uma mentalidade escravocrata. As tentativas de conduzir os modos e feições do trabalho de crianças no século XIX e as resposta às estratégias de controle das crianças trabalhadoras é parte constitutiva da formação da classe operária brasileira.

Outro fenômeno que marcou indelevelmente a população da capital cearense foi o movimento migratório de retirantes que fugiam dos efeitos da seca de 1877. Milhares de pessoas chegavam e saíam de Fortaleza, apartadas que foram de suas relações de trabalho e da desestruturante ruptura da proteção paternalista, sob a qual escapavam à fome. A intensa e temerosa circulação de retirantes famintos e sujos nas ruas de Fortaleza rápido fomentou a repressão e tentativas de controle desses indivíduos flutuantes por parte das autoridades provinciais. Como já foi apontado, nesse contexto de tragédia e fome endêmica, a mendicância pacífica – que oportunizava a distinção dos ricos pela caridade – passou a conviver com a urgência exasperada de alimentar o corpo flagelado, fosse pela esmola ou pelo saque, conferindo à multidão um caráter político. Frederico de Castro Neves rejeitou as interpretações

¹³⁷ *Idem*, p. 239.

¹³⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

que associam as ações coletivas dos retirantes à uma resposta biológica à fome, como se sertanejos famintos fossem destituídos de conteúdo político-social. Em meio às mobilizações dos pobres e a coação do Estado, cujas medidas de assistência se converteram em imposição ao trabalho, as crianças também foram duramente reprimidas, estigmatizadas como delinquentes. Além disso, as crianças debilitadas pela fome eram as principais vítimas das doenças: morriam aos montes. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, sua debilidade era um jeito comovente de angariar comida, afetando a sensibilidade dos abastados.¹³⁹

3.3 Entre a vadiagem e o desamparo?

A presença das crianças nas ruas da cidade atraía muitos olhares. Suas atividades e brincadeiras eram vistas com suspeição e, a todo momento, buscava-se capturar nesses atos, algo de ilícito ou desordeiro. Assim, os usos infantis do espaço público era assunto de polícia, e mais ainda quando essas crianças eram de famílias pobres. A imprensa foi, nesse contexto, um atento bedel, cuja atuação repercutia a noção de perigo que emanava das crianças sem vigilância adequada.

“VAGABUNDOS”. Foi assim, em letras garrafais, que o jornal *O Cearense* chamou a atenção da polícia de Fortaleza para uma “horda de vagabundos” que estaria vendendo objetos galvanizados como se fossem de ouro, enganado os compradores. Os falsos vendedores em questão eram, segundo o jornal, “filhos-família, que iludem grosseiramente seus pais, para entregarem-se a tão reprovado meio de vida”. Ao final do aviso, a polícia era evocada como agente beneficiador da infância, já que poderia inibir as contravenções de crianças que, “por falta de inspeção de suas famílias, levam uma vida prostituída”.¹⁴⁰

Um conjunto de determinações morais também adjetivavam as crianças empobrecidas. Forjava-se uma estreita relação entre a pobreza e degradação e essa operação – ao longo do processo de imposição dos moldes do trabalho capitalista – acabou por associar, também, a classe trabalhadora ao perigo, à criminalidade. Assim, muitos intelectuais e governantes acreditavam que as crianças pobres – por serem pobres – careciam de cuidados para não perpetuarem a degenerescência biológica e ética da sociedade, mas concomitantemente, careciam de vigilância/punição porque os pais – em decorrência da deficiência financeira – eram mais propensos aos deslizes morais e, depois de romperem tantas

¹³⁹ Sobre a construção da seca como fenômeno social e as ações da multidão, entendida como sujeito político, no enfrentamento da fome e diante da atuação estatal, ver: NEVES, 2000.

¹⁴⁰ Vagabundos. *O Cearense*, ed. 1753, p. 2, 29 nov. 1864.

vezes com a estrutura moral vigente – afirmavam os dominantes – os pobres se tornavam criminosos, baderneiros, sediciosos.¹⁴¹ Esse argumento, que estava no fundamento das políticas de assistência à infância nos oitocentos, difundiu-se não só na imprensa, mas no trato governamental/jurídico dos trabalhadores.

Vender objetos na rua, podendo ser falsificados, furtados ou não, parecia ser um jeito muito comum de arranjar algum trocado. De tão recorrente, essa prática acabou por merecer espaço na legislação. No Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal da Fortaleza, em 1878, na seção referente a vendas de diversos gêneros, registrou-se a proibição de “comprar objetos de qualquer natureza e valor a escravo, criado ou filho-família, sem que mostrem autorização escrita de seu senhor, amo, pai ou tutor”, sob pena de multa de 10\$000 réis, conforme estipulado no artigo 85 do Código.¹⁴² É possível que este tipo de proibição estivesse presente em posturas municipais anteriores, havendo, porém, por causa das infrações cotidianas, a necessidade de ratificar a vigilância sobre tais práticas de vez em quando. Tentava-se evitar que os filhos-família fossem corrompidos, mas a vigilância maior era sobre as crianças pobres. Percebe-se que, apesar das denúncias da imprensa e das incursões policiais pela cidade, as formas de “ganhar a vida” encenadas pelos pequenos trabalhadores aconteciam à revelia do poder público, indicando ser muito difícil controlar as andanças e fazeres das crianças no espaço urbano.

O empresário José Paulino Hoonhaltz – dono da Funilaria Cearense e depois sócio da Ceará Water Company, empresa que detinha a concessão do abastecimento de água em Fortaleza – publicou nos jornais, repetidas vezes, um anúncio que prometia gratificar a pessoa que levasse de volta um garoto órfão que fugira de sua casa na rua do Mercado, nº 85. O menino era Florindo, pardo de 13 ou 14 anos de idade que fugiu da casa do empresário em 1866, levando consigo algumas peças de roupa (camisa de algodãozinho e calça de casimira escura, conduzindo uma trouxa com uma calça nova de algodão azul e outra de dito entrançado e duas camisas de algodãozinho).¹⁴³ Florindo era um entre vários meninos que trabalhavam na casa e nos estabelecimentos de Paulino Hoonhaltz. Não se sabe por qual motivo ele resolveu ir

¹⁴¹ Sobre o processo e atores da classificação da classe operária como classe perigosa, ver: BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013. A autora demonstrou como, a partir de diversas interpretações de literatos, economistas, juristas e historiadores, a formação da classe operária na França e na Inglaterra foi associada ao aumento da criminalidade e das revoltas urbanas, incluindo a Comuna de Paris. O livro se destina ao estudo da pobreza urbana e suas formas de confrontação e impacto nas sociedades industriais do século XIX.

¹⁴² CEARÁ. **Atos Legislativos da Província do Ceará**: promulgados pela respectiva Assembleia no ano de 1878. Fortaleza: Tipografia do Mercantil, 1879.

¹⁴³ Órfão. **O Cearense**, ed. 2036, p. 4, 3 mar. 1866. (O anúncio foi repetido nas edições 2037, 2039, 2041).

embora, mas pareceu uma “fuga” mais ou menos arquitetada, já que teve tempo para arrumar sua trouxa. Dispor de tantas peças, incluindo uma calça nova, não era nada comum aos meninos órfãos daquela época. A maioria andava com trajés gastos. O que Florindo planejava fazer com as roupas, não é possível assegurar. No entanto, pode-se supor que vestes novas, ou mesmo usadas, poderiam ser comercializadas, o que daria algum dinheiro para que Florindo seguisse seu caminho. No anúncio, não há indicação de iniciais gravadas nas roupas, como era costume no século XIX, o que, presumivelmente, facilitaria a venda. O furto de roupas, vez por outra aparecia entre os anúncios dos jornais de Fortaleza no período estudado. Comumente, se recompensava a pessoa que as devolvessem. Segundo Maia Neto, esses furtos poderiam ocorrer inclusive no momento da lavagem da roupa, que acontecia nas aguadas da cidade (riachos e lagoas), onde mulheres pobres ou escravas ganhavam seu sustento. Nesse mesmo ambiente de trabalhos diversos, crianças iam e vinham – ajudando no serviço da roupa ou pescaria, pegando água ou ainda nadando animadamente.¹⁴⁴

Florindo não era um escravo; era um órfão que trabalhava para Hoonhaltz. Pelo anúncio de gratificação, ficava claro que o empresário não estava disposto a perder um criado. De certo o anúncio também estava ligado à vontade de recuperar o menino para puni-lo pelo furto, o que faz dessa publicação um indicativo de que os locatários (quando havia um contrato de soldada) ou os patrões das crianças as tinham como propriedade, mesmo elas sendo livres. O usufruto da mão de obra infantil era absolutamente comum. Como se vai demonstrando, as crianças pobres estavam em todo tipo de trabalho na cidade.

No repertório de falas voltadas ao regramento da infância, os meninos e meninas pobres aparecem como perigosos, fracos, desprotegidos ou incivilizados. Essa variedade de definições aponta para as manipulações discursivas sobre a responsabilidade para com os filhos da classe trabalhadora. Quando o foco era o embelezamento da cidade, facilmente o encargo era atribuído à força policial. Mesmo pequenos, os meninos não eram tidos como menos trapaceiros ou criminosos. Se a intenção do discurso era a higiene e prevenção das doenças, o saber médico apontava para a fragilidade das crianças que, mal alimentadas, mereciam a atenção do Estado. Em se tratando do trabalho, os garotos aparecem como indolentes, precisando ser corrigidos ou recolhidos para não causar mal a si e aos outros. De todo, um ponto

¹⁴⁴ MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água:** Territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 – 1926). 2015. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

de consenso era a interdição da rua às crianças. A ideia era coibir os usos “ilícitos” do espaço público.

Para ratificar essa necessidade de “guardar” as crianças, a rua aparecia como perigo, visto que a fragilidade infantil era acompanhada pelo presumível abandono dos pais, que sequer conheciam os trajetos dos filhos. Por volta das oito horas da manhã do dia 24 de janeiro de 1881, o pequeno João, garoto órfão que morava na rua do Cajueiro (atual rua Pedro Borges), foi atropelado e arrastado pelo carro de Henrique Gollignac, dirigido por seu boleeiro Manoel Francisco da Silva. João ficou bastante ferido e Francisco foi proibido de exercer a profissão por um ano.¹⁴⁵ Acidentes, atropelamentos, afogamentos aconteciam aos meninos que viviam a rua – trabalhando, brincando ou puxando água das cacimbas sem encostas. Muitas vezes, somente uma pequena nota de jornal permite saber os insucessos e mortes dessas crianças na rua, sem nome ou endereço dignos de nota. O boleeiro foi notificado porque a população, impactada com a cena do menino arrastado pelo carro, acionou a polícia. O acontecimento foi parar no jornal porque a notícia tinha a finalidade de chamar a atenção das autoridades para uma suposta necessidade de implantar um código de trânsito de carros, bondes e carroças na capital. Nesse caso, as Posturas de 1879 já legislavam sobre isso, ao que parece, de forma insatisfatória ou pouco efetivada.¹⁴⁶

Às meninas, a rua era ainda menos recomendada, apesar de aparecerem nas feiras, chafarizes ou lavando roupa nos riachos. O perigo estava, principalmente na violação da honra, visto que não eram incomuns os casos de estupro de crianças. Essas notícias, que aparecem muitas vezes somente como números nos relatórios de polícia ou nas listas de crimes e prisões dos jornais da época, quando comentadas por jornalistas, ainda que denunciando a “barbaridade” desse tipo de crime, eram acompanhadas de “conselhos” sobre a honestidade das mulheres e a importância do recato e da pureza das meninas.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Boleeiro Desavisado. **O Cearense**, ed. 19, p.1, 26 jan. 1881.

¹⁴⁶ O Capítulo 4 do Código de Posturas Municipais de Fortaleza (Resolução 1818/1879) determinou a proibição de trânsito e estacionamento de carros, cavalos e carracas sobre as calçadas. Obrigou a numeração de carros e carroças de aluguel e impostos específicos para circulação na cidade. Os carros de luxo de particulares também deveriam pagar os impostos, mas não careciam de numeração e fiscalização. Ver: **CEARÁ. Atos Legislativos da Província do Ceará**: Promulgados pela Assembleia no ano de 1879. Fortaleza: Tipografia Mercantil, 1879, p. 103-126.

¹⁴⁷ A pesquisa nos jornais tem revelado elevado número de violência sexual de menores na capital (estupro e defloramento). É possível, além dos casos notificados, em que são informados os nomes e idades das vítimas, acompanhar os números de prisões por estupro nos relatórios da Chefatura de Polícia. Ainda que esse tema não seja assunto específico desta pesquisa, importa relacionar a presença das crianças nas ruas e os desafios que enfrentavam para cumprir suas jornadas de trabalho.

As sofriam a falta de segurança. Dizia o jornal *Pedro II*, que no ano de 1860, um homem derrubava a porta dos casebres em que moravam somente mulheres para “fins libidinosos contra a vontade destas”. Sua área de atuação era na rua do Fogo, uma das partes mais pobres de Fortaleza, onde, durante a madrugada, entrava armado de pistola ou punhal e ali fazia suas vítimas, entre elas uma criança. A nota estava endereçada ao Chefe de Polícia, pedindo o envio de um policial para inibir o criminoso, já que as mulheres, temendo as ameaças, não podiam denunciá-lo.¹⁴⁸ Entretanto, os agentes da polícia, também protagonizavam crimes de violência contra mulheres. No começo dos anos de 1870, o jornal *O Cearense* noticiou um crime horrível, que chocou a população de Sobral. Um soldado de polícia invadiu a casa de taipa de Francisca, que morava sozinha com sua filha. Tentou violentá-la, mas ela conseguiu fugir, deixando a bebê de quatro meses que dormia. Ao pedir socorro, os vizinhos se dirigiram à sua casa, mas chegaram tarde demais. O soldado Joaquim Pinto de Moura havia levado a criança. Muitas horas depois, o bebê foi encontrado atrás de uma igreja, “horripelmente estuprada”. Morreu durante o exame de corpo de delito. A correspondência enviada de Sobral, solicitava ao presidente de província retirar o destacamento de polícia daquela cidade, afirmando que a estatística criminal aumentara desde a chegada dos soldados, “autores sempre de quase todas as tragédias que se dão na província”.¹⁴⁹

A percepção de que, juridicamente, as mulheres eram inferiores e que seu valor era traduzido na condição de esposa, fazia pairar sobre os crimes de estupro certa suspeita com relação ao comportamento feminino, como se fossem culpadas pela violência do outro. Francisca, morando sozinha com uma criança tão pequena, tinha sua honestidade posta em dúvida. Como se viu na forma de adjetivar mães solteiras nos livros do Arrolamento de Fortaleza, por exemplo, ela seria uma “meretriz”. Assim, mesmo notícias tão terríveis como o estupro de um bebê, ainda ficavam assentadas em valores do domínio masculino, tornando mulheres e meninas que andavam e trabalhavam nas ruas alvos de violência. O espaço público era território masculino por excelência, às mulheres restavam a reclusão doméstica, caso contrário, eram vistas como facilitadoras das pulsões sexuais de homens criminosos, embora os abusos sexuais cometidos por familiares dentro das residências também fossem constantes.

O Código de Postura de 1870 passou a proibir a reunião de meninos, escravos e empregados domésticos “nas lojas, tavernas e calçadas, por mais de quinze minutos, para

¹⁴⁸ Para o Dr. Chefe de Polícia ver. **Pedro II**, ed. 2004, p. 4, 2 abr. 1860.

¹⁴⁹ Crime horrível. **O Cearense**, ed. 2, p.1, 5 jan. 1873.

qualquer fim”.¹⁵⁰ Numa cidade permeada de escravos, esse impedimento visava inibir ações de resistência ou ainda, quebrar com os momentos de folga construídos nas brechas das ocupações diárias pelos trabalhadores urbanos. Evitar a concentração de meninos e criados era uma tentativa de controlar as conversas, os boatos e trocas de informação, muitas vezes utilizadas nas resistências diárias dos pobres diante da exploração dos senhores, conforme demonstrou Maria Odila Dias.¹⁵¹ A lei indica, contudo, que o encontro de moleques era bastante comum na cena pública. Em razão disso, as brincadeiras das crianças eram bem vigiadas, já que autônomas demais ao gosto das autoridades e da gente “civilizada” da cidade. Um ano antes de entrar em vigor as novas posturas aprovadas pela câmara de Fortaleza, o jornal *O Cearense* mais uma vez cobrava da chefatura de polícia medidas para extinguir o acúmulo de meninos que causavam “desordens” na cidade. Assim noticiava:

Havia alguns domingos reunia-se uma sucia de filhos-família e moleques a soltar papagaios pelas praças e travessas; faziam uma algazarra infernal e entre eles apareciam as vezes conflitos desagradáveis. A polícia, entretanto, tolerava essa “inocente” brincadeira. Neste último domingo o negócio tomou um caráter mais sério. Formaram dois grupos (perto de 200 meninos) e saíram a disputar a vitória um a outro. Hora por hora subiam ao ar alguns foguetes e ouvia-se um tiro de arcabuz ou cousa que o valha. Encontraram-se afinal os grupos na rua de S. Bernardo e travou-se uma espécie de combate. Todos armados de cacetes. Houve cabeças fraturadas ferimentos e contusões. Quando se acham no meio da luta aparece a polícia e procura dispersar os “combatentes”, que se revoltam contra ela. Depois de porfiada a luta debandaram-se os grupos e a polícia pode fazer apenas 3 prisioneiros. A polícia poderia nos ter poupado uma cena tão degradante, se tivesse em tempo proibido esse ajuntamento de meninos.¹⁵²

Na insistente vontade de controle, o jornal informa que soltar pipa – assim como fazem ainda hoje, durante as férias escolares, muitos meninos da periferia – era uma brincadeira que atraía as crianças do século XIX. Ao que parece, o que o jornal chamava de “desordem”, era um campeonato até bem organizado, já que vinha acontecendo há vários domingos e, quando do episódio narrado, conseguiu reunir centenas de crianças. O domingo era um dia importante, dia de missa, dia de folga. O uso do tempo longe do trabalho que, no caso dos meninos pobres, poderia se converter em sociabilidades rejeitadas pelos ricos, fazia de uma brincadeira vulgar, um caso de polícia.

¹⁵⁰ CEARÁ. *Coleção das Leis da Província do Ceará de 1870*. Fortaleza: Tipografia. Cearense, 1870.

¹⁵¹ O cotidiano de mulheres pobres livres, forras e escravas em São Paulo no século XIX foi analisado por Dias, que destacou as formas de ganho e resistência populares no processo de urbanização, revelando que a reunião ocasional de mulheres no exercício diário de suas tarefas como lavadeiras, quitadeiras, negras de tabuleiro favoreciam ações de resistência – comércio de artigos furtados das casas de seus patrões, informes sobre fugas e abrigo de escravos, pequenas trapaças contra taverneiros que aumentavam os preços dos alimentos, revenda de aguardente etc. – e possibilitavam um poder informal – de burlar, quando necessário, as leis e autoridades municipais – e de criar redes de sobrevivência. Ver: DIAS, 1995.

¹⁵² Desordens. *O Cearense*, ed.171, p.2, 4 ago. 1869.

O problema parecia residir no comportamento “desregrado” (muito barulho, brigas, possíveis palavrões, porrada). Essa forma de brincar não estava inscrita no modelo de criança educada e afável. Contudo, o incômodo do jornalista não estava na violência empregada naquela brincadeira, da qual saíram meninos feridos. À chegada da força policial, o movimento dos porretes deve ter sido bem incisivo. No que tange à sensibilidade, a questão não estava no reconhecimento de que as brincadeiras juvenis pudessem causar fraturas, nem tão pouco, nas formas (até muito corriqueiras) com que os policiais dispersavam as multidões. O problema maior era o “ajuntamento de meninos”. A vida das ruas não deveria vir das alegrias e disputas dos meninos pobres.

3.4 Juizado de Órfãos: O trabalho infantil formalizado

Galiana Maria do Espírito Santo era mãe solteira e morava na Vila de Canindé, onde criava sua filha Raimunda que, segundo o atestado da professora, frequentava assiduamente as aulas. Como outras mães solteiras nos idos do século XIX, Galiana foi declarada prostituta e, sob essa alegação, sua filha foi retirada de sua companhia pelo juiz de órfãos daquele lugar e entregue à soldada a um capitão da Guarda Nacional, para quem Raimunda passou a prestar serviços domésticos. Galiana contestou a decisão do juiz e sua história virou uma pauta no jornal.¹⁵³ O que aconteceu à Raimunda se repetiu com muitas outras crianças no século XIX. A menina foi reputada como órfã apesar de ter mãe e enviada à casa do Capitão Gondim para receber “abrigo e proteção”, mesmo estando matriculada em uma escola pública. Por que isso acontecia? A quem pertenciam os filhos das mulheres solteiras pobres desse período?

Os juízes de órfãos eram magistrados nomeados pelo Governo Imperial para tratar de assuntos relativos aos direitos de menores órfãos, especialmente em casos de herança, inventários e partilha dos bens e para fiscalizar a educação e aplicação da receita dos órfãos tutelados. Durante muito tempo, seguindo as determinações das Ordenações Filipinas, essas atribuições para com os órfãos eram da alçada dos juízes ordinários. Contudo, com as especificações e demandas cada vez maiores (nomeação de tutores no período de 30 dias de orfandade, recolhimento dos bens, dispositivos de prevenção do sequestro da herança, divisão do patrimônio entre herdeiros legítimos no prazo máximo de dois meses) criou-se o cargo específico de Juiz de Órfãos, que seguia o mesmo estatuto dos juízes municipais. Em 1842, um novo regulamento imperial especificou ainda mais os encargos dos juízes de órfãos,

¹⁵³ Correspondência. **Pedro II**, ed. 1620, p.2,13 nov. 1863.

responsáveis, por exemplo, pelas licenças de casamento ou emancipação de idade. Até a primeira metade do século XIX, como se vê, o exercício dos juízes de órfãos estava quase inteiramente atrelado ao universo das crianças ricas e seus problemas de herança. Mas esse quadro sofreu alterações, especialmente depois de 1850.

Em suas *Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico*, José Pereira de Carvalho fez uma advertência aos juízes de órfãos sobre o lugar que eles ocupavam no cenário nacional, dizendo serem responsáveis para com Deus e para com a sociedade pela educação e direção das crianças sem pai, já que a infância seria “a época da vida que o homem tem maior necessidade de um diretor, que possa defender a sua razão, das seduções que o cercam por toda a parte. Se fossem abandonados, a sociedade se veria carregada de mendigos e criminosos”.¹⁵⁴ Sua fala estava intrinsecamente ligada ao contexto de mudanças que se processava com relação aos órfãos pobres. Nesse momento, o espaço social e político de atuação dos juízes de órfãos foi ampliado, razão pela qual ganharam destaque na imprensa, nos arranjos partidários e nas ações de institucionalização da assistência à infância. A proposta de Carvalho era comentar minuciosamente a legislação sobre os órfãos e suas mudanças até aquele momento, apontando controvérsias jurídicas e discussões doutrinárias sobre o tema ainda em elaboração no Brasil. Quando organizou a edição, em 1879, a atenção do Juizado de Órfãos não estava mais voltada exclusivamente aos inventários e tutelas de meninos ricos, mas se ocupava também do formidável manejo que se abriu com a massificação dos contratos de soldada.

O contrato de soldada significava um aluguel de órfãos que receberiam moradia, educação profissional e instrução primária de um locatário definido pelo Juiz de Órfãos. As crianças dadas à soldada permaneciam na casa do locatário até completar 21 anos, quando poderiam resgatar o pecúlio devido pelos anos de trabalho (dinheiro depositado pelo locatário no cofre do Juizado de Órfãos). Em estudo sobre o Juizado de Órfãos de São Paulo, Gislane Azevedo observou que, no século XIX, a tutela deixava de ser usada, unicamente, como uma maneira de garantir a proteção das crianças ricas e passava a funcionar como uma forma de acionar o trabalho infantil. Assim, a tutela de meninos pobres abriu caminho para ampliar os contratos de soldada. Com o tempo, a ideia de profissionalização do órfão ficava em segundo plano e a soldada deixou de ser vinculada ao aprendizado de algum ofício. Meninos e meninas

¹⁵⁴ CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1879, p. 26.

pobres foram amplamente disponibilizados como mão de obra barata em todo território nacional.¹⁵⁵

Na década de 1860, verificou-se um considerável aumento do número de Juízes de Órfãos nomeados na província do Ceará. Esses magistrados passaram a ocupar posição estratégica nas questões ligadas ao trabalho infantil, incluindo a soldada de indígenas. A atuação dos juízes de órfãos dialogava com a crescente demanda por trabalhadores domésticos no contexto de transferência de escravos para outras províncias, quando o tráfico atlântico cessou. Hilário Ferreira Sobrinho investigou as implicações do tráfico de escravos no Ceará depois de 1850, acompanhando a ampliação e a organização de uma rede de traficantes que lucrava com esse negócio e o impacto social que essa atividade causou na população cativa da província. De acordo com o autor, a maior parte dos escravos vendidos e exportados, especialmente aqueles que residiam em Fortaleza, saíam de pequenas e médias propriedades, por vezes, correspondia um núcleo familiar (uma mãe e seus filhos, por exemplo). Durante a seca de 1877-79, a exportação se intensificou, já que para superar a calamidade, muitos proprietários venderam seus escravos para obterem recursos. Somente na década de 1870, aproximadamente oito mil escravos partiram do porto de Fortaleza, principalmente para os cafezais do Sudeste. A intensificação dos negócios de traficantes de escravos na província extraiu muitos trabalhadores cativos, afetando especialmente o serviço doméstico.¹⁵⁶

Nesse cenário, muita gente foi escravizada ilegalmente e muitas crianças foram postas em trabalho compulsório via contratos de soldada. Entretanto, é importante destacar que a ampliação do Juizado de Órfãos e o aumento do número de soldadas não foi uma consequência direta do tráfico interprovincial de escravos. Evidentemente, o momento inferiu nas formas de assistência, definições e usos do emprego de crianças pobres. Muitos outros aspectos compuseram a institucionalização do trabalho infantil nesse período. A preocupação com a “infância desvalida” sob olhares governamentais e filantrópicos era justificada como prevenção da criminalidade. A soldada foi também uma forma de controle social concomitante às discussões sobre o fim da escravidão no país. O trabalho infantil formalizado pelo Estado esteve intimamente ligado à gerência das cidades e dos pobres nos oitocentos, que deveria cumprir, além de uma função econômica, uma função moral.

¹⁵⁵ AZEVEDO, Gislane. **De “Sebastianas e Giovannis”**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo. 1995. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

¹⁵⁶ FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”**: Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881). Fortaleza: Secult (CE), 2011.

Em setembro de 1860 o Governo Imperial emitiu uma circular que tratava especificamente sobre os órfãos, recomendando aos juízes imediatas soluções para aqueles “que vivem expostos a funestas consequências que resultam em estado sem sujeição, a fim de que sejam dados a soldada com as precisas seguranças”. Essa mesma circular foi enviada pelo Presidente da Província a todas as comarcas, reiterando o “especial cuidado do Governo Imperial com os desvalidos” e exigindo uma relação com nome, sexo, idade e estado de saúde de todas as crianças em situação de indigência para que se processasse os editais de soldada.¹⁵⁷ A tarefa proposta pelo Presidente Nunes Gonçalves não era nada fácil de ser realizada. O que ele demandava era uma espécie de arrolamento dos possíveis alvos da soldada, que agora era incentivada em todo o país por ordem do Imperador. Dúvidas importantes surgiram.

Entre os despachos do expediente de 21 de setembro daquele ano, publicados posteriormente no jornal *Pedro II*, o Gabinete Provincial respondia ao Juiz Substituto de Órfãos de Aquiraz sobre a condição jurídica do órfão. Tal juiz, enviara ofício ao Presidente, pedindo explicações sobre quem deveria considerar órfão, para bem compor a relação exigida na Circular. Indagava ele sobre os seguintes casos:

- 1º - Os filhos de mulher solteira.
- 2º - Os filhos daquelas que sendo solteiras se houveram depois casado com os pais daqueles.
- 3º - Os filhos de mulher solteira que se houver casado com outro indivíduo que não o pai daqueles.
- 4º - Os filhos de escravo, casado com mulher livre depois do falecimento do pai.
- 5º - Finalmente se órfãos que tiverem sido dados por seu pai ou mãe a padrinhos ou a outra pessoa, que lhes fornecesse o necessário e de quem recebe educação devem ficar no poder de tais pessoas ou devem ser daí tirados para serem dadas a soldada?¹⁵⁸

A primeira coisa que salta aos olhos é a ameaça declarada às famílias pobres. Se existiam dúvidas sobre quem eram os “órfãos” deviam-se, especialmente, às maneiras de ver os papéis parentais exercidos pelas pessoas comuns, fora da formalidade editada – e muitas vezes, nem vivenciada – pelas autoridades legislativas e judiciais. Além disso, essas perguntas do juiz de Aquiraz parecem autorizar uma interferência incalculável na vida doméstica e no futuro dessas crianças “órfãs”, como interessava ao Estado. A resposta da Presidência da Província é ainda mais inquietante:

Em resposta declaro-lhe: que sendo o pensamento do Governo Imperial transmitido por aquele circular, amparar da miséria os menores desvalidos, devem ser para este fim considerados órfãos os filhos de mulher solteira figurados na 1ª hipótese, porque não há quem sobre eles exerça o pátrio poder do que não gozam as mães e não os que se acharem compreendidos na 2ª hipótese. Pelo mesmo motivo se deve reputar órfãos os menores que estiverem na 3ª e 4ª hipótese. Quanto aos da 5ª hipótese revela notar

¹⁵⁷ Circular aos Juízes de direito da Província. **Pedro II**, ed. 2117, p.2, 15 out. 1860.

¹⁵⁸ Despachos. **Pedro II**, ed. 2127, p 2, 26 out 1860.

que para prevalecer os atos aí figurados é preciso que eles sejam praticados com a intervenção dos juizes de órfãos, tomadas as cautelas que a lei exige.¹⁵⁹

Assim, quando a menina Raimunda de Canindé foi dada à soldada três anos depois dessa Circular, o que o juiz viu foi uma mãe solteira que não tinha o pátrio poder de educar sua filha. Circunstância, aliás, que perdurou por muito tempo no Brasil, já que somente em 1890, as mães viúvas alcançaram, juridicamente, a possibilidade de responder por seus filhos menores. Diante dessa determinação, quase a totalidade das crianças pobres da Província estava a mercê dos Juizes de Órfãos. A ideia era legitimar as investidas do Estado e dos patrões no aliciamento do maior número possível de crianças para o trabalho. Avolumaram-se os contratos arbitrários de soldada. As crianças pobres se transformaram, ao longo de toda segunda metade do século XIX, em interessante moeda de troca.

Era muito difícil encontrar meios legais para contestar a soldada. Quando familiares ou tutores reclamavam por suas crianças, o que encontravam era uma série de artifícios burocráticos que desqualificava os requerentes e suas condições de permanecerem com os filhos. Criou-se, nesse contexto de uso indistinto do trabalho infantil, a categoria de criança “desvalida”, entendida como sinônimo de abandono físico e moral pelas famílias que, diante dos olhares preconceituosos e utilitaristas dos grupos dominantes, não tinham a menor capacidade de educá-las. Dessa maneira, mesmo a autoridade do pai ou a presença do padrasto não eram suficientes para livrar as crianças da soldada. O tempo inteiro os jornais desse período relatavam as tentativas fracassadas de famílias pobres em busca de invalidar as soldadas. No jornal *A Liberdade*, soube-se da infelicidade de um pai cego, que no ano de 1863, “teve seu filho arrancado para ser doado de mão beijada à presidência”.¹⁶⁰ Nesses termos, a notícia tentava atingir a imagem do Presidente de Província José Bento Cunha Figueiredo Júnior que mantinha sob sua tutela João, o filho do cego, apesar das comprovações de que o menino não era órfão. O detalhe nesse caso era que a soldada de João havia sido firmada pelo juiz de órfãos que era irmão do presidente de província. Que chances tinha o cego de reaver seu filho?

No campo das lutas desiguais também se encontra a história de dois irmãos que viviam em Meruoca. Antônio Benga, que narrou dezenove fatos para comprovar a “vilania” de um juiz nomeado para o Termo de Barra, não informou o nome dos meninos, mas os elencou como vítimas do referido juiz. Entre as acusações de corrupção, prevaricação, chantagem, abuso de poder, Benga apresentou o julgamento de Vicente Ferreira de Lima, que teria cometido um

¹⁵⁹ *Idem.*

¹⁶⁰ Mais uma infâmia. *A Liberdade*, ed. 58, p.2, 13 fev. 1864.

assassinato no Icó. Sendo protegido de Francisco Leôncio de Andrade, grande proprietário da região, obteve do juiz seu *habeas corpus* quase que imediatamente. Segundo o jornal, Leôncio era credor do juiz, o que teria facilitado a soltura de Vicente. No décimo quarto crime do “juiz relapso” – seu nome não foi proferido nenhuma vez –, Vicente Ferreira apareceu novamente. Na ocasião, o delegado de polícia ordenou a remessa de alguns meninos para serem alistados na Marinha. O alferes Alexandre Azevedo efetuou a prisão de um garoto, que teve seu caminho “desviado” pelo juiz da Barra. Ele estava justamente na casa de Vicente Ferreira quando soube do órfão e resolveu entregar o menino à soldada para o amigo. Dias depois, o menino, por ter levado uma surra, fugiu da casa de Vicente. Em represália, o juiz mandou prender o irmão do garoto, também menor de idade, a fim de colher informações sobre o paradeiro do outro. Ele ficou preso por quinze dias e nada soube informar. Dizia Antônio Benga que este ocorrido podia ser comprovado com o depoimento de muitos “homens honrados”.¹⁶¹

Lívia Maria Botin, investigando a atuação do Juizado de Órfãos na cidade de Campinas, observou que a tutela de crianças pobres era arranjada no interior de um circuito de favores, beneficiando pessoas que sabiam manusear os trâmites burocráticos do processo orfanológico. Seu trabalho teve como fonte primordial o Censo Estatístico dos Órfãos Pobres, documentação que listava o perfil dos órfãos tutelados desde 1866 a 1899, o que lhe permitiu a reconstrução de diversas trajetórias de crianças reivindicadas ao Juizado de Órfãos no período. A pesquisa revelou que em muitos casos, pessoas próximas ao cotidiano das crianças, que haviam conhecido seus pais ou que presenciavam maus tratos, tiveram, quase sempre, seus pedidos de tutela indeferidos. O perfil dos tutores reconhecidos e autorizados pelos juízes de órfãos correspondia aos fazendeiros e comerciantes locais com alguma influência política. Nesse sentido, mesmo sendo evidente a construção de uma rede de solidariedade entre despossuídos, que demonstrava preocupação com a infância desamparada, o que predominou foi a vontade do juiz. Entre os motivos apresentados pelo candidato a tutor, em sua maioria, estavam “oferecer educação” ou retirar a criança de seu “abandono moral”. Das mais de trezentas ações de concessão de tutela listadas pela autora, apenas duas dizia atender um pedido dos familiares do órfão.¹⁶²

Crianças pobres viraram uma forma de presentear os amigos, embora, por lei, isso fosse expressamente proibido. A recomendação do Imperador de que a soldada tinha que ser

¹⁶¹ Apontamentos para a vida de um juiz venal. **A Constituição**, ed. 158, p. 2, 11 ago. 1870.

¹⁶² BOTIN, Lívia Maria. **Trajetórias cruzadas: meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899)**. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

feita com “precisa segurança” parece ter sido simplesmente desconsiderada. Os irmãos presos, espancados e postos a trabalhar dizem muito sobre a legislação vigente e as formas de aplicação dos contratos de formalização do trabalho infantil no Império. O mesmo autoritarismo na distribuição das crianças à soldada se mostrou na retirada de seus locatários, com ou sem a anulação formal do contrato. A rescisão do contrato de soldada era justificada quando o locatário não cumpria com os deveres de educação e profissionalização das crianças – aspecto pouco fiscalizado – ou quando a criança se mostrava indolente e “incorrigível”; nesse caso ela seria remetida às Forças Armadas. Via de regra, os locatários não pareceram muito interessados em devolver os órfãos. Em geral, as reclamações registradas eram exatamente o inverso.

Nas páginas do jornal *A Constituição* teve lugar uma série de denúncias contra o Juiz de Direito de Aracati, Francisco de Paula Cirne Lima. Em meados da década de 1870, entre acusações e respostas de ameaças, as contendas políticas se acaloravam e polarizavam os grupos de apoio partidários. No meio dessas disputas, o juiz era acusado de decretar sentenças baseado nas afinidades políticas, desconsiderando questões legais. Em uma dessas intrigas, Cirne Lima condenou a oito anos de prisão e a perda de emprego público, “um pai de numerosa família”, por ter em sua casa órfãos dados à soldada em caráter particular. Ou seja, sem a mediação da Justiça. Segundo o jornal, o juiz não tinha autoridade moral para mandar prender alguém por esse crime, já que mantinha em sua propriedade “miseráveis órfãos da Província do Pará, de quem serve-se como escravos sem dar-lhes a mínima soldada”.¹⁶³ As tais crianças paraenses eram conhecidas por toda população de Aracati, que lamentava sua infelicidade, mas nada podia fazer a respeito, de acordo com o jornal.

Achados assim, no meio das rixas pessoais e brigas partidárias, as crianças pobres, vulneráveis às articulações do poder público, constituíam uma reserva de mão de obra sem qualificação, que a todo instante era manejada para alimentar, de forma passional, as vontades de poder dos magistrados. Mas, ao mesmo tempo, atendiam anseios de uma sociedade escravista, muito afeita à exploração do trabalho de outra pessoa, especialmente quando as chances de controle eram mais plausíveis. O caso do juiz Cirne Lima é indicativo de que a soldada de meninos e meninas desamparados era corriqueira e difundida na capital e nas cidades do interior da Província. Outro aspecto que se evidencia é a circulação das crianças que, indistintamente apresentadas como órfãos, eram apenas realocadas, como se nada e ninguém as ligassem aos seus lugares de origem, como os meninos do Pará.

¹⁶³ O Juiz de Direito do Aracati. *A Constituição*, ed. 99, p. 2, 15 ago. 1875.

É preciso insistir que essa prática de aprisionamento e usufruto legalizado das crianças ao longo de todo Segundo Reinado não foi pontual. Os pequenos pedaços de trajetórias aqui apresentados não foram escolhidos para reforçar a assertiva de que as crianças pobres de séculos atrás trabalharam penosamente dentro ou fora das instituições de recolhimento. A documentação pesquisada está tão cheia desses “vultos”, dessas imagens ofuscadas de meninos sobre os quais se diz tão pouco, que fica difícil selecionar quais personagens serão explicitados neste exercício de escrita. Dito de outra forma, a imposição do trabalho às crianças e jovens sem renome foi tão recorrente que acabou por se sedimentar à experiência coletiva dos sujeitos infantis desse período. Exatamente por isso, precisa ser reconstruída, analisada, repensada em diálogo com as inquietações do presente, no momento em que se revigoram as atitudes de marginalização dos pobres, a defesa do extermínio e da justiça sem julgamento. O discurso e as ações estatais do século XIX dirigiram um processo de naturalização do trabalho infantil, que negava autonomia às famílias pobres e silenciava as vontades das crianças.

A infância na soldada não era mero mecanismo de sobrevivência dos pobres. As famílias empobrecidas não usariam o trabalho infantil para manter as necessidades da casa? Os meninos pobres não teriam de trabalhar de qualquer jeito, por força das circunstâncias econômicas em que estavam inseridos? Como se viu no início deste capítulo, crianças trabalhavam com seus pais, trabalhavam na casa de seus padrinhos, lavavam roupas com suas mães ou carregavam lenha. Todavia, o território social do contrato de soldada era outro. Não se trata de medir esforços, ou intentar um duelo sobre o que era pior ou melhor. Trata-se de demarcar uma diferença. Na soldada, o trabalho infantil foi compulsório. A subjugação marcava a definição dos órfãos, a legitimação de tutelas artificiais e as ocupações das crianças.

Um leque de documentos produzido pelos juizados de órfãos em várias partes do Império, como as ações de tutela e os contratos de soldada, tem sido bastante utilizado como fontes privilegiadas para a história das crianças e do trabalho no Brasil. Sobre isso, Patrícia Geremias destacou três aspectos no volume das produções historiográficas que abordam esse tema. Em primeiro lugar, a autora chamou a atenção para a condição jurídica das crianças pobres retratadas nessa documentação. Constata-se a enorme quantidade de crianças pobres livres assoldadas. Mas as pesquisas têm explorado pouco o trabalho infantil doméstico dos órfãos livres. Segundo Geremias, as fontes do juizado de órfãos foram bastante utilizadas para tratar das crianças escravas e dos ingênuos. No entanto, poucas pesquisas tomaram essa documentação para tratar das crianças livres, que, em sua maioria, foi assoldada no serviço doméstico. Outra observação quanto aos “limites interpretativos” de parte das produções sobre

tutelas e soldadas seria o tom de denúncia que aparecem nos textos. Para a autora, alguns trabalhos não percebem a infância como construção social. Nesse sentido, tendem ao anacronismo ao tratar das lidas infantis no século XIX, o que compromete a análise do processo histórico de organização do mundo do trabalho. Ela argumenta que alguns textos têm focado na “infância roubada” e esquecem de contextualizar o trabalho infantil e sua importância social e econômica no século XIX. Por fim, ela comenta sobre aquilo que seria a maior limitação dos estudos sobre a criança trabalhadora: “entender a tutela e a soldada apenas como tentativas de manutenção das relações de trabalho típicas da escravidão”. Com isso, a autora critica a tendência de perceber os órfãos tutelados como parte de uma “transição” para o trabalho livre. Aconselha ter cuidado para não sugerir que o trabalho infantil foi resultado do processo de desestruturação da escravidão, como se os órfãos fossem substitutos dos escravos. Sua proposta é dar visibilidade ao trabalho doméstico infantil, reiterando a necessidade de entendê-lo dinâmico, sob contextos econômicos e culturais específicos.¹⁶⁴

Esta tese concorda que o trabalho infantil nos oitocentos não foi motivado pelo processo de desagregação do sistema escravista. Como se tem demonstrado, o que ocorreu na segunda metade do século XIX foi o propósito de institucionalizá-lo, afetando a autonomia de muitas famílias pobres, sobretudo das mães solteiras. Todavia, não é possível dissociar os usos do trabalho infantil das mudanças no mundo do trabalho escravo. Afinal, ter um órfão tutelado era mais barato que ter um escravo. Em grande medida, as relações escravistas – mais diretamente, uma mentalidade escravocrata – impactaram as distribuições e execuções dos contratos de soldada. Ou seja, o amplo emprego das crianças no serviço doméstico sem instrução primária como determinava a lei, a sonegação do valor estipulado no contrato que o órfão deveria resgatar quando completasse 21 anos, a transferência ilegal do órfão para outras casas à vontade dos tutores, além dos castigos físicos e trabalhos inadequados à idade, eram fatores que tornavam a tutela temporária de órfãos um ingresso no mundo do trabalho análogo à escravidão.

No âmbito da vulgarização do trabalho infantil, as crianças foram tratadas como patrimônio de seus locatários e sua presença a serviço dessas pessoas era convertida em favores e ofensas, às vezes, nas questões mais triviais. Em 1865, Antônio Franco publicava uma queixa no jornal com o título “Para o Sr. Presidente da Província ver”. Reclamava de seu vizinho, o

¹⁶⁴ GEREMIAS, Patrícia. Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma história social do trabalho doméstico infantil. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 7, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015.

juiz de órfãos Manoel da Cunha e Figueiredo, que o pedira para quebrar o muro que separava o quintal das duas casas para que pudesse utilizar a água do poço de Franco. Com a recusa, poucas horas depois, Manoel da Cunha enviou um oficial para notificar seu vizinho pela soldada de um menino que vivia na casa. Segundo Antônio Franco, o juiz exigia a entrega do órfão.¹⁶⁵ O presidente da província fora requisitado porque, segundo a queixa, o juiz usava sua autoridade para se vingar do desafeto. Por que a retirada do órfão era uma forma de vingança?

Filhos de pais desconhecidos, de mães solteiras, crianças que moravam com seus padrastos, com avós, órfãos e nascidos ingênuos estavam disponíveis à soldada a partir dos sete anos. Até lá, seguiam com suas “mães meretrizes”, “seus padrastos ébrios”, seus “avós mendigos”. Não despertavam nenhum interesse no Estado. Não eram recolhidos em instituições de ensino profissional, não existiam escolas para tão tenra idade, não eram aprendizes de nenhum ofício. Kátia Mattoso, na tentativa de encontrar as crianças escravas “duplamente mudas”, silenciadas no domínio escravocrata, percebeu duas idades na infância cativa. Até sete anos, os pequenos escravos eram “crioulinhos ou pardininhos” – retratados por naturalistas e artistas nas costas de suas mães ou correndo seminus – sem desempenho laboral. A partir dos oito até os doze anos, eram iniciados no mundo dos adultos, potencialmente produtivos. Nesse sentido, a criança escrava, a partir de sete anos, ingressava indiscutivelmente no campo próprio à sua condição de cativo. Mas, aos doze, era obrigada a abandonar qualquer traço infantil na execução de seu trabalho forçado. Em termos de autoridade, deveria obedecer agora ao mesmo regramento que sua mãe obedecia. O que a autora propôs foi uma reflexão sobre o encurtamento da noção de infância diante do trabalho compulsório.¹⁶⁶ Obviamente, isso não significa fincar marcos rígidos na definição de infância; a preocupação aqui expressa é de outra natureza. Pretende-se destacar que sobre as crianças postas à soldada, recaía a mesma percepção quanto à materialidade do trabalho que sobre os filhos das escravas. Retirar, portanto, o “órfão” de alguém representava ferir aquilo que era visto como uma espécie de direito do proprietário em fazer uso legal e elogiado do trabalho infantil em condições muito semelhantes ao trabalho servil. No conjunto de efetivações do contrato de soldada há um deslocamento de sentidos. Na legislação aparece como amparo, sendo um **dever** do locatário contribuir com o futuro daquela criança posta temporariamente sob seus cuidados. Na prática, o locatário entendia a soldada como um **direito senhorial** de se apropriar da criança.

¹⁶⁵ Para o Sr. Presidente da Província ver. **A Constituição**, ed. 177, p.3, 10 ago. 1865.

¹⁶⁶ MATOSO, Katia. O Filho da escrava. In: PRIORE (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

As crianças pobres livres viravam sujeitos diante do Estado quando sua força produtiva podia ser minimamente explorada. Quando os pequenos completavam sete anos, passavam, então, a ser alvo da legislação, do internamento, da educação voltada ao trabalho e da disciplinarização de seus corpos e tempos. Como indicou a Circular de 1860, eles foram procurados, classificados e retirados de suas famílias. Por via desse interesse no trabalho dos órfãos, foram assim encontradas suas redes familiares, suas moradias, suas andanças pela cidade.

Quando se processava, ao longo do século XIX, uma mudança na sensibilidade com relação à infância – que acompanhou a inquietação em torno da escravidão e dos castigos físicos e constrangimentos morais pelos quais passavam os trabalhadores escravizados – não era o trabalho infantil o alvo das denúncias. O trabalho das crianças, por si só, não se chocava com os valores culturais e princípios educativos da época. Todavia, a ordenação desse trabalho e a forma como as crianças eram simplesmente distribuídas passou a ser criticada por algumas vozes desse período. Falava-se da importância do trabalho para a formação do caráter dos jovens, mas, em alguns momentos, apontou-se para necessidade de reformular o direito civil, tendo em vista que a legislação sobre os órfãos era “caduca pela diuturnidade do tempo e progresso da civilização”.¹⁶⁷

Essa demanda por leis mais condizentes com as mudanças em curso fazia parte de um conjunto de artigos publicado no jornal *O Sol* (edições 320, 321, 397, 398 de 1863-64). Os textos condenavam a falta de rigor e o reaparecimento de antigas práticas de assalariamento de órfãos que, segundo o jornal, já estava em desuso, como a soldada para o serviço doméstico. De acordo com as Ordenações Filipinas, os órfãos deveriam ser empregados no aprendizado de ofícios mecânicos. Excepcionalmente, quando comprovado o estado de completo desamparo de órfãos, estes podiam ser locados como criados ou fâmulos. No entanto, ao longo do século XIX, a soldada de crianças para o serviço doméstico deixou de ser exceção. O jornal argumentava ser humanitário, proveitoso e conveniente cuidar de meninos sem nenhum parente, que, de outra forma, cairiam na mendicidade e prostituição. Mas repetia ser inconcebível tirar os filhos de sua mãe para entregá-los “a um que os emprega em vender couves e bananas pelas ruas e em casa os ocupa dos serviços mais vis. Isso é certamente piorar o seu estado”.¹⁶⁸ Por meio desses artigos, a figura do juiz de órfãos era reclamada como autoridade competente para mudar esse cenário e frear os “tomadores de órfãos” – juízes desonestos que,

¹⁶⁷ Ainda os órfãos à soldada. *O Sol*, ed. 321. p. 2, 22 mar. 1863.

¹⁶⁸ *Idem*.

segundo o jornal, substituíam os escravos por crianças órfãs. Essa convocação do Juizado de Órfãos permite entrever disputas entre novos e velhos posicionamentos acerca da infância.

Assumindo um lugar estratégico na ordenação do trabalho infantil, os juízes de órfãos passaram a exercer enorme poder sobre famílias pobres, cujos filhos eram disputados para o trabalho. Assim, apareciam nos jornais como benfeitores da infância desvalida, especialmente quando acolhiam denúncias de maus tratos de crianças. Mas na maioria das vezes, estavam envolvidos em casos de corrupção e abuso de autoridade. Manoel da Cunha Figueiredo, por exemplo, foi sentenciado em 1870 por roubar os valores referentes às soldadas dos órfãos de Fortaleza depositados no cofre do Juizado.¹⁶⁹ José Vitela, juiz de órfãos do Ipu, foi denunciado por vender carta de arrematação de órfãos cobrando dois mil réis, contrato ilícito em que o locatário ficava com a documentação legal sobre a tutela do órfão sem ter de depositar as soldadas.¹⁷⁰ Esse conjunto de arbitrariedades dos “tomadores de órfãos” os fazia muito temidos, já que podiam desestruturar grupos familiares chefiados por mulheres.

Supõe-se um esforço das camadas populares ficar longe das vistas do judiciário. Mas quando isso não era possível, diversas formas de rejeição, resistência e vingança foram registradas nas crônicas jornalísticas, que iam desde denúncias e revelações sobre o comportamento dos juízes – incluindo questões de foro pessoal – a manifestações anônimas de escárnio. Uma pequena nota no jornal *A Liberdade* exemplifica bem esse sentimento popular de repúdio às atitudes opressoras dos juízes locais. Na semana santa de 1864,

As mulheres de Arronches, com quem aquela autoridade mais violências tem praticado, mandaram fazer um judas do sr. José Feijó para aplaudirem no sábado d’aleluia à ideia que representa essa função popular. O que havia de fazer o novo Judas na subdelegacia? – Corre à Presidência e pede força para rebater uma *sedição*, que (diz ele) as pobres mulheres intentavam fazer.¹⁷¹

A brincadeira de malhar o Judas se transformou em um protesto disfarçado com declarada intenção de desmoralizar a autoridade do juiz. Segundo o jornal, o magistrado colecionava o ódio e o aborrecimento da população devido “uma série de violências no exercício de seu emprego”. Naquela mesma noite, o delegado da região, capitão Teodorico, mandou dar busca nas casas das mulheres que o juiz considerava suspeitas. Depois de algumas horas, encontrou o Judas, que o delegado “só achou parência [sic] com o denunciante quando montado em seu alazão!”¹⁷² Muito longe de ser uma ameaça efetiva, as mulheres de Arronches

¹⁶⁹ Transcrição – Processo instaurado contra o bacharel Manoel Cunha Figueiredo, juiz de órfãos desse Termo, pelo crime de peculato. **Jornal da Fortaleza**, ed. 163, p.2, 4 set. 1870.

¹⁷⁰ Correspondência. **O Cearense**, ed. 1595, p. 4, 18 ago. 1863.

¹⁷¹ Judas. **A Liberdade**, ed. 68, p. 2, 30 mar. 1864.

¹⁷² *Idem*.

usaram do *discurso oculto* produzido no meio de suas experiências compartilhadas para extravasar sua raiva contra as opressões cotidianas pelas quais passavam. Na definição de James Scott, poderosos e subordinados criam um discurso oculto que enuncia práticas e sentimentos que não podem ser publicamente declarados. O discurso oculto, pois, faz parte da cultura política dos sujeitos afins e se constrói a partir das especificidades de um determinado espaço de interação social.¹⁷³ Transformar o juiz em boneco de Judas e queimá-lo era uma expressão desse discurso oculto entre mulheres pobres que, estabelecendo uma reação silenciosa, mas muito loquaz de rejeição às práticas autoritárias do judiciário, externavam seus princípios de justiça e a defesa de seus valores culturais. Na investigação do sábado de aleluia nenhuma mulher foi presa. Primeiro porque não houve nenhum tipo de resistência à entrada da força policial durante a caça ao Judas. Depois porque, mesmo que todos soubessem, ninguém admitiu que o Judas representava o juiz e, ao menos publicamente, aquela ação não configurava um desacato à autoridade.

Vale registrar um aspecto interessante do episódio narrado acima: Existiam mulheres suspeitas. Antes de iniciarem a malhação do Judas, o próprio José Feijó indicou ao delegado em quais casas ele deveria procurar o boneco. De certo, elegeu como suspeitas mulheres que tinham motivos para não gostar dele. Isso mostra que o protesto em tom de brincadeira era uma negação à interferência do poder instituído na família, nas práticas rotineiras das mulheres pobres ou nas suas formas e locais de trabalho. Segundo James Scott, esse tipo de resposta às estruturas de dominação está assentado nas noções de dignidade dos oprimidos. Ou seja, se não era possível revidar instantaneamente e nem com o mesmo peso (pagar na mesma moeda), era imprescindível reafirmar, dentro e para o grupo de convívio, as noções de justiça e honra ali elaboradas e vividas. Assim, a cerimônia de ridicularização do juiz conseguiu afetar Feijó porque rompia com o comportamento de deferência que ele esperava impor. Ele até impediu a força do Judas, mas acabou por dar mais visibilidade ao ato burlesco de insultá-lo.

Entre abusos de poder, impropriedades e corrupção havia também outros problemas de ordem técnica que marcavam a atuação dos juizes de órfãos. A segunda metade do século XIX foi um momento de organização mais efetiva do Juizado de Órfãos, principalmente porque uma série de questões do direito orfanológico ainda estava em aberto. Na verdade, foi um período de adequação das Ordenações Filipinas e de novos procedimentos com relação aos

¹⁷³ SCOTT, James. **A Dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

órfãos, o que gerava dúvidas, desconhecimentos e decisões aleatórias que davam margem ao autoritarismo de alguns juízes. Na década de 1860 passaram a circular diversas publicações desse campo jurídico. As livrarias anunciavam a venda de manuais, como o *Novo Guia Teoria e Prática dos Juizes Municipais e de Órfãos*, de 1865.¹⁷⁴

O livro de José Pereira de Carvalho também foi uma importante referência nesse período. Suas anotações acerca do direito orfanológico foram compiladas do juiz Dídimo Agapito da Veiga Júnior, cujas ponderações abriu diversas jurisprudências nos tribunais superiores.¹⁷⁵ Além das atribuições dos juízes de órfãos, Carvalho elencou uma série de impedimentos desses magistrados, tais como servir-se dos órfãos por soldada, comprar seus bens, conservá-los em seu poder, emprestar seu dinheiro a juros ou arbitrar seus salários. A leitura dessas observações indica a construção de um campo de poder que se erguia em diálogo com as demandas do mercado de trabalho, mas também revela a elaboração da autoridade judicial sobrepondo-se nas teias políticas daquele contexto. Quando não havia um juiz de órfão na comarca, o juiz municipal ou o juiz de direito ali instituído ficava encarregado das questões orfanológicas e, segundo as Ordenações, na ausência desses, a jurisdição poderia recair sobre os vereadores mais antigos. Isso era arduamente criticado pelos juristas mais envolvidos com o direito orfanológico. Ao comentar sobre a possibilidade de velhos políticos assumirem essa função, Carvalho escrevia “que acontecem coisas que fazem estremecer”. Ganhava fôlego a tentativa de demarcar politicamente a importância do Juizado de Órfãos e seu campo de atuação.

Em 1867, os meninos José, Antônio e Casimiro foram presos no sítio do Tenente-Coronel Thomaz Lourenço da Silva Castro, quando tentavam fugir de seus locatários. Dias antes, o subdelegado do Arronches – que efetuou a prisão dos meninos – havia enviado a Companhia de Aprendizes Marinheiros outros garotos que também fugiam da soldada. Ao saber da notícia, o juiz de órfãos de Fortaleza, Manoel da Cunha e Figueiredo – o mesmo da história do poço –, emitiu dois ofícios endereçados ao Presidente da Província e ao Chefe de Polícia Hipólito Cassiano Pamplona. Pautando-se na legislação sobre os contratos de soldada e no decreto que regulamentava o ingresso na Companhia, o juiz exigia a liberdade dos meninos, que ainda se achavam encarcerados, a fim de devolvê-los aos locatários, a quem ele próprio destinara. O conteúdo do ofício era mais que uma ordem de soltura:

¹⁷⁴ Anúncio. **A Constituição**, ed. 210, p.3, 22 set. 1865.

¹⁷⁵ CARVALHO, J. P. de.1879.

Por esta ocasião e no intuito de garantir os contratos de soldadas feitos neste Juízo, tenho a honra de pedir a V.S. se digne considerar-me o **único autorizado** para proceder a designação de órfãos para o exercício da soldada ou para a Companhia de Aprendiziz marinheiros, neste Termo, segundo a prática admitida pelos presidentes desta província e consagradas na legislação em vigor.¹⁷⁶

O recrutamento para Companhia de Aprendiziz, que será discutido no próximo capítulo, gerava muitos problemas, incluindo o desrespeito à hierarquia das autoridades. É possível notar que o juiz preferia distribuir os órfãos para locatários – já que isso lhe servia de barganha política – a mandá-los diretamente para a Companhia de Marinheiros. Na citação acima essa questão fica bem evidente. O Juiz Manoel Figueiredo demarcava sua alçada jurídica, constituía as fronteiras de sua atuação. No ofício ao Chefe de Polícia foi ainda mais enfático: “De novo requisito a V.S. providências no sentido de cessar esse recrutamento, que considero abusivo e invasor de minhas atribuições”.¹⁷⁷ Percebe-se o fortalecimento do Juizado de Órfãos como instância normatizadora do trabalho infantil, com amplo poder de reconfigurar o emprego da mão de obra de crianças pobres no Império.

Os casos de fuga de órfãos assoldados eram comuns e, geralmente, acionava-se a polícia. Fugiam do trabalho, das surras, da experiência de viver cativos sendo livres. Esse vai e vem de meninos, cujos contratos eram falhos e poucos fiscalizados, possibilitava uma posse sobre as crianças que abria muitas brechas para maus tratos e perigo de perder a liberdade.

A história de José Ferreira Lima atesta a frouxidão dos contratos de soldada, indicando que meninos como ele eram relegados à ambição de seus locatários. O menino José nascera no Cariri de mãe pobre e sem marido. Com dois anos de idade, doente e famélico, foi entregue por sua mãe, que morreu pouco tempo depois, ao Padre Antônio de Almeida, professor do ensino primário na cidade do Crato. Viveu sob a tutela do padre até oito anos de idade. Sua vida mudou drasticamente com o início da Guerra do Paraguai. O padre Antônio foi servir na guerra como Voluntário da Pátria e esteve fora durante os cinco anos do conflito, rezando missa e confessando os feridos no sul do país. Quando da partida do padre, José foi dado à soldada ao alfaiate Mariano de Melo Ney com a promessa de que continuaria na escola e aprenderia o ofício. Mas não foi exatamente isso o que aconteceu. Em 1868, Mariano transferiu o menino José para o serviço na casa de João de Araújo Costa Mendes, fundador e diretor do Colégio Ateneu. Ao retornar, em 1870, padre Antônio de Almeida tentou reencontrar José, mas o

¹⁷⁶ Juizado Municipal de órfãos da Fortaleza. **Pedro II**, ed. 250, p. 3, 12 nov. 1867.

¹⁷⁷ *Idem*.

menino havia desaparecido. Seguiram-se, então, insistentes tentativas por parte do padre para descobrir o que teria acontecido a José. O caso foi parar na Justiça.¹⁷⁸

Na primeira audiência judicial, Mariano Ney e Costa Mendes foram interrogados. Esse último afirmou que o menino sumiu de sua casa no mês de agosto daquele ano (1870). Mariano mencionou que o garoto “apanhava dos negros” e os temia.¹⁷⁹ Naquele mesmo mês, o padre enviou ao Crato pessoas para procurar o menino na cidade. Mas ele não foi visto por lá.¹⁸⁰ Em 1872, estando em Fortaleza, padre Antônio Almeida fez novo requerimento ao Juizado de Órfãos da capital, solicitando investigação sobre o caso de José Ferreira. Durante esse intervalo, havia prometido recompensa para quem desse notícias do menino. Mas não teve êxito. O padre pedia a “todas as autoridades da província” para ajudá-lo a rever José, que “nascido livre, estaria reduzido, talvez, ao cativo, ou sucumbindo como um cão sem dono”.¹⁸¹ No mesmo ano, o padre conseguiu marcar uma audiência com o Chefe de Polícia, que mandou chamar o alfaiate Mariano a fim de esclarecer a peleja. Quando Mariano iniciou seu depoimento, chegou à delegacia o Dr. Felício, juiz municipal, que sugeriu o arquivamento da queixa, “que não tinha indícios de criminalidade”.¹⁸² Essa foi a última notícia que se localizou sobre a busca pelo garoto desaparecido. Até onde esta pesquisa apurou, José Ferreira Lima jamais foi encontrado. Todas essas informações vieram de uma única fonte: as publicações do padre no jornal *A Constituição*. Tentando mapear essa contenda que envolvia um menino pobre e importantes homens de letra da província, percebeu-se que o caso não ganhou repercussão fora do referido jornal, a não ser por uma réplica publicada a pedido de Costa Mendes no jornal *Pedro II*.

Após a sequência de reclamações do Padre Antônio logo depois da primeira audiência do caso, Costa Mendes foi a público dar a sua versão dos acontecimentos. Disse que no final de 1865, Mariano Ney matriculou José no Ateneu, pagando sua mensalidade. Passados alguns meses, aconselhou Mariano a retirá-lo da escola, “pois o menino não dava para coisa alguma”. Mariano, então, respondeu que o garoto tinha muita dificuldade em aprender o ofício de alfaiate e, por isso, não o queria mais. Por essa razão, o menino foi empregado nos serviços de limpeza do colégio. Meses se passaram e José, sempre doente, era um criado “sem préstimo”. Costa Mendes ameaçava devolvê-lo ao alfaiate, mas José chorava muito e prometia melhorar. O diretor do Ateneu explicou na nota que, em 1868, transferiu José para seu sítio porque este

¹⁷⁸ A pedido. *A Constituição*, ed. 207, p. 4, 10 nov. 1870.

¹⁷⁹ Coisa Curiosa. *A Constituição*, ed. 207, p. 4, 10 nov. 1870.

¹⁸⁰ A Pedido. *A Constituição*, ed. 222, p. 3, 16 dez 1870.

¹⁸¹ Para o Exc. Sr. Presidente, Dr. Juiz de Órfãos e demais autoridades da Província. *A Constituição*, ed. 20, p.3, 26 de janeiro de 1872.

¹⁸² Coincidência. *A Constituição*, ed. 24, p. 2, 31 jan. 1872.

“desenvolveu muita habilidade para tirar dinheiro dos colegiais”. No sítio, José trabalhava entre criados vigiados por um feitor, que “nunca viu ninguém maltratá-lo”. Quando desapareceu em agosto de 1870, José tinha 13 anos e, nas palavras de Costa Mendes, “era esperto e não se deixar[ia] escravizar”.¹⁸³

Acompanhado as declarações e ofensas dos adversários, nota-se que a hipótese de José ter fugido da propriedade de Costa Mendes apenas foi insinuada por Mariano Ney, ao confirmar diante do juiz – conforme a narrativa do Padre Almeida – que José tinha medo de ser surrado pelos escravos. Costa Mendes tratou o caso como desaparecimento. Ele próprio afirmou que mesmo no período em que José morava no Colégio Ateneu, nunca tentou fugir. Não se sabe se por cuidado com as palavras ou por crença mesmo, o padre não citou a possibilidade de assassinato do menino José. Sua hipótese, como já se viu, era de escravização ilegal. Afinal, quem era responsável pelo menino? O alfaiate que o recebeu à soldada, ao que parece, de maneira informal? O dono da escola, que o recebeu de terceira mão, também sem a autorização do juiz de órfãos? O padre, que o tendo recebido de sua mãe, o repassou a outrem? O drama de José Ferreira é emblema do processo de desterritorialização, da fragmentação dos laços familiares e da livre expropriação das crianças ingressas no mundo do trabalho oitocentista.

Muito lentamente as formas de aquisição dos órfãos por vias legais sofreram alterações. A expressão usada à época era “órfãos dados à soldada” porque, na prática, era isso mesmo que ocorria. Crianças pobres eram **dadas** a famílias ricas e a outras famílias nem tão ricas, mas que seguiam o lastro da influência política dos grupos dominantes. Entretanto, o mecanismo oficial de contratação da mão de obra infantil era por meio de leilões, nos moldes definidos pelas Ordenações Filipinas. Depois de feitos os pregões, o contrato de soldada seria lavrado em favor daquele que melhor oferta de soldo apresentasse pelo órfão, se o juiz confirmasse os requisitos de moradia e boa conduta do pretendente. Essa legislação começou a ser criticada pela imprensa do período. Nos anos de 1860 houve uma maior ênfase nas denúncias sobre a atuação do Judiciário nos diversos termos e comarcas da província cearense.

No início da década de 1860, o jornal *A Constituição* questionava a forma de arrematação das soldadas, condenando a exposição de órfãos que, ao serem leiloados, eram “equiparados a cousas inanimadas, ou a entes destituídos de razão”. Em artigo sobre a importância de educar as crianças desvalidas dizia ser incompatível com uma sociedade civilizada tais pregões, visto que já existia uma determinação do poder legislativo para vetar

¹⁸³ A Pedido. **Pedro II**, ed. 281, p.3, 31 dez. 1870.

leilões de escravos, “espetáculo repugnante”. No texto, defendia-se que a ideia de proteção, sob a qual se amparava os contratos de soldada, deveria ser oposta à exposição pública dos órfãos. Assim, o jornal propunha que os leilões fossem substituídos por anúncios na imprensa, quando possível, ou por editais públicos, indicando o lugar e a data para tratar dos órfãos existentes em cada localidade.¹⁸⁴

Raras foram as notícias sobre arrematação de órfãos em hasta pública nos jornais pesquisados. Por um lado, porque a prática foi cada vez mais condenada pela imprensa. Anúncios ou chamadas de arrematação não foram encontrados. O que se leu sobre o assunto foram as diversas denúncias dessa prática, que, depois de condenada, foi oportunamente apontada como retrógrada para atingir opositores políticos. Ou seja, quando se queria afetar algum juiz e seu círculo partidário, a promoção dos leilões era denunciada pelo grupo de oposição como uma ação arcaica e autoritária.

“O genro do velho Freire e infame companheiro de Botinho”, dizia o jornal *A Liberdade* sobre o juiz de órfãos de Telha, “só viu dinheiro em sua tísica bolsa depois que fez leilão de todos os órfãos do termo”.¹⁸⁵ Aqui, o leilão de órfãos aparece entre as “picardias” cometidas pelo juiz local para evidenciar comportamentos reprovados do mesmo juiz, que segundo o jornal usava o dinheiro público para promover “orgias no Mucuripe”.¹⁸⁶ *A Liberdade* pertencia ao padre Alexandre Cerbelon Verdeixa, que segundo Barão de Stuart, foi processado e preso em 1864 por suas acusações contra o presidente da Província José Bento Figueiredo.¹⁸⁷ Percebe-se, portanto, que tais denúncias se inseriam novamente nas contendas políticas locais. Mas é importante destacar que o leilão de órfãos – mesmo sendo uma prática legal, reminiscência das Ordenações Filipinas – deixou de ser eticamente aceitável, tanto que serviu como acusação na arena política.

Por outro lado, a escassez de informações sobre leilões de órfãos nos periódicos se deveu muito mais aos meios utilizados por juízes e escrivães na distribuição das soldadas do que a algum sentimento humanitário acerca da exposição das crianças a serem leiloadas. Não significa dizer que a prática não incomodava ou que nenhum impacto causava na sensibilidade da época, especialmente entre os que se tornaram mais simpáticos às ideias abolicionistas. Mas não foi, necessariamente, o argumento de que leiloar crianças era incompatível com a civilidade

¹⁸⁴ Educação para desvalidos. **A Constituição**, ed. 2, p.1. Fortaleza, 1 out 1863.

¹⁸⁵ Juiz Honrado. **A Liberdade**, ed. 48, p.2, 9 jan. 1864.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Volume primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910, p. 24.

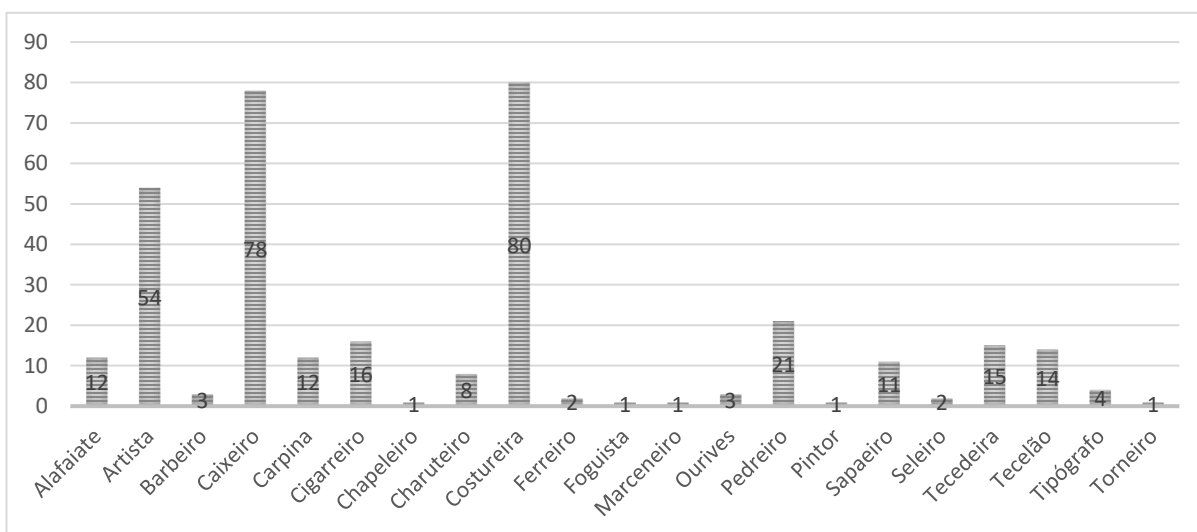
que fez diminuir os leilões de soldadas. Quanto maior era o alcance do Juizado de Órfãos sobre as crianças “desvalidas” maior era o número de pedidos de tutelas atendidos sem a necessidade de abrir editais de arrematação.

Com o tempo, os leilões de órfãos, de fato, se tornaram menos usuais. Além da veiculação de ideias mais progressistas, que defendiam a modernização da cidade a partir de processos civilizatórios, o aumento do número de juizes de órfãos contribuiu também para graduais mudanças no tratamento destinado aos órfãos pobres. Seja por necessidade de atualizar a legislação, seja por questões políticas ou por conta de uma maior interferência dos juizes e escrivães de órfãos no destino das crianças – o que inutilizava os leilões – a prática de expô-los caiu em desuso, mas a soldada estava longe de acabar.

3.5 Caixeiros, costureiras e tantos outros: a proletarização da infância.

Conforme já se demonstrou no primeiro capítulo, o arrolamento da população de Fortaleza realizado no final da década de 1880, contabilizou cerca de 26.943 pessoas. Os livros que esta pesquisa teve acesso corresponde a um total de 19.280 habitantes, com algumas falhas e ausências. Apesar de não se dispor da totalidade da documentação, é possível, a partir das famílias arroladas, estabelecer uma aproximação com o mundo do trabalho nas oficinas e pequenas fábricas espalhadas pela cidade. Um panorama quantitativo na intenção de encontrar os pequenos trabalhadores de Fortaleza evidencia quais ocupações eram mais recorrentes entre os meninos e meninas empregados em estabelecimentos comerciais ou como aprendizes de ofícios variados.

Gráfico 1 – Crianças em Oficinas e Casas Comerciais em Fortaleza (1887)



Fonte: CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. Arrolamento da População de Fortaleza – 1887.

Para construção do gráfico acima foram excluídos aqueles que trabalhavam no serviço doméstico, a grande maioria das crianças pobres da cidade. O propósito foi perceber que tipos de profissionalização eram acessados pelos meninos (as) dentro de Fortaleza. Embora nesse período fossem consideradas menores de idade pessoas até 21 anos, os números apresentados aqui foram baseados numa seleção de crianças e jovens até 18 anos de idade. Com efeito, alguns jovens entre 20 e 21 anos já tinham filhos ou eram os principais provedores de suas casas. Outra categoria não considerada nesses números, mas que muito se repetiu na listagem da população, foi a de jornaleiro – aqueles que faziam trabalhos diversos, sem qualificação e recebiam por dia trabalhado – incluindo garotos entre 15 e 18 anos. Entre alguns artífices listados, o ofício era herdado da família, onde o pai ou outro parente afirmava ter a mesma profissão atribuída às crianças da casa. Mas essa não era a regra.

Vê-se assim que a maioria dos meninos que não estava no serviço doméstico nem na condição de jornaleiro trabalhava como caixeiro nos mais variados estabelecimentos existentes na cidade (lojas, armazéns, cafés, casas de secos e molhados, bodegas etc.). Isso porque, antes da década de 1880, as fábricas eram poucas. Em termos de manufaturas, o que predominavam eram as oficinas com diminuto número de empregados. Conforme demonstrou Margarida Andrade, ao longo do século XIX, o crescimento dos postos de trabalho (livre e escravo) na capital cearense esteve muito mais associado à implantação de estabelecimentos comerciais – incluindo as firmas de importação/exportação – do que ao setor industrial. Cruzando dados dos almanaques de Fortaleza, Junta Comercial e Arrolamento da população, Andrade concluiu que os principais investimentos e negócios na capital “caracterizavam-se pela predominância de pequenos estabelecimentos com baixo nível de mecanização, misturados com as residências”.¹⁸⁸ Utilizando tabelas para sistematizar as informações recolhidas, ela verificou que em 1870 existiam em Fortaleza 39 pequenas fábricas (de chapéus, curtume, bebidas, fogos de artifício, meias, sabão, redes, tijolos etc.) No mesmo ano, havia 42 oficinas, entre as quais se destacavam 7 ourivesarias, 7 tipografias e 5 tornearias e 289 estabelecimentos de comércio varejista, incluindo armazéns, lojas e restaurantes. Mesmo com a expansão demográfica e espacial da cidade, tempos depois, em 1895, apenas 37 fábricas estavam registradas em Fortaleza, ao lado de 117 oficinas e 485 lojas comerciais. Assim, os trabalhadores com ocupações formais na segunda metade do século XIX, estavam majoritariamente espalhados em pequenos comércios.

¹⁸⁸ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 115.

Os meninos caixeiros listados no arrolamento da população muitas das vezes nem desempenhavam um trabalho especializado, podendo mesmo ser um carregador de fardos ou zelador das dependências. Muito trabalho pesado e pouca remuneração, tal qual contava Rodolpho Teóphilo em suas memórias de quando era um caixeiro-vassoura e tinha que limpar os excrementos que a burra de seu patrão deixava onde ele próprio dormia. Mesmo entre contrariedades, Teóphilo ainda mencionou que a casa onde estava empregado não era o pior lugar, “não fazia como outras, as portuguesas, que tratavam os caixeiros a pontapés, faziam deles carreteiros de mercadoria e muito mal os pagavam”.¹⁸⁹

A vida do garoto Ercylio Gondim possivelmente não corria muito distante da descrição de Rodolpho Teóphilo. Aos dezessete anos, Ercylio era caixeiro do negociante português Antônio Coelho da Fonseca, irmão do comendador Francisco Coelho da Fonseca, negociante, traficante de escravos e, mais tarde, membro da Sociedade Cearense Libertadora. O caixeiro morava no sobrado de Antônio Coelho, que ficava na rua Formosa. Ali havia no térreo uma loja de molhados e no pavimento superior a residência da família.¹⁹⁰ Não é possível assegurar se Ercylio enfrentava os pontapés que Teóphilo mencionou para dar conta da fama de maus pagadores e agressivos dos comerciantes portugueses. No entanto, sendo impossível separar casa e trabalho, o jovem caixeiro deve ter vivenciado muitos excessos dos proprietários. Assim como Rodolpho Teóphilo, vários caixeiros moravam nas propriedades de seus patrões, ficando disponíveis para qualquer ordem, num cotidiano de trabalho que não sistematizava carga horária e nem respeitava as folgas semanais.

O Arrolamento da população fortalezense mostrou que em grande parte dos estabelecimentos comerciais, principalmente em lojas de secos e molhados e nas padarias, os caixeiros eram agregados ou filhos de agregados, que comumente estavam envolvidos com os serviços domésticos. Ou seja, eram treinados desde a tenra infância para executar os trabalhos das lojas, ocupando-se em tarefas variadas de limpeza, organização, entregas, cobranças e, quando habilitados, contabilidade e guarda-livros. Tal composição dos empregados no comércio varejista da cidade pôde ser observada inúmeras vezes nas casas dos negociantes. A exemplo, tem-se a padaria do português Manoel Antônio de Magalhães – um dos fundadores da Sociedade Beneficente Dous de Fevereiro, que aglutinava a comunidade portuguesa da capital cearense. No endereço onde vivia o casal português e suas quatro filhas, todos os

¹⁸⁹ THEOPHILO, Rodolpho. **O Caixeiro**: Reminiscências – (edição fac-similar). Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, p. 57.

¹⁹⁰ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887, Livro 355, p. 20.

padeiros e caixeiros eram agregados, incluindo Gregório Correia, padeiro cego de 37 anos e seus ajudantes Joaquim (14), José (12) e Francisco (12), além do caixeiro Francisco (18 anos), filho da cozinheira.¹⁹¹

Não muito longe dali, em uma casa da parte pavimentada da Rua Senador Pompeu, os meninos Francisco de Castro e Marcos Sampaio, ambos com 10 anos de idade, moravam e trabalhavam na casa do negociante Vicente Alves Nogueira Formiga, onde eram caixeiros. O negociante era casado e tinha quatro filhos – o mais velho de 19 anos era estudante e os demais ainda crianças. Além de Francisco e Marcos, Francisco Morais (22 anos) também era caixeiro de Vicente Formiga, em cuja casa outras duas agregadas executavam os serviços domésticos.¹⁹² De nenhum modo a condição desses pequenos caixeiros era excepcional. É certo que a maioria contabilizada nos livros do arrolamento tinha entre 15 e 16 anos, mas vários outros, como Marcos, havia iniciado essa labuta bem cedo.

Indícios da vida de meninos caixeiros também podem ser observados nos anúncios de jornais. Era comum a oferta de empregos para caixeiros. Mas numa cidade com tão poucas possibilidades de emprego formal, a procura por esses trabalhos também era significativa. Por isso, indicações e atestado de boa conduta poderiam gerar alguma vantagem.

Quem precisar de
um caixeiro de 14 annos de idade,
com toda a pratica para loja de
molhados, dirija-se a taberna da
rua Amelia n.º 217, que achará
com quem tratar; affiançando-se a
conducta e fidelidade do mesmo.
(2 — 3)

Fonte: **A Constituição**, ed.127, p.3, 14 jul. 1872.

O anúncio, além de entrever a circulação de meninos caixeiros por várias casas comerciais na cidade, mostrava que aos 14 anos, o caixeiro que oferecia seus serviços já tinha experiência no ramo e considerava oportuno atestar sua honestidade. Ter um proprietário que affiançasse a fidelidade do caixeiro foi uma preocupação recorrente nos anúncios encontrados. Afinal, eram empregados que sabiam da situação financeira do patrão, da circulação de dinheiro e mercadorias, além de conhecerem os fornecedores e credores. Comumente, quando um caixeiro se desligava de algum comércio de maior porte, era publicado um aviso nos jornais para que todos soubessem que aquela pessoa não estava mais autorizada a tratar de negócios

¹⁹¹ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887, Livro 355, p. 22.

¹⁹² CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887. Livro 355, p. 82.

em nome do patrão. Ou ainda, o próprio caixeiro que deixava o estabelecimento avisava de seu desligamento ou mudança para outro comércio.

Estas informações sobre a procedência dos caixeiros e pedidos de recomendação eram tão importantes que, na impossibilidade de conferência, mesmo habilitados para o emprego, recaía sobre os caixeiros sem registro de abonação grande desconfiança. No final da década de 1880, um negociante pedia mais informações sobre um moço que desejava contratar para ser seu caixeiro. No anúncio intitulado “A quem souber”, perguntava se alguém tinha queixas contra João Antônio Fernandes, que dizia ser filho do dono do Comercial Corsário Negro, situado em Olinda. João Antônio dizia ter bastante experiência, pois havia trabalhado no comércio do pai, em uma famosa padaria do Recife e tinha estudado em colégio daquela cidade até que resolveu fixar moradia no Ceará. Porém, como não trazia consigo qualquer carta de recomendação, o comerciante pedia “exatas informações desse moço para evitar-se qualquer comprometimento em protegê-lo”.¹⁹³

Dos 78 caixeiros com idade até 18 anos, apenas 4 não sabiam ler, segundo as informações do Arrolamento de 1887. Mesmo assim, é difícil dizer que assumiram, posteriormente, um trabalho mais qualificado ou com funções que os distinguiam de outros trabalhadores manuais.¹⁹⁴ É preciso também pontuar que a categoria “caixeiro” era, nesse período, marcada por grande heterogeneidade de funções – contabilidade, encomendas, serviços de cobranças e entregas, atendente de balcão e até garçom. Em diálogo com as expectativas de ganhos salariais, maior qualificação e esforços desses trabalhadores em sua valorização profissional, tais diferenças passaram a assumir caráter cada vez mais hierárquico, demarcando espaços de distinção para caixeiros mais qualificados (empregados em escritórios e firmas de exportação, por exemplo). No Ceará, a criação da Phenix Caixeiral – associação

¹⁹³ A quem souber. **Pedro II**, ed. 17, p. 2, 8 fev. 1889.

¹⁹⁴ Em estudo sobre os caixeiros no Rio de Janeiro, Popinigis destacou a trajetória de luta e negociações que os trabalhadores do comércio empreenderam na construção de direitos, muitas vezes, pressionando o poder público para garantirem melhores condições de trabalho. O percurso de organização dessa categoria em busca de regulamentação do trabalho no comércio, mostrou que durante o Império a cultura associativa dos caixeiros contribuiu para ampliar seus meios de reivindicação. A autora defendeu a tese de que, no século XIX, as reivindicações dos caixeiros dialogavam com o paternalismo e a as possibilidades de troca com os patrões. A partir da década de 1880, teria se processado uma ruptura com o ambiente paternalista e as lutas caixeirais passaram a ser mais públicas, implicando em disputas e maiores resistências. Para a autora, a segunda metade dos oitocentos e os primeiros anos do século XX foram fundamentais para a formação de uma identidade de classe dos trabalhadores do comércio. A preocupação com a profissionalização, o respeito ao trabalho qualificado e os sonhos de ascensão profissional marcaram as reivindicações caixeirais. Ver: POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Campinas: Unicamp, 2007.

mutualista dos caixeiros – evidenciou bem o propósito de organização da categoria em prol da qualificação e valorização profissional desses trabalhadores.¹⁹⁵

Eylo Fagner Rodrigues também utilizou o Arrolamento de Fortaleza para espacializar as categorias socioprofissionais dentro da cidade, indicando as oficinas e estabelecimentos comerciais. Nesse exercício de reconstrução, encontrou os caixeiros, entre eles os caixeiros-vassoura, que pouco se apartavam, em termos de serviços e responsabilidades, dos criados de servir. Conforme assinalou, a maioria dos caixeiros estabelecia com seus patrões contratos verbais e o salário era inconstante, ficando a cargo do julgamento dos empregadores. Entretanto, ainda que diminutas as chances de ascensão social, os caixeiros conseguiram, conforme demonstrou Rodrigues, estabelecer redes de amizades, apadrinhamento e favores que foram fundamentais para conquistar melhores condições de trabalho, bem como ganhos individuais e coletivos.¹⁹⁶ Isso explica a preocupação de alguns caixeiros em publicar notas de agradecimento quando de seu desligamento de alguma casa comercial, como fez Júlio Aquiles Barata ao deixar a firma Inocêncio & Irmão. O caixeiro explicou que deixava o emprego espontaneamente e não por motivos que o forçaram a tomar tal resolução, por isso agradecia “aos mesmos senhores, principalmente ao digno sócio José Inocêncio, as maneiras delicadas com que sempre [o] tratou”.¹⁹⁷ Esta declaração indica dois aspectos importantes do cotidiano dos caixeiros: O primeiro se refere ao cuidado de não romper com os patrões. Ou seja, ao menos publicamente, não se fechava nenhuma porta, por assim dizer. Pelo contrário, houve por parte de Júlio Barata a intenção de mostrar que havia construído com os patrões uma relação de trabalho tranquila durante os sete anos que permaneceu como caixeiro daquela casa. Fez questão de dizer que saía voluntariamente, sem motivos, uma vez que isso poderia atestar a sua própria competência e cordialidade. Aqui não há o entendimento de que os caixeiros eram trabalhadores resignados ou que não se indispunham com os patrões. Destacam-se, outrossim, as formas múltiplas de tentar construir ascensão profissional e social numa cidade pequena, majoritariamente comercial, com poucas chances de qualificação profissional. O segundo aspecto que se destaca da publicação é a ênfase no bom tratamento que recebeu dos patrões, mencionando “maneiras delicadas”. Indiretamente isso se confrontava com os modos arbitrários tão usuais no trato com os empregados livres e com os cativos no século XIX.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará**: Trabalho e Educação na Revista Phenix – 1891-1916. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

¹⁹⁶ RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os Párias da Modernidade na Terra da Luz**: “a gente ínfima de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912). 2018. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

¹⁹⁷ Declaração. **Libertador**, ed. 105, p. 3, 27 maio 1884.

Outra indagação deste trabalho diante do Arrolamento foi quanto à profissionalização de meninas. Agregadas, assoldadas, adotadas ou criadas, as meninas e moças eram amplamente encontradas no serviço doméstico. Mais ainda que não seguissem a mesma escala, outras atividades fora do trabalho da casa ou a este atrelado também empregavam as crianças pobres da segunda metade do século XIX. Uma dessas profissões que se mostrou significativa foi a de costureira. Com base no arrolamento, 80 meninas menores de 18 anos apareceram como costureiras em 1887, excluídas as garotas apontadas como modistas.

Fazia parte da boa formação de uma mulher os trabalhos que envolviam costura, bordados e outras “prendas” femininas nos oitocentos – a exemplo do que era ensinado pelas irmãs vicentinas às educandas e às órfãs do Colégio da Imaculada Conceição. Entretanto, muitas vezes essa atividade não ganhava caráter profissional; representava, no caso das famílias pobres, uma tática de fazer durar mais as vestimentas com consertos, emendas ou ajustes em roupas doadas, geralmente feitos à mão. Quando, porém, esse ofício passou a constar como profissão entre meninas pobres, verificou-se uma possibilidade de qualificação e de ganhos – ainda que modestos – monetários e simbólicos. Obviamente, grande parte dessas garotas jamais chegaria a modistas de seu tempo e nem abriria seu próprio ateliê, mas seus saberes e técnicas as distinguiam – como no caso dos caixeiros – de outras trabalhadoras consumidas pelo emprego doméstico. Não é possível precisar os locais de trabalho dessas meninas, mas por alguns indícios, pode-se supor que nem todas trabalhavam em sua própria casa. Leopoldina tinha 16 anos e era a única costureira de sua família. Ela era filha de criação do pedreiro Francisco das Chagas, casado com Rozalina Pereira, que não trabalhava, ao menos naquele momento. Na choupana localizada na parte sem calçamento da rua Senador Pompeu, havia outras quatro crianças: os filhos do casal – Severino (3 anos) e Maria (3 meses) – e dois sobrinhos – Vivência (uns 11 anos) e Otero (7 anos).¹⁹⁸ De todos eles, a única que sabia ler era Vivência. Estaria a menina na escola pública? Leopoldina não sabia ler porque tivera de se ausentar da escola para ajudar no sustento de seus irmãos e primos? Nessa choupana com crianças tão pequenas e somente duas pessoas trabalhando, fica fácil imaginar que a jovem Leopoldina não tinha sua própria freguesia de costuras e prestava seus serviços para outra costureira ou modista da cidade.

Difícil encontrar costureiras do século XIX na historiografia nacional, sua visibilidade se relaciona ao momento de ingresso nas fábricas no século seguinte. Os trabalhos

¹⁹⁸ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887. Livro 355, p. 83.

de pesquisa que mencionam essas profissionais nos anos de 1800 estão, na maioria das vezes, centrados na história da indumentária, na modernização das cidades em *belle époque* e no consumo. Entretanto, a apreciação de alguns eventos históricos oportuniza o começo de uma reflexão sobre esses trabalhos miúdos, que, como ocorre com o trabalho doméstico, é pouco visitado. Foram as transformações na moda, ou melhor, nos códigos de comportamento, sociabilidades e usos do espaço público no século XIX que fizeram ampliar a demanda por costureiras e alfaiates. A preocupação com a indumentária – traço inequívoco de distinção social – ampliou um comércio de roupas e acessórios de beleza, no qual a influência francesa no Brasil se fez evidente. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, uma série de transformações nas manifestações culturais e espaços de entretenimento da elite imperial atraiu modistas francesas, pintores, alfaiates renomados. O comércio da moda na capital do Brasil repercutiu nas demais cidades, incentivando a produção de vestimentas e a importação de tecidos e modelos europeus.¹⁹⁹

Ao passo que aumentava a demanda por roupas e acessórios, cujo consumo fora bem estimulado pela imprensa, o trabalho de modistas e alfaiates mais requintados foi sendo cada vez mais valorizado. Entretanto, o consumo desses produtos atendia a uma parcela muito pequena da população brasileira. Mas o consumo não se restringe à aquisição de peças caras, fora do alcance daqueles de ganho moderado. A circulação e o desejo por esses produtos estão intrinsecamente ligados à sua importância e distinção. Com isso, réplicas mais baratas e matéria-prima mais modesta passaram a acompanhar, ou tentar acompanhar, os padrões mais elevados do “bem vestir”. Era aí que entravam as costureiras. Seu trabalho atendia, longe dos ateliês badalados das modistas registradas, uma camada remediada da população. Obviamente, os pobres ainda ficavam bem distantes desse tipo de consumo, ao menos materialmente falando.

Valéria Brandini, em estudo que abordou a moda enquanto “corpus comunicacional”, apresentou uma reflexão sobre as modificações materiais impulsionadas pelo capitalismo que implicaram em novos códigos de moda e padrões de feminilidade ao longo do século XIX. Dialogando com Richard Senett, a autora indicou as mudanças da vida em público, que de alguma forma, representaram certa “despersonalização dos trajes”. Esse fenômeno de massificação das vestimentas, paradoxalmente, forjava o luxo e fazia emergir a alta costura, cuja finalidade era oferecer unicidade e autossatisfação à elite, numa demanda veemente de se distanciar do proletariado. No final do século XIX, o crescimento da *Alta Costura* na Europa

¹⁹⁹ CINTRA, Mariana de Paula. Modas e modistas: o comércio de roupas francesas no Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos. In: ENCONTRO ESTADUAL ANPUH – SP, 2016, Assis. **Anais...** Assis, 2016.

(peças assinadas, técnicas, preços altos, renome, objetivos) ocorreu concomitantemente a produção fabril de roupas para trabalhadores, especialmente na Inglaterra, França e Estados Unidos. Ainda segundo Brandini, a ideia de modernidade e vida urbana – momento em que as mulheres ricas ganharam vida pública – inferiu no vestuário feminino, reformulando os gostos e criando tensões em torno da ideia de moralidade no vestir. Sobre isso, ela apontou o advento das crinolinas de metal como marco da moda urbana europeia na década de 1860. A armação de metal era usada para dar mais volume às saias, sem a necessidade de muitas anáguas por baixo. Sem delongas sobre os efeitos estéticos ou preferências femininas nesse período, o interessante é observar outro fenômeno que acompanhou as mudanças na moda: o aparecimento de pequenas indústrias que subsidiavam a produção dos vestidos e de seus adornos – as marcas de crinolinas, a anilina para coloração dos tecidos, as hastes para espartilhos, os moldes de chapéus.²⁰⁰

Outro aspecto importante, que demorou um pouco mais para chegar ao Brasil, foi a tentativa de padronização dos tamanhos no vestuário. Sobre isso, Carla Capelassi, indicou que o aumento do número de funcionários públicos, bancários e outros profissionais liberais na segunda metade do século XIX na Europa, fez crescer a procura de roupas “*prêt-à-porter*”, algo abaixo da alfaiataria requintada, mas com qualidade superior às vestes populares. Nesse sentido, alfaiates começaram a usar formas geométricas objetivando proporções padronizadas para o vestuário masculino. Publicaram-se assim, várias tabelas que deram origem a moldes ou modelos básicos que permitiam adaptações, sem a necessidade de fazer tudo sob medida, o que agilizava a produção. Essa seria, mais ou menos, a origem das modelagens, que passaram a circular nas revistas no final do século XIX, sendo bastante divulgadas na imprensa brasileira.²⁰¹

Essas referências são úteis para uma análise do momento de ampliação do mercado de roupas no Brasil, o que diretamente se relaciona com o trabalho das costureiras. Ainda que não seguissem, exatamente, as tendências e percursos europeus, as demandas por variedades no vestir, a oferta de instrumentais que compunham as costuras (como as armações para saias e chapéus), a circulação de revistas de moda, ou mesmo os anúncios dos jornais, faziam crescer o mercado de trabalho para modistas, alfaiates e costureiras em geral. Não por acaso, anúncios contratando costureiras começaram a ser, pouco a pouco, publicados nos jornais nas últimas

²⁰⁰ BRANDINI, Valéria. Moda, cultura de consumo e modernidade no século XIX. **Revista Signos do Consumo**, São Paulo, v.1, n.1, p. 74–100, 2009.

²⁰¹ CAPELLASSI, Carla Hidalgo. A evolução histórica do dimensionamento do vestuário. In: **Anais do 9º Colóquio de Moda** – Fortaleza (CE), 2013.

décadas do século XIX, momento em que também se multiplicaram as lojas de aviamentos, de tecidos e de roupas prontas.



Fonte: **Gazeta do Norte**, ed. 110, p.3, 28 maio 1885.

O endereço mencionado no anúncio pertencia a modista Isabel Albuquerque dos Santos, que com suas filhas Emília (20 anos) e Philomena (15 anos), mantinha um ateliê de costura em sua residência.²⁰² A contratação de “algumas costureiras” informa sobre o crescimento dos negócios da modista, cuja demanda passou a extrapolar a capacidade produtiva familiar, indicando o aumento dessas pequenas fábricas de vestuário na cidade. Ali mesmo, no sobrado que ficava de frente, do outro lado da rua Formosa, também mantinha uma confecção a costureira Ana Teófila de Moraes, uma viúva que morava com sua irmã e alguns sobrinhos e que tinha duas filhas – Maria (20 anos) e Francisca (18) – também costureiras.²⁰³ No geral, o espaço de atuação profissional construído por mulheres estava fortemente ligado aos laços de vizinhança, expressos na contratação de parentes e amigas, nas encomendas feitas por vizinhos. Assim, tanto a clientela era conhecida, formada por pessoas que interagiam cotidianamente, quanto as vagas de emprego eram preenchidas por mulheres e meninas que pertenciam à rede de solidariedade das costureiras e modistas. Por isso, a quantidade pequena de anúncios de ‘precisa-se de costureira’ encontrada nos jornais pode ser explicada mais pelas formas de interação dessas mulheres, cujos desdobramentos pertenciam ao âmbito doméstico, do que pela inexistência de empregos para costureiras.

Michelle Perrot observou que no final do século XIX, a larga produção de roupas padronizadas na Europa adentrou as casas das famílias proletárias, nas quais as donas de casas ingressaram no extenuante *sweating system*, produzindo de forma terceirizada para grandes fábricas, as quais repartiam sua produção entre costureiras domésticas, que encaravam longas horas de trabalho pouquíssimo remunerado, mas permaneciam em casa cuidando dos filhos. Assim, mesmo as grandes *maisons* de confecção encomendavam dessas costureiras pedaços

²⁰² CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de São José – Fortaleza, 1887. Livro 383, p. 35.

²⁰³ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887. Livro 355, p. 27.

cada vez mais especializados de roupas (lingerie, culotes, camisetas etc.) que passariam por uma montagem final no ateliê. Segundo a autora, isso foi possível com a popularização de máquinas de costura Singer (patenteadas pela Singer em 1851), mais acessíveis às donas de casa.²⁰⁴ É claro, que estas grandes fábricas e suas facções terceirizadas – setor que emprega atualmente uma grande quantidade de mulheres em Fortaleza – demorou bastante tempo para se proliferarem, sendo uma realidade consolidada apenas na segunda metade do século XX. Contudo, considerando o tamanho da cidade no final dos oitocentos e os poucos empregos femininos fora do serviço doméstico, não foi insignificante a entrada das máquinas de costura na produção de roupas locais. A aquisição de uma máquina de costura, além de agilizar a produção, contribuiu para aumentar a contratação de costureiras auxiliares, já que as roupas da época demandavam trabalhos manuais complementares.

Acompanhando os jornais do período, nota-se que os anúncios de moda ou material para costura foram ganhando cada vez mais destaque no último quartel do século XIX. A oferta de máquinas de costura também cresceu, mas os preços não eram assim tão acessíveis, como se pode observar no anúncio a seguir:

GRANDE REDUCCÃO DE PREÇOS.
Vendas á dinheiro.

DE
MACHINAS DE **COSTURA**
DE

Singer Manufacturing Company

Acaba de chegar de Nova-York uma grande quantidade estas machinas afamadas, e portanto convidamos ao respeitavel publico á examinar a simplicidade e durabilidade do mechanismo e a perfeição dos diferentes trabalhos.

Tem estas machinas as peças necessarias para trabalhos de gosto, bem como para bordar acolchoar, franzir, fazer pregas, ponto aberto, embainhar, largo e estreito, botar cordão, trancelim, fita, cadarço etc.

Abaixo notamos os diferentes modellos e para quantas especies de trabalho se prestam estas machinas com seus competentes preços.

Machina sem tampa para familias	95\$000
» com » » »	105\$000
» » mesa de extensão	155\$000
» media para emprego de costuras finas e grossas	110\$000
» para alfaiates	125\$000
» » sapateiros e selleiros	125\$000

Tambem se acham á venda: linha, agulha, retroz, azeite, assim como, diversas peças avulsas.

Unicos agentes no Ceará

J. A. Amaral & Filho
(1)

Fonte: A Constituição, ed.179, p. 4, 14 dez 1871.

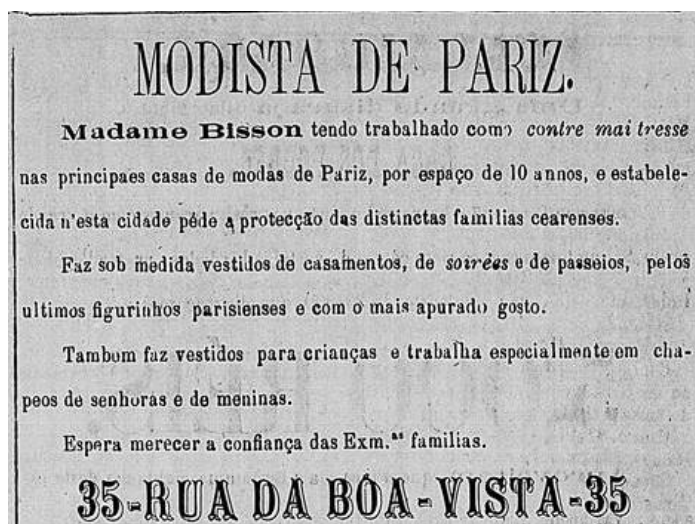
²⁰⁴ PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

Quando as *Singer* chegaram ao Ceará, custando entre 95 e 125 mil réis, pouquíssimas costureiras poderiam adquirir. Porém, em menos de vinte anos, os anúncios de lojas diferentes mostravam a diversidade de modelos e peças de reposição, bem como a possibilidade de consertos nas máquinas, fazendo pensar que o consumo desse instrumento de trabalho foi aumentando. Alfaiates e modistas certamente formavam o público consumidor desses produtos. Aqui e ali, foram aparecendo pequenos anúncios de máquinas usadas, talvez mais possíveis a costureiras e donas de casa mais modestas.

Costureiras locais também abasteciam as lojas especializadas em acessórios, como lenços, luvas, gravatas, colarinhos, punhos de camisas e roupinhas de bebê. Um dos armazéns de Fortaleza que mais contratou publicidade na década de 1880 foi a Casa Guarany, localizada na rua Major Facundo. A loja prometia uma grande variedade de roupas e adereços, atendendo, segundo os anúncios, um público bastante variado. Em quase todos os jornais de 1882, divulgou o mesmo anúncio sobre sortimentos para vestes de casamento (sedas brancas, grinaldas, véus bordados, flores e sapatos), em cuja primeira linha estava escrito “encontram-se todos os acessórios indispensáveis para uma noiva POBRE ou RICA”. A noiva poderia contratar o serviço da loja que se encarregava de encomendar o vestido de uma modista “pelo último figurino de Paris” ou de uma costureira local, que o faria “por menos que em qualquer outra parte”.²⁰⁵ A partir deste recorte é possível entrever que o comércio local, além das vestes importadas e caras, comprava de várias costureiras peças miúdas feitas à mão e outros itens mais cotidianos – panos de copa, toalhas, cobertores.

Ainda que as propagandas possibilitem acessar o que os ricos demandavam/desejavam na época mais do que o cotidiano popular, uma associação entre os objetos consumidos e as pessoas que os fabricavam ou faziam funcionar é inevitável. Ou seja, se houve um crescimento considerado de artigos de costuras nas lojas voltadas ao público mais abastado, houve também o aumento da produção desses artigos, o que sugere o trabalho de costureiras em suas próprias casas, nos ateliês, de forma contínua ou sazonal. Se as modistas estavam em alta e passaram a estampar os trechos publicitários dos jornais, as costureiras que trabalhavam para elas ou que imitavam as tendências da moda por menores preços ou mesmo aquelas que remendavam as roupas caras depois de muito usadas também ocuparam um lugar importante na fabricação, circulação e transformação do vestuário das diferentes camadas sociais em fins do século XIX.

²⁰⁵ Anúncios. **Gazeta do Norte**, ed. 251, Fortaleza, p. 1, 12 nov. 1882.



Fonte: **Cearense**, ed. 25, p.3, 1 fev. 1882.

Madame Bisson anunciava seus serviços a elite fortalezense num momento em que se consolidava na cidade alguns espaços de sociabilidade da gente rica, que forjava ocasiões para visibilidade, como “nos clubes, no carnaval, nas tardes de turfe, nos *footings* do Passeio Público, nas solenidades políticas ou nas conversações no Café Riche”.²⁰⁶ Presumivelmente, a francesa contratava meninas pobres da cidade para lhe servir nas costuras chiques que oferecia a suas clientes “com o mais apurado gosto”. Contudo, grande parte das pequenas costureiras encontradas em Fortaleza atendiam uma clientela mais modesta, trabalhando em casa com poucos recursos.

Além disso, a história do consumo é inegavelmente marcada pela economia do reaproveitamento. Ou melhor, pelas formas de reinventar o consumo. Em se tratando de roupas, a costureira popular, no passado e no agora, tornou-se emblema da adequação, do fazer caber e das tentativas de lidar com orçamentos apertados. Uma anedota publicada no jornal exemplifica bem a circulação de roupas entre parentes e a importância dos trabalhos da costura ordinária na vida das camadas populares. Lia-se:

Meu caro filho, escrevia certo pai a um filho que trazia nos estudos, aí te mando seis camisas novas, feitas d'outras seis minhas velhas. Quando já te não servirem devolve-as para se fazerem d'elas camisas novas para teu irmão mais novo.²⁰⁷

É principalmente na heterogeneidade das formas de vestir e de produzir vestimentas, sejam novas ou reaproveitadas, que encontramos a maior parte das meninas

²⁰⁶ PONTE, Sebastião. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma urbana e controle social. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001, p. 149.

²⁰⁷ Para rir. **Cearense**, ed. 238, p.2. 18 out. 1888.

costureiras na cidade de Fortaleza. Distante do glamour da moda estrangeira, uma casa da rua do Major Facundo era habitada somente por mulheres solteiras sem filhos. As seis irmãs Catunda eram todas costureiras, entre elas Idalina (18 anos) e Florinda (17 anos) que certamente aprenderam com as irmãs mais velhas o ofício.²⁰⁸ Tantas costureiras numa só casa pode indicar que a demanda por roupas sob medida era bem razoável ou que as irmãs também recebiam de outros ateliês trabalhos complementares. É importante perceber o trabalho das costureiras domésticas não como suplemento à renda familiar, mas como ganho primordial, como no caso das irmãs que trabalhavam sozinhas em casa ou como Leopoldina – a mocinha costureira filha do pedreiro – que mesmo não tendo os meios de produção, também era responsável pelo sustento da família. Como mencionou Izilda Matos, a entrada de mulheres e meninas no mercado de trabalho desde o século XIX se relacionava com as tarefas que executavam no quadro doméstico, como costuras e bordados, conferindo-lhes habilidades transformadas em rendimentos. Mas isso não significou uma mera conciliação entre trabalho e vida doméstica. Ao passo que o trabalho domiciliar de costureiras possibilitava uma relativa liberdade de horários e locomoção – a autora lembra das mulheres que costuravam e bordavam nos paços dos cortiços ao cair da tarde enquanto conversavam sobre as novidades do bairro, receitas, preços e encomendas –, se caracterizava pela sazonalidade das demandas que variavam segundo as estações e safras (o caso citado era o das mulheres que fabricavam sacos de juta consumidos pelos cafezais em São Paulo), o que poderia intensificar os trabalhos em determinados períodos do ano e alongar as jornadas.²⁰⁹

Diante da imprevisibilidade de ganhos e da flutuação das jornadas de trabalho, as mulheres pobres nos oitocentos improvisavam, a cada dia, o sustento de suas famílias, razão pela qual era tão importante consolidar, ampliar e modificar redes de proteção e informação. Quem comprava, quem oferecia, que podia intermediar, como e onde ganhar mais eram questões que permeavam as conversas das costureiras. Para Maria Odila Dias, a circulação de conhecimentos sobre a cidade, sobre as pessoas ricas e pobres e sobre as autoridades era instrumento essencial de sobrevivência das mulheres, o que envolvia a troca de favores pessoais, apadrinhamentos, concubinatos, além de muito alarido e teimosia. Exatamente por ser um traço fundamental do ganha-pão dessas mulheres, esses saberes e maneiras de agir são tão difíceis de encontrar. Dessa forma, reconstruir o cotidiano das costureiras nesses ateliês e

²⁰⁸ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza, de 1887**. Freguesia de São José – Fortaleza, 1887, Livro 383, p. 5.

²⁰⁹ MATOS, Izilda de. *Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino em São Paulo (1900-1930)*. **Textos de História**, Brasília, vol. 8, nº 1, p. 269-284, 2000.

minúsculas fábricas de roupa no século XIX impõe um exercício de articulação dos registros não intencionais sobre suas vidas, como os anúncios e dados censitários. Nas palavras da autora, “um caleidoscópio de pequenas referências esparsas (...) atesta a sua presença ostensiva, porém de modo fragmentário, pouco deixando entrever sobre seus modos e inserção na sociedade da época”.²¹⁰

A possibilidade, ainda que remota de ascensão social ou o simples fato de poder trabalhar no próprio domicílio, com relativa autonomia, atraía mulheres e crianças para esse tipo de produção. Mesmo entre aquelas que pareciam ter conquistado uma vida mais confortável – ainda que não tão renomadas como a modista Bisson – o trabalho em torno da fabricação de roupas e acessórios esteve associado ao protagonismo feminino na condução do lar. A viúva Lucrécia B. S. Almeida Nobre (55 anos) mantinha em sua casa na parte pavimentada da Rua Senador Pompeu um ateliê de costura. Passara às duas filhas Lucrécia (26 anos) e Fausta (22), o ofício de modista. Ali também moravam duas meninas, Maria Augusta Couto (11 anos), sobrinha da modista, que já ensaiava suas práticas na confecção e Raimunda de Carlixto (16 anos), criada responsável pelo trabalho doméstico.²¹¹ Como se vê, o trabalho das modistas garantia a manutenção do lar, sem a presença de uma figura masculina.

Outro lugar de forte atuação feminina foram as indústrias têxteis. No Ceará, nas décadas finais do século XIX começaram a aparecer as primeiras fábricas de tecidos, empregando, especialmente, crianças e mulheres. Um artigo escrito por Carlos Viana com a intenção de fazer uma nota biográfica sobre Thomaz Pompeu de Souza Brasil, mencionou a instalação dos primeiros estabelecimentos têxteis em Fortaleza, descrevendo os teares exportados da Inglaterra, o espaço da fábrica e as dificuldades de qualificação dos operários. Viana reuniu dados dos Almanques do Ceará e dos Relatórios de Presidente de Província para mostrar a coragem e perspicácia de Thomaz Pompeu como um “homem de empresas”, se desvencilhando das dificuldades técnicas e da ausência de incentivo governamental nos anos de instalação de suas indústrias e ampliação das fábricas. Elogios à parte, a Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense foi inaugurada em 1883, resultado de uma sociedade entre Thomaz Pompeu, seu irmão Antônio Pompeu e o cunhado Nogueira Accioly, que constituía a firma Pompeu & Irmãos. A construção da fábrica e a implantação do maquinário demorou mais de

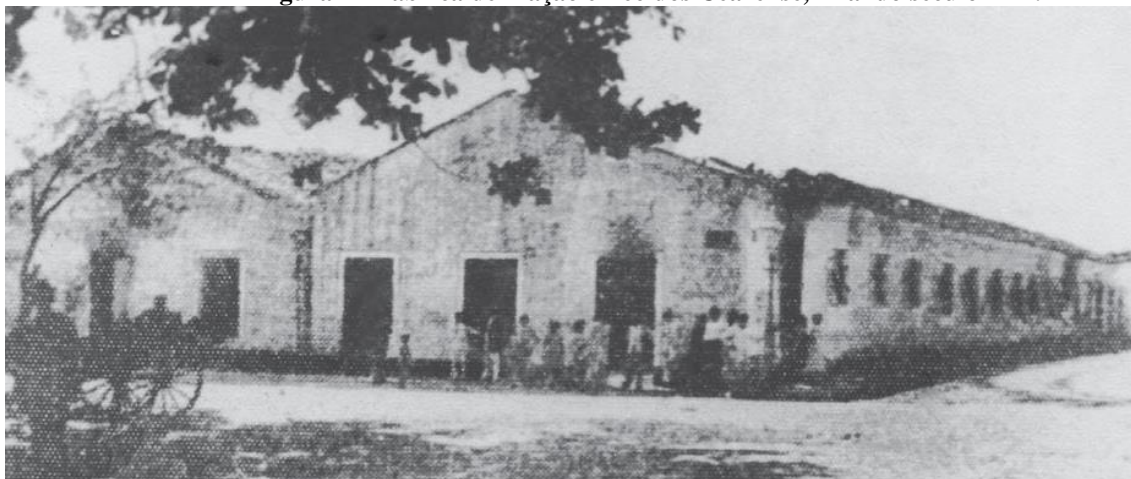
²¹⁰ DIAS, 1995, p.26

²¹¹ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio – Fortaleza, 1887. Livro 355, p. 38.

dois anos, tempo em que os irmãos Pompeu viajaram para Inglaterra à procura de técnicos que pudessem orientar a produção e fazer a manutenção nas máquinas.²¹²

Segundo o jornal *Gazeta do Norte*, o mecânico inglês Jonh Abott levou todo ano de 1882 e parte de 1883 para montar e testar todas as máquinas de fiação e tecelagem (descaroçador de algodão, cardas, bancos de fusos, mulas automáticas, dobradeiras e 40 teares). Ao que parece, Abott não permaneceu muito tempo, já que em 1884, havia somente um funcionário estrangeiro na fábrica, que era o foguista.²¹³ Dois anos depois, o mesmo jornal anunciava a chegada de mais equipamentos para a fábrica, que passaria a contar com 85 teares e um novo motor a vapor de 60 cavalos.

Figura 1 - Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense, final do século XIX.



Fonte: ARAGÃO, 2002.²¹⁴

Esta fotografia que certamente se originou de uma tentativa de registrar a postura de empreendedorismo – para usar uma palavra da moda – dos irmãos Pompeu, instiga a ver mais que o tamanho do prédio com suas 17 portas de frente, que custou 25 contos de réis. A fábrica estava localizada na rua santa Isabel (Princesa Isabel), um pouco afastada da parte mais central da cidade. Conforme observou Margarida Andrade, quase todas as pequenas indústrias de Fortaleza nesse período se misturavam às residências e às lojas – como as fábricas de sabão, de gelo e até a refinaria de açúcar que ficava na Praça do Ferreira. No entanto, as fábricas têxteis

²¹² VIANA, Carlos Negreiros. Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 2006.

²¹³ Fábrica de Fiação e Tecelagem Cearense. **Gazeta do Norte**, ed. 50, p. 2. Fortaleza, 5 mar 1884.

²¹⁴ Imagem extraída do livro **O Fiar e o Tecer** (2002). Essa fotografia, pertencente ao acervo da família Pompeu, é anterior ao incêndio da fábrica em 1912, quando ocorreu a deposição de Nogueira Accioly. Na ocasião, no contexto de reprovação de domínio da oligarquia Accioly e de crescente apoio à candidatura de Franco Rabelo para o governo do Ceará, manifestantes invadiram sua residência, queimaram algumas de suas propriedades, ergueram trincheiras em frente à sede do Governo e em outras partes da cidade exigindo a sua renúncia. ARAGÃO, Elizabeth Fiuza (Coord.). **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: Sinditêxtil / FIEC, 2002, p.135.

precisavam de uma maior estrutura e mais espaço e, nas décadas finais do século XIX, foram sendo instaladas nas proximidades da linha férrea.²¹⁵

O arrolamento de 1887, mostrou uma quantidade expressiva de tecelões que morava nas proximidades da Praça do Coelho (Praça dos Voluntários, atualmente). Numa das casas, onde morava a família Balbino, todos trabalhavam na tecelagem, incluindo Manoel, o filho caçula de 9 anos de idade. Na casa vizinha, Manoel Berlamino (30 anos) e sua esposa Alvina Maria (18 anos) também exerciam a mesma profissão, bem como os filhos de Josefa Maria, Raimunda Honorata (20), Victor Gomes (16) e Theodoro Gomes (15), que moravam na mesma praça.²¹⁶ Esse endereço não ficava perto da Fábrica Cearense, que até 1891 – quando foram instaladas a Companhia Cearense de Meias e a Companhia Fabril de Tecidos União Comercial – era a única indústria de tecidos de Fortaleza. Se, por suposto, eram todos eles operários da mesma fábrica, pode-se presumir que circulava entre os vizinhos a indicação de empregos, o que facilitava a entrada de crianças no mundo fabril, levados por seus pais ou amigos.

No ano de 1886, havia na fábrica dos irmãos Pompeu 105 operários, sendo 51 mulheres, 30 homens e 24 crianças.²¹⁷ Pouco depois, com base nas informações do Arrolamento de Fortaleza, foram encontradas 15 meninas tecedeiras (ou tecelonas) e 14 tecelões com menos de 18 anos. Contudo, desconfia-se que esse número de crianças empregados na fiação era bem maior. Ainda segundo Carlos Viana, havia 165 operários em 1888 (um ano após o arrolamento) e 215 em 1892, com salários que variavam entre cinco mil e duzentos réis diários.²¹⁸ Esse, de fato, foi um momento de ampliação do número de operários na tecelagem. Em 1884, a produção da Fábrica Cearense foi bastante limitada em razão da carência de um mestre de fiação, que o estabelecimento tentava obter em outra província. Precariamente treinadas, mulheres e crianças passaram a movimentar os teares em troca de exíguos pagamentos. A partir dos anos de 1900, quando a indústria têxtil no Ceará teve crescimento mais notável, já existia uma diminuta mão

²¹⁵ Margarida Andrade listou as seguintes fábricas têxteis implantadas em Fortaleza no século XIX: Fábrica de Fiação União Comercial (1891), Cia Fabril Cearense de Meias (1891), Ceará Industrial de Holanda Gurjão & Cia (1894), Industrial Progresso de Pompeu e Cia (1899). No início do século XX a maior parte das fábricas têxteis de Fortaleza se concentrava no Jacareganga, também seguindo a ferrovia. Entre elas: Santa Elisa de Diogo de Siqueira (1904), União e Trabalho de Matos & Cia, Santa Maria de Manuel de Lima (1918), Usina Gurgel (1919), Fábrica Santo Antônio e Fábrica São Luiz, ambas de Diogo de Siqueira (1925), São José de Ferreira Gomes e Cia (1926) e Fábrica Baturité de José Pinto do Carmo & Filho. Cf.: ANDRADE, 2000, p. 115 – 119.

²¹⁶ CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza**. Freguesia de São José – Fortaleza, 1887. Livro 382, p. 83.

²¹⁷ Fábrica de Fiação e Tecelagem Cearense. **Gazeta do Norte**, ed. 214, p. 1, 22 set 1886.

²¹⁸ Em 1886, a Fábrica Cearense passou a ser propriedade exclusiva de Nogueira Acioly. Com a morte de Antônio Pompeu, Thomaz Pompeu também se afastou da sociedade. Mais tarde, em 1899, fundou uma nova indústria têxtil em Fortaleza – a Fábrica Progresso – para produção de redes. Em seu primeiro ano de funcionamento, empregava 30 operários internos e 180 mulheres que trabalhavam externamente. Conferir: VIANA, 2006, *Op. Cit.*, p. 186.

de obra familiarizada com a produção. Assim, quando Antônio Diogo de Siqueira inaugurou a Ceará Industrial, em 1894, foram imediatamente empregados 140 operários – maioria composta por mulheres e crianças –, número que chegou a 230, em 1935.²¹⁹

Irma Rizzini, utilizando estatísticas do Departamento de Trabalho de São Paulo, observou que em 1894, 25% dos operários da indústria têxtil na capital paulista eram crianças, número que cresceu enormemente nas primeiras décadas do século XX. A autora tentou responder, em perspectiva histórica, porque as crianças trabalham. Os adolescentes, ainda que essa construção social não estivesse posta no século XIX, foram, muito recentemente, “dispensados” do trabalho nas famílias operárias. Ou melhor, somente quando a família consegue uma renda mais consistente é que os adolescentes veem diminuir sua taxa de atividade, o que, em números gerais, na população urbana do Brasil, ocorreu a partir da década de 1990, especialmente com os programas de erradicação do trabalho infantil e como política ligada ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Nos oitocentos e em grande parte do século XX, jovens, principalmente entre 16 e 18 anos, eram entendidos como trabalhadores, com obrigações semelhantes aos adultos no quesito contribuição da renda familiar. Entretanto, em fins do século XIX, as crianças até 12 anos foram, por conquistas dos pais, se afastando progressivamente das jornadas de trabalho, preocupação que aparece como pauta no movimento operário. Na passagem para o século XXI, conforme indicou Rizzini, somente quando a família se encontra num nível de sobrevivência muito precário é que as crianças participam efetivamente da renda. Isso significa que as crianças trabalham – mesmo considerando as transformações culturais na concepção de infância nos meios proletários – por conta da excessiva pobreza.²²⁰

Esta pesquisa tem demonstrado que o trabalho das crianças era amplamente difundido, seja do ponto de vista legal, seja nas relações cotidianas das famílias pobres. Ainda que os trabalhadores livres não compartilhassem dos mesmos referenciais discursivos sobre o trabalho infantil apresentados pelos grupos dominantes, meninos e meninas pobres foram postos a trabalhar e isso não era, na maioria das vezes, incompatível com a ideia de proteção à infância entre as camadas populares. Dito de outra maneira, o trabalho das crianças, a rigor, não era condenado. Porém, diversos fatores que se destacam nas relações de trabalho oitocentistas (longas jornadas, trabalho análogo ao escravo, impossibilidade de uma alimentação razoável, a pobreza denunciada no corpo e no vestir) incomodavam os trabalhadores e fazem crer que a

²¹⁹ ARAGÃO, 2002, p.121.

²²⁰ Rizzini, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, 2013.

importância que passou a ser dada aos ofícios definidos e qualificados ou ainda a procura por algumas instituições de recolhimento foram transformadas em caminhos para poupar as crianças do trabalho excessivo. O trabalho infantil foi naturalizado, mas não estava inscrito no campo dos desejos e sim atrelado à necessidade.

Porém, mesmo quando surgiram possibilidades de empregos nas fábricas, cuja contratação ainda era muito tímida até o final do século XIX em Fortaleza, não ocorreu uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores. Isso porque, em todo o país, se viu o aumento de preço dos gêneros básicos da alimentação e o crescimento do mercado de imóveis, o que tornava a moradia nos centros urbanos mais cara, empurrando os pobres para áreas cada vez mais marginalizadas. A combinação do elevado custo de vida com as distâncias a serem percorridas entre a casa e o trabalho, tornava os ganhos ainda mais insuficientes e as jornadas de trabalho mais longas, considerando o tempo de deslocamento. Essa conjuntura marcou, portanto, o início da proletarização de crianças no setor têxtil cearense, ampliado nas décadas seguintes.

A historiadora Maria Inez Pinto, escrevendo sobre o crescimento do trabalho informal em São Paulo no princípio do século XX, chamou de “economia invisível” o conjunto de trabalhos casuais ou autônomos que não era incorporado ao ambiente fabril. Para o caso paulista, o exponencial crescimento demográfico – com migrações de nacionais e estrangeiros – fez multiplicar os trabalhadores itinerantes e o semi-emprego. Esse trabalho não institucionalizado, difícil de mensurar e com ganhos esporádicos, ficava ainda mais frágil em tempos de recessão econômica. A insegurança endêmica que marcava o cotidiano dos operários, com a ausência de legislação trabalhista, provocava intensa rotatividade da mão de obra, aumentando o “estado de desemprego crônico”, impondo níveis de miséria à classe trabalhadora. A autora avaliou a heterogeneidade dessas ocupações informais dentro de um contexto de expansão do mercado consumidor na cidade, favorecendo a proliferação de pequenos ofícios que não demandavam grande capital inicial e tornavam produtivas as crianças, que podiam fazer e vender os produtos.²²¹

Fazia parte também dessa “economia invisível”, os meninos que, genericamente, foram definidos como artistas no Arrolamento de Fortaleza. Não é possível assegurar que esses artistas exerciam funções diferentes daquelas já apontadas no gráfico construído sobre a profissão das crianças com menos de 18 anos (chapeleiros, seleiros, louceiras, cigarreiros...).

²²¹ PINTO, Maria Inez, 1994.

Dada a falta de sistematização do trabalho de recenseamento coordenado pela polícia, a imprecisão da categoria “artista” tanto pode sugerir tarefas desempenhadas em pequenas oficinas domiciliares como pode se referir a trabalhos qualificados prestados a terceiros esporadicamente, fora das manufaturas e poucas fábricas existentes na cidade. De todo modo, 54 meninos se apresentaram ou foram descritos como artistas no arrolamento de 1887. Em quase todos os endereços observados, essa categoria não apareceu atrelada à uma produção familiar, nem foi possível estabelecer alguma proximidade ou traço que particularizasse aqueles apontados como artistas. Apareceram em configurações bem heterogêneas, próximos a parte central da cidade ou nas regiões mais rurais. Por exemplo, no caminho do Cocó – região em que a maioria dos homens com profissão eram lavradores e pescadores e as mulheres lavadeiras – foram encontrados alguns jovens artistas, como Vicente (17 anos), filho do lavrador Manoel Reginaldo Batalha e da dona de casa Edivirges Batalha. O casal tinha seis filhos, além de Vicente, seu irmão João (19 anos) também era artista, o mais velho com 20 anos estava ausente no Pará e outras três irmãs não trabalhavam.²²² Já no Boulevard Visconde do Rio Branco, morava a família do sapateiro Manoel Caetano, cuja esposa era costureira e Antônio, o filho mais velho (18 anos), era artista.²²³ Nessa mesma avenida, na casa da viúva Joana Maria de Vasconcelos, ela e seus seis filhos eram charuteiros. A única pessoa da família que não trabalhava na confecção de charutos era sua neta Francisca de sete anos. No número ao lado, dois filhos da viúva Ana Maria de Nazareth, eram artistas, com idades de 19 e 18 anos.²²⁴ O que esses vários exemplos revelam é que, mesmo quando arrolados pelo mesmo inspetor, os artistas parecem não caber numa definição única, trabalhando com atribuições muito diversas – ao contrário dos charuteiros –, estando, assim, entre uma camada de artesãos com ofícios já consolidados ou conhecidos e uma grande quantidade de jornaleiros, que vivia de “bicos”. Esse fenômeno pode indicar uma diversificação de artes e ofícios que se gestava no desenvolvimento do capitalismo e no processo de urbanização e remodelação de Fortaleza nas últimas décadas do século XIX.

Num momento histórico em que as políticas públicas voltadas à infância quase sempre se restringiam ao encaminhamento para o trabalho, o bem-estar das crianças pobres ficava a cargo delas mesmas, diante das possibilidades familiares de trabalharem mais ou menos na vida. A construção social do sujeito infantil engloba tanto a ampliação da instrução e do

²²² CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. **Arrolamento da População de Fortaleza de 1887**. Freguesia de São José – Fortaleza, 1887, Livro 383, p. 47.

²²³ *Idem*, p. 65.

²²⁴ *Idem*, p. 69.

valor da educação – o que não foi acompanhado de uma valorização da escola pública no Brasil até a atualidade – quanto a ordenação e licitude do trabalho dos menores, que demorou bastante tempo para se transformar em um incômodo coletivo.

4 UMA EDUCAÇÃO PARA “DESVALIDOS”: AS FORMAS DE INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE RECOLHIMENTO

Mas um dia... oh! Que não posso
 Sem muito pranto dizer!
 Mas, um dia... o delegado
 Meu filho mandou prender!
 Ai, prendeu-o para recruta,
 Sem pena do meu sofrer!
 Lancei-me aos seus pés gemendo
 Clamando com dissabor:
 Oh, soltai-o, é arrimo
 Do pobre velho senhor!
 Maltratou-me o delegado
 Com semblante aterrador.
 (A *Esmola*, Juvenal Galeno)

Os sujeitos da poesia de Juvenal Galeno estão todos aqui, neste texto. Os versos são sobre o recrutamento para o exército, com os quais Galeno exprimia o terror da população e as tristezas que a imposição do serviço militar deixava nas famílias pobres.²²⁵ O pai necessitado que se separava abruptamente de seu filho, o filho capturado pela polícia para servir à Nação e o delegado que laçava todos que pudessem ser úteis na missão de arregimentar soldados para a Pátria são também personagens da história do recolhimento infantil em Fortaleza.

Muitas crianças foram separadas de suas famílias para serem internadas em instituições de ensino profissional na segunda metade do século XIX e, muitas vezes, sem o consentimento de seus familiares. A forma como iniciaram suas vidas no recolhimento é o assunto deste capítulo. O ingresso no Colégio de Educandos, na Companhia de Aprendizes Marinheiros e no Colégio de Órfãs (Imaculada Conceição) foi um marco impactante na vida de órfãos e crianças pobres que experienciaram a rotina das instituições asilares voltadas ao ordenamento do trabalho infantil. Mas isso não ficou circunscrito à vida pessoal dessas crianças; gerou, por sua vez, uma série de impressões populares que construíram imagens de sofrimento atreladas a essas instituições orfanológicas. Nem todas as crianças foram presas pela polícia ou arrastadas à força para o recolhimento. Entretanto, sendo todas consideradas desvalidas, a razão de seu recolhimento era perpassada pela miséria, pelo lugar marginal que assumiam no

²²⁵ Segundo Manoel Alencar, muitas poesias de Juvenal Galeno foram inspiradas nas narrativas de pessoas pobres, com quem conversava e sobre quem escreveu. O livro *Cenas Populares* mostrava as conexões realizadas pelo autor entre a literatura culta e a oralidade de pescadores e sertanejos, dos quais ouviu queixas sobre opressões cotidianas, dificuldades materiais e histórias amorosas. ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. *As queixas do povo: o imaginário popular em Juvenal Galeno*. In: CANDIDO, T. e NEVES, F. (Orgs.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

crescimento urbano, pela fragilidade de suas famílias e pelo pouco entendimento que podiam ter com o poder público.

Antes de analisar as formas de admissão e as relações de forças que estiveram presentes na formação do ensino profissional dirigido à infância pobre em Fortaleza, é oportuno considerar dois problemas: O que, então, caracterizava uma educação profissional para *desvalidos*? Quais sentidos existiam em diferenciar a educação pública geral da educação profissional ofertada pelas instituições de recolhimento?

Era consenso na imprensa que a instrução pública tornaria o país mais preparado para promover e lidar com a “modernidade dos tempos”. Porém, a forma como estava organizada o ensino primário na Província recebia muitas críticas dos intelectuais da época, especialmente porque as aulas aconteciam nas casas dos professores, já que eram poucos os edifícios destinados exclusivamente à educação. Essa limitação, entre outros problemas de ordem física – como a falta de material escolar, por exemplo – era apontada como causa para o baixo índice de letramento dos poucos alunos matriculados no período, visto que os professores acabavam, segundo algumas opiniões publicadas à época, misturando as tarefas domésticas com as aulas, dando pouca atenção ao adiantamento dos alunos.

No jornal *O Sol*, de setembro de 1864, um artigo sobre a importância de rever o regulamento da Instrução Pública no Ceará, denunciava que as alunas das cadeiras de primeiras letras viravam, ordinariamente, “criadinhos das professoras”, tendo que, no horário das aulas, lavar os pratos, tirar água do poço, embalar o filhinho da mestra para que não chorasse durante seu trabalho. Afirmava-se que todas essas tarefas prejudicavam a instrução como um todo e, como apontava o jornal, “esses abusos não desaparecerão enquanto não for decretado que nenhuma professora leccione em sua casa”.²²⁶

Parágrafos depois, foi citada no mesmo texto a importância do Colégio de Educandos Artífices, que merecia toda a atenção pois ali estavam “os filhos da Província por excelência, os órfãos”. Ficava na argumentação do autor bem nítida a defesa do recolhimento e da finalidade da educação de crianças pobres. O texto não era exatamente sobre as instituições escolares, era sobre os problemas da Instrução Pública, que não dava os resultados esperados. Entretanto, nota-se o lugar da escola como fator importante de fabricação do cidadão ideal. Mas esse lugar precisava ser mais bem demarcado, inclusive espacialmente. A educação defendida era aquela que pudesse romper com certos hábitos considerados pouco produtivos. Era preciso instituir um novo ordenamento do tempo e do espaço que confrontasse padrões corriqueiros de

²²⁶ Será como as outras? *O Sol*, ed. 399, p. 2, 18 set. 1864.

socialização e aprendizado. Conforme sugeriu Thompson a escolarização da cultura letrada tende a interferir na transmissão da “cultura plebeia”, combatendo práticas e sentidos populares cuja reprodução acontece no âmbito do costume. Historicamente, a educação formal afetou certas tradições populares ao estabelecer outras normas de conduta e imposição de conteúdos. Assim, a educação formal deveria servir, na versão de seus idealizadores, para combater modos costumeiros que, na frugalidade do cotidiano, não estavam submetidos ao comando ideológico dos dominantes. Se a escolarização era vista como modernização, deveria se apartar de concepções e padrões culturais próprios das camadas populares.

A alfabetização de crianças era, nessa perspectiva, o começo indispensável para mudar a cara do país. Nesse processo, o que se evidencia é que a “modernização” nunca foi um fenômeno neutro de mera inovação de costumes e aparatos técnicos. Na verdade, a ideia de modernização foi quase sempre violenta e repleta de expropriação, o que, paradoxalmente, fez da cultura plebeia um campo de rebeldia, utilizando o costume (ou práticas e sentidos tradicionais, não necessariamente antigos) como argumentação para defender direitos, como demonstrou Thompson.²²⁷

Fragmentar a transmissão dessas práticas populares difundidas no cotidiano que englobavam desde a limpeza até as concepções de arbítrio e direitos era uma prioridade para modernizar a província. Contudo, as aulas em ambiente privado (a casa da professora sem a vigilância cotidiana do inspetor) não geravam novos hábitos; ficavam, pois, mais próximas da reprodução dos elementos culturais compartilhados pelos alunos no convívio com suas famílias. Por isso, o artigo d’*O Sol* aconselhava que o Governo continuasse investindo no Colégio de Educandos para saírem dali “artistas prestimosos, cidadãos úteis, moralizados e amigos do trabalho”.²²⁸

O artigo reportado não responde, isoladamente, ao objeto de que se ocupa este capítulo. Contudo, o conjunto de argumentações ao qual ele pertence, fornece elementos para compor uma análise sobre o ingresso no que foi uma política de educação para “desvalidos”. Já foi indicado, páginas atrás, os sentidos do recolhimento, em especial a estratégia de separar as crianças do convívio dos pais. Os editores d’*O Sol*, como se viu, corroboravam com essa finalidade do distanciamento. Mas o mesmo artigo aponta para outras questões que entremeiam este estudo sobre a história social do recolhimento:

²²⁷ THOMPSON. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

²²⁸ Será como as outras? *O Sol*, ed. 399, p. 3, 18 set. 1864.

1) Os governos e as leis afirmavam que as crianças pobres deveriam trabalhar; este era o seu lugar no mundo. Ensiná-las a trabalhar “corretamente” era o propósito do recolhimento, considerando a lógica do trabalho orientado por princípios da economia de mercado capitalista numa ordem escravocrata. A simples distribuição de crianças pobres através de contratos de soldada que tanto agradava as elites e as camadas médias foi cada vez mais apontada como inapropriada para um país que desejava se modernizar, ao menos no discurso dos que tomavam a ideia de progresso como valor a ser perseguido. Isso não quer dizer que a soldada e o poder do Juizado de Órfãos foram contestados. Não houve nenhum esforço efetivo de diminuir o trabalho infantil durante o século XIX. Todavia, as instituições de profissionalização entraram na agenda do progresso por seu caráter técnico de disciplinarização do trabalho, por sua suposta capacidade de converter desvalidos em “amigos do trabalho”.

2) Para que isso acontecesse, o espaço em que se dariam as ações do recolhimento precisava ser pensado/ordenado/regrado tendo em vista provocar transformações no mundo do trabalho. Para os entusiastas da aclamada modernidade de então, as aulas de instrução pública regular não correspondiam ao trato necessário para mudar o perfil dos ditos desvalidos. Sendo assim, mais do que um objetivo, as instituições de recolhimento deram forma ao ensino profissional. Elas tinham espaço físico definido, hierarquia de comando estabelecida, regimentos próprios e relativa autonomia administrativa. Seriam, com isso, o lugar de confecção de “artistas moralizados”.

3) Estava claro para os sujeitos coletivos que defendiam o recolhimento que se tratava de um processo de mudança a médio e longo prazo. Assim, não poderiam de imediato convencer a população que o modelo de ensino profissional admitido como certo e progressista traria benefícios ao trabalhador pobre do período porque era, na visão dos poderes públicos, algo a ser demonstrado no futuro. Ou seja, a suposta ignorância da população despossuída – recurso explicativo recorrente nas falas governamentais – não a permitia entender o grande “avanço” que representava para a Nação trabalhadores civis e militares devidamente preparados para o progresso.

Este conjunto de premissas do recolhimento fundamentava a forma como aconteceu o ingresso das crianças nas instituições aqui abordadas. A Presidência da Província, a Igreja e a Marinha acreditavam que não convinha esperar pela boa vontade dos pais e tutores das crianças, especialmente quando os laços familiares das camadas populares eram, pelos mesmos sujeitos que conceberam o recolhimento, severamente vistos como deformados. Assim, justificou-se a ação arbitrária de apresentar aos pobres as aclamadas vantagens do ensino profissional recomendado pelo Estado.

Este capítulo tem por objetivo discutir a multiplicidade de sujeitos envolvidos no ingresso das crianças no recolhimento. Isso inclui, além das próprias crianças, as famílias, os agentes eclesiásticos, a polícia, o Juizado de Órfãos, os presidentes de província e até o Ministério da Marinha (para o caso da CAM). Como acessá-los? Foram utilizados regulamentos, decretos imperiais, circulares e ofícios para entender as formulações teóricas sobre como proceder na admissão de órfãos e crianças pobres nas diferentes instituições. Entretanto, essa documentação quando confrontada com outras evidências (garimpadas nas pequenas notícias de jornais, nos despachos do Gabinete Provincial, nas anotações numéricas dos diretores e na literatura) mostrou muito mais suas incoerências do que seu poder de regulamentação. Com isso, não raro, as relações de dominação e resistência se sobressaíram, revelando um processo de envio-alistamento-captura-abandono bastante complexo, de onde emergiram costumes e concepções de trabalho confrontantes, medo da guerra e do recrutamento, valores sobre honra feminina e casamento, expressões de sentimento e afeto pelos filhos e sensibilidades em torno dos sujeitos infantis.

4.1 Os aprendizes da Província: Conflito e negociação no recolhimento de meninos artífices.

Em março de 1857, José Bittencourt Januário da Silva e seus dois irmãos João e Estácio, filhos do falecido Januário Estácio da Silva, foram matriculados no mesmo dia no Colégio de Educandos Artífices, por intermédio do padre Antônio Rocha. Outros cinco garotos foram enviados pelo curador geral dos órfãos Manoel Francisco de Paula Barros. Todos eles receberam um ofício da Presidência da Província e foram apresentados ao diretor João José Saldanha Marinho para estudarem e morarem no Colégio.²²⁹ Dentre eles, quatro permaneceram até a extinção do estabelecimento, incluindo José Bittencourt – que diferente de seus irmãos – continuou como educando durante os nove anos de funcionamento do Colégio.

Ao longo do ano, outros garotos foram chegando e, em 1858, já havia completado o número de quarenta matriculados previsto no regulamento. Assim como os irmãos Bittencourt, meninos “desvalidos” tinham suas matrículas deferidas pelo Gabinete Provincial, sendo, então, encaminhados através de uma portaria à Direção do Colégio. Este percurso era, basicamente, o protocolo de ingresso na instituição. O requerimento de matrícula deveria conter a filiação, idade, sinais característicos e naturalidade do órfão de pai e mãe ou somente de pai. Por isso, geralmente, eram enviados por algum padre – especialmente quando se tratava de

²²⁹ Expediente do dia 6 de março de 1857. **Pedro II**, ed. 1670, p. 1, 4 abril 1857.

meninos do interior da província – ou pelo Juizado de Órfãos, que atestavam as informações sobre a criança. Depois de admitido, o diretor deveria registrá-lo no livro de matrículas, emitindo uma declaração com o dia da entrada do educando para seu responsável – tutor, pároco ou juiz.²³⁰

No primeiro aniversário do Colégio (10 de março de 1858), o vice-diretor Manoel Rufino Jamaracú lembrava que havia começado com apenas oito alunos “obtidos a custo” e comemorava o prestígio que o estabelecimento ia ganhando na cidade, resultando no número cada vez maior de interessados, tendo já “parte dos alunos daquele ano entrado a pedido de seus parentes”.²³¹ O elogio de Jamaracú permite entender algumas tensões durante o processo de instalação do Colégio de Educandos. Fica evidente que os primeiros alunos não foram apresentados voluntariamente por suas famílias. É possível que outros agentes de ordenação da infância tenham se encarregado de suas matrículas, como previa o Regulamento dos Educandos, determinando que “os párocos e juizes de órfãos poderão independente de requerimento dos interessados enviar ao presidente da província, consultando-o previamente, os órfãos a serem admitidos no Colégio” (ar. 11).

O fato de as crianças terem sido recolhidas a contragosto das mães ou de outros familiares era absolutamente coerente com o entendimento da legislação em vigor.²³² Mas produziu uma série de descontentamentos que explicava a declaração do vice-diretor quanto à dificuldade de matricular os meninos. As reações vieram logo em seguida.

Seis meses depois da instalação do Colégio, a viúva Rufina Maria do Espírito Santo foi até o gabinete provincial para pedir a devolução de seu único filho, João Francisco de Mattos, que segunda ela, havia sido preso e internado na Casa dos Órfãos, como era conhecido o Colégio de Educandos Artífices. Em resposta, exigiu-se que ela provasse quem havia

²³⁰ Regulamento do Colégio dos Educandos. **Pedro II**, ed. 1640, p. 1. Fortaleza, 12 Dez 1856.

²³¹ Breve elocução do vice-diretor do Colégio de Educandos da capital, por ocasião do primeiro aniversário do estabelecimento. **Pedro II**, ed. 1782, p. 2, 13 mar. 1858.

²³² Como se viu, mães solteiras não tinham o pátrio poder sobre os filhos, tornando possível a tutela do Estado sobre crianças órfãs de pai ou de pai desconhecido. A legislação do período contribuía para nomear essas crianças como “desvalidas”, tratando não exclusivamente das condições financeiras das famílias, mas também das definições morais acerca da responsabilidade de educar os menores. Existiam três tipos de tutela: Testamentária, na qual os tutores eram indicados em testamento; Legítima, na qual se nomeava um parente próximo como tutor (avós ou tios da criança); e a Tutela Dativa, que correspondia a nomeação de um tutor pelo Juizado de Órfãos, para crianças cujas famílias demonstravam “incapacidade” de educa-las. Tal incapacidade, em geral, correspondia “às condições precárias da mãe, fosse por pobreza e pela condição civil de solteira, pela conduta moral supostamente irregular ou pela liberdade recém-conquistada”. Ver: PAPALI, Aparecida. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. 33, n. 1, p. 149-159, jun. 2007.

prendido o garoto.²³³ Na mesma época, Manoel Francisco Leite apresentou requerimento para retirar seu sobrinho José Leite, que havia sido levado por outrem ao Colégio. Sua resposta saiu entre os despachos de agosto de 1857, mandando-lhe juntar documentos que comprovassem a educação que o menino recebia quando estava sob sua responsabilidade. Semanas depois, Manoel Francisco requereu novamente a retirada de José Leite, o que foi indeferido pelo Presidente da Província.²³⁴

João Francisco de Matos, filho de Rufina e do falecido Cosme Correia, aparece na lista de alunos de 1864, com 12 anos de idade, quando foi transferido da sapataria para a oficina de carpintaria. Provavelmente entrou no recolhimento quando não tinha nem completado sete anos ou o registro de sua idade estava errado, pois já deveria ter uns 14 anos. José Leite, cujo tio não foi autorizado a retirá-lo, também ficou um bom tempo no Colégio. Em 1864, já com 17 anos, desempenhava satisfatoriamente as práticas de carpintaria.

Os requerimentos dirigidos ao Gabinete Provincial, os pedidos de ajuda aos padres para intermediar a devolução dos meninos e/ou as tentativas de denunciar, via imprensa, o recolhimento compulsório dos filhos demonstram que as famílias se esforçaram para resolver a questão de forma legal, embora na maioria das vezes não tenha surtido o efeito esperado. Essa disputa pelos meninos estava associada às suas capacidades produtivas, visto que, depois dos sete anos de idade, a maioria dos garotos pobres começava a contribuir efetivamente com os ganhos da casa. Exatamente por isso, o critério etário de ingresso na Casa de Educandos rendeu uma longa discussão entre os deputados que aprovaram a criação do Colégio em 1856. Quais meninos a província desejava recolher?

Na sessão da Assembleia Legislativa de 17 de julho de 1856 – quando foram discutidos os itens que deveriam constar no Regulamento do Colégio – foi defendido que a idade de admissão dos educandos ficaria a cargo do Presidente de Província, que ponderaria sobre os casos individualmente, aceitando ou não os meninos apresentados. Contudo, os deputados Barroso e Duarte Brandão exigiram que ficasse previamente estipulada a idade dos aprendizes, sob o argumento de não poderem ser admitidos meninos menores de sete anos, já que a lei os proibia de serem entregues à soldada. Nesse sentido, se não poderiam trabalhar em casas particulares ou oficinas, não poderiam ser matriculados no Colégio cujo foco era o ensino

²³³ Despaches do dia 28 de setembro de 1857. **Pedro II**, ed. 1735, p.2, 6 Out 1857.

²³⁴ Despaches do dia 28 de agosto de 1857. **Pedro II**, ed. 1720, p 2, 1 set 1857 e, no mesmo jornal ed. 1730, 24 set. 1857, respectivamente.

profissional. Da mesma forma, o limite de idade para entrar no Colégio também foi debatido em meio a muitas oposições. Alguns deputados defendiam que garotos de 17 anos poderiam entrar na Casa já que a maioria não sabia ler e estaria fisicamente apta para desenvolver algum ofício. Muitos discordaram por considerarem que quanto maior a idade, maior seria a insubordinação dos garotos, o que comprometeria o projeto de formar artífices ordeiros. Estava em pauta, então, duas concepções de ensino profissional para a Província: Para uns, havia pressa em formar artífices e, tratando-se de trabalhadores manuais, a instrução primária poderia ficar no nível rudimentar mesmo. Para outros, a falta de instrução era um obstáculo para a qualificação do trabalhador, sendo assim necessária a formação integral dos meninos desde muito cedo, na idade em que ainda fossem “aproveitáveis”, como argumentava o deputado Duarte Brandão.²³⁵ A defesa de que o recolhimento se destinava à formação de um tipo ideal de trabalhador, como se tem analisado até aqui, se sobressaiu e finalmente optou-se pela entrada de meninos entre 7 e 12 anos de idade, o que se verificou na prática. No mapa produzido por Saldanha Marinho em 1859, vê-se que quase todos os meninos tinham 11 ou 12 anos, estando matriculados nas oficinas de alfaiataria e sapataria.²³⁶

Os meninos faziam falta em casa. Por isso, parte considerável dos requerimentos no início do funcionamento do Colégio eram apresentados por mulheres, muitas mães e avós das crianças. Assim, entende-se que as mulheres não casadas ou viúvas preferiam permanecer com os filhos, recusando, sempre que possível, o internamento ou os contratos de soldada impostos pelo Juizado de Órfãos. Na década de 1860, quando o Colégio ampliou o número de alunos para setenta, houve cada vez menos pedidos de “soltura” dos garotos. Algumas hipóteses podem ser levantadas na tentativa de entender essa aparente aceitação do Colégio.

Deve-se pontuar que não se trata simplesmente de uma ausência de informações nos jornais, como se poderia supor. No *Pedro II* e no *Gazeta Oficial* foram bem frequentes os resumos dos despachos do Gabinete e outras rotinas da Presidência da Província. Existiam notas sobre nomeação e demissão de funcionários do Colégio, emissão de material, obras, admissão de novos alunos e envio de fardamento. Os requerimentos de pais não desapareceram por completo; apenas ficaram escassos. Por quê?

²³⁵ Assembleia Legislativa Provincial. **Pedro II**, ed. 1591, p.2, 26 jul. 1856.

²³⁶ Quadro nominal e demonstrativo do adiantamento dos educandos. *In*: Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1859, p. 56 [Anexos].

Um documento em especial fornece indícios sobre essa mudança. Trata-se do Mapa Geral dos Alunos produzido em 1864, sob a direção do Padre Braveza, anexado ao Relatório do Presidente de Província.²³⁷ No mapa está registrada a filiação de todos os alunos. Em alguns casos, não há o nome dos pais, mas o responsável pela criança, como juízes de órfãos ou tutores. Em outros, há somente o nome da mãe, provavelmente porque era solteira ou porque o pai não assumia oficialmente a criança. Na lista existem dois meninos sem sobrenome, cujos pais foram indicados também apenas com o primeiro nome. E diversos garotos órfãos de pai, incluindo alguns irmãos. Esse pequeno registro indica que os educandos recolhidos eram, em sua maioria, pobres sem pai vivo ou conhecido. O garoto José Raymundo (9 anos, natural de Fortaleza), internado pelo próprio pai de nome Raymundo, seria um liberto? O que se sabe é que todos eles foram, então, considerados “desvalidos”.

Entretanto, alguns casos particulares parecem fugir um pouco à regra. Os irmãos naturais da vila de Imperatriz Benedito Antônio da Rocha Júnior (12 anos) e Cândido Antônio da Rocha Lima (13 anos) foram matriculados por seu tio, o padre Luiz Antônio da Rocha Lima. É possível que os garotos fossem órfãos e que o tio, assumindo a tutela dos meninos, tenha resolvido interná-los no Colégio de Educandos, onde permaneceram até a extinção do estabelecimento. Outros dois irmãos Amaro Pereira de Moraes e Castro (natural de Arronche) e Antônio Pereira de Moraes e Castro (nascido em Fortaleza) eram filhos de Fabio Antônio de Moraes e Castro. Esses não eram órfãos; tinham pai e mãe. Eles entraram no Colégio no final de 1862, mesmo ano em que o pai conseguiu um emprego de contínuo na Câmara de Fortaleza, para o qual havia sido indicado desde ano anterior.²³⁸ Destaca-se ainda o educando Urbano Manoel de Paula Barros, apresentado por seu pai Manoel Francisco de Paula Barros em 1864, quando era Curador Geral dos órfãos de Fortaleza. Diferente dos outros meninos mencionados, Urbano é o único que não aparece no mapa das oficinas, provavelmente frequentava apenas as aulas de primeiras letras, estando atrasado em quase todas as disciplinas. Não se pode dizer que tais garotos se enquadravam nas condições de “desvalidos”, pois tinham pai responsável por eles. Assim, mesmo que o Colégio fosse destinado aos órfãos, houve alguma alteração no perfil dos garotos matriculados, o que parece confirmar a afirmação do vice-diretor de que alguns familiares passaram a procurar o ensino profissional para seus meninos. A matrícula espontânea de educandos pode ter contribuído para diminuir o número de evasão do Colégio. O consentimento dos pais em relação ao recolhimento de seus filhos fazia com que os meninos

²³⁷ Ver: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p. 6 [Anexos]

²³⁸ Parte Oficial. **Gazeta Oficial**, ed. 32, p.1, 1 nov. 1862.

permanecessem lá por mais tempo. Além disso, o Colégio deixava de ser estritamente associado a asilo orfanológico (Casa dos Órfãos), o que pode também ter gerado relativa aceitação do internamento por parte das famílias mais pobres.

Talvez a presença do filho de um importante funcionário público – que além de curador dos órfãos foi tesoureiro da Província – tenha originado a ideia de abrir matrícula para alunos externos. Com a finalidade de arrecadar fundos, houve uma tentativa de expandir o ensino primário no Colégio para alunos que pudessem pagar pelas aulas e materiais didáticos. No início de 1866, foi anunciado nos jornais o sistema de externato do Colégio de Educandos.²³⁹ Contudo, a iniciativa não vigorou principalmente devido a inconstância das aulas e falta de professores. De todo modo, a circulação dessas notícias, o recolhimento não compulsório de meninos e o adiantamento de vários garotos nos ofícios para os quais foram destinados podem ter contribuído para formar uma imagem mais positiva da instituição. Entretanto, quando a procura pelo Colégio começou a ser mais perceptível nos requerimentos destinados ao Gabinete Provincial, a instituição foi extinta.

Outro dado importante sobre os educandos refere-se ao tempo de permanência no Colégio. Ao contrário do que aconteceria na Companhia de Aprendizes Marinheiros, onde poucos meninos terminavam o tempo estipulado de formação, no Colégio de Educandos Artífices o número de meninos recolhidos não oscilou significativamente e muitos garotos ficaram do início até a extinção do Colégio, levando a supor que a maioria teria terminado o ensino profissional se as oficinas não tivessem sido abolidas. Joaquim Antônio Pereira estava entre os oito meninos recolhidos em 1857 para a primeira turma de artífices. Na época ele tinha nove anos e era órfão. Em 1865, aos dezessete anos, ele era o aprendiz mais adiantado da oficina de alfaiataria. Mas, segundo o regulamento da instituição, só poderia deixar o Colégio com vinte anos de idade (art. 59). Essa imposição fora determinada no momento de criação do Colégio, quando as pretensões administrativas giravam em torno de abastecer a província de trabalhadores qualificados para as obras públicas. No entanto, a pouca idade das crianças, o salário proposto para os mestres das oficinas e a carência de profissionais definiram outros rumos para a profissionalização dos educandos.

No início, a ideia era criar oficinas de ferreiro e carpina, cujos trabalhos eram muito demandados para as construções públicas, em especial nas obras de infraestrutura urbana, tanto que o mesmo regulamento assegurava que o educando seria “preferido a qualquer outro

²³⁹ Editais. **O Cearense**, ed. 2025, p. 3, 23 fev. 1866.

indivíduo em iguais circunstâncias para mestre das oficinas do estabelecimento e das obras públicas da província” (art. 60). Com isso, logo depois de instalado o Colégio de Educandos, o Presidente da Província João Silveira de Souza firmou um contrato com o alemão Henrique Ehrich para ensinar o ofício de ferreiro a seis aprendizes durante um período de cinco anos. A execução do contrato deveria ser fiscalizada pelo diretor do Colégio, que enviaria os meninos para morar e trabalhar na casa do mestre ferreiro. Depois desse período, os meninos retornariam ao Colégio para trabalharem na oficina que se pretendia criar, sendo o mais adiantado escolhido para ser o mestre. Caso o alemão os quisesse contratar, deveria ter a anuência do diretor. Ficava disposto no contrato que os aprendizes receberiam, a partir do segundo ano, cem réis por dia trabalhado e mais algum aumento nos anos seguintes, valor retido ao cofre da Casa de Educandos até o fim do contrato. Querendo o aprendiz permanecer na oficina de Ehrich sem a permissão do diretor do Colégio, perderia o salário acumulado. O ferreiro poderia devolver ao Colégio os aprendizes que se mostrassem malcomportados.²⁴⁰

Enviar meninos recolhidos pela Província para a soldada na casa do ferreiro parecia ser uma medida contraditória, já que o propósito do Colégio era promover um novo tipo de educação profissional. Entretanto, essa ação estava diretamente relacionada ao estímulo que se pretendia dar às obras públicas na capital, refém da falta de trabalhadores qualificados e, ao mesmo tempo, refém da disponibilidade do próprio Ehrich, que dono da única oficina de maior porte na cidade, costumava não ser muito assíduo na entrega das obras encomendadas pela presidência da Província. Em 1859, as grades da cadeia pública foram feitas em sua oficina.²⁴¹ No mesmo ano fabricou todo o gradil do Colégio de Educandos, extrapolando em vários meses o prazo da obra.²⁴² Mas a Tesouraria Provincial também demorava a pagar as obras contratadas e não raro o ferreiro cobrava o dinheiro atrasado.²⁴³ Assim, havia muito interesse do governo em não depender unicamente do ferreiro estrangeiro. Contudo, o projeto de multiplicação de artífices era lento, caro e demandava saberes pouco conhecidos entre os trabalhadores do período. O trabalho qualificado, nesse momento, tinha melhores condições de barganha.

Nenhum dos meninos enviados à oficina do alemão consta na lista de 1864, quando, por suposto, já deveria ter terminado o tempo de aprendizado. Não é possível dizer que destino tiveram. O certo é que a estratégia de formar oficiais para as demandas do ensino profissional

²⁴⁰ Termo do contrato que assina o alemão Henrique Ehrich para ensinar ofício de ferreiro. **Pedro II**, ed. 1729, p. 2, 22 set. 1857.

²⁴¹ Parte Oficial. **Pedro II**, ed. 1879, p.1, 12 jan. 1879.

²⁴² Obra no Colégio de educandos. **Pedro II**, ed. 1933, p. 2, 23 jul. 1859.

²⁴³ Ofício. **Pedro II**, ed. 1971, p. 1, 3 dez. 1859.

não funcionou. Oficina semelhante só seria criada no Colégio em 1863, quando oito alunos iniciaram o aprendizado de funilaria, entre eles os filhos do contínuo da Câmara Fabio Antônio de Moraes e Castro. O ensino de carpintaria também demorou, começando somente em 1861. Diante das dificuldades de montar oficinas mais caras, optou-se por ofertar, inicialmente, o ensino de alfaiataria e sapataria. Assim, a estrutura do Colégio não foi adequada ao propósito de ampliar o número de ferreiros, funileiros, carpinteiros a serem empregados nas obras públicas. Por esta razão, tempos depois, foi proposto na Assembleia Legislativa que o Regulamento deveria ser alterado para diminuir o tempo de preparação dos aprendizes artífices, mas a discussão não avançou.²⁴⁴

O padre Antônio Braveza ficou na gestão da Casa entre 1859 e 1864, período em que redigiu relatórios bem detalhados sobre o espaço e sobre os internos. Em alguns momentos, ele sugeriu refazer o regulamento, especialmente com relação às atribuições do diretor. Desejava maior liberdade para resolver questões internas, já que muitas vezes seus projetos foram interrompidos por interferências dos presidentes da província. Algumas de suas propostas recusadas eram tentativas de contratar educandos concludentes ou adiantados como funcionários da Casa, como já previa o Regulamento. Contudo, Padre Braveza foi criticado por manter no Colégio aprendizes que já tinham completado 21 anos. O jornal *O Sol* cobrava em 1863 providências quanto ao destino dos meninos já formados, afirmando que a permanência de maiores de idade era indevida, já que o Colégio fora fundado para abrigar órfãos, “não era um convento, nem asilo de homens que, se misturados com os meninos, em vez de educação lhes pode trazer perversão de costumes”.²⁴⁵ Mas o argumento do diretor era exatamente com relação aos costumes. Para ele, os aprendizes adultos deveriam ficar no Colégio porque já conheciam as regras e porque os mestres contratados, sendo precariamente remunerados, tinham pouco interesse pelos alunos. Esse era o caso, por exemplo, de Joaquim de Paula Correia (natural de Sucatinga), que deveria ter deixado o Colégio em 1865, quando completou 20 anos. Seu desempenho escolar, conforme o mapa geral das aulas primárias de 1864, era “sofrível”, estando atrasado em leitura, doutrina cristã e aritmética. Mas segundo o professor, apesar de sua “pouca inteligência” – como anotara no relatório – era de “boa índole”.²⁴⁶ Ele ficou até o último ano de funcionamento da Casa. Talvez Joaquim tenha permanecido no Colégio porque

²⁴⁴ Educandos. **Pedro II**, ed. 0106, p. 3, 10 mai. 1861.

²⁴⁵ Colégio de Educandos. **O Sol**, ed. 314, p.2, 8 fev. 1863.

²⁴⁶ Mapa Geral dos alunos das aulas primárias do Colégio de Educandos Artífices da cidade de Fortaleza. In: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 122. [Anexos]

era bem adiantado nos trabalhos de sapataria, oficina que mais gerava receita para o cofre dos educandos.

Mais adiante será analisado o cotidiano das oficinas. Por enquanto vale lembrar que estes espaços de prática profissional cresciam em Fortaleza, tanto dentro do Colégio como em casas particulares que recebiam, através da soldada, pequenos trabalhadores. Muito se tem discutido sobre o ordenamento da infância a partir do trabalho. A segunda metade do século XIX produziu grande quantidade de instituições asilares, leis e detenções voltadas a inibir a vadiagem, a mendicância e a gatunagem das crianças nos espaços públicos, sobretudo nos meios urbanos. Ensinar a trabalhar foi uma preocupação incessante dos poderes públicos diante das camadas populares nos oitocentos. Mas é preciso investigar também como esses espaços foram incorporados pelas famílias pobres, entendendo as possibilidades de acesso à instrução e à profissionalização do período.

Já ficou demonstrado que grande parte das crianças trabalhava com suas famílias e que o trabalho infantil foi sistematicamente formalizado pelas autoridades imperiais, como o Juizado de Órfãos. Nesse período, a intervenção do Estado, quase sempre violenta, não era apreciada pelas famílias pobres. Além disso, as instituições de assistência infantil – caritativas, filantrópicas ou estatais – jamais foram suficientes para atender, em grande escala, as demandas de crianças abandonadas. Sem apoio efetivo para cuidar dos filhos, as doações de crianças perduraram na longa história da ineficácia de políticas públicas voltadas à infância. Por isso, escolher quem poderia abrigar o filho, tentar escapar dos contratos de soldada impostos pelos juízes de órfãos, poder ver os filhos com recorrência, ajustar sem a interferência do Estado onde e para quem as crianças trabalhariam eram ações que evidenciavam códigos morais e valores populares acerca da autoridade sobre as crianças. Observar esses elementos ajuda a compreender a constituição de um sentido popular atribuído à infância. No contexto de fabricação da institucionalização infantil e de judicialização da infância, os pobres buscaram cada vez mais afirmar a autonomia familiar sobre os filhos e sobre o trabalho por eles praticado – ou melhor, sobre a possibilidade de se ocuparem em atividades diversas, estando o mínimo possível sob a normatização do Estado.

Desta forma, quando nasceu o recolhimento legitimado de crianças em Fortaleza com a proposta de gerar trabalhadores para a Província, a desconfiança das famílias – considerando o contexto de dominação em que estavam inseridas – se fez notar nos recursos utilizados para retirar os meninos do Colégio de Artífices.

Entretanto, a constatação de que muitas famílias recusaram a internação de seus filhos é insuficiente para explicar a existência do Colégio e suas implicações na cidade. Evidentemente, não se trata de corroborar com o discurso governamental de que, com o tempo, as pessoas perceberiam os benefícios da instituição e se acostuariam com o recolhimento. Mas o fato é que uma parte não insignificante de educandos entrou voluntariamente e mesmo um bom número de órfãos – cujo ingresso pode ter sido forçado – se manteve no Colégio por muito tempo. Assim, de alguma forma, o ensino profissional não foi de todo rechaçado pelas famílias pobres.

Ainda com todos os indícios de recusa ao recolhimento institucionalizado, a possibilidade de abrigo e educação teve sua importância. Afinal, não se pode deixar de destacar o caráter de antítese das instituições voltadas ao ensino profissional de crianças pobres. Ou seja, educar para uma “cidade moderna” pressupunha dar a ver (impor) regras de convivência e práticas aceitáveis coerentes com as estruturas de poder hegemônico. Mas a percepção do que era considerado lícito, o entendimento do que seria, para os dominantes, o comportamento ajustado dos pobres (antônimo dos comportamentos considerados desviantes) também fornecia argumentos para a oposição e brechas de resistência. Os pobres se apropriaram e usaram a seu favor – mesmo que em cenários pouco favoráveis – os códigos outorgados de uma cultura excludente, perpassada de privilégios de classe e segregação racial.

Nesse sentido, a recusa ao recolhimento evidencia uma resposta imediata às tentativas de controle e dominação das famílias pobres. A procura pelo Colégio, por sua vez, mostra a impossibilidade de petrificar a lógica teórico-disciplinar da educação profissional, racionalizada pelo poder público para adequar o trabalho infantil à utilidade moderna. Sem querer e querendo os meninos recolhidos e suas famílias tornaram a instituição polifônica e abriram veredas por onde escoavam os sentidos originais do ensino profissional. Entende-se que essas apropriações fazem parte daquilo que James Scott chamou de *infrapolítica dos oprimidos*. Ou seja, são formas discretas de lidar com a opressão, resistências quase sempre erguidas em caráter ambíguo (com força de reivindicação e ato de desobediência partilhada entre os pares ao mesmo tempo que se apresentava como pedido ou solicitação diante das autoridades constituídas e publicamente respeitadas), mas que concretizam – em discursos e ações pragmáticas – a cultura política dos grupos dominados, que tentaram minimizar e pulverizar os efeitos de sua expropriação.²⁴⁷

²⁴⁷ SCOTT, 2013.

Seria um tanto absurdo afirmar que algumas famílias procuraram internar seus filhos com o plano de fazer um uso “subversivo” do Colégio. Melhor dizendo, matricular os filhos com a intenção premeditada de aplicá-los em outras oficinas assim que soubessem manejar sumariamente algum ofício. Mas a experiência histórica demonstrou que a prática adquirida nas oficinas dos educandos, dentro de uma cidade que se industrializava lentamente, poderia trazer ganhos materiais e simbólicos.

A esperança de ascensão social também não pode ser desprezada. Um artífice não era algo vulgar em Fortaleza nesse período. Os dados estatísticos sobre o Ceará em meados dos oitocentos, ainda que imprecisos, evidenciam que grande parte das pessoas livres pobres não tinham qualquer qualificação profissional, quadro que demoraria muito tempo para ser alterado. Como se viu no capítulo anterior, já nas décadas finais do século XIX – mesmo com o crescimento de oficinas, pequenas manufaturas e a instalação das primeiras fábricas em Fortaleza – quase todos os trabalhadores, incluindo as crianças, eram empregados domésticos ou jornaleiros sem ofício definido. Assim, o Colégio de Educandos Artífices era uma das raras oportunidades de educação profissional na cidade, já que as oficinas caseiras existentes no período – nas quais meninos eram empregados através de contratos de soldada sem fiscalização – ofereciam poucas condições de aprendizado, pois as crianças acabavam virando ajudantes para todo tipo de serviço.

As anotações de Thomaz Pompeu de Souza Brasil no *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, publicadas em 1863, tornam viável uma aproximação com a dinâmica do trabalho e locais de emprego da mão de obra livre e escrava na Província. Mesmo com as limitações dos dados e a carência de informações censitárias mais confiáveis – que ele próprio esclareceu nos seus escritos – é possível ter um panorama geral da produção e do nível de qualificação dos trabalhadores cearenses. Ele utilizou os mapas de exportação e movimento portuário para sintetizar dados sobre a indústria fabril, apontando os principais artigos produzidos como couro, sola, carne charqueada, queijos, sabão, velas de carnaúba, calçados, chapéus de seda, obras de palha, tecidos grossos de algodão, redes, costuras e bordados e objetos diversos consumidos no mercado interno.²⁴⁸

Sobre os instrumentos utilizados na produção de artefatos, Thomaz Pompeu informou que quase tudo era feito manualmente, incluindo as costuras, já que apenas na Capital

²⁴⁸ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tipografia B. Matos, 1863, p. 410.

“se tem introduzido uma ou outra máquina de costura”. Além disso, a produção têxtil era toda originada de teares “movidos a braços de tecedeiras”. Não foi possível, à época, apresentar estatísticas acerca da divisão da população por profissões. Segundo presumiu, considerando a fábrica de curtume do Aracati, as fábricas de sabão de Fortaleza e as diversas oficinas (sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, pedreiros, oleiros) o número de operários estaria em torno de dez mil homens e de quarenta mil mulheres (entre costureiras, fiandeiras, tecedeiras etc.) em toda a província.

Os números apresentados por Thomaz Pompeu foram baseados em documentos e investigações que obteve no final da década de 1850, mesmo período de criação do Colégio de Educandos. Não há observações específicas sobre Fortaleza quanto ao número de oficinas e trabalhadores nelas empregados. Todavia, fica claro que o número de artífices era bem diminuto, especialmente entre os ofícios majoritariamente masculinos. Por esta razão, o Colégio foi pensado para suprir essa carência, preocupação expressa antes mesmo de se instalarem as oficinas, cuja pretensão era manufaturar os objetos de que a província precisasse para as obras públicas (art. 53 do Regulamento dos Educandos).

A partir do *Ensaio* de Thomaz Pompeu e dos relatórios dos presidentes de província sobre a necessidade de ampliar as obras públicas e as dificuldades de obter artefatos e engajar profissionais, sabe-se que artífices qualificados poderiam – dada a carência geral na província – obter ganhos maiores que a maioria dos trabalhadores manuais do período. Como se viu, o ferreiro Ehrich era sempre requisitado para as obras nos prédios públicos, tendo sido também contratado para fazer os portões do mercado em 1862, algumas pontes para riachos e, em 1865, as grades do passeio público.²⁴⁹ Em 1858, ele recebeu da tesouraria provincial o valor de 277\$920 réis por uma obra realizada no Colégio dos Educandos. Mesmo tendo em vista o custo da matéria-prima, a quantia não era irrisória, considerando que o vice-diretor dos educandos, que também ministrava as aulas de primeiras letras, recebia anualmente 700 mil réis.²⁵⁰ Não se trata aqui de tomar um único exemplo como regra, mas destacar as possibilidades de melhores salários entre os artífices.

Maia Neto, tratando das obras públicas de contenção das águas pluviais e das obras para viabilizar o abastecimento de água encanada em Fortaleza, analisou a carência de mão de

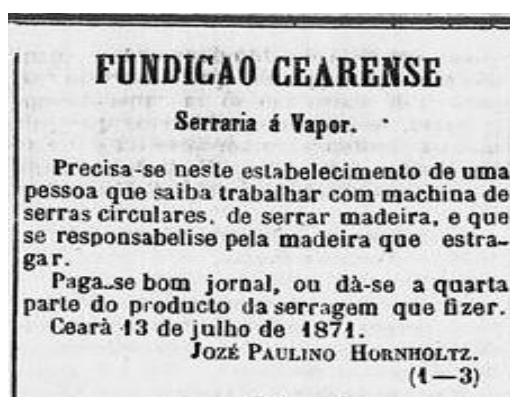
²⁴⁹ Cf.: **Cearense**, ed. 1466 de 1861 e ed. 1839 de 20 jun. 1865. As grades do Passeio Público foram orçadas em nove contos e quinhentos mil réis, sendo a metade do valor paga como adiantamento ao ferreiro. Houve atraso na obra. Em 1868, Henrique Ehrich também não tinha entregado a parte combinada do gradil do cemitério, razão pela qual a Província exigiu a rescisão do contrato e devolução do dinheiro. **Cearense**, ed. 2631, p. 1, 23 mai. 1868.

²⁵⁰ Expediente do dia 11 de setembro de 1858. **Pedro II**, ed. 1846, p. 2, 1858.

obra e os argumentos governamentais que promoviam a imigração de trabalhadores para agilizar a remodelação da cidade. Em 1857, para o calçamento do centro foram empregados mestres que vieram de Lisboa e calceteiros alemães, além de ter sido encomendada da firma de exportação Pacheco & Mendes a contratação de mestres carpinteiros vindos da Europa ou de outras províncias. Isso tinha um custo muito alto para os cofres da Província, que, além de trabalhadores, tinha de importar material para as obras. Não havia em Fortaleza, por exemplo, até o final da década de 1860 nenhuma fundição, sendo as estruturas de ferro de maior porte encomendadas do Rio de Janeiro ou de Pernambuco, o que onerava enormemente as obras públicas e inibia o consumo de muitos objetos atrelados à urbanidade. Segundo o autor, a Fundição Cearense a vapor, instalada em 1868, fornecia engenhos, grades, varandas, bombas e canos de ferro fundido, ampliando a oferta de artefatos com preços similares aos do comércio de Recife, mas sem os custos de transporte.²⁵¹

José Paulino Hoonholtz, um dos proprietários da Fundição Cearense, mandou publicar uma série de anúncios oferecendo seus serviços. Informava que sua indústria estava equipada de máquinas de toronar, aplainar, furar ferro e cortar madeira, havendo oficinas de fundição de ferro e bronze, onde trabalhavam ferreiros, serralheiros e modeladores, “os melhores oficiais que existem na província, debaixo da direção do sócio James Spears, que além de ser um perfeito maquinista trabalha com toda perfeição em moldes de madeira”.²⁵²

Anúncios de empregos demandando trabalhadores qualificados também circularam na imprensa local:



Fonte: **Cearense**, ed. 80, p.4, 14 jun. 1871.

²⁵¹ Maia Neto, 2015.

²⁵² Fundição Cearense a vapor. **Cearense**, ed. 153, p. 3, 14 jul. 1869.

Como se vê, a ideia era atrair trabalhadores já habituados com as máquinas a vapor. O anúncio indica que a produção aumentara (por isso, a procura de mais trabalhadores) ou que os operários já empregados na fundição não estavam em condições de assumir a vaga, principalmente porque seria descontado de seu ordenado o valor da matéria prima inutilizada. De toda forma, abria-se, na segunda metade do século XIX, uma relativa demanda por artífices, o que apontava para um processo de diversificação da mão de obra cearense.

O movimento de trabalhadores – incluindo a importação de mestres e oficiais de outras províncias e países –, a relativa melhora nas condições de vida e habitação dos artífices quando comparados aos demais trabalhadores urbanos, bem como os anúncios nos jornais contratando trabalhos em ferro, carpintaria ou toneis eram, por certo, conhecidos pela população de Fortaleza. Assim, numa época em que havia pouquíssimas chances de profissionalização e crescente demanda por ofícios específicos, o Colégio de Educandos Artífices se mostrou como uma possibilidade real de aprender e executar uma profissão que permitisse alguma melhoria no futuro. As ações populares em torno do recolhimento de crianças revelaram que a permanência dos meninos não se tratava de uma simples adesão ao projeto político de treinamento e subordinação dos trabalhadores, mas, ao seu modo, uma releitura da oferta provincial de profissionalização das camadas populares.

Os relatórios dos diretores também indicam a diversidade de usos do recolhimento por parte das famílias. Padre Braveza desejava que, a exemplo do que acontecia no Colégio de Artífices da Província do Maranhão – local que visitou e que tomou como modelo para sua gestão – a família que retirasse seu filho antes de terminar o aprendizado deveria pagar uma multa referente a cada ano que faltasse para a formação do educando. Sugeriu, mais de uma vez, que essa medida se tornasse uma lei provincial também no Ceará, o que nunca aconteceu. Queria tornar a multa obrigatória porque os familiares dos aprendizes, julgando que já sabiam os rudimentos do ofício, os retiravam para que começassem a trabalhar imediatamente, discordando do tempo de preparação estipulado pelo Colégio. Ou ainda, logo que conseguiam escrever qualquer coisa e aprendiam as operações aritméticas, eram arranjados em estabelecimentos comerciais de Fortaleza. No último semestre de 1863, três garotos saíram por se acharem prontos no ofício de alfaiataria, três assentaram praça e dois porque foram empregados como caixeiros.²⁵³ A sugestão do padre era que o Governo da Província engajassem os aprendizes ou os remetesse a empregos previamente estabelecidos quando tivessem

²⁵³ Relatório do Diretor Pe. Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p.13 [Anexos].

terminado sua formação. Todavia, ainda que com muitas dificuldades de dialogar com os gestores da instituição, muitas famílias inflexionaram os rumos do recolhimento, escolhendo o destino dos filhos e, quando possível, seus locais de trabalho.

4.2 Os aprendizes da Pátria: Recolhimento, recrutamento e captura de crianças no Ceará

Em outubro de 1876, o menino Avelino de Souza (12 anos) se apresentou sozinho à Companhia de Aprendizes Marinheiros pedindo alistamento. O Capitão do Porto José da Cunha enviou um ofício à Chefatura de Polícia da Capital, solicitando informações sobre o garoto, que afirmava não ter parentes vivos com os quais pudesse morar. Em resposta, o chefe de polícia em exercício, Júlio de Vasconcelos, confirmou as declarações de Avelino, “dando o mesmo menor como órfão, desvalido de toda e qualquer proteção”.²⁵⁴ Depois de exame médico, o menino foi considerado apto e ingressou na Companhia.

A história de Avelino Souza era completamente atípica para o período. Até a década de 1880, quando houve relativo aumento dos aprendizes apresentados voluntariamente por seus pais, a maioria dos meninos internados na CAM era proveniente de recrutamento, sendo encaminhada pelo Juizado de Órfãos ou capturada pela polícia. Não é possível dizer os motivos que levaram o garoto a pedir abrigo no quartel da Companhia. Provavelmente, a consulta ao chefe de polícia tinha o intuito de descobrir se o garoto era escravo fugido ou se tinha sido assoldado; pelo visto, não havia registro seu no Juizado de Órfãos e nenhuma denúncia que o incriminasse. Arrisca-se afirmar que Avelino corria algum perigo de morte, porque fez exatamente o contrário que muitos meninos de sua idade tentavam fazer – ficar longe da Armada. O ingresso na Companhia de Aprendizes Marinheiros se inscreve em campo de muita tensão, no qual muitos sujeitos legitimados ou não disputaram as crianças. Viu-se no capítulo anterior que os juizes de órfãos, por diversos momentos, utilizavam os meninos “desvalidos” para atender favores particulares, articulando contratos de soldada de acordo com suas conveniências. Por essa razão, contrariando as recomendações da Marinha, poucos foram os aprendizes que seguiram fielmente o protocolo de ingresso.

O art. 10º do decreto 1.517 de 1855 estabelecia que os aprendizes seriam “voluntários ou contratados a prêmio” ou “órfãos e desvalidos que forem remetidos pelas autoridades competentes”. No artigo seguinte da mesma lei, ficava determinado que o contrato de alistamento seria assinado pelos pais, tutores ou “quem suas vezes o fizer”. As únicas exigências de ingresso era ter entre 10 e 17 anos e passar por exame físico que comprovasse a

²⁵⁴ Ofício - Capitania do Porto. **Constituição**, ed. 146, p. 2, 24 dez. 1876.

aptidão para a vida no mar. Há inclusive uma ressalva no art. 9º que admitia o alistamento de meninos menores de 10 anos de idade se tivessem “suficiente desenvolvimento físico para começar o aprendizado”.²⁵⁵ Voluntários ou órfãos deveriam ser enviados pelos juízes de órfãos ou pelo presidente da província, que remeteriam ao Capitão do Porto um ofício requerendo a admissão dos aprendizes. Em seguida, o capitão precisaria responder ao ofício declarando o alistamento do aprendiz ou os motivos da dispensa, que geralmente tratava da condição física ou estado de saúde da criança. Teoricamente, os aprendizes levariam o ofício, no qual era informado a filiação, a naturalidade, a idade e a condição de ingresso (voluntário ou órfão) para, depois, o capitão do porto providenciar a declaração de alistamento assinada pelo responsável. Mas nem sempre acontecia assim.

No relatório apresentado em 1869 à Presidência da Província sobre o movimento da Companhia, o capitão do porto Achilles Lacombe justificava o número reduzido de aprendizes – apenas 93 das 200 vagas disponíveis. Segundo o capitão, era quase nulo o número de voluntários e as autoridades tratavam com descaso as repetidas ordens imperiais de enviar meninos desamparados à Companhia.²⁵⁶ No ano seguinte, 1870, foi endereçada uma circular a todos os chefes de polícia, juízes municipais e de órfãos de todas as comarcas cearenses repassando a admoestação do Ministro da Marinha sobre a necessidade de completar o número de aprendizes na Companhia de Fortaleza. Recomendava-se “empregar, de preferência, a persuasão para a consecução do fim designado”. Mas admitindo as dificuldades de alistamento, ordenava remeter “todos os menores abandonados ou perdidos, no mais curto prazo que lhe for possível, que existam em seus termos ou distritos e ainda mesmo aqueles que não o sendo, seus pais mais pobres e desvalidos queiram admiti-los”.²⁵⁷

Ao que parece, o exercício da persuasão, se existiu, não surtiu grandes efeitos. A forma despótica como alistavam meninos para Companhia extrapolava os limites da Província e se repetia em muitas outras cidades brasileiras. Em julho de 1871, uma sessão do Senado tinha como pauta um projeto de lei que fixava a ampliação da força naval para os anos seguintes. Partes do debate que se seguiu com a presença do Ministro da Marinha foram publicadas no jornal *Cearense*, destacando a fala do senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil que indagava diretamente ao Ministro acerca do recrutamento de garotos para a Companhia. Dizia ele:

²⁵⁵ Decreto 1.517 de 4 de janeiro de 1855 - Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 10, Vol. 1 pt. II.

²⁵⁶ Relatório do Capitão do Porto Achilles Lacombe. In: Relatório do Presidente da Província do Ceará João Antônio Freitas Henrique. Fortaleza: Tipografia Constituição, 1869 - Anexos.

²⁵⁷ Expediente do dia 22 de julho. **Pedro II**, ed.146, p. 1, 9 jul.1870.

Tem-se criado por todas as províncias companhias de aprendizes marítimos como viveiros para batalhões navais e imperiais marinheiros. Não contesto a autoridade do meio; mas lembrarei a S. Exc. que para se conseguir o fim militar não se deve prejudicar o fim moral. (...)

Tenho visto em minha província mais de uma vez arrancar-se de uma pobre mãe de família uma criança a pretexto de mandá-la para o depósito de aprendizes navais. Estou certo de que não são estas as intenções do governo e da lei; mas este facto se tem reproduzido por vezes e contraria o fim da nossa legislação civil, que não deve ser sacrificado a interesse militar.²⁵⁸

A fala do Senador Pompeu tentava mostrar que a criação de um “depósito” de meninos para a Marinha era, naquele momento, mais prejudicial do que patriótico. Como fez questão de explicar ao ministro, Thomaz Pompeu não era contra a implantação das Companhias, mas recomendava cautela quanto à forma de aquisição dos aprendizes marinheiros. Isso porque havia uma semelhança muito grande entre o recrutamento para o serviço militar e o alistamento de meninos para a CAM, tanto na forma quanto no objetivo da ação. Seu discurso continha certo ranço com a ideia de recrutamento, dissabor compartilhado por muitos no Ceará. Pouco tempo se tinha passado desde o final da Guerra do Paraguai, momento em que o recrutamento militar foi exercido com grande arbitrariedade, afetando principalmente as famílias mais pobres do Império.²⁵⁹

O recurso do recrutamento não fora utilizado somente como provimento de homens para a guerra. Existe uma longa trajetória de abusos com relação ao alistamento forçado que se processou ao longo do século XIX. Tyrone Cândido destacou a força disciplinar do recrutamento para conter revoltas populares ou como mecanismo de punição usado para restaurar a ordem pública depois de eventos de insubordinação do povo. As arbitrariedades cometidas pelo poder público na ação de recrutar espalhavam medo na população ao passo que motivavam ainda mais as fugas e resistências. Por essa razão, os tempos de recrutamento foram marcados por grande repressão estatal, provocando um sentimento de insegurança difuso nas camadas populares – principalmente porque se misturava ao ambiente de intrigas pessoais e partidárias, que marcava a política local.²⁶⁰

Uma associação direta entre o recrutamento militar e o recolhimento de aprendizes marinheiros foi facilmente construída pela população, que não estava, necessariamente,

²⁵⁸ Senado. **Cearense**, ed. 130, p.2, 10 nov. 1871.

²⁵⁹ Sobre as tensões do recrutamento militar no Ceará, ver também: RAMOS, Xislei Araújo. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

²⁶⁰ CANDIDO, Tyrone. Tempos de recrutamento: Controle social e revoltas sertanejas no Ceará do século XIX. In: CANDIDO, T. e NEVES, F. (Orgs). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

equivocada. A internação de garotos sob responsabilidade da Capitania dos Portos ou dos Arsenais de Guerra visava o crescimento da Armada. Era, pois, um plano de recrutamento a longo prazo. Diante disso, não era irrelevante a dificuldade das famílias pobres de se entenderem com as instituições militares, mesmo as de educação profissional.

A insistência com que a Marinha e o Governo Provincial tratavam da aquisição de meninos para compor a Companhia de Aprendizes deixa entrever o tamanho da rejeição das famílias pobres em entregar seus filhos aos cuidados da Capitania. Isso se deveu, em grande medida, em decorrência das formas de recolhimento. Já se destacou outrora o problema da separação da família, tendo em vista que, obrigatoriamente, os garotos seriam encaminhados à Corte quando fossem julgados prontos (conforme artigo 13 do decreto 1.517/1855). Mas, de certo, a compulsoriedade do internamento, muitas vezes e por muitas vozes registrada no Ceará, era fator predominante para o número diminuto de meninos na CAM. O Senador Pompeu não exagerou quando disse que crianças eram arrancadas de suas mães para o recolhimento naval.

Como indício das práticas ilícitas de juízes e chefes de polícia no recrutamento de aprendizes, vê-se uma enxurrada de pedidos de “soltura” requeridos à Presidência da Província. Em agosto de 1870, Maria Bernadina do Livramento se queixava do juiz substituto de Granja por ter “se apossado de seu filho menor e mandado sentar praça na companhia de marinheiros”.²⁶¹ Uma semana depois, Antônio Marinho da Silva requereu a soltura de seu filho menor Antônio Manoel da Silva que se achava na Companhia.²⁶² O mesmo ocorreu com Manoel Pereira da Silva, morador da capital, que pedia a liberação de seu filho Manoel por ter sido preso e levado à Companhia.²⁶³ Maria Luiza da Conceição, moradora do Termo do Ipú, tentava reaver seu neto Pedro Antônio de Souza, que fora levado três meses antes de seu requerimento à Companhia de Aprendizes Marinheiros.²⁶⁴ Seria impossível listar aqui todos os pedidos de escusa das crianças, mesmo quando se alegava terem sido capturados por pessoas sem autorização para isso. De todos os casos mencionados acima, registrados em um curto período de três meses, somente foi deferido o pedido de Antônio Marinho. Por certo, o suplicante provou ser mesmo o pai de Antônio Manoel, que só poderia ter sido aceito como aprendiz se apresentado pelo próprio pai. Bernadina não tinha o pátrio poder sobre seu filho e, pelo visto, seu pedido não tinha respaldo legal. Assim, não conseguiu levar o menino de volta à cidade de Granja. Além disso, seu requerimento era também uma denúncia contra o juiz,

²⁶¹ Presidência da Província - Expediente do dia 29 de julho. **Pedro II**, ed. 172, Fortaleza, p. 1, 18 ago1870.

²⁶² Presidência da Província - Expediente do dia 10 de agosto. **Pedro II**, ed. 178, Fortaleza, p.1, 25 ago1870.

²⁶³ Presidência da Província - Expediente do dia 20 de agosto. **Pedro II**, ed.185, Fortaleza, p.1, 2 set1870.

²⁶⁴ Presidência da Província - Expediente do dia 31 de outubro. **Pedro II**, ed. 217, Fortaleza, p. 2, 18 nov. 1870.

mostrando que no trabalho de resgatar seu filho, a mulher enfrentara as autoridades constituídas. Nessa relação de forças, mulheres pobres sem marido eram, inegavelmente, muito impotentes nos assuntos jurídicos. No despacho de Manoel Pereira da Silva ficava ordenado que ele provasse quem prendeu seu filho. Em outra tentativa, o pedido de Manoel foi novamente indeferido. A avó de Pedro também não teve êxito no resgate do neto. Por toda a província esses casos se repetiram por décadas, adentrando o período republicano, quando deveria vigorar, salvo poucas exceções, o alistamento voluntário.

Depois de insistentes tentativas de retirar os meninos internados na Companhia e uma notável sequência de denúncias nos jornais, a Presidência da Província passou a exigir mais cuidado com o recrutamento, cobrando dos juízes de órfãos das comarcas do interior maior atenção aos critérios de admissão dos aprendizes. Em circular datada de outubro de 1874, o presidente Heráclito Graça ordenava que para “o serviço da Companhia de aprendizes só remetam órfãos desvalidos de sua jurisdição ou menores apresentados pelos pais, não sendo lícito recrutar outros menores”.²⁶⁵ Este último comunicado tentava amenizar os efeitos da circular de 1870, que exigiu urgência no envio de crianças para a CAM. Naquele momento, muitos juízes responderam positivamente à convocação, tal como Vicente Aires de Paula Pessoa, juiz municipal e de órfãos de Sobral, que prometia usar todas as suas “forças para obter maior número de órfãos a serem destinados a Capital”.²⁶⁶

Não é difícil constatar que as forças dos juízes do interior da província estiveram carregadas de violência e pouco diálogo com as famílias pobres, especialmente aquelas chefiadas por mulheres. Décadas depois de aberta a Companhia no Ceará, a repulsa dos pais e tutores ao recolhimento infantil naquela instituição ainda era reclamada pelos oficiais da Marinha como um obstáculo ao crescimento da Armada profissional. A violência na aquisição dos aprendizes caracterizou o ingresso nas Companhias em todas as províncias em que foram instaladas.

Em Pernambuco, onde a companhia surgiu em 1857 abrigada no Arsenal da Marinha, grande parte dos aprendizes provinha do asilo de órfãos e da Santa Casa de Misericórdia, sendo transferida até para aliviar o número de meninos abrigados pelas instituições de caridade. Tais crianças, apareciam nos quadros de ingresso como voluntários, dando a falsa impressão de que não havia tanta resistência popular ao recolhimento no Arsenal.

²⁶⁵ Circular nº 5. **Constituição**, ed. 141, p.1, 30 out. 1874.

²⁶⁶ Ofício. **Pedro II**, ed. 149, p.2, 13 jul.1870.

Em estudo sobre o recrutamento de aprendizes marinheiros em Recife, Wandoberto da Silva fez notar a grande aversão dos pais em internar seus filhos na Companhia, especialmente porque os marinheiros tinham fama de criminosos, sendo inúmeras as prisões por desordens. Em momentos de maior circulação de moleques nas ruas e praças, o recrutamento também foi usado para inibir a atuação das crianças no espaço urbano. Segundo o autor, os que realmente se voluntariavam, formando parte considerável de aprendizes marinheiros na província de Pernambuco, eram alguns meninos escravos, que tentavam fugir do cativo, e muitos libertos, que buscavam brechas de ascensão social.²⁶⁷

Via de regra, a Marinha preferia meninos pobres que pudessem suportar o treinamento pesado e que não tivessem muitas possibilidades de recorrer a seus familiares. Exatamente por isso incomodava tanto o fato de não haver grande demanda pelo ensino profissional da Armada. No intuito de promover uma imagem mais acolhedora das Companhias de Aprendizes Marinheiros, Pereira Franco, Ministro dos Negócios da Marinha, enviou, em outubro de 1875, uma nova circular aos presidentes de província, recomendando ampla divulgação nos jornais e através de editais afixados nas portas das igrejas “das vantagens e favores que a lei concede aos menores antes e depois de concluída a aprendizagem”. Segundo o Ministro, era o desconhecimento dessas vantagens que gerava a “repugnância da população em destinar seus filhos à vida no mar”. Selecionou, então, uma lista de decretos sobre os benefícios assegurados aos aprendizes marinheiros, que foi prontamente divulgada em vários jornais de Fortaleza.²⁶⁸ O quadro a seguir, construído a partir das leis elencadas pelo Ministro Luiz Antônio Pereira Franco, sintetiza as “benesses” que a Marinha queria popularizar para atrair aprendizes:

Tabela 5 - Direitos dos Aprendizes Marinheiros

LEI	DIREITO
Art. 29, decreto 411/1845	Após 7 anos de serviço como marinheiro, licença de três anos para navegar em navios mercantes. Após 10 anos de serviço, permissão para pedir baixa. Após 16 anos de serviço, direito à reforma e pensão de 50% do soldo.
Art. 17, decreto 1517/1855	Aprender a ler, escrever, contar, riscar mapas e doutrina cristã.
Art. 19, decreto 1591/1855	Prêmio de cem mil réis aos pais ou tutores que entregarem voluntariamente seus filhos à Companhia.
Art. 1, decreto 5850/1875	Depósito de 1/3 do pecúlio mensal a ser resgatado quando terminar o aprendizado, exceto em caso de deserção.

Fonte: **Constituição**, 4 nov. 1875.

²⁶⁷ SILVA, Wandoberto. **Guerreiros do Mar: recrutamento e resistências de crianças em Pernambuco (1857 – 1870)**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

²⁶⁸ Ministério da Marinha. **A Constituição**, ed. 137, p.1, 4 nov. 1875.

A circular de Pereira Franco era, na verdade, uma tentativa de simplificar o problema. Acusar o povo de ignorância era um recurso usual para não admitir as falhas do próprio governo no ordenamento da população civil. A animosidade das famílias pobres com relação à Companhia, em nenhum momento pôde ser explicado pela falta de conhecimento da legislação. A historiografia brasileira tem produzido diversas análises em que a atuação popular por via legal e jurídica demonstrou imenso esforço por fazer valer direitos adquiridos e pouco anunciados aos pobres.²⁶⁹ No caso específico do recrutamento para CAM, sabia-se que filho único de viúva estava isento de prestar serviço militar. Mas mesmo assegurada por lei, essa condição foi repetidamente desrespeitada. Mulheres como Maria Joana tinham grande trabalho para fazer valer as regras de isenção. Em 1872, Joana foi ao Gabinete Provincial para requerer a liberação de seu filho João Pereira, sob alegação de que era viúva e a criança era a única do sexo masculino entre seus filhos. Teve de provar que falava a verdade. Não se sabe quais recursos foram utilizados por ela para comprovar suas afirmações. Mas dias depois, seu pedido foi deferido e a viúva teve o filho de volta.²⁷⁰ Contudo, muitas outras mães simplesmente tiveram que conviver com a angústia de não poder ver mais o filho.

O prêmio em dinheiro que o Ministro anunciava como incentivo ao alistamento voluntário na Companhia era bem conhecido pelas famílias. Mas a efetivação do pagamento não era tão simples. Como se viu, pais, tutores ou outros responsáveis legais poderiam apresentar seus meninos. É provável que o voluntariado em troca do prêmio acontecesse em momentos de grande penúria das famílias, que além dos cem mil réis prometidos, buscavam garantir comida e abrigo para as crianças. Mas o dinheiro demorava a chegar e, não poucas vezes, jamais foi pago.

Em 1872, Clara Delfina do Amor Divino requereu ao Presidente da Província o prêmio por ter confiado seu filho de criação, Gustavo dos Anjos, ao Capitão do Porto. Seu pedido foi indeferido e dizia que ela não tinha o direito. Semanas depois, Delfina voltou a cobrar o pagamento, que mais uma vez foi negado. Na semana seguinte, ela solicitou por novo requerimento a escusa de seu filho que se achava na Companhia. Pedido indeferido.²⁷¹ O caso

²⁶⁹ São estudos acerca das lutas de grupos dominados no campo jurídico: MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; GRINBERG, Keila. **Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 22, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2003; PAPALI, Maria Aparecida. **A legislação de 1890, mães solteiras pobres e o trabalho infantil. Projeto História**. São Paulo, n.39, p. 209-216, jul./dez. 2009.

²⁷⁰ Governo da Província. **A Constituição**, ed. 121, p.1, 5 jul. 1872 e Governo da Província. **A Constituição**, ed. 123, p.1, 7 jul. 1872.

²⁷¹ Governo da Província. **A Constituição**, ed. 62, p.1, 3 abril 1872.

de Clara Delfina não era exceção. Muitos foram os pedidos de pais, mães, avós e tutores para receber o prêmio prometido. Na maioria dos casos, as mesmas pessoas que entregaram os meninos receberam como resposta que não tinham direito de resgatar o dinheiro. Provavelmente isso ocorria porque os familiares não conseguiam comprovar o grau de parentesco com os garotos ou porque os mesmos elos familiares não eram reconhecidos pelo poder público, como no caso da “mãe de criação”. O entendimento era que, se o menino não tinha pai legitimamente comprovado, era órfão. Sendo órfão e desvalido o Estado poderia tutelá-lo; logo, poderia ser recolhido na Companhia por falta de responsável legal que de sua educação tratasse.

Como os requerimentos dos prêmios eram bem constantes entre os despachos do gabinete provincial, é fácil deduzir que havia uma insatisfação generalizada a esse respeito. Mesmo aqueles que tiveram seus pedidos deferidos e a ordem de pagamento publicada, gastaram tempo tentando provar qualquer coisa sobre seu direito de receber. Se na entrega do filho, assinava-se o termo do recolhimento, tendo preenchido as informações sobre filiação, lugar e data do nascimento, qual o motivo do atraso ou negação do pagamento? A demora e a expectativa de receber o valor deveriam gerar muitas frustrações e, conseqüentemente, falatórios contra os agentes do governo. Entre a lei e o direito efetivo havia um longo caminho, o que contribuía ainda mais para o distanciamento que os órfãos pobres tentavam manter da Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Os rumores, as imagens amiúde da captura de meninos e o próprio medo socialmente construído de ser recrutado à força compuseram uma memória pouco lisonjeira do recolhimento de aprendizes marinheiros, que perdurou longos tempos em Fortaleza, mesmo depois que as Companhias foram remodeladas e passaram a ser Escolas de Aprendizes Marinheiros.²⁷²

No comecinho do século XX, Gustavo Barroso morava bem perto da Escola, situada nesse tempo na rua da Praia (Avenida Pessoa Anta). Convivera com aprendizes e oficiais da Marinha e admirava as cerimônias de formatura. Em seu livro de memórias *Liceu do Ceará*, Barroso contou que ele e seu amigo Maximino – “menino endemoninhado”, “valente e desabusado” – tiveram a ideia de fundar no quintal da sua casa uma escola de aprendizes

²⁷² Segundo Raul Barreto Neto, foi somente na década de 1930 que ocorreu mudanças mais significativas na política de ingresso na Escolas de Aprendizes Marinheiros. Estudando essa instituição na Bahia, notou que o número de aprendizes enviados pela Polícia foi gradativamente diminuindo nos anos 1930. Contudo, considera que isso não representou o desaparecimento da entrada involuntária de garotos na Marinha. O Juizado de Menores atuou no envio, ainda que reduzido, de meninos infratores para a Escola durante esse período. Cf.: BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de Primeira Viagem**: Os Aprendizes Marinheiros da Bahia (1910 – 1945). 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

marinheiros. Providenciaram fardas, armas de brinquedo e uma corneta. Os amigos mais próximos faziam as vezes de oficiais e meninos pequenos eram os aprendizes. No final da tarde, os batalhões da tal escola saíam às ruas à procura de mais garotos, “recrutando os moleques pelas esquinas, que eram metidos no xadrez. Se reagiam, entravam na palmatória e na solitária”.²⁷³

A brincadeira de Gustavo Barroso fornece um indício de como era representado, na passagem do século XIX para o XX, o ingresso no ensino profissional da Marinha. A força dessa imagem era tão expressiva que mesmo anos depois – quando Barroso escreveu suas memórias e era, então, um dos grandes conhecedores da história militar do Brasil – manteve essa narrativa. A caça de meninos pelas ruas, o alistamento concebido como prisão e os castigos que rebatiam às tentativas de resistência correspondem ao imaginário popular que se formou com sucessivos relatos sobre a arbitrariedade do recolhimento compulsório de meninos pobres.

Mesmo com as medidas para tornar mais branda a entrada na CAM, nas quais se nota alguma diligência em legalizar o recrutamento e conscientizar a população dos supostos proveitos da educação profissional militarizada da Armada, o uso da violência como exercício de poder do aparato policial causava muito mais impacto nas camadas populares. A narrativa abaixo elucida bem o jeito nada autorizado de arregimentar aprendizes marinheiros:

Domingo pela manhã deu-se um espetáculo revoltante no mercado público desta capital. O Sr. delegado de polícia, de ordem não sabemos de quem, mandou fechar os dois portões do mercado e procedeu a uma bárbara caçada de crianças para a companhia de aprendizes marinheiros. Foi uma cena desoladora. Os gritos das pobres crianças, misturavam-se com os brados de pega-pega dos ferozes cossacos. Foi horrível a confusão. Terminada a caçada, tinham sido apreendidos 15 meninos que foram enviados para a companhia, os quais, nos consta, depois foram postos em liberdade.²⁷⁴

O caso relatado ocorreu em maio de 1877 e foi transformado em prática habitual nos anos seguintes, especialmente por conta da quantidade de meninos desabrigados que a seca empurrou para Fortaleza. José Weyne Souza estudou as políticas públicas de controle da vadiagem no conturbado período da grande seca (1877-79). Para o autor, as crianças que migraram para a cidade vindas das mais variadas partes da província e se acumularam nos abarracamentos construíram no espaço urbano uma relação diferente daquela que crianças pobres nascidas em Fortaleza tinham com a cidade. Os retirantes foram logo identificados como

²⁷³ BARROSO, Gustavo. Liceu do Ceará. In: **Memórias de Gustavo Barroso**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 212

²⁷⁴ Recrutamento de crianças. **Cearense**, ed. 44, p.3, 24 mai. 1877.

“meninos de rua”. Tais crianças teriam experimentado maior exclusão, já que desterritorializadas, permaneceram em contato direto com toda sorte de infratores, ladrões, estupradores e desordeiros em geral. Na tentativa de conter os crimes e resguardar as propriedades, o governo utilizou de pronto a Companhia de Aprendizes para retirar das ruas meninos considerados perigosos e vagabundos. Nesse contexto, a polícia operou como principal agente do recrutamento, efetuando elevado número de prisões de garotos que perambulavam pelas ruas da capital.²⁷⁵

Souza ainda destacou a atuação dos “compra-chicos”, homens que desenvolveram uma rede de comércio com anuência do capitão do porto e da chefatura de polícia para capturar meninos para a CAM, prometendo aos pais o prêmio destinado aos voluntários. Obviamente, o prêmio jamais era repassado. Mas poucos podiam reclamar porque muitas famílias pobres acolheram as crianças flageladas a fim de se servirem de sua mão de obra nas mais variadas tarefas. Essas eram os principais alvos dos “compra-chicos” que, habitando também os areais, conheciam a vulnerabilidade das famílias e a ilegitimidade das tutelas – por assim dizer – sobre os órfãos que a seca deixara nos arrabaldes de Fortaleza.

Mais do que as campanhas, as promessas de prêmio e a atuação do juizado de órfãos, foram os efeitos das migrações de retirantes que abasteceram a Companhia de meninos para a Marinha. Isso não quer dizer que houve uma relação automática entre seca e recolhimento, como se aumentando o número de órfãos imediatamente aumentava a preocupação em assisti-los. É preciso pensar nas interfaces conjecturais das políticas de contenção da vadiagem, na construção da infância “desvalida” e no longo processo de afirmação do trabalho infantil. A seca potencializou a urgência do recolhimento como combate à criminalidade, mas as estruturas de dominação e ordenação da infância pobre não foram geradas nos transtornos da calamidade; estavam em curso, demonstrando ações combinadas de exploração do trabalho das crianças. Em 1881, pela primeira vez, recusavam-se meninos como aprendizes marinheiros. O capitão do porto mandava avisar que “enquanto o efetivo da companhia for superior ao mercado em lei, só deverão ser alistados os menores cujos pais ou tutores dispensarem a gratificação”.²⁷⁶

Segundo os relatórios apresentados à Presidência da Província, não foi exatamente durante o período da seca que se verificou um aumento extraordinário de aprendizes

²⁷⁵ SOUZA, 2004.

²⁷⁶ Aprendizes marinheiros. **Pedro II**, ed. 85, p.2, 30 out. 1881.

marinheiros em Fortaleza. No começo de 1877, existiam 103 meninos recolhidos. Durante os anos de 1878 e 1879, mais de 60 meninos da Companhia do Ceará foram enviados para o Corpo de Marinheiros Imperiais, no Rio de Janeiro, permanecendo alistados pouco mais de 110. Assim, até 1880 o número de garotos concentrados na Capitania do Porto de Fortaleza não extrapolou a cota de 200 aprendizes. A questão virou realmente um problema quando, passado o tempo de estiagem, muitos órfãos ainda ficaram soltos na cidade. Essa gente incomodava não só pela presença física, mas pelo “desperdício” das benesses que seu emprego “útil” poderia gerar. A ação da polícia, então, se intensificou e, em 1881, havia na Companhia 215 aprendizes. Nesse mesmo ano, o Governo da Província conseguiu permissão junto ao Ministério da Marinha para elevar o número de aprendizes para 300.

Para justificar a necessidade de alistar maior número de meninos, o capitão do porto enviou ofício ao Ministério da Marinha relatando o estado de calamidade pública, fazendo notar que a maioria dos garotos internados era do interior. Para tanto, ele elaborou uma lista com o número de entrada, a procedência e algumas observações sobre 19 garotos entre os 33 capturados pela polícia em 1881. Três deles, um de 10 anos, natural de Camará, um de 16 anos, vindo de Sobral e outro de 14 anos, natural de Quixeramobim, foram apontados como delinquentes. O primeiro, tinha passado por diferentes casas, mas ninguém o quisera por seu mau comportamento. O garoto sobralense, segundo o capitão, era o “mais astucioso gatuno da Russega” (bando de meninos assaltantes que utilizavam uma russega como arma).²⁷⁷ O terceiro, cometia furtos e fora retido na cadeia, onde também estava um tio seu. Os outros 16 meninos mencionados, dormiam na praia, na estação do trem e muitos pernoitavam na cadeia porque ali estava algum parente próximo. Entre eles, um menino de 13 anos, nascido em Fortaleza, vivia na companhia de sua mãe, mendigando na calçada do 15º Batalhão, onde, às vezes, dormiam.²⁷⁸ As anotações sobre essas crianças dão a ver experiências latentes de abandono e exclusão agravadas pelas consequências da seca. Entretanto, a política do recrutamento forçado, como se tem observado até agora, não foi uma prática inaugurada para o controle dos retirantes. O

²⁷⁷ Rodolfo Teófilo mencionou o embate que se travou entre a Polícia e a Companhia da Russega em Fortaleza, destacando a atuação dos “audazes rapineiros” que furtavam tudo que encontravam nos quintais e nas lojas. Escreveu: “O que admira é que essa quadrilha era composta em sua totalidade de meninos de 7 a 12 anos. Chamavam-na Companhia da russega. A polícia os apossava, prendia-os, mas dias depois os punha em liberdade. Na rua as russegas continuavam os furtos”. TEÓFILO, Rodolfo. **História da Seca do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p. 354.

²⁷⁸ Relatório do Presidente da Província do Ceará André Augusto de Pádua Fleury. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881.

que ocorreu foi o uso ostensivo dos mecanismos de captura que desde 1870 eram utilizados para aquisição de aprendizes marinheiros.

Três elementos se combinaram para ampliar o juízo popular negativo que existia sobre a Companhia de Aprendizes: A cobrança do Governo Imperial em aumentar o contingente das Forças Armadas, a necessidade de conter as levas de crianças desamparadas e o desejo de poder dos delegados e guardas que efetuavam as prisões das crianças. Muitas vezes o recrutamento para Companhia foi usado como pretexto para a exibição de poder da polícia, tentando demarcar espaços de atuação e mandonismo. Em Acarape, um grupo de homens formado pelo suplente do delegado local, um inspetor de quartirão, dois oficiais de justiça e três praças do corpo de polícia prendeu 25 garotos que trabalhavam no comércio para serem remetidos à CAM, afirmando cumprir ordens da Presidência da Província. No final do dia, os pais e mães dos meninos reclamaram na delegacia. O mandante da captura, Emiliano Cavalcante, que substituíra o delegado, teria recebido individualmente cada pai para dizer: “eu mando soltar seu filho, só prendi para saberem que eu sou autoridade e posso mandar prender e açoitar a quem não submeter as minhas ordens”.²⁷⁹

Esse tipo de denúncia sobre abuso de poder das autoridades era bem frequente nos jornais do período. Em geral, eram registradas como correspondência de outras localidades ou como notícias diversas dos acontecimentos de Fortaleza. O relato acima foi publicado no jornal *Pedro II* com a assinatura de “O Observador”. Criar pseudônimos vagos, tais como “um cidadão”, “um amigo do povo”, era um recurso para evitar retaliações. A recorrência dessa prática indica o lugar da imprensa como porta-voz dessas queixas. Em trabalho sobre a atuação da polícia no Recife Imperial, Clarissa Maia analisou esse uso da imprensa como dispositivo de denúncia da população, que tentava expor, anonimamente, os desmandos do aparato policial. Para ela, além de ser uma medida de segurança, procurar os jornais para relatar os excessos das autoridades policiais evidenciava o descrédito da Justiça formal, principalmente entre os mais pobres. Esperava-se com isso formar uma opinião pública que pressionasse moralmente a hierarquia estatal, que, de alguma forma, tenderia a resolver o problema como demonstração de autoridade. As queixas nos jornais eram, portanto, entendidas como mais seguras e mais eficazes do que abrir um processo judicial.²⁸⁰

²⁷⁹ Autoridade desabusada. **Pedro II**, ed. 9, p.4, 30 jan. 1881.

²⁸⁰ MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (865-1915). 2011. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Entretanto, é preciso acrescentar que tais relatos eram selecionados pelos jornais e que essa seleção dependia das orientações políticas dos editores. Em 1880, por exemplo, o *Cearense* rebatia as críticas do *Gazeta do Norte* ao chefe de polícia de Fortaleza Gonçalo de Faro e ao seu sucessor Manoel de Souza Garcia, que atuaram no recolhimento de meninos para a CAM. Para o jornal *Cearense* – que em outros momentos noticiou as formas violentas usadas na captura de aprendizes marinheiros – o grupo do *Gazeta do Norte*, ao reclamar da truculência da chefatura de polícia com relação aos meninos, estava difamando injustamente aqueles senhores, que não deveriam ser censurados porque deram destino aos “tristes restos da calamidade que pesou sobre a província”.²⁸¹ O envolvimento dos jornais com as questões do recrutamento passava, claro, pelos interesses políticos e pelas relações partidárias com sujeitos e instituições que desejavam promover ou combater.

Nesse contexto de violência policial ordinariamente observada no recrutamento de aprendizes marinheiros, mais de uma vez verificou-se a intervenção pública do Ministro da Marinha para amenizar os abusos de autoridade empregados em nome da Companhia. Foi expedido um aviso ao Governo da Província e à Capitania do Porto, tratando do “modo inconveniente que é feito o alistamento dos menores”. O comunicado de abril de 1881 ordenava “não admitir menor algum sem consentimento dos pais ou tutores”.²⁸²

Depois disso, passados os piores tormentos, a província foi se reconfigurando e a multidão de flagelados – ainda que tenha permanecido como símbolo maior da seca – foi dispersada ou acomodada no crescimento marginal de Fortaleza de forma que a CAM voltou a ter dificuldades para completar seu efetivo de internos. No final de 1884, o capitão do porto expôs ao presidente da Província o movimento de entradas e saídas dos aprendizes marinheiros ao longo do ano.

²⁸¹ Aprendizes Marinheiros. *Cearense*, ed. 149, p.2, 28 nov. 1880.

²⁸² Companhia de Aprendizes Marinheiros. *Pedro II*, ed. 27, p.2, 3 abri. 1881.

Tabela 6 - Movimento da Companhia de Aprendizes Marinheiros (CE) em 1884.

Aprendizes existentes		105
	Voluntários sem prêmio	4
Tiveram Praça	Voluntários com prêmio	9
	Remetidos	11
	Desertaram	10
	Capturados	11
Aprendizes Marinheiros	Remetidos para corte	23
	Tiveram baixa	1
	Faleceram	2
	Readmitidos	1

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Ceará Benedito Otonni, 1885, p. 79.

Nota-se que o número de voluntários, no total de 13, até superou o número de meninos remetidos pela polícia ou pelo Juizado de Órfãos. Porém, em todo aquele ano o ingresso quase não supriu a quantidade de saídas, mesmo considerando a captura dos desertores. Os índices de fuga dialogavam bem com a arbitrariedade do alistamento e pareciam esvaziar o sentido primeiro da Companhia – preparar marinheiros disciplinados. Diversos estudos mencionam as dificuldades, sejam de logística e de finanças, sejam de treinamento e ordenamento de tropas que o Estado brasileiro enfrentou, precariamente por sinal, para compor o Exército e a Marinha no século XIX.²⁸³ O estímulo ao crescimento das Companhias de aprendizes marinheiros no país seria uma forma, a médio prazo, de sanar o problema das Forças Armadas, tentando ser – como mencionava o Senador Pompeu em 1871 – um viveiro de futuros homens do mar. Mas em todo o período de funcionamento da Companhia no Ceará (1865 – 1885), enquanto esteve ligada à Capitania do Porto, esse propósito ficou longe de ser alcançado.

Achiles Lacombe, Capitão do Porto e responsável pela Companhia entre 1867 e 1874, comentava em seus relatórios as falhas na aprendizagem dos meninos, já que não tinham nem navio e nem escaler para os exercícios náuticos. Os aprendizes, por essa razão, ficavam mais ocupados em rudimentos de outros ofícios (carpintaria, serralheria, tonelaria) do que na preparação adequada à carreira de marinheiro. Segundo Dolores Aquino, somente no final de

²⁸³ Ver: SALDANHA, Flávio Henrique Dias. “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”: o recrutamento militar no Brasil imperial. *Lócus* – Revista de História, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 175-201, 2010 e MENDES, Fábio Faria. Economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, n. 38, 1998.

1888, foi enviado ao Ceará um patacho – aparelho de força para içar pequenas embarcações – destinado ao treinamento marítimo.²⁸⁴ Ou seja, durante todo o período tratado por esta pesquisa, as aulas práticas a bordo de uma embarcação foram quase inexistentes, afora os trabalhos que os meninos da CAM desempenhavam no porto – descarregando navios ou ajudando em algum convés de vapores aportados em Fortaleza. Obviamente, não se tratava de uma vida tranquila, sem muito a fazer. Como se verá mais adiante, os aprendizes enfrentaram pesada rotina de trabalho e disciplina militar.

Embora as Companhias tenham sido reformuladas ainda durante o Império, pelo decreto 9.371 de 14 de fevereiro de 1885, mudanças mais notáveis se efetivaram no Ceará a partir do século XX, como a instalação do prédio situado no Jacarecanga em 1908 – onde funciona até hoje. Entretanto, essas mudanças começaram a se anunciar no início dos anos de 1880, quando representantes de altas patentes da Marinha defendiam posturas mais filantrópicas e científicas para o desenvolvimento e modernização das Forças Armadas no Brasil.

A *Revista Marítima Brasileira*, publicada pela primeira vez em 1881, demonstrava esse esforço de alterações internas e estruturais na Marinha, bem como preocupações de ordem técnica sobre os navios de guerra brasileiros e o aperfeiçoamento dos marinheiros. No texto de apresentação da Revista escrito pelo Capitão Sabino Eloy Pessoa, um dos diretores do periódico, vê-se a tentativa de demarcar para a Marinha um lugar de produção da ciência e do patriotismo. Ele terminou com uma convocação aos brasileiros: “Vinde pagar o tributo da inteligência e do espírito para que a Pátria se engrandeça e orgulhe-se de vos ter por filhos”.²⁸⁵ Essa pareceu ser a tônica dos artigos e relatórios de viagem de muitos comandantes que publicaram suas impressões na revista. Em síntese, defendiam que o voluntariado como consciência cívica só seria alcançado com a modernização da Marinha no que tange ao aparelhamento da esquadra e a formação da marujada.

Logo no primeiro número, lê-se um artigo sobre a importância das Companhias de Aprendizes Marinheiros que, em geral, se encontravam em mau estado. O Marechal Carneiro da Rocha listava as causas para a má formação dos aprendizes, que não eram “conhecedores da arte do marinheiro militar”. Para o marechal, os capitães do porto não tinham “vocaçãõ” para instruir os meninos e os professores de ensino básico eram mal remunerados, havendo, pois,

²⁸⁴ AQUINO, Dolores. **Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará: Resgate Histórico – criação e evolução.** Fortaleza: Editora Tipogresso, 2000, p. 29.

²⁸⁵ **Revista Marítima Brasileira**, nº 1, vol.1. Rio de Janeiro: Lombaerts e C, 1881, p. 8.

desleixo com a educação dos aprendizes. Outro aspecto mencionado foi o soldo dos marinheiros imperiais. Antes de reorganizar as Companhias, Rocha propunha que era preciso aumentar as garantias e remuneração do Corpo de Marinheiros Imperiais, já que serviria como atrativo para o alistamento. Considerava necessária também a aquisição de navios-escolas, com canhões modernos e uma formação menos vulgar para os aprendizes, que tinham “apenas o ensino dos rudimentos da língua portuguesa e das quatro operações aritméticas”.²⁸⁶

As propostas de Carneiro da Rocha faziam parte de uma série de debates e resoluções sobre as Companhias, que se transformaram em pauta do Conselho Naval na década de 1880. Nessa época, todas as dezoito Companhias de Aprendizes Marinheiros instaladas no Brasil passaram por auditoria, cuja finalidade era averiguar as escriturações da instituição – incluindo os mapas de desenvolvimento dos aprendizes –, o estado sanitário, as licitações e despesas com víveres e fardamento, bem como a frequência dos funcionários e oficiais admitidos na administração da instituição.²⁸⁷ As visitas às unidades culminaram em detalhado relatório apresentado pelo Conselho Naval ao Ministério da Marinha, que posteriormente resolveu extinguir oito Companhias, transformando as demais em Escolas de Aprendizes Marinheiros.²⁸⁸

O estudo apresentado pelo Conselho Naval em agosto de 1882 era composto por duas partes. A primeira, um diagnóstico das Companhias de Aprendizes, cujos apontamentos comprovaram o que muitos já haviam detectado – tais instituições não apresentavam o resultado esperado. A outra parte era um conjunto de sugestões que serviria de base para reorganização das Companhias e do Corpo de Imperiais Marinheiros. Destaca-se das considerações do Conselho Naval o registro da incompatibilidade entre as finalidades das Companhias e o recrutamento forçado. O relator do documento, Artur Silveira da Mota, fazia notar que o histórico de recrutamento no país, inutilizou outros tantos meios de atrair voluntários para o

²⁸⁶ ROCHA, Carneiro da. *Aprendizes Marinheiros*. **Revista Marítima Brasileira**, nº 1, v.1. Rio de Janeiro: Lombaerts e C, 1881, p. 286.

²⁸⁷ A comissão designada para a auditoria nas Companhias do Ceará, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará desempenhou suas atividades no segundo semestre de 1882, coordenada por Afonso Rocha – cirurgião-mor da Armada e por Henrique Mendes da Costa – escriturário da Controladoria da Marinha. Conforme: Relatório do Vice-Presidente da Província do Ceará Torquato Mendes Viana. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1882, p.13.

²⁸⁸ Pelo decreto 9.371 de 14 de fevereiro de 1885 as Escolas de Aprendizes Marinheiros ficaram distribuídas da seguinte forma: Nº 1 Amazonas e Pará (com sede em Belém), nº 2 Maranhão (com sede em São Luiz), nº 3 Piauí (com sede em Teresina), nº 4 Ceará (com sede em Fortaleza), nº 5 Paraíba e Rio Grande do Norte (com sede em Paraíba), nº 6 Pernambuco e Alagoas (com sede em Recife), nº 7 Bahia, Sergipe e Espírito Santo (sede em Salvador), nº 8 Município Neutro, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (sede na Corte), nº 9 Paraná (sede em Paranaguá), nº 10 Santa Catarina (sede em Desterro), nº 11 Rio Grande do Sul (sede em Rio Grande), nº 12 Goiás e Mato Grosso (sede em Ladario). Ver: Companhia de Aprendizes Marinheiros. **Cearense**, ed. 42, p. 2, 15 mar. 1885.

engajamento na Armada. Segundo ele, entre 1836 e 1882 só sentaram praça de forma realmente voluntária 285 imperiais marinheiros e o número ínfimo de 148 completou o tempo de serviço necessário para chegar à reforma.²⁸⁹

Outro aspecto que ganhou notoriedade no relatório foi quanto ao tempo de permanência na Companhia, fator que tornava onerosa a preparação de marinheiros e que, com base na sistematização de custos efetivos, fora considerado contraproducente. Em média, um aprendiz passava seis anos internado para depois ser encaminhado ao Corpo de Imperiais Marinheiros, onde continuaria o aprendizado como grumete por quase três anos até ser admitido como marinheiro. O problema era que poucos chegavam a concluir o processo. Calculava-se uma média de três contos de réis gastos por aprendiz durante seu tempo de recolhimento na Companhia, no caso de entrar com 10 anos e sair com 17 para o Corpo. As baixas por morte, problemas de saúde e deserção eram tão altas que, segundo apontava o relatório, o dinheiro empregado com os aprendizes acabava sendo inútil, já que não se convertia em braços para a Armada. Diante disso, o Conselho Naval explicava que a admissão de crianças muito pequenas – muitos com oito anos de idade – era inapropriada para a realidade brasileira. Além disso, argumentava que meninos maiores seriam mais desapegados às suas famílias, e os pais e mães teriam menos resistência em aceitar os termos do alistamento voluntário.

No mesmo documento, uma análise de custo-benefício apontava que o alistamento na “tenra infância”, além de muito caro, era notadamente desnecessário já que os aprendizes, apesar do longo tempo de internamento, quase nenhuma instrução naval recebiam, existindo garotos que passavam anos na Companhia sem nunca ter navegado em embarcação alguma. Ademais, uma parcela muito grande de grumetes do Corpo de Imperiais Marinheiros que havia passado pelas Companhias era analfabeta. Dessa forma, o Conselho considerava que em um período mais curto podiam-se alcançar maiores resultados. A conclusão do relatório foi que “as Companhias de aprendizes, da forma que se acha[vam] montadas, [tinham] mais caráter de asilo de menores desvalidos que de escolas de ensino profissional da Marinha”.²⁹⁰

A ponderação do Conselho Naval sobre mudar o estilo de recolhimento das Companhias indica um percurso de modificações nos discursos e teorias sobre a infância e sobre a própria configuração da Marinha, que não significava, necessariamente, uma contradição de ideias. Ainda se mantinha muito incólume o discurso de profilaxia social a partir do treinamento

²⁸⁹ CONSELHO NAVAL. Corpo de Imperiais e Companhia de Aprendizes – Consulta nº 4642. **Revista Marítima Brasileira**, Ano 2, v. 3. Rio de Janeiro: Lombaerts e C., 1882, p. 582.

²⁹⁰ *Idem*, p. 588

militar e recolhimento dos meninos. Mas, entre a década de 1860 e os anos finais do Império – especialmente no momento em que se discutiam alterações na legislação sobre as formas de recrutamento para o serviço militar – o recolhimento de aprendizes marinheiros passou a ter outras finalidades.²⁹¹ O discurso sobre dar atenção aos “desvalidos”, sobre abrigar meninos pequenos e separá-los de suas famílias para melhor aproveitá-los foi sendo transformado pela necessidade de conferir à Marinha maior destaque nos rumos políticos do país. Isso porque, as Forças Armadas reivindicavam para si – especialmente depois da Guerra do Paraguai – o importante papel de afirmação e defesa da supremacia nacional. Baseando-se na estrutura e ampliação do Exército e da Marinha em diferentes potências europeias do período – relatos de visitas técnicas, consultas, estudos sobre navios e produções científicas de outros países abundaram nos números da *Revista Marítima* – defendeu-se, cada vez mais, o aquartelamento, a disciplina e o melhoramento físico e intelectual dos marinheiros. Nos anos finais do Império, as ideias filantrópicas e científicas compartilhadas por uma parcela do almirantado também contribuíram para fomentar o argumento de que era preciso perder a cara de abrigo de “desvalidos” e promover a otimização do treinamento, com crianças consideradas mais capazes. Nessa perspectiva, era preciso escolher melhor e não abarcar todo mundo, conforme as sugestões do Conselho Naval.

Na metade do século, a ampliação das Companhias era uma estratégia de fazer aumentar, a qualquer custo, a quantidade de homens do mar. Dizia-se salvar a infância do crime e da miséria pelo mãos do Estado. Na década de 1880, contudo, o discurso de redenção da infância sofreu sutil deslocamento. A infância foi “selecionada”, os critérios de admissão se tornaram mais rígidos e um número maior de garotos passou a ser “descartado”. Quanto a procedência, não se viu como um problema um histórico de delitos ou algum desentendimento dos meninos com a polícia. A ideia era corrigir os escolhidos. Se houve, pois, mudanças no ingresso para atender aos requisitos da Marinha de Guerra, os castigos corporais, as

²⁹¹ Em 1874, o decreto 2.556 instituiu o sorteio de cidadãos para o serviço militar. No ano seguinte, outro decreto (5881 de 27 de fevereiro de 1875) reafirmava o recrutamento a partir do sorteio, detalhando os casos isentos. Contudo, de acordo com Celso Castro essa lei não foi aplicada em decorrência da forte resistência civil à sua execução, além da falta de burocracia para realizar o alistamento nesses moldes. A discussão retornou mais forte no início do século XX, quando novamente foi proposto o sorteio militar para compor o Exército e a Marinha. Em 1908, depois de longas campanhas contra e a favor, a lei do sorteio militar foi aprovada, mas não se efetivou. A principal oposição organizada ao sorteio partiu da Federação Operária no Rio de Janeiro. Somente em 1916 é que foi realizado o primeiro sorteio, mas a impossibilidade de achar e punir os sorteados que não apareciam tornou a frequência dos sorteios bem problemática. Assim, somente nos anos de 1940 o serviço militar obrigatório tornou-se uma realidade brasileira, com a extinção do sorteio e a obrigação de apresentação para o serviço militar ao completar a maioridade. Ver: CASTRO, Celso. Resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Direitos e Cidadania:** Justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

arbitrariedades hierárquicas e os mecanismos de exclusão – conforme Álvaro Nascimento – permaneceram notáveis no cotidiano dos marinheiros no Brasil.²⁹²

A Marinha ressentia-se de não conseguir montar, via alistamento, uma reserva naval minimamente competente. Além disso, cobrava do Estado maior comprometimento para fornecer os meios de sanar os problemas com a formação de marinheiros – questão que para Eloy Pessoa passava pela modernização das instituições e reestruturação dos programas de ensino.²⁹³

Os esforços de modernização da Marinha esbarravam na difícil tarefa de manter atualizado o quadro de pessoal. Era consenso que as instituições de ensino/treinamento marítimo espalhadas pelo território brasileiro era a estratégia mais adequada ao alistamento, já que seria muito difícil (também perigoso) concentrar a formação de marinheiros somente no Rio de Janeiro. No entanto, como havia muita carência de pessoal, o período de serviço era muito longo, visto a dificuldade de arranjar substitutos para os postos de marinheiros já preparados. De forma que, enquanto não se resolvia satisfatoriamente o problema do alistamento voluntário, o peso da dominação e os abusos do disciplinamento sobre os marinheiros – a fim de conter revoltas e inibir as deserções – se fizeram regras na cultura organizacional da Marinha. Com isso, ao lado da preocupação em refazer as Companhias de Aprendizes, havia o empenho em “modernizar” também as formas de vigilância. Demandou-se um mecanismo mais organizado de controle dos marinheiros. Segundo Silvia Capanema Almeida, esse processo resultou na criação do Gabinete de Identificação da Marinha instituído em 1908 com a finalidade de “fichar” as praças. Para autora, as mudanças no ensino e na forma de recrutamento – ainda que tenham se efetivado muito lentamente – oportunizaram a construção da identidade de marinheiro nacional, manifestada enfaticamente durante e depois da Revolta de 1910. Paradoxalmente, o projeto hierárquico de modernização da Marinha também serviu de base para reivindicações dos marinheiros, instituindo direitos na luta contra os castigos físicos e soldos precários.²⁹⁴

Como o objetivo das auditorias era otimizar o ensino naval para arrematar mais marinheiros, a segunda parte do relatório apresentado pelo Conselho Naval em 1882 trazia trinta

²⁹² NASCIMENTO, Álvaro. **A Ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

²⁹³ PESSOA, Sabino Eloy. A reforma do ensino da Escola da Marinha e do Colégio Naval. **Revista Marítima Brasileira**, Ano 2, vol. 4. Rio de Janeiro: Lombaerts e C., 1883.

²⁹⁴ ALMEIDA, Silvia Capanema. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n° 45, p. 147-169, jan./jun. 2010.

propostas para reorganização das Companhias. Em primeiro lugar, foi sugerido diminuir o número de companhias e realocar os recursos, investindo em reformas nos edifícios e aquisição de aparelhos mais adequados à formação náutica. Consta também um minucioso projeto de programa de ensino, indicando novas disciplinas, acrescentando conteúdos e formas de avaliação dos alunos, cujo grau de instrução seria medido numa escala de zero a dez, a ser considerada na transferência do aprendiz para o Corpo de Marinheiros.

Entre as sugestões do Conselho, chamam a atenção aquelas referentes ao ingresso dos aprendizes. Recomendava-se aceitar meninos entre 14 e 17 anos de idade, que seriam avaliados fisicamente com base em padrões de estatura e perímetro do tórax. Após exame médico, seriam dispensados garotos que não tivessem boa visão ou apresentassem qualquer deficiência física ou mutilação de algum membro do corpo. Além disso, foi proposto que seria vetada a entrada de meninos maiores de 15 anos que não soubessem ler. Esse quesito determinaria o valor do prêmio de alistamento voluntário, estipulado, a priori, em: 150 mil réis para analfabetos (com menos de 15 anos); 200 mil para meninos que soubessem ler e escrever e 300 mil para quem soubesse ler, escrever e contar. Essas medidas tinham por finalidade diminuir o tempo de permanência dos aprendizes na Escola, que não deveria ultrapassar dois anos e meio.

Nota-se a tentativa de apresentar uma outra concepção de alistamento e das formas de se praticar o recolhimento de meninos pobres. Muitos desses critérios não se efetivaram integralmente. Todavia, abriram caminho para uma inegável mudança na forma de ver a assistência às crianças desamparadas. Ganhava força medidas de racionalização da assistência à infância atreladas à militarização, numa combinação entre instrução/trabalho/ordem e progresso. A Marinha tomava as rédeas. Quando se retirou a Companhia de Aprendizes da Capitania do Porto, o governo local deixou de interferir legalmente no recrutamento das crianças, já que a mediação que desempenhava a Presidência da Província entre as instâncias competentes pelo envio dos meninos e o Ministério da Marinha foi anulada com a instalação das Escolas de Aprendizes Marinheiros, que tinham autonomia dentro das províncias.

O decreto de reorganização das Companhias (9.371/1885) não seguiu fielmente os apontamentos do relatório de 1882. Na prática, apesar de se constatar mudanças no perfil dos ingressos, a oferta continuou maior que a procura, o que inviabilizava a seleção desejada pela Marinha – meninos fortes, alfabetizados, alistados voluntariamente. A partir de 1885, ficou determinado que para entrar na Escola de Aprendizes era preciso ter entre 13 e 16 anos, não apresentar “deformidades físicas” e ser vacinado no ato da matrícula. A ideia de atrair mais

voluntários aumentando o valor do prêmio era incompatível com o erário, permanecendo a gratificação de 100 mil réis aos voluntários analfabetos e de 150 mil aos voluntários que soubessem ler, escrever e as quatro operações matemáticas. Órfãos continuaram a ser remetidos pelas autoridades competentes para compor o quadro de aprendizes no final do século XIX. Em 1887, das 300 vagas disponíveis na Escola, apenas 119 estavam preenchidas, das quais 58 foram ocupadas por órfãos remetidos, 28 voluntários sem prêmio e 33 premiados.²⁹⁵

A história da captura de órfãos para a Marinha ou do uso autorizado de meninos cujas mães viúvas ou solteiras não concordavam com o alistamento se processou no campo das resistências populares, que em movimentos contínuos, ainda que sob condições imensamente desfavoráveis, produziram mudanças na noção de soberania da família. As incontáveis tentativas de mães, avós e mães adotivas, que sem o pátrio poder sobre seus filhos, tentavam mantê-los sob suas guardas são representativas da vontade de separar as famílias pobres da força de dominação do Estado sobre a vida privada dos trabalhadores. O recrutamento para a CAM era o momento de completo desgaste da autoridade dos pais sobre o destino de seus filhos. O voluntariado à prêmio era, apesar de tudo, uma espécie de negociação com os pobres, tentando atrair pela necessidade. Mesmo assim não foi vitorioso. Isso quer dizer que a maioria das famílias pobres, ainda que precisasse muito do dinheiro – que era até razoável para o período – não estava disposta a entregar seus filhos porque isso rompia com os pormenores da organização familiar do trabalho, das maneiras de composição do orçamento com a mão de obra das crianças, que participavam ativamente das flutuações financeiras cotidianas – ora tendo que administrar a penúria, ora conseguindo ganhos extras para domar a fome.

No decreto de 1885 que transformava as Companhias em Escolas de Aprendizes Marinheiros ficou estabelecido que teriam direito ao prêmio garotos apresentados voluntariamente por seus pais, tutores ou por sua mãe quando fosse “filho ilegítimo” (art. 11º, § 5º). A recorrência dos pedidos formais de soltura e de recebimento da gratificação apresentados por mulheres e a própria configuração das famílias pobres brasileiras nos oitocentos (com muitos fogos com chefia feminina) fez com que essa categoria de *filho ilegítimo* passasse a constar formalmente no alistamento de aprendizes. Embora a expressão “ilegítimo” fosse carregada de depreciação moral, as famílias pobres a inscreveram no plano burocrático do Estado, fazendo ser formalmente constatada a realidade plural dos parentescos e grupos familiares. Essa pequena mudança permite notar a resistência feminina aos padrões

²⁹⁵ Fala do Presidente da Província Enéas de Araújo Torreão. Fortaleza: Tipografia Econômica, 1887, p. 33.

hegemônicos de família e, acima de tudo, a atuação persistente de mulheres para coordenar seus lares sem a intervenção direta do poder público. Por isso, é possível entender boa parte da história do recolhimento de meninos pobres como uma série de confrontos entre as medidas filantrópicas e cívicas – termos usados pelo Estado na definição da assistência infantil – e a gerência dos recursos físicos e humanos das famílias pobres do período.

4.3 - As meninas da Caridade: Educação feminina, Irmãs Vicentinas e órfãs recolhidas

O ponto de partida de quase todas as argumentações em prol da educação feminina era, na metade dos oitocentos, a ideia de civilidade. Defendia-se que para haver notável melhoria na Nação, era preciso diminuir o número de analfabetos, disseminar a cultura letrada, ensinar novos modos e gestos que seriam sinônimos de progresso. Em parte alguma, essas questões foram levantadas como ideais de igualdade. A educação, como componente político, jamais esteve apartada das diferenciações sociais, dos aspectos étnicos, raciais e de gênero. Os discursos de modernização do Brasil asseguravam interesses de grandes proprietários e da crescente diversificação dos negócios, principalmente nos setores do comércio e da insipiente indústria brasileira. Ainda assim, os *slogans* de civilidade e progresso nacional, estampavam propostas generalizantes e um tanto superficiais sobre as vantagens de instruir o povo. Nessa conjuntura, a necessidade de educar as mulheres ganhou notoriedade, especialmente atrelada aos argumentos morais em defesa da família nos moldes elitistas, já tratados no primeiro capítulo deste texto.

O Jornal *Pedro II* deu destaque a um longo ensaio, dividido em várias edições entre agosto e setembro de 1860, assinado pelo jornalista e escritor português Pedro Wenceslau Brito Aranha sobre a “Mulher na família e na sociedade”. Na primeira parte ele tratou da educação feminina, lamentando os erros cometidos ao educar uma garota. Segundo o autor, o primeiro gravíssimo erro seria confundir a educação com a instrução, por isso, recomendava: “eduquemos as mulheres e instruamo-las depois, se ficar tempo”. Brito Aranha quis ser ainda mais didático e explicou logo em seguida que educação não era ensinar história, línguas e piano. Era, para ele, uma maneira de despertar a alma, de cultivar o coração e o espírito feminino, já que o importante era “preparar a menina para ser mulher e não para ser homem”.²⁹⁶

Fica evidente que a noção de educação defendida pelo autor estava assentada nas definições de papéis sociais femininos atrelados, necessariamente, à função de mãe. Despertar a alma das meninas era, para Brito Aranha, uma questão de hierarquia entre a instrução e o

²⁹⁶ A mulher – Nas diversas relações da sociedade e família. **Pedro II**, ed. 2063, p. 2, 10 ago.1860.

desvelo doméstico, sendo esse último aspecto muito mais relevante para a formação de uma mulher. Em outras partes de seu ensaio, ele reitera que a mãe é o ponto de origem de uma nova sociedade – que em sua perspectiva, a educação tornaria mais evoluída e espiritualmente mais elevada. Na seção IX, seguindo a divisão do texto feita pelo jornal, Brito Aranha dissertou sobre a pobreza, defendendo que a situação econômica de uma mulher não a isentava de ser honrada e nobre nos costumes. Para ele, uma moça pobre deveria ter cuidado redobrado com os jovens daquela época, que aproveitavam todas as oportunidades de “transformar as belezas pobres em pobres belezas”.²⁹⁷

Uma década depois de publicadas as opiniões de Brito Aranha sobre o lugar da mulher na sociedade, um artigo da seção “Variedades”, divulgado no jornal *A Constituição*, parecia corroborar as mesmas impressões sobre a educação feminina, iniciando até com semelhante lamento: “Hoje, que tudo caminha [...] na grande obra do progresso, trata-se bem pouco de educar convenientemente a mulher”.²⁹⁸ O autor foi bem taxativo na construção de seu argumento: o desleixo com a educação da mulher era consequência do “brutal egoísmo dos homens”. Escrevendo dessa forma, parecia alguém incomodado com as poucas possibilidades de instrução para as mulheres de seu tempo. Porém, no decorrer do texto, percebe-se que sua preocupação era com os comportamentos “indevidos” das moças, nas quais ele via “hipocrisia para serem tidas na conta de ingênuas”.²⁹⁹ Propunha, então, uma educação que corrigisse essas supostas falhas. Todavia, seu argumento central era que a educação feminina – não só a instrução – pudesse transformar as gerações futuras. Depois de mencionar os malefícios de uma má educação ou da ausência dela, o autor justificava:

Convém educar o homem; mas convém mais ainda educar a mulher: todo mundo sabe a influência direta que tem a chamada parte fraca do gênero humano sobre a outra que se julga forte, a mulher mãe incute todas as suas ideias, boas e más, no espírito dos filhos; a mulher amante domina pela ciência inata da sedução, capaz de dobrar o espírito mais forte. (...) Em lugar de instrução frívola dê a todas as mulheres uma sólida educação de espírito, o que se poderia fazer em todas as classes porque isso não custa dinheiro.³⁰⁰

Como se vai demonstrando, havia uma circulação de discursos que endossavam o viés moral da educação como prioridade para as mulheres. A construção e as tentativas de sedimentação desses valores (honra, fidelidade da mulher, maternidade abnegada) contaram com a imprensa do período, que funcionou como importante aparelho de regulação. Esse

²⁹⁷ A mulher – Nas diversas relações da sociedade e família (Parte IX – Pobreza). **Pedro II**, ed. 2081, p. 1,1 set1860.

²⁹⁸ A educação da Mulher. **A Constituição**, ed. 201, p. 3, 28 out 1870.

²⁹⁹ *Idem*.

³⁰⁰ *Idem*.

processo de simbolização do feminino ao mesmo tempo em que outorgava preceitos e comportamentos esperados (considerados, por isso, mais corretos) servia para justificar as ações normatizadoras do Estado com relação às famílias. Entretanto, ainda que muitas mulheres se ressentissem (ou admitissem algum arrependimento publicamente) dos supostos “erros” cometidos com relação à virgindade ou gravidez “ilegítima” (condição das mães solteiras), esses discursos moralizantes foram cotidianamente afrontados. Ou seja, o domínio dos lugares de fala – tais como a imprensa, a justiça, a escola – combinado ao silenciamento dos saberes e experiências das mulheres nos oitocentos – especialmente as chefes de família – pôde pronunciar e até popularizar um protótipo de mulher “descente”. Mas jamais pôde apagar as divergências e nem produzir unanimidade. Por mais que mulheres pobres (e mesmo as que não eram pobres) identificassem as características e possíveis virtudes desse modelo ideal, muitas delas seguiram caminhos opostos. Assim, a proposta de educação feminina no século XIX era uma forma deliberada e politicamente engajada de tentar sobrepor os valores de honra e casamento aos códigos comportamentais identificados com outros sentidos de família, de prazer e de afetos.

Essas noções de honra familiar e a preparação das mulheres para o casamento estiveram no cerne de questões jurídicas, médicas e educacionais ao longo de todo século XIX. Sueann Caulfield analisou os embates entre juristas brasileiros acerca dos princípios legais sobre honra e moralidade, construídos no Império, que ultrapassaram o século XIX e permaneceram – não sem controvérsias – ao longo das primeiras décadas do Regime Republicano. O código criminal, elaborado em 1830, quando o Brasil era regido juridicamente pelas leis das Ordenações Filipinas, apresentava acentuado caráter liberal, cuja premissa estava na defesa da liberdade individual e na noção de igualdade da responsabilidade criminal para todos. Entretanto, como observou a autora, alegando a suposta permissividade da lei a respeito da insubordinação dos escravos e revoltas populares, os legisladores imperiais modificaram o código de 1830 para adequá-lo às suas conveniências. O fundamento dessas mudanças era diferenciar criminosos e vítimas a partir das condições sociais. A ideia liberal de igualdade perante a lei fora, progressivamente, suprimida da legislação para manter privilégios senhoriais. Especificamente sobre os crimes contra a honra, o que prevaleceu foram juízos pautados na cor e na condição social, que para Caulfield, tornava impraticável a definição de critérios objetivos para julgar a honra das mulheres.³⁰¹

³⁰¹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro**. Tradução: Elizabeth Martins. Campinas: Unicamp, 2000.

Quando da construção e promulgação do código penal de 1890, os debates sobre a instituição familiar e a honra que deveriam aparecer de forma “modernizada” no Brasil Republicano, revelaram intensas disputas teóricas entre os juristas. Sueann Caulfield fez notar os choques entre os defensores do “direito clássico” – ala mais tradicional, que tentava manter certos privilégios de classe a partir da defesa da responsabilidade penal individual – e a chamada “escola positiva” – que mesmo com muitas discordâncias, eram reconhecidos por se basearem nas ideias de Auguste Comte (e outros pensadores europeus) sobre o progresso humano e o desenvolvimento científico, que abria espaço para os postulados criminais pautados em fatores biológicos e sociológicos. Essa discussão, muito ampla e complexa, trazia a necessidade, defendida por juristas, médicos e educadores da época, de intervir no desenvolvimento moral da população brasileira. Todos esses debates e questionamentos jurídicos estiveram presentes na composição do primeiro código civil brasileiro (1916) – que a despeito das tentativas de Clovis Beviláqua e outros juristas reformadores – “reproduziu as diferenças de gênero que distinguiam sujeitos jurídicos ‘capazes’ e ‘incapazes’ das Ordenações Filipinas”.³⁰² Com poucas modificações, as mulheres continuaram a ser tratadas como entes incapazes de autonomia civil, sob a mesma lógica que, durante o século XIX, impedia as mães de desempenharem o pátrio poder sobre seus filhos. Dessa forma, nota-se uma longa trajetória de produção de sentidos e práticas assentadas na supressão legal da liberdade feminina em prol da instituição familiar.

A análise de Caulfield permite entender que as noções de moralidade e honra (assimiladas ou não) em vigor no início do século XX foram resultado de um longo percurso histórico, que no Império assim como na República, estiveram saturadas de elementos raciais e de classe. A autora ainda aponta para a incompatibilidade entre a defesa da igualdade civil e as tentativas do poder público de guardar a honra feminina. Ou seja, falava-se de modernizar o Brasil em fins do século XIX e de inaugurar uma cidadania republicana mais próxima das noções de progresso em voga, ao mesmo tempo em que defendiam o modelo “corporativo de família” – em que as discrepâncias de gênero eram reafirmadas na legislação.

Esse debate não se restringiu ao campo jurídico, embora a apreciação das formulações legais, bem como o ideário médico-higienista e a fabricação da modernidade a partir do conceito histórico de família, ofereçam indícios importantes para entendermos a sustentação, a circulação e as transformações das ideias sobre os lugares de atuação da mulher

³⁰² *Idem*, p. 64.

no século XIX.³⁰³ Percebe-se assim, que os discursos sobre educação feminina na metade dos oitocentos, nitidamente preocupados com a honra familiar – ainda que esta expressão tenha infinitos significados – não eram isolados ou atípicos.

Com ou sem instrução para as mulheres, o ponto em que jornalistas, escritores e outros veículos de opinião convergiam era a educação feminina como componente de modernização da família, projetando na mãe uma tendência ao melhoramento gradual de gerações vindouras. Tais preocupações pertenciam ao campo das subjetividades morais, tanto laicas quanto católicas, que nas décadas de 1860-70 – ao menos na imprensa cearense – ganhavam forma nos conselhos dados às mulheres, às vezes até contendo listas de tarefas de como proceder “honestamente”. Em fevereiro de 1868, o jornal *Pedro II* publicou um artigo, no qual associava a educação da mulher à “paz doméstica”. Em linhas gerais, afirmava que a primeira coisa a ser ensinada a uma mulher era que devia “evitar sempre contradizer seu marido”. Nesse texto, o resultado da boa educação seria o governo da família, que, segundo o autor, só se alcançaria a partir de dois meios: “um pela expressão da vontade, que pertence à força; o outro pelo irresistível poder da doçura, que é muitas vezes superior à força. O primeiro pertence ao marido – a mulher só deve usar o segundo”.³⁰⁴ Esse tipo de argumento não desapareceu dos jornais ao longo do período estudado. Contudo, outros arcabouços teóricos – que apenas na forma se afastavam dessas apreciações morais – foram sendo formulados nas décadas finais do século XIX, identificados, à época, como legitimamente científicos.

A educação moral aliara-se aos discursos e métodos de melhoramento racial.³⁰⁵ Em meio à difusão dos ideais de higiene física, mental e social, uma forte ligação entre educação e eugenia ia sendo gestada no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Nessa perspectiva,

³⁰³ Para uma reflexão sobre o saber médico-higienista, ver: SANT’ANNA, Denise. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, M. e AMANTINO, M. (Orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011. Sobre a construção médica da fragilidade e da imagem feminina a partir da natureza (em oposição ao caráter cultural) e as implicações políticas e sociais desse fenômeno, ver: ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: Priore, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

³⁰⁴ Conselhos as senhoras casadas. **Pedro II**, ed.31, p. 2, 8 fev. 1868.

³⁰⁵ No Ceará, as vertentes filosóficas do Evolucionismo e Darwinismo Social começaram a aparecer na imprensa na década de 1870, especialmente tentando explicar as relações entre raça e meio natural. Essa discussão ganhou notoriedade entre os intelectuais cearenses, cujos clubes literários, jornais e revistas científicas dos anos de 1880 fizeram circular estudos sobre o perfil do povo cearense e o melhoramento da sociedade. Ver: FONSECA, Jamilly. **Raça, Natureza e Sociedade: O pensamento evolucionista em Fortaleza na década de 1870**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Em artigo sobre as apropriações de escritores cearenses das teorias evolucionistas, Claudia Freitas de Oliveira analisou, entre outros autores, as publicações de Abel Garcia sobre a índole da mulher cearense – que, segundo Garcia, com base em Lamarck, evoluiu para se adaptar ao clima inóspito do sertão. OLIVEIRA, Claudia Freitas. As ideias científicas do século XIX no discurso do clube literário. In: SOUZA, S. e NEVES, F. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

a instrução era imprescindível também para as mulheres. O processo que Vera Marques nomeou de “constituição dos sujeitos eugênicos” tomou o ensino e a normatização do ambiente escolar como uma de suas bases de irradiação. O entusiasmo pela educação como locus de salvação da pátria e o alcance das teorias raciais sobre degenerescência e aperfeiçoamento humano fizeram multiplicar os discursos pró-eugenia nos anos 1920-30. As formas arbitrárias de implantação do saber eugênico foram analisadas pela autora como instrumento de controle da população. Para Marques, a escola foi um centro difusor das práticas eugênicas, demonstrando “uma simbiose perfeita da educação moral com a educação higiênica dos corpos”.³⁰⁶

Não é o propósito deste capítulo se demorar no debate sobre as questões próprias do saber médico-higienista no Brasil e suas inferências na política e nos projetos educacionais. Pretende-se, no entanto, pontuar que a educação feminina estava inserida dentro de um importante campo de embates sobre a família, os sentidos da moralidade e as vontades / projetos de modernização nacional. O olhar eugênico sobre a educação e sobre a mulher (na medicina e no plano social) intensificava a responsabilidade feminina com o porvir. De outros modos e sob outros paradigmas – agora como força de verdade científica – a mulher continuava na ambígua situação de problema/solução da humanidade. Ainda que jurídica e politicamente inferiorizada nas questões econômicas e de domínio sobre os filhos e sobre a própria honra, cabia à mulher o lugar de saneadora dos males de infância, devendo preparar nos filhos cidadãos úteis para o futuro da Nação. A multiplicidade de opiniões e poderes que incidiam sobre a instrução (ou não) das mulheres no século XIX evidenciam que as inquietações não eram só quanto à forma (na escola ou em casa?) ou ao conteúdo (geografia ou piano?) da educação feminina.

Muito antes de ser difundida na imprensa cearense qualquer teorização sobre eugenia – ainda que os desejos de “saneamento social”, *avant la lettre*, perpassassem as opiniões de políticos e homens de letras desde os anos 1850 – o debate específico sobre a educação das meninas pobres começava a se insinuar na esfera pública. Logo depois de aprovado o projeto para a criação do Colégio de Educandos Artífices, as pautas da Assembleia Provincial sobre instrução pública esporadicamente mencionavam a necessidade de também assistir meninas desvalidas da província. Mas longe de existir qualquer esboço de recolhimento de meninas em Fortaleza nessa época, via-se o surgimento de escolas particulares que, às vezes, recorriam ao governo provincial para tentar subsídios.

³⁰⁶ MARQUES, Vera Regina. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994, p. 107.

O colégio de Carolina Herbster Assunção, inaugurado em 1860, contou com subvenção do governo para começar a funcionar, oferecendo para pensionistas e meio pensionistas, aulas primárias, trabalhos de agulha, além de artes, geografia, francês, música e dança.³⁰⁷ O mesmo não aconteceu quando a senhora Ana Rita Clara da Fonseca Ribeiro, em 1856, pediu emprestado três mil contos de réis à Província para montar um colégio feminino na capital. Seu pedido, apesar do apoio incontestado do deputado Esmerino Gomes, foi rejeitado pela Assembleia. Não se pode afirmar que a recusa ao empréstimo solicitado por Ana Rita tenha ocorrido por questões de apadrinhamento político ou somente por conta da insuficiência dos cofres públicos naquele momento, como alegaram os opositores. Contudo, o debate que se ergueu durante a votação do empréstimo diz muito sobre como a educação feminina era pensada pelos políticos da época.

O mais ferrenho opositor foi o deputado Guimarães, que ponderou ser um valor alto demais para não trazer nenhum benefício ao Ceará. Em resposta, o deputado Duarte Brandão propôs uma condição para liberar o empréstimo: Dona Rita aceitaria algumas meninas pobres, que estudariam gratuitamente, para compensar o esforço da Província. Na acalorada discussão, Guimarães rebateu o argumento do colega afirmando que as meninas pobres não precisavam dessa educação rebuscada que a professora propunha e que famílias ricas da província podiam custear os estudos das filhas, se quisessem. Outros alegavam que uma educação elevada era útil à população da capital, que ganharia culturalmente. Depois de ouvir os argumentos, Guimarães sustentou seu voto afirmando que “nem a classe pobre precisa tocar piano, nem saber outros dotes dessa ordem, basta que ela tenha o ensino que lhe dá as escolas públicas primárias”.³⁰⁸

A frase do deputado faz notar um terceiro aspecto da educação no Ceará Imperial. Já foi mencionado aqui o caráter *moral* da educação feminina no século XIX. O mais importante era a ideia da honra, cujas fronteiras se definiam a partir dos pertencimentos de classe e cor da pele. Viu-se também que, posteriormente, a defesa da instrução teve respaldo higienista, fazendo da educação feminina um caminho de *higienização social*. Com base na discussão dos legisladores, observa-se, igualmente, o projeto político de *manutenção das categorias sociais*, que demarcava percursos formativos a partir de contextos econômicos. O que ensinar e o que

³⁰⁷ Novo Colégio cearense de meninas. **Pedro II**, ed. 2051, Fortaleza, p. 4, 27 jul.1860.

³⁰⁸ Presidência do sr. Dr. Franco - Sessão Ordinária em 20 agosto de 1856. **Pedro II**, ed. 1611, p. 2,11 set. 1856.

aprender era politicamente selecionado para sedimentar estratos sociais, nos quais os pobres não deveriam acessar os mesmos saberes que os ricos, a não ser para melhor servi-los.³⁰⁹

O deputado Guimarães estava convicto de que a instrução ofertada pelas escolas primárias era suficiente para a educação das meninas pobres da província. Mas, quanto ao alcance dessas escolas? Quando da sua fala, em 1856, existiam em Fortaleza apenas três cadeiras de primeiras letras para meninas. O número de escolas públicas cresceu lentamente no Ceará em razão de uma série de dificuldades orçamentárias somadas à falta de professores e de prédios públicos disponíveis para a instalação das salas de aula. Mesmo com algumas reformas empreendidas, a instrução pública estava longe de contemplar o número de crianças livres em idade escolar. Quando se tratava das meninas, o percentual era ainda mais baixo.

Tomou-se emprestada uma tabela construída por Bárbara Eliza Silva, a partir dos relatórios anuais dos presidentes de província, sobre a matrícula de alunos nas cadeiras de ensino primário criadas no Ceará no século XIX.

³⁰⁹ Obviamente esse caráter excludente da educação imperial não se restringia à instrução pública feminina. Desde a criação do ensino primário no Ceará, em 1833, a matrícula de escravos era oficialmente proibida. Essa restrição foi observada em regulamentos de quase todas as províncias. Contudo, isso não significou a ausência completa de escravos e libertos na instrução pública no Brasil no século XIX. Ver: SILVA, Noemi. Escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do Paraná (1871-1888). *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

Tabela 7 - Instrução Primária na Província do Ceará: número de matrículas

	Aulas de las letras	Aulas para meninos	Matriculados	Aulas para meninas	Matriculados	Aulas mistas	Total de matriculados
1836	24	22	642	2	77	-	719
1842	32	28	729	4	101	-	830
1844	44	39	909	5	112	-	1021
1847	50	43	668	7	146	-	814
1850	36	27	1227	9	460	-	1693
1853	43	33	1535	10	530	-	2065
1856	67	49	2511	18	600	-	3111
1857	74	51	2725	23	663	-	3388
1861	114	82	4149	32	1255	-	5404
1866	136	91	4170	45	1559	-	5729
1868	128	93	4653	35	1916	-	6569
1869	117	79	3804	38	1708	-	5512
1870	174	112	5079	62	2350	-	7629
1873	188	115	5652	73	3192	-	8844
1874	212	122	6174	90	3571	-	9745
1875	215	124	6410	91	4275	-	10698
1880	179	-	4145	-	3969	-	8114
1881	197	108	4145	89	3969	9	8114
1885	266	135	4008	91	3794	40	7802
1886	220	130	4603	90	4100	46	8703

Fonte: SILVA, Bárbara. 2012, p. 104

Os dados organizados na tabela indicam que a oferta de escolas para meninas era quase três vezes menor que para o público masculino. Mesmo assim, o número de meninas matriculadas na segunda metade do século XIX teve significativo crescimento; em trinta anos – entre 1850 e 1880 – aumentou 800%. Ainda que a cifra seja impressionante, não se pode tomá-la isoladamente. O Recenseamento Geral do Império de 1872 revelou que as crianças atendidas pela instrução pública na província eram de fato uma minoria. Em resumo, pouco mais de 6% das meninas livres no Ceará com idade entre 6 e 15 anos frequentavam as aulas

de ensino primário, numa população constituída de 292.249 homens analfabetos e 317.961 mulheres na mesma condição – excluindo a população escrava.³¹⁰

Diante desse panorama marcado pelos altos índices de analfabetismo, pelas preocupações morais em torno da educação feminina e pelas dificuldades de habilitar moças para o magistério (a Escola Normal só foi inaugurada em 1884), a educação confessional pareceu para muitos uma ótima aliada no projeto de ampliação da instrução pública na província. Afinal, padres e freiras possuíam instrução suficiente para se tornarem professores além de estarem, supostamente, acima de qualquer suspeita moral.³¹¹ Todavia, conforme se discutiu no primeiro capítulo, os defensores das ideias liberais não foram tão receptivos à presença das irmãs de caridade nos espaços que recebiam subvenção estatal, como no Colégio da Imaculada e na Santa Casa. Grande parte dos liberais apoiava o ensino laico sem, no entanto, se posicionarem contrários à Igreja Católica. Por diversas vezes, o jornal *Cearense* – órgão do Partido Liberal – declarou apoio ao Bispo, especialmente no processo de instalação do Seminário, quando D. Luiz recorreu ao governo provincial em busca de um prédio para abrigar padres e seminaristas.

A defesa do ensino laico ganhou maior destaque com publicações ligadas aos intelectuais maçons, cujas ideias foram divulgadas em Fortaleza no jornal *Fraternidade* no início da década de 1870. Segundo Berenice Abreu de Castro Neves, tais intelectuais da Maçonaria combatiam o conservadorismo católico e defendiam ideias liberais e iluministas, levantando questões jurídicas e políticas em torno do regime de padroado, que unia oficialmente o Estado à Igreja Católica no Brasil. Como incentivadores do saber científico e humanista, os maçons afirmavam que a ignorância do povo era promovida pela própria Igreja com finalidade política. Além de se oporem à formação religiosa e às aulas de doutrina católica nas escolas públicas, criticavam severamente as instituições católicas voltadas à infância desvalida, como o Colégio da Imaculada Conceição, instituição que mantinha

³¹⁰ Em toda província do Ceará, foram contabilizados 93.829 meninos livres em idade escolar, destes apenas 10.021 frequentavam a escola. Das 90.486 meninas livres, 5.899 estavam matriculadas em 1872. Conferir: BRASIL. **Recenseamento Geral do Império de 1872.**

³¹¹ Bárbara Eliza Silva analisou queixas contra professores da Província registradas durante a segunda metade do século XIX. Em geral, as denúncias partiam dos inspetores da Instrução Pública ou de familiares dos alunos sobre o comportamento dos professores das cadeiras de ensino primário. Observa-se que grande parte das reclamações tinham motivações morais, como uma professora que engravidara sem casar ou o professor que bebia nas tavernas conversando com pessoas consideradas de má conduta. Tais queixas tornavam inseparáveis as competências pedagógicas dos professores de suas vidas privadas, vigiadas e julgadas pelos moradores das localidades. Ver: SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889).** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

evidentes as discriminações sociais já que pensionistas e órfãs não recebiam tratamento equivalente.³¹²

A difusão da educação confessional que tanto incomodava intelectuais maçons e outros iluministas brasileiros fazia parte de um amplo processo de reorganização da Igreja Católica e fortalecimento do pontificado no século XIX denominado de Romanização.³¹³ Contudo, a vinda das irmãs de caridade e seu projeto de assistência aos pobres não se reduzia à seara religiosa. As vicentinas ingressaram abertamente no meio desses embates, construindo espaços de atuação que, mesmo sem pronunciamento direto na imprensa, as colocaram como notáveis protagonistas da educação para “desvalidos” em várias províncias brasileiras. As disputas intelectuais, as formas de idealizar e praticar a educação feminina salientam a gama de sentidos políticos intrínsecos à implantação do recolhimento de órfãs em Fortaleza.

Desde sua criação, o Colégio da Imaculada contava com subvenção da Província, dinheiro que seria destinado ao recolhimento de doze meninas órfãs, além da concessão do prédio, antes usado pelo extinto Colégio de Educandos Artífices. Com o acirramento dos debates sobre a educação confessional e a crescente divulgação do cientificismo e das ideias liberais de forma geral na década de 1870, o subsídio de três contos de réis anuais destinado à administração vicentina passou a ser questionado. No final de 1879, foi posta em votação na Assembleia Provincial a concessão de mais dois contos de réis ao colégio que, em decorrência da seca, reclamava o reajuste da verba por conta do “crescimento extraordinário de órfãs” acolhidas. Na ocasião, o deputado João Lopes se pronunciou contra à subvenção, justificando que o estabelecimento não estava “absolutamente sujeito aos poderes públicos, de nenhum modo subordinado a autoridade civil; a única autoridade com que se entende é o bispo”. O deputado ainda argumentava que ninguém do governo, nem o diretor da instrução pública, sabia como era aproveitado esse dinheiro e foi apoiado por vários outros legisladores ao sugerir a fiscalização da referida despesa. A discussão esquentou quando João Lopes disse que, como o Colégio não estava organizado dentro das normas da instrução pública da

³¹² NEVES, Berenice de Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso”: os maçons no Império. *In*: SOUZA, S. e NEVES, F. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

³¹³ O processo de Romanização envolveu um conjunto de ações mais incisivas do clero junto aos fiéis (amplo esforço de catequese, fundação de colégios, crescimento de congregações, surgimento de associações para senhoras católicas e para jovens, imprensa católica etc.), tentando orientar a comunidade leiga de acordo com o modelo doutrinário do papa, combatendo o catolicismo popular. Além disso, trata-se, no Império brasileiro, de um esforço organizacional para consolidar a autoridade da hierarquia eclesiástica frente a Monarquia. Segundo Jessie Jane Souza, a Romanização investiu na unificação doutrinária do clero disciplinado pelo papa (europeização do catolicismo), reelaborando seu perfil institucional. *Cf*: SOUZA, Jessie Jane. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

província, “a irmã de caridade não esta[va] no caso de ocupar a cadeira de mestra”. Nesse ponto, muitos discordaram e fizeram seus apertes defendendo a competência pedagógica e moral das Irmãs. O comentário foi, então, retirado, mas o voto contrário permaneceu.³¹⁴ Encerrada a sessão, manteve-se a subvenção original, que alcançou a década de 1930.

Do debate exposto acima é possível sublinhar três questões fundamentais: Em primeiro lugar, a ideia de recolhimento de aspecto caritativo, ainda que repleta de contradições discursivas, fora apoiada pelo governo durante todo o período imperial. Mesmo em momentos de retração econômica (como nos anos de seca), ou exatamente por isso, o Estado continuou apostando no recolhimento e na institucionalização da caridade como projeto político de assistência à infância pobre. Em segundo lugar, a atuação das irmãs vicentinas e a autonomia de suas práticas pedagógicas eram contestadas, mas o lugar social que tomaram para si no cuidado e disciplinamento dos pobres era de difícil desconstrução. A competência intelectual e a moralidade das freiras, ainda que não gozassem de unanimidade, eram pouco objetadas. Por fim, apesar de o ensino confessional subsidiado pelo erário público virar alvo dos liberais, o ensino religioso (católico) estava longe de desaparecer da instrução pública.³¹⁵

Na mesma sessão em que João Lopes questionava a verba para o Colégio da Imaculada, perguntava: “Quem poderá garantir-me a existência dessas órfãs e dizer-me de que modo são elas educadas ali?” O Regulamento assinado por D. Luiz Antônio Gomes sobre as condições de ingresso e regimento das órfãs no Colégio poderia responder às indagações do deputado. No documento, ficava prometida uma “sólida educação moral e religiosa”, além de “formação para o lar”. Nada muito diferente dos discursos recorrentes na imprensa. Ainda que estando as órfãs formalmente sobre a responsabilidade do bispo, o regulamento de poucos artigos deixava clara a autonomia das vicentinas na condução do colégio, especialmente sobre a rotina da casa e a disciplina das meninas, as quais a madre superiora tinha “plena liberdade” para punir e educar.³¹⁶ Nisso, João Lopes tinha razão. O Colégio não estava submetido às

³¹⁴ Ceará – Assembleia Legislativa Provincial. **Cearense**, ed. 121, p. 3, 1 nov. 1879.

³¹⁵ Cleidiane Moraes estudou os debates em torno do ensino religioso no final do século XIX no Ceará, abordando as tensões entre católicos, maçons e liberais, no contexto de disputas políticas entre o Estado Imperial e o clero ultramontano (que defendia o fortalecimento da hierarquia diocesana sem interferência da Monarquia). Esses debates na imprensa e na política resultaram em mudanças na Instrução Pública, quando as reformas de 1881-82 retiraram a obrigatoriedade do ensino religioso das escolas públicas da província. Entretanto, os conteúdos da instrução moral permaneceram extremamente atrelados aos princípios cristãos. Ver: MORAIS, Cleidiane da Silva. **De antídoto da desordem a obstáculo do progresso: Ensino moral e religioso na instrução pública primária do Ceará Imperial (1874-1890)**. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

³¹⁶ Regulamento. *apud*: SOARES, Maria Norma Maia. **Colégio da Imaculada Conceição: Roteiro para uma visita ao passado**. Fortaleza: Editorial Cearense, 1990.

regulamentações da Instrução Pública e tinha seu próprio programa, estabelecendo uma cultura escolar mais ligada às outras escolas vicentinas do que às estruturas educacionais locais.

Sobre isso, Ana Cristina Pereira Lage percebeu as irmãs vicentinas como mediadoras sociais da expansão do catolicismo romanizado, empreendendo um movimento de universalização das práticas pedagógicas na rede de ações caritativas da congregação. A autora estudou a atuação das Irmãs em Mariana (MG) e em Lisboa, observando as conexões e cultura organizacional entre as escolas fundadas pelas Irmãs de São Vicente. Sua pesquisa indicou que, embora o propósito missionário exigisse adaptação às culturas locais, as vicentinas mantiveram grande esforço de padronização das obras de caridade, fazendo circular frequente correspondência entre as madres de diversos pontos da rede missionária com a Casa Mãe em Paris.³¹⁷

A congregação de São Vicente de Paula adotou como princípio evangelizador o acolhimento dos pobres, em especial os mais abandonados, como doentes, órfãos e loucos. Por isso, as Irmãs tinham como recomendação preferencial instalar orfanatos e escolas para meninas desvalidas, o que motivou sua vinda ao Ceará a pedido de D. Luiz. Como se viu, a Casa das Órfãs seria um abrigo para acolher as vítimas da epidemia do cólera, mas em reposta às demandas de famílias ricas por “educação elevada” para suas filhas, o Colégio acabou sendo dividido entre órfãs e pensionistas.

De toda forma, as Irmãs priorizavam, entre as crianças pobres, as órfãs que fossem “tão desvalidas, que não [tivessem] parentes para conceber a educação delas”, como estava escrito no art. 1º do Regulamento. Essa prioridade mostra a preocupação em não descaracterizar o trabalho missionário, cuja atenção deveria se voltar aos mais necessitados. Mas também dialoga com as imposições do recolhimento – cujo fundamento era gerir as crianças sem as interferências dos pais ou outros agentes externos ao Colégio. Crianças órfãs ou miseráveis tinham poucas possibilidades de recorrerem à família, permanecendo mais tempo sobre a tutela das Irmãs.

Para a admissão no Colégio, a família ou tutor da criança deveria, depois de saber da Madre Superiora se ainda existiam vagas para órfãs, provar a morte do pai e a condição de

³¹⁷ LAGE, A. C. P. **Conexões Vicentinas:** Particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

pobreza da mãe. Nenhuma criança sem atestado de batismo seria matriculada. No momento em que a órfã entrava na instituição, o responsável por sua entrega deveria assinar (ou ser acompanhado de testemunha que assinasse) o seguinte termo:

Eu abaixo assinado declaro que li, ouvi e entendi o presente regulamento e que aceito em toda a sua integridade a fim de ser recebida a órfã no Colégio das Órfãs dessa capital, **prometendo nenhum pedido fazer ou reclamação** contra ou além do que nele contem.³¹⁸

Ficava atestada, então, a impossibilidade da família de exercer intervenções diretas no recolhimento, no qual as crianças reproduziam um estilo de vida parecido com a clausura de um convento, dividindo o tempo das tarefas e aulas com as orações. Também parece que a promessa assinada de não fazer qualquer pedido às Irmãs era um meio de inibir a retirada das meninas do recolhimento. Diferente do que aconteceu no Colégio de Educandos e na Companhia de Aprendizizes, locais em que o presidente da província intervinha diretamente, não foram encontrados requerimentos de liberação de órfãs do Colégio da Imaculada. A entrada e saída de meninas era um assunto da Diocese, sendo resolvido diretamente entre as Irmãs e o bispo. Mesmo as doze órfãs mantidas pela subvenção da província não eram cadastradas nominalmente junto ao gabinete provincial. O valor de três contos de réis anuais enviados ao Colégio estava associado à “assistência de órfãs desvalidas”, quaisquer que fossem, já que o Colégio mantinha um número muito maior de meninas com recursos próprios e com donativos. Sendo assim, nem mesmo a admissão dessas doze meninas ou sua saída e eventual substituição passava pelo Governo. Com isso, fica ainda mais difícil rastrear suas procedências, famílias, idades ou outros detalhes de sua entrada na instituição.

Nas notas dos relatórios de província, pequenos trechos de jornais e livros de memória sobre o colégio vê-se uma grande procura pelo internamento de órfãs. O Colégio começou com maior número de pensionistas que de órfãs, mas pouco tempo depois, ao longo da década de 1870, a diferença era praticamente inexistente. O momento mais difícil foi, como era de se esperar, os anos da grande seca. Em 1876, havia 56 pensionistas e 51 órfãs no Colégio. Em 1878, com o impacto da seca, apenas 32 pensionistas permaneceram matriculadas enquanto o número de órfãs aumentou. No início das aulas de 1880, das 103 meninas do internato, apenas 40 pagavam a mensalidade. No ano seguinte, as Irmãs tentaram recuperar as finanças do Colégio e anunciaram o programa de ensino para pensionistas nos jornais, incluindo um sistema de externato. Mais tarde, em 1887 – quando o Colégio já contava com 150 pensionistas –

³¹⁸ Regulamento. *apud*: SOARES, 1990.

inauguraram também o Externato São Vicente de Paula, que oferecia instrução primária para crianças “paupérrimas” entre 5 e 13 anos de idade.³¹⁹

O ingresso das meninas estava ligado ao desejo das famílias pobres de encontrar abrigo para suas crianças sem a sujeição das casas particulares, onde trabalhavam exaustivamente sem muitas vezes receber instrução. Por outro lado, tornou-se comum o intermédio de padres, que solicitavam ao bispo o encaminhamento de órfãs às Irmãs Vicentinas. A história da menina Francisca narrada pelo padre Antônio Xavier Maria de Castro, que se colocou como seu protetor, pode abrir hipóteses sobre as condições de acesso ao internato, especialmente no caso das órfãs.

A trajetória de Francisca se tornou pública porque estava no meio de uma contenda judicial, motivada por intrigas pessoais entre o padre e uma família rica da localidade de Acaracú. Os irmãos Francisco Teófilo Ferreira e Antônio José Ferreira Junior denunciaram o padre Antônio ao juiz municipal por se apossar da menor Francisca sem permissão de autoridade competente. Em sua defesa, o padre Antônio de Castro declarou ter apresentado uma petição para tutela de Francisca, que deveria ser concedida por esse mesmo juiz, Alexandre Bernadino Ribeiro, cujo envolvimento com a família Ferreira, o teria feito mudar de opinião. Na longa carta que enviou ao jornal *A Constituição*, o padre contou o desamparo da menina.

Ana Luzia, mãe de Francisca, trabalhava como criada desde a infância. Passou a frequentar a casa de Antônio José Ferreira Junior, na qual havia seus filhos solteiros e um “cunhado comensal”. O padre deu a entender que no meio daquelas pessoas, Ana Luzia “perdeu sua honestidade” e, aos dezesseis anos, apareceu grávida. Por conta disso, fora despedida e conseguiu abrigo na choupana de um cego mendigo, onde nasceu a “pardinha Francisca”. Ana Luzia passou a mendigar nas ruas e, de acordo com o sacerdote, “entregou-se à prostituição”, tendo uma segunda filha chamada Raimunda, também parda. Estando muito doente, entregou ela mesma sua filha mais nova que contava com seis anos de idade a uma mulher, sob a promessa de lhe dar abrigo e proteção. Procurou o padre e pediu-lhe que cuidasse de Francisca (9 anos), para que não ficasse sozinha a vagar pelas ruas. Foi então que o padre Antônio de Castro, solicitou a matrícula da menina no Colégio das órfãs, recém-inaugurado em Fortaleza. Enquanto esperava a resposta do Bispo, a mãe de Francisca morreu. A menina foi levada a uma casa de “família descente”, onde passou quinze dias até que o padre conseguisse organizar sua

³¹⁹ Colégio Imaculada Conceição. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1896**. Fortaleza: Tipografia A República, 1896, p. 56.

viagem para a capital. Obtendo resposta positiva, padre Antônio conseguiu despacho da presidência da província para autorizar o embarque gratuito da menina no vapor Ipojuca. Ela seguiu aos cuidados de sua cunhada, a professora pública Francisca Xavier Bezerra, que ficaria com a órfã até o momento de seu ingresso no Colégio das Irmãs. No dia do embarque é que o padre foi notificado pelo juiz municipal para prestar esclarecimentos sobre a tutela de Francisca, que havia sido também requerida por Antônio José Ferreira Junior. Por isso, o padre resolveu acionar a imprensa para tornar pública a perseguição de que alegava ser vítima, tentando deixar claro que deu destino adequado à menina, cuja filiação jamais fora reclamada por membro algum da família Ferreira.³²⁰

Não é possível saber o motivo da rixa entre o pároco de Acaracú e os irmãos Ferreira, que eram seus afilhados. Não foram encontradas mais menções sobre esse mesmo caso em outros jornais. O que se pode afirmar é que a família Ferreira exerceu forte influência na política local, sendo o major da Guarda Nacional Francisco Teófilo nomeado pouco tempo depois como coletor de impostos, período em que foi investigado duas vezes pelo desvio de dinheiro público daquela vila. Antes disso, foi denunciado por tentar vender uma africana livre e três de seus filhos como escravos, caso que ganhou certa repercussão nos jornais.³²¹

Provavelmente foi devida a notoriedade econômica e política da família que o juiz Alexandre Ribeiro revogou a tutela da menina, antes cedida ao padre. Também não é possível dizer se Francisca era ou não parente dos Ferreira, como insinuava o padre. Ainda segundo sua versão, Francisco Teófilo, no dia em que seu irmão Antônio José pediu a tutela das filhas de Ana Luzia, foi até a casa do padre para dizer que não podia saber se essa pardinha (tratando de Francisca) era sua filha, considerando a reputação da mãe e “outras razões que a honestidade faz calar” – ao que parece, Francisco Teófilo, um primo seu chamado João Paulo de Abreu e o próprio Antônio José tiveram relações sexuais com Ana Luzia.

Dessa intrincada disputa, que extrapolava a existência de Francisca, destacam-se os poucos indícios de sua vida. Filha de mãe solteira, conheceu a mendicância, a doença e a orfandade. Foi separada de sua irmã porque a mãe quis garantir abrigo e proteção para suas filhas antes de morrer. Como muitas mulheres que esta pesquisa encontrou, Ana Luzia projetou para suas crianças um futuro melhor, longe da indigência e dos maus tratos. Recorreu a caridade, tentando cavar brechas de sobrevivência para sua família e apostou no padre como

³²⁰ Correspondência – Acaracú. **A Constituição**, ed. 66, p.2, 4 jul. 1867.

³²¹ Correspondência. **A Constituição**, ed. 208, p.1, 20 set.1865.

meio de acessar educação formal para Francisca. Mesmo sem poder descrever os sentimentos de Francisca quando de sua entrada ao Colégio da Imaculada Conceição, é tangível afirmar que a insegurança e o medo acompanharam a garota nesse momento. Afinal, o que ela conhecia, aquilo que lhe era familiar (a mãe, a irmã, as ruas pelas quais mendigava, as pessoas com quem encontrava) fora perdido na viagem. Além disso, fez o percurso até Fortaleza sozinha, não conhecia a mulher que deveria lhe esperar no desembarque e nem poderia saber como seria tratada na nova casa. As incertezas de Francisca, de certo, foram sentidas por muitas meninas “desvalidas” abrigadas pelas Vicentinas.

Rachel de Queiroz, que na década de 1920 estudou no Colégio da Imaculada Conceição em Fortaleza, escreveu posteriormente o romance *As três Marias* (publicado em 1939). O livro trata da vida de três garotas – Maria Augusta (Guta), Maria José e Maria Glória – que eram pensionistas do Colégio. Guta, a narradora, conta o seu primeiro dia no Internato:

Eu tinha medo. A Irmã era velha, de olhar morto, fala incolor e surda. Parecia feita de papel pálido, ou de linho engomado semelhante a corneta que trazia na cabeça e que se agitada, a cada movimento seu, como uma ave. Parecia uma boneca de cera, uma santa, só não parecia gente. (...) Pelas varandas imensas espalhava-se centenas de meninas de todos os tamanhos, com todas as caras deste mundo. Encolhi-me mais junto à Irmã. Outras meninas vinham chegando, e ouvia-se gritos:
- Novata! Uma Novata!
(...) Angustiada pela timidez que me inspiravam as caras novas e atrevidas das meninas, eu só pensava em fugir; e a lembrança da mala me ocorreu como uma salvação. A mala, minha conhecida, a roupa que eu ajudara a madrinha a marcar peça por peça. (...) Sentia saudade da mala como de uma pessoa, ela era um prolongamento de casa, única ponte entre a minha vida e aquele mundo novo.³²²

As impressões deixadas pela personagem de Rachel de Queiroz materializam sentimentos que perpassavam o ingresso das meninas na reclusão do internato. A forma como a autora construiu, no romance, a representação sobre o colégio, as freiras e as outras crianças permite uma aproximação com o mundo sensível do recolhimento. Longe de querer reafirmar a verossimilhança dessa narrativa com o passado vivido pelas educandas ou órfãs do Colégio no século XIX, interessa notar a plausibilidade de sensações e reações possíveis diante dessa experiência de ingresso em campo desconhecido. A escritora sugeriu, além do estranhamento diante de um espaço nunca visto, a necessidade de Guta de agarrar referências do passado, de pessoas e objetos que, naquele instante, constituíam sua identidade. A mala da pensionista era, na prosa de Rachel de Queiroz, sua casa, seu conjunto de experiências, valores e trajetos.

Difícil não imaginar que o medo e a timidez foram sentimentos compartilhados no universo do recolhimento das órfãs. Mas mesmo esses sentimentos, se processaram a partir de

³²² QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996, p. 7.

pertencimentos e condições objetivas muito diferenciadas entre as meninas que ingressaram no CIC. Como se pode deduzir da vida de Francisca, nem todas as crianças levavam para o recolhimento sua casa/mala de pertences, com lembranças dos parentes ou roupas bordadas pela madrinha, como fizera, na literatura, a menina rica cuja família podia pagar a mensalidade do Colégio. As memórias das órfãs estavam, na maioria das vezes, guardadas no próprio corpo, já que poucos ou nenhum objeto tiravam de suas antigas moradas.

A freira que a menina Guta via diante de si em seu primeiro dia de colégio interno “não parecia gente”, falava pouco e não estava disposta a ouvir. Essa imagem bem pode ser tomada como uma analogia das relações entre as instituições asilares e as crianças recolhidas. O recolhimento não foi concebido como direito da criança excluída; era uma tarefa de ajuste dos despossuídos. Com isso, evitar o crime e corrigir a infância foram marcas educacionais diretamente vinculadas ao recolhimento. Premissas que, a priori, rejeitavam as individualidades das crianças, tomando-as como problema social. Nesse sentido, para grande parte dos sujeitos envolvidos na educação dessas crianças adjetivadas como desvalidas, elas não tinham nada a dizer. Deveriam, por certo, aprender a obediência, o trabalho ágil e bem feito, fatores indispensáveis à subordinação – chamada pelos ricos de harmonia social –, além de incorporarem o recato e a honra como sinônimos de honestidade.

A proposta vicentina de preparar donas de casa e empregadas domésticas sugere dois movimentos concomitantes. Era uma educação para meninas pobres. Nesse sentido, estava acomodada nos repertórios de segregação social próprios do século XIX: órfãs pobres, muitas delas pardas, preparadas para servir convenientemente as famílias ricas. Visto por esse ângulo, era um mecanismo de conservação da ordem social. Porém, eram, igualmente, ações de fuga da indigência, sobretudo se pensadas dentro desse mesmo contexto de infância pobre, convivendo com políticas de exclusão numa sociedade escravocrata. Não resta dúvida que para legisladores, juristas clássicos e para representantes da Igreja o recolhimento era mesmo uma medida de profilaxia social. Mas, à revelia, era, para os pobres, uma brecha de acesso ao mundo do trabalho qualificado, que os diferenciava dos jornaleiros.

Tratou-se até aqui das condições sociais dos sujeitos recolhidos, dos sentidos de recolher, das percepções sobre as crianças pobres como trabalhadores em potencial no século XIX e dos variados usos e discursos do trabalho infantil, legitimado juridicamente e recomendado por intelectuais, religiosos e militares do período. A seguir busca-se analisar o cotidiano das instituições abordadas, tentando entender quais e como as crianças inventaram para si espaços de autonomia / conhecimento / resistência. Foram possíveis apropriações?

5 AS OFICINAS E OUTROS MISTERES

Esta não é a história de como o recolhimento isolou a criança pobre, tentando moldá-la para o trabalho. A razão da pesquisa é buscar compreender a institucionalização da infância como um processo dissonante entre Estado, grupos dominantes e famílias pobres acerca da ordenação do trabalho. Espera-se ter explicado que a difusão do recolhimento não esteve exclusivamente ligada ao recrudescimento das medidas estatais de combate ao ócio e que as camadas populares participaram da fabricação do internamento (negando, aceitando, reinventando, ressignificando). Não é possível afirmar que o número de crianças recolhidas em instituições de profissionalização no século XIX aumentou exclusivamente em decorrência do crescimento populacional urbano ou da migração campo-cidade. Ou seja, não foi simplesmente o número de empobrecidos concentrados em Fortaleza que gerou o Colégio de Artífices, a Companhia de Aprendizes Marinheiros, o Colégio da Imaculada e nem a Colônia Cristina (criada nos assombros da grande seca). Estas instituições têm sua existência ligada às formulações sobre o trabalho infantil, sobre o lugar da criança pobre. Amparadas no processo de formalização do trabalho infantil, as instituições de profissionalização impuseram o recolhimento, mas não puderam isolar as crianças e nem as tomar integralmente.

Há de se considerar alguns aspectos dessa relação. Em primeiro lugar, uma parte das famílias matriculou suas crianças nessas instituições. Os motivos foram os mais variados: fome, medo do trabalho compulsório não remunerado, possibilidade de aliviar o orçamento familiar, o desejo de qualificação profissional, castigo para os filhos rebeldes etc. Mesmo a CAM, o recolhimento infantil mais rejeitado pelos pobres nos oitocentos, passou por um longo processo de reformulação que não pode ser explicado somente pela valorização das Forças Armadas nas décadas seguintes, que teria tornado a carreira de marinheiro um pouco mais atraente. Em muitos momentos dessa história, os garotos recrutados e suas famílias provocaram mudanças na instituição. O internamento de aprendizes marinheiros foi marcado pela compulsoriedade tanto quanto pelas resistências familiares. Entretanto, existiram voluntários, demonstrando algum grau de aceitação (ou apropriação), o que não quer dizer consenso. Nesse sentido, mesmo quando as estruturas institucionais priorizavam a ruptura dos laços familiares, as famílias jamais deixaram de forjar diálogos com o recolhimento, fazendo desses espaços um lugar de conflito e negociação.

Outra questão se reporta à criação e uso da noção de “desvalido”. Como se viu, tal caracterização das crianças pobres – especialmente quando o termo “desvalido” foi empregado por magistrados e legisladores como sinônimo de abandono moral – serviu para abrir caminhos ao usufruto da mão de obra infantil nos mais variados campos de trabalho, principalmente no serviço doméstico. Mas como essa representação de “desvalido” foi adaptada pelos pobres? Em outras palavras, como as políticas assistenciais voltadas aos “desvalidos” se encontraram com as demandas dos trabalhadores? O que se deseja pontuar nestas páginas é que as instituições foram criadas a partir de lógicas excludentes de acesso à educação e profissionalização. Entretanto, se passaram a existir a contragosto de boa parte das famílias pobres (em especial das mães solteiras ou amasiadas), se, em diversos momentos, ameaçaram a convivência familiar e as estruturas costumeiras de organização/circulação do trabalho infantil não formalizado, se marcaram a vida de várias crianças ao ponto de suas experiências ultrapassarem os limites físicos do recolhimento, essas mesmas instituições entraram (ou foram tomadas) pelas noções de justiça popular nos oitocentos, considerando como elementos de justiça popular a apropriação do aparato oficial quando conveniente à sobrevivência e às dinâmicas de resistência dos oprimidos.

Nesta perspectiva, as maneiras como os trabalhadores interagiram com o recolhimento infantil podem ser descritas como “resistências normais”. Ou seja, não houve momentos declarados de enfrentamento com as forças estatais no sentido de destruir ou impedir diretamente o internamento, mesmo quando as crianças eram capturadas em praça pública como aconteceu na admissão de meninos no Colégio de Artífices e na Companhia de Marinheiros. Como já foi demonstrado, os pais tentavam reaver seus filhos a partir de requerimentos e denúncias que chegavam à imprensa por rumores que circulavam pela cidade. Afora isso, os meninos evadiam. Esse conjunto de ações fortuitas, mas não triviais que estiveram presentes na história do recolhimento aparecem aqui discutidas a partir dos apontamentos de James Scott sobre as *resistências normais* diante da *exploração normal*. O autor quis destacar que as estratégias de dominação consolidadas política e economicamente são percebidas pelos dominados. O uso da nomenclatura “normal” não significa que a opressão se tornou indiscutível ou automática – de forma que ninguém se deu mais ao trabalho de contestar. A opressão é ordinária no sentido de palpável cotidianamente, mas a ausência de rebeliões ou revoltas populares não é indicativo de assimilação, indiferença ou desconhecimento diante da exploração vivida. As resistências normais são insubordinações diárias, atos massivos e não coordenados de confrontação indireta com o poder que evidenciam formas de pensar dos

oprimidos, seus valores e expectativas.³²³ É sob essa argumentação que se pretende tratar aqui o cotidiano das oficinas. Por isso, escolheu-se o caminho oposto à ideia de *isolamento*.

Entende-se que apesar do campo normativo construído e imposto às crianças no internamento ter gerado uma série de impactos em suas formas de agir e pensar, os sujeitos infantis recolhidos não foram despersonalizados e destituídos de suas demais experiências fora das instituições, ainda que tenham permanecido dentro delas. Ou melhor, o *dentro* institucional foi permeado de sujeitos externos, de embates próprios do mundo do trabalho e de valores beligerantes com as noções de utilidade do trabalhador. Também não se pode crer que houve isolamento efetivo, nem mesmo fisicamente. Como se verá, as crianças recolhidas também viam a cidade – e sobre ela construía suas próprias representações, ainda que pouco acessíveis. Os garotos iam ao mar para tomar banho, as meninas lavavam roupa nos riachos, os aprendizes marinheiros apagavam incêndios, os educandos buscavam lenha, as órfãs participavam dos festejos religiosos, os garotos da CAM subiam nos vapores e circulavam pela Capitania do Porto.

Este capítulo se destina ao cotidiano das oficinas tanto quanto foi possível reconstruir o ambiente de trabalho e as lições que as crianças recolhidas recebiam de seus mestres civis, militares e religiosos. A discussão pretendida é a de que a sistematização dos trabalhos das crianças, visando instaurar disciplina e produtividade, foi entremeada por movimentos plurais dos trabalhadores urbanos – seja com relação ao processo de apreciação dos ofícios, seja como proteção às ameaças da estrutura escravista ou ainda como confrontação aos despotismos estatais.

³²³ SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 217-243, jan./jun. 2011.

5.1 Mestres, aprendizes e a invenção do ensino profissional no Ceará

Nunca viste na oficina
 Uns querubins enfezados
 Nos trabalhos torturados
 A quem a miséria reduz?
 Nunca viste em negras minas
 Sofrer do fado os espinhos?
 Nunca viste os passarinhos
 Que choram longe da luz?

Oh homens do mundo novo
 São eles – filhos do povo!

Mas já viste numa escola,
 Nos largos arborizados,
 Correrem entes rosados
 Onde o júbilo reluz!
 Como as aves da gaiola
 Que cantam, voltando aos ninhos
 São assim os passarinhos
 Que têm ar, vida e luz!

Oh homens do mundo novo
 Amai os filhos do povo!

(*Balada dos filhos do povo*, Gomes Leal)³²⁴

Sabe-se pouco sobre a trajetória dos garotos internados. Alguns indícios, porém, permitem entender que impor um modelo ideal de aluno-operário podia tornar a vida desses meninos bastante infeliz. Depreendem-se dos mapas anuais de desempenho dos garotos apresentados pela direção do Colégio de Artífices, fragmentos do cotidiano e da cultura escolar que se inventava naquele espaço. O menino João Sabino Buzio entrou no colégio com apenas nove anos de idade. Depois de quase três anos de recolhimento, ele mal sabia ler, apenas rabiscava algumas palavras. Seu adiantamento em matemática também era rudimentar, pois só conseguia somar e subtrair. Com onze anos, Sabino desempenhava o ofício de sapateiro, mas não apresentava a mesma habilidade dos demais colegas de oficina. Por tudo isso, o diretor Saldanha Marinho o definiu como “estúpido e inábil” no relatório de 1859.³²⁵ É possível entrever que a rotina de aulas e trabalho não era o que alegrava João Sabino. Vale lembrar que as oficinas agora apresentadas como espaços de aprendizagem profissional não significaram frouxidão na execução dos trabalhos ou exigiram pouco esforço dos aprendizes, dada a ausência de um patrão ou senhor. Destaca-se a produção efetiva realizada nas oficinas do Colégio, onde os meninos tinham de confeccionar suas próprias roupas e calçados.

³²⁴ *Gazeta do Norte*, ed. 263, p.3, 27 nov. 1889.

³²⁵ Quadro nominal e demonstrativo do adiantamento dos educandos. *In*: Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1859, p. 56 [Anexos].

Quando implantadas, as oficinas de sapataria e alfaiataria animaram o diretor, visto que os alunos ali dispostos começaram a apresentar êxito nos serviços. Com exceção de algumas crianças, as turmas responderam bem ao treinamento e pareciam confirmar a utilidade da Casa. Mesmo o menino Sabino, tempos depois, trabalhava com “habilidade e gosto”, segundo o mapa de adiantamento das oficinas publicado em 1864. No entanto, a despeito do progresso de vários aprendizes, a falta de investimentos e a deterioração gradual das oficinas mitigaram os ânimos e esperanças de maiores rendimentos autônomos para o estabelecimento. Em todos os relatórios encontrados falou-se das dificuldades de obtenção da matéria prima, dos altos preços do couro e das fazendas, que não bastavam sequer para produzirem os uniformes dos educandos. Para contornar esses problemas, padre Antônio de Braveza pediu liberdade para negociar, por conta própria, a produção das oficinas. Sua ideia era estabelecer acordos de consignação com outros estabelecimentos, que enviariam a matéria prima necessária ao Colégio e, depois de venderem as peças, pagariam um “módico custo pelo feitio de cada obra que fosse recebendo”.³²⁶ Mas jamais houve qualquer autorização nesse sentido. Pouco tempo antes de extinguirem o Colégio de Educandos, padre Florêncio lamentava as encomendas paralisadas por falta de material, o que – advertia – só contribuía para o descrédito da instituição.³²⁷

Outro empecilho apontado foi quanto ao ordenado dos mestres. A precarização dos salários não atraía artífices com alto nível de qualificação. Desde o início, uma queixa comum da direção recaía sobre “a imperícia e desleixo dos mestres que se mostra[va]m indiferentes aos seus deveres”, como anotou Braveza no relatório de 1861. Segundo o mesmo diretor, o comportamento pouco responsável dos mestres estava relacionado ao “mesquinho vencimento de 300 mil réis anuais”. Ganhavam jornadas equivalentes a oficiais de pequenos ateliês, o que dificultava o andamento do ensino profissional e inibia a contratação de artífices mais habilidosos. A rotatividade também era intensa. Naquele mesmo ano, o mestre carpinteiro pediu demissão e a oficina passou três meses inativa porque ninguém se interessava pelo cargo.³²⁸ Por direito, os mestres tinham, além do soldo, a terça parte das encomendas contratadas. Porém, diante das dificuldades de obter material, as encomendas eram incertas. Os meninos ficavam ocupados com a fabricação de artigos internos – o que não gerava renda para o mestre – ou com encomendas do Governo Provincial, que demorava bastante no repasse das verbas.

³²⁶ Relatório do Diretor Pe. Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p.10 [Anexos]

³²⁷ Relatório do Diretor Pe. Florêncio de Almeida Pinto. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p. 7 [Anexos]

³²⁸ Relatório do Presidente de Província do Ceará Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1861, p. 11.

O mestre ficava encarregado de acompanhar individualmente cada aluno em suas práticas, obrigava-se a comunicar a ausência dos educandos (que tinham licença apenas em caso de enfermidade), deveria produzir relatórios sobre as gradações dos aprendizes e sua “índole” para o trabalho. O regulamento previa quase sete horas de aulas práticas – com folga aos domingos – e duas horas de estudo. Os meninos deveriam acordar às cinco horas, apresentando-se limpos e asseados para a oração matinal. Depois disso, tinham as aulas de primeiras letras, paravam para comer e seguiam às nove horas para as oficinas, onde trabalhavam até meio dia. Descansavam por duas horas, retornando às oficinas até dezessete e trinta. Essa dinâmica de trabalho não afetava somente as crianças recolhidas. Exigia dos mestres disponibilidade, assiduidade e vigilância, o que foram repetidamente reclamadas pelos diretores.

A vontade de sistematização do trabalho de artífices instituída no Colégio de Educandos esbarrava não apenas nas resistências internas dos garotos, mas na ordenação de aspectos e costumes dos operários ali vinculados. Assim como não era simples a “domesticação” de meninos, não era automática a conversão de artífices mal remunerados em mestres do ensino profissional em um estabelecimento estatal, regido por regras fundamentadas na disciplinarização dos trabalhadores. Em geral, as oficinas caseiras tendiam a organizar sua produção e seu tempo de trabalho em sintonia com as tarefas ou encomendas contratadas, podendo coexistir jornadas muito longas com intervalos estipulados pelo próprio artesão, sem necessariamente cumprirem um horário fixo de entrada e saída no local de trabalho, que, na maioria das vezes, era a própria casa. O que o Colégio exigia era exatamente a quebra desse padrão. Os mestres deveriam chegar cedo às oficinas, organizar etapas de produção para atender aos diferentes níveis de aprendizado dos alunos – considerando que havia entre eles iniciantes, recém-chegados e outros já adiantados – e ocupar todo o tempo destinado às aulas práticas sem exceder demais e nem acabar antes para manter a rotina da Casa e evitar a circulação de ociosos, tendo em vista os horários regulados para rezar, estudar música, limpar os dormitórios etc. Entretanto, o ambiente de trabalho e as formas em que se deram o aprendizado dos próprios mestres divergiam do conjunto de normas e conceitos sobre os quais se construía o ensino profissional de garotos recolhidos. Em 1859, Saldanha Marinho exigiu do Presidente da Província a exoneração dos mestres alfaiate e sapateiro, “por nunca cumprirem suas obrigações”.³²⁹ Mais tarde, Florêncio Pinto dizia em seu primeiro relatório (1865) que enfrentou

³²⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1859, p. 13.

muitas dificuldades para estabelecer a regularidade dos oficiais e demais empregados do Colégio e a moralidade dos educandos.

Se o propósito do recolhimento era fundar um tipo ideal de trabalhador, o mestre precisava representar essa postura esperada de trabalhador ordeiro e proativo. No plano ideal, as crianças treinadas no Colégio deveriam ser bem mais qualificadas que os aprendizes das oficinas particulares, afinal o recolhimento foi justificado pela autoridade e legitimidade do Estado na profissionalização das crianças, o que desqualificava as maneiras de aprender e executar os ofícios fora das instituições de ensino. Por isso, a adequação do mestre ao projeto institucional foi mais uma arena de embate do recolhimento com os modos e vidas dos trabalhadores urbanos nos oitocentos.

Essa observação reafirma as contradições que atravessavam o plano institucional. A falta de regularidade dos mestres quanto assiduidade e prontidão nas tarefas dentro dos moldes exigidos pelo Colégio reforçava os discursos de que os pobres eram naturalmente desorganizados e pouco morigerados. Para os governantes e gestores era preciso disciplinar o aluno e o professor. Na prática, isso passava por questões econômicas e políticas. A sugestão de aumentar o salário dos mestres não foi acatada, já que a intenção das autoridades era obter um trabalhador responsável sem alterar demais o erário provincial. A saída parece ter sido articular outros tipos de vantagens, que passavam por arranjos políticos e tessitura de favores.

Nesse sentido, muitos elementos do mundo do trabalho na cidade de Fortaleza integralizaram a experiência dos meninos artífices. A oficina de carpintaria, por exemplo, iniciou suas atividades em 1861 e por quase dois anos funcionou descontinuamente devido à ausência de mestre no Colégio, até ser nomeado João Alves Pereira, em março de 1863. De acordo com os mapas apresentados, sob a condução do novo mestre a oficina começou a dar sinais de desenvolvimento, incluindo um pequeno ganho originado de encomendas externas. Em agosto do ano seguinte, as anotações de João Alves mostraram que dos dezessete aprendizes da oficina de carpina, oito estavam “adiantados” ou já trabalhavam “com perfeição e superioridade”, apenas os menores como Jacinto Vicente (9 anos) “nada” conseguiam fazer.³³⁰ A atuação de João Alves foi, então, elogiada pelo diretor. No entanto, o mestre contratado não era um oficial iniciante, que aceitou o “mesquinho salário” – como dizia Padre Braveza – por pura necessidade. Já havia sido requisitado diversas vezes pela Província para executar obras em prédios públicos, como na Assembleia e no mercado. Antes de assumir o cargo no Colégio

³³⁰ Mapa das Oficinas. Relatório do Diretor Pe. Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864. [Anexos]

de Educandos, fora recomendado pelo Presidente da Província para obras públicas no Rio Grande do Norte. Na ocasião, o gabinete do Rio Grande do Norte solicitou formalmente o envio de dois carpinas e dois pedreiros cearenses para obras em Natal.³³¹ Isso leva a crer que a contratação de João Alves para a oficina dos Educandos não se baseava puramente no pagamento do soldo, mas envolvia outros ganhos que passava pelas redes de contato e apoios políticos.

No mesmo ano em que assumiu a oficina do Colégio, o mestre carpinteiro João Alves Pereira apareceu na extensa lista que o juiz de órfãos Manoel da Cunha Figueiredo fez publicar nos jornais de Fortaleza para cobrar dos locatários o pagamento das soldadas de órfãos em atraso.³³² É muito provável que João mantivesse como aprendizes meninos assoldados, como era comum nas oficinas do período. O que, então, diferenciava o ensino do Colégio do ensino ministrado pelo mestre carpinteiro aos órfãos da sua casa?

Esta indagação leva a considerar a constituição daquilo que Dominique Julia chamou de *cultura escolar*. Ou seja, uma associação entre o conjunto normativo que estabelece os conteúdos bem como propósitos do ensino e as práticas intraescolares pelas quais acontecem efetivamente a aprendizagem e a incorporação dos comportamentos esperados. Os apontamentos de Julia problematizam as instituições de ensino a partir da noção de processo, no qual a cultura escolar (contextualizada, especificada e entendida em diálogo com outros aspectos macros externos à escola, como traços religiosos ou o campo das ideias políticas) seria o produto das experiências e encontros de seus agentes – professores, gestores, estudantes.³³³ Assim, é preciso voltar-se ao funcionamento interno da escola, o que contraria a perspectiva de ater-se apenas às normas previstas no regulamento ou imposições pedagógicas. Entende-se que a ideia era profissionalizar garotos e torná-los “úteis” – trabalhadores produtivos e submissos na idealização dos dominantes. Mas seria insuficiente dizer que o Colégio existiu porque o poder público desejava controlar a população pobre livre. O Colégio de Artífices pôs em destaque os sentidos do trabalho qualificado nos oitocentos, o que repercutiu na vida dos meninos recolhidos.

O Colégio de Educandos é um exemplo nítido de “invenção” da instituição escolar. Em outras palavras, os poucos anos de funcionamento dessa instituição mostraram que a cultura

³³¹ Ofício. **Pedro II**, ed. 2068, p. 1, 17 ago. 1860.

³³² Edital. **Pedro II**, ed. 55, p. 2, 8 mar. 1863.

³³³ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

escolar se faz em processo. Nada estava pronto e nem poderiam ser simplesmente transmitidas regras alheias àquele ambiente, naquelas condições particulares de recolhimento e profissionalização. Métodos, sujeitos e propósitos da profissionalização de órfãos pobres estavam em confecção, ainda que não fosse uma realidade inédita no país. Uma série de elementos externos, adaptações, correções e tentativas constituíram a cultura escolar dos educandos artífices, incluindo a relativa improvisação da figura do mestre de ofícios na educação formal que, para os governantes, deveria agir diferente dos artífices de oficinas caseiras.

É claro que o recolhimento ditava uma outra relação com o trabalho e com o ofício. Mas a imposição de tarefas, os meios de operacionalizar a produção, a construção da relação mestre-aprendiz, a hierarquia que se estabelecia pela força do método e pela legitimidade da agressão, eram componentes que persistiam em todas as oficinas. Mesmo sem mencionar, por hora, os castigos físicos e vexatórios com os quais se tentava impor a disciplina e a doutrinação cristã, o trabalho nas oficinas do Colégio era pesado. Não existe qualquer razão para duvidar das posturas severas dos mestres quanto à aprendizagem dos internos. É possível mesmo entrever que as formas de tratamento dos mestres nas oficinas do Colégio não iam muito diferentes das oficinas caseiras que se espalhavam pela cidade. Portanto, os mestres faziam adentrar no Colégio de Artífices aspectos e rotinas do trabalho não institucionalizado, demonstrando a circulação de saberes e modos corriqueiros de lidar com a profissionalização de crianças nesse período. O fato é que se justificava natural a coerção do mestre, que deveria enrijecer sua autoridade diante dos aprendizes. Esse, afinal, era um traço definidor das relações educacionais nos oitocentos, não somente na escola, na família também. Pais, tutores, mestres assumiam uma posição hierárquica para educar suas crianças, impondo regras pela força e pelo dever de obediência aos mais velhos. Assim, era obrigação das crianças ouvir, repetir e obedecer. Por isso, os diretores cobravam uma postura mais rígida dos mestres como estratégia pedagógica, pois nos relatórios reafirmavam a necessidade de castigos e punições aos desatentos e indolentes.

Por outro lado, uma série de pequenas iniciativas demonstravam o desejo (ou necessidade) de estimular as crianças e recompensá-las pelos esforços nas oficinas. Padre Antônio de Braveza pediu duas vezes ao corpo legislativo a aprovação de uma lei que liberasse prêmios aos “educandos que mais progressos fizessem nas artes e nos ofícios mecânicos”, pois,

como argumentou, os meninos se mostrariam mais dispostos a cumprir seus deveres.³³⁴ Em outra parte do relatório, o diretor justificava que, no ano de 1863, poucas obras foram manufaturadas para fora do Colégio porque não se poderia sobrecarregar as crianças “em razão de viverem trabalhando nas obras de casa”, fazendo “todas as obras de pano, bem como todo o calçado que eles usam”.³³⁵ Além disso, havia uma preocupação com o tipo de trabalho executado pelos educandos. Nos documentos do Colégio há indícios de que a matrícula nas oficinas considerava a idade e o desenvolvimento motor dos garotos, mas não é possível dizer se o ofício poderia ser escolhido pelo aprendiz. Ao que parece, os pequenos iam para as aulas de alfaiataria ou sapataria e os maiores iam para a oficina de marcenaria, depois de instalada. O certo é que todas as crianças recolhidas estavam nas oficinas. O quadro abaixo, construído a partir dos relatórios anuais da direção e encaminhados ao presidente de província, mostra o movimento de matrículas nas oficinas durante os anos de funcionamento do colégio.

Tabela 8: Movimento das oficinas no Colégio de Educandos Artífices

Ano	Nº de Alunos	Alfaiataria	Sapataria	Carpintaria	Funilaria	Licença
1857	22	12	10	-	-	-
1858	40	26	14	-	-	-
1859	49	36	13	-	-	-
1860	50	36	14	-	-	-
1861	53	35	11	7	-	-
1862	56	34	12	10	-	-
1863	66	24	15	16	7	4 enfermos
1864	67	29	13	17	8	-
1865	67	33	13	12	7	2 enfermos
1866	69	34	13	16	6	-

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província e Mapas do Colégio (1857 -1867).

Vê-se que a oficina de alfaiataria sempre envolveu maior número de educandos. Foi a principal porta de entrada no ensino profissional do Colégio. Durante o tempo de recolhimento alguns educandos já bem adiantados no ofício de alfaiate foram encaminhados para o aprendizado de outros ofícios, mas continuaram trabalhando na primeira oficina, especialmente quando o serviço se avolumava. Isto é, quando chegavam os tecidos para confeccionarem suas próprias vestimentas e os uniformes da banda de música do Colégio.

Segundo o regulamento do Colégio, seriam escolhidos pelo diretor alguns decuriões – alunos que se destacassem por seu bom comportamento e por suas habilidades nos ofícios – para ajudar e fiscalizar os demais educandos. Estes seriam os únicos aprendizes com permissão

³³⁴ Relatório do Diretor Pe. Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p.1 [Anexos]

³³⁵ *Idem*, p.10.

para sair das dependências do Colégio para realizarem alguma diligência dos mestres, quando fosse necessário. A ideia era, precisamente, implantar um sistema de distinção e honra constituído a partir de uma relação de confiança e interdependência, que, se por um lado, facilitava o controle dos meninos, por outro lado, conferia alguma independência aos que fossem selecionados pelos professores. Esta prática ficou bem evidente no funcionamento das oficinas, especialmente tendo de lidar com as ausências e inconstâncias dos mestres. Algumas vezes, os próprios aprendizes ficaram encarregados de grande parte da produção interna. Na alfaiataria, o aumento de matrículas intensificou a produção de uniformes, o que implicou em mais trabalho para os aprendizes maiores, já que os recém-chegados pouco podiam ajudar.

Para Richard Sennett, as oficinas estabelecem uma constante interação entre autoridade e autonomia. Ou seja, a autoridade do mestre é legitimada por suas habilidades naquele ofício, mas isso exige também uma disposição moral, que inspira medo e procura a submissão. A postura de obediência do aprendiz significa, nesse contexto, sua adesão ao trabalho e respeito aos passos da produção. No entanto, é a autonomia do artífice a principal razão da oficina, já que, preparado para ser um oficial, deveria dar provas de suas competências mecânicas e, nesses termos, se apartar da simples imitação (o que o tornaria para sempre um mero aprendiz). Desta forma, ao menos teoricamente, “as habilidades do mestre podem valer-lhe o direito de mandar e a possibilidade de absorver essas habilidades e aprender com elas pode dignificar a obediência do aprendiz ou do jornaleiro”.³³⁶ Esta relação entre autoridade e autonomia da qual tratou o autor se estabelece também como componente ético: a postura de aprendiz diante da imitação, transferência e ritual das habilidades do ofício faz parte do trabalho técnico do artífice. Por isso, a aquisição de cada “arte” envolve um campo de disputas sobre a autonomia e a autoridade personalizada e direta do conhecimento.

No recolhimento, como a figura do mestre passava muito mais por uma questão de contrato, sendo a fluidez da sua presença uma marca da sua atuação dentro do contexto do internato, essas disputas e a própria consolidação da autoridade e do saber do mestre acabavam por ser relativizadas ou desobedecidas. Isso envolveu dois movimentos paradoxais: 1) maior severidade na imposição do trabalho, já que o mestre, não podendo ou não querendo ser um referencial ético e de valorização do trabalho gabaritado, utilizava de recursos mais agressivos para manter a produção das oficinas e 2) maior autonomia para os aprendizes mais velhos,

³³⁶ SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

aqueles que ficavam mais envolvidos na confecção integral dos produtos encomendados, visto que, nas ausências do mestre, assumiam lugar de relativa liberdade no processo produtivo.

Uma outra razão para a alfaiataria absorver mais crianças que as demais oficinas estava ligada ao preço das matérias-primas. Couro, madeira e metal eram ainda mais caros que os tecidos. Por isso, havia grande preocupação com os desperdícios, inevitáveis no processo de aprendizagem.

A oficina de sapateiro oscilou pouco em quantidade de aprendizes. No começo também se destinava exclusivamente à manufatura dos calçados utilizados pelos educandos. Mas pouco tempo depois, ainda em 1857, passou a fabricar peças para o Corpo de Polícia da capital, recebendo os couros e solas com relativa regularidade. Além disso, entre 1865 e 1866 os meninos do Colégio ficaram bastante ocupados com a confecção de fardamentos, mochilas, botas e outros aviamentos militares para os batalhões recrutados que embarcaram para a Guerra do Paraguai.³³⁷ Esse foi o período em que os relatórios deixaram transparecer algum otimismo com as oficinas, já que um pequeno lucro foi gerado e aplicado na compra de material (insumos e ferramentas) e o mestre sapateiro obteve maior remuneração. Provavelmente, a periodicidade das encomendas interferiu na formação dos aprendizes sapateiros e na quantidade de garotos destinados à essa oficina. Ao que parece, tentou-se manter o ritmo da produção controlando a entrada de iniciantes, que demandariam mais tempo e atenção do professor e de seus monitores (alunos mais experientes). No quadro que o mestre Pascoal Bailão entregou em agosto de 1864 é possível notar que a maioria dos aprendizes sapateiros era mais velha e estava no Colégio há mais tempo, se comparada aos alfaiates, muitos com idade entre sete e doze anos.

Tabela 9: Mapa dos Aprendizes da Oficina de Sapateiro

Nº	Nomes	Idade	Adiantamento
1	José Bittencourt Januário da Silva	18	Habilidade para exercer qualquer obra
2	Raymundo Ferreira Chaves	18	“ e vantagem
3	Joaquim de Paula Correia	19	“
4	João Sabino Buzio	19	“ e gosto
5	José Pereira de Lima	12	“
6	Pedro Gonçalves de Almeida	17	“
7	Justiniano Manoel da Cunha	11	“
8	Francisco José Teofilo	16	“ e negação
9	João Teixeira Leite	14	“
10	Manoel de Freitas	14	“
11	Francisco Sant’Anna	8	Habilidade
12	Maximiano Teixeira Leite	15	Falta de gosto e negação
13	Jardilino Rodrigues	13	Negação

Fonte: Relatório do Diretor Pe. Antônio de Braveza, 1864.

³³⁷ Relatório do Diretor Pe. Florêncio de Almeida Pinto. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p. 6 [Anexos]

Assim como João Sabino, já mencionado anteriormente, os meninos sapateiros Bittencourt, Raymundo, José e Pedro viviam no Colégio desde muito pequenos. Vistos nesse mapa com suas habilidades e vontade de trabalhar sugerem que o recolhimento cumpria sua finalidade de formar artífices competentes ou que as estratégias de dominação garantiam a subordinação das crianças aos propósitos institucionais. Contudo, as contradições evidentes no próprio documento (gosto/negação) indicam que a incorporação desses meninos no mundo do trabalho abrangeu tanto elementos de coerção interna, de supressão das liberdades, quanto ajustes no projeto educacional. Aqui não se pretende minorar o peso e as implicações dos mecanismos de regulação violentos sobre a vida e identidade dos garotos recolhidos. Este trabalho não despreza as análises sobre os processos de subjetivação e/ou mortificação dos sujeitos submetidos às experiências de reclusão, em geral traumáticas.³³⁸ No entanto, empreende-se um esforço de investigação e interpretação acerca dos momentos e lugares de interseção, quando ficam evidentes as rupturas com o projeto dominador, que ainda sendo hegemônico jamais pôde ser integral. Recusa-se, assim, a ideia de sujeição, já que mesmo no recolhimento, as crianças se inventaram trabalhadoras tanto quanto formularam noções de direitos, de concessão, de negação, de proteção e de exploração, não exatamente apartadas do constructo social.

A trajetória de José Pereira de Lima ajuda a compreender as rugosidades do recolhimento. José entrou no Colégio antes da idade recomendada; tinha apenas seis anos quando foi recolhido. Era órfão de pai e foi encaminhado pelo Juizado de Órfãos. Chegou ao Colégio em janeiro de 1858, vindo de Quixeramobim, onde nascera. Como era pequenino, ingressou na alfaiataria, onde ficou até completar oito anos de idade, sendo transferido para a

³³⁸ Erving Goffman analisou os processos de “mortificação do eu” em indivíduos submetidos à reclusão nas chamadas *instituições totais* – definidas como espaços separados do convívio social, onde os indivíduos internados têm sua vida fechada e integralmente administrada pela instituição, tais como manicômios, leprosários, asilos, mosteiros e prisões. Nessas condições, segundo Goffman, ocorre uma perda progressiva da trajetória e percepção da vida anterior ao internamento devido aos procedimentos institucionais de anulação dos indivíduos, que envolvem a falta de privacidade, os castigos físicos e públicos, a mudança na aparência física, a uniformidade de vestimentas e alimentação etc. Assim, os sujeitos se adaptam às instituições totais de diferentes formas, incluindo a rebeldia declarada ou outras resistências sutis. Contudo, todas as ações ficam condicionadas às possibilidades do ambiente de reclusão, mesmo considerando as manipulações de privilégios e justiça, já que se desenvolvem apartadas de padrões ético-culturais da vida em sociedade externa. Ainda que existam “ajustamentos secundários” – formas encontradas para garantir uma autonomia relativa –, na visão de Goffman tudo parece confluir para uma inevitável adaptação dos sujeitos às instituições totais. Cf: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. Para uma síntese das ideias de Goffman, ver BENELLI, que estabeleceu um diálogo entre Goffman e Foucault em: BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação: Instituições totais e disciplinas (des)educativas**. São Paulo: Unesp digital, 2014. Para um debate crítico sobre o estudo das instituições totais, ver IGNATIEFF, que sugeriu uma interlocução entre confinamento e as questões de classe, defendendo que as instituições totais devem ser consideradas a partir do mundo exterior, relacionando-as com a vida das classes trabalhadoras que suportam a violência do Estado em: IGNATIEFF, Michael. *Instituições totais e classe trabalhadora: Um balanço crítico*. **Revista Brasileira de História**, vol. 7, nº 14, p.185-193, 1987.

oficina de sapateiro. Na época, João Saldanha Marinho o declarou “mau e pouco hábil”.³³⁹ Em 1864, ano em que o mestre sapateiro mencionou a habilidade e o gosto de José na oficina, o professor de primeiras letras informou que se arrastava na leitura, só sabia somar e diminuir, era “sofrível” em doutrina cristã, de “má índole”, seu comportamento era “péssimo” e demonstrava “pouca inteligência”. O comportamento de José contrastava com suas habilidades de sapateiro. Ele aceitava o ofício e até gostava, mas parecia pouco disposto a seguir o ordenamento da Casa. Maximiano Teixeira também não foi muito elogiado nos relatórios. Entrou com dez anos no Colégio e logo foi posto aprendiz de sapateiro. Em 1859, fora considerado “vadio, pouco hábil e atrasado” no quadro geral de desempenho dos educandos. Por demonstrar “falta de gosto” e negar-se a seguir as coordenadas do mestre, ele foi matriculado também na oficina de alfaiataria. Em 1865, Maximiano estava “atrasado” nos dois ofícios. Não se sabe se sua matrícula em duas oficinas era um castigo ou uma tentativa de fazê-lo apreciar algum trabalho. O fato é que a veemente negação de Maximiano – que deve ter lhe custado algumas punições – forjava a abertura de um ambiente de interlocução. Assim, as crianças mudavam o tempo inteiro a dinâmica do Colégio. Embora essas mudanças não fossem estruturais – não se aboliu o trabalho compulsório, o castigo físico e a prisão permaneceram e até foram aprimorados –, elas conduziram, sutilmente, as adequações feitas pelos diretores e mestres. Foi nesse lugar de interlocução quase imperceptível no meio das relações de força tão desiguais, que se estabeleceram as redes de relacionamentos, atitudes e sentimentos no universo do recolhimento.

Na curta gestão do presidente de província Nunes Gonçalves (1859-61) foi retomada a discussão sobre os fins do Colégio de Educandos quanto à formação de artífices que pudessem atuar nas obras públicas.³⁴⁰ Os ofícios de ferreiro e carpina voltaram a ser mencionados como mais adequados aos aprendizes, já que provocariam maior impacto na

³³⁹ Quadro nominal e demonstrativo do adiantamento dos educandos. *In*: Relatório do Presidente da Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1859, p. 56 [Anexos]

³⁴⁰ Observe-se que pouco antes, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves fora Presidente de Província do Rio Grande Norte e implantou em Natal um Colégio de Artífices (inaugurado em 1858). No relatório daquele ano, reclamava do “pouco aperfeiçoamento das artes e ofícios mecânicos” que encontrou naquela província, justificando que a criação do Colégio na capital potiguar estava associada ao “incremento dos melhoramentos materiais” e às demandas por “objetos dos mais indispensáveis para os cômodos da vida”. (*apud* GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A Trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal**: República, trabalho e educação (1909 – 1942). 2007. 230 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007, p.39). No Ceará, havendo entre seus pares uma preocupação fortemente marcada pelos projetos de remodelação da cidade, Nunes Gonçalves afirmou que o desenvolvimento do Colégio de Artífices de Fortaleza já comportava mudanças no aperfeiçoamento dos educandos ali reunidos, embora – com base no relatório que recebeu do Diretor – admitisse a “imperícia dos mestres”, fazendo notar a dificuldade de contratar pessoal qualificado para oficinas de maior porte que aceitasse receber salário tão exíguo (na época, pagava-se aos mestres 300 mil réis por ano). Ver: Relatório do Presidente de Província do Ceará Dr. Nunes Gonçalves. Fortaleza: Tipografia Paiva & Cia, 1861.

economia local, valendo o investimento. Contudo, naquele momento, apenas a criação da oficina de carpintaria foi aprovada na Assembleia, sendo instalada em 1861. A implantação dessa oficina representava a intenção de reconduzir o ensino profissional público ao seu projeto inicial de atender as demandas do crescimento material da cidade.

Em 1868, havia em Fortaleza oito oficinas de marcenaria, que empregavam regularmente trinta e um artífices no total. Segundo os dados apresentados pelo Governo Provincial, a produção dessas oficinas se destinava exclusivamente ao mercado local. Mas a procura por mobília crescia no período, razão pela qual estes estabelecimentos tinham alguma dificuldade de atender as demandas, já que a produção era toda artesanal, pois “só possuíam instrumentos primitivos da arte, mais ou menos aperfeiçoados como plainas, formões, serras, guilherthes, nenhuma máquina ou utensílio notável”.³⁴¹ Na cidade também existiam marceneiros e carpinas que não trabalhavam em oficinas, empregados de forma irregular na construção civil ou em consertos esporádicos.

Embora realizando obras afins, marceneiros e carpinas desempenhavam trabalhos diferentes. A carpintaria estava mais voltada à construção, estruturas de madeira, telhados, portas, pisos e janelas enquanto a marcenaria se concentrava mais na fabricação de móveis. Mas, no geral, marceneiros também anunciavam trabalhos de carpintaria. No Colégio, devido aos limites físicos dos meninos artífices e por causa da logística do recolhimento (o trabalho era realizado internamente), a oficina de carpintaria instalada com o objetivo de gerar operários para as obras públicas da província acabou por se transformar em movelaria. Alguns anúncios de venda de mobília fabricada no Colégio foram publicados nos jornais, oferecendo móveis pequenos como sofás e cadeiras feitos de jacarandá.³⁴² Enquanto isso, a Presidência da Província tinha dificuldades de contratar profissionais para as obras públicas, repetindo muitas vezes editais de licitação para “as obras grossas de carpintaria da casa da Assembleia Provincial”.³⁴³ A pressa em obter trabalhadores qualificados confrontava diretamente com o dinheiro empregado no Colégio de Educandos. As apostas de que entre os artífices sairiam braços úteis à remodelação e ampliação da cidade geravam muitos embates acerca da aprovação de verbas provinciais para o Colégio. Assim, parte dos deputados defendia que maiores investimentos resultariam em mão de obra já preparada e outra parte argumentava que muito dinheiro já tinha sido gasto e o retorno era inexistente. Essa situação alimentava as tensões

³⁴¹ Indústria fabril e manufatureira do município da Fortaleza, capital do Ceará. **Jornal do Ceará**, ed. 82, p.1, 16 abr. 1868.

³⁴² Anúncios. **Cearense**, ed. 1990, p. 4, 10 jan. 1866.

³⁴³ Edital. **Pedro II**, ed. 30, p. 3, 7 fev. 1863.

próprias do recolhimento, aparentes nos relatórios dos diretores, que eram cobrados pela produtividade das oficinas. Todavia, como já se demonstrou, os recursos eram escassos, as reformas demoravam, as oficinas não eram as prometidas no início do projeto e não havia matéria-prima. Portanto, uma série de dificuldades financeiras para criar e manter oficinas que realmente servissem às obras públicas obrigou a reconfigurar a profissionalização dos artífices, circunstância que, mais tarde, justificaria a extinção do Colégio.

O processo de compra dos equipamentos para a montar a funilaria dos educandos artífices revelou não só o alto custo do investimento como também uma tentativa mais incisiva em formar trabalhadores para as demandas mais urgentes da província. Foram adquiridos “2 bigornas, 2 tesouras, 2 jogos de alicates, 6 martelos, 6 ferros de soldar, 3 compassos, 1 diamante, 2 limas, 1 forja, 1 mesa para trabalho, 6 macetas e 1 forno”.³⁴⁴ Os meninos, então, trocariam suas agulhas e gizes por martelos e bigornas. A funilaria significava uma reviravolta na educação profissional promovida pela Presidência do Ceará para os “órfãos desvalidos”. Na intenção governamental, era o mesmo que “recuperar” o projeto e utilidade da Casa de Educandos. Ou seja, remover – como foi dito em 1853 quando as primeiras ideias sobre o ensino profissional público foram apresentadas na Assembleia – “os obstáculos opostos ao aperfeiçoamento da indústria no Ceará”.³⁴⁵ Entretanto, o projeto não se mostrou tão exequível no cotidiano do recolhimento.

A implantação da funilaria no Colégio era, realmente, uma demanda da cidade, já que existiam pouquíssimos operários nesse setor. Pouco depois da dissolução do Colégio de Artífices, o relatório sobre as oficinas e fábricas da província – realizado para atender à solicitação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1868 – mostrou que, no município de Fortaleza, existiam somente três oficinas de funileiro montadas com regularidade. Alguns artífices trabalhavam em obras com folhas de flandres, mas ocasionalmente. Em cada uma das três oficinas de funilaria apontadas pela Comissão que listou as manufaturas havia apenas um operário e a produção era consumida localmente. O relatório indicou que nas proximidades da capital, em Mecejana e Soure, havia oficinas desse tipo, mas “em pontos tão pequenos que não podem ser propriamente considerados estabelecimentos fabris”.³⁴⁶ No mesmo ano em que se fez esse relatório, foi instalada a Fundação Cearense, com

³⁴⁴ Edital. **Pedro II**, ed. 31, p. 3, 8 fev. 1863.

³⁴⁵ Economia Social: o aperfeiçoamento da indústria. **Pedro II**, ed. 1263, p. 3, 20 ago.1853.

³⁴⁶ Estatística organizada pela comissão de indústria do município da Fortaleza. **Jornal do Ceará**, ed. 83, p.1, 17 abr. 1868.

maquinário a vapor, que, naquele momento, empregava um engenheiro, um moldador, um ferreiro, três operários e um aprendiz.³⁴⁷

Nesse contexto, diversificar os ofícios no Colégio de Educandos pareceu ser oportuno e natural, visto que alguns meninos já estavam crescidos e habituados (ou assim pensavam os gestores e as autoridades do governo) à dinâmica do recolhimento e ao ambiente de trabalho. Com efeito, as oficinas criadas posteriormente (carpintaria e funilaria) foram preenchidas a partir da realocação dos garotos matriculados em outros ofícios, por exigirem mais robustez e prática. Em alguns casos, a estratégia foi bem-sucedida. Isso foi o que ocorreu a Antônio Felix do Nascimento, que deixou a alfaiataria para ser aprendiz de carpina, ofício com o qual se identificou mais. Na primeira oficina, na qual ingressou aos nove anos, era hábil, porém “vadio”, conforme anotou o mestre em 1859. Aos doze, iniciou sua formação na carpintaria e aos catorze anos trabalhava “com superioridade”. No entanto, a resposta de Antônio não foi uma regra geral. O relatório de 1864 apontava o fracasso da oficina de funilaria, implantada no ano anterior, porque os alunos mostraram “decidida repugnância àquele ofício”, o que evidencia a vontade dos alunos e suas inferências no cotidiano escolar.³⁴⁸

Frequentavam as aulas do mestre funileiro Joaquim José Ribeiro apenas oito educandos. Com menos de um ano de funcionamento, padre Braveza recomendou a extinção dessa oficina, mesmo lamentando a demissão do funileiro, que era pobre e casado. No ano seguinte, 1865, um dos meninos havia morrido de “moléstia incurável” e o restante da turma ainda não apresentava nenhum “progresso”, razão pela qual padre Florêncio, reiterava o pedido de seu antecessor para abolir a funilaria e criar uma oficina de ferreiro, decretada desde 1856 e jamais instalada. De qualquer modo, a funilaria funcionou precariamente até a extinção do Colégio. O ano de 1866 foi de desintegração do recolhimento dos artífices: Almeida Pinto – que provavelmente sabia da intenção governamental de abolir o Colégio – pediu exoneração no início do ano e nenhum outro diretor foi nomeado em seu lugar. A Casa ficou sob a responsabilidade provisória do professor primário e do capelão, que passou a residir no local, já que desde 1861, o cargo de vice-diretor não existia mais, substituído que fora por um secretário encarregado da escrituração e que também residia no Colégio. Os educandos mais velhos tentaram se engajar em alguma oficina ou loja da cidade, aproveitando seus conhecimentos artífices. Aqueles que tinham idade para ingressar na Companhia de Aprendizes

³⁴⁷ Relatório da comissão de indústria do município da capital. **Jornal do Ceará**, ed. 85, p. 1, 19 abri 1868.

³⁴⁸ Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Paiva e Cia, 1864, p. 26.

foram encaminhados ao Capitão do Porto e transferidos para o quartel. Apenas dois deles voltaram às suas famílias.

5.2 Meninos Soldados

O pessoal fornecido pelas Companhias não satisfaz e nem pode satisfazer as exigências de um serviço regular, pois falecem à imensa maioria d'esse pessoal as indispensáveis condições morais e até disposições físicas.³⁴⁹

Passou a ser lugar-comum a reclamação do Tenente Leopoldino sobre o perfil das praças do Corpo de Imperiais Marinheiros advindos das Companhia de Aprendizes Marinheiros. Em fins do século XIX, quando a Marinha trabalhou arduamente na reformulação das Companhias, quase todos os textos publicados por oficiais da Armada se baseavam nessa constatação, a de que os meninos eram pessimamente preparados para a vida naval. Nesse sentido, muitas intervenções foram propostas: acabar com as companhias, inaugurar mais Escolas, aumentar as rações, instituir aulas de ginástica, incentivar as promoções e graduações profissionais, vigiar os diretores, oferecer formação aos capelães, confeccionar manuais de instrução, vacinar aprendizes e recrutas, punir mais severamente os delitos etc. Naquele contexto, as propostas eram pertinentes, o almirantado reconhecia que a vida de marinheiro era pouco atraente, desejava regular um plano de carreiras, aumentar os salários e diminuir o tempo de serviço obrigatório. Porém, o grande desafio era orçamentário.

Em termos macros, a Marinha lidava com estatísticas alarmantes acerca do número de óbitos de marinheiros, do diminuto contingente efetivo, das deserções em massa e do alistamento arbitrário de aprendizes e recrutas. Entretanto, foi no universo particular das Companhias, na vida ordinária dos meninos recolhidos pela Marinha nos oitocentos, nas casas que estavam longe de serem quartéis organizados que se fez notar a impossibilidade de aprendizes tão pequenos satisfazerem, ao cabo de seis ou sete anos, às exigências do serviço nos navios da Armada.

No final das contas, observa-se que os problemas eram estruturais, resultado da concepção e do propósito dessas instituições, que, por meio da força e do confinamento, desejavam transformar meninos pobres, mal alimentados, retirados de suas famílias em “dignos soldados da pátria”. Não se tratava da falência de condições físicas e morais, como afirmava o Ten. Leopoldino, acreditando ter encontrado a essência do problema. Sua declaração partia do

³⁴⁹ Tenente Leopoldino. Plano para obter boa gente voluntária destinada ao serviço do convés e máquinas dos navios da Armada. **Revista Marítima**, Ano 3, v. 6, jan./jun. 1884. Rio de Janeiro: Lombaerts & C Ed, 1884.

princípio de que os garotos pobres não encontraram nas Companhias meios eficazes de correção, permaneciam com seus “defeitos de caráter”. Suas vidas como aprendizes, no entanto, revelaram condições pouco favoráveis em termos de moradia e ensino-aprendizagem: muito trabalho, pouca comida, várias doenças de pele e respiratórias, castigos físicos, com o agravo de serem recolhidos.

Em geral, os relatórios do Capitão do Porto destinados ao Presidente de Província sobre a CAM eram pouco detalhados, concentravam-se mais no movimento de matrículas, nas licitações de gêneros alimentícios, na necessidade de reforma nas casas alugadas ou, quase sempre, na reclamação de que o Juizado de Órfãos não era comprometido com o recolhimento de meninos para a Marinha. A rotina da Companhia pode ser melhor observada nos relatórios dos comandantes que permaneciam diretamente com os aprendizes marinheiros. Alguns desses relatórios acompanhados de boletins sanitários foram publicados nos jornais, especialmente nos anos em que os médicos José Lourenço de Castro e Silva, pai e filho, foram responsáveis pela enfermaria da CAM, respectivamente entre 1872 – 1873, 1879 -1880.³⁵⁰

Uma descrição das acomodações da Companhia feita por José Lourenço em 1873 dá a ver cenas do cotidiano dos meninos dentro e fora do quartel. O edifício tinha três portas e quinze janelas – depois das adequações feitas nas casas localizadas na Rua da Praia –, ficava a 116 passos do mar, era composto de cinco armazéns e quatro pequenas salas destinadas à secretaria, sala de aula, aposento do comandante e almoxarifado. O quintal era grande e, por isso, usado para os exercícios. No fundo ficava a cozinha e o refeitório. No momento desse registro, a temporada de chuvas havia danificado o telhado e as paredes estavam rachadas, existindo risco de desabamento. Nas palavras do médico, era “um verdadeiro pardieiro o edifício, cuja bondade estava apenas em ser perto do mar”.³⁵¹ Ele recomendou aplicação de cal nas paredes enegrecidas, instalação de ladrilhos e vidraças principalmente na enfermaria, e melhor iluminação e ventilação no prédio, já que inexistindo vidraças, se fechavam as janelas deixando escuros e úmidos os dormitórios. Deu-se ao trabalho de resumir a rotina dos

³⁵⁰ José Lourenço de Castro e Silva (1808-1874) atuou em Fortaleza como médico da pobreza, inspetor de Saúde Pública, comissário vacinador, cirurgião-mor da Guarda Nacional de Fortaleza, delegado de saúde da Capitania do Porto, além de ser notável membro do Partido Liberal do Ceará. Entre outras atividades, teve importante participação no combate à epidemia do Cólera (1862) e fez parte da direção da Caixa Beneficente que deu origem ao Colégio de órfãos em Fortaleza (projeto transformado no Colégio da Imaculada Conceição). Seu filho, José Lourenço de Castro e Silva, nasceu em 1844 em Pernambuco, mas viveu e morreu no Ceará. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1874 e entrou para o quadro da Armada Brasileira em 1875. Teve relevante atuação durante a epidemia de varíola em Fortaleza na seca de 1877. Faleceu em dezembro de 1881. Ver: STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Volume Segundo. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1913, p. 145.

³⁵¹ Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. **Cearense**, ed. 8, p. 3, 26 jan. 1873.

aprendizes marinheiros, que despertavam às 4:30 da manhã. Juntavam-se no pátio para contagem e seguiam para o banho de mar, às cinco horas. Ao retornarem, iniciavam o trabalho de limpeza e arrumação das macas (colchões de palha). Trocavam de roupa, tendo que lavar e pôr para secar as vestes molhadas, que usariam no dia seguinte, já que cada aprendiz possuía apenas duas mudas. Tudo isso era feito até oito da manhã, quando o café com pão era servido. Sobre as refeições, José Lourenço escreveu enfática crítica, pois achava deficientes para os meninos em crescimento. “É reconhecido que os meninos comem mais ou tanto quanto um adulto (...) Uma alimentação insuficiente prologando-se demasiadamente vem a produzir penosos acometimentos mórbidos”, afirmava.³⁵²

As aulas na CAM começavam às nove e durante muito tempo a instrução primária ficou a cargo do capelão, tendo em vista a inaptidão dos oficiais para a docência. Com o crescimento do número de internos, metade cursava as aulas de primeiras letras pela manhã, enquanto a outra parte recebia formação militar. Depois do almoço, havia o revezamento das turmas. As atividades terminavam às dezesseis horas, ficando um tempo livre até a ceia (normalmente mate com pão), servida às dezessete horas. Antes de dormir, rezavam o terço no oratório. O toque de recolher era às vinte horas, seguido do toque de silêncio, quando era proibida qualquer movimentação nos alojamentos.

Conforme indicava o decreto de regulamentação das Companhias de Aprendizes Marinheiros (nº 1.517/1855) a instrução militar inicial deveria treinar os garotos para entrar em forma, perfilar, volver à direita e à esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado, compor pelotão, manejar as armas brancas e ensinar a nomenclatura das peças de artilharia, bem como o uso de cada instrumento naval. Essa parte teórica e as atividades físicas eram realizadas no quintal da Companhia. O problema maior estava na aprendizagem náutica, especialmente no aparelhamento de navios. Previa o regulamento que em cada Companhia sem navio escola deveria ser composto um grupo de vinte aprendizes a ser enviado a algum cruzeiro ou navios que partissem da província a fim de se habituarem à maritimidade. Depois de algumas viagens, outro grupo seria formado em substituição do anterior, garantindo que todos os aprendizes tivessem alguma experiência no mar antes de serem enviados ao Corpo de Imperiais Marinheiros. Mas isso não aconteceu. Não existia navio disponível para as aulas e nem a possibilidade de fixar um grupo de aprendizes em cruzeiros comerciais, especialmente pela

³⁵² *Idem.*

falta de controle dos embarques e desembarques no porto de Fortaleza, atividade realizada por jangadeiros. Sequer existia número suficiente de marinheiros em exercício na CAM.

Nos primeiros anos de funcionamento, o capitão Achiles Lacombe propôs a utilização de aprendizes marinheiros como remadores, devido as condições do porto de Fortaleza. A Capitania do Porto contava apenas com uma lancha, uma baleeira e uma jangada, podendo empregar dez remadores profissionais. No entanto, o salário era tão baixo (25\$000 réis por mês) que ninguém se apresentava ao serviço: das dez vagas disponíveis foram preenchidas apenas cinco em 1869. Para suprir tal carência, Lacombe pensava em fazer uso dos aprendizes marinheiros disponíveis na Companhia, que “estariam mais adestrados nos exercícios se no quartel houvesse o número de imperiais Marinheiros que marca o regulamento”. Mas por falta de alguém para acompanhar e dirigir os serviços de remar, os aprendizes eram de pouca serventia.³⁵³ Vê-se, desde o início, as tentativas de ordenamento e usufruto do trabalho das crianças internadas na Companhia, mesmo quando esse trabalho extrapolava a formação prevista no regulamento. Diante da impossibilidade de engajar os meninos no trabalho do convés ou na árdua função de remadores, os exercícios náuticos permaneceram em nível bem rudimentar, especialmente ligados aos tipos de nós, alças, âncoras, costuras e velas.

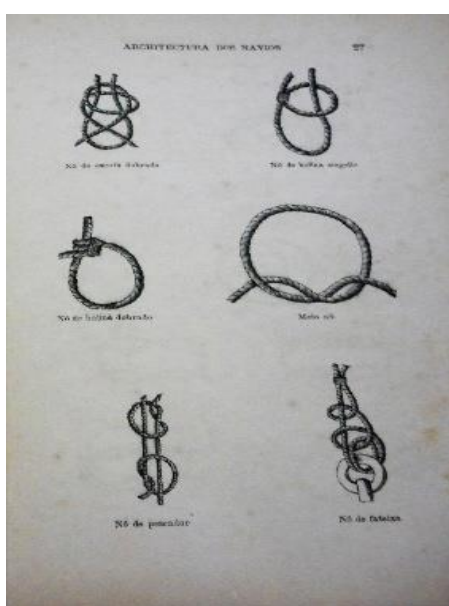
Durante o processo de reestruturação das Companhias, na década de 1880, os manuais de ensino profissional da Marinha começaram a ser preparados para servir de base e dar uniformidade às Escolas de Aprendizes Marinheiros. Um dos primeiros manuais publicados com essa finalidade didática organizava os níveis de aprendizagem e os conteúdos obrigatórios que já eram ensinados desde meados do século XIX, mas sem orientação específica e sob o controle exclusivo dos comandantes das Companhias. O novo manual trazia informações sobre a arquitetura dos navios e suas diferentes partes (casco, convés, casas, talha-mar, trempe), a mastreação, o velame (velas redondas e latinas), formas de atracar, além de grande variedade de amarrações. O propósito era corrigir a formação náutica dos aprendizes marinheiros que, em boa parte do século XIX, acontecia distante dos navios.

A edição organizada pelo capitão-tenente José Vitor de Lamare e pelo 1º tenente José Garcez Palha, que passou a circular em 1889, foi encomendada pelo Almirante Eduardo Wandekolk para tornar mais rápido e útil o treinamento inicial de marinheiros. Atendendo as

³⁵³ Relatório do Capitão do Porto Achiles Lacombe. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque. Fortaleza: Tipografia Continental, 1869, p.3. [Anexos]

determinações do decreto de 1855, os autores compilaram apenas as atividades imprescindíveis ao conhecimento básico dos navios, suprimindo “os longos desenvolvimentos que cansariam inutilmente a imaginação dos aprendizes”, como afirmaram em nota explicativa ao final do volume.³⁵⁴ Trataram pela primeira vez em compêndio didático da Marinha acerca das armas de fogo utilizadas pela Armada naquele período. De fato, os autores privilegiaram uma escrita curta e direta com uso de muitas ilustrações. Quase todo volume parece ser um glossário de termos náuticos e equipamentos.

Figura 2 – Diferentes tipos de nós



(Fonte: LAMARE; PALHA, 1889, p. 27)

Figura 3 – Tipos de âncoras



(Fonte: LAMARE; PALHA, 1889, p. 52)

A utilização desse manual como fonte histórica possibilita uma aproximação dos conteúdos e práticas ministrados na CAM. Os meninos passavam metade do dia em treinamento e deveriam estar familiarizados com grande parte das nomenclaturas e comandos. Por certo, exercitavam a prática de dar nós e sabiam diferenciá-los. Percebe-se, a partir desses manuais, que a formação elementar era baseada na repetição, na reprodução de destrezas gestuais e na memorização das terminologias náuticas. Atentos às ilustrações, é possível que mesmo os mais displicentes ou pouco habilidosos conseguissem imitar os nós e seus diversos formatos. Entretanto, estas publicações não fizeram parte da didática das Companhias. O acesso aos compêndios foi uma realidade inaugurada nas Escolas de Aprendizes Marinheiros e com pouca

³⁵⁴ LAMARE; PALHA. **Livro do Aprendiz Marinheiro** – Ensino Profissional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 256.

abrangência até a década de 1920. Assim, o único jeito de aprender esse mesmo conteúdo dado a ver pelos livros era através das demonstrações dos oficiais instrutores. Não é difícil imaginar os níveis de paciência quanto aos tempos distintos de aprendizagem dos meninos recolhidos.

A precariedade material da Companhia tornava o ensino vago e, principalmente, sem aplicabilidade cotidiana. Longe do mar, os garotos recrutados pela Marinha pouco sabiam da vida de marinheiro. Restava a disciplina militar austera, que tentava controlar o tempo e o espaço dos garotos aquartelados, sem maiores promessas de ganhos salariais e ascensão hierárquica. A experiência do recolhimento militarizado passava pelo sentimento de ineficiência profissional, já que a maioria dos meninos não desejava seguir a carreira que lhe era imposta. Ou seja, aprendiam aspectos de uma vida que não era a sua ou que não queriam que fosse.

Seguindo os fragmentos dos relatórios dos oficiais que comandavam a CAM, é possível notar uma rotina bastante voltada ao preparo físico das crianças. Duas ou três vezes por semana, a depender da maré, eles tinham aulas de natação e simulavam salvamentos. Além disso, acompanhando os treinos de performance militar, havia o manejo dos remos e dos fuzis, que eram substituídos por cabos de madeira durante o treinamento – somente na década de 1880 o capitão do porto conseguiu cem carabinas do sistema *Minnie* para o treinamento dos aprendizes, quando este tipo de arma já era considerado obsoleto na Marinha. Com a finalidade de suprir a carência de embarcações, foi instalado um mastro na calçada da Capitania do Porto para que os meninos repetissem as manobras repassadas pelo comandante.³⁵⁵ Mais tarde, já no final da década de 1870, foi acomodado um simulacro de patacho, armado na terra, para demonstração das técnicas de remo e exercícios de infantaria a bordo.³⁵⁶

A despeito das condições precárias de ensino, moradia e alimentação enfrentadas pelos garotos recolhidos, muitos foram os pronunciamentos acerca da necessidade de melhoramento das habilidades físicas dos aprendizes, atrelando a falta de aptidão para as fainas de marinheiro ao fenótipo dos órfãos e pobres que formavam o grosso da marujada.

Em seu relato sobre a importância de oferecer instrução ao Corpo de Marinheiros, o comandante da corveta Guanabara, capitão de fragata Saldanha da Gama – mais tarde diretor da Escola Naval e declarado traidor da pátria, durante a revolta de 1893 – apresentou relatório

³⁵⁵ Batalhão 14. **Cearense**, ed. 124, p. 1, 27 out. 1871. Os meninos costumavam subir nesse mastro para saldar figuras ilustres que chegavam ao porto de Fortaleza, por ordem dos oficiais.

³⁵⁶ Aprendizes Marinheiros. **Cearense**, ed. 96, p.2, 15 set. 1880.

acerca da experiência de ensino que instituiu em seu navio à tripulação analfabeta. Em 1883, foi formada uma classe de primeiras letras a bordo do navio, com aulas noturnas de leitura, escrita e aritmética, além de sinais de semáforas. No texto, Saldanha da Gama defendia que o aproveitamento dos alunos estava diretamente relacionado ao desenvolvimento físico e motor dos marinheiros. Por isso, determinou a prática de ginástica como complemento do ensino, principalmente para os mais novos. Dizia ser necessário investir na

ginástica de corpo livre, argolas e saltos, adaptada ao marinheiro, a fim de **desenvolver a natureza enfezada e mesmo raquítica dessa juventude** que como regra se alista nas companhias de aprendizes marinheiros e passa mais tarde para o Corpo de Imperiais Marinheiros sem o necessário desenvolvimento físico.³⁵⁷

As impressões de Gama compunham uma retórica bastante compartilhada pelos escalões elevados da Marinha e não se detinham, exatamente, à robustez ou ao aspecto saudável dos marinheiros. Assim, ao longo do século XIX, grande foi a inquietação com a aparência dos membros da Armada. Quando da instalação das primeiras Companhias de Aprendizes Marinheiros, havia uma preocupação quanto a cor dos garotos recolhidos. Conforme observou Silvana Jeha, o comandante da recém-inaugurada Companhia da Bahia, declarava, em 1857, que não aceitaria pretos ou pardos escuros naquela instituição. Isso porque, para ele, a presença da “gente de cor” – termo contextualizado e teorizado pela autora – poderia inibir a adesão de voluntários brancos. Como se viu, nada mais distante da realidade brasileira. O número de voluntários foi insignificante e o recrutamento de pessoas pobres e consideradas vadias levou para a Marinha grande quantidade de pardos. Jeha demonstrou que no início da composição da Armada no Brasil (décadas de 1830 e 40), grande parte dos oficiais era de origem estrangeira. Mas a ampliação das Forças, que acompanhou o desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro, diversificou o quadro de marinheiros, aumentando o número de pardos e negros. Sua pesquisa apurou que entre 1833 e 1894, apenas 16% da tripulação era branca, outros 16% constituídos de negros e os demais foram declarados pardos, mestiços ou caboclos. A autora discutiu a complexidade dessas nomenclaturas acerca da cor dos alistados, analisando os usos políticos e convencionais dessas definições.³⁵⁸ Álvaro Pereira do Nascimento, estudando a luta de marinheiros negros que culminou na Revolta da Chibata de 1910, apontou que as reivindicações da marujada eram as bases de um projeto político contra os abusos cotidianos arraigados no racismo e contra as barreiras que as camadas baixas da hierarquia militar

³⁵⁷ Extratos do Relatório que ao chefe de divisão João Mendes Salgado, comandante da 1ª divisão de evoluções, apresentou em novembro de 1883, o capitão de fragata Luiz Philipe de Saldanha da Gama, então comandando o Guanabara. **Revista Marítima**, Ano 2, vol. 6. Jan./jun. 1884. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1884, p.391.

³⁵⁸ JEHA, Silvana. Cores e marcas dos recrutas e marujos da Armada. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 1, p. 36-66, 2013.

enfrentavam para ascender profissionalmente. As lutas de marinheiros por direitos e igualdade atravessaram o século XIX e ganharam mais embates no pós-abolição, preenchidas de relatos sobre maus tratos, humilhações e discriminações.³⁵⁹ Os aspectos políticos e cotidianos abordados pelos autores indicam que aprendizes, grumetes, recrutas, marinheiros de baixa patente – quase todos advindos das camadas pobres do Império, negros, pardos, indígenas, libertos, descendentes de escravos, órfãos, ingênuos e escravos fugidos – foram alistados, recebidos, treinados e coordenados com base nas construções sociais e ideológicas do escravismo. Viveram realidade análoga à escravidão.

A insistência em remodelar os corpos e os comportamentos dos garotos recolhidos para a Marinha estava assentada em pressupostos raciais e de classe. Diante da impossibilidade de alistar gente de cor branca, como preferia o comandante em território baiano, restava a determinação de corrigir os “raquíticos”, “enfezados” e “moralmente falidos” meninos pardos e negros. Isso definiu o trato e o treinamento das crianças internadas na CAM. A disciplinarização dos aprendizes marinheiros, era, antes de tudo, fundamentada na certeza dos almirantes, capitães e tenentes superiores da Marinha de que lidavam com gente inferior, que não poderiam ser recuperadas de outra forma que não fosse pela submissão, pelo controle e pela violência.

Tais argumentos acabavam por desviar as críticas ou pôr em segundo plano a constatação de que as condições absolutamente adversas das companhias de aprendizes – falta de materiais, insalubridade, insuficiência de funcionários, recrutamento compulsório e todo o resto – impossibilitavam a desenvoltura física, profissional e patriótica das crianças sob tutela do Estado. É preciso lembrar que um número enorme de meninos foi dispensado das Companhias ao contrair ou desenvolver doenças incuráveis, muitos garotos morreram sob responsabilidade da Marinha e outros tantos foram mutilados dentro dos quartéis e navios, além daqueles enviados para a guerra totalmente despreparados.

O ensino profissional na Companhia era realmente improvisado, fazendo com que o desenvolvimento dos aprendizes nas técnicas náuticas dependesse enormemente da criatividade e boa vontade dos oficiais incumbidos da administração da CAM. De qualquer modo, as poucas avaliações e inspeções que chegaram à Companhia cearense consideraram satisfatória, dentro das limitações reconhecidas em todas as companhias de aprendizes das

³⁵⁹ NASCIMENTO, Álvaro. **A Ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

demais províncias, a preparação que os meninos vinham recebendo de seus mestres. Algumas visitas eram agendadas para averiguar o andamento das atividades nas companhias e checar se o número de internos era compatível com as verbas destinadas a cada unidade. Em 1871, o chefe de divisão José Antônio de Faria foi enviado para inspecionar a Capitania do Porto e CAM de Fortaleza. Na ocasião, elogiou o estado que encontrou a Companhia pela “instrução, asseio e disciplina dos meninos”, bem como pela regularidade em que encontrou a repartição a cargo de Achilles Lacombe.³⁶⁰

Para manter a “regularidade” que o inspetor Antônio de Faria quis ver na Companhia instalada em quartel improvisado e formada por meninos capturados pela polícia, investiu-se no trabalho como ferramenta pedagógica. Não era possível preencher o dia inteiro com os exercícios físicos e com a aprendizagem teórica de aparelhos náuticos. Assim, o combate à ociosidade fazia diversificar as tarefas no intuito de disciplinar o tempo e o espaço vividos no recolhimento. Como de praxe nos quartéis, a limpeza e manutenção das dependências era realizada pelos próprios aprendizes. Seguindo determinações do saber médico da época, era preciso combater os charcos, evitar ares pestilentos e providenciar água potável – oriunda de poços e chafarizes específicos dentro de Fortaleza. Aventou-se a possibilidade de economizar com a água, mas o médico José Lourenço discordou da medida e recomendou a compra de jarras de madeira para depositar a água, que deveria ser consumida em até 24 horas. Não sendo possível enviar os meninos ao chafariz – provavelmente não voltariam –, a água era comprada diariamente. Os garotos ficavam responsáveis por lavar as barricas, trocar a água, abastecer a cozinha de lenha e limpar os dormitórios. Todo sábado, já que não tinham aulas de primeiras letras, os aprendizes peneiravam areia seca para cobrir os alojamentos. A areia anterior era removida com pás e substituída pela areia limpa. Além disso, removiam os leitos da enfermaria, renovavam a areia e faziam o esgoto de fezes e águas servidas, quando os doentes ficavam impossibilitados de se levantarem da cama, tarefa que também funcionava como punição para os rebeldes.³⁶¹

Havia nas casas alugadas para abrigar a Companhia uma constante demanda por reformas que não eram do interesse do proprietário, o major Joaquim Carneiro. Por isso, foram inúmeras as solicitações de verbas para melhorar as condições higiênicas do quartel, que atravessou a segunda metade do século XIX sem nenhuma latrina instalada. Com orçamento precário e alto custo do aluguel – a Marinha pagava anualmente 2:600\$000 pelo prédio nos

³⁶⁰ Inspeção. **Cearense**, ed. 70, p.2, 18 jun. 1871.

³⁶¹ Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. **Cearense**, ed. 8, p. 3, 26 Jan 1873.

últimos anos de funcionamento da Companhia, antes de virar Escola³⁶² – muitos reparos eram feitos pelos próprios aprendizes. Com isso, alguns foram adquirindo habilidades de pedreiro, alguma prática de carpintaria e funilaria, sem, contudo, terem treinamento ou instrumentos adequados para tanto.

A cada quadra de chuvas o prédio ficava mais danificado, razão pela qual as intervenções paliativas feitas pelos aprendizes faziam parte da rotina de trabalho na Companhia. O Ministério da Marinha demorava autorizar as reformas, especialmente por se tratar de prédio particular. Cabia à Presidência da Província enviar o orçamento da obra, que, depois de autorizada, era posta em arrematação. Esse processo era lento, já que entre um ofício e outro via-se transcorrer um ou dois meses. Em 1871, por exemplo, o engenheiro da província orçou os reparos de caráter imediato no quartel da CAM em 810\$430 réis.³⁶³ A verba chegou aproximadamente um ano depois, quando o estado de ruína das casas era quase incontornável. Uma nova avaliação foi realizada e o valor da obra passava de um conto de réis, conforme informações do Gabinete Provincial.³⁶⁴ Na ocasião, para baratear os custos, um mestre pedreiro foi contratado e os aprendizes marinheiros trabalharam como auxiliares. Em todos os relatórios sobre a Companhia foram encontradas referências acerca da insalubridade e necessidade de consertos nas casas alugadas. Os editais de licitação de víveres e objetos diversos também indicavam as tentativas de remediar ou impedir o desabamento do quartel. Duas vezes ao ano lançavam-se as chamadas de arrematação de alimentos, fardamentos e outros itens (lenha, querosene, graxa para limpar correntes e roldanas, papel almaço, tinteiros para a escola etc.). Os interessados levavam suas propostas em cartas fechadas com as referidas amostras à Capitania do Porto em horário pré-fixado no edital. O capitão do porto aproveitava a oportunidade de liberação da verba para comprar material de construção. Assim, na lista de compras sempre apareciam tijolos ingleses, telhas, escoras de madeira e pás de metal. É possível afirmar que parte do cotidiano de trabalho dos garotos recolhidos envolvia o esforço para sustentar as paredes do quartel.

O trabalho dos aprendizes marinheiros não se restringia aos cômodos da Companhia. Já foi dito que a Marinha se esforçava em construir uma imagem positiva da instituição, especialmente depois da Guerra do Paraguai, quando os piores assombros do recrutamento marcaram o imaginário popular. A garantia de alimentação diária, a instrução

³⁶² Relatório do Vice-Presidente da Província do Ceará Antônio Teodorico da Costa. Fortaleza: Tipografia do “Cearense”, 1883.

³⁶³ Companhia de Aprendizes. **Cearense**, ed. 62, p.2, 31 mai. 1871.

³⁶⁴ Parte Oficial. **A Constituição**, ed. 19 p.1, 25 jan. 1872.

primária e a possibilidade de ter um soldo permanente foram repetidos nas falas dos oficiais e nas publicações ministeriais em defesa do recolhimento de “desvalidos” nas Companhias. Outra ação que intentava suavizar a visão negativa que, de modo geral, circulava acerca dos marinheiros era a de apresentar os aprendizes como crianças prestativas, obedientes e habilidosas. Ainda não havia uma banda de música na Companhia – criada somente em 1899, o que contribuiu para propagar uma imagem formal e elegante dos aprendizes marinheiros. Mesmo sem possibilidades de apresentações artísticas, os meninos da Companhia eram vistos nas missas, em cortejos fúnebres e requisitados para montar guarda nas solenidades organizadas pelo Governo da Província³⁶⁵.

Além desses momentos de pompa e homenagem, quando a Companhia era convocada para fazer figuração nas comemorações governamentais e eclesiásticas, os aprendizes deveriam estar disponíveis para prestar serviços em emergências sempre que requeridos. Era um jeito de dar provas da utilidade da instituição em âmbito local. Havia trânsito dessas crianças no porto e nas ruas de Fortaleza, executando tarefas árduas e perigosas. Não raro os meninos aprendizes eram formalmente convocados pelas autoridades locais. Em ofício ao capitão do porto, o presidente da província solicitou certa vez que “vinte e quatro menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros [fossem] postos à disposição do comandante do vapor *Norseman* às 6 horas do dia para auxiliarem no esticamento do cabo submarino”.³⁶⁶ Assim, faziam vezes de catraieiros e estivadores, além de puxarem âncoras e ajudarem no trânsito de navios, quando dos incidentes no porto de Fortaleza.

Numa noite de fevereiro de 1871, os aprendizes foram despertados para socorrer um iate que encalhou em frente ao quartel. O capitão do porto tomou as providências para tentar impedir o naufrágio com o “pronto atendimento do comandante oficial e um grupo de aprendizes marinheiros”. No entanto, conforme esclareceu aos jornais depois do ocorrido, “apesar de todos os socorros, o iate fez logo muita água e pela manhã, uma parte dele deslocou-se indo à praia e desde então tratou-se de salvar a carga que era pouca, o pano do navio, vergas, latinas etc.”³⁶⁷ Nessas ocasiões, mais do que instados a fazer valer seus conhecimentos de navegação, os aprendizes marinheiros eram acionados para trabalhos braçais, devendo demonstrar agilidade, força e obediência.

³⁶⁵ Exéquias de D. Leopoldina, **Cearense**, ed. 38, p.1, 2 abr.1871; Restos de Sampaio. **Cearense**, ed. 138, p.1, 29 nov.1871; Embarque do Barão de Taquary. **Cearense**, ed. 12, p.3, 11 fev. 1872; Ofício. **Cearense**, ed. 123, p.2, 7 nov. 1879.

³⁶⁶ Expediente da Presidência. **Cearense**, ed. 71, p.1, 1 abr. 1882.

³⁶⁷ Naufrágio do Santo Cristo. **Cearense**, ed. 19, p.2,14 fev. 1871.

A agilidade e pronto atendimento que apareciam nas páginas dos jornais quando se tratava de elogiar os responsáveis pela Companhia – muitas vezes sem reconhecer o esforço dos garotos – não eram resultado automático do treinamento que os aprendizes recebiam. Às vezes, o cumprimento dessas ordens era garantia de sobrevivência das crianças que, precocemente empurradas ao trabalho, tentavam minimizar o efeito dos castigos e barganhar possibilidades de trocas.

Estes relatos oportunizam uma reflexão sobre a militarização da infância nas instituições da Marinha e do Exército.³⁶⁸ É certo que a militarização dos aprendizes fundamentava o cotidiano de trabalho na CAM. Ou seja, a disciplina militar particularizou o recolhimento de meninos marinheiros. Contudo, pensados em conjunto (a militarização e a institucionalização de crianças) compuseram as bases ideológicas sobre as quais se consolidava o ensino profissional nos oitocentos. Nas instituições orfanológicas instaladas nesse período, o trabalho como agente civilizatório tornou-se indissociável da disciplina e da repressão. Os atributos do recolhimento, como já se discutiu, partiam tanto de dentro das instituições quanto das esferas políticas, e nem todos os meios de controle e punições eram condenados pelas camadas populares, que, a seu tempo, convivia com outras tantas formas de instrumentos disciplinares. Mas é preciso insistir que o recolhimento, mesmo tendo conseguido, em parte, adesão de diferentes sujeitos sociais e tenha consolidado na história da educação brasileira muitas práticas opressoras no trato com a infância pobre, também criou uma falsa imagem de “regeneração”. Dito de outro modo, interessava aos grupos dominantes – e alimentava os pressupostos filantrópicos de salvação da infância pelo trabalho – a repercussão de uma narrativa em que as crianças recolhidas eram devolvidas à sociedade melhores, mais ordeiras e promissoras. Por isso, ao longo de décadas, perseguiu-se a ideia de que a reclusão era a estratégia mais eficaz de transformação da “infância desvalida”. Entretanto, essa dita *regeneração* não pode ser confundida com a mudança dos hábitos das crianças.

A transformação pretendida pelas instituições se baseava no tipo ideal de cidadão moralizado ao mesmo tempo em que partia do seu reverso – a noção de que essas crianças eram desde sempre “viciosas”. A ideia era apagar os “vícios” e imprimir outra personalidade. É inegável que longos anos de internação e de perpetuação desse modelo educacional no país

³⁶⁸ O termo *Militarização da Infância* também foi usado em trabalhos diversos para tratar do processo de estabelecimento de práticas de natureza militar nos programas educacionais, especialmente no início da República no Brasil. Ver: SOUZA, Rosa Fátima de. A Militarização da infância: Expressões do Nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedex**, ano 20, n. 52, novembro/2000; OLIVEIRA, Maria Augusta de; AMARAL, Giana. Civismo e militarismo da infância: uma abordagem baseada no jornal O Rebate (Pelotas/RS, 1914-1915). **Revista Conjectura**, v. 15, n. 3, set./dez. 2010.

geraram mudanças de comportamento, que seriam insuficientemente explicadas com base na ideia de disciplina/isolamento. Ao centrar a análise nos processos de disciplinarização, que foram muitos e bem impactantes, corre-se o risco de concordar que as crianças foram “regeneradas” tal qual as instituições pretendiam. É preciso detectar e compreender as mudanças comportamentais das crianças institucionalizadas e não corroborar com a ideia de que foram despersonalizadas.

Entender a assimilação de comportamentos e valores militares como produto do isolamento compromete a análise histórica dos sujeitos infantis em contextos de institucionalização, suas ações e suas experiências. Pretende-se, com isso, destacar que a suposta infância regenerada ou o comportamento dócil das crianças internadas não podem ser explicados somente pelos padrões do recolhimento. Eles criaram entre si rivalidades, intrigas, ambições, redes de apoio dentro e fora das casas, laços de fraternidade e instituíram uma espécie de comunidade recolhida, lidando com as regras e espaços já delimitados. Por outro lado, dialogaram muito bem com outros espaços da cidade, construindo rotas de fuga, esconderijos provisórios com manejos de suas habilidades militares e foram confrontados com realidades díspares de cumplicidade, indiferença ou agressão. Mas a fuga era excepcional, embora não infrequente. Os que não fugiram ou os que esperavam a fuga construíram sua *infrapolítica* desnaturalizando, negando ou mesmo invertendo estratégias de dominação que, na maioria das vezes, se apresentavam publicamente como resignação e subordinação voluntária.³⁶⁹

Um episódio particular pode elucidar melhor essa tensão entre disciplina e assimilação. Em ofício datado de 12 de junho de 1865, o Capitão do Porto João Batista Guimarães ordenava ao comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, 1º Tenente Carlos Ramel, assentar novamente o aprendiz João Pereira dos Passos, remetido pelo Juizado de Órfãos no mês anterior. João fugiu uma semana depois de ter entrado na CAM, mas retornou voluntariamente no dia seguinte. Conseguiu fugir novamente e, no dia 10 de junho, foi capturado por seu colega, o aprendiz José Francisco Vieira, sendo considerado apto ao serviço. Por que José Francisco entregou o colega João dos Passos? Este acontecimento foi analisado por Simone de Mesquita em sua tese sobre o ensino naval na CAM. A autora chegou à conclusão de que “os aprendizes, logo assimilavam e aceitavam a doutrina e os dogmas militares, passando a ajudar a instituição”.³⁷⁰ Sendo esse o caso, mesmo que alistados

³⁶⁹ SCOTT, 2013.

³⁷⁰ MESQUISTA, Simone Vieira de. **Ensino Militar Naval: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864 – 1889)**. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 180.

compulsoriamente – João foi remetido pelo juiz de órfãos de Fortaleza – e convivendo com a violência do treinamento, os aprendizes seriam, portanto, inevitavelmente remodelados sob a dinâmica militar em busca de respaldo junto aos seus superiores. Como já se tem discutido nestas páginas, o caminho percorrido para uma suposta “doutrinação” das crianças recolhidas foi mais longo, complexo e cheio de rugosidades.

Para as instituições tratadas nesta pesquisa, recolhimento e isolamento não são sinônimos, especialmente na CAM. O treinamento militar não foi a única referência ideológica e nem um único ponto de socialização. Empiricamente, os aprendizes foram afetados pela cidade e seus territórios, pela heterogeneidade de trabalhos e formas de ganho que marcavam os trabalhadores do período, pelas maneiras de sobreviver na rua, pelas disputas em torno da dignidade dos ofícios, pela construção social do senso de justiça acerca dos ganhos e condições materiais dos trabalhadores urbanos. Não se trata, é claro, de entender tudo isso como pontes para um posicionamento político contrário à dominação. Não se propõe que essas interações sejam vistas como um *insight* da luta de classes, que, em algum momento, produziria posturas mais enérgicas contra o Estado ou contra as Forças Armadas. Entende-se que é impossível falar de uma regeneração dos garotos porque seria mitigar o conjunto de suas relações sociais. Concentra-se aqui na pluralidade de caminhos (ou veredas) que os garotos percorreram, mesmo que sejam caminhos quase intangíveis.

As instituições de recolhimento tinham como princípio habilitar mão de obra para servir ao desenvolvimento da província. Mas como aproveitar a internação de garotos cujos destinos estavam ligados ao êxodo? Chegando a marinheiros, os aprendizes cearenses não permaneceriam na cidade e sua força de trabalho seria, em tese, exportada para os navios ou para a Corte. Foi importante, naquele contexto, articular o treinamento para Marinha com as necessidades de âmbito local, demonstrando que, quaisquer que fossem as finalidades do ensino profissional voltado às crianças pobres, a prioridade era prepará-las ao trabalho. Assim, outra atividade que não estava associada diretamente com as práticas náuticas, mas que foi bastante executada pelos aprendizes marinheiros foi o combate aos incêndios na cidade, especialmente na região da praia. Nas proximidades do quartel existiam vários armazéns, nos quais episódios de incêndio foram bem frequentes. Em 1875, um desses armazéns de madeira e algodão que pertencia ao major Joaquim Carneiro (proprietário das casas arrendadas pela CAM) pegou fogo. O incêndio começou às quatro horas da manhã e os aprendizes marinheiros foram os primeiros a chegarem ao local, seguidos dos soldados do 15º Batalhão de Infantaria. O comandante da CAM coordenou os trabalhos de controle do fogo, extinto somente dez horas da manhã. Não

houve feridos, mas quase nada pode ser salvo do armazém.³⁷¹ A disciplina militar e as ocorrências de incêndios nos arsenais da Marinha em razão da grande quantidade de madeira dos navios habilitaram os marinheiros para essas situações.³⁷² Como não havia um órgão específico que funcionasse como “Bombeiros”, há significativa quantidade de registros sobre a participação da CAM na extinção de incêndios em Fortaleza.

A cidade concentrava grande número de armazéns e depósitos próximos ao porto, além de muitas casas de palha e taipa, mais vulneráveis ao fogo.³⁷³ Os jornais do período noticiam muitos casos de incêndio, alguns causados pelas faíscas que provinham dos trens e atingiam as palhoças à margem da ferrovia, outros causados por acidentes em fogareiros e até por fogos de artifício.³⁷⁴ Em abril de 1872, os aprendizes marinheiros, os soldados do batalhão de infantaria e os da polícia tiveram uma semana bem agitada. Na madrugada do dia 11 daquele mês, uma loja de tecidos da rua do Comércio foi totalmente destruída pelo fogo, que atingiu parcialmente outros estabelecimentos até ser controlado. Na noite seguinte, outras casas comerciais foram incendiadas. Neste caso, um caixeiro do armazém Fidelidade deixou cair uma lata de querosene onde havia pontas de cigarro. Ao todo, quatro lojas e algumas casas do pavimento superior foram queimadas. As famílias puderam sair rapidamente, mas perderam todos os pertences. Os trabalhos de extinção do fogo e isolamento da área duraram dois dias. Horas depois, outro incêndio começou em um sobrado do comendador Antônio Moreira, que passava por reformas. Na madrugada do dia 15, os homens que trabalhavam na obra teriam deixado restos de uma fogueira que atingiu uma pilha de madeira, causando o incêndio. Notando o fogo, um alferes do corpo de polícia mandou avisar na companhia de aprendizes e no batalhão de infantaria, que compareceram imediatamente.³⁷⁵

A frequência dos incêndios em Fortaleza exigia um plano de encanamento de água e adequações logísticas. Por isso, no início de 1872, o presidente da província Barão de Taguary

³⁷¹ Diário da Parte da Polícia. **Constituição**, ed. 5, p.2, 13 jan. 1875.

³⁷² No início do século XIX, na Corte, o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro era o principal órgão público responsável pelo combate ao incêndio na cidade. Posteriormente, em 1856, por decreto imperial, foi criado o Corpo de Bombeiros Provisório, que daria origem ao Corpo de Bombeiros no RJ – instituição que ganhou caráter e regulamentação militar nos anos 1880. Ver: BASTOS, Afonso Henrique. Labaredas do Rio: Abordagens histórico-sociais do Rio e do Corpo de Bombeiros. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 29, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília, 2017. Nas demais províncias, o serviço de extinção de incêndios era regulado por posturas municipais, visto que a corporação dos bombeiros militares foi ampliada somente no século XX. O Corpo de Bombeiros do Ceará foi criado em 1925, subordinado à Polícia Militar.

³⁷³ Segundo o memorialista João Nogueira (1981), a Rua do Fogo ganhou essa denominação por causa de um grande incêndio ocorrido no começo do século XIX, que teria queimado todas as casas de palha existentes no local.

³⁷⁴ Incêndio. **Cearense**, ed. 134, p.2, 3 dez. 1879; Incêndio. **Cearense**, p.2, 1 jun. 1873; Noticiário. **Cearense**, ed. 233, p. 2, 21 Out 1884; Incêndios. **Cearense**, ed. 244, p. 1, 4 nov. 1884.

³⁷⁵ Diário da Polícia. **Pedro II**, ed. 84, p.2, 28 abr. 1872.

requereu ao engenheiro Henrique Theberge, responsável pela Repartição das Obras Públicas, um estudo para avaliar a urgência das obras em andamento no interior da província. Já tinha sido autorizada a reconstrução das cadeias de Icó e do Crato, de onde fugiram alguns prisioneiros. Como as despesas para o melhoramento no serviço de extinção de incêndios eram avultadas, desejava-se saber se o recurso de outras obras poderia ser realocado para isso. Havia uma única bomba destinada a essa finalidade, utilizada pela Companhia de Aprendizes Marinheiros. Ao que parece, o problema continuou sem solução por muito tempo, já que a situação das cadeias públicas e das estradas que ligavam a região sul do Ceará à capital entraram na ordem de prioridades. Contudo, mesmo sem verba disponível e operando sem qualquer estrutura, a Presidência da Província solicitou à Assembleia Provincial propostas para aprimorar o serviço de bombas, “dando-se-lhe o competente regulamento e a precisa instrução aos aprendizes marinheiros”.³⁷⁶

Esta pesquisa não encontrou nenhuma menção sobre treinamento específico de combate aos incêndios na CAM. Com base nas notícias dos casos de incêndios em que aprendizes marinheiros e soldados atuavam como bombeiros, é possível afirmar que essa atividade estava mais ligada ao costume e às ações da população do que a métodos de brigada de incêndio. Não havia no Corpo de Polícia, no Batalhão e na CAM instrumentos próprios para o serviço – reservatórios grandes, bomba a vapor, carroças para transportar água até as chamas. No entanto, os meninos que recebiam treinamento militar estavam mais acostumados a compor filas e agir de forma coordenada para deter o fogo, já que contavam apenas com baldes. Via de regra, a população se mobilizava durante os incêndios, ajudando no possível. Mas o fato de acionarem a Companhia para esse tipo de urgência faz notar o engajamento dos meninos em tarefas úteis à província. Não obstante a obrigação de partir para a Corte a fim de compor a tripulação dos navios de guerra, essas prestações de serviço para a cidade entravam no rol das obrigações cívicas e patrióticas que deveriam manter como futuros homens do mar.

A Marinha sustentava que todas essas atividades desenvolvidas pelos aprendizes das companhias eram inerentes ao aprendizado, não podendo ser consideradas trabalho. Esse entendimento com relação à vida dos aprendizes entrou posteriormente na pauta política dos marinheiros. Mônica Lins indicou que, no início do século XX, uma série de requerimentos de ex-alunos das Companhias e das Escolas de Aprendizes Marinheiros demonstrava a luta para que o tempo de permanência nessas instituições fosse contado como tempo de serviço na

³⁷⁶ Repartição das Obras Públicas. **A Constituição**, ed. 22, p. 1, 28 jan. 1872.

carreira dos marinheiros. Essa disputa perpassada de impedimentos burocráticos e despachos evasivos do Ministério da Marinha evidencia, além da necessidade de suprimir os longos anos de serviço obrigatório para alcançar a reforma (aposentadoria), a vida de trabalho que constituía o recolhimento dos meninos aprendizes – trabalho que o almirantado se recusava a reconhecer – e que, entre os praças subalternos, se transformou em elemento de coesão e identidade na busca por direitos.³⁷⁷

5.3 Casa, comida e roupa lavada

No mesmo ano em que as vicentinas, suas pensionistas e órfãs recolhidas se mudaram para o prédio do extinto Colégio de Educandos, uma festa de natal foi organizada para distribuir os prêmios de honra ao mérito às educandas que se destacaram “por sua aplicação e conduta”. A festa contou com a presença do bispo Dom Luiz, representantes do Governo e redatores de alguns jornais de Fortaleza (*Pedro II* e *Cearense*). Na ocasião houve uma exposição dos trabalhos das pensionistas e das órfãs, com destaque para as obras em lã e bordados a fio de ouro. Ali, em dezembro de 1867, as meninas se despediram das Irmãs para passarem as férias de natal com suas famílias. As órfãs permaneceram no Colégio.³⁷⁸

Anos depois, quando as Irmãs ampliaram o atendimento às meninas “desvalidas” com a criação do Externato São Vicente de Paula (1887), a cerimônia de Primeira Eucaristia também foi noticiada pelos jornais. Celebrou a missa o bispo D. Joaquim, que fez “nobre e eloquente oração” pelas Irmãs, que tratavam “aquelas mocinhas como filhas”. Foi oferecido um almoço aos convidados e às famílias das pensionistas que, naquele dia, também recebiam sua primeira comunhão. “O serviço foi perfeitamente feito pelas órfãs”, como destacou o jornal *Cearense*. À tarde, as meninas participaram de uma procissão para coroação de Maria. As alunas foram divididas em duas alas: uma longa fila de alunas do externato e de órfãs internas e uma outra fila de pensionistas. Ao final da cerimônia, todas as órfãs se retiraram com “maior respeito, boa ordem e regularidade desejáveis”, retornando ao Colégio.³⁷⁹

Entre os dois eventos passaram-se vinte anos. Outras festas e celebrações organizadas pelo Colégio da Imaculada Conceição foram narradas, elogiadas pela imprensa, cujas descrições revelaram, com naturalidade, as diferenças entre pensionais e órfãs. As falas diocesanas e os fragmentos do cotidiano escolar que apareciam de relance nas notícias

³⁷⁷ LINS, 2012.

³⁷⁸ Férias no Colégio de órfãs. *Cearense*, ed. 2525, p. 1. 12 dez. 1867.

³⁷⁹ Festa da Primeira Comunhão. *Cearense*, ed. 246, p.2. 3 nov. 1887.

mostraram que esse elemento de segregação perpassou a proposta educativa das Irmãs de Caridade como componente disciplinar, sob o argumento de que o ensino religioso produziria a concórdia, independente das diferenças sociais. Entretanto, o convívio de meninas pertencentes às camadas sociais distintas não acontecia sem embates. Em Minas Gerais, como observou Ana Cristina Lage, as Irmãs enfrentaram a resistência das famílias ricas ao propor na década de 1850, como princípio de valorização do trabalho, que as meninas cuidassem de seus próprios dormitórios e vestes. As noções de trabalho no Brasil oitocentista eram bem diferentes das francesas, culminando em verdadeiro incômodo o serviço de limpeza – próprio de criadas. Outro impasse encarado pelas vicentinas na cidade de Mariana foi quanto à coabitação de órfãs pardas com as meninas abastadas. Ali, a ampliação do número de pagantes resultou em dois colégios distintos, um para pensionistas ricas e outro para as órfãs desvalidas.³⁸⁰

No Ceará, habitando o mesmo prédio, as meninas pobres tiveram que conviver com enormes barreiras físicas e simbólicas. Esses momentos festivos, em que o público conseguia perceber facilmente as diferenças entre pobres e ricas expressavam certa negociação entre as famílias pagantes e o modelo de convívio proposto pelas freiras. Ou seja, se não houve, no caso de Fortaleza, uma separação rígida entre o recolhimento de órfãs e o internato de mocinhas ricas – ao menos em se tratando do prédio –, foi preciso tornar socialmente evidente que essa aproximação não significava qualquer nivelamento entre as meninas. Assim, o fato de meninas órfãs servirem o jantar nas comemorações do Colégio não era apenas uma questão de praticidade e economia. Não estavam exercendo papel de anfitriãs. Essas ações davam a ver para a cidade que meninas órfãs não estavam sendo comparadas às “meninas de boa família”.

Uma vívida imagem dessa separação foi formulada por Rachel de Queiroz, no romance *As Três Marias*. Na narrativa, o Colégio fora descrito como uma cidadela de muros altos, que guardava a todas dos contatos externos, mas dividido em realidades bem distintas:

De um lado vivíamos nós, as pensionistas, ruidosas senhoras da casa, estudando, tocando piano, vestindo uniformes de seda e flanela branca. Ao centro, era o “lado das Irmãs”, onde não entrávamos nunca. E além, abrigando outras vidas antípodas, lá estava a casa do orfanato, onde meninas silenciosas, vestidas de xadrez, aprendiam a trabalhar, a coser, a tecer as rendas dos enxovais de noiva que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisas dos filhos que nós teríamos porque elas eram pobres no mundo e aprendiam justamente a viver e a pensar como pobres.

Uma proibição tradicional, baseada em não sei que remotas e complexas razões, nos separava delas. Só a víamos juntas na capela, alinhadas nos seus bancos do outro lado do corredor, quietinhas e de vista baixa, porque as regras que lhes exigiam modéstia, humildade e silêncio eram ainda mais severas do que as nossas.³⁸¹

³⁸⁰ LAGE, 2011.

³⁸¹ QUEIROZ, Rachel. *As Três Marias*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996, p. 19.

Passados muitos anos e com várias reformas no CIC, o espaço narrado por Rachel de Queiroz não se distanciava muito, em termos de segregação, do espaço construído na metade do século XIX. As “remotas e complexas razões” da separação das meninas estão inscritas na produção social da distinção. Ou seja, as diferenças nas roupas, nos assentos e nos jeitos de falar não são meros instantâneos da realidade, são partes constituintes de um longo processo de afirmação das desigualdades (que tanto unem quanto segregam), não se limitando ao plano econômico. A pauperização evidente das órfãs mantida no cotidiano do recolhimento lançava sobre elas uma imediata identificação com o trabalho, de maneira que – a despeito da educação considerada privilegiada que recebiam – estaria solidificada no ambiente privado do Colégio uma mensagem tornada pública sobre o lugar social das órfãs no campo produtivo, na lógica do trabalho. É claro que as pensionistas teriam roupas e aposentos melhores por estarem pagando por isso, ao passo que as meninas órfãs ficavam com as doações que o Colégio recebia. Mas essa separação era também simbólica. Marcava a diferença entre aquelas cujo lugar no mundo era o da “elevada” senhora-mãe-de família das *outras* (órfãs e pobres) para quem o trabalho era apresentado como condição inerente.

Foram inúmeros os momentos em que essas diferenças se declararam. O olhar sobre as órfãs que, aparentemente, congregavam com as famílias ricas da cidade, com figuras importantes do meio social, como o bispo, abre questionamentos sobre os usos possíveis do recolhimento, sobre a atuação das meninas no espaço vigiado, sobre como as “aparências hegemônicas” – utilizando a reflexão de James Scott – foram ali construídas e desafiadas. Olhando superficialmente para as celebrações do Colégio, o que se encontram são atos de submissão, como se as meninas tivessem internalizado a inferiorização que os grupos dominantes projetavam sobre elas e sobre os pobres em geral. Entretanto, na interpretação de Scott, essa demonstração de comportamento esperado não corresponde a uma aceitação natural ou mera incorporação ideológica, mas, antes de tudo, um processo de aprendizado de formas outras de resistir, que combinam insubordinações veladas às ações efetivas para diminuir a exploração e o trabalho. Por outro lado, esses espaços de exercício da hegemonia (ou melhor, a criação de sensação de anuência e concórdia) que parecem naturalizar o poder das elites são também uma construção social que tenta assegurar a influência dos dominantes sobre seus subordinados. Portanto, manter as aparências hegemônicas dá muito trabalho para os poderosos, mas é possível porque, cotidianamente, “é do interesse do subordinado evitar desacreditar as aparências”.³⁸² Como será abordado mais adiante, as Irmãs priorizaram a

³⁸² SCOTT, 2013, p. 133.

disciplina austera e o silêncio na formação das meninas, mas esta postura foi apenas parcialmente obedecida, sendo os momentos de encenação por demais frequentes entre as órfãs no dia a dia do recolhimento.

O ensino para as órfãs estava assim dividido: “1 – Catecismo, História Pátria, História Sagrada, Aritmética, Língua Vernácula e Francês; 2 – Costuras, bordados, flores, sapatos, consertos de roupas; 3 – Lavar e engomar com o fim de saber mais tarde governar a casa”, conforme consta no regulamento.³⁸³ Essa última parte era exclusividade das órfãs, que lavavam as roupas das pensionistas. Quase toda limpeza do Colégio também era realizada pelas crianças pobres. O mesmo regimento declarava que os trabalhos eram “divididos conforme a idade e capacidade física e intelectual das meninas”.³⁸⁴ Além da limpeza, havia os cuidados com o jardim e manutenção das imagens sacras, a reposição de velas nos oratórios, o abastecimento de água e higienização da enfermaria, o polimento das portas e até a fabricação de hóstias. As descrições da rotina e uma ou outra denúncia nos jornais davam a ver um cotidiano repleto de tarefas árduas, que podiam extrapolar as demandas internas.

Em 1870, alguém sob o pseudônimo *Olhos de Lince*, perguntava se o bispo sabia que as órfãs do Colégio da Imaculada lavavam e engomavam a roupa dos seminaristas. Nessa publicação intitulada *Pergunta Inocente*, eram também contestadas as aulas práticas que as meninas recebiam sob a alegação de estarem sendo preparadas para se tornarem “respeitáveis mães de família”. Indagava: “Será exato que as referidas órfãs aprendam a fazer sapatos e empalhar cadeiras? Realmente é uma educação muito necessária...”³⁸⁵

A partir do questionamento de *Olhos de Lince*, posto no início dos anos 1870, é possível atentar para alguns aspectos importantes do cotidiano de trabalho das meninas recolhidas no CIC. Como se viu, não era tão frequente o incômodo com a utilização da mão de obra de órfãs, especialmente considerando seu emprego em tarefas domésticas. Presume-se que a “pergunta inocente” não representava uma denúncia do fato de que as crianças estavam sendo tratadas como criadas dos seminaristas. A imposição do trabalho às órfãs pobres era mais criticada quando as meninas ficavam expostas no espaço público para cumprirem determinadas tarefas. Lavar roupas não era, nessa época, uma atividade do âmbito privado. Era preciso ir aos rios. Isso, de certo, era feito sob o olhar das Irmãs ou de alguma criada do Colégio. A presença das meninas na cena pública (provavelmente no riacho Pajeú, considerando a proximidade com

³⁸³ Extraído de SOARES, 1990.

³⁸⁴ *Idem*, p. 26.

³⁸⁵ A pedido. **Constituição**, ed. 173, p. 3, 4 set. 1870.

o Colégio) reforçava a ideia de desigualdade construída no recolhimento vicentino. Por outro lado, demonstrava que o recolhimento não significava isolamento, havendo trocas e aprendizados que não estavam circunscritos ao interior do Colégio.

O modelo pensado pelas Irmãs de Caridade para a formação de donas de casa pobres e empregadas qualificadas, capazes de resolver pequenos reparos nas roupas, calçados e móveis, explicava as aulas que *Lince* julgou desnecessárias a uma mãe de família. Tais práticas se articulavam à profissionalização das meninas e, ao mesmo tempo, dialogavam com as demandas urbanas, com os ideais de civilidade que difundiam novos comportamentos esperados (refletidos nas roupas, na arrumação das casas, na divulgação das noções de higiene).³⁸⁶ O conjunto desses saberes e a forma como foram construídos pelas Irmãs Vicentinas revelam um processo de “escolarização do doméstico”, no qual as tarefas da dona de casa passaram a ser reconfiguradas. Ou melhor, o trabalho doméstico foi sistematizado, teorizado.

Guacira Louro e Dagmar Meyer propuseram o termo “escolarização do doméstico” para tratar da construção e reformulação dos fazeres domésticos em saberes escolares. Esse processo histórico esteve diretamente associado às mudanças econômicas e culturais nas noções de família (valorização do doméstico, normatização dos espaços privados e interferências do Estado – medicina e instrução pública – na composição dos lares desde meados do século XIX), bem como na idealização das relações de gênero, atribuindo às mulheres a economia doméstica. As autoras desenvolveram a análise tomando como objeto de estudo a fundação de uma escola técnica voltada para o público feminino no Rio Grande do Sul na década de 1940. Apontaram para a complexidade do currículo ali elaborado, no qual as tarefas de lavar, passar, cozinhar não foram tomadas como naturais, mas foram racionalizadas e tecnificadas de forma a tornar mais eficiente para os padrões da época o serviço doméstico. O texto debate, então, os caminhos pelos quais as tarefas de casa se encontraram com os conhecimentos científicos, acadêmicos e as diversas tensões que se originaram desse encontro. Assim, “a designação da escola como espaço apropriado para este ensino, ao mesmo tempo que atribuía a ele um valor maior, implicava o reconhecimento da incompetência do lar para sua transmissão”.³⁸⁷ Retém-se este

³⁸⁶ Sobre essa mudança nas casas e bens de consumo, que caracterizou o “morar à francesa”, ver: Simone dos Santos, uma análise da multiplicação de tarefas domésticas nos oitocentos, contextualizando a diversificação dos móveis e artefatos de decoração (vidros, assoalhos, tapetes, cortinas, espelhos), o que exigiu um trabalho de limpeza mais constante e especializado. SANTOS, Simone Andriani. Identidade, gênero e cultura material: senhoras e criadas no espaço doméstico – São Paulo (1870-1920). **Revista de Crítica Cultural**, v. 4, n. 2, p. 59-89, 2016.

³⁸⁷ LOURO, Guacira; MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 87, p. 45-57, 1993, p. 50.

argumento para pensar nas razões que direcionavam as aulas práticas das alunas pobres do Colégio da Imaculada. Antes, porém, vale pontuar que o internamento de meninas ricas também interferia na dinâmica familiar das camadas abastadas.

O que significava, na metade dos oitocentos, a *escolarização do doméstico*?

Todo o projeto educacional das vicentinas se inseria nas mudanças com relação às responsabilidades femininas, no lar, na religião e no espaço público em curso na segunda metade do século XIX. As pensionistas eram educadas para atingir modelos ideais de mulher – mãe instruída para melhor orientar os filhos, dona de casa preparada para receber visitas, coordenar o serviço doméstico, implantar boas práticas de asseio, além de possuir certos domínios da cultura letrada para não parecer ignorante nos aspectos relacionados à civilidade (música, literatura, moda). Obviamente, não se tratava de uma simples transposição do ideário citadino identificado com a urbanidade para a sistematização dos conteúdos escolares. Mesmo porque o ensino confessional travou embates com diversas noções de modernidade no século XIX, consideradas ofensivas à moral cristã. Ainda assim, a incorporação de uma série de elementos atrelados ao saber médico-higienista, às aspirações de melhoramento e saneamento social e ao “embelezamento” da cidade e das casas legitimava a autoridade das Irmãs na formação de uma nova geração de mulheres compatível com a “prosperidade” urbana, sem abrir mão dos preceitos religiosos. Dessa forma, as pensionistas eram socializadas nos códigos daquilo que se dizia ser uma nova cultura urbana, em oposição ao passado da Província, agora chamado de arcaico, no contexto de reformulação urbanística de Fortaleza.

Uma imagem literária que representa bem o que seria essa transformação educacional das meninas ricas do CIC foi fornecida por Oliveira Paiva. O contraste que o autor estabeleceu entre a filha do desembargador educada no Colégio da Imaculada e sua mãe exemplifica o processo de assimilação de novos comportamentos e hábitos domésticos. Quando terminou seus estudos no Colégio, Maria das Dores passava o tempo lendo romances, bordando, tocando piano e conversando longamente com o pai sobre ciências e bastidores da política local, enquanto esperava cartas de seu amado. Dona Fabiana, “sertaneja”, “de fala gorda”, passava o dia berrando com os criados, mas quando estava de bom humor, “sentava-se no quintal, em uma cadeira, com uma perna sobre a outra, (...) expansiva como a galinha choca esponjando-se na cinza”.³⁸⁸ A contraposição entre Fabiana e sua filha Das Dores que percorre o romance *A Afilhada* é útil para entender o propósito da escolarização do doméstico

³⁸⁸ PAIVA, O. *A Afilhada*, p.282.

na educação vicentina para meninas ricas: formar uma dona de casa para a “alta sociedade”, vinculando os saberes-fazer domésticos à distinção social.

Essa mesma racionalização sobre os trabalhos da casa ganhou uma outra finalidade no recolhimento de órfãs: a profissionalização do doméstico. Mudando o público, mudavam as feições e funções da escolarização do doméstico. Ainda que existissem várias intercessões nos princípios educativos que norteavam o cotidiano do Colégio da Imaculada, as aulas práticas direcionadas às meninas pobres tinham a intenção de promover a empregada doméstica exemplar, capaz de entender e cumprir bem as orientações da dona de casa exemplar, ambas idealizadas para contribuir com as novas disposições sociais que a modernidade/civilidade exigia. Assim, a profissionalização do doméstico era mais do que aprender o “bem-limpar”, ensinado como conhecimento teórico e prático, avaliado, organizado em etapas e com diferentes graus de complexidade. Era, além de tudo isso, articular as técnicas do serviço doméstico agora escolarizado com as posturas desejáveis para o convívio numa sociedade “civilizada” e ordeira. Por isso, as meninas órfãs também tinham aulas de francês. Por isso, aprendiam a consertar sapatos e empalhar cadeiras.

É importante discutir esse processo de escolarização/profissionalização das atividades domésticas porque mostrou ações objetivas de normatização do emprego feminino. O recolhimento de crianças pobres em Fortaleza foi atrelado à profissionalização, imputando a estas crianças a obrigação econômica e moral de trabalhar. No recolhimento, foi priorizada a ideia de profissionalização, o que correspondia ao combate à vadiagem, à internalização da disciplina e do tempo produtivo e às ideias de condicionamento social frente às novas estruturas econômicas, aspectos que marcaram as políticas públicas e assistencialistas no Brasil durante esse período. Por isso, o orfanato do Colégio da Imaculada Conceição não tinha apenas função asilar, cuja instalação estaria ligada às práticas de caridade e à vontade de manter a cidade livre de pedintes. Soma-se a isso o entendimento de que esta instituição orfanológica fora voltada ao mercado de trabalho, cumprindo, na concepção da Igreja e do Estado, duas funções importantes: formar mulheres honradas e oferecer trabalhadoras qualificadas.

Sabe-se que, ao longo do processo de desestruturação da escravidão, o trabalho doméstico ganhou mais atenção das autoridades governamentais, instituindo-se uma série de decretos e códigos de posturas municipais em várias cidades brasileiras, que normatizava as

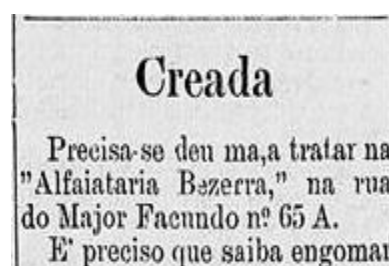
relações entre patrões e empregados, criados e amos.³⁸⁹ No meio dessas discussões sobre a qualidade do trabalho e a decência dos empregados, a formação de moças para o serviço doméstico encontrou grande receptividade. Não raro passou-se a publicar anúncios que destacavam o comportamento das criadas. Prometendo um salário de 30\$000 réis mensais, um proprietário que morava na rua General Sampaio, procurava “uma criada de boa conduta para lavar, engomar e cozinhar de 30 anos para cima”.³⁹⁰ Definições como esta acentuava o discurso de preocupação com a moralidade dos empregados domésticos, gerando cada vez mais preconceitos e difamações.

O relativo aumento populacional registrado na segunda metade do século XIX em Fortaleza e a diversificação de serviços e do comércio na cidade geraram demandas pelo serviço doméstico em casas particulares e em estabelecimentos comerciais. Conforme observou Linhares, a procura por criados em ramos específicos (lavadeira, engomadeira, cozinheira) – visível nos anúncios dos jornais – que abrangia tanto a população escrava como as camadas pobres urbanas (especialmente as mulheres) contribuiu para uma crescente especialização dos serviços domésticos, conferindo maior poder de ganho para senhores que alugavam seus escravos (ou para os próprios, levando em conta os pecúlios) e para criadas livres, que poderiam se distinguir do grande contingente de empregados domésticos sem instrução ou qualificação.³⁹¹

Nesses termos, as aulas práticas, tendo em vista as demandas do mercado de trabalho em formação na cidade de Fortaleza, poderiam fornecer às garotas pobres alguma colocação formal, não necessariamente ligada às “casas de família”. Alguns anúncios podem tornar mais evidentes essas mudanças na oferta de emprego para mulheres no século XIX:



Fonte: **Libertador**, 12 jan. 1886.



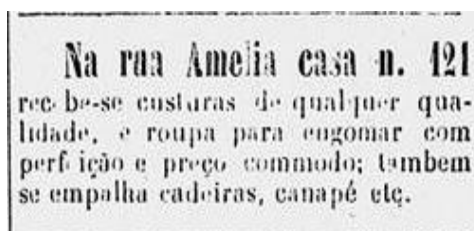
Fonte: **Cearense**, 24 maio 1888.

³⁸⁹ Sobre isso, ver: LINHARES, 2011; SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. 2017. 583 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017; SILVA, Maciel Henrique. O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

³⁹⁰ Procura-se. **Cearense**, ed. 168, p. 4, 9 ago. 1881.

³⁹¹ LINHARES, 2011.

De forma alguma esses espaços poderiam absorver uma parcela significativa de moças, formadas ou não no Colégio da Imaculada. Entretanto, mesmo que escassas, essas possibilidades de emprego não podem ser desprezadas na análise do recolhimento e profissionalização de órfãs pobres. Verdade que as demandas por serviços especializados em estabelecimentos comerciais só se tornaram expressivas no final do século (mais ou menos a partir da década de 1880, a julgar pelos anúncios publicados). Porém, durante todo período pesquisado, foi possível fazer uma associação direta entre os ofícios ensinados pelas Irmãs às garotas recolhidas e as possibilidades de rendimentos deles decorrentes. Um outro anúncio, publicado em 1870, mostra que essas habilidades eram rentáveis e que poderiam garantir alguma autonomia ou possibilidade de trabalhar por conta própria:



Na rua Amelia casa n. 121
rec-be-se costuras de qualquer qua-
lidade, e roupa para engomar com
perfeição e preço commodo; tambem
se empalha cadeiras, canapé etc.

Fonte: **Pedro II**, 10 nov. 1870.

Este anúncio indica que os saberes-fazer tomados como conteúdos nas oficinas do CIC, circulavam pela cidade, permitindo notar conexões entre o recolhimento e a oferta de serviços. Pode-se indagar: Empalhar cadeiras era uma atividade tão comum às mulheres como costurar e engomar? Ou ainda: A pessoa que publicou o artigo seria uma egressa do Colégio e agora conseguia se manter com o que aprendera no recolhimento? De todo modo, o que se pretende sublinhar é que as práticas educativas voltadas às órfãs se integravam ao mundo do trabalho, interagindo com o crescimento material de Fortaleza, seja correspondendo a uma demanda já existente na cidade, seja abrindo possibilidades de atuação para as garotas que passavam pelo recolhimento. Além disso, o anúncio tinha a pretensão de se destacar tanto pela variedade de serviços oferecidos quanto pela qualidade do trabalho – qualquer tipo de costura, engomar com perfeição –, o que também caracterizava a profissionalização do doméstico empreendida pelas Vicentinas. Ou seja, se cada vez mais o grau de especialização dos ofícios ia ganhando notoriedade e se constituindo como um valor – numa cidade que mantinha tão forte os discursos de progresso e modernidade, a despeito do lento processo de industrialização e manutenção da escravidão – a formação profissional das meninas internadas no orfanato acompanhava às demandas por trabalhos qualificados. Dessa forma, tanto a cidade (com as representações que se construía dela, com seus projetos políticos, com as transformações no trabalho e nos costumes) adentrava o recolhimento de órfãs quanto o recolhimento (com seu

projeto educacional, com a formação/correção religiosa e cívica das meninas, com seu rigor na aprendizagem dos ofícios) inferia na cidade.

As Irmãs, em contato com o bispo, padres e famílias ricas locais construíram uma importante rede de apoio, garantindo doações, encomendas de trabalhos, assistência médica e possibilidades de engajar as moças em atividades remuneradas. A constituição dessa rede de apoio deveu-se, em grande parte, à relativa independência que as congregações femininas, principalmente aquelas voltadas ao assistencialismo, conquistaram no século XIX. Como observou Rosado Nunes, as religiosas, exercendo cargos de direção em colégios, hospitais e missões, construíram no corpo organizacional da Igreja certa autonomia para si e para outras senhoras católicas, à medida que criavam espaços de atuação feminina nas obras de caridade. A autora lembrou ainda que essas entidades religiosas foram tomadas como sociabilidades, demarcando a presença de mulheres no espaço público, ainda que vinculado à uma definição conservadora do lugar social feminino.³⁹² A composição desse circuito de informações, socorros, festas beneficentes, propiciou a circulação dos trabalhos das meninas internas e abriu caminhos para fixação das órfãs em postos de trabalho agenciados pelas Irmãs.

Como se viu, todo o trabalho das órfãs era acertado pela direção do Colégio. Isso significava pouca chance de escolha das meninas no universo do recolhimento, mas, em contrapartida, a saída das órfãs do CIC não implicava em abandono, como se tivessem que se virar por conta própria depois de anos internadas. Rachel de Queiroz ajuda a levantar hipóteses sobre como as irmãs de caridade intermediavam o emprego de internas em casas de famílias ricas. Em *As três Marias*, a história da órfã Hosana faz lembrar o rigor das tarefas na dinâmica do recolhimento e as formas possíveis de saída das meninas para o mercado de trabalho. A garota de aparência frágil, “bordava coisas lindíssimas com aqueles dedos magros, compridos, pepinados pela agulha”.³⁹³ Às escondidas, tornou-se muito amiga de uma pensionista, desobedecendo uma das regras mais incisivas do Colégio. Descoberta a amizade proibida, Hosana foi mandada embora. As irmãs organizaram sua partida para Baturité, onde iria bordar o enxoval de uma noiva rica e lá ficaria como criada. Tempos depois, “conheceu um viúvo, cliente dos ricos, pobre, triste e carregado de filhos. Casou”.³⁹⁴

³⁹² NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

³⁹³ QUEIROZ. *As três Marias*, p. 21.

³⁹⁴ *Idem*, p. 22.

O destino imaginado para Hosana não parece tão improvável em se tratando do recolhimento de órfãs no período abordado por esta pesquisa. De certo, as habilidades das meninas – treinadas, vigiadas e excessivamente avaliadas pelas Vicentinas – foram capitalizadas para angariar recursos aplicados na manutenção do Colégio.³⁹⁵ Além disso, o aprendizado desses ofícios conferia às órfãs um meio de vida, que, mesmo quando criadas de algum domicílio e enfrentando longas jornadas de trabalho, poderiam obter ganhos extras com as obras de agulha. Mas, entre esses fatores, destaca-se a mediação das freiras na inserção das órfãs no mundo do trabalho. Afinal, além de qualificadas, estavam sob recomendação das Irmãs, o que presumia serem obedientes, laboriosas e moralmente aceitáveis.

Ao longo dos anos, diversos eventos sociais, como as festas de premiação das alunas pensionistas, quermesses marianas no mês de maio e jantares beneficentes foram dando visibilidade ao Colégio da Imaculada e funcionaram também como apresentação dos ofícios praticados pelas órfãs, como uma espécie de publicidade da “perfeição e bom gosto de muitos difíceis trabalhos” orientados pelas Vicentinas, como fazia notar o jornal *A Constituição*, noticiando a festa do fim de ano de 1876. Naquele dia, depois de laureadas as pensionistas, abriu-se uma exposição de costuras, tapeçaria e bordados confeccionados pelas meninas recolhidas.³⁹⁶ As obras de caridade em que as Filhas de São Vicente se envolviam geravam intercâmbios de trabalhos, donativos e favores, propiciando a ampliação das encomendas – o que significava muito trabalho para as órfãs – e a circulação por diferentes localidades da produção interna do CIC. Em 1872, no Rio de Janeiro, a Real Sociedade Humanitária promoveu um bazar, cuja renda seria em prol da inauguração do Hospital Português. As Irmãs enviaram peças de labirinto, cadernos de caligrafia bordados e coloridos, flores artificiais e alguns quadros. O jornal *O Paiz*, que fez a cobertura do jantar, notou que “entre os melhores trabalhos doados para o bazar, achavam-se os que foram oferecidos pelo Colégio das órfãs do Ceará, dirigido pelas irmãs de caridade”. O trecho foi reproduzido pela imprensa cearense, que “mereciam a mais honrada menção”.³⁹⁷

Esse movimento de encomendas de enxovais, objetos decorativos para festas, confecção de artigos para fins beneficentes contribuía para consolidar no recolhimento um processo de sistematização da produção e de disciplinarização do trabalho, considerando as

³⁹⁵ Sobre as particularidades da ação educacional da Congregação para meninas no Brasil, ver Lage, 2011. *op. cit.*

³⁹⁶ Colégio da Imaculada. *A Constituição*, ed. 141, p.2, 13 dez. 1876.

³⁹⁷ A Festa do Hospital Português. *A Constituição*, ed. 11, p. 2, 16 jan. 1872.

exigências dos clientes, os prazos de entrega dos pedidos e a conciliação das oficinas com aulas e momentos de oração. O cotidiano de ensino/trabalho/oração, severamente regido pelas freiras, expõe as estratégias institucionais de combate ao ócio, investindo na repetição para forjar nas internas um uso “responsável” do tempo, todo ele preenchido com coisas sagradas e com lições de valorização do trabalho e da honra feminina. O ritmo de trabalho imposto às órfãs não só acarretava uma alteração em seus corpos – treinados e marcados pelo trabalho (imaginando os furos da agulha nas mãos de Hosana) – como implicava mudanças de longo alcance em suas vidas, apartadas que estiveram, durante tantos anos, de seus familiares.

Uma outra reflexão oportunizada pela leitura do romance de Rachel de Queiroz seria o estranhamento sentido pela personagem Guta quando visitava a casa paterna, na região do Cariri. Muito pequena fora enviada ao Colégio da Imaculada com os esforços do pai e da madrasta, que viviam de forma modesta para custear sua permanência no internato. Quando falava de sua família, Guta demonstrava certo distanciamento, como se não pertencesse mais àquele ambiente doméstico. Dizia: “Os meus moram tão longe, têm uma vida tão distante e separada! Mal conheço aqueles meninos lentos, redondos e chorões; aquela senhora gorda, sempre grávida ou sempre amamentando, que me recebe amavelmente quando chego das férias”.³⁹⁸ Esse estranhamento dado a ver pela sensibilidade de Rachel de Queiroz foi selecionado aqui porque sugere os efeitos do recolhimento na vida das crianças órfãs ou separadas de seus pais. No romance, Guta só ia para casa uma vez por ano, por causa da distância. Isso fragmentava o convívio familiar, gerando algum desconforto por não se integrar ao fluxo rotineiro da casa. As órfãs jamais iam para casa; algumas nem tinham casa. Como se têm discutido ao longo dos capítulos, o recolhimento tinha intenção declarada de romper certos hábitos familiares, impedindo o encontro das crianças pobres com seus parentes. Assim, é possível afirmar que a socialização das meninas no interior do Colégio, a forma como aprenderam seus ofícios, como experienciaram o tempo afetavam, conscientemente ou não, os laços familiares. Ou seja, se o trabalho era percebido e executado de maneira diferente, se as formas de falar, vestir e comer foram transformadas, as meninas recolhidas tiveram que (re)inventar identificações com seus parentes e demais grupos de interação. Com isso, não se sugere, absolutamente, que o modelo educacional praticado no orfanato foi absorvido de forma integral pelas crianças. Pretende-se destacar as contradições que povoavam o universo do recolhimento. Nesse sentido, não cabe nem uma vitimação das garotas internadas – como se os maus tratos e a infelicidade definissem por completo o internamento – e nem uma idealização

³⁹⁸ QUEIROZ. *As três Marias*, p. 38.

das resistências empreendidas no contexto orfanológico. Não é possível analisar se as meninas órfãs egressas do CIC experienciaram mais ou menos liberdade nos trabalhos e lugares que passaram a frequentar longe do orfanato. Certamente, enfrentaram outros tipos de medo, ingressaram em outras relações de mandonismo e construíram outras redes de convívio e resistências. Mas operacionalizaram tudo isso com os códigos, saberes e sentimentos vivenciados e apropriados na rotina do recolhimento.

Além dos possíveis trabalhos como costureiras, lavadeiras, engomadeiras ou criadas, a atuação das Vicentinas em Fortaleza também favoreceu a circulação de órfãs dentro das instituições de caridade, como o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Poucos anos depois da chegada das Vicentinas francesas para a instalação do Colégio da Imaculada, a Mesa Administradora da Santa Casa, com a mediação do bispo, também contratou quatro Irmãs para coordenar o serviço interno do Hospital, onde desempenharam funções de enfermeiras. O relatório do Provedor da Santa Casa apresentado ao presidente da Província em 1870, meses depois do ingresso das Irmãs no hospital, fazia notar as mudanças estabelecidas sob a condução das freiras, afirmando que “o serviço ganhou consideravelmente com a aquisição dessas mulheres perfeitamente educadas para ele como prova a excelência do regime que se admitiu em toda a casa, na qual não havia sistema de natureza alguma, tudo se fazia sem regras e sem economia”.³⁹⁹ A implantação de uma logística hospitalar, com definição de algumas regras, horários e acomodação das enfermarias já era algo bem conhecido entre as vicentinas, cujas missões em diferentes países atenderam doentes e órfãos.⁴⁰⁰ Pouco mais tarde, a madre superiora da Santa Casa Marie Chousioux convocou mais freiras e passou a aceitar meninas órfãs, que receberiam educação e auxiliariam no serviço. Em 1896, o hospital contava com 12 irmãs de caridade e 33 órfãs recolhidas.⁴⁰¹

No mesmo relatório em que o provedor Joaquim da Cunha Freire elogiou as alterações feitas pelas irmãs na Santa Casa, mencionou a ausência de enfermeiras no Ceará, o que confrontava com o crescimento do número de pacientes tratados no hospital, cujo levantamento dos seis meses anteriores à sua escrita foi de 407 enfermos. Sua proposta era aproveitar a experiência das Irmãs e implantar no estabelecimento uma escola de enfermagem

³⁹⁹ Relatório do Provedor da Santa Casa Joaquim da Cunha Freire. *In*: Fala do Desembargador Antônio de Araújo Freitas Henrique na Assembleia Provincial do Ceará. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1870, p. 2 [Anexos].

⁴⁰⁰ LAGE (2011) mapeou a expansão das obras de caridade das Irmãs Vicentinas, que no século XIX atuaram em hospitais na Turquia, Grécia, Argélia, México, Cuba, Estados Unidos, Áustria, Brasil, Inglaterra, Portugal, Peru e Chile.

⁴⁰¹ CAMARA, João. **Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil e Industrial do Estado do Ceará de 1896**. Ano II. Fortaleza: Tipografia A República, 1896, p. 56.

para suprir a carência dessas profissionais na província. Por isso sugeriu que moças do Colégio da Imaculada, “dessas que permanecem porque, tendo completado a sua idade, não tem pais nem parentes que as queiram recolher”, fossem admitidas na Santa Casa como aprendizes de enfermeira.⁴⁰²

Não foi possível confirmar quantas meninas do CIC foram transferidas para o hospital depois da recomendação de Cunha Freire. Porém, desde a década de 1870, nota-se na documentação consultada a presença de meninas órfãs junto às Irmãs na Santa Casa. Argos Vasconcelos afirmou que algumas órfãs foram recolhidas no período da seca de 1877 e que, posteriormente, durante a administração da Irmã Chousioux (madre superiora entre 1884-1901) um orfanato foi fundado, abrigando elevado número de meninas durante mais de vinte anos.⁴⁰³ Entretanto, mesmo antes da formalização do orfanato (cujo documento oficial de inauguração data de 1900) diversas meninas trabalhavam no serviço de limpeza, costura e na cozinha da Santa Casa. Não é improvável que o bispo tenha autorizado a saída de órfãs mais velhas do Colégio, pois continuariam sobre a tutela das Vicentinas. Abria-se outro espaço de emprego da mão de obra infantil feminina em Fortaleza.

De acordo com o Arrolamento da população de Fortaleza (1887), havia na Santa Casa nove irmãs de caridade, entre elas seis francesas, quinze empregados (dez homens, sendo três meninos e cinco mulheres) encarregados de serviços externos, limpeza, cozinha e cemitério – também administrado pela Santa Casa – e vinte e quatro engomadeiras e costureiras, dentre as quais algumas eram crianças. Todas as engomadeiras eram solteiras e sabiam ler, estando divididas quanto a faixa etária da seguinte maneira: entre 20 e 24 anos (6 engomadeiras), entre 14 e 19 anos (12) e entre 10 e 13 anos (6). Esses dados levam a pensar que as meninas empregadas no serviço de rouparia estavam há algum tempo na companhia das Irmãs, no Colégio ou lá mesmo na Santa Casa, onde aprenderam a ler e foram encaminhadas para o ofício.

Parte das engomadeiras listadas como órfãs da Santa Casa já tinham passado por outra instituição de recolhimento. No início da década de 1880, durante o processo de desestruturação da Colônia Cristina⁴⁰⁴, ao menos dezessete meninas foram enviadas ao hospital,

⁴⁰² Relatório do Provedor da Santa Casa Joaquim da Cunha Freire, 1870, p. 3. *In*: Fala do Desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques na Assembleia Provincial do Ceará; Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1870. [anexos]. Sobre a difusão e conhecimentos das Irmãs de Caridade na prática da enfermagem e seus desdobramentos históricos no século XIX, ver: PADILHA, M.I; MANCIA, J.R. Florence Nightingale e as Irmãs de Caridade: Revisitando a História. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n.6, nov./dez. 2005.

⁴⁰³ VASCONCELOS, Argos. **Santa Casa de Fortaleza (1861-1992)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994, p. 103.

⁴⁰⁴ Devido a uma série de dificuldades financeiras e problemas na estrutura da Colônia Cristina – pensada para ser uma instituição orfanológica agrícola – foi instalada uma Mesa Protetora a fim de reorganizar a instituição. O

tendo em vista que não tinham parentes ou tutores e “nem quem se proponha toma-las em sua companhia pelas dificuldades de ir buscá-las depois de habilitados perante o juiz de órfãos do termo da Pacatuba”, como indica um ofício da Presidência da Província ao Juizado de Órfãos de Fortaleza emitido em novembro de 1882.⁴⁰⁵ As meninas da Colônia Cristina, a maioria órfãs retirantes, foram literalmente doadas pelo juiz de órfãos a qualquer um que se interessasse por elas. As que “sobraram” foram remetidas à Santa Casa. Na época, sugeriu-se que o Governo da Província subvencionasse a matrícula das dezessete meninas no Colégio da Imaculada Conceição. Mas em razão da escassez de verbas essa medida foi desconsiderada.⁴⁰⁶ Assim, é possível notar que, com a deficiência das políticas provinciais de assistência à infância e/ou com o repasse de meninas que o Juizado de Órfãos não dava conta de empregar, as Irmãs Vicentinas ampliaram o recolhimento de órfãs e os lugares de atuação dessas meninas dentro da cidade, abrigando e qualificando a mão de obra infantil para preencher ensejos que o crescimento urbano gerava – criadas com saberes específicos, costureiras, artesãs e enfermeiras.

Em 1887, moravam no CIC mais de cem órfãs com idades bem variadas. O Colégio havia crescido, o número de pensionistas aumentava e as Irmãs diversificaram as atividades para o público externo, criando aulas de primeiras letras para meninas pobres e uma escola dominical para moças e mulheres. Normalmente, as meninas recolhidas permaneciam no Colégio até 21 anos, se não se casassem antes. Contudo, no Arrolamento de Fortaleza foram listadas algumas moças mais velhas, que mesmo tendo terminado os estudos, não haviam partido. Esse é o caso de Isabel Guimarães (26 anos), órfã, natural do Icó. No mesmo documento foram registrados os nomes de sete empregadas, que também moravam no Colégio. Todas as empregadas eram solteiras e órfãs com aproximadamente 30 anos de idade, com exceção de Joana Santiago (47 anos, que assumia um cargo de confiança – era porteira). Ao que parece, as demais empregadas eram ex-educandas contratadas pelo Colégio para realizarem atividades que iam além da limpeza e manutenção da casa. O fato de permanecerem no Colégio na condição de funcionárias e não de alunas pode estar associado à origem das moças, sem contato com familiares ou tendo parentes distantes no interior do Ceará ou de outras províncias. Além disso, o próprio crescimento do Colégio demandava funcionários e as Irmãs podem ter optado

Relatório mostrou-se desalentador. Uma das recomendações da Comissão foi a retirada das 200 meninas do lugar, que a partir de 1881, foram devolvidas às suas famílias ou tuteladas sem contrato de soldada por diferentes moradores de Fortaleza. A Colônia passou a abrigar somente meninos, sendo completamente desativada em 1891. Ver: José Weyne de Souza, 2004.

⁴⁰⁵ Expediente da Presidência do dia 16 de novembro de 1882. **Cearense**, ed. 230, p. 1, 23 nov. 1882.

⁴⁰⁶ Colônia Cristina. **Constituição**, ed. 54, p.1, 9 jul. 1882.

por empregar suas alunas para garantirem a disciplina e evitarem o ingresso de pessoas estranhas na instituição.

Em comemoração ao aniversário de 28 anos do Colégio da Imaculada Conceição, o Monsenhor Hipolyto Gomes Brasil – na época, vigário geral da Diocese do Ceará – escreveu um breve histórico da instituição, elogiando o trabalho pedagógico das Filhas de São Vicente. Naquele ano (1893), contando com 16 irmãs de caridade, havia 115 pensionistas e 80 órfãs matriculadas no Colégio. Segundo seus cálculos, desde a fundação do CIC (1865) até aquele momento 938 meninas haviam sido internadas ali, sendo 582 pensionistas e 356 “órfãs desvalidas”. Sobre as órfãs que saíram, Hipolyto Brasil mencionou que 14 entraram para Congregação de São Vicente de Paula, 62 se casaram fora do Colégio, 16 se casaram dentro do Colégio (recebendo o dote de duzentos mil réis e um enxoval) e 3 viraram professoras em casas particulares. Além destas, “14 ex-alunas da classe das órfãs” haviam sido admitidas como auxiliares ou adjuntas no Externato São Vicente.⁴⁰⁷

Esse quadro de egressas fornecido pelo sacerdote faz notar que muitas meninas permaneceram fortemente ligadas às Irmãs, como funcionárias do Colégio ou como freiras (número expressivo, visto que no mesmo período, somente seis pensionistas seguiram a vida religiosa). Entretanto, um número muito maior de garotas recolhidas se deparou com outros destinos, provavelmente ligados a profissões comuns, ao cotidiano doméstico, que – por serem corriqueiros e esperados – não foram destacados naquela comemoração. Outro dado relevante é o que sugere a quantidade de casamentos. Observa-se que muitas delas se casaram depois que já tinham deixado o Colégio. Isso significa que ou voltaram para as casas de suas famílias ou saíram para trabalhar em outros lugares, casando-se posteriormente. Vários foram os indícios encontrados nesta pesquisa de que a maioria das meninas recolhidas no CIC não tinha parentes com quem pudesse contar: eram crianças cujos pais haviam morrido, que não conheceram tutores – a não ser o Juizado de Órfãos –, que foram apresentadas no Colégio por padres, que escaparam da seca ou que foram deixadas no recolhimento por parentes que não as tinham como sustentar. Nessas condições, acredita-se que quase todas elas arranjaram-se como criadas em casas particulares ou em estabelecimentos comerciais.

⁴⁰⁷ Memória Histórica do Colégio da Imaculada Conceição por Monsenhor Hypolito Brasil. *apud* COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Colégio da Imaculada Conceição: Do Gênese ao Apocalipse**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1999, p. 83.

6 O CORPO RECOLHIDO

A história do recolhimento de crianças é cheia de dores, medos e solidão. Na imposição de uma norma para o trabalho, que envolvia condutas do corpo e da alma, as crianças nas instituições de recolhimento foram castigadas, abandonadas quando doentes e tratadas com autoritarismo. Persistentes, encontraram formas de reagir. Nem sempre, suas reações foram rebentos de fúria e dor. Na verdade, quase nunca foram. Aprenderam, compartilharam e testaram cotidianamente muitas maneiras de insurgir, subverter, danificar e desprezar as estruturas disciplinares do recolhimento. Este capítulo se dedica à análise das disputas pela gerência da vida institucionalizada.

Estando em clara desvantagem, as crianças inseridas no tempo-espaço do recolhimento comunicaram por seus gestos, vivências corpóreas e sensoriais mensagens de enfrentamento e de autonomia, fazendo do próprio corpo um lugar de afirmação e de memória. As redes de convívio que elaboraram dentro das instituições singularizaram seus gestos – de aprovação e de rejeição –, maneiras de se comunicar, de rir, de atribuir sentidos aos choros contidos, simulados ou manifestos. Estas dinâmicas foram imensamente importantes na fabricação das resistências. A própria linguagem dos códigos disciplinares (a pedagogia do castigo exemplar, a identificação dos culpados e o sermão da culpa) foi acompanhada de uma outra linguagem – tão eloquente quanto – de empenho das crianças em ampliar o campo de atuação diante das interdições e dos ataques à noção de liberdade partilhada naquelas circunstâncias.

Nesse sentido, pensar o *corpo recolhido* não é só uma atividade de exemplificar os meios disciplinares pelos quais as crianças foram pretensamente corrigidas nas instituições em que viveram. Esta análise foi, em grande parte, suscitada pelas considerações de Mônica Velloso ao tratar das disputas territoriais e simbólicas dos pobres urbanos no Rio de Janeiro no início do século XX. Pensando o corpo como patrimônio e inscrição histórica, a autora estuda as operações de transmutação dos espaços públicos por grupos marginalizados, incluindo os “malandros” e as expressões religiosas do candomblé. Como imprimir na paisagem uma memória dessas práticas reprimidas, condenadas? Foi a partir do corpo, das vestes, do jeito de andar, de falar que os sujeitos sociais não representados pelos lugares de memória oficiais forjaram suas identidades e apropriações espaciais. O corpo é visto, então, como lugar de

memória, objeto histórico e mutante, no qual os grupos silenciados investem “grande parte de sua energia participativa e identitária, retendo aí memórias, percepções e vivências”.⁴⁰⁸

Se no recolhimento uma série de gestos foi proibida, existindo sempre uma preocupação com as formas de se apresentar – meninas em fila olhando para baixo, meninos em forma de sentido – outros usos do corpo funcionaram como contraponto à rigidez disciplinar. Desde o ato de cochichar – imensamente perturbador para as freiras – até a fuga – liberação física e simbólica do corpo na esfera do recolhimento – falas, olhares, deslizos e correrias podem ser entendidos como uma força comunicativa das relutâncias das crianças, mesmo quando esses atos eram despreziosos e tudo que comprovavam era o fato de se tratarem de crianças, que apesar de serem empurradas à vida adulta pelo trabalho, conservavam em seus corpos inquietude e vitalidade para outros fins.

6.1 Castigos e dores

Depois estirei o pescoço trêmulo, olhei pela seteira a rua que ficava lá embaixo, sob o manto de pedra de Nossa Senhora. (...) A cidade, assim de repente, vista de uma vez e surpreendida de brusco, deu-me um choque no coração, comoveu-me tanto que as mãos começaram a tremer e meus olhos se encheram de água. Estava ali o mundo, o povo, a vida de fora, tudo que era interdito à minha vida de reclusa. Sentia medo e alegria, juntos numa emoção violenta como quem rouba e se apossa de qualquer coisa sonhada e proibida.⁴⁰⁹

Muitas décadas antes de ser imaginada essa cena, ali naquele lugar que antes de abrigar meninas sob o olhar das Irmãs de Caridade guardava a vida de garotos órfãos também afastados de suas famílias, a vontade de ver a cidade e as maneiras de furto e de se apossar da sensação de liberdade “sonhada e proibida” movimentavam as conversas, os planos e sussurros da gente recolhida. Essas brechas abertas na reclusão eram respostas às tentativas de aprisionamento e disciplinarização das crianças nas instituições orfanológicas. As alterações no prédio – muros altos, janelas inacessíveis, grades, pátios fechados – foram estratégias de combate às artimanhas das crianças para burlar as regras internas. Tanto quanto se multiplicavam as maneiras de desobediência das crianças recolhidas crescia a demanda por reformas e construção de cantos específicos destinados ao castigo e à contenção das rebeldias.

Quando criado, o Colégio de Educandos Artífices de Fortaleza ocupou uma estrutura antes pensada como hospital para tratamento do cólera e, pouco a pouco, o espaço foi sendo redefinido até ganhar uma aparência de convento sob a administração das Vicentinas

⁴⁰⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)**: Mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 32.

⁴⁰⁹ QUEIROZ, Rachel de. **As três Marias**, p. 38.

para o Colégio da Imaculada Conceição. Ainda que internamente o Colégio de Artífices precisasse de muitas adequações para instalar as oficinas e dormitórios, a primeira grande obra – quase interminável e bastante criticada pela imprensa cearense – foi a construção dos muros e o gradil do edifício. Como se viu, as oficinas eram insalubres, não havia banheiro, a enfermaria era precária, mas o muro foi prioridade. Mais tarde, acompanhando o crescimento das habitações no Outeiro, outras intervenções foram solicitadas na planta do Colégio a fim de isolar fisicamente a instituição. Padre Braveza pedia que fosse aprovada entre as posturas municipais a proibição de construir qualquer edificação nas proximidades do Colégio, que era antes rodeado principalmente por vegetação e algumas palhoças e passou a ter vizinhos com frentes de tijolos no início dos anos 1860. Ele entendia que “um estabelecimento dessa ordem devia se conservar sempre separado das ruas e do rebuliço do povo”. Sua recomendação não foi acatada e pouco depois a área onde se situava o colégio estava totalmente integrada ao Centro da cidade. Por conta desse vislumbre com o rebuliço que formava a “vida de fora” contemplada pela menina do CIC do alto da torre do sino, os instrumentos disciplinares foram aperfeiçoados, já que estreitamente ligados ao combate à vadiagem, à curiosidade, à liberdade individual, à desobediência.

Os delitos mais combatidos no Colégio de Educandos Artífices eram a saída sem permissão e a negação ao trabalho. Aqueles que se recusavam a obedecer ao mestre nas oficinas ou que estragavam propositalmente o material de trabalho eram chamados pelo diretor e advertidos individualmente, sendo o mau comportamento registrado em livros de ocorrência. Se fossem reincidentes, a repreensão era pública seguida de exclusão da mesa por até três refeições. Para tomar essa dimensão pública, servir de exemplo e ainda virar chacota entre os colegas de recolhimento, os aprendizes mais teimosos eram postos a servir a mesa e observar os outros comendo, sem ter direito à sua porção. As fugas, por sua vez, escancaravam a insubordinação e ameaçavam o poder de mando da direção. Por isso, eram tratadas com severidade. Os artífices que saíssem sem permissão eram castigados com palmatória na presença de todos e podiam enfrentar a solitária.⁴¹⁰

A solitária era apresentada no regulamento como o meio disciplinar mais ostensivo, que deveria ser usado apenas nas indisciplinas mais graves. Era uma medida de punição extrema e apavorante para os meninos, já que o isolamento, o silêncio e o tédio funcionavam como uma privação real da liberdade das crianças. Se o trabalho orientado no recolhimento era um

⁴¹⁰ Regulamento do Colégio dos Educandos. **Pedro II**, ed. 1640, p 1, 12 Dez 1856.

combate preciso à ociosidade, na solitária, o ócio e a solidão se transformavam em dor e medo, potencializando o castigo.

A palmatória era uma velha conhecida nas instituições escolares do século XIX, sendo formalmente recomendada nos regulamentos de instrução primária no Império. Apesar dos discursos de modernização da educação e do advento de novos métodos e técnicas educacionais nos oitocentos, que preconizavam a suavização dos castigos corporais nas escolas, a palmatória foi amplamente usada como instrumento disciplinador, sobre o qual abundam relatos extremamente dolorosos.⁴¹¹ A sua utilização também foi recorrente nas instituições de recolhimento de que se ocupa esta pesquisa. No regulamento do Colégio ficava determinado o uso “moderado” da palmatória, sem, contudo, estipular a quantidade de “bolos” permitidos nos castigos. A moderação cabia exclusivamente à subjetividade do diretor da escola. Considerando que havia poucos funcionários no estabelecimento para impor a vigilância pretendida, presume-se que a palmatória era um jeito barato, rápido e eficaz de causar dor e obter confissões, sendo usada de forma exemplar para marcar os corpos e a memória dos meninos recolhidos.

Instrumento de suplício no ambiente escolar, a palmatória se transformou em objeto de museu e, mesmo para aqueles que jamais a viram em uso, como fez lembrar Silva Filho, ela faz parte do imaginário social e seu sentido é ainda evocado em expressões rotineiras como “dar a mão à palmatória”.⁴¹² Também a literatura potencializou a imaginação histórica, contribuindo com cenas que deram a ver a força disciplinar desse artefato e, principalmente, o seu efeito prévio, já que compartilhado através dos relatos, das lágrimas, das manchas nas mãos entre aquelas crianças que eram expectadoras do castigo. No romance *Doidinho*, José Lins do Rego descreveu a peça que já fazia parte da paisagem disciplinadora da sala de aula no internato: “a palmatória em cima da mesa, pronta para ação, com o cabo torneado, como objeto de arte”. Na narrativa do menino teimoso e traquina que tanto apanhou quanto viu seus colegas apanharem, Rego delineou o silêncio e o medo dos garotos quando a palmatória estava prestes a cumprir seu papel. “Não se ouvia nem um sussurro no salão, enquanto essas fúrias chegavam às suas explosões violentas. Cada um sentia-se um condenado ao castigo, embora a mais cândida inocência o envolvesse”.⁴¹³

⁴¹¹ OLINDA, Ercília Braga de. **Tinta, papel e palmatória**: A escola no Ceará do século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.

⁴¹² SILVA FILHO, Antônio Luiz. Sobre a palmatória e outras dores. In: OLINDA, E. **Tinta, papel e palmatória**: A escola no Ceará do século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.

⁴¹³ REGO, José Lins do. **Doidinho**. Rio de Janeiro: Ariel, 1933, p. 29.

Com o tempo, esses relatos de castigo chegaram às páginas noticiosas, entre condenações e manifestações de apoio. Um pequeno jornal de Fortaleza, denunciou, por exemplo, não o castigo em si, mas o excesso cometido por um professor primário: “Com horror vimos ontem o filho do Sr. Hermano, porteiro da secretaria de polícia, com as mãos incrivelmente inchadas das palmatoadas que lhe deram na escola”. A notícia tentava chamar a atenção do diretor da Instrução Pública para aquele “ato de barbaridade”.⁴¹⁴

Se ao menos publicamente os castigos corporais foram, na segunda metade do século XIX, desestimulados, suavizados ou simplesmente silenciados dentro das instituições, os métodos disciplinares centrados na admoestação moral dos educandos passaram a ser cada vez mais encorajados. Em 1856, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, então Diretor Geral da Instrução Pública da Província do Ceará, elaborou o Regulamento das escolas primárias, aprovado pela Assembleia Provincial, no qual tratava, além das atribuições dos professores, das matérias obrigatórias e da duração do ano letivo, das medidas disciplinares que poderiam ser tomadas nas salas de ensino público. Recomendou, antes de qualquer coisa, que os mestres tratassem os alunos com “docilidade e carinho paternal”, estipulando os seguintes meios correccionais: Admoestação e repreensão, tarefa de trabalho fora das horas regulares, castigos morais (como ler em voz alta as regras que infringiu, sentar em canto inferior da classe, escrever no quadro de letras grandes a falta cometida), outros castigos que excitem o vexame (como ficar de joelhos com os braços abertos, durante o tempo que julgar necessário para puni-lo, mas nunca excedendo a 15 minutos, conforme Art. 39), bolos até quatro, comunicação aos pais para maior castigo e, como último recurso, expulsão da escola.⁴¹⁵ Teoricamente, portanto, havia uma predileção pelas estratégias disciplinares de coerção psicológica, mas sem excluir os corretivos físicos. Obviamente que o documento escrito não correspondia ao cotidiano dos grupos escolares, em sua maioria improvisados nas casas dos professores primários.

Quando foi reformado, já na década de 1880, o regulamento aboliu formalmente o uso da palmatória, ficando proibido qualquer castigo corporal. Os professores que agredissem fisicamente os alunos ficariam sujeitos às penas estabelecidas pelo Código Criminal.⁴¹⁶ Complementando o novo regulamento, o presidente da província Pedro Leão Veloso autorizou, em 1881, a publicação do Regime Interno das Escolas Primárias do Ceará redigido pela Inspeção Geral da Instrução Pública, documento que detalhava os métodos de ensino e os

⁴¹⁴ Castigos escolásticos. **A Liberdade**, ed. 78, p. 2, 4 mai. 1864.

⁴¹⁵ OLIVEIRA e CORDEIRO (Orgs.). **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania. Tomo III (1856 – 1861), Ed. Facsimilada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 105.

⁴¹⁶ Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província. **Cearense**, ed. 205, p. 1, 24 Set 1881.

resultados esperados no final do curso primário para cada área do conhecimento. Apareceu ali uma série de recomendações que tocavam em assuntos de difícil consenso entre mestres e gestores escolares, entre elas a “maneira mais eficaz” de disciplinar os alunos. Na seção *Meios Disciplinares*, lê-se: “É expressamente proibido toda espécie de punição que expõe o menino como objeto de ridículo, de mofa ou desprezo aos olhos dos colegas. O resultado é fazê-lo perder o brio em vez de corrigir suas faltas”.⁴¹⁷ Essa recomendação que parecia estar alinhada às novas teorias pedagógicas do final daquele século não foi introjetada no cotidiano escolar, nem parcialmente seguida pelos professores, a quem restava a dúvida sobre como ensinar sem punir.

Esta era, afinal, uma discussão de longa data. Abílio César Borges, médico e diretor de escola, se colocava publicamente contrário aos castigos aviltantes em contexto escolar.⁴¹⁸ Numa publicação de 1876, em que compilou vários de seus discursos proferidos em prol da abolição da palmatória, Borges explicava que o uso desse instrumento estava ligado à forma como a ideia de autoridade se constituiu no Brasil. Para ele, quem tinha poder, tinha escravo. Para sustentar a autoridade senhorial, o artifício do opróbrio físico foi imprescindível. Logo, essa noção de autoridade se transpôs ao trato com as crianças, fazendo com que a palmatória sintetizasse a hierarquia no plano escolar. Por outro lado, atrelava a indisciplina infantil à socialização das crianças no meio dos escravos, elegendo a mentira a raiz desse mal, já que os meninos tinham “contato horrível e necessário com a escravatura” e vivenciavam “o triste espetáculo da mentira em ação contínua”, aprendendo empregá-la sem escrúpulos, como faziam os cativos, “para encobrir pequeníssimas falhas que sequer mereceriam censura”.⁴¹⁹ Mostrava-se convicto de que era possível educar sem coerção física a partir da promoção da consciência moral ou daquilo que hoje entendemos – com base em Norbert Elias – como *processo civilizador*, forjado e transformado continuamente para erigir padrões de comportamento social aceitáveis, cujo resultado esperado seria a internalização de novos sentidos acerca do corpo, dos gestos, das condutas.⁴²⁰ Nessa perspectiva, a educação sem palmatória era assentada na promoção de prêmios que cultivavam a distinção e a meritocracia entre os alunos e, como

⁴¹⁷ Regime e Método Escolar. *Cearense*, ed. 245, p. 3, 13 nov. 1881.

⁴¹⁸ Como parte da sua militância pelo fim dos castigos físicos nas escolas, Abílio Borges escrevia para Presidentes de Província e distribuía suas publicações aos periódicos de grande circulação nas províncias. Ao publicar seus discursos contra o emprego da palmatória, ele remeteu um exemplar para os jornais de Fortaleza *Pedro II e Cearense*, conforme: Guerra à Palmatória. *Cearense*, ed. 45, p.2, 19 mai. 1876.

⁴¹⁹ BORGES, Abílio César. **Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade**. Bruxelas: Tipografia E. Guyot, 1876, p. 26.

⁴²⁰ ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador: Uma História dos Costumes**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

explicava Abílio Borges, na época diretor do Ginásio Baiano, “em vez de ameaçar meus discípulos com a fêrula, ameço-os com a vergonha do não cumprimento de seus deveres”.⁴²¹

O aparecimento dessas preocupações na regulamentação das escolas, nos discursos médicos, na estruturação dos internatos para crianças ricas nos oitocentos deixa clara a mudança de olhar sobre a infância, sobre como se processou, entre descontinuidades e diferenciações de classe e gênero, a definição do lugar da criança na organização social, sua imagem, suas atribuições e, principalmente, as noções de proteção e cuidado. Ou seja, estava em curso uma inegável mudança com relação a infância no Brasil. Entretanto, estas mudanças e/ou incômodos frente à fragilidade infantil e sua necessidade de relativização não adentraram significativamente a semiologia orfanológica; o ponto de tensão foi precisamente o trabalho das crianças. O que se tem procurado demonstrar ao longo desta escrita é que o trabalho infantil (lugar da criança pobre) possuía um outro caráter sensível, que em contato com todas essas novas apreciações sobre o sujeito infantil, não aparecia como algo contraditório ou antônimo; era parte inerente da constituição da infância pobre.

Por tudo isso é preciso ponderar o lugar dos castigos corporais na dinâmica do recolhimento, longe, quase sempre, das vistas de inspetores e órgãos de regulamentação, dentro de um contexto em que a institucionalização das crianças estava mais ligada aos princípios de correção do que de educação humanística. Ou seja, era validada ali, mais que em qualquer outra instituição escolar do período, a premissa de que se chegava à formação moral através da coerção física. O conselho do Dr. Abílio Borges sobre a vergonha pedagógica do não cumprimento dos deveres era de difícil conformação no universo do recolhimento, especialmente porque os deveres das crianças pobres em regime de internato não eram pensados como um contrato social e sim como obrigação inata.

Seria descabido tentar explicar os efeitos ou mesmo a intensidade das dores sentidas pelas crianças recolhidas, para quem não havia a possibilidade de expor suas marcas. Entretanto, é importante mencionar que os sofrimentos, ainda que guardassem sua inerente dimensão individualizada, foram também compartilhados ou mesmo simultaneamente experienciados como sinais do recolhimento. Alain Corbin, concordando com Paul Ricoeur, distinguiu resumidamente dor e sofrimento. A dor seria algo do corpo, algo localizado. O sofrimento seria a dor questionada, sobre a qual se reflete, que se abre à linguagem. Nesse sentindo, a dor é uma construção social, já que para Corbin, “a comunidade na qual o indivíduo se encontra envolvido propõe e, muitas vezes, impõe significações para dor e induzem

⁴²¹ BORGES, 1876, p. 46.

comportamentos a quem as experimenta. O sofrimento se torna sinal de poder e de submissão conforme é infligido ou sofrido”.⁴²² Ele analisou estas transformações na forma de perceber o corpo e suas dores ao longo do século XIX na cultura ocidental. Uma ciência que se voltou cada vez mais à anatomia, ao corpo produtivo, às normas higiênicas foi entrecruzada por diferentes dilemas éticos diante de mutações essenciais na consciência social do corpo o que fez aparecer um “novo regime de sensibilidade”.

A partir dessa reflexão, entende-se oportuno problematizar o *corpo recolhido*. Guardadas as particularidades brasileiras, já se constatou que indícios dessas mudanças no regime de sensibilidade foram registrados nos textos jornalísticos – o excesso de castigo corporal como “barbárie”, o incômodo com a exposição de órfãos em leilões, as denúncias com relação ao escravismo, a penúria dos órfãos na soldada –, demonstrando as tensões entre uma recente apreciação da dor e do sofrimento e a força da mentalidade escravista que legitimava o domínio dos pobres com uso da violência. As instituições asilares ainda hoje são palco dessas tensões, mesmo com todo aparato de proteção à infância e aos direitos humanos historicamente construído. No século XIX, cada instituição definiu seu próprio repertório de castigos e violações do corpo das crianças, respaldadas entre seus contemporâneos na inquestionável necessidade da “educação moral”. Os castigos, suas dores e seus sofrimentos foram (re)significados pelos meninos recolhidos. Foram temidos, evitados, previstos, avaliados e geraram identificações, solidariedade, vinganças. Foram também desejados e armados para os desafetos, figuraram na ordem do “bem feito” ou foram narrados oportunamente com um tom de heroificação por aqueles que o suportaram e/ou vitimação, a depender do contexto e usos em que eram rememorados. Foram essencialmente marcas do recolhimento.

No cotidiano intramuros das instituições as dores impostas significaram para os dominantes um importante exercício de poder e afirmação da autoridade pedagógica. Por isso, os castigos não foram exclusivamente voltados aos órfãos ou meninos pobres sem contato com suas famílias. No Colégio da Imaculada Conceição, a disciplina religiosa também foi assegurada pelo uso da violência física, que ensinava a silenciar o corpo e suas inquietações para dedicar mais atenção ao estudo e ao divino. Noticiava o jornal *Cearense* os maus tratos que uma garota pensionista havia sofrido no CIC, onde, protestava o jornal, “pais de família incautos tem confiado a educação de suas filhas a essas mulheres, que se apresentam hipocritamente cobertas com o manto da caridade”. Eis o relato:

⁴²² CORBIN, Alain. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In: CORBIN, COURTINE, VIGARELLO (Dir.). **História do Corpo**, Vol. 2. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008, p. 330.

Vimos ontem uma filha da viúva D. Joaquina Barbosa, de 10 anos de idade, pouco mais ou menos, bastante maltratada por cruéis sevícias que lhe foram infligidas no referido colégio. Fazem 8 dias que o facto se deu e ainda ontem a pobre criança apresentava sinais bem visíveis do espancamento brutal de que foi vítima, **grandes nodos roxos em ambos os braços e nas costas, o que revela bárbaro castigo por meio de bastonadas**. Isso é horrível, não acreditaríamos se não víssemos essa inocente vítima da caridade feroz das congregadas de S. Vicente de Paula. Se essa criança que era pensionista e tinha aqui sua família foi tratada com tanta desumanidade **faça-se uma pequena ideia do que não sofrerão as pobres órfãs**, que ali estão reclusas sem uma criatura que se condoa de seu infortúnio, que participe de suas dores! Tanta crueldade não deve ficar impune; ao governo corre o restrito dever de mandar sindicado dos graves factos de que é acusado o Colégio da Imaculada Conceição.⁴²³

A notícia fora extraída de um jornal liberal, que há muito mostrava indisposição com relação às Irmãs Vicentinas, alvo de críticas por receberem verbas públicas para suas obras de caridade, conforme denunciava o grupo editor do *Cearense*. Em geral, as publicações defendiam a laicização das instituições públicas e reclamavam do dinheiro gasto para manter as dependências particulares das congregadas. Não havia, até então, nada que pudesse afetar a idoneidade do trabalho missionário ou que gerasse qualquer desconforto fora do circuito político.⁴²⁴ Mas nesse caso, a notícia ganhou maior repercussão, tanto pela intenção de comover os leitores com a descrição dos hematomas no corpo da criança quanto pela convocação do Governo Provincial para exercer sua autoridade reguladora. Por isso, o curador do Colégio, que respondia publicamente pela instituição – incluindo a administração dos recursos financeiros advindos da Tesouraria da Província – emitiu uma nota de esclarecimento sobre o caso de violência reportado no jornal. José Francisco Albano começou justificando que “se não fosse a necessidade de tranquilizar os pais de família” não se daria ao trabalho de responder a “ingrata acusação”. Passou, então, a narrar sua versão do acontecido, tendo ido pessoalmente falar com a madre superiora e as professoras do Colégio. Afirmou que a menina desobedeceu a mestra com “malcriações que seria desagradável descrever”. Para moralizar o ambiente escolar, a professora resolveu lhe “pagar uns bolos com uma régua”. No instante em que desferiu o bolo, a menina correu e a régua atingiu seu braço, deixando um leve sinal. Segundo a direção, a menina aproveitou o domingo de missa para mostrar à mãe o braço machucado. Foi aconselhada por outra garota a agravar a vermelhidão para que a mãe a retirasse do Colégio. Depois da missa, o episódio foi visto por diversos pais que se achavam na capela, incluindo os senhores Irineu, Dr. Souto, comendador Luiz Ribeiro da Cunha e os tenentes-coronéis Justa e Linhares, que “ficaram aborrecidos de ouvir tanta celeuma por cousa insignificante”. Concluindo, o

⁴²³ Caridade sui generis. *Cearense*, ed. 74, p. 1, 28 ago. 1872.

⁴²⁴ Mais tarde, o jornal publicou outras sérias denúncias sobre os “tormentos dantescos” que sofriam as crianças na Casa de Caridade de Sobral, conforme: Assunto Grave. *Cearense*, ed. 213, p.3, 6 out. 1881.

curador elogiou a ação pedagógica das Vicentinas e assegurou que “se a menina apresenta sinais de espancamento como diz o comunicante, estes não foram certamente praticados no colégio”.⁴²⁵

Mais que um impasse entre defesas políticas contrastantes, a repercussão desse episódio de violência escolar – amenizado pelo curador, mas jamais negado pela direção do internato – indica a vulnerabilidade das crianças e a ampla aceitação de recursos arbitrários nos espaços de aprendizagem. A menina agredida elaborou seu plano de denunciar o castigo (acentuado ou não com ajuda da amiga) a partir da leitura e inversão de práticas consolidadas na instituição. As garotas partiram da existência do castigo rotineiro, naturalizado, “coisa insignificante” – como explicava o Barão José Albano – o que potencializa a especulação do jornal *Cearense* sobre as órfãs recolhidas sem possibilidades de narrar seus infortúnios. Além disso, demonstraram formas miúdas de resistência (conspirações, delações, esquivar-se do bolo, malcriações), que de nenhum modo seriam toleradas pelas professoras. Daí ser também difícil sustentar a versão minimalista do Sr. Albano sobre um “leve sinal” no braço da garota. Se ela correu do castigo, este não surtiu o efeito moral esperado pela Irmã. Logo, por hipótese, foi preciso reiterar a lição, já que de outro modo, a aluna e não a professora seria a protagonista da cena. A última palavra, por assim dizer, seria a de que era possível desviar da régua!

Sentindo-se desrespeitada, a viúva Joaquina Moreira Taborda, mãe da menina Clara punida no Colégio da Imaculada, remeteu uma carta ao *Cearense*, na qual anexava um atestado médico assinado pelo Dr. Rufino Antunes de Alencar, que reconhecia “uma equimose na face posterior do braço esquerdo na parte correspondente à articulação úmero-cubital, produzida, segundo me informaram, por castigos infligidos no Colégio de Caridade das filhas de S. Vicente”. O que mais parecia lhe incomodar era a insignificância que o Barão José Albano insistia em conferir ao caso. A Sra. Joaquina admitiu na carta que fazia mais de um ano que não ia ao Colégio, intervalo em que, sem a consultarem, as Irmãs haviam cortado o cabelo da menina, ato que a entristecera. Afirmou ainda que levada por um súbito sentimento resolveu ir ao Colégio justo naquele domingo em que encontrou “sua querida filha açoitada cruelmente como uma escrava!”.⁴²⁶ Nesta tréplica da viúva, chama a atenção mais um aspecto do corpo no âmbito do internamento: o cabelo da garota havia sido cortado. O fato pode ter a ver com o combate aos piolhos ou brotoejas, comuns entre os meninos da CAM, por exemplo. Contudo, é possível pensar que a rebeldia da menina, seu comportamento condenado pelas Irmãs, pudesse ter relação com o corte do cabelo, já que a tinha deixado triste. Afinal, era também uma

⁴²⁵ Publicações solicitadas. *Cearense*, ed. 75, p. 3. 30 ago. 1872.

⁴²⁶ Publicações Solicitadas. *Cearense*, ed. 76, p. 3, 1 set. 1872.

demonstração de poder das freiras e da falta de liberdade sobre o próprio corpo e aparência que a garota desejava conservar como individualidade.

Outro aspecto pertinente dessa notícia é que não havia espaço de sindicância nas instituições de recolhimento. Excetuando o Colégio de Artífices, mantido e regulado pela Presidência da Província, o CIC e a CAM não respondiam formalmente à Secretaria de Instrução Pública. As crianças ali internadas eram assunto do Juizado de Órfãos que, como se notou, estava distante de qualquer teoria de modernização e reforma das instituições escolares nos oitocentos. Ou seja, tanto com relação aos conteúdos ministrados, por se tratar de ensino profissional, quanto acerca dos métodos de ensino, as instituições em análise gozavam de ampla autonomia. A determinação de castigos, punições e advertências eram parte da disciplina organizacional, cujos regulamentos eram apenas apresentados ao Governo Provincial, cabendo à esfera pública pouco poder de intervenção. No caso do CIC, o respaldo da Diocese já era o suficiente para garantir a probidade do ensino e dos meios educacionais das Vicentinas. Nem mesmo o Bispo, que assinou o Regulamento das Órfãs, interferiu nessa seara. O único artigo do regulamento que tratou da disciplina do orfanato se resumiu a reforçar a autonomia das Vicentinas: “Se por seu procedimento irregular e depois de ter experimentado *todos os meios em uso* nos casos de educação, alguma órfã não der esperança de melhor conduta, a Irmã Superiora terá plena liberdade de entrega-la a quem for de direito”.⁴²⁷ Pelo que se pôde acompanhar da atuação do Juizado de Órfãos no Ceará, o destino final das crianças pobres entregues a quem fosse de direito seria, irremediavelmente, o contrato de soldada.

Os “meios” usados pelas freiras na disciplinarização das órfãs espalhavam-se em rumores pela cidade, ainda que não abundassem nas páginas dos jornais. Aterrorizantes boatos sobre a austeridade das Irmãs causavam medo na meninada da época, especialmente nas garotas suscetíveis ao internamento compulsório. Em suas memórias, Gustavo Barroso contou um pedacinho da vida de Angelina, menina que trabalhava na casa da viúva do Dr. Clemente. Dizia Barroso que no final do século XIX eram comuns apedrejamentos misteriosos em algumas casas, cujo intuito era afugentar os vizinhos ou assombrar os moradores para que vendessem seus terrenos por menor preço. As ações viravam caso de polícia. Foi assim que dois soldados passaram a vigiar a casa da referida viúva, na rua Senador Pompeu. Todas as noites ouviam-se pedradas no telhado que começaram a causar danos à propriedade. A velha viúva morava com sua filha solteira e mantinha a garota órfã para fazer o serviço doméstico. Depois de algumas noites, um dos soldados flagrou Angelina no quintal arremessando pedras no telhado. A dona

⁴²⁷ Estatuto das Órfãs do Colégio da Imaculada Conceição. *apud* SOARES, 1990, p. 25.

da casa deu-lhe “uns puxavões raivosos” e ordenou: “Seu soldado, leve essa menina ao major Sampaio e diga-lhe que pode mandá-la para o Recolhimento das Órfãs porque não a queremos mais em nossa casa. Basta!” Angelina caiu de joelhos e começou a chorar. Sua súplica foi ignorada e ela seguiu para o “orfanato das Irmãs de Caridade”.⁴²⁸ A experiência de Angelina mostrava que o recolhimento era tão temido quanto a soldada em casa de locatários perversos.

Não é preciso dizer da severidade dos mecanismos disciplinares praticados nas Companhias de Aprendizes Marinheiros, reguladas a partir da mesma prerrogativa que fortalecia a gerência do recolhimento de meninas órfãs. Ou seja, a sentença dos mestres na punição e correção das crianças. O Decreto 1.517/1855 estabelecia que “as faltas de subordinação e disciplina seriam castigadas correcionalmente ao *prudente arbítrio do Comandante da Companhia*” (Art. 38). Um arsenal de castigos também era formalmente oferecido ao comandante, que poderia fazer uso da prisão simples, da solitária, da privação temporária da ração, além de obrigar os aprendizes marinheiros a permanecerem em postos de guardas ou sentinelas pelo dobro do tempo estipulado normalmente. Não havia ali menção sobre a palmatória ou outros instrumentos de dano corporal. No entanto, apesar dos castigos físicos na Marinha terem sido legalmente abolidos em 1874, um longo percurso de violência e sérias agressões atravessou a vida de marinheiros até o século XX. Assim, não é difícil imaginar a rotina de chibatadas e palmadas que marcou a experiência de recolhimento na Companhia, principalmente considerando que parte dos garotos chegava por via policial.

Em 1890, o jornal *Libertador* elogiava o novo comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, Capitão Leôncio Rosa, que assumindo o cargo no dia 25 de março – data oficial da abolição da escravidão no Ceará – prometeu abolir o uso da palmatória na instituição, passando a proibir “o castigo de bolos que ainda subsistia na Escola”.⁴²⁹ Ainda que fosse do conhecimento de todos o uso desse instrumento na CAM, não foi possível até este momento de escrita mapear na imprensa cearense nenhuma denúncia ou relato de maus tratos com relação aos aprendizes marinheiros. Afora o debate sobre os casos violentos de recrutamento, ninguém pareceu se ocupar das fainas e castigos que oprimiam os meninos alistados pela Marinha, talvez porque vigorasse no senso comum a defesa da subjugação pela força, que ganhava legitimidade moral por se tratar de “delinquentes” ou “incorrigíveis”.

É bem notório o quanto a retórica dos castigos mudava com relação às instituições de recolhimento. Se havia uma gama de opiniões contrárias ao excesso de violência nas escolas

⁴²⁸ BARROSO, Gustavo. Coração de Menino. In: **Memórias de Gustavo Barroso**. 2ª ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 138.

⁴²⁹ Fora Palmatória. **Libertador**, ed. 121, p.2, 27 mai. 1890.

primárias, quando se tratava da internação de meninos pobres era a intensificação dos castigos que predominava nas páginas dos jornais. Vale lembrar que Homem de Melo, o presidente da província que extinguiu o Colégio de Educandos, defendia mais rigidez para formar “meninos desvalidos”, que seriam melhor domados na Companhia de Aprendizes Marinheiros. Esta era uma visão difusa entre senhores ricos da capital cearense, que apostavam, inclusive no vigor físico dos professores para impor a disciplina. Em 1863, padre Braveza pediu licença do Colégio de Educandos para tratar da saúde, ausentando-se por três meses. Na época, já se discutiam os ajustes no regulamento da Casa para agilizar a formação de artífices necessários nas obras públicas. Aproveitando o ensejo, o jornal *O Sol* criticou o desânimo dos meninos, explicando que Pe. Braveza, já em “idade avançada”, foi perdendo o pulso no comando do Colégio, e “deixando afrouxar a obediência a seus mandos, o costume e a boa ordem foram decaindo”.⁴³⁰

O mesmo jornal que se ocupou muitas vezes da condição de crianças assoldadas em Fortaleza, denunciando os abusos dos locatários, sugeria que no Colégio de Artífices fosse urgentemente criado um sistema penitenciário, “providência indispensável para castigar os indóceis, duros de condição e malignos”. O que chamou a atenção no meio dessa proposta, até então sem novidade, foi a afirmação de que, “em uma comunidade desse tipo, o exemplo do superior não basta para conter as paixões desordenadas, por isso é mister que haja penas e penas severas para os maus”.⁴³¹ Quando voltou da licença, Braveza solicitou de novo a construção da cloaca – como sempre – e um quarto para servir de prisão, “já que ninguém negará a conveniência de haver aqui uma prisão para a punição dos maus”. A “solitária” que existia no Colégio era pouco solitária, já que mesmo de castigo, os garotos ainda conseguiam ver e falar com os colegas.⁴³² Acentuavam-se os mecanismos disciplinares à proporção que se exigia maior volume de trabalho.

Em outro momento se discutiu que não foi por causa da idade que o padre Antônio Braveza foi exonerado do cargo. Entre outras coisas, havia razões de apadrinhamento político que faziam as cadeiras rodarem nas eleições provinciais. Quando assumiu, em 1865, padre Florêncio de Almeida Pinto tinha o encargo de conter gastos, reduzindo ao máximo as despesas do Colégio, consideradas muito elevadas para o erário provincial. Era uma recomendação da Tesouraria Provincial que os custos com vestuário e alimentação também fossem reduzidos e

⁴³⁰ Colégio de Educandos. *O Sol*, ed. 349, p.2, 4 out. 1863.

⁴³¹ *Idem*.

⁴³² Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. In: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 15 [Anexos].

que as oficinas gerassem mais receitas. No entanto, meses depois de aceitar a gestão do Colégio, Florêncio Pinto entendeu a impossibilidade de aplicar as restrições orçamentárias, afirmando que não tinha “podido ainda vencer as necessidades”, apesar da “mais rigorosa economia”. Dispensou as reformas requeridas por seu antecessor no prédio do Colégio, como o quarto-prisão e as grades das novas oficinas, justificando que “toda moralidade deve ter seu princípio e sua base na boa formação do coração, que é a verdadeira grade que deve conter um menino, dentro do colégio como fora dele, no centro da sociedade”.⁴³³ Isso não significava a substituição das coerções físicas pelas recompensas de honra ao mérito, mas antes, uma combinação entre castigo e vexame.

O Regulamento do Colégio era ligeiramente baseado no Método Lancaster, pedagogia que circulava no Brasil desde a primeira metade do século XIX, cujos fundamentos privilegiavam a educação moral, a partir da repetição, da memorização de conteúdos e do respeito à hierarquia, sendo importante a distinção, entre os educandos, de monitores ou decuriões. Essa distinção deveria ser aparente nas insígnias e nos prêmios como forma de internalizar a disciplina e forjar nos alunos a autovigilância. Obviamente, a eficácia desses procedimentos pedagógicos dentro do recolhimento é algo que precisa ser relativizado. Entretanto, a forma como foi concebida essa estrutura hierárquica no Colégio com pouquíssimos funcionários faz notar, paradoxalmente, a necessidade de diálogo com os (in)subordinados, ainda que em termos oficiais estivesse em relevo a ideia de ampliação do controle interno. Desde sua fundação ficava determinado que no Colégio de Educandos Artífices, seriam escolhidos alguns decuriões, “os quais usarão de um distintivo designado pelo diretor e se incumbirão de conduzir os outros alunos às oficinas, inspeciona-los nas horas de recreio, cabendo-lhes o primeiro lugar na mesa, e bem assim em todos os atos a que assistirem os mesmo alunos” (Art. 23). No artigo seguinte, o prêmio maior: “Os decuriões poderão sair à rua sós. Nenhum outro educando poderá obter licença para sair” (Art. 24).

A consideração do Padre Florêncio sobre a grade moral capaz de conter um menino em muito se aproximava das concepções de castigos lancasterianos apropriadas pelas legislações escolares brasileiras, posteriormente questionadas. Laís Olivato apresentou um documento publicado na província de Minas Gerais que detalhava os castigos lancasterianos, a forma como deveriam ser empregados e o resultado que, por suposto, geraria no cotidiano

⁴³³ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará Pe. Florêncio Almeida Pinto. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1865 p. 4. [Anexos].

escolar. Tratava-se de um panfleto distribuído aos professores de primeiras letras em 1829, no qual a intimidação, a vergonha e a exposição das crianças em circunstâncias vexatórias deveriam ganhar a mesma dimensão pública dos prêmios e dos distintivos para aqueles escolhidos monitores por seu bom comportamento. Havia, portanto, a ridicularização do aluno desobediente. Castigos como amarrar um pão nas pernas do menino e fazê-lo caminhar desajeitado na presença dos colegas, colocar o menino dentro de um saco e pendurar no teto para que todos vissem a “gaiola do passarinho”, colocar um barrete na cabeça e tiras no corpo do menino teimoso para que todos conhecessem sua falta, prender os preguiçosos dentro de um galinheiro para que ficassem com cheiro de títica visavam “fatigar o culpado até que se humilhe e peça perdão, dizendo que para o futuro se comportará melhor”. Além disso, assegurava o panfleto, “as vantagens que as variações dos castigos produzem são que eles se podem aplicar dando muita aflição aos cúmplices, sem incomodar o mestre”.⁴³⁴

Como explicou Amarílio Ferreira Júnior, nem todos os princípios funcionais do Método Lancasteriano (referência ao britânico Joseph Lancaster, um dos seus difusores) foram incorporados à Educação Brasileira, especialmente com relação ao alcance populacional que o modelo piramidal (um professor no topo, alguns monitores bem instruídos para intermediar o ensino e grande quantidade de alunos na base) propunha, ancorado numa racionalidade técnica ambientada na Revolução Industrial europeia. Entretanto, os castigos – acompanhados de um caráter mnemônico de ensino-aprendizagem – fizeram bastante sucesso nas salas de aula do Brasil Imperial. Mesmo tendo diminuído os castigos corporais, o ambiente escolar “ainda ficou sujeito à manifestação do sadismo pedagógico”, aplicado por mestres e monitores.⁴³⁵

Indícios nos relatórios da direção do Colégio de Educandos apontam para o uso dessas modalidades de “sadismo pedagógico”, cujo efeito desmobilizador da humilhação punia os rebeldes ao passo que inibia a propagação da rebeldia. Padre Florêncio acreditava na admoestação moral para “destruir e banir” dos espíritos dos colegiais o acanhamento, o terror, a falta de comunicação que encontrou no Colégio e que, segundo ele, tornava os meninos “intratáveis, insociáveis e grosseiros”.⁴³⁶ O castigo público pareceu ser a tônica disciplinar mais acentuada nas instituições de ensino e recolhimento oitocentistas.

⁴³⁴ OLIVATO, Laís. Castigos Lancasterianos. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.3, p. 846-858, set./dez. 2017, p. 855.

⁴³⁵ FERREIRA JR. Amarílio. **História da Educação Brasileira: Da Colônia ao século XX**. São Carlos: Edufscar, 2010, p. 43.

⁴³⁶ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará Pe. Florêncio Almeida Pinto. *In: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira*. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1865, p.4 [Anexos].

A Marinha aplicou em demasia a dimensão pública dos castigos. Mesmo com todos os problemas de treinamento náutico, as Companhias (Escolas) de Aprendizes Marinheiros foram reconhecidamente o principal espaço de formação da marujada, especialmente em decorrência da força disciplinar que concentrava.⁴³⁷ Em 1888, Vidal de Oliveira falava da “superioridade moral” dos marinheiros oriundos das Escolas frente aqueles recrutados em idade militar. O Capitão-Tenente lamentava não poder compor o efetivo de marinheiros somente com os garotos engajados nas instituições de aprendizes, afirmando que os meninos que desde a infância eram formados na “apurada educação militar” eram mais dóceis que os outros “indivíduos eivados de todas as mazelas inerentes à camada social de onde saem”.⁴³⁸ Se a militarização da infância era a principal vantagem das Companhias de Aprendizes Marinheiros, o custo da disciplinarização na vida dos meninos recrutados foi excessivamente alto. Conheceram o castigo ainda crianças e continuaram a apanhar dentro dos navios depois de adultos.

Em pesquisa sobre a cultura política dos marinheiros, Vinicius de Oliveira discutiu os princípios de subordinação e imposição da hierarquia militar aos embarcados, cujas penas e castigos possuíam uma dupla dimensão, corretiva e pedagógica. Por isso, a aplicação dos suplícios corporais ocorria no convés do navio, diante de toda tripulação perfilada. Como em todas as instâncias da Marinha, o responsável direto tinha livre atuação para punir insubordinações cotidianas – delitos que não se constituíam crimes de guerra ou traição – os excessos passaram a compor, de forma extraoficial, a rotina das praças. Segundo Oliveira, essa violência sistêmica caracterizou a organização naval durante o Império na marinha de guerra e na marinha mercante. As experiências de exploração e as complexas redes de insubordinação e expectativas da marujada produziram leituras políticas específicas no mundo do trabalho embarcado, que tanto se contrapuseram às questões de autoridade e hierarquia como, de forma mais abrangente, inferiram na política e na imagem do Estado Nacional brasileiro, provocando mudanças nas Forças Armadas.⁴³⁹

⁴³⁷ Entre 1836 e 1888 foram engajados na Marinha de Guerra 8586 marinheiros egressos das Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil, o que corresponde, segundo estatísticas oficiais do Ministério da Marinha, 55, 5 % do pessoal que constituiu o Corpo de Marinheiros Nacional, conforme: Instituições de Aprendizes Marinheiros nas diferentes nações. **Revista Marítima Brasileira**. Ano 11, v. 21, jul./dez. 1891. Rio de Janeiro: Lombaerts e Cia, 1891, p.345.

⁴³⁸ OLIVEIRA, Carlos Vital. Escolas de Aprendizes Marinheiros. **Revista Marítima Brasileira**. Ano 8, v. 15. Rio de Janeiro: Lombaerts e Cia, 1888, p. 308.

⁴³⁹ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande (1835-1864)**. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Como se observou, as Companhias tinham regimento estrutural semelhante aos navios de guerra, locais onde a autonomia e o despotismo dos comandantes na regulamentação do cotidiano escapavam de pressões externas e fabricavam estruturas normativas ancoradas na legalidade, porém, imensamente, efetivadas na dimensão personalista. O comandante e os oficiais que coordenavam o aprendizado dos garotos sentiam-se legitimados em suas ações arbitrárias, dada a longa história de castigos na Marinha. Posturas, regras, discursos de causa-efeito elaboravam a existência dos castigos como algo natural, quase sem sujeitos, como atos automatizados de coerência disciplinar. Assim, a teatralização do castigo era tão importante na ordem disciplinar quanto seu poder físico de extrair a dor, também pública e coletivizada.

Imagens amiúde da teatralização dos castigos mostram a semelhança que existia nos corretivos impostos durante o século XIX entre instituições regidas por padres, freiras e militares. O que se repetia, quase sempre, era a entrada enigmática, calma e sólida dos “algozes” quando todos já reconheciam que o castigo estava prestes a ser empregado. O caráter protocolar que a dimensão pública do castigo exigia disfarçava a raiva, as paixões ou mesmo as ações impulsivas dos mestres, das professoras e dos oficiais. A literatura fornece profícuas representações desses momentos, dessa teatralização de viés pedagógico, que escondia os sentimentos dos dominantes na prática de fabricar sua aparência hegemônica e difundir o medo entre os oprimidos.

No colégio interno retratado por Lins do Rego, o diretor Sr. Maciel, em uma das vezes que resolveu castigar Carlos de Melo – o menino narrador que fora apelidado de Doidinho – levantou-se, passeou pela sala em silêncio e, à distância, perguntou ao garoto por que se comportava tão mal. A pergunta não esperava qualquer resposta; era, antes, o preâmbulo do castigo. A palmatória agiu. Nesse dia o complemento do castigo foi o quarto isolado, onde o aluno ficava sozinho, sentado num tamborete, sem fazer nada. No anúncio da punição, dizia o diretor: “Depois digam por aí que maltrato alunos. Mandam-me para aqui feras deste jeito e querem que eu as trate com luvas de pelica!” Diante de todos, “ia mais longe naquela sua fluência inesgotável para o coração”. Os minutos antes da sentença, petrificava os ouvintes e o silêncio era absoluto. Mas, no recreio “a canalha caiu em cima de mim”, como narrava Doidinho.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ REGO, José Lins. **Doidinho**, p. 76.

Depois do escândalo da fuga de uma menina do Colégio da Imaculada Conceição, a Madre Superiora entrou para fazer seu discurso sobre o pecado, os perigos do mundo e o penar “de quem só escuta os conselhos diabólicos do instinto”. Antes, tentava esconder seu nervosismo, “apertando uma mão contra a outra, sobre o peito, para conter gestos tumultuosos”. No episódio criado por Rachel de Queiroz, as meninas reunidas no salão esperavam o pronunciamento com pavor nos rostos, como se fossem ser todas castigadas. Na descrição do sermão, Rachel de Queiroz fez notar uma “fala sem doçura”, um discurso “carregado de ameaças” e concluiu: “A autoridade sem limites parece que corta às superiores toda fonte de humildade e amorosa emoção”.⁴⁴¹

Esse mesmo espetáculo de poder, de aparentar controle irrestrito, foi dado a ver por Adolfo Caminha, em seu romance *Bom Crioulo*. No convés do navio, o capitão exercia sua autoridade diante da marujada. O castigo se aproximava.

O comandante, depois de um breve discurso em que as palavras “disciplina e ordem” repetiam-se, fez um sinalzinho com a cabeça e logo o oficial imediato, um louro, de bigode, começou a leitura do Código na parte relativa a castigos corporais. A marinagem, analfabeta e rude, ouvia silenciosa, com um vago respeito no olhar, aquele repisado capítulo do livro disciplinar, em pé, à luz dura e mordente do meio-dia, enquanto o oficial do quarto, gozando a sombra reparadora de um largo toldo estendido sobre sua cabeça, ia e vinha, de um bordo a outro bordo, sem se preocupar com o resto da humanidade.⁴⁴²

Essas imagens constituem uma espécie de tradução dos castigos à medida em que interpretam seus significados e produzem uma outra linguagem sobre as dores, expectativas, ideias e receios das experiências de humilhação. Em todas elas, assim como na realidade do recolhimento, aparecem a figura que encarna autoridade e razão – temida tanto quanto contestada nos bastidores dos oprimidos – e a figura do réu – que na acepção dos dominantes, são todos os propensos transgressores – em diálogo implícito sobre justiça, poder e verdade. A madre regulava as mãos trêmulas e dominava a surpresa, o diretor controlava o ódio de ser novamente desobedecido e lançava mão de outros mecanismos de punição na tentativa de silenciar mais uma afronta do aluno e o comandante do navio impunha, impávido, o castigo que outro, inferior a ele, se ocupava de executar; todos vigiavam a si mesmos para transmitir a mensagem de sua austeridade e domínio. O silêncio das crianças, os temores impressos nas faces e a dor significada do castigo externavam a inegável vantagem psíquica que favorecia seus superiores. Por outro lado, como que para frustrar a autoridade reconhecida, o castigo vinha de novo à tona e o “repisado capítulo do livro disciplinar” – como mencionou Caminha

⁴⁴¹ QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*, p. 54.

⁴⁴² CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. 3ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2010.

– era mais uma vez observado, de maneira que a opressão corria constantemente o risco de revelar seu oposto.

Das histórias de vida de Francisca, a garotinha de Acaracú enviada às Irmãs de Caridade por intermédio de um padre, do menino João Francisco de Matos, cuja mãe viúva tentou resgatar do Colégio de Artífices, mas que lá permaneceu até sua extinção, dos muitos garotos capturados pela polícia e internados na Companhia de Aprendizes Marinheiros, entre eles o pequeno Pedro Antônio de Souza, cuja avô Maria Luiza viajou de Ipú até Fortaleza numa tentativa frustrada de recuperá-lo só restaram pequenos fragmentos, sendo impossível conhecer que dissabores experimentaram no recolhimento. Se foram castigados, se tiveram suas mãos inchadas pela palmatória, se conheceram a solidão do quarto-prisão, se ficaram sem as refeições do dia, se apanharam de régua ou passaram 24 horas em pé montando guarda jamais se poderá saber. Entretanto, todas as cenas que a literatura foi capaz de ilustrar, as representações do medo, da dor e do cenário da autoridade, assim como a coletivização dos castigos indicam a construção social do *corpo recolhido*. Os elementos fictícios dessas cenas imaginadas – cuja plausibilidade histórica é evidente – pigmentam as vidas das crianças que aqui se intenta reconstruir.

6.2 Doenças e temores

O ano de 1880 foi particularmente difícil para os aprendizes marinheiros de Fortaleza. Mais da metade dos meninos foi diagnosticada com beribéri. O Dr. José Lourenço, o filho, médico da Companhia nesse período, iniciou insistente campanha para remoção dos doentes, divulgando nos jornais o péssimo estado de higiene da CAM.⁴⁴³ O médico foi pessoalmente falar com o presidente de província, que autorizou ao Capitão do Porto alugar uma casa para tratar os doentes. Contudo, enquanto se procurava um espaço adequado para transferir a enfermaria, mais garotos adoeceram. Dos 113 meninos que permaneceram alistados, 51 foram acometidos pela doença, entre junho e julho daquele ano. Como medida emergencial, tratou-se da mudança provisória da Companhia para o Asilo de Mendicidade, construção recente na cidade que empregou a mão de obra dos retirantes da seca.⁴⁴⁴ Finalmente, uma casa foi alugada no Meireles para internar os aprendizes enfermos e o restante da Companhia foi transferida para o Asilo. Um dos garotos faleceu. Por exigência de José Lourenço, a Companhia

⁴⁴³ Companhia de Aprendizes Marinheiros. **Cearense**, ed. 62, p.1, 10 jun. 1880.

⁴⁴⁴ Ofícios. **Cearense**, ed. 67, p.1, 27 jun. 1880.

de Aprendizes foi desinfetada e cuidou-se para aterrar um charco próximo ao quartel, já que a doença era atribuída aos ares pestilentos.⁴⁴⁵

Na verdade, as causas do beribéri estavam ligadas à uma alimentação deficiente, provocando danos nutricionais, especialmente a falta de vitamina B1. Sabe-se que os sintomas iniciais são dores, inchaços e fraqueza e, em estados mais graves da doença, ocorrem paralisias irreparáveis, riscos cardíacos e asfixia. Mas isso foi uma descoberta recente, já que no século XIX, a doença afetava tantas pessoas, que foi, em vários momentos, caracterizada como epidemia ligada às condições higiênicas. Um dos primeiros médicos que refutou a causa miasmática e contagiosa do beribéri foi Nina Rodrigues, que fez parte de uma comissão para avaliar o problema em um asilo na Bahia, no início do século XX, conforme observou Sônia Magalhães. A autora fez notar que havia uma imensa dificuldade técnica nos oitocentos para compreender doenças nutricionais, já que os paradigmas sanitários prevaleciam e tendiam a encontrar razões infecciosas para os mais diversos males. Como havia grande incidência da doença em asilos, orfanatos e cadeias, acreditava-se na propagação por contágio.⁴⁴⁶ No entanto, foi justamente o cotidiano de trabalho, maus tratos e insuficiência de comida nesses espaços a raiz de tantas mortes. O beribéri entre aprendizes e marinheiros foi muito frequente no Brasil Oitocentista, estando entre as principais causas de óbito da marujada.⁴⁴⁷

Na CAM, José Lourenço fez o possível para curar os garotos e, passadas algumas semanas, apenas oito ainda estavam em tratamento na enfermaria, quando o médico saiu de licença.⁴⁴⁸ Mas os meses seguintes não seriam muito melhores em termos de saúde para os aprendizes marinheiros. Entre o final de 1880 e início de 1881, como já foi mencionado, intensificaram-se as capturas de meninos nas ruas de Fortaleza, ainda repletas de órfãos que a seca deixou na capital. As consequências trágicas da seca atravessaram o cotidiano dos meninos recolhidos. No afã de conter a vadiagem e os roubos, a polícia e as autoridades judiciárias entenderam que deveriam aprisionar o maior número possível de crianças que circulavam em

⁴⁴⁵ Fala do Presidente da Província do Ceará José Júlio de Albuquerque Barros. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1880, p. 26.

⁴⁴⁶ MAGALHÃES, Sônia Maria de. Doença Misteriosa no Brasil Oitocentista. **História Unisinos**, v. 18, n.1, p. 158-169, jan./abr. 2014.

⁴⁴⁷ Em levantamento sobre registros históricos do beribéri na Marinha, o médico Maia Frutuoso, concluiu de suas pesquisas sobre a incidência da doença nos primeiros anos do século XX que “nas tripulações vitimadas pelos surtos de beribéri, as praças eram a maioria, e havia nítida predominância do pessoal que trabalhava nas máquinas de propulsão a vapor. Os foguistas e maquinistas tinham maior predisposição a desenvolver a doença, devido a exercer atividade física extenuante com alta ingestão de carboidratos deficientes em vitamina B.” FRUTUOSO, Régis Augusto Maia. Beribéri: Revisão Histórica e Documental na Marinha do Brasil. **Arquivo Brasileiro Médico Naval**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 8-13, jan./dez. 2010.

⁴⁴⁸ Aprendizes Marinheiros. **Cearense**, ed. 75, p. 3, 26 jul. 1880.

Fortaleza. Nesse ínterim, novas vagas surgiram na Companhia, que conseguiu autorização do Ministério da Marinha para aumentar seu efetivo, que passaria a ser de 300 meninos. Obviamente, as instalações, vestuário, quantidade e qualidade da alimentação não foram diretamente proporcionais às capturas empreendidas pela força policial.

Para abrir espaço e manter o controle interno, logo nos primeiros três meses de 1881, 54 meninos foram enviados ao quartel central no Rio de Janeiro. O comandante da Companhia enviou ofício ao presidente da província, conforme o relatório apresentado por Pádua Fleury, pedindo para suspender o alistamento até que o governo imperial tomasse providências sobre a aquisição de um novo prédio. Registrou-se que o quartel “por sua estreiteza” não podia alojar maior número de aprendizes. A Presidência da Província alegou que não havia recursos para mandar os meninos à Colônia Cristina e, por isso, todos os dias chegavam novos alistados. Chegavam doentes. Suas condições de saúde, considerando as enormes dificuldades que enfrentavam numa cidade marcada pela fome e pelas doenças que afligiam os retirantes e a população mais pobre, levam a crer que os exames médicos exigidos no ingresso dos aprendizes, foram irregulares ou simplesmente ignorados. O movimento da enfermaria evidenciou o estado de saúde precário dos aprendizes naquele contexto: entre o fim de 1880 e março do ano seguinte, baixaram na enfermaria 208 garotos, entre os quais três morreram.⁴⁴⁹

As dores e temores do recolhimento foram, naqueles anos, extremamente potencializados. A qualquer instante, aprendizes prontos ou não seriam mandados à Corte. As levadas de novos meninos tornavam o ambiente ainda mais coletivo e sobrecarregado de tensões, visto a maior necessidade de vigilância para que não escapassem. Em pouco tempo as doenças se proliferaram. Os remédios tardavam a chegar. A comida, que a julgar pelo beribéri reinante, era pouco nutritiva e insuficiente, ficou ainda mais escassa. O elogio do Capitão do Porto ao mestre-escola Maximiano Elisário da Cunha sobre o estado “bastante satisfatório” da disciplina na Companhia deixa entrever a intensificação das punições ali aplicadas. Doenças, castigos e despedidas marcavam a experiência dos futuros marinheiros.⁴⁵⁰

Vários outros registros médicos informavam as principais causas de morte entre os garotos. Em tempos “normais”, eles morriam de febres biliosas e tuberculose pulmonar. Mas quase todos passavam pela enfermaria para tratar dermatoses, diarreias e gripes. As epidemias

⁴⁴⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará André Augusto de Pádua Fleury. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881, p.32.

⁴⁵⁰ *Idem*.

eram bastante temidas, principalmente por ceifar braços tão necessários para a Armada. Em 1867, no meio da Guerra do Paraguai, casos de varíola foram registrados entre os aprendizes marinheiros de Fortaleza, o que preocupava o Capitão do Porto, já que a doença inibia o envio de meninos para o Corpo de Imperiais Marinheiros. A casa que servia de quartel para 127 aprendizes era “completamente despida de boas condições higiênicas, sendo por isto que baixou à enfermaria considerável número de menores”, informava Achilles Lacombe.⁴⁵¹ Naqueles dias, 25 meninos foram internados no Lazareto do Jacarecanga por estarem “atacados de varíola”. Não foram registrados óbitos. Em nota, o jornal *Cearense* responsabilizava o governo, que apesar dos vários ofícios do comandante da Companhia solicitando a vacina, nada tinha feito a respeito.⁴⁵² Isso não se repetiu durante a mais severa epidemia de varíola ocorrida em Fortaleza durante a seca de 1877-79. Apenas um caso da doença foi registrado na Companhia, onde todos os aprendizes foram vacinados pelo médico José Lourenço.⁴⁵³

Além das já destacadas razões das enfermidades que afetavam os aprendizes marinheiros, as medidas do recrutamento interferiram diretamente na saúde dos garotos recolhidos. Muitos requerimentos de soltura de aprendizes foram endereçados à Presidência da Província, mas, como já se discutiu, as famílias tiveram pouco êxito na retirada dos meninos. Na maioria dos casos em que houve a devolução da criança, as mães conseguiram provar que o menino não tinha idade para sentar praça (mínimo de 10 anos). Em 1870, o juiz de Granja enviou para CAM o menino Vicente. Como não tinha idade para ingressar na Companhia, o presidente de província deu ordem para embarcar o menino de volta à sua cidade.⁴⁵⁴ A prática de alistar garotos que sequer estavam dentro do perfil exigido pelo regulamento foi uma constante na história das Companhias de Aprendizes. Dez anos depois, Manoel Fialho Bastos fora dispensado da Companhia pelo mesmo motivo. A mãe do menino comprovou no Gabinete Provincial que Manoel tinha somente sete anos.⁴⁵⁵

A pouca idade dos meninos os fazia mais vulneráveis ao treinamento e muitos deles não puderam suportar as pesadas fainas de marinheiro. Morte ou invalidez por acidente eram perigos reais no cotidiano da CAM, principalmente quando os exames de admissão eram negligentes. Em 1871, o médico Dr. Antônio Rodrigues Cajado, cirurgião do Corpo de Saúde da Armada, examinou, a pedido do comandante da Companhia, um aprendiz que apresentava

⁴⁵¹ Relatório do Presidente de Província do Ceará João de Souza Melo e Alvim. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1867, p. 20.

⁴⁵² Varíola. *Cearense*, ed. 2462, p. 1, 11 set. 1867.

⁴⁵³ Companhia de Aprendizes Marinheiros. *Cearense*, ed. 13, p. 1, 5 fev. 1879.

⁴⁵⁴ Governo da Província – Ofícios. **Pedro II**, ed. 281, p. 2, 31 Dez. 1870.

⁴⁵⁵ Ofícios. *Cearense*, ed. 144, p. 1, 23 nov. 1880.

sérios problemas de visão. O médico constatou que o garoto era míope. Ele não deveria ter sido alistado. Contudo, mesmo sem enxergar bem, era obrigado a cumprir as tarefas de remo e mastreação. Numa das ocasiões, o aprendiz recebeu “uma forte pancada no olho direito com o chicote de um cabo que ele deve ter amarrado, desastre este que o fez baixar ao hospital, e de que lhe resultou ficar com menos vista no olho contundido”, conforme informava o comandante.⁴⁵⁶ O menino míope estava entre os cinco aprendizes desligados da Companhia naquele ano, mas carregaria para sempre a seqüela de sua trajetória como aprendiz de marinheiro.

Muitas outras dispensas por doença ou invalidez foram contabilizadas no movimento de alistados da Companhia. Felismino Marques de Souza, Antônio Bernardo da Silva, Procópio José Rodrigues, Antônio Manoel da Silva, Joaquim José Alexandre foram todos escusados por moléstia no segundo semestre de 1870.⁴⁵⁷ Esse número de desligamentos não era excepcional. Era uma quantidade até bem “aceitável” de dispensa das crianças consideradas inválidas para a Marinha. Embora não seja possível tomar com precisão a quantidade dos desligamentos, os relatórios mostraram que entre a fundação da CAM em Fortaleza até o ano de 1876 ao menos 41 aprendizes foram dispensados por invalidez ou moléstia incurável. Nos demais relatórios da Capitania do Porto (entre 1877-1885) essa informação não foi registrada. Mas os casos se repetiram em demasia, como atestaram alguns ofícios do capitão do porto publicados nos jornais. Eram descartados quando, internados e tutelados pelo Estado, seus corpos deixavam de ser úteis à Marinha. Devolvidos à família ou abandonados na Santa Casa, já não eram do interesse do Juizado de Órfãos.

O desligamento das crianças doentes não era exclusividade da CAM. De pronto havia a justificativa de que seria perigoso manter recolhidas crianças com doenças incuráveis. Contudo, os relatórios institucionais indicam que a motivação para a dispensa dos doentes não se devia ao caráter contagioso de alguma enfermidade. Ou seja, não saíam do recolhimento por causa do risco de contaminarem as outras crianças internadas. Saíam porque não se adequavam à finalidade das instituições de ensino profissional. Doentes, mutilados por acidentes de trabalho e deficientes não atenderiam às exigências produtivas do trabalho manual. Foi o caso do educando Manoel Francisco dos Santos. Ele entrou no Colégio em novembro de 1858, com 11 anos de idade. Segundo o registro de Saldanha Marinho, o menino era “distraído e pouco

⁴⁵⁶ Junta de Saúde. **A Constituição**, ed. 169, p.1, 17 nov. 1871.

⁴⁵⁷ Ver respectivamente: **Pedro II**, ed. 162, p.1; ed. 171, p.1; Pedro II, ed. 179, p. 1, 26 ago. 1870; ed. 183, p. 1.

hábil”, mas prometia adiantamento na alfaiataria.⁴⁵⁸ Em 1862, ficou muito doente e foi enviado à Santa Casa. Depois de algumas semanas em tratamento, padre Antônio de Braveza recomendou sua eliminação do Colégio por se tratar de doença incurável, no que foi atendido pelo presidente de província.⁴⁵⁹ Como Manoel, outros meninos foram abandonados à própria sorte. Demonstrando o movimento de alunos do Colégio de Educandos Artífices, o diretor mencionou o destino de 12 meninos que foram despedidos da instituição entre 1863 e 1864. Alguns terminaram seu tempo de estudo e passaram a trabalhar em outras oficinas da cidade, três sentaram praça, um morreu na Santa Casa de Misericórdia, dois por “padecerem de moléstias incuráveis” e outro por “inaptidão comprovada”.⁴⁶⁰ Vê-se que as referidas “moléstias incuráveis” não eram sempre casos de internação hospitalar, isto é, os meninos desligados por seu estado de saúde foram considerados inválidos por alguma condição física limitada ou simplesmente por terem sido desenganados pelos médicos. Se desenvolvessem algum tipo de paralisia, se ficassem cegos, se perdessem algum membro ou entrassem em estado terminal seriam remetidos à família sem qualquer medida assistencial por parte do poder público. A mesma coisa acontecia com aqueles “inaptos” ao trabalho nas oficinas. A inaptidão mencionada pelo padre não estava relacionada à rejeição ou à não-identificação com o trabalho por parte do aprendiz. Isso era encarado como problema de indisciplina e, como tal, tratado com castigos. O desligamento por inaptidão estava associado à alguma condição cognitiva do educando, vista como retardo ou idiotia naquele período.

Lilia Lobo observou que as crianças com problemas de desenvolvimento demoraram muito a serem consideradas pelos estudos científicos no século XIX. Genericamente tratadas como idiotas, as crianças pobres consideradas anormais – mesmo as surdas – engrossaram a categoria de indigentes, sobrevivendo da mendicância. A história das anormalidades infantis, como discutiu a autora, foi severamente marcada pela exclusão e, com o crescimento da escolarização formal no país, entre fins do século XIX e início do XX, iniciou-se um processo mais enfático de “caçadas aos anormais”. Restou às crianças com problemas motores ou psíquicos mais acentuados a internação indistinta nos asilos, que, na maioria das vezes, nem separavam crianças e adultos. O problema maior dos médicos e higienistas nos oitocentos era a modernização do espaço urbano e o saneamento moral das cidades, por isso, a medicina pouco tinha a dizer sobre doenças infantis, a não ser que estavam associadas ao

⁴⁵⁸ Quadro nominal e demonstrativo do adiantamento do Colégio dos Educandos. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Joaquim José Impressos, 1859 [Anexos].

⁴⁵⁹ Ofícios. **Gazeta Oficial**, ed. 41, p.3, 3 dez. 1862.

⁴⁶⁰ Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 13. [Anexos].

comportamento desregrado dos pais ou aos casamentos consanguíneos comuns no Brasil. Ainda segundo Lobo, esses sujeitos só seriam alvo da institucionalização quando adultos, não mais vistos como idiotas e sim como loucos.⁴⁶¹ Assim, o desligamento ou a não-assistência às crianças “anormais” das instituições de recolhimento não representava nenhum contrassenso na ideia de amparo e proteção à infância no século XIX. As crianças “irremediáveis” eram assunto da caridade e não das políticas públicas.

Tem-se discutido que a ideia de assistência infantil era, em termos de investimento e amparo, muito precária nos oitocentos. As condições gerais das instituições de recolhimento, além das limitações próprias da cidade de Fortaleza no período estudado – ausência de esgotos, problemas com a qualidade da água, a insuficiência de medicamentos, o preço alto de muitos alimentos – provocavam sérios problemas de saúde. Nas décadas de 1850-60, apesar dos pareceres médicos e das preocupações com a ventilação e umidade dos ambientes, poucas obras foram efetivamente empreendidas nesse sentido.

No Colégio de Educandos, o diretor reclamava da insalubridade da Casa e dos poucos recursos destinados à alimentação e ao vestuário dos garotos, afirmando que andavam “rasgados e indecentemente vestidos”, embora asseados. As condições de moradia impactavam as oficinas, já que alguns meninos passavam dias inteiros na enfermaria em razão de doenças que poderiam ser evitadas. O médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro concordava que o problema do colégio era, principalmente, sanitário, pois a falta de banheiro contribuía para “as moléstias de pele que sempre reinam aqui”, além de ser imperdoável a ausência de uma “comua grande consumidora das matérias fecais”.⁴⁶² No primeiro semestre de 1864, quando havia no Colégio 67 educandos, 148 doentes foram tratados na enfermaria por apresentarem bronquites, conjuntivites, sarnas e doenças do aparelho circulatório. Ou seja, em pouco tempo, adoeciam novamente. No relatório do ano seguinte, o médico informou que “o catarro se desenvolveu no mês de abril de modo epidêmico”, além da proliferação de doenças de pele entre os aprendizes artífices. Nos três primeiros meses de 1865, 108 atendimentos foram realizados na enfermaria do Colégio. Por causa dos percevejos, o médico pedia que fossem adquiridos 24 leitos de ferro para acomodar os doentes.

⁴⁶¹ LOBO, LILIA FERREIRA. Exclusão e Inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil. In: PRIORE e AMANTINO (Orgs.) **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

⁴⁶² Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. In: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 13. [Anexos].

Mesmo sem a menor estrutura sanitária, o Colégio de Educandos serviu de enfermaria improvisada para os doentes coléricos em 1862, ano em que o Ceará enfrentou uma severa epidemia de cólera-morbus.⁴⁶³ Numa cidade com poucos prédios públicos, conseguir espaços emergenciais foi um grande problema no século XIX. Na ocasião, alguém deve ter lembrado que o prédio dos educandos foi inicialmente construído para servir de hospital, justamente temendo uma manifestação epidêmica do cólera em 1855. Foi assim que, em meados de 1862, o presidente da província autorizou a internação de doentes nas dependências do Colégio.⁴⁶⁴ Chegaram mais camas para os indigentes e um alqueire de cal para que os meninos tratassem de desinfetar os leitos.⁴⁶⁵ Era uma medida bastante contraditória porque a Inspeção de Saúde Pública havia recomendado a suspensão das aulas para evitar o contágio. As demais escolas foram fechadas, mas os educandos tiveram de conviver diretamente com os doentes.⁴⁶⁶

Mais tarde, especialmente com o incremento das noções de higiene dos espaços e dos corpos, cresceu o interesse por elementos da vida privada e pelo fazer doméstico. Daí, os médicos e os diretores justificaram em seus relatórios aspectos do asseio/limpeza dos meninos. A força do saber higienista recaiu sobre as instituições orfanológicas, que, por seu caráter de moradias coletivas, passaram a ser mais visitadas. Por isso, a preocupação dos médicos em divulgar a imunização das crianças recolhidas, evitando que as doenças ali manifestadas contaminassem a cidade.⁴⁶⁷ Em 1871, José Lourenço de Castro e Silva, o pai, insistiu na disseminação das vacinas e aplicou “de braço a braço”, no Colégio da Imaculada, no quartel da Companhia e em outras escolas o “preventivo da bexiga que vai lavrando no Outeiro”.⁴⁶⁸

A doença era sempre um risco de exclusão ainda maior. A notícia de uma doença incurável, uma peste, estava entre os temores das crianças recolhidas. Principalmente quando se tratava de doenças que carregavam uma memória coletiva de tristeza e pavor, como a varíola. Em 1889, uma menina de nove anos, criada pelas Irmãs da Santa Casa, estava entre os

⁴⁶³ Sobre a epidemia, seus impactos, representações e formas de combate no Ceará oitocentista, ver: MACIEL, Dhenis Silva. **Dos sujeitos, do medo e da espera**: A construção social do cólera-morbus na província cearense (1855-1863). 2017. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017 e LEMOS, Mayara de Almeida. **Terror no sertão do Ceará**: O Cólera e seus flagelos. Fortaleza: Ed. UECE, 2016.

⁴⁶⁴ Ofícios. **Pedro II**, ed. 148, p. 1, 2 jul. 1862.

⁴⁶⁵ Governo da Província. **Gazeta Oficial**, ed. 8, p.2, 9 ago. 1862.

⁴⁶⁶ Lembrança infeliz. **O Sol**. Ed. 282, p.1, 29 jun. 1862.

⁴⁶⁷ Sobre a afirmação da Higiene como campo de saber, os embates políticos decorrentes desse processo e as políticas públicas de gestão do espaço urbano, incluindo a regulamentação e mesmo a destruição de moradias populares, ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre**: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

⁴⁶⁸ Vacina. **A Constituição**, ed. 170, p. 1, 19 nov. 1871.

“variolosos” enviados ao Lazareto da Lagoa Funda. Na notícia que informava o número de doentes em tratamento da varíola, pedia-se urgência na propagação da vacina porque “se a peste se desenvolver neste estado, teremos de ver reproduzidas as cenas horripilantes que assistimos em 1878 e 1879”.⁴⁶⁹ É possível imaginar o medo e a solidão enfrentados pela garota que era retirada de seu recolhimento em um hospital para ser tratada (ou morrer) longe de todas as pessoas que conhecia, com quem já estaria familiarizada, sob o peso de ser uma “variolosa”.

No Colégio da Imaculada Conceição a incidência das doenças foi bem menor do que nos outros recolhimentos. Isso ocorreu, possivelmente, por causa da experiência vicentina de assistência aos doentes, além do fato de que não contavam somente com os recursos públicos para a manutenção do Colégio. O convívio entre órfãos e pensionistas no mesmo espaço – apesar das segregações e diferenças na alimentação e vestimentas – também deve ter contribuído para o melhor quadro sanitário dessa instituição. Claro que foram registradas algumas doenças e mortes, incluindo vítimas da febre amarela.⁴⁷⁰ Contudo, as Irmãs Vicentinas exigiram a reforma de todo o edifício quando passaram a ocupar o antigo Colégio de Educandos. Os banheiros foram finalmente construídos, as paredes passaram a ser caiadas regularmente, foram construídos os aposentos das Irmãs e reformados dois grandes salões que serviam de dormitório para as órfãs. As pensionistas ocupavam a parte da frente, mais próxima à capela, onde ficavam o parlatório, os quartos e o refeitório principal, segundo a descrição de Bezerra de Menezes.⁴⁷¹ Estas reformas e as práticas de limpeza ali empregadas garantiram, minimamente, a regularidade do estado de saúde das órfãs, sem notas significativas sobre óbitos, doenças infecciosas ou respiratórias.

A partir da década de 1870, a higiene como um campo de saber ganhou bastante notoriedade, englobando não somente aspectos reguladores do espaço urbano como também proposições pedagógicas, assistenciais e jurídicas sobre as crianças, principalmente os “menores” – órfãos, meninos e meninas pobres considerados delinquentes e perigosos. Irma Rizzini e José Gondra analisaram a formação de uma “teia discursiva” na racionalização e

⁴⁶⁹ Varíola. **Gazeta do Norte**, ed. 263, p. 3, 27 nov. 1889.

⁴⁷⁰ Em carta, o bispo D. Luiz agradeceu os muitos serviços do Dr. José Lourenço no atendimento das órfãs do Colégio, sem “nunca aceitar honorários por seu trabalho prestado às Irmãs de Caridade e às órfãs”. *cf.* Publicações Solicitadas. **Cearense**, ed. 2067, p. 1, 20 abr. 1866. Naquele ano, muitas meninas estavam em tratamento da febre amarela. No final do ano anterior, a Irmã Josefina faleceu no CIC vítima da doença., *cf.* Falecimentos. **A Constituição**, ed. 249, p.3, 9 nov. 1865. No final de 1871 houve outro surto de febre amarela no Colégio da Imaculada. Dessa vez, uma menina órfã de oito anos morreu. *cf.* Saúde Pública. **A Constituição**, ed. 20, p.1, 26 Jan 1872.

⁴⁷¹ MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Casa de José de Alencar / UFC, 1992.

constituição de certa tipologia infantil (definição de criança, menor, vadio, doente, idiota, criminoso etc.), na qual as premissas higienistas foram fundamentais, já que interferiam diretamente na estrutura asilar que crescia nas maiores cidades brasileiras. No final dos oitocentos, como demonstraram os autores, intensificaram-se as medidas de amparo e educação das “infâncias”, baseadas nesse novo saber higienista que circulava na imprensa, nas teses das faculdades de medicina, nos congressos e nas muitas associações filantrópicas. O comprometimento desse campo de saber com a “infância desvalida” estava relacionado à intervenção nos desvios morais e patológicos das crianças pobres enquanto método preventivo contra a difusão de doenças e costumes “inadequados”. Entretanto, serviu para cobrar do Estado maior investimento na educação e na salubridade de recolhimentos, asilos e abrigos infantis.⁴⁷²

O que se tem acompanhado até aqui é que as medidas de correção do caráter das crianças – normalmente vistas como degeneradas – chegaram muito antes do que as ações efetivas de profilaxia das doenças, como vacinas, melhor alimentação e cuidados com o corpo. A higienização dos costumes através do castigo, do trabalho e da imposição da moral cristã foi muito mais exercitada do que a higienização das casas, da água e da comida oferecida aos órfãos recolhidos. Contudo, apesar dos preconceitos que caracterizavam as noções de saneamento dos espaços e das pessoas, a emergência desse saber tocou em assuntos essenciais do cotidiano de inúmeras crianças institucionalizadas, trazendo ao debate a responsabilidade do Estado com as vidas que tutelava. Em longo prazo, essas discussões produziram alterações importantes, como a condenação de alguns trabalhos/tarefas muito maiores que a capacidade física das crianças, a relativa qualidade alimentar, tendo em vista as doenças nutricionais como o escorbuto e o beribéri, além da vigilância sobre castigos físicos excessivos.

A Marinha estava bem integrada às discussões médico-higienistas desse período. Na verdade, os médicos da Marinha produziram importantes estudos técnicos sobre salubridade naval, deficiências alimentares e condições ambientais de variadas doenças entre os marinheiros. Trataram de modificar alguns hábitos, principalmente com relação aos resíduos produzidos nas companhias e arsenais (águas servidas, graxas de máquinas, restos de comida) que sem destino adequado atraíam parasitas e causavam doenças.⁴⁷³ Não ignoravam as baixas e o quadro nosológico das Companhias de Aprendizes Marinheiros, nas quais consultas e tratamentos ganharam mais atenção a partir da década de 1870, com a ampliação do corpo

⁴⁷² RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.58, p.561-584, 2014.

⁴⁷³ Higiene Naval. **Revista Marítima Brasileira**. Ano 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Lombaerts & C Editores, 1883.

médico da Marinha. Tais informações foram levadas em conta na reformulação das Escolas de marinheiros em 1885, que, entre outras medidas, aumentou a idade mínima de ingresso dos aprendizes de 10 para 13 anos e modificou as rações diárias, incorporando outros alimentos.

As ideias de higiene também motivaram, direta e indiretamente, mudanças significativas na aparência e nas noções de limpeza/sujeira. Viu-se ampliar, ao longo do século XIX, a preocupação com o corpo, com o asseio, com a robustez e com a estética de uma forma geral. O alcance dessas inquietações em torno da aparência e das performances corporais, indubitavelmente, extrapolava o âmbito das discussões médicas e/ou pedagógicas, como mostra a imensa variedade de revistas de beleza e moda, além dos anúncios de fármacos, cosméticos e outros tantos produtos destinados à modelação dos corpos e revigoração das forças físicas.⁴⁷⁴ No meio das discussões sobre saúde e sanidade, a educação física – aprimoramento das habilidades e do vigor – apareceu como importante mecanismo de disciplinarização e combate à ociosidade e à morosidade. Ao lado do trabalho, da produção e do ensino profissional, os exercícios e condicionamentos do físico, figuraram como preenchimento do tempo útil das crianças nas instituições de recolhimento.

O padre Antônio de Braveza mostrou que estava bem conectado com teorias pedagógicas acerca da sistematização de atividades físicas enquanto componente escolar. De forma inusitada, ele dedicou um terço de seu relatório sobre o Colégio dos Educandos Artífices de 1864 à importância da “ginástica como elemento de educação”, tentando convencer a Presidência da Província a financiar seu projeto de inclusão do treinamento físico na instrução dos meninos. Minucioso, o sacerdote argumentava que diversas instituições modernas na Europa utilizavam a ginástica como “poderoso elemento físico em auxílio da educação moral”. Ele insistia, didaticamente, que a ginástica não era uma mera arte de lutador ou um conjunto desordenado de movimentos físicos. Citava literatura especializada para comprovar que se tratava de uma ciência, afirmando que, em sua estada em Paris, havia observado e conversado com professores de ginástica de duas importantes instituições de ensino. Braveza tinha um plano ambicioso e inaugural para a promoção do ensino de ginástica em Fortaleza. Convencido de que isso traria benefícios aos seus educandos, propôs a construção de um pequeno ginásio na cidade, que futuramente poderia servir às demais escolas da capital cearense. Havia estabelecido na França contato com Mr. Thriá, professor e teórico de ginástica, que se comprometeu a receber e preparar dois professores brasileiros para ensinar ginástica aos alunos

⁴⁷⁴ SANT’ANNA, Denise. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

cearenses. Sua ideia era enviar os educandos Manoel Pedro de Moraes e Pedro Gonçalves de Almeida, que passariam dois ou três anos na Europa para receber formação e retornariam ao Colégio para exercerem a profissão de mestres de ginástica.⁴⁷⁵

É claro que o padre sabia dos boatos a seu respeito, das críticas que o faziam por ser “velho”, “frouxo” ou “moderno demais”.⁴⁷⁶ Também sabia que, àquela altura, o Governo da Província não estava muito disposto a gastar mais dinheiro com o Colégio de Educandos, cobrado que era, constantemente, por mais resultados e produção dos artífices. Mesmo assim, achou que valeria tentar. Em sua defesa, se antecipou: “Já me está parecendo que alguém dirá que estou pedindo muita coisa, ao passo que a província não pode com tanta despesa, mas...” Em seguida fez contundente crítica aos favorecimentos políticos, expondo privilégios sustentados pelo erário público: “Eu vejo anualmente dar-se subvenções a diversos indivíduos para irem estudar dentro e fora do império; se a província não se tem recusado a beneficiar estrangeiros, como se recusará a mandar dois artistas à Europa?” Braveza não conseguiu aprovar esse projeto, nem a construção do banheiro, nem a liberdade para negociar os produtos das oficinas e nem um novo vice-diretor para auxiliá-lo. Esse foi seu último relatório, já que foi exonerado do cargo no final do mesmo ano. No entanto, na medida do possível, ia implantando no Colégio suas ideias pedagógicas. Seus escritos mostravam que já existiam exercícios físicos coordenados no Colégio de Educandos, certamente ministrados pelos monitores que desejava aprimorar na Europa, pois demonstravam “talento, agilidade, idade e vigor para fazerem rápidos progressos na ginástica”.⁴⁷⁷

É significativo o interesse de Braveza na implantação da ginástica como parte das atividades escolares, especialmente porque estabelecia uma relação entre os exercícios físicos e o ânimo dos garotos, o que, segundo ele, os fariam sair do atraso e aperfeiçoariam suas habilidades de artífices. Era, mesmo na Europa, uma preocupação recente naquele período. Georges Vigarello situou na década de 1820 o aparecimento dos programas de ginástica que

⁴⁷⁵ Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. In: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 9 [Anexos].

⁴⁷⁶ Padre Braveza era figura muito citada nos jornais de Fortaleza. Em 1866, um sermão causou grande polêmica na cidade. Sua fala na missa dominical sobre os atenuantes e agravantes do sexto mandamento (não pecar contra a castidade) incomodou os “pais de família” que levaram suas filhas à Sé naquele dia. As queixas chegaram ao Bispo por meio da imprensa, reclamando que Braveza tinha detalhado demais o que poderia ficar apenas implícito. Um artigo no jornal *Cearense* chamava o padre de libertino. Ver: Publicações solicitadas. **Cearense**, ed. 2028, p.3, 27 fev. 1866 e Comunicado. **Cearense**, ed. 2030, p. 2, 1 mar. 1866. O jornal *A Constituição* saiu em defesa do padre, chamando de insolente e moralista o autor do artigo do *Cearense*. Ver: O Sermão do Pe. Mestre Braveza. **A Constituição**, ed. 41, p. 1, 1 Mar 1866.

⁴⁷⁷ Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. In: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 9 [Anexos].

foram, gradativamente, incorporados à educação básica. Esse processo de formação de uma pedagogia para o corpo estava associado às novas percepções sobre o tempo e sobre a utilidade dos movimentos no início do século XIX. Os manuais de ginástica visavam uma revisão dos movimentos do corpo, conferindo-lhe mais precisão e corrigindo posturas errôneas, fazendo aparecer uma “ginástica ortopédica” teorizada e posta em prática nas escolas. Na segunda metade do século se propagaram os ginásios na França, encorajados como medidas de disciplinarização e obediência. Segundo Vigarello, calculava-se a ordenação dos movimentos em prol da capacidade de concentração e da padronização dos corpos, objetivando com as sequências de exercícios simultâneas e cronometradas a obediência como hábito. Mas é preciso dizer que esta pedagogia do corpo, da qual a ginástica escolar era representativa, produziu, lentamente, um grande impacto nos hábitos e comportamentos. Os exercícios metódicos foram responsáveis por cultivar uma nova percepção do corpo e, segundo o autor, a invenção dessa ginástica levou a um “novo corpo”.⁴⁷⁸

A difusão das ideias de higiene, a defesa do exercício físico como profilaxia e o receio com moradias coletivas provocaram, nas últimas décadas do século XIX, algumas críticas ao modelo de reclusão dos internatos no Brasil. Evidentemente, a ênfase das pesquisas médicas e proposições higienistas com relação à educação brasileira voltavam-se ao público de crianças mais abastadas, que também viviam em colégios internos. O recolhimento de pobres só era verdadeiramente preocupante quando as epidemias desobedeciam aos limites físicos das instituições asilares.

José Gondra localizou uma série de estudos médicos que associava os internatos ao enfraquecimento das crianças e à promoção de doenças. Entre eles, o do médico Carlos Vasconcelos, que, em 1888, escreveu uma tese sobre a higiene escolar, na qual recomendava a extinção dos internatos. Defendia, por outro lado, o recolhimento de órfãos “desvalidos” e de crianças “delinquentes” como medidas de utilidade pública, fazendo ressalvas quanto ao isolamento dessas crianças. Crescia, no final dos oitocentos, a rejeição dos médicos aos colégios internos; avaliavam que os internatos represavam as crianças, não promoviam as atividades físicas, já que a locomoção era limitada e ainda facilitava o contágio de doenças. Além disso, a circulação de notícias, boletins médicos e pareceres sanitários sobre os internatos davam a ver condições higiênicas que não atendiam os parâmetros de salubridade da época. Ao analisar as teses de medicina da faculdade do Rio de Janeiro, Gondra concluiu que havia grande repetição,

⁴⁷⁸ VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século XIX: Movimentos novos, corpos novos. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 9-20, set. 2003.

entre os estudos que focavam a higiene, da defesa da educação física para uma infância saudável e moralizada. As premissas do higienismo elaboravam uma nova ordem pedagógica baseada na tríade intelecto-físico-moral, condenando os padrões escolares que desarticulavam ou negligenciavam qualquer uma dessas três dimensões educativas, como as de modelo conventual.⁴⁷⁹

Verdade que demorou muito tempo a instituição de exercícios físicos no currículo regular, especialmente na educação de meninas. Somente na década de 1880, a ginástica começou a aparecer como matéria escolar no Brasil.⁴⁸⁰ Todavia, a educação vicentina, cujas instituições de ensino se espalhavam nos mais variados lugares do mundo, estava atenta às discussões médicas e higienistas. No século XIX, não há registros sobre ginástica ou práticas de exercícios físicos coordenados no CIC. Mas as meninas pensionistas do Colégio tinham vários passeios recreativos nas praias de Fortaleza, caminhadas ao ar livre e banhos de mar, atendendo às recomendações do saber médico. As órfãs, por outro lado, deveriam permanecer no internato. Suas saídas do Colégio – com exceção das cerimônias religiosas e procissões – estavam mais ligadas às demandas do serviço doméstico, como a lavagem de roupas e o abastecimento de água. Isso porque não era interessante a mistura das meninas ricas e pobres no espaço público. No Colégio da Imaculada, a atenção à saúde das órfãs era também um meio de não afetar a saúde das pensionistas. Assim, mesmo as medidas de profilaxia e combate às doenças não estavam desarticuladas das condições sociais das crianças em internamentos.

Se as intervenções médicas na busca por salubridade, prevenção de doenças, modificações arquitetônicas, limpeza e cuidados com o corpo provocaram melhorias na nutrição e condições de moradia das crianças em instituições de recolhimento, os ritmos e intensidade do trabalho realizado pelos órfãos e “desvalidos” demoraram muito tempo para serem revistos. Os dados que indicam o controle de epidemias, acesso a remédios e vacinas, além de alimentação diária não são suficientes para uma avaliação pormenorizada dos níveis de debilidade física das crianças institucionalizadas. O excesso de trabalho, quando várias atividades cotidianas sequer eram consideradas efetivamente trabalho, afetava igualmente o crescimento, a saúde e o vigor das crianças. As fadigas mencionadas no Colégio de Educandos e na CAM como circunstâncias esporádicas ou como sintomas de febres intermitentes eram,

⁴⁷⁹ GONDRA, José G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa** – USP/FEUSP, São Paulo, v. 1, n.1, p. 99-118, 2000.

⁴⁸⁰ LACERDA, Elizabete Silva de. Educação Física na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX: características da Prática Escolar. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5, 2011, São Cristóvão – SE. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2011.

provavelmente, resultados de esforço incompatível com a idade dos meninos. Do mesmo jeito, pouca gente questionava que lavar roupas e panelas, carregar baldes de água e passar roupa com grude eram atividades demasiadamente árduas para meninas de doze anos.

Mesmo atividades aparentemente mais leves, como tocar música, foram citadas como causa do cansaço de vários educandos artífices, que, além das oficinas, trabalhavam no entretenimento dos ricos da cidade. Desde a fundação do Colégio, a música foi a atividade mais promissora, na qual os meninos faziam “avanços prodigiosos”. Os três diretores do Colégio foram unânimes em relatar o interesse e gosto de seus educandos pela música, que em pouco tempo passou a render alguma verba para a instituição. Os meninos se empenhavam nas aulas de música porque, além do caráter lúdico, a banda era uma oportunidade para sair do recolhimento, conhecer outros espaços da cidade e se fazer conhecido. Contudo, Braveza e Florêncio registraram as dificuldades físicas dos meninos para tocar instrumentos marciais e concordaram que seria mais vantajoso a organização de uma orquestra, cujos instrumentos seriam mais adequados à capacidade dos meninos, conforme havia sugerido o mestre Vitor Augusto Nepomuceno.

Aquilo que era empolgante acabou por se transformar em estorvo. Os meninos eram obrigados a tocar em todas as solenidades do governo, na igreja, nas feiras beneficentes ou em qualquer outra ocasião que o presidente de província julgasse necessário. Padre Braveza chegou a pedir formalmente uma licença para a banda de música a fim de poderem descansar. Mas o ofício que recebeu do gabinete provincial foi categórico: “Não pode a banda de música ser dispensada de tocar nos dias determinados por esta presidência”.⁴⁸¹ Naquele ano, a banda do Colégio era a única banda existente em Fortaleza, já que havia sido suprimida a banda do Corpo de Polícia. O excesso de trabalho já se fazia notar. O jornal *O Sol* demonstrou que a banda comprometia a saúde dos educandos, denunciando que tocavam demais porque o diretor e o maestro lucravam com as apresentações.

Muitos dos meninos por puxados nos instrumentos de sopro lançam sangue pela boca, outros tem criado hérnias, entretanto não se atende a isto e não há boda nem batizado, baile, festim, função profana ou religiosa, cortejo e espetáculo que não sejam os penitentes alunos daquele Colégio os que carregam com a pesada tarefa do toque.⁴⁸²

É preciso dizer que os músicos não eram necessariamente vistos como artistas. Na verdade, ao argumentar sobre a necessidade de trocar os instrumentos musicais para compor a orquestra, padre Braveza mencionou “a conhecida falta de operários na arte da música” em

⁴⁸¹ Ofícios. **Gazeta Oficial**, ed. 84, p.2, 24 jun. 1863.

⁴⁸² Morra Marta, porém farta. **O Sol**, ed. 313, p.1, 1 fev. 1863.

Fortaleza, o que justificaria o investimento público.⁴⁸³ Pouco depois, Padre Florêncio reiterou o pedido da orquestra fazendo notar que era um símbolo de civilização, do qual a capital cearense era muito carente. Além disso, destacando a habilidade dos educandos, afirmou que poderia formar maior número de instrumentistas adquirindo instrumentos de corda, já que havia meninos que “pela fraqueza de sua constituição física” não poderiam atuar nos sopros.⁴⁸⁴ No recolhimento de crianças pobres, quase tudo era convertido em trabalho.

6.3 Deserções, fugas e outras resistências

Pelas ruas de Fortaleza, no limiar do século XX, o menino Tomaz perseguia gatos, entrava nos becos, arremessava pedras nos passarinhos, à noite, bisbilhotava pelas janelas dos vizinhos e explorava prédios e armazéns em construção. Ele era parceiro de traquinagens de Gustavo Barroso e fora deixado no sítio da família Barroso por sua mãe quando ainda era muito pequeno. Exposto, Tomaz conheceu o trabalho, como muitas crianças de seu tempo. Era obrigação dele puxar água do poço e abastecer os potes da casa, ia às bodegas a mando da tia de Barroso e era o menino de recado do casarão. Mas fugiu de repente. Tomaz, segundo Barroso, era “caboclinho dos taboleiros da Mecejana”. Quando largou a casa, ninguém foi procurá-lo porque o pai de Gustavo Barroso dizia que “o instinto de fuga está nessa gente na massa do sangue. O índio nunca se habituou com a prisão. Ou morria ou desaparecia...”⁴⁸⁵

Se como Tomaz, o menino Justiniano Manoel da Cunha fosse entregue a outra família ou dado à soldada, teria, de algum modo, cavado nas ruas de Fortaleza, algumas escapadas. É provável que também tivesse uma baladeira para mirar em passarinhos ou que, a contragosto de seus patrões, fosse banhar-se em riachos ou açudes que margeavam a cidade. É claro que desempenharia funções, talvez impróprias para seu tamanho ou condição física. Por suposto, também conheceria longas jornadas de trabalho doméstico e castigos severos. Mas o destino de Justiniano foi bem diferente do rumo que Tomaz escolheu ao romper sua condição de agregado. Com oito anos de idade, Justiniano foi matriculado no Colégio de Educandos Artífices, onde passou cinco anos. Ele nunca aprendeu a escrever, apenas soletrava algumas palavras e, aos olhos do professor de primeiras letras, tinha “pouca inteligência e má índole”.⁴⁸⁶

⁴⁸³ Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 4 [Anexos].

⁴⁸⁴ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará Pe. Florêncio Almeida Pinto. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1865, p. 6 [Anexos].

⁴⁸⁵ BARROSO, G. *Coração de Menino*, 1989, p.34.

⁴⁸⁶ Quadro nominal e demonstrativo do adiantamento do Colégio dos Educandos. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará João Silveira de Souza. Fortaleza: Joaquim José Impressos, 1859 [Anexos].

Aos onze anos tinha habilidade como sapateiro. Mas, aparentemente, foi ficando cada vez mais incomodado com a dinâmica do recolhimento e seu comportamento “sofrível” foi anotado no relatório anual de 1865. Naquele ano, perdeu o gosto pelos trabalhos na oficina e passou a ficar “atrasado” na produção dos sapatos. Quando completou doze anos foi alistado na Companhia de Aprendizes Marinheiros, pouco tempo antes da extinção do Colégio. Na CAM, só restou o registro de sua entrada. Nada mais se soube dele. Mas vale lembrar que dos 216 garotos que passaram pela Companhia entre 1865 e 1868, 61 deles foram enviados para o Rio de Janeiro e, de lá, quem sabe, foram recrutados para os navios combatentes na Guerra do Paraguai.⁴⁸⁷

A vida do pequeno Justiniano fora ingavelmente marcada pelo recolhimento: da oficina de sapateiro para a vida de aprendiz marinheiro ou, possivelmente, para a vida de praça embarcado em tempos de guerra. Se não foi enviado precocemente para o Corpo de Imperiais Marinheiros, como aconteceu inúmeras vezes durante o conflito, Justiniano pode ter ficado em Fortaleza até o final de 1869, quando, aos dezesseis anos, deveria ser mandado para a Corte, onde iniciaria sua faina como grumete. Ele não apareceu nas pequenas notas sobre aprendizes dispensados por doença ou invalidez. O mais provável é que nunca tenha retornado à sua casa, não tenha jamais participado de um grupo familiar enquanto aprendiz. A forma mais plausível de mudar seu destino seria a fuga, como fizera o índio Tomaz. Mas a fuga era só o começo de um longo e difícil encontro com a liberdade. Todos os aprendizes marinheiros sabiam que, caso fugissem, seriam procurados e, se capturados, seriam implacavelmente castigados e, em seguida, remetidos à Corte para engrossar as fileiras de subalternos da Marinha.

Fazendo um rápido levantamento do movimento de entradas e saídas na Companhia segundo as informações emitidas pelo Capitão do Porto aos Presidentes de Província é possível constatar que a deserção de aprendizes marinheiros importunava os oficiais, especialmente porque era difícil preencher o número completo de aprendizes estipulado para CAM no Ceará. As estatísticas informaram que nos primeiros cinco anos de funcionamento da Companhia dezesseis garotos tinham desertado.⁴⁸⁸ Em toda década de 1870, os relatórios apresentaram somente dez casos de deserção. Entretanto, as informações obtidas em outras fontes pesquisadas – como alguns ofícios publicados nos periódicos da época – indicam que esse número estava muito distante da realidade. É possível que os relatórios anuais, mais concentrados no número de aprendizes remetidos para o Corpo de Marinheiros, demonstrassem a preocupação em

⁴⁸⁷ Relatório do Vice-Presidente da Província do Ceará Antônio Joaquim Rodrigues Junior. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1868, p. 19.

⁴⁸⁸ Relatório do Capitão do Porto Achiles Lacombe. In: Relatório do Presidente de Província do Ceará Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1869, p.3 [Anexos].

amenizar a quantidade de fugas, o que poderia revelar o quadro de indisciplina no quartel. Outra explicação possível é que os números apresentados anualmente pela Capitania do Porto tratassem dos desertores não encontrados, já que somente nos anos de 1871 e 1876 foram mencionados, separadamente, as deserções e as capturas. Os dados para a década de 1880 também são escassos. Somente o relatório apresentado em 1881 foi mais detalhado, mencionando que, no transcorrido ano, cinco aprendizes fugiram e três deles já tinham sido capturados.⁴⁸⁹

Em 1872, depois de serem remetidos para o Rio de Janeiro vinte e cinco aprendizes, permaneceram na Companhia sessenta e quatro meninos, número bem inferior ao efetivo completo de duzentos aprendizes. Não consta no relatório referente a esse ano nenhuma morte, dispensa ou deserção. Mas em fevereiro, o Capitão do Porto enviou um ofício ao juiz municipal de Fortaleza pedindo a liberação de um aprendiz que estava preso na cadeia. O menino, cujo nome não foi informado, desertara dias antes da Companhia. Deve ter sido levado ao delegado de polícia por algum delito que cometeu durante sua fuga, já que, no despacho, o Juiz ordenou a entrega do menino ao comandante da CAM, “logo que tenha cumprido a pena que lhe foi imposta”.⁴⁹⁰

Nota-se que o comandante da Companhia cuidava para tentar resolver internamente os problemas de indisciplina e deserção dos garotos. Somente quando não havia formas de reaver os meninos, o Capitão do Porto era informado para tomar as providências cabíveis legalmente. Além disso, permanecendo na cidade, era muito provável que a fuga resultasse em captura. Primeiro, porque era difícil conseguir esconderijo duradouro, já que para isso seria preciso uma rede maior de apoiadores ou cúmplices. Depois porque, ainda que fosse possível se misturar à massa de meninos trabalhadores e jornaleiros que habitava em Fortaleza, a ausência de informações sobre possíveis bicos, possibilidades de conseguir comida e abrigo contribuía para o insucesso da deserção. Como fugitivo, os lugares de esmolar – a porta da igreja ou a entrada do mercado – ficavam vetados, já que o aprendiz seria rapidamente reconhecido. Sobravam os pequenos furtos para aplacar a fome e/ou financiar uma fuga para local mais distante. Mesmo assim, a incerteza dos caminhos tornava a vida do pequeno desertor sempre vulnerável às denúncias e às incursões policiais.

Foi esse o fado do jovem Joaquim José do Nascimento, que entrou na Companhia por ordem do presidente da Província em fevereiro de 1881, depois de ter sido considerado apto

⁴⁸⁹ Relatório do Presidente de Província do Ceará André Augusto de Pádua Fleury. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881, p.32.

⁴⁹⁰ Ofícios. **A Constituição**, ed. 33, p.2, 13 Fev. 1872.

ao serviço.⁴⁹¹ Conseguiu escapar do comandante e ir mais longe que a maioria de seus colegas aprendizes. Mas algumas semanas depois de sua fuga, foi descoberto pelo delegado de polícia de Baturité, distante cem quilômetros de Fortaleza. Ali fora preso em setembro de 1883, requisitado pelo capitão do porto e reconduzido ao quartel da CAM.⁴⁹²

Desses pequenos fragmentos, impossíveis de reconstruir passo a passo, pode-se retirar dois aspectos importantes. As tentativas de deserção dos aprendizes marinhos não eram ações impulsivas ou de imediata resposta aos castigos experienciados no cotidiano institucional. A vida no recolhimento era difícil. Trabalho, silêncio, vigilância, agressão. O mais difícil, contudo, era a privação da liberdade. Recorrente na literatura e nos relatórios das instituições, a vontade de estar “fora”, as saídas sem permissão ou mesmo as fugas calculadas foram formas bem eloquentes de contrariar o recolhimento, de romper as fronteiras físicas e simbólicas que cerceavam as crianças institucionalizadas. Contudo, elas não aconteceram indistintamente e não correspondem ao “instinto de fuga” que corria nas veias dos meninos pobres, como acreditava o coronel Felino Barroso, pai de Gustavo Barroso.

A primeira questão a ser ponderada é acerca das redes de comunicação instauradas ou restauradas pelos meninos que tentavam fugir. As fugas aconteceriam na dimensão dessas redes. Ainda que não se possa aqui estabelecer qualquer regra ou perfil acerca das deserções, importa destacar que as tentativas de fuga eram mais frequentes entre garotos recém-internados. Isso não significa dizer que todos aqueles que já estavam no recolhimento há mais tempo acabavam por se habituar e não desejavam mais sair. Existiram também aqueles que se alistaram voluntariamente, ainda que em menor quantidade. Indica, isso sim, que era mais possível resgatar contatos e elaborar rotas de fuga contando com ajuda de antigos companheiros, que, em curto prazo, ainda se podiam localizar. O que fazia Joaquim em Baturité? Não se conhece os pormenores da sua captura, mas não seria absurdo imaginar que tentava retornar para casa, se não para família ao menos para redes de convívio anteriores. Tais redes de comunicação, mesmo frágeis e incertas, eram, simultaneamente, oportunidades de auxílio e delação (ou dedução) no processo de fuga/captura. Como o delegado de polícia pôde operar em favor do capitão do porto? Joaquim teria sido descoberto e, pressionado, informara sobre sua procedência e vínculo com a CAM? Ou o capitão do porto, supondo onde localizar o desertor, enviara ofício ao chefe de polícia para prender o aprendiz?

A deserção encarada como crime e os meninos aprendizes vistos como potenciais delinquentes foram pretextos para legitimar as ações policiais na captura de meninos desertores.

⁴⁹¹ Parte Oficial. **Cearense**, ed. 51, p.1, 8 mar. 1881.

⁴⁹² Parte da Polícia. **Cearense**, ed. 203, p.1, 23 set. 1883.

Ações, em geral, tão violentas quanto o recrutamento. Essa “caçada” autorizada de meninos em fuga foi também estudada por José Weyne de Souza, que observou, a partir dos ofícios enviados pelos comandantes da Escola de Aprendizes Marinheiros na década de 1890, a existência de ações combinadas entre os agentes policiais de várias localidades do Ceará para identificar, prender e punir os fugitivos. O teor dos ofícios lembra os anúncios de busca por escravos, que incluíam a data da fuga, o suposto paradeiro e os sinais característicos do procurado. Souza também mencionou a fuga de muitos aprendizes para as matas do Benfica, onde soldados de polícia e oficiais da Marinha empreenderam diversas campanhas de captura.⁴⁹³

Esconder-se na mata parecia ser uma ação imediata, um ato de desespero. Mas nem sempre era assim. Sobre isso, é preciso reiterar que a maioria dos casos não se tratava meramente de fugas desbaratadas. Ali, no matagal do Benfica, havia a possibilidade de se esconder, mas isso não era exatamente o propósito da deserção. O lugar era margeado por chácaras e sítios, onde se poderiam encontrar árvores frutíferas, poços e outras aguadas. Essa mesma região foi bastante utilizada por retirantes da seca, já que restavam, mesmo depois da estiagem, os antigos poços da Companhia de água que abasteceram Fortaleza nas décadas de 1860-70. Além disso, algumas crianças foram deixadas em sítios da região por seus pais para não morrerem de fome. Havendo, pois, uma rota conhecida para as matas do Benfica isso não se deveu, exclusivamente, à geografia do lugar. Ou seja, essa mata pode ter se transformado em ponto de encontro dos desertores, que, afinal, conheciam narrativas sobre os caminhos pelos quais desejavam alcançar a liberdade. O que se pretende sublinhar é que a construção de redes de comunicação foi imprescindível nas relações de fuga e captura dos aprendizes marinheiros.

A segunda questão refere-se às expectativas dos aprendizes marinheiros dentro e fora da Companhia. Discutiu-se que as vantagens propagadas em ser um “homem do mar” foram contrastadas pela difícil realidade das Companhias, nas quais sobravam doenças e castigos e faltavam experiências náuticas relevantes. Anseios e projetos de carreira no interior da Marinha passavam a ser esfacelados antes mesmo dos meninos ingressarem no Corpo de Imperiais Marinheiros. Suas vidas aquarteladas à serviço da Pátria gerariam pouca ou nenhuma satisfação profissional, tendo em vista que o cotidiano no convés não era tão diferente da rotina no recolhimento. Eles não ignoravam isso. Sair era uma resistência, mas escapar da CAM não era o objetivo final e sim o ponto de partida da deserção. Desejavam abrir outras possibilidades. Com isso não se pretende superestimar a racionalidade da fuga, como se todo aprendiz desertor tivesse planejado suas rotas, seu novo emprego, seu próximo endereço ou qualquer coisa nesse

⁴⁹³ SOUZA, 2004.

sentido. O que se quer trazer à análise é a não-obviedade da deserção. A fuga, embora frequente na Companhia, não era a resposta mais pronta às estruturas do recolhimento. As tentativas de deserção faziam parte do aprendizado da resistência, seus (in)sucessos compuseram as feições sentimentais em torno da liberdade, da esperança e do mundo fora do recolhimento. É indiscutível que a experiência da deserção (ou das tentativas) vivida, narrada ou desejada se incorporou ao *ethos* da infância recolhida.

Privados da liberdade, as crianças desertoras da Marinha também imaginaram, viveram e consumiram a cidade que se abria com a fuga. Os relatos sobre marinheiros que se envolviam em brigas, bebedeiras e jogos de azar foram abundantes no século XIX. Silvana Jeha tratou do Rio de Janeiro do século XIX como uma “cidade-encruzilhada”, local de confluência de muitos marinheiros, advindos dos mais diversos portos do mundo, que conferia aos becos da Corte um caráter verdadeiramente cosmopolita. Essa gente de passagem que preenchia as páginas policiais dos jornais da época conheceu um contínuo processo de estigmatização, sendo identificada como gente perigosa. Por essa razão, Jeha estabeleceu uma relação entre os homens do mar e os orixás do candomblé, que na *encruzilhada*, deixaram marcas de suas contradições. Publicamente marginalizados, marujos e exus foram também reconhecidos por seus sofrimentos, trabalhos e proteções no mundo dos oprimidos, na história dos subalternos. A cidade frequentada pela marujada era, segundo a autora, uma cidade-limiar, caracterizada pela fluidez das relações sociais. Mas, ao mesmo tempo, guardava aspectos nobres da vida de marinheiro (cosmopolitismo, solidariedade, empatia), bem como sua solidão – escamoteada pela força das narrativas de amores fugazes e de uso da prostituição.⁴⁹⁴

A análise apresentada por Silvana Jeha ajuda a perceber os meninos desertores para além de seus enfrentamentos com a força policial. A própria definição de “desertor” ganhava, instantaneamente, uma conotação negativa, associando o menino que fugira do recolhimento à delinquência, à desordem, ao perigo. Se fugiu, era incorrigível e, assim, era caso de polícia. Uma concepção que deslocava as razões da assistência à “infância desvalida”, diminuindo cada vez mais a ideia de proteção e amparo e enrijecendo as medidas de combate à vadiagem.

As rotas improvisadas da fuga eram construídas não a partir do conhecimento geográfico da cidade, mas a partir de uma cartografia imaginada, baseada em relatos das capturas, em pequenos trechos de ruas e becos já conhecidos de forma desconexa, em rumores sobre espaços escuros e desertos. Assim, chegavam ao Benfica. Alguns foram pegos no Outeiro, não longe da praia, talvez tentando se infiltrar na gente anônima dos areais de Fortaleza. Dessa

⁴⁹⁴ JEHA, Silvana Cassab. A cidade-encruzilhada: o Rio de Janeiro dos marinheiros, século XIX. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.9, p.77-89, 2015.

forma, os meninos aprendizes também iam construindo sua *encruzilhada*, numa cidade cujo processo “modernizador” os empurrava para as margens. Mesmo essa cidade sensível⁴⁹⁵ – materialmente diferente e distintamente praticada, composta de sítios ermos, matas, becos e por pessoas estigmatizadas – era negada às crianças recolhidas. Seu espaço permitido era intramuros, lugar definido e observado pelos cidadãos como aparelho de progresso. Cidade negada, mas não inatingível.

Afora os intentos de fuga, as saídas sem permissão também podem ser observadas na complexidade das relações institucionais, que embora defendessem o isolamento, jamais conseguiram assegurar o rompimento entre recolhimento e cidade. O relatório apresentado em 1876 mostrou que foram alistados catorze novos aprendizes naquele ano, quinze cumpriram seu tempo de treinamento e foram remetidos à Corte, dois morreram na Santa Casa e dois fugiram, mas um deles retornou sozinho. A única informação sobre essa ausência é que durou dois dias.⁴⁹⁶ O menino saiu do quartel e, por algum motivo, apresentou-se ao comandante, mesmo sabendo que seria punido – ainda que seu retorno voluntário pudesse funcionar como atenuante na hora do castigo. O fato de ter voltado, leva a pensar que não se tratava de uma tentativa de deserção, mas de uma quebra no cronograma do recolhimento. Diversas pesquisas têm mostrado que isso não era incomum na vida dos aprendizes marinheiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX.⁴⁹⁷ Várias foram as ocorrências de meninos que saíam, atraídos pelo movimento da cidade, por alguma sociabilidade desejada, com a intenção de conseguir álcool ou cigarros, ou mesmo para tentar contato com algum parente ou amigo. Voltavam, eram punidos e reincidiam.

Garotos internados forjaram suas relações com o espaço urbano e, continuamente, impossibilitaram o isolamento. Depois de cinco anos na direção do Colégio de Educandos Artífices, padre Antônio de Braveza, desejando combater as críticas a ele dirigida por alguns jornalistas e tentando convencer o presidente da província a investir mais na Casa, afirmou que “a prova mais evidente sobre a moralidade e bom comportamento dos educandos artífices é que

⁴⁹⁵ PESAVENTO, 2007.

⁴⁹⁶ Relatório do Capitão do Porto José da Cunha. *In*: Fala do Presidente de Província do Ceará Francisco de Faria Lemos. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1876, p.5 [Anexos]

⁴⁹⁷ BARRETO NETO tratou do cotidiano de aprendizes marinheiros em Salvador, indicando as andanças dos meninos na cidade e suas interações no mercado e no cais do porto. *Cf.*: BARRETO NETO, Raul Coelho. Transpondo muros e regras: os aprendizes marinheiros da Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n. 2, dez. 2009. MARQUES e PANDINI analisaram a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Paraná e mostraram as resistências dos meninos alistados a força, *Cf.*: MARQUES, Vera; PANDINI, Sílvia. Feios, sujos e malvados: Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

na estatística criminal da província não tem até hoje figurado o nome de um só educando!”⁴⁹⁸ Entretanto, seus escritos faziam notar um estado permanente de suspeição quanto aos garotos internados. No início de sua atuação como diretor, fez pesquisa de campo no Colégio de Educandos Artífices do Maranhão, enviou uma longa lista de solicitações para o Governo Provincial – quase toda ignorada – e parecia bem empolgado. Em 1861, o presidente de província Nunes Gonçalves parabenizava “o respeitável ancião que exerce o cargo de diretor”, e reconhecia os grandes esforços de Braveza para “extirpar os atos de turbulência e os vícios ali enveredados”.⁴⁹⁹ Embora o padre comemorasse a inexistência de ocorrências policiais entre seus discípulos, jamais deixou de mencionar as dificuldades disciplinares. A ordem, dizia no relatório de 1864, “está mais ou menos plantada, se não quanto era para desejar, pelo menos tanto quanto permitem nossas acanhadas circunstâncias”. Braveza temia que os meninos vendessem os utensílios das oficinas e, como se viu, insistia em aumentar muros e tampar janelas. Substituindo Braveza na direção, padre Florêncio Pinto expunha seus esforços para “regularizar as relações dos educandos com os externos”.⁵⁰⁰ Como as poucas saídas eram permitidas apenas para os monitores e componentes da banda de música em serviço, as crianças burlavam a vigilância e mantinham contatos com pessoas externas, talvez até com seus parentes, já que muitos entre eles eram naturais de Fortaleza. Não foi detectado nenhum registro de fuga do Colégio de Artífices, mas as saídas sem permissão e as conversas com estranhos foram repetidamente combatidas. No recolhimento a cidade era perscrutada.

Outros aspectos podem ser acrescentados à análise das resistências. Quando E.P. Thompson escreveu sobre o fazer-se da classe operária inglesa nos séculos XVIII e XIX deu especial atenção às relações de exploração no longo processo de formação da consciência de uma identidade de classe, ou da organização de diferentes grupos de trabalhadores contra os interesses de patrões, empregadores, açambarcadores. Fez notar que “a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sobre formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal”.⁵⁰¹ A percepção das injustiças pelos grupos oprimidos é importante pauta no estudo sobre a classe trabalhadora. Particularmente sobre a

⁴⁹⁸ Relatório do padre Antônio Nogueira de Braveza. *In*: Relatório do Presidente de Província Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva, 1864, p. 1 [Anexos].

⁴⁹⁹ Relatório do Presidente de Província do Ceará Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. Fortaleza: Tipografia Brasileira de Paiva & Cia, 1861, p. 10.

⁵⁰⁰ Relatório do diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará Pe. Florêncio Almeida Pinto. *In*: Relatório do Presidente de Província do Ceará Lafayette Rodrigues Pereira. Fortaleza: Tipografia Brasileira de J. Evangelista, 1865. P. 11 [Anexos].

⁵⁰¹ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A maldição de Adão, v. II, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 28.

realidade inglesa, Thompson entendeu que muitos conflitos foram gerados muito mais por choques e mudanças nos padrões culturais durante a Revolução Industrial (como a perda de costumes, a ameaça a alguns valores ou tradições populares) do que pelas questões materiais simplesmente (baixos salários, alimentação precária). Ou seja, as resistências mais enfáticas giravam em torno dos sentimentos de justiça, dignidade, respeito. Nesse sentido, entende-se que é relevante para o estudo das crianças em instituições de recolhimento abordar esses sentimentos de exploração não arraigados nas condições óbvias de desigualdade material, mas próprios das elaborações partilhadas sobre dever/direito, aceitável/insuportável, autoridade/autonomia.

Sob estes argumentos, é possível fazer uma análise das resistências sutis que geravam as tensões e suspeições mútuas no cotidiano do Colégio de Educandos Artífices. Entre meados de 1860 e o início de 1862 padre Braveza conseguiu aprovar, junto a Presidência da Província, o contrato de Virgílio Marciano Pereira, educando do Colégio de Artífices do Maranhão e engajado no Colégio de Fortaleza como auxiliar do diretor, recebendo para isso um pequeno ordenado. Padre Braveza, ao solicitar a renovação de contrato do ajudante, em 1861, escrevera que seus serviços eram indispensáveis ao andamento da instituição, principalmente porque fazia uso de suas experiências na organização do ensino profissional em estabelecimento semelhante. Virgílio cuidava da escrituração, tinha liberdade para sugerir alterações na logística da Casa e, junto com o diretor, implantou um novo regimento interno, com horários estabelecidos, grupos de trabalho, atividades de desporto e ocupações “sadias” do tempo livre. Sua atuação no Colégio foi tão significativa que, no mesmo ano em que seu contrato foi renovado, um decreto aprovado pela Assembleia Provincial aboliu o cargo de vice-diretor do Colégio. Possivelmente, porque o jovem Virgílio fazia o mesmo trabalho por um custo bem menor. Contudo, alguns fragmentos de jornais deixam transparecer a animosidade causada pelas medidas do novo funcionário.

Os alunos se queixaram das “sevícias, caprichos e vontades do moço”, que teria se instalado na Casa “com honras de diretor suplente”. Esta informação foi encontrada no relato de uma visita ao Colégio publicada no jornal *Cearense* em julho de 1861. “O Visitante”, que escolheu não se identificar, ficou impactado com a situação do Colégio, onde, segundo ele, encontrou um pátio imundo, um quintal cheio de mato, sem árvores ou horta, uma cozinha péssima e empregados mal vestidos e “em tudo o mais que se chama governo doméstico não parece haver o menor gosto”. Resolveu, então, conversar com os internos, que teriam revelado sobre Virgílio “muitas faltas por demais desconvenientes [sic] ao Colégio”. Concluiu de sua audiência com os garotos que o rapaz maranhense não era “o espécime que possa contribuir

para a honra do estabelecimento”.⁵⁰² O Visitante não esclareceu quais tipos de sevícias Virgílio estaria cometendo com os meninos artífices. Mas sua publicação teve repercussão inesperada, inserida que estava numa intricada discussão sobre os cargos no Colégio de Educandos. Antes, porém, de tratar dos comentários que se seguiram, a ação dos meninos vale uma nota: Como é desconhecida a identidade do visitante, não é possível saber se fazia ou não parte do convívio do Colégio; se era alguém em que os artífices podiam confiar para fazer tais denúncias. No entanto, ainda que correndo o risco de serem punidos por essa “delação”, os meninos entenderam que aquele era um canal possível de fala. Como esse diálogo se processou, é impossível dizer. Mas o que os garotos aproveitaram foi uma oportunidade de tornar públicas condições e vivências do âmbito privado do Colégio, do regimento que não contrariava o Regulamento aprovado pela Assembleia, mas que inseria formas de fazer o recolhimento, inferindo diretamente na vida dos educandos. Estas formas de fazer consideradas, pois, abusivas foram atreladas à presença de Virgílio.

Os empregos públicos eram uma seara de barganha e favores políticos, cujas nomeações, raras vezes precedidas de concursos, serviam para aumentar a rede de influência do executivo e do legislativo. O lugar de Virgílio como uma espécie de diretor substituto, agradou a maioria dos deputados que reclamava das despesas do Colégio, mas parece ter incomodado algumas figuras de menor escalão que, aparentemente, estariam interessadas no cargo de vice-diretor, considerado inútil depois do contrato com o educando importado. Na mesma semana da publicação acima mencionada, o próprio Virgílio já havia respondido, através de uma carta enviada ao jornal *Pedro II*, às críticas que o *Cearense* fazia contra ele, questionando sua competência para gerir o Colégio nas ausências esporádicas de Padre Braveza. Virgílio, sentindo sua reputação abalada, escreveu indignado: “Aqueles palavras que parecem reticências malignas pedem explicações”.⁵⁰³

O assunto deve ter gerado certo burburinho no interior do Colégio. Os meninos não ficaram alheios a essas contestações e, ao seu modo, entraram nas relações de forças que envolviam a gerência da Casa, que, enfim, envolviam a gerência de suas vidas. A situação piorou quando, no dia seguinte, o jornal *Pedro II* transcreveu um debate que corria na Assembleia Legislativa sobre algumas alterações no regulamento do Colégio, incluindo o contrato de Virgílio, que não tinha definição específica e passaria a ter função de secretário. Na ocasião, o deputado Silva Guimarães, lembrou que havia votado contra o engajamento do moço,

⁵⁰² Colégio de Educandos. **Cearense**, ed. 1462, p. 4, 30 jul. 1861.

⁵⁰³ Correspondência. **Pedro II**, ed. 171, p. 3, 26 jul. 1861.

já que era dever do Diretor encontrar meios para moralizar os educandos, sem a necessidade de transferir essa responsabilidade a outrem. Nas palavras do deputado:

Esse rapaz pouco depois de aprovado seu contrato, considerando como rivais alguns educandos mais crescidos que tinha na casa, tratou de exercer maus tratos para com eles. No posto em que estava no Colégio, esse moço não quis ter rival naquela vizinhança, **queria ser o dono exclusivo de tudo quanto havia de prostituição por ali**. Em breve caiu atacado horrivelmente de sífilis e aquele que vinha moralizar o colégio estava inteiramente tolhido pela desmoralização. **Fugia do Colégio. Não dormia lá**. O diretor soube disso e lhe repreendeu, mas ele só se coibiu depois que pegou o gálico de que foi curado pelo medicamento. Mas não é só isso; porque enfim é um rapaz e tem paixões ardentes, mas castigar aqueles que ele supunha seus rivais nos amores indiscretos e indecentes é que é imperdoável. Depois desse procedimento sei que o diretor do colégio não tem mais confiança nele e o conserva não sei por que atenção.⁵⁰⁴

O caso de Virgílio, escancarado assim na primeira página do jornal mais lido de Fortaleza, deve ter produzido muitas especulações, muito falatório dentro e fora do Colégio, além de pôr em relevo uma questão essencial para os educandos: a legitimidade do lugar de mando do Virgílio. Contrariados com as normas estabelecidas no Colégio, apropriadas de outra instituição de recolhimento, os garotos entraram na disputa porque a chegada de Virgílio interferiu nas redes de socialização e interações entre os educandos, mexendo inclusive com a noção de primazia no Colégio. Alguns garotos mais velhos, que assumiam a monitoria das oficinas, ajudavam a regular os comportamentos à mesa e nos dormitórios – que também criavam suas formas de troca e favores – sentiram-se preteridos pelo destaque conferido a Virgílio na organização da Casa. O que os fragmentos dessa história demonstram é que a aversão dos educandos se dava mais à autoridade do novo interno do que às ideias trazidas por ele. Daí, as tentativas de expor os “problemas morais” de Virgílio, quando sabiam os meninos que reclamações acerca de horários, trabalhos, leituras e ginástica nenhuma atenção receberiam da comunidade externa. Esse vice-diretor “ilegítimo” afetava padrões de organização da Casa, quebrava rotinas e costumes já estabelecidos e ainda corroía lideranças internas e suas lógicas de funcionamento.

Particularmente importante é observar a relação de Virgílio com o entorno do Colégio. Sua condição dentro da casa era ambígua. Ele mandava, dava palpites, mas era recolhido. Como os outros, precisava de autorização para sair do Colégio. Suas habilidades o renderam uma ascensão social importante. Afinal ele deixou de ser um menino órfão, artífice e recolhido numa instituição voltada ao trabalho em sua província natal e passou a ser um funcionário com poder de interferir na vida de outros garotos que, como ele, conheciam a vida institucionalizada. Sabia o discurso oculto e manejava muito bem o discurso público que

⁵⁰⁴ Assembleia Legislativa Provincial. **Pedro II**, ed. 173, p. 1, 31 de jul. 1861.

entrecruzava o recolhimento. Contudo, era um jovem de vinte e poucos anos que demandava liberdade. A cidade, então, se apresentava para ele como uma antítese do recolhimento. Buscou os becos, as noites, as prostitutas no desejo de desatar seu corpo e sua energia de garoto recolhido. Encontrou a resistência de seus colegas internos, que expuseram suas contradições.

As ações fortuitas, rápidas e anônimas eram, certamente, a substância da resistência infantil nas instituições aqui estudadas. No mesmo pronunciamento em que Silva Guimarães quebrou a privacidade do Colégio e revelou a sífilis de Virgílio Pereira, fez ver os modos de resistir das crianças ali recolhidas. Segundo o deputado, o moço Virgílio tentava seduzir para “fins libidinosos” uma rapariga ingênua desta cidade. Ele escrevia versos “impudicos, indecente e luxuriosos” que foram apanhados pelos meninos, “passaram de mão em mão” até chegar ao diretor.⁵⁰⁵ Além da oportunidade de atingir a moral de Virgílio, a leitura dos versos proibidos deve ter rendido muitos confábulos e risadas aos garotos que investigavam a vida amorosa de seu “algoz”.

Da discussão que se seguiu na Assembleia chegou-se à conclusão que Virgílio permaneceria no cargo como amanuense e que o posto de vice-diretor ficava extinto porque era oneroso e não havia candidato capacitado para o cargo que quisesse dormir no Colégio. Ficou registrado que o garoto não deveria ser responsável pelos meninos e que o diretor faria o possível para ausentar-se do Colégio apenas quando ali estivesse o professor de primeiras letras. Entretanto, as pressões contra Virgílio só aumentaram e os meninos intensificaram suas resistências. Em março de 1862 ele pediu para sair do Colégio e voltou ao Maranhão.⁵⁰⁶ Antes de sua partida publicou uma carta de despedida aos educandos, na qual lamentava deixar o Colégio e dizia: “Sei que deixo todos vós de má vontade a mim, porém isso não me contrista porque tudo foi causado pela vossa pouca idade e nos momentos justamente em que eu procurava ser vos útil.”⁵⁰⁷ Aconselhando que os garotos fossem mais fraternos e obedientes para encontrar a felicidade, Virgílio deixou transparecer seu cansaço frente a obstinada oposição dos educandos.

Se, por um lado, a saída de Virgílio representou um ganho simbólico dos meninos na ordenação do espaço/tempo do Colégio de Artífices, por outro acabou direcionando mais olhares ao ambiente privado da Casa. Uma visita feita pelo redator do jornal *O Sol* em dezembro de 1862 gerou uma publicação pouco elogiosa ao padre Braveza, novamente acusado de “frouxidão” com os internos. O texto mencionava a falta de vigilância que havia no Colégio, já

⁵⁰⁵ Assembleia Legislativa Provincial. **Pedro II**, ed. 173, p. 1, 31 jul. 1861.

⁵⁰⁶ Parte Oficial. **Pedro II**, ed. 72, p. 1, 29 mar. 1862.

⁵⁰⁷ A Pedido. **Pedro II**, ed. 66, p.3, 21 mar. 1862.

que todos os portões estavam desprovidos de guardas. Anunciava a sujeira dos dormitórios, onde “as camas se espalhavam a esmo e mais apresentam um quadro de um navio que acaba de naufragar”.⁵⁰⁸ Os jornais reforçavam a constante preocupação em impedir a mobilidade e a autonomia dos garotos recolhidos, discursos que cobravam do Estado regulação mais incisiva com relação à infância pobre e que pareciam autorizar a intromissão de pessoas que, diretamente, nada tinham a ver com o Colégio. Tantos latejos, críticas e cobranças sobre a dinâmica do Colégio de Educandos revelam o quanto o recolhimento era ensaiado pelos grupos dominantes na tentativa de neutralizar ações de liberdade das camadas populares. Os meninos deveriam ser contidos.

Um conjunto de medidas para controlar as crianças mostrava que as formas de burlar a vigilância eram um aprendizado constante. Suas interações com o mundo externo aconteciam dentro e fora do recolhimento: os meninos tentavam comercializar instrumentos de trabalho, tentavam se aproximar de prostitutas, obtinham informações sobre o movimento das ruas, capturavam pedaços da cidade por entre grades e janelas. O padre tentava regular as ações dos criados e mestres de ofícios do Colégio. Quando assumiu a direção, Florêncio de Almeida Pinto substituiu o cozinheiro, despediu o barbeiro e anunciou nos jornais a contratação de um novo criado, “preferindo estrangeiro ou escravo”.⁵⁰⁹ Esses ajustes tinham a intenção de romper redes de troca já estabelecidas pelos meninos e empregados à revelia da direção. A opção por estrangeiro ou escravo também era um jeito de inibir a entrada de pessoas que já fizessem parte do convívio dos garotos internados. Embora vários meninos viessem do interior da Província, a maioria era mesmo de Fortaleza. Assim, o padre evitava que algum parente ou conhecido dos garotos participasse do cotidiano do recolhimento, numa clara tentativa de suprimir alguma cumplicidade ou empatia entre criados e educandos.

Cada vez mais incrementavam-se medidas de controle, muitas delas visíveis na paisagem do recolhimento. Medidas que dialogavam com o crescimento material da cidade e suas inovações. O comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros demandou muitas vezes a iluminação pública nas redondezas do quartel. Até 1872 não havia nenhuma luz artificial no entorno da CAM, data em que, por insistência do Capitão do Porto, a presidência da província emitiu ordem para que a companhia de gás instalasse seis combustores em frente às casas que serviam de quartel dos aprendizes.⁵¹⁰ Dois anos depois foram iniciadas as obras de

⁵⁰⁸ Colégio de Educandos. **O Sol**, ed. 308, p.3, 28 dez. 1862.

⁵⁰⁹ Anúncios. **A Constituição**, ed. 119, p.3, 23 jun. 1866.

⁵¹⁰ Parte Oficial. **A Constituição**, ed. 32, p.1, 11 fev. 1872.

encanamento para que o pátio da Companhia também tivesse iluminação a gás.⁵¹¹ Eram constantes as reclamações sobre o mal funcionamento dos combustores da CAM, além dos inúmeros pedidos de ampliação da iluminação pública para que toda a região próxima à Capitania do Porto fosse melhor vigiada.⁵¹² Tais providências eram ações de profilaxia das fugas dos aprendizes marinheiros, que, normalmente aconteciam à noite, quando os meninos evadiam-se pelas janelas – expressão usada nos relatórios da CAM.

A noite era particularmente atraente para as ações transgressoras do recolhimento. Não só por causa da pouca luz para chegar à janela e “evadir-se”, mas também porque era um momento de descanso dos guardas, vigias, padres e freiras que passavam o dia inteiro exercitando sua aparência hegemônica. Mesmo quando as resistências permaneciam muito longe da fuga, a noite agregava encontros fortuitos, animava um tempo não consumido pelo trabalho e ocasionava, discretamente, a vitalidade juvenil do corpo recolhido. Era, então, no (quase) silêncio dos dormitórios que se cultivavam as sutis desobediências, não só nas práticas sexuais, mas na reverberação do *discurso oculto*.⁵¹³

A ausência de informes, ofícios ou mesmo de regulamentação do poder público no recolhimento de órfãs no Colégio da Imaculada Conceição torna difícil a análise das formas de resistências das meninas sob responsabilidade das Vicentinas. O que se pode dizer sobre isso é que astúcias, mexericos e segredos eram ferramentas usuais para não sucumbir às dores, saudades e castigos da vida recolhida. Lamentavelmente, as poucas fontes possíveis de localizar dizem mais sobre a vida das meninas ricas e, apenas tangencialmente, dão a ver qualquer detalhe sobre o cotidiano das órfãs. De toda forma, ainda é possível entrever, entre tensões e medos, indícios de resistência na vida coletiva do internato. Já se observou o relato de uma garota que apresentou à sua mãe os meios disciplinares das Irmãs que legitimavam castigos físicos no Colégio da Imaculada. Excepcionalmente, a fala das internas ganhava visibilidade, especialmente porque o recolhimento de meninas era condicionado pelas relações de gênero nos oitocentos. Assim, existiam poucos canais de comunicação para as mulheres e mesmo para as pensionistas ricas do Colégio a família sequer pôde ser tomada como escudo para dar vazão aos incômodos e rebeldias.

Uma carta transcrita na revista *Constelação* – publicação anual das alunas do Colégio da Imaculada Conceição iniciada na década de 1930 – contém muitos elementos úteis à análise das tentativas de romper o internamento e das infrutíferas demonstrações de

⁵¹¹ Ofícios. **A Constituição**, ed. 161, p.1, 18 dez. 1874.

⁵¹² Ofícios. **A Constituição**, ed. 79, p.1, 15 jul. 1875.

⁵¹³ Scott, 2013.

desconsolo e saudade. Com autorização da educanda, mas sem citar nomes, as colegas publicaram em 1937 uma resposta que a menina recebeu de seu pai após inúmeras cartas antes enviadas. O pai começou pedindo desculpas pela demora em responder, o que, a julgar pelo teor da carta, foi proposital. As frases educadas e afetuosas veladamente continham certo grau de indiferença com as “sentimentalidades exageradas” da menina que pedia para ser retirada do Colégio. Ficava registrada ali a impossibilidade de compreender as minúcias do internamento, bem como a angústia da narradora em não conseguir comunicar suas dores. Oportuno selecionar um trecho desta carta:

Pensas demais em nós, na tua volta e nas férias. Isto distrai tua atenção aos estudos. Certo que não poderás de vez alijar estas tendências sentimentais, mas deve sopitá-las em benefício do teu futuro. **Não chores, não te aflija, nada de sofreguidão!** Tudo chegará, pois o tempo voa. E quando tiveres concluído teus estudos e possuíres a liberdade que julgas te ter roubado o Colégio, suspirarás, com certeza, pelos teus bons tempos de estudante. (...) Fui para o seminário com doze anos. Hoje lembro-me com saudades dos dias que ali passei, distante das maldades e dos dissabores da vida. Contigo sucederá o mesmo. Procura, pois, passar docemente estes belos dias de internato. (...) Tenho implicado com uma expressão que empregas e que Ivone também prevê: “aqui na solidão do Colégio”... **Mas que solidão é esta em casa de educação com trezentas alunas?** É um erro de expressão e denuncia um estado de alma angustioso! É preciso acabar com a falsa concepção em que a vida em colégio seja árida.⁵¹⁴

A razão da missiva foi a vontade do pai de provar para menina que sua situação de estudante era privilegiada e que não havia motivos para queixas. As palavras que se repetiam nas cartas enviadas pela filha – sofrimento, solidão, falta de liberdade – eram rebatidas, julgadas como sendo um mal da idade. O próprio pai, recolhido que fora no Seminário, já conseguia ressignificar suas experiências, que o tempo e o pragmatismo fizeram cair no esquecimento. As palavras da menina eram, naquele contexto, inúteis. Porém, de modo algum desprezíveis.

Há inicialmente uma obviedade sobre a condição social da colegial. Junto à carta, o pai lhe remetia presentes, livros de Machado de Assis para o melhor aproveitamento de seu tempo. Nos idos da década de 1930, tudo transcorria de forma muito diversa que no século antecedente. A garota da carta tinha uma carreira a seguir! Embora educada para ser boa mãe e mulher exemplar, sabia que, ao sair do Colégio, outras possibilidades se abriam e que seu leque de escolhas – anacronicamente considerado hoje como restrito – era muito mais aberto que a de qualquer menina órfã internada no CIC cinquenta anos antes ou mesmo naquele exato instante em que escrevia ao pai. Entretanto, é sobre certa estrutura sentimental do recolhimento que trata, para fins de análise histórica, esta correspondência capturada.

⁵¹⁴ Clarões do Lar. **Constelação**. Fortaleza, Ano 1, n 1, p.8, dez. 1937. Acervo da Biblioteca do Colégio da Imaculada Conceição.

Longe de pensar que os sentimentos são perpetuados ou compartilhados independentes das condições de classe, o uso que esta escrita deseja fazer da fonte selecionada é a observação que o internamento provocou nas meninas mais silenciamentos do que momentos de incontestável rebeldia. Ali, onde tudo era velado, as resistências também foram. Havia a certeza de que, mesmo as meninas pobres de infância “corrompida” pelos costumes “depravados” dos pais podiam ser mais facilmente domadas que os meninos. Elas quase nunca foram tidas como incorrigíveis. As considerações sobre as órfãs, como já se demonstrou, versavam sobre sua fragilidade e vulnerabilidade diante da prostituição e, claro, sobre a utilidade de sua mão de obra no serviço doméstico. Isso, de alguma forma, afetava as maneiras de suas resistências. Não fugiram! E se fugissem, não seriam, de imediato, consideradas um perigo à propriedade e à integridade física dos ricos. A presença de mulheres e crianças soltas na cidade era mais lida como afronta aos “bons costumes”, em operações que estigmatizavam as lavadeiras, as feirantes e as “mulheres de beco”.⁵¹⁵ Assim, as formas como as meninas conseguiam (ou não) comunicar sua existência no recolhimento também afetaram as formas que encontraram para se defender e resistir. A fuga não era comum porque elas sabiam dos perigos da rua; precisavam, sobremaneira, de uma ampla rede de apoio para trabalhar e conseguir abrigo fora do recolhimento. Então, considerando os sentimentos expostos pela garota da carta, a primeira grande resistência das meninas no Colégio era quebrar a solidão. Ou seja, construir no meio daquela vida coletivizada – em grau muito maior para as órfãs, que não tinham sequer roupas próprias – uma comunidade de proteção e confiança. Afinal, esta era a grande contradição do recolhimento.

Retornando à indagação da carta – como, no meio de tantas garotas, a solidão era um problema – chega-se ao sistema de proibições, ao silêncio imposto, à postura física e espiritual modelada pelas freiras. Na contramão, vê-se os burburinhos, sussurros impróprios, gestos condenados. Numa passagem do romance *A Afilhada*, Oliveira Paiva criou uma fresta para a intimidade das colegiais do internato. Ali, na aridez do Colégio, meninas gritavam e pulavam às escondidas, “estirando a língua pelas costas da Irmã, inventando histórias e “fazendo caretas ao São Vicente no recreio”.⁵¹⁶ Para que isso tivesse sentido, para que funcionasse como rebeldia, era imprescindível uma plateia inevitavelmente cúmplice e solidária às necessidades de extravasar a raiva e injuriar as Irmãs.

⁵¹⁵ Gustavo Barroso mencionou que as mulheres cujos comportamentos não estavam dentro do esperado pelos padrões aburguesados e cristãos de moralidade em Fortaleza eram, geralmente, denominadas depreciativamente de “mulheres de beco”. Cf: Barroso, G. **Coração de Menino**, 1989, p. 109.

⁵¹⁶ PAIVA, Oliveira. **A Afilhada**, p. 170.

Outras maneiras plausíveis de contrariar à ordem disciplinar do internato foram mencionadas por Rachel de Queiroz em romance já visitado neste texto: meninas ricas trocavam cartas com pessoas externas sempre que uma delas conseguia permissão para visitar a família, meninas pobres bordavam para si pedacinhos pequenos de tecidos que guardavam como tesouros escondidos das freiras, todas elas desobedeciam ao toque de dormir e ficavam cochichando pertinho até altas horas, os amores secretos de alguma alimentavam a curiosidade de todas, que criavam suas próprias novelas com personagens mais imaginados do que reais.

Estas eram condutas ocultas que demonstram a importância de um espaço de resistência criado sob o peso das estruturas de dominação, no qual o segredo funcionava como aversão aos parâmetros disciplinares instituídos e, simultaneamente, como autoafirmação de dignidade. Por isso, a existência entre as meninas das “panelinhas” – pequenos grupos que fracionavam a experiência coletivizada do recolhimento. À primeira vista, pode se insinuar uma contradição: As meninas que experimentavam as mesmas condições de subordinação não demonstravam elos de convergência contra o autoritarismo que sofriam. Entretanto, esta é uma questão elementar na produção das resistências. Quanto maior o público, menor o poder de autonomia e de vazão do caráter velado das rejeições. Assim, a confiança e a cumplicidade de pequenos grupos de meninas, que pareciam marcados por rivalidades e fofocas, eram, paradoxalmente, ferramentas fundamentais no sentimento difuso de reprovação e hostilidade com relação às Irmãs do Colégio, pelo menos com relação à maioria delas.

Aliás, fofocas e boatos foram precisos instrumentos de resistência dentro e fora do Colégio. Sabe-se que a fofoca tem importante caráter educativo e de delimitação identitária de um grupo de convívio, como bem demonstrou Claudia Fonseca. De alguma forma, a fofoca – invenção ou divulgação de um comportamento alheio – pode inferir sobre a reputação e imagem pública de uma pessoa. Além disso, serve como mecanismo de comunicação de valores, de condutas lisonjeiras e detestáveis, sendo, por si, reação segura, já que fundamentada no anonimato e nos lastros das revelações pseudo-sigilosas.⁵¹⁷ A imagem caricata das Congregadas de São Vicente, o sotaque francês característico das primeiras diretoras (Irmã Bazet – primeira madre superiora que dirigiu o Colégio até 1882 – e Irmã Gagné – diretora entre 1882 e 1917), o hábito de corneta que emolduravam seus rostos foram, no Ceará, motivos de gracejos que confrontavam diretamente o ar taciturno de ferrenha autoridade que as Irmãs cultivavam para

⁵¹⁷ FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

si e para seu projeto educacional. Não foram poucas as efemérides jornalísticas que envolviam qualquer pilhéria com relação às freiras francesas em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Certa vez, “um Católico” exigia retratação das “injúrias e calúnias” que circulavam sobre o bispo e sobre as vicentinas “em muitos lugares, notadamente na calçada do Sr. Fiuza, na rua do Garrote”.⁵¹⁸ A localização exata do falatório contra as freiras na intenção do católico que as defendia era uma tentativa de desmoralizar as pessoas envolvidas nas tais calúnias. Mas pôde, a contragosto do denunciante, ter servido de mais munição aos mexericos, fornecendo novas pautas das conversas na referida calçada. Os trajetos das freiras pela cidade, contrastando enormemente com as vestimentas e gestos da população local, eram utilizados para compor uma versão exagerada de suas condutas e hábitos. Dentro do Colégio, o convívio permanente com as Irmãs, tornava mais fácil a captura de seus trejeitos e a imitação de suas maneiras de andar e falar, coisa que, segundo Rachel de Queiroz, divertia as meninas.

O recolhimento das órfãs, como se discutiu, não era a mesma coisa do colégio interno. Marca de uma sujeição muito maior que o cumprimento da rigorosa disciplina das freiras, o recolhimento de meninas “desvalidas” passava sobretudo pela observância do trabalho contínuo e pela permanente imposição da inferioridade enquanto classe social. Exatamente por isso, os espaços secretos de resistência – o boato, o colchão de palha da amiga, as cutucadas por baixo da mesa, as imitações das freiras em espetáculos ocultos e toda sorte de segredos – foram tão importantes quanto qualquer tentativa de fuga ou resistência aberta contra maus tratos e humilhações. Estes espaços eram mais construídos pelo *corpo recolhido* do que pela demarcação e uso físico das dependências do Colégio, embora os locais segregados resultassem em oportunidades extraordinárias de criação do repertório das resistências sutis. Numa das crônicas publicadas na revista *Constelação*, uma ex-aluna recordava um dia em que ela e suas amigas teimaram com a professora e, para estudar o conteúdo de uma prova, foram se esconder na lavanderia – local afastado e muito proibido às educandas. Pouco depois foram surpreendidas por uma Irmã, que as repreendeu e redobrou o carão quando retornaram à sala de aula. Na hora do recreio, deram muitas gargalhadas “quando Anice contou que a Irmã Maria Luiza as procurou até atrás das malas da rouparia”.⁵¹⁹ A anedota da moça rica faz lembrar esses lugares proibidos, circunstanciados pelo trabalho e pelas meninas que o Colégio separava das pensionistas. Ali, na lavanderia, com certeza, era um espaço de atuação das meninas pobres. Mesmo que a vigilância sobre elas fosse excessiva e ríspida, achavam nos meandros de seus

⁵¹⁸ Retratação. **Cearense**, ed. 105, p.4, 24 dez. 1874.

⁵¹⁹ Carta Aberta. **Constelação**. Fortaleza, Ano 1, n 1, p. 20, dez. 1937.

afazeres momentos de fabricação de um código particular de interação e criticidade, que, por suposto, envolvia tanto as Vicentinas quanto as alunas ricas. No século XIX, a cacimba, o riacho, a rouparia, a sala de grude, as pias da cozinha, a copa e o alojamento escuro depois do toque de silêncio eram marcados pela fadiga do trabalho e pelos murmúrios de meninas que tinham nas lágrimas e nos risos suas formas de questionar a autoridade e a caridade das freiras.

A feição desobediente e fugidia das crianças recolhidas apenas se apresenta nas fontes em momentos de grande instabilidade, quando suas ações eram descobertas e punidas. Assim, foi possível saber que Joaquim José do Nascimento fugiu da CAM e empreendeu uma difícil viagem até Baturité, que Virgílio Marciano Pereira contraiu sífilis ao se relacionar com prostitutas do Outeiro, quebrando a proibição de sair do Colégio de Educandos, que a órfã Angelina, deixada por policiais no CIC para que as freiras cuidassem de sua correção, levou consigo saberes e experiências do urbano e de seu trabalho na soldada. Porém, muito mais do que esta pesquisa foi capaz de detectar, as crianças que vivenciaram o universo das instituições de recolhimento no século XIX imprimiram na história da infância, do trabalho e do ensino profissional muitas outras resistências em direção à liberdade de ações e palavras. Se os espaços em que foram recolhidas eram, principalmente, lugares de domínio de sua força laboral e de sua energia libertária, a tenacidade com que resistiram e se reinventaram forjou a apropriação desses mesmos espaços como territórios de dissidências. Nos muros do recolhimento evidenciaram que o alistamento forçado, o castigo e a militarização da infância não foram suficientes para fornecer ao Estado marinheiros ordeiros e patriotas. Ao longo de muitos anos, com tantas deserções, revoltas e mortes meninos pobres provaram que o caminho de autoritarismo das Forças Armadas jamais conduziria à excelência dos homens do mar. No curto tempo de existência do Colégio de Educandos, meninos artífices mostraram que o isolamento não pôde ser prerrogativa do ensino profissional e que os trabalhadores livres dos oitocentos redefiniram a complexidade da qualificação profissional como algo muito além da utilidade de braços para a província. Meninas pobres empurradas ao trabalho doméstico subjugado tornaram pública a mensagem que nem o catolicismo, nem a reclusão e nem a severidade da educação vicentina poderia prevalecer sem desacordo. As crianças, através de maneiras nem sempre perceptíveis, se opuseram ao enquadramento opressivo de sua infância e força de trabalho. Durante todo o século XIX a ordenação do trabalho infantil e suas resistências persistiram na história de muitos meninos e meninas pobres, indicando que há sempre, em graus diversos de liberdade e/ou coerção, maneiras de combater a crueldade e a injustiça. Assim o fizeram.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX, o interesse do poder público pelo trabalho infantil resultou em um projeto político de preparação de crianças pobres para o mundo do trabalho qualificado, através do ensino de ofícios considerados importantes para o crescimento material da província cearense. Tal política de profissionalização das crianças envolveu um conjunto muito variado de atores sociais, que agiu, institucionalmente e culturalmente, sobre a construção da infância pobre, tentando definir seus espaços e destinos. As maneiras de assistir às famílias pobres no século XIX provocaram embates entre os diversos sujeitos coletivos – autoridades governamentais, juristas, médicos, educadores, jornalistas, religiosos – que desejavam ordenar, vigiar e corrigir os pobres. Todos eles, contudo, concordavam que o trabalho era o meio mais eficaz de proteger e controlar as crianças “desvalidas”. Ingressaram, na implementação de seus mecanismos de controle da infância, em um campo de intensa disputa e resistências populares, no qual famílias pobres demonstraram seus próprios projetos com relação ao trabalho e à autoridade constituída sobre as crianças. Notou-se que para realizar uma análise específica sobre as instituições de recolhimento selecionadas nesta investigação essas tensões em torno do trabalho das crianças nos oitocentos tiveram de ser cuidadosamente observadas, ocupando todos os capítulos desta tese.

O encontro com discursos, rejeições, inversões e apropriações evidenciados nas fontes sobre a existência das instituições de profissionalização de órfãos modificou a ordem de prioridades assumida neste estudo. De início, reconheceu-se os propósitos educacionais semelhantes entre o Colégio de Artífices, a Companhia de Aprendizes Marinheiros e o orfanato do Colégio da Imaculada Conceição. Estas instituições partiram do recolhimento de crianças pobres e órfãs e impuseram, guardadas as especificidades de suas práticas e métodos, o trabalho como fundamento de assistência infantil. Assim, o fundamental seria entender como a lógica do recolhimento contribuía para garantir a execução do projeto de ensino profissional destinado aos meninos (as) pobres, naquele contexto de formalização e agenciamento do trabalho de crianças. No entanto, percebeu-se que a preocupação em manter os lugares de recolhimento e fazê-los fabricar o “trabalhador ideal” desde a infância foi acompanhada pela necessidade de negociar com muitas famílias pobres, que revelaram suas desconfianças e relutâncias e, às vezes, inviabilizaram muitas atividades dessas instituições. Por isso, considerações sobre família – em especial sobre mães solteiras ou amasiadas – ganharam mais destaque do que se supôs inicialmente.

A partir da década de 1850 cresceu a importância do Juizado de Órfãos e, concomitantemente, a interferência no trabalho de inúmeras crianças. Isso foi antes de tudo um fenômeno mútuo e não uma causalidade. Ou seja, não foi a ampliação do Juizado de Órfãos e nem a redefinição de suas atribuições ao longo do século XIX que provocaram mudanças na forma de empregar crianças em diferentes postos de trabalho. Houve variadas razões contextuais que culminaram na institucionalização do trabalho infantil dentro e fora do recolhimento. Esse foi um momento de expansão do capitalismo em Fortaleza.⁵²⁰ Foi um momento de preocupações urbanísticas e transformações comportamentais desejadas/assumidas/impostas que recrudesceram o controle e a estigmatização sobre as camadas populares, composta principalmente por escravos e trabalhadores livres informais.⁵²¹ Foi um momento de desestruturação do sistema escravista, marcado pelo enriquecimento e pela atuação político-partidária de traficantes interprovinciais no Ceará, que, por vezes, assumiram a presidência da província.⁵²² Os projetos de internação de crianças e de ensino profissional que se gestaram na cidade tinham muito a ver com as pretensões de modernização das pessoas e dos lugares, e com as formas arbitrariamente adotadas pelos dominantes de administrar a pobreza.⁵²³ Com isso, a dimensão política que caracterizou as ações dos juizes em (des)favor da infância pobre repercutiu excessivamente em suas famílias e ritmos de trabalho. Por isso, a história do recolhimento é uma história de capturas, de aprisionamento, de distanciamento das crianças de seus grupos familiares. Vista de baixo, é uma história da violência do Estado e da Igreja na formalização do trabalho infantil.

As crianças foram os principais sujeitos do conteúdo narrado nestas páginas. Para entendê-las dentro do recolhimento foi também preciso olhar para fora das instituições. Muito da produção historiográfica sobre recolhimentos, asilos e orfanatos se concentrou nos mecanismos disciplinares dos estabelecimentos orfanológicos. Este estudo, dialogando com o crescente interesse sobre os temas da(s) infância(s), também abordou o fazer-se institucional, no qual se sobressaíram as práticas disciplinares e suas modalidades costumeiras – rotinas, castigos, prisões. Todavia, acredita-se que a imposição de normas e a rigidez dos castigos vistos na dimensão restrita do recolhimento informam mais sobre os diretores, mestres ou tutores do que sobre as crianças e as temporalidades da infância nos oitocentos. Dessa forma, o exercício aqui empreendido foi o de pensar as crianças recolhidas dentre as muitas outras crianças que

⁵²⁰ ANDRADE, 2012.

⁵²¹ RODRIGUES, 2018.

⁵²² FERREIRA SOBRINHO, 2011.

⁵²³ LAPA, 2008.

não estiveram em instituições, mas que conheceram a obrigatoriedade do trabalho. O trabalho no recolhimento ganhou outras formas, sentidos e valores. Foi, contudo, invadido por elementos da cultura urbana local, em suas múltiplas perspectivas: o trabalho compulsório, a fluidez dos empregos, a informalidade dos artífices, bem como as teimosias, os significados da liberdade e das relações paternalistas. Tentou-se demonstrar que a qualificação dos ofícios era, ao mesmo tempo e por razões antagônicas, uma necessidade e uma vontade dos dominantes e de muitos trabalhadores. O que se pôs em questão foi o conjunto das maneiras pelas quais o ensino profissional foi oferecido/imposto por agentes governamentais, filantrópicos, militares e eclesiásticos e, por outro lado, os caminhos pelos quais famílias pobres evitaram/aceitaram/reconduziram estes formatos opressores, tanto quanto puderam fazer.

Na breve existência do Colégio de Artífices foram ensaiados os primórdios do ensino público de ofícios no Ceará, projeto apropriado, gradativamente, por alguns setores populares da cidade. Embora arbitrário em seu formato de recolhimento e tendo, muitas vezes registrado o ingresso forçado de vários garotos, o Colégio também foi procurado por pais e tutores como garantia de qualificação para seus filhos. Contudo, os embates políticos que envolveram tanto a manutenção quanto o propósito do estabelecimento provocaram sua dissolução depois de nove anos de funcionamento. Mas o impacto político-social do Colégio de Educandos não deve ser atrelado unicamente ao número de alunos atendidos nessa instituição. A partir da criação do colégio e dos outros meios de formação profissional que surgiram na província do Ceará depois desse período, foi possível analisar o lugar que tomaram os meninos pobres nos projetos governamentais do século XIX. As formas de recrutar crianças para o mundo do trabalho, interná-las para se projetar uma mão de obra treinada e separá-las de suas famílias a fim de normatizar seus valores e ações deram a ver preconceitos e estigmas que ganharam, no longo processo de fazer-se da classe trabalhadora no Brasil, força de lei e estatuto de verdade. As camadas populares eram (são) vistas como perigosas e baderneiras. Só o trabalho bem orientado podia redimi-las. Assim, as crianças recolhidas em Fortaleza experimentaram não só a própria dinâmica interna da disciplina do recolhimento, mas ainda um projeto muito maior de proletarização.

A Companhia de Aprendizes Marinheiros, atrelada à Guerra, ao êxodo e aos riscos do serviço militar foi fortemente rejeitada no Ceará em toda a sua existência enquanto *Companhia* (efetivamente aberta em 1865 e redimensionada a partir de 1885). Como demonstrado, ainda que contando com adesões voluntárias, o recrutamento foi a forma mais recorrente de ingresso no ensino profissional da Marinha. Nessas circunstâncias, percebeu-se a

força das resistências populares e que a assistência infantil, para além dos discursos filantrópicos, foi um assunto da polícia. Uma desmedida trajetória de usurpação das famílias empobrecidas e das liberdades individuais atravessou o século XIX no tocante ao abastecimento da Companhia de Aprendizes Marinheiros. Em 1887, um jornal de Fortaleza anunciava que “todo órfão cearense [era] um condenado às galés do rei”, reafirmando a prática “radicada no Ceará de converter em marinhagem a infância desvalida”.⁵²⁴ Abuso que se estendeu à República. Mesmo quando o ingresso nas Escolas passou a ser majoritariamente voluntário, os órfãos pobres continuaram a ser maioria entre os aprendizes marinheiros.⁵²⁵ Fora do período e dos objetivos desta tese, o percurso histórico de aceitação e prestígio da Escola de Aprendizes Marinheiros, portanto, de reconstrução da imagem negativa que acompanhou a instituição nos oitocentos e nos primeiros anos da República, seria um objeto de estudo relevante acerca do ensino naval no Ceará.

A atenção voltada ao Colégio da Imaculada Conceição no intuito de inseri-lo dentro do ensino profissional para meninas pobres da província deveu-se ao fato desse Colégio ter sido pensado primordialmente como recolhimento de órfãs. A escolarização feminina, tanto pública quanto privada, era incipiente em Fortaleza quando da fundação do Colégio da Imaculada e a vinda das irmãs francesas abriu demandas para o internamento de meninas ricas, cujas famílias buscavam educação “requintada”. Todavia, o estilo missionário assumido pela congregação vicentina – de atendimento aos desvalidos – foi incorporado às ações estatais de assistência à infância. Mesmo que a subvenção da província tenha sido mínima frente ao alcance do Colégio no recolhimento de órfãs pobres, as aproximações entre a presidência da província e a diocese oportunizaram a ampliação do projeto de disciplinarização e qualificação do trabalho às meninas, que, futuramente, assumiriam o serviço doméstico e outros postos de trabalho na capital. Assim, ficou evidente que a regulação do trabalho de crianças e o ensino profissional baseado na relação utilidade-submissão não estavam centrados exclusivamente na figura do artífice, embora a projeção de uma mão de obra qualificada para as obras públicas tenha sido imprescindível para o surgimento da escolarização profissionalizante na Província em meados daquele século. Em conjunto, todas as questões discutidas neste estudo chegaram à complexidade do projeto de gerenciamento da mão de obra infantil nos oitocentos. Por isso, estas linhas se detiveram no mundo dos artífices em formação na cidade, na militarização de crianças para aumentar a quantidade de subalternos da Marinha e, conferindo o mesmo grau de

⁵²⁴ Folhas do Dia. **Libertador**, ed. 43, p. 2, 12 Fev 1887.

⁵²⁵ BARRETO NETO, 2009.

importância à participação das meninas nos mundos do trabalho, na fabricação da empregada exemplar, criada para fugir da miséria e para propagar a civilidade em sua prole.

Em linhas gerais, pode-se concluir que embora as instituições de recolhimento tenham partido do interesse regulador de grupos sociais hegemônicos, as dificuldades que enfrentaram para coordená-las e sustentá-las revelaram que o tema da infância e de sua proletarização estava inscrito em embates de ordem legal – como as competências do Juizado de órfãos, as manipulações dos contratos de soldada ou a autoridade atribuída ao Corpo de Polícia com relação aos órfãos – e, sobretudo, no processo de constituição e valorização coletiva do trabalho qualificado, no qual os pobres também se fizeram sujeitos. Assim, optou-se por apresentar ao logo da escrita, fragmentos do trabalho livre e da composição do mercado de trabalho na cidade de Fortaleza. As atividades, locais de trabalho, meios de introduzir as crianças nos ofícios formais e informais, mesmo não sendo minuciosamente analisados, foram pretensamente elencados como experiências coletivas definidoras de sentidos do ensino profissional e da dignidade do trabalhador. Da mesma forma, estes componentes do trabalho de pessoas livres e pobres também foram incorporados, nesta tese, à análise das estruturas sentimentais em torno da infância e do que significava, para as famílias pobres o trabalho das crianças. Espera-se ter tido êxito no exercício de problematizar o lugar da criança pobre, sem vitimá-la e sem negligenciar as contradições de suas redes de proteção, amparo e socialização.

A História Social forneceu ferramentas metodológicas para tornar profícua a análise das ações políticas cotidianas dos sujeitos oprimidos. Antes de se entender como passividade e conformismo, a falta de rebeliões nas instituições tomadas para estudo apontou para outras formas de resistência e convivência no campo normativo do recolhimento. Como se viu, as fugas da Companhia de Aprendizes Marinheiros apareceram na documentação desde os primeiros registros dessa instituição em Fortaleza, assim como as muitas notícias jornalísticas sobre desertores da Marinha e do Exército. Estas ações em busca de liberdade – deserções e fugas – foram tratadas como resistências infanto-juvenis ao lado de expressões mais sutis de confrontação. Além de enfatizar as crianças recolhidas como sujeitos ativos forjando negociações internas, buscou-se discutir as relações dessas crianças com a cidade, com a urbanidade e com outros espaços fora do recolhimento. O caminho escolhido teve como intenção reiterar a necessidade de pensar as instituições orfanológicas inseridas no movimento da cidade. A partir da documentação pesquisada, viu-se que o recolhimento não foi estático. Apesar dos muros institucionais, das formas poderosas de vigilância e da pretensa política de isolamento, as crianças também foram atores urbanos.

As experiências dos sujeitos ligados ao recolhimento imprimiram feições diversas no projeto de fabricar trabalhadores hábeis e obedientes. A existência das instituições de ensino profissional dialogava com as práticas, espaços e ritmos das famílias ditas desvalidas; interagia com as visões e mudanças sobre a noção de infância no século XIX e ainda com a (re)formulação de sensibilidades ligadas ao trabalho das crianças; confrontava as noções de liberdade, prazer e diversidade dos pobres nos oitocentos. Assim, este estudo procurou traçar o percurso de institucionalização do ensino profissional no Ceará e os desdobramentos políticos e culturais da qualificação de trabalhadores manuais, pensada como meio de assistência infantil no século XIX. As crianças retidas, internadas, educadas para o trabalho produziram na história do recolhimento territórios de dissidências e repertórios plurais sobre a validade / utilidade das instituições orfanológicas, trazendo ao presente a inquietação sobre as desigualdades perceptíveis nas “infâncias” e, sobretudo, a necessidade de construir outros projetos de ensino, educação e igualdade.

FONTES

1 Jornais (Acervo Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional – Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

- A Constituição (1863 – 1889): Ruptura do Partido Conservador, publicado a partir de 1863.
- A Lancêta (1863): Jornal de medicina, fisiologia, cirurgia e noticioso. Proprietário e redator: Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro.
- A Liberdade (1864): Jornal político, literário e crítico fundado por Alexandre Cerbelon Verdeixa.
- Echo do Povo (1879 – 1880): Dizia-se órgão da opinião pública. Redatores: Antônio José de Melo e João Cordeiro.
- Gazeta do Norte (1880 – 1890): Ruptura do Partido Liberal.
- Gazeta Oficial (1862-1864): Folha administrativa de Propriedade de Francisco Luís de Vasconcelos.
- Jornal da Fortaleza (1870): Propriedade do jornalista José Avelino, publicado a partir de 1868.
- Jornal do Ceará (1868): Publicação dos atos do Governo Provincial.
- [O] Cearense (1850-1890): Órgão do Partido Liberal, publicado a partir de 1846.
- O Libertador (1881-1890): Órgão da Sociedade Cearense Libertadora.
- O Sol (1856 – 1868): Jornal literário, político e crítico fundado pelo jornalista Pedro Pereira da Silva Guimarães.
- Pedro II (1850-1889): Órgão do Partido Conservador do Ceará, publicado a partir de 1840.

2 Revistas:

- A Quinzena (1887-1888): Edição Fac-similar organizada por Cláudio Martins, 1984. Acervo Academia Cearense de Letras.
- Constelação, Revista das alunas do Colégio da Imaculada Conceição (1937, 1941, 1949): Acervo Colégio da Imaculada Conceição.
- Revista Marítima Brasileira (1881-1891): Acervo da Biblioteca Nacional.
- Revistas do Instituto do Ceará: Disponível em CD-ROM.

3 Almanques:

- Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província do Ceará para o ano de 1873. Fortaleza: Ed. João Batista Pereira, 1873. (Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- Almanach do Cearense para 1883. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1883. (Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- Alamanach da Fortaleza – 1895. (Academia Cearense de Letras)
- Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará (anos 1896 – 1907). (Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

4 Legislação:

- OLIVEIRA e CORDEIRO (Orgs.). **Leis Provinciais:** Estado e Cidadania. Tomo III (1856 – 1861), Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.
- CEARÁ. Atos Legislativos da Província do Ceará: promulgados pela respectiva Assembleia no ano de 1878. Fortaleza: Tipografia do Mercantil, 1879.
- CEARÁ. **Atos Legislativos da Província do Ceará:** Promulgados pela Assembleia no ano de 1879. Fortaleza: Tipografia Mercantil, 1879
- Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, página 10, Vol. 1 pt. II.
- Coleção de Leis da Província do Ceará. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1863.
- Coleção das Leis da Província do Ceará de 1870. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1870.
- Coleção das leis, resoluções e regulamentos da Província do Ceará promulgados pela Assembleia Legislativa no ano de 1874. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1875.
- Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza (1835,1867,1879): Acervo Biblioteca Menezes Pimentel e Academia Cearense de Letras.

5 Relatórios:

- Relatórios e Falas dos Presidentes de Província do Ceará (1853-1889): Disponível em www.crl.edu
- MARINHO, João José Saldanha. Quadro Nominal e Demonstrativo do adiantamento dos educandos. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1859.
- BRAVEZA, Antônio Nogueira de. Relatório do Colégio de Educandos Artífices. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1864.
- PINTO, Antônio Florêncio. Relatório do Diretor do Colégio dos Educandos Artífices do Ceará. Fortaleza: Tipografia Brasileira, 1865.
- LACOMBE, Achiles. Relatório da Capitania do Porto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1869.
- _____. Relatório do Capitão do Porto. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1869.
- FREIRE, Joaquim da Cunha. Relatório do Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1870.
- PINTO, João Joaquim Rodrigues. Relatório do Capitão do Porto. Fortaleza: Tipografia Constitucional, 1874.
- CUNHA, Severiano Ribeiro da. Relatório da Santa Casa de Misericórdia. Fortaleza: Tipografia Cearense, 1876.
- FARO, Gonçalo Paes de Azevedo. Relatório da Comissão Fiscal da Colônia Cristina. Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1881.

6 Censitárias:

- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará.** Tipografia B. de Matos, 1863.
- BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil de 1872 – IBGE.
- CEARÁ. SECRETARIA DE POLÍCIA. Arrolamento da População de Fortaleza, 1887. (Acervo Arquivo Público do Estado do Ceará).

7 Memórias, Crônicas e Romances:

- AQUINO, Dolores. **Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará** – Resgate Histórico. Fortaleza: Tipoprogresso, 2000.
- BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso**. 2ª ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
- _____. **Mississipi**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. 3ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO. **Uma longa e edificante viagem**, s/d.
- COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO. **Colégio da Imaculada Conceição: Do Gênese ao Apocalipse**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1999.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/Casa de Jose de Alencar, 1992.
- NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Fortaleza: UFC, 1981
- PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Gráfica Editorial, 1993.
- QUEIROZ, Rachel de. **As Três Marias**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996.
- REGO, José Lins do. **Doidinho**. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.
- SOARES, Maria Norma. **Roteiro para uma visita ao Passado**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1990.
- THEOPHILO, Rodolpho. **O Caixeiro: Reminiscências** – (edição fac-similar). Apresentação Adelaide Gonçalves e Eurípedes Funes. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

8 Publicações Diversas:

- ARAGÃO, Elizabeth Fiuza (Coord.). **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: Sinditêxtil / FIEC, 2002, p.135.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961, p. 17-18.
- BARRETO, Tobias. **Menores e Loucos: Fundamento do direito de punir**. Aracajú: Edição Sergipe, 1926.
- BORGES, Abílio César. **Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade**. Bruxelas: Tipografia E. Guyot, 1876, p. 26.
- CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras linhas sobre o Processo Orphanologico**. Rio de Janeiro: BL Garnier Editor, 1879. (Biblioteca do Senado Federal).
- LAMARE; PALHA. **Livro do Aprendiz Marinheiro** – Ensino Profissional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção a infância no Brasil, 1500-1922**. Rio de Janeiro. Paulo Pongetti e Cia./Empresa Gráfica Editora. 1926.
- STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Três volumes. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910, 1913, 1915.
- VASCONCELOS, Argos. **Santa Casa de Fortaleza (1861-1992)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. As queixas do povo: o imaginário popular em Juvenal Galeno. In: CANDIDO, T. e NEVES, F. (Orgs.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.
- ALMEIDA, Silvia Capanema. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 147-169, janeiro-junho de 2010.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A educação da criança pela família no século XIX: da historiografia a um problema de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 15, n. 37, p. 51-81, jan./abr. 2015.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiuza (Coord.). **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: Sinditêxtil / FIEC, 2002,
- AREND, Sílvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Infância**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres Infanticidas: O crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX**. 2007. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- AZEVEDO, Gislane. **De “Sebastianas e Giovannis”: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo**. 1995. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BARBOSA, Andreson Carlos. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- BARCELLAR, Carlos. Arrolando os habitantes do passado: As listas nominativas sobre olhar crítico. **Lócus - Revista de História, Juiz de Fora**, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.
- BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de Primeira Viagem: Os Aprendizes Marinheiros da Bahia (1910 – 1945)**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.
- _____. Transpondo muros e regras: os aprendizes marinheiros da Bahia nas ruas de Salvador (1910-1942). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n. 2, dez. 2009.

BASTOS, Afonso Henrique. Labaredas do Rio: Abordagens histórico-sociais do Rio e do Corpo de Bombeiros. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 29, 2017, Brasília. Anais...* Brasília, 2017.

BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação:** Instituições totais e disciplinas (des)educativas. São Paulo: Unesp digital, 2014.

BISSIGO, Diego. O Censo de 1872 e a simplificação da liberdade. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7, 2015, Curitiba. Anais...* Curitiba: UFPR, 2015.

BOTELHO, Tarcísio. Censos e a construção nacional do Brasil Imperial. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

BOTIN, Livia Maria. **Trajetórias cruzadas:** meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899). 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BRANDINI, Valéria. Moda, cultura de consumo e modernidade no século XIX. **Revista Signos do Consumo**, São Paulo, v.1, n.1, p. 74–100, 2009.

BRASIL. Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará.** Tipografia B de Matos, 1863.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX:** O espetáculo da Pobreza. 13ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CANDIDO, Tyrone. Tempos de recrutamento: Controle social e revoltas sertanejas no Ceará do século XIX. *In: CANDIDO, T. e NEVES, F. (Orgs). Capítulos de História Social dos Sertões.* Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

CAPELASSI, Carla Hidalgo. A evolução histórica do dimensionamento do vestuário. *In: COLÓQUIO DE MODA, 9, 2013, Fortaleza. Anais...* Fortaleza: UFC, 2013.

CASTRO, Celso. resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. *In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Direitos e Cidadania: Justiça, poder e mídia.* Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro. Tradução: Elizabeth Martins. Campinas: Unicamp, 2000.

CINTRA, Mariana de Paula. Modas e modistas: o comércio de roupas francesas no Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos. *In: ENCONTRO ESTADUAL ANPUH – SP, 20, 2016, Assis. Anais...* Assis, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim.** 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e crianças no Brasil quinhentista. *In*: PRIORE, Mary del. (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7^a ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar e Educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1850)**. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CORBIN, Alain. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. *In*: CORBIN, COURTINE, VIGARELLO (Dir.). **História do Corpo**, Vol. 2. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, Trabalho Educação: Os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842 – 1899)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300 – 1800): Uma cidade sitiada**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Silvania de Oliveira. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana (1850 – 1888)**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

ELIAS, Eduardo de Oliveira. **Escritura Urbana: invasão da fora e evasão do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador: Uma História dos Costumes**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. *In*: Priore, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. *In*: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA JR. Amarílio. **História da Educação Brasileira: Da Colônia ao século XX**. São Carlos: Edufscar, 2010.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”**: Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881). Fortaleza: Secult (CE), 2011.

FONSECA, Claudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- FONSECA, Jamily. **Raça, Natureza e Sociedade: O pensamento evolucionista em Fortaleza na década de 1870**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- FRANCO, Renato. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica Colonial. *In*: VENANCIO, R. (Org). **Uma História Social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII – XX. São Paulo: Alameda / PUC - MG, 2010.
- FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRUTUOSO, Régis Augusto Maia. Beribéri: Revisão Histórica e Documental na Marinha do Brasil. **Arquivo Brasileiro Médico Naval**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 8-13, jan/dez 2010.
- GADOTTI, Moacir. O ECA – Avanços e Desafios. *In*: VIEIRA, A., PINI, F., ABREU, J. (Orgs.) **Salvar o ECA** (livro eletrônico). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.
- GEREMEK, Bronislaw. A Piedade e a força. GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força: História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1987.
- _____. **Os Filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GEREMIAS, Patrícia. Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma história social do trabalho doméstico infantil. *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GONDRA, José G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa** – USP/ FEUSP, São Paulo, v. 1, n.1, p. 99-118, 2000.
- GRINBERG, Keila. Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 22, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2003.
- GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A Trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal: República, trabalho e educação (1909 – 1942)**. 2007. 230 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classe trabalhadora: Um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, vol. 7, nº 14, p.185-193, 1987.
- JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Cores e marcas dos recrutas e marujos da Armada. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 1, p. 36-66, 2013.

_____. A cidade-encruzilhada: o Rio de Janeiro dos marinheiros, século XIX. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.9, p.77-89, 2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n°1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LACERDA, Elizabete Silva de. Educação Física na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX: características da Prática Escolar. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5, 2011, São Cristóvão – SE. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2011.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas**: Particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade**: Os Cantos e os Antros. São Paulo: Ed. USP; Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

_____. **Os Excluídos**: contribuição à História da Pobreza no Brasil, 1850-1930. Campinas: Unicamp, 2008.

LEITE, Mirian Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. *In*: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEMOS, Mayara de Almeida. **Terror no sertão do Ceará**: O Cólera e seus flagelos. Fortaleza: Ed. Uece, 2016.

LINHARES, Juliana. **Entre a Casa e a Rua**: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1899). 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LINS, Mônica Regina Ferreira. **Viveiros de “homens do mar”**: escolas de aprendizes-marinheiros e as experiências formativas na marinha militar do Rio de Janeiro. 2012. 283f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LOBO, LILIA FERREIRA. Exclusão e Inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil. *In*: PRIORE e AMANTINO (Orgs.) **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LOURO, Guacira; MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n° 87, p. 45-57, 1993.

MADEIRA, Maria das Graças Loiola. **Entre orações, letras e agulhas**: a pedagogia feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina - Sertão Cearense (1855-1883). 2003, 240f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Doença Misteriosa no Brasil Oitocentista. **História Unisinos**, v. 18, n.1, p. 158-169, jan./abr. 2014.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policia**dos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (865-1915). 2011. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água**: Territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 – 1926). 2015. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MACIEL, Dhenis Silva. **Dos sujeitos, do medo e da espera**: A construção social do cólera-morbus na província cearense (1855-1863). 2017. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, Vera Regina. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MARQUES, Vera; PANDINI, Silvia. Feios, sujos e malvados: Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MATOS, Izilda de. Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino em São Paulo (1900-1930). **Textos de História**, Brasília, vol. 8, nº 1, p. 269-284, 2000.

MATOSO, Katia. O Filho da escrava. In: PRIORE, M. (Org.) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MENDES, Fábio Faria. Economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 13, n. 38, 1998.

MESQUITA, Simone Vieira de. **Ensino Militar Naval**: Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864 – 1889). 2016. 300 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MORAIS, Cleidiane da Silva. **De antídoto da desordem a obstáculo do progresso**: Ensino moral e religioso na instrução pública primária do Ceará Imperial (1874-1890). 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MORAIS, Fábio André da Silva. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: Nação, honra, pátria e mobilização contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870). 2007. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**: Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A Sorte dos Enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume / FINEP, 2008.

NASCIMENTO, Alcileide; BARROS, Gabriel. Crias do abandono, filhos da ordem: assistência, poder e resistência no Colégio dos Órfãos de Pernambuco (1835 a 1875). **Clio**, Recife, v. 28, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2010.

NASCIMENTO, Álvaro. **A Ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n.72, p. 151-172, 2016.

NEGRO, Antônio e GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: Uma História Social do Trabalho. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NEVES, Berenice de Abreu de Castro. “Intrépidos romeiros do progresso”: os maçons no Império. *In*: SOUZA, S. e NEVES, F. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult, 2000.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLINDA, Ercília Braga de. **Tinta, papel e palmatória: A escola no Ceará do século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.

OLIVATO, Laís. Castigos Lancasterianos. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.3, p. 846-858, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, Claudia Freitas. As ideias científicas do século XIX no discurso do clube literário. *In*: SOUZA, S. e NEVES, F. **Intelectuais**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: Trabalho e Educação na Revista Phenix – 1891-1916**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

OLIVEIRA, Maria Augusta de; AMARAL, Giana. Civismo e militarismo da infância: uma abordagem baseada no jornal O Rebate (Pelotas/RS, 1914-1915). **Revista Conjectura**, v. 15, n. 3, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, Maria Luiza. O Ronco das abelhas: Resistência popular e conflito na consolidação do Estado Nacional, 1851-52. *In*: DANTAS, Mônica Duarte. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda Casa editorial, 2011.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande (1835-1864)**. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PADILHA, M.I; MANCIA, J.R. Florence Nightingale e as Irmãs de Caridade: Revisitando a História. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n.6, nov./dez. 2005.

PAIVA, Clotilde. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (Relatório Provisório)** – Universidade Federal de Minas Gerais: Cedeplar / NPHEd, 2012.

PAPALI, Aparecida. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. 33, n. 1, p. 149-159, jun. 2007.

_____. A legislação de 1890, mães solteiras pobres e o trabalho infantil. **Projeto História**. São Paulo, n.39, p. 209-216, jul./dez. 2009.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, M. Figuras e Papeis. *In*: _____. (org.) **História da Vida Privada**. Vol. 4. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PERROT, M. Maneiras de Morar. *In*: _____. (org.) **História da Vida Privada**. Vol. 4. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 53, 2007.

PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)**. São Paulo: Edusp, 1994.

PONTE, Sebastião. **Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social**. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Campinas: Unicamp, 2007.

PRIORE, Mary del. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **História das Crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto 2013.

RAMOS, Xislei Araújo. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

RIZZINI, Irene; RIZZINI Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”): Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. *In: ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO DE PSICANÁLISE E DIREITO*, 2, 2005, Paris. **Palestras...** Paris, 2005.

Rizzini, Irma. Pequenos Trabalhadores do Brasil. *In: PRIORE, Mary del. (org.). História das Crianças no Brasil*. 7^a ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.58, p.561-584, 2014.

RODRIGUES, Elyo Fagner Silva. **Os Párias da Modernidade na Terra da Luz**: “a gente ínfima de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912). 2018. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos. **Clio**, v. 33, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2015.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”: o recrutamento militar no Brasil imperial. **Lócus – Revista de História, Juiz de Fora**, v. 15, n. 2, p. 175-201, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da Colônia a Atualidade). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 27-48, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita e SOUZA, José Weyne de Freitas. Morar e Viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX. **Trajetos**, Fortaleza, v.4, n. 7, p. 41-67, 2006.

SANT’ANNA, Denise. Higiene e higienismo entre o Império e a República. *In: PRIORE, M. e AMANTINO, M. (Orgs.) História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIROCCHI, Ítalo. A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 27, 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013.

SANTOS, Simone Andriani. Identidade, gênero e cultura material: senhoras e criadas no espaço doméstico – São Paulo (1870-1920). **Revista de Crítica Cultural**, v. 4, n. 2, p. 59-89, 2016.

SCOTT, James. **A Dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 217-243, jan./jun. 2011.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação**: a invenção da instrução pública na província do Ceará (1858-1889). 2012. 137 f. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

- SILVA, Maciel Henrique. O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 6, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.
- SILVA, Noemi. Escravos, libertos e ingênuos na escola: instrução e liberdade na província do Paraná (1871-1888). *ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 6, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.
- SILVA, Wandoberto. **Guerreiros do Mar: recrutamento e resistências de crianças em Pernambuco (1857 – 1870)**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.
- SILVA, Wellington Barbosa da. “Uma autoridade na porta das casas”: Os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX. **Saeculum**. João Pessoa, n. 17, jul/dez, 2007.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz. Sobre a palmatória e outras dores. *In: OLINDA. E. Tinta, papel e palmatória: A escola no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.
- SOARES, Maria Norma Maia. **Colégio da Imaculada Conceição: Roteiro para uma visita ao passado**. Fortaleza: Editorial Cearense, 1990.
- SOHIET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. *In: PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SOUZA, Flávia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. 2017. 583 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- SOUZA, José Weyne de Freitas. **Artífices, criadas e chicos: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, Josinete Lopes de. **Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinquente”**: Fortaleza (1865 – 1928). 1999. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SOUZA, Jessie Jane. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A Militarização da infância: Expressões do Nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedex**, ano 20, n. 52, novembro/2000.
- TEÓFILO, Rodolfo. **História da Seca do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- THOMPSON. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A maldição de Adão, v. II, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Argos. **Santa Casa de Fortaleza (1861-1992)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930):** Mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VENÂNCIO, Renato. **Famílias Abandonadas:** Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

VENÂNCIO, Renato (Org.). **Uma História Social do abandono de crianças.** De Portugal ao Brasil: séculos XVIII – XX. São Paulo: Alameda / PUC - MG, 2010.

_____. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das Crianças no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século XIX: Movimentos novos, corpos novos. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 9-20, set. 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p.179-197, dez. 2011.

VITORINO, Arthur. **Máquinas e Operários:** Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.